




**ESTADO DO PARANÁ**



Folha 1

<b>Órgão Cadastro:</b>	SEED/NRE CSC		<b>Protocolo:</b>
<b>Em:</b>	08/11/2021 11:21		<b>18.286.818-3</b>
<b>Interessado 1:</b>	CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL SANTA CLARA		
<b>Interessado 2:</b>	-		
<b>Assunto:</b>	AREA DE ENSINO	<b>Cidade:</b>	CEU AZUL / PR
<b>Palavras-chave:</b>	PROPOSTA		
<b>Nº/Ano</b>	216/2021		
<b>Detalhamento:</b>	CÉU AZUL - CSC PPP CONCLUÍDO		
<b>Código TTD:</b>	-		

Para informações acesse: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/consultarProtocolo>



# Secretaria Municipal de Educação Céu Azul - Paraná



Ofício n.º 216/2021/SEMED

Céu Azul, 08 de novembro de 2021.

**Assunto: Projeto Político Pedagógico**

Ilma. Sra. Luciana Paulista da Silva  
Chefe do Núcleo Regional de Educação de Cascavel  
Cascavel – PR.

Encaminhamos para a conclusão do processo de atualização do Núcleo Regional de Educação de Cascavel, Setor de Estrutura e Funcionamento, o Projeto Político Pedagógico – PPP do Centro Municipal de Educação Infantil Santa Clara.

No aguardo, antecipamos agradecimentos e colocamo-nos ao dispor para esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

**Josiane Inês Hoger**

Secretária Municipal de Educação

Dec. n.º 6.318/2021

---

Rua Professor Daniel Muraro, 1050 – Centro – Fone: (45) 3121-1089

CEP 85840-000 - Céu Azul - PR

E-mail: semedceu@gmail.com

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÉU AZUL  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED  
CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL  
SANTA CLARA**

Rua Niterói, 280 – Bairro União – Fone: (45) 3121-1065 e-mail:  
cemei21santaclara@hotmail.com CEP:  
85.840.000 Céu Azul - PR



# **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

**CÉU AZUL  
2020**

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>1. IDENTIFICAÇÃO .....</b>	<b>8</b>
1.1- IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E DA MANTENEDORA .....	8
1.2- CÓDIGO INEP DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO .....	9
1.3- CÓDIGO DA TURMA .....	9
1.4- CÓDIGO DO SERE .....	9
1.5- CURSOS E MODALIDADES DE ENSINO OFERTADAS PELA INSTITUIÇÃO DE ENSINO .....	9
1.6- ORGANIZAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR E ORGANIZAÇÃO CURRICULAR .....	9
1.6.1 – RECREIO INTERATIVO .....	10
1.6.2 – CALENDÁRIO ESCOLAR .....	11
1.6.3 – PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR .....	11
1.7- Nº DE TURMAS E Nº DE ESTUDANTES, DISTRIBUÍDOS POR MODALIDADES, SÉRIES/ANOS/CICLOS E TURNOS. TURNOS DE FUNCIONAMENTO.....	12
1.8- QUADRO DE PROFISSIONAIS.....	13
<b>2. ELEMENTOS SITUACIONAIS (DIAGNÓSTICO) .....</b>	<b>17</b>
2.1- HISTÓRICO E CARACTERÍSTICAS DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO .....	17
2.2- CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE .....	19
2.3- AMBIENTES PEDAGÓGICOS DISPONÍVEIS .....	23
2.4- OBJETIVO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO.....	29
2.5- PRINCÍPIOS NORTEADORES DA EDUCAÇÃO .....	30
2.6- INSTÂNCIAS COLEGIADAS .....	30
2.6.1- CONSELHO ESCOLAR .....	30
2.6.2- - ASSOCIAÇÃO DE PAIS, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS.....	32
2.7- INDICADORES EDUCACIONAIS .....	35
2.7.1- INDICADORES INTERNOS.....	35
2.8- ACOMPANHAMENTO DA FREQUÊNCIA DE 2018 .....	35
2.9- ACERVO BIBLIOGRÁFICO .....	36
2.10- - LISTA DE MATERIAIS ESCOLARES .....	36
<b>36 3- ELEMENTOS CONCEITUAIS .....</b>	<b>37</b>
3.1. PRESSUPOSTOS FILOSÓFICOS, PSICOLÓGICOS, PEDAGÓGICOS E LEGAIS .....	37
3.1.1 PRESSUPOSTOS FILOSÓFICOS .....	37

3.1.2 PRESSUPOSTOS PSICOLÓGICOS .....	45
3.1.3 PRESSUPOSTOS PEDAGÓGICOS .....	59
3.1.4 PRESSUPOSTOS LEGAIS.....	75
<b>3.2. - CONCEPÇÕES DE SUJEITO .....</b>	<b>94</b>
<b>3.3. - CONCEPÇÕES DE SOCIEDADE .....</b>	<b>95</b>
<b>3.4. - CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO.....</b>	<b>96</b>
<b>3.5. - CONCEPÇÃO DE PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM .....</b>	<b>103</b>
<b>3.6. CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM .....</b>	<b>105</b>
<b>3.7. - CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA E O CUIDAR E EDUCAR .....</b>	<b>107</b>
<b>3.8. - CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO .....</b>	<b>108</b>
<b>3.9. - CONCEPÇÃO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA .....</b>	<b>110</b>
<b>3.10. CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA .....</b>	<b>111</b>
<b>4- ELEMENTOS OPERACIONAIS .....</b>	<b>112</b>
<b>4.1. PREMISSAS DA ESCOLA .....</b>	<b>112</b>
<b>4.2. ACOMPANHAMENTO/ORGANIZAÇÃO DA HORA ATIVIDADE .....</b>	<b>117</b>
<b>4.3. - PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DO ESTABELECIMENTO .....</b>	<b>118</b>
<b>4.4. ARTICULAÇÃO/COMUNIDADE .....</b>	<b>120</b>
<b>4.5. - ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO .....</b>	<b>120</b>
<b>4.5.1 - PROFESSOR DE APOIO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – PAEE .....</b>	<b>121</b>
<b>4.5.2- PROFESSOR DE APOIO À COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA – PACA .....</b>	<b>124</b>
<b>4.6. - PROCESSOS DE AVALIAÇÃO .....</b>	<b>127</b>
4.6.1 – FORMAS DE REGISTRO DA AVALIAÇÃO .....	128
<b>4.7. OFERTAS DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO E/OU NÃO OBRIGATÓRIO .....</b>	<b>128</b>
<b>4.8. - PROPOSTA DE PREVENÇÃO E COMBATE À EVASÃO ESCOLAR .....</b>	<b>129</b>
<b>4.9. - PROPOSTA DE TRANSIÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO INFANTIL 0 A 3 ANOS PARA 4 E 5 ANOS, ENTRE EDUCAÇÃO INFANTIL PARA ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS) .....</b>	<b>130</b>
<b>4.10. - INTERVENÇÃO PEDAGÓGICAS PARA ATENDIMENTO A ALUNOS COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM .....</b>	<b>131</b>
<b>4.11. DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS .....</b>	<b>132</b>
4.11.1 CULTURA E HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA .....	133
4.11.2 DIREITOS HUMANOS .....	134
4.11.3 - POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES .....	135
4.11.4 - DIREITOS DA CRIANÇA .....	137
4.11.5 EDUCAÇÃO AMBIENTAL .....	138
4.11.6 ESTATUTO DO IDOSO .....	139
4.11.7 PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS.....	141
4.11.8- EDUCAÇÃO FISCAL/EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA .....	143

4.11.9- GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL.....	144
4.11.10 - COMBATE A VIOLÊNCIA .....	145
4.11.11 - EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO .....	146
4.11.12- INCLUSÃO SOCIAL: SÍMBOLOS .....	147
4.11.13- EXIBIÇÃO DE FILMES MENSIS NACIONAIS .....	154
4.11.14 - SEGURANÇA E SAÚDE .....	155
4.11.15 - LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA E CRENÇA .....	156
4.11.16 - PREVENÇÃO DE GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA .....	157
4.11.17 - SEXUALIDADE .....	159
4.11.18 EDUCAÇÃO ALIMENTAR .....	159
4.11.19 HISTÓRIA DO PARANÁ .....	161
4.11.20- HISTÓRICO DO MUNICÍPIO .....	162
<b>4.12. - COMPOSIÇÃO E FUNÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR (CAMU) .....</b>	<b>165</b>
<b>4.13. - LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA .....</b>	<b>166</b>
<b>5. AVALIAÇÃO .....</b>	<b>167</b>
<b>5.1- PLANO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL .....</b>	<b>167</b>
<b>5.2- PLANO DE AÇÃO .....</b>	<b>168</b>
<b>5.3- AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: .....</b>	<b>168</b>
<b>6. BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>169</b>
<b>07- ANEXOS.....</b>	<b>171</b>
<b>ANEXO 01 – CALENDÁRIO ESCOLAR .....</b>	<b>171</b>
<b>ANEXO 02 – QUESTIONÁRIO DO PERFIL SÓCIO ECONÔMICO CULTURAL .....</b>	<b>173</b>
<b>ANEXO 03 – LISTA DE MATERIAIS ESCOLARES .....</b>	<b>182</b>
<b>ANEXO 04 – TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....</b>	<b>183</b>
<b>ANEXO 05- QUESTIONÁRIO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....</b>	<b>189</b>
<b>ANEXO 06 – PLANO DE AÇÃO .....</b>	<b>193</b>
<b>ANEXO 07 – ATA DE APROVAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR .....</b>	<b>215</b>
<b>ANEXO 08– TERMO DE LEGALIDADE DO CONSELHO ESCOLAR.....</b>	<b>216</b>
<b>ANEXO 09 – TERMO DE LEGALIDADE DA SEMED.....</b>	<b>217</b>
<b>ANEXO 10– PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR .....</b>	<b>218</b>

## INTRODUÇÃO

Este documento constitui o Projeto Político Pedagógico, configurando a proposta de possíveis melhorias da realidade educacional, procurando atender aos objetivos do Currículo Básico para a Escola Pública Municipal.

O Projeto Pedagógico é entendido, como a própria organização do trabalho pedagógico da escola, o qual tem sido objeto de reflexão para professores, pesquisadores e instituições educacionais. Em busca da melhoria da qualidade do ensino, “visando neste contexto a organização do trabalho pedagógico da escola como um todo”.

Este documento foi construído coletivamente por meio da participação de todos os sujeitos do processo educativo na instituição educacional, tendo como ponto de partida, metas que deverão ser cumpridas no plano pedagógico e administrativo, tendo como base a realidade e o contexto da instituição e antevendo assim, “um futuro diferente do presente”. Os princípios desta proposta são: a igualdade, a qualidade, a liberdade, a gestão democrática e a valorização do magistério. Toda a ação da comunidade escolar está, portanto, permeada pela intenção explícita de intervir no processo de aprendizagem, refletindo um compromisso coletivo, para a formação do cidadão participativo, responsável, comprometido, crítico e criativo em seu meio.

A instituição de um plano pedagógico no contexto da escola deverá trazer para dentro do seu espaço o conjunto de reflexões em cujas bases estão a fundamentação da prática. Nesse sentido, este documento se inicia pela descrição dos dados físicos e humanos da escola, apresentando os recursos e elementos disponíveis para a concretização das metas da instituição.

Na sequência apresentam-se os elementos situacionais, na qual são descritos o histórico e características da instituição, a caracterização da comunidade, ambientes pedagógicos disponíveis, os objetivos e princípios norteadores da escola, que expressam o seu compromisso, no sentido de garantir a formação integral do indivíduo para nela agir de forma crítica e consciente.

Através da fundamentação teórica procurou-se dar autoridade filosófica ao discurso e à prática pedagógica da escola, esta compreende um estímulo à reflexão das atitudes do dia-a-dia, buscando um processo de avaliação de todo trabalho proposto

e efetivado. Deste modo, os elementos conceituais configuram a proposta de ensino em cada área do conhecimento, apresentando os princípios teóricos e filosóficos da educação, atentando-se para a concepção de educação, que desenvolva a criatividade, criticidade e autonomia. Neste também contempla-se as concepções de sujeito, sociedade, processo ensino-aprendizagem, avaliação da aprendizagem, infância e adolescência, currículo, gestão democrática e educação inclusiva e especial.

Fundamentando-se na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) organizam-se os elementos operacionais da instituição de ensino em questão, entre outras premissas, apresentam-se os processos de avaliação da aprendizagem dos educandos, a composição e função da equipe multidisciplinar e intervenções pedagógicas para atendimentos a alunos com dificuldades.

Na conclusão deste projeto procurou-se expressar os anseios da concretização deste compromisso da escola na construção, transformação e mudança das visões de homem, educação e realidade. Por meio da avaliação estabeleceu-se um conjunto de reflexões sobre os objetivos, bem como sobre a pertinência e relevância para a garantia e manutenção da qualidade da educação no desenvolvimento do ser humano.

Em consonância com a Constituição Federal, Art. 6º, que apresenta a conquista da cidadania plena, fruto de direitos e deveres, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996), estabelece uma reestruturação no Sistema Educacional Brasileiro, “tanto em relação à gestão e à organização, quanto à ação educativa, consagrando como princípios: “a liberdade, a autonomia, a flexibilidade e a democracia”

Segundo a LDB (Art. 1º caput) a Educação constitui-se pela abrangência dos diversos modos de formação do ser humano: “o trabalho, as manifestações culturais, o aprendizado na escola e na faculdade, entre outros”. Assim, pela referida Lei, “educação escolar deve estar relacionada ao mundo do trabalho e à vida em sociedade”. (Art. 1º, § 2º).

A preocupação fundamental do sistema de ensino está em melhorar a qualidade da educação pública para o desenvolvimento de nossos educandos, como sujeitos críticos e reflexivos diante de sua própria realidade social, desenvolvendo habilidades práticas para o trabalho e oportunizando a superação de modelos sociais, culturais e políticos já estabelecidos, visando a transformação do indivíduo e da sociedade.



Muitas vezes, os trabalhadores em educação pensam estar trabalhando apenas com teoria supostamente neutra. No entanto, essa teoria não se separa da prática, e só na prática encontra razão de ser. Segundo Vasquez 1968, a teoria em si não transforma o mundo, mas pode contribuir para sua transformação. Entre a teoria e a atividade prática transformadora, insere-se um trabalho de educação de consciências, de organização dos meios materiais e de planos concretos de ação. A educação é uma ação intencional, e assim sendo, é necessário fazer um planejamento metódico e rigoroso. Uma ação planejada de forma reflexiva e consciente pode possibilitar a ruptura com os padrões vigentes. Educar é contribuir para consolidar o processo de humanização do homem. Humanizar-se é assimilar o coletivo social no individual, em seu caráter dialético de transformar-se, transformando a realidade (Currículo Básico 2007).

A construção de um projeto indica a direção da sociedade que se quer produzir. Assim, à medida que compreendemos o tipo de organização social que queremos, podemos contribuir para sua transformação. Neste documento, utilizamos de pressupostos teóricos que nortearão a prática pedagógica e que construirão a identidade da escola: através dos pressupostos filosóficos, psicológicos, legais e pedagógicos, os quais orientam a organização curricular do Oeste do Paraná.

Os pressupostos filosóficos dizem respeito à concepção de homem e de sociedade e à compreensão de educação, e são eles que definem a direção dos demais fundamentos; os psicológicos explicitam uma concepção de desenvolvimento humano e de aprendizagem; os pedagógicos expressam um modo de pensar e fazer da educação, para consolidar os pressupostos filosóficos. Os pressupostos legais referem-se às bases presentes na legislação educacional, que dão à operacionalização da proposta curricular.

A educação trabalha fundamentalmente com as ideias, não podendo descuidar dos pressupostos, das concepções e dos fundamentos teórico-metodológico que embasam a prática educacional.

Trata-se de lutar pela educação, mas não apenas por ela; trata-se de lutar também pela transformação da sociedade na qual ela está inserida.

Dentre os temas transversais relacionadas a esse componente curricular, cumpre destacar a educação em direitos humanos **Decreto nº 7.037/2009**, Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/PC nº 01/2012, **LEI Nº 13.185/2015**. Fica instituído o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (**Bullying**) em todo o

território nacional, a educação das relações étnico-raciais e ensino de história e Cult Parecer ura afro-brasileira, africana e indígena (**Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008**, CNE/PC nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/2004), bem como, o processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso (Leis nº 8.842/1994 e 10.741/2003) e as áreas de saúde, sexualidade, vida familiar e social e diversidade cultural, asseguradas.

O presente projeto justifica-se por ser um importante instrumento teóricometodológico que além de nortear o trabalho pedagógico, objetiva assegurar um ensino de qualidade, onde sejam respeitadas as especificidades da faixa etária (quatro meses a quarenta e oito meses), considerando as atividades lúdicas como estratégias importantes para o desenvolvimento das crianças, pois é através da brincadeira que a criança confronta fantasia e realidade, aprende a lidar com seus medos e busca soluções mágicas para seus problemas.

Por ser um documento construído a partir de reflexões coletivas, visa auxiliar a comunidade escolar, na busca de soluções para os desafios do cotidiano de forma sistematizada, consciente e participativa.

## 1. IDENTIFICAÇÃO

### 1.1- IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E DA MANTENEDORA

NRE	Cascavel
MUNICÍPIO	Céu Azul/PR
MANTENEDORA	Prefeitura Municipal de Céu Azul Avenida Nilo Humberto Deitos, 1426 - Centro, Céu Azul - PR, 85840-000
INSTITUIÇÃO	Centro Municipal de Educação Infantil Santa Clara Rua: Niterói, 280 - Bairro União - Fone: (45) 3121-1065 e-mail: cemei21santaclara@hotmail.com CEP: 85.840.000 Céu Azul - PR
ESPECIFICIDADE	( ) campo (X) urbana ( ) indígena ( ) quilombola ( ) ilhas ( ) itinerantes ( ) familiares

Marque comum X nos campos “sim” ou “não”, conforme o que a instituição oferta

	SIM	NÃO
Educação Infantil	X	
EF Anos Iniciais (1º ao 5º)		X

EF Anos Finais (6° ao 9°)		X
EF Anos Finais (6° ao 9°) em tempo integral		X
Ensino Médio		X
Ensino Médio em Tempo Integral		X
Educação Especial		X
EJA		X
Educação Profissional (cursos)		X

## 1.2- CÓDIGO INEP DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Código do INEP: 413716-90

## 1.3- CÓDIGO DA TURMA

C 2100

## 1.4 – CÓDIGO DO SERE

401

## 1.5- CURSOS E MODALIDADES DE ENSINO OFERTADAS PELA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

MODALIDADE - Educação Básica		
ETAPA (CRECHE)	Etapa da Educação Infantil	0 a 03 anos
ETAPA (Pré- escola)	Etapa da Educação Infantil	04 e 05 anos

## 1.6- ORGANIZAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR E ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Etapa	Organização	Avaliação	Organização curricular
			Campos de experiência

Educação Infantil (creche)	BEBÊS Berçário, CRIANÇAS BEM PEQUENAS Maternal I Maternal II Maternal III	Trimestral (Relatório descritivo)	- O eu, o outro e o nós. - Corpo, gestos e movimentos. -Traços, sons, cores e formas. -Escuta, fala, pensamento e imaginação. - Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.
Educação Infantil (Pré-escola)	CRIANÇAS PEQUENAS Educação infantil 04 anos Educação infantil 05 anos	Trimestral (Relatório descritivo)	- O eu, o outro e o nós. - Corpo, gestos e movimentos. -Traços, sons, cores e formas. -Escuta, fala, pensamento e imaginação. - Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

### 1.6.1 – RECREIO INTERATIVO

As atividades livres ou dirigidas, durante o período de recreio interativo, possuem um enorme potencial educativo considerada pela escola na elaboração da sua Proposta Pedagógica. Os momentos de recreio livre são fundamentais para a expansão da criatividade, e o cultivo da integração um para com o outro. Na legislação, o recreio e os intervalos de aula são hora de efetivo trabalho escolar, conforme conceituou o CNE, Recreio como atividade escolar (referente à Indicação CNE/CEB 2/2002, de 04.11.2002): “As atividades escolares se realizam na tradicional sala de aula, do mesmo modo que em outros locais adequados a trabalhos teóricos e práticos, visando à plenitude da formação de cada aluno. Assim, não são apenas os limites da sala de aula propriamente dita que caracterizam com exclusividade a atividade escolar de que fala a lei. Esta se caracterizará por toda e qualquer programação incluída na Proposta Pedagógica da instituição, com frequência exigível e efetiva orientação por professores habilitados.

Os 200 dias letivos e às 800 horas anuais englobarão todo esse conjunto”. Do mesmo modo, a efetiva orientação por professores habilitados é condição indispensável para a caracterização de “horas de efetivo trabalho escolar”. Referidos no Parecer CNE/CEB 05/97 que, no seu conjunto, integram os 200 dias de efetivo trabalho escolar e às 800 horas, mínimos fixados pela Lei Federal 9394/96.

O fato de o recreio ser considerado “efetivo trabalho escolar” não é um entendimento novo. Já foi adotado quando da implantação da Lei 5.692/71 e o CFE, no Parecer 792/73, de 5-6-73, concluiu:” o recreio faz parte da atividade educativa e, como tal, se inclui no tempo de trabalho escolar efetivo”.

De acordo com a Proposta Pedagógica, o recreio está sendo desenvolvido como um momento dinâmico de diversão e interação, este é acompanhado e monitorado pela equipe pedagógica, sendo que a equipe administrativa auxilia-os nestes momentos.

## **1.6.2 – CALENDÁRIO ESCOLAR**

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB), de 1996, na educação básica, que engloba a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, “o calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei.”

A LDB prevê, ainda, que a educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns para o calendário escolar: a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluindo o tempo a reservado aos exames finais, quando houver.

A LDB, no entanto, prevê a possibilidade de ampliação dos dias e horas de aula de acordo com as possibilidades e necessidades das escolas e do sistema. Na oferta de educação básica para a população rural, por exemplo, os sistemas de ensino devem adequar o calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas.

Assim sendo, o Calendário Escolar é um sistema de divisão do tempo que considera o ano letivo e estabelece os períodos de aula, de recesso e outras identificações julgadas convenientes, tendo em vista o interesse do processo educacional e o disposto no projeto pedagógico. O calendário escolar desta instituição segue em anexo ao final deste documento anexo 01.

### **1.6.3 – PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR**

De acordo com a Deliberação nº 02/2018 - CEE, a Proposta Pedagógica Curricular (PPC) é parte integrante do Projeto Político-Pedagógico da instituição de ensino e pode ser organizada: por área de conhecimento, disciplina, blocos de disciplinas, módulos, núcleos de competências e habilidades, eixo integrador, tema gerador, ciclos, projetos e atividades complementares.

A PPC deve também considerar os fins buscados pela instituição para o desenvolvimento pleno do estudante, os pressupostos teórico-metodológicos na organização curricular de cada etapa, modalidade e curso ofertados, o objetivo geral e objetivos específicos e as metas a serem alcançadas, referentes ao processo de ensino e aprendizagem e as estratégias para cumpri-las, a integração e articulação dos conteúdos didáticos. Lembrando que a PPC deve contemplar os conteúdos previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), instituída no Paraná por meio do Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações.

Sabe-se que cada município e cada comunidade escolar têm as suas especificidades e, portanto, no Projeto Político Pedagógico, realiza-se as devidas complementações, atentando-se para nossa realidade.

No entanto, para que ela tenha o seu propósito atingido, faz-se necessário entender/compreender os Pressupostos Filosóficos, Psicológicos, Pedagógicos e Legais, bem como estudar cada componente curricular no que tange à Concepção, aos Objetivos, aos Pressupostos Teórico- metodológicos e à Avaliação, escopo a ser alcançado por intermédio da participação contínua nos grupos de estudos, seminários, simpósios e demais grupos de trabalho, objetivando fazer o melhor para aqueles a quem se destina a PPC.

A Proposta Pedagógica Curricular, ou seja o documento físico, encontra-se na instituição, como também se encontra disponível no site da AMOP – Associação dos Municípios do Oeste do Paraná.

### **1.7- Nº DE TURMAS E Nº DE ESTUDANTES, DISTRIBUÍDOS POR MODALIDADES, SÉRIES/ANOS/CICLOS E TURNOS. TURNOS DE FUNCIONAMENTO**

Nº de turmas	Nº de estudantes	Ciclos	Turnos
1 turmas	12 estudantes	BEBÊS	Manhã
1 turma	12 estudantes	BEBÊS	Integral
1 turma	12 estudantes	BEBÊS	Tarde
1 turma	16 alunos	CRIANÇAS BEM PEQUENAS	Integral
1 turma	16 alunos	CRIANÇAS BEM PEQUENAS	Tarde
1 turma	08 alunos	CRIANÇAS BEM PEQUENAS	Manhã
1 turma	12 alunos	CRIANÇAS BEM PEQUENAS	Integral
1 turma	12 alunos	CRIANÇAS BEM PEQUENAS	Integral
1 turma	06 alunos	CRIANÇAS BEM PEQUENAS	Manhã
1 turma	15 alunos	CRIANÇAS BEM PEQUENAS	Integral
1 turma	15 alunos	CRIANÇAS BEM PEQUENAS	Integral

\*BEBÊS – 0 a 1 ANO;

\*CRIANÇAS BEM PEQUENAS – 1 ANO;

\*CRIANÇAS BEM PEQUENAS – 2 anos e 3 anos 11 meses e 29 dias

### 1.8- QUADRO DE PROFISSIONAIS

NOME	FORMAÇÃO	FUNÇÃO
Sandra Maria da Silva	Formação Docente, Ensino Superior, Pós Graduação em: Gestão Escolar, Educação Especial: com ênfase em Libras, Psicopedagogia	Diretora
Carla Kilpp	Magistério/ Letras com habilitação em Libras, Pós-graduação em Gestão Escolar; Educação Especial Inclusiva	Coordenadora Pedagógica
Adilson Jankowski	Magistério, Pedagogia	Professor 30h

Ananda Tamires Blauth	Formação docente, Pedagogia, Pós-Graduação em Psicopedagogia Institucional, PósGraduação em Educação Especial: com ênfase em Deficiência Intelectual e Múltiplas	Professora 30h
Andréa Otaviano	Magistério, Graduação em Artes visuais, Pós-graduação em Educação do Campo; Educação Especial Inclusiva com ênfase em Libras; Metodologia de Artes	Professora 30h
Aneliese Ackermann	Pedagogia/ Pós-Graduação em Psicopedagogia/ Educação Especial com ênfase em Deficiência Intelectual e Múltiplas	Professora 30h
Caroline Hoffelder	Pedagogia, Pós-Graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional; Educação Especial e Psicomotricidade	Professora 30h
Daniely Ienerich Kaktin Tavares	Magistério, Graduação Pedagogia, Pós-graduação em Psicopedagogia; Neuropedagogia	Professora 30h
Deyse Gisele de Lima Metz	Graduação Pedagogia, PósGraduação em: Neuropedagogia; Educação Especial: Intelectuais e Múltiplas	Professora 30h



Eleni Hartmann	Magistério/ Pedagogia- Pós-Graduação em Educação Infantil; Neuropedagogia	Professora 30h
Elizabeth Acácio da Costa	Magistério/Cursando Pedagogia	Professora 30h
Elizete Fontana	Pedagogia, Pós-Graduação em Educação Especial Inclusiva; Gestão Escolar; Educação do Campo; cursando Letras/Espanhol	Professora 30h
Eltrita Elert Weber	Pedagogia, Pós-Graduação em Gestão Escolar; Educação Especial Inclusiva	Professora 30h
Ines Fernandes de Moura	Pedagogia/ Pós-Graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional/ Ensino de Arte	Professora 30h
Maria Aparecida de Oliveira Diegro	Magistério; Pedagogia Pós – Gestão Educacional; Psicomotricidade; Ensino Lúdico	Professora 30h
Márcia Cristina Bonifácio Santana de Aquino	Magistério; Pedagogia; Pós-Graduação em Educação Especial na Educação Inclusiva nos Anos Iniciais; Neuropedagogia	Professora 30h
Michelly Thalita Holek Ramos	Magistério e Ciências Biológicas;	Professora 30h

	Pós-graduação em Ensino de Ciências, Educação Especial: Deficiência Intelectual e Múltiplas,	
Mirian Tatiani Nosswitz Cigerza	Formação Docente; Pedagogia; Pós-Graduação em Docência no Ensino Superior; Psicopedagogia com ênfase em Educação Especial	Professora 30h
Neuza Aparecida Barbosa	Magistério, Pedagogia	Professora 30h
Rosa Maria Sebastião	Magistério/Pedagogia/Pós-Graduação Educação Infantil	Professora 30h
Roseli Wengrat Tillwitz	Magistério/Pedagogia/Pós graduação em Educação Especial com ênfase em Deficiência Intelectual e Múltiplas	Professora 30h
Patrícia de Souza Ulatoski	Pedagogia	Professora 30h
Tatiane Berta Soares	Magistério; Licenciatura em História; Pós-graduação em Neuropedagogia; Gestão escolar, Orientação e Supervisão	Professora 30h
Lucinéia Rodrigues Meurer	Ensino Fundamental Incompleto	Zeladora
Maria Aparecida Meurer	Ensino Fundamental	Zeladora
Fátima dos Santos	Ensino fundamental	Zeladora
Ivanilda dos Santos	Ensino fundamental	Zeladora
Margarete Lunkes	Ensino Médio Completo	
Olga Gonçalves Ozório Napomuceno	Ensino Médio Completo	Cozinheira

Juraci Pastre Wichoski	Ensino Médio Completo	Cozinheira
------------------------	-----------------------	------------

## 2. ELEMENTOS SITUACIONAIS (DIAGNÓSTICO)

### 2.1 HISTÓRICO E CARACTERÍSTICAS DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Em 1988, foi criada no Bairro União uma creche, que funcionava como extensão da Creche São Francisco de Assis. A creche foi criada devido à necessidade existente naquele bairro, pois era formado por casas da COHAPAR e afastado do centro da cidade. Muitas mães trabalhavam fora de casa, necessitando então, deixar seus filhos na creche. Realizou-se uma reunião com pais da comunidade para a escolha do nome da creche. O nome escolhido foi Creche Santa Clara, pois essa Santa seguia a ideologia de São Francisco de Assis, ficando então assim nomeada:

Creche São Francisco de Assis – Santa Clara.

A Creche funcionava nas dependências do Centro Comunitário do Bairro União, localizado próximo a Escola Municipal Tancredo Neves. As duas entidades eram administradas pela mesma diretora Sra. Elisete Blauth de Oliveira, no período de 1988 a 1990. A Creche atendia aproximadamente 40 crianças de 0 a 6 anos, em turmas de berçário, maternal e jardim.

Em 1991 percebendo a necessidade de desvincular as direções da creche e da escola devido ao aumento de alunos tanto na creche como escola, a Secretária de Educação Sra. Roseli Maria Pescador Brandalise sugeriu a desvinculação das entidades. A direção da Creche Santa Clara passou então a cargo da Sra. Elaine Fabrini Rieger e na direção da Escola Municipal Tancredo Neves permaneceu a Sra. Elisete Blauth de Oliveira.

De 1995 a 1997 a Creche Santa Clara foi administrada pelas diretoras: Karem Soares Meira (1995), Luzia Bachin Vogt (1996), Ibraína Terezinha dos Santos (1996) e Clair Stringari (1997).

No ano de 1996 com a sanção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação em seu artigo 89 diz que “As creches e pré-escolas existentes ou que venham a ser criadas deverão, no prazo de três anos, a contar da publicação desta Lei, integrarse ao respectivo sistema de ensino”. A partir de 1998 as creches passaram a ser coordenadas pedagogicamente pela Secretaria Municipal de Educação. A Secretária

da Educação, Sra. Roseli Maria Pescador Brandalise designou uma supervisora da SEMED para fazer o acompanhamento pedagógico. A supervisão das creches ficou sob responsabilidade da Professora Elisete Blauth de Oliveira, tendo como objetivo implementar propostas voltadas à dimensão educativa da creche: o cuidar, o brincar e o educar, provendo ações interdisciplinares capazes de garantir o pleno desenvolvimento da criança na Educação Infantil.

Em 1998, assumiu a direção da Creche Santa Clara a Sra. Naci Blauth Bonamigo, ano em que a creche já atendia 100 crianças de berçário, maternal e jardim

I e II.

Em 2002 assumiu a direção da Creche Santa Clara a Sra. Vera Lúcia Borchart Felisbino. Em 2003 a direção da creche passou a cargo da Sra. Lize Laine Dorne, tendo como supervisora pedagógica na SEMED a Professora Anita Daroda Cassiano. Neste ano a creche atendia a 115 crianças de 0 a 7 anos com turmas de berçário I e II, maternal, jardim I e II e 1ª série. Essas crianças participavam dos projetos: apoio pedagógico para 1ª série, Festival de Talentos da Creche, Educação Física e Recreação, artes, teatro, música, entre outras atividades.

Em 2005 assumiu a direção a senhora Suzana Teixeira e a entidade atendia, 108 crianças de 0 a 5 anos e 11 meses somente na Educação Infantil.

A partir da aprovação da autorização de funcionamento da Creche Santa Clara, a mesma passou a atender pelo nome de **Centro Municipal de Educação Infantil Santa Clara (CEMEI Santa Clara)**.

De 2009 a 2012 assumiu a direção a Professora Sandra Maria da Silva e na Coordenação Pedagógica a Professora Maria Aparecida de Oliveira Diegro, o CEMEI atendia em torno de 100 crianças a cada ano.

De 2013 a 2016 assumiu a direção a Professora Kátia Tatiana Harst e na Coordenação Pedagógica a Professora Caroline Holffelder, o CEMEI atendia em torno de 100 alunos por ano.

Em 2017 e 2018 assumiu a direção a Professora Sandra Maria da Silva e na Coordenação Pedagógica a Professora Carla Kilpp, o CEMEI atendia cerca de 118 alunos. A instituição passou a ofertar vaga somente no período parcial sendo com a vaga integral perante critérios de vaga seguindo a instrução normativa 03/2017.

Em 2019 continuou na direção a Professora Sandra Maria da Silva e na Coordenação Pedagógica a Professora Neusa Forlin Colombo Moresco, o CEMEI atende cerca de 122 alunos.

Em 2020 reassumiu a Coordenação Pedagógica a Senhora Carla Kilpp. O CEMEI atende atualmente 113 alunos.

O Centro Municipal de Educação Infantil (CEMEI) Santa Clara oferta a Educação Infantil – modalidade creche em período parcial de no mínimo, 4(quatro) horas e de 7 (sete) horas para o turno integral. No período integral, inicia suas atividades com as crianças às 7h30 e encerra às 18h. No período parcial manhã, atende das 7h45 às 12h e no período parcial tarde, das 13h15 às 17h30, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, recesso escolar e período de férias conforme calendário. Os alunos matriculados em turmas de período integral estão o dia todo envolvidos com atividades que proporcionam o seu constante aprendizado, tendo como carga horária obrigatória de 7 horas diárias e os alunos matriculados em período parcial (manhã ou tarde), realizam estas atividades dentro do período que estão matriculados, tendo carga horária obrigatória de 4 horas diárias.

## **2.2- CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE**

O Centro Municipal de Educação Infantil Santa Clara está inserido na realidade de uma comunidade urbana, a maior parte dos educandos atendidos são filhos de trabalhadores assalariados, tendo como principais profissão apresentadas: pedreiro, motorista, mecânico, autônomo, professor, doméstica, cozinheira, auxiliar de produção. Grande parte destes, trabalham no próprio município, nas fábricas, empresas e comércio local, tendo uma renda média familiar de dois a três salários mínimos.

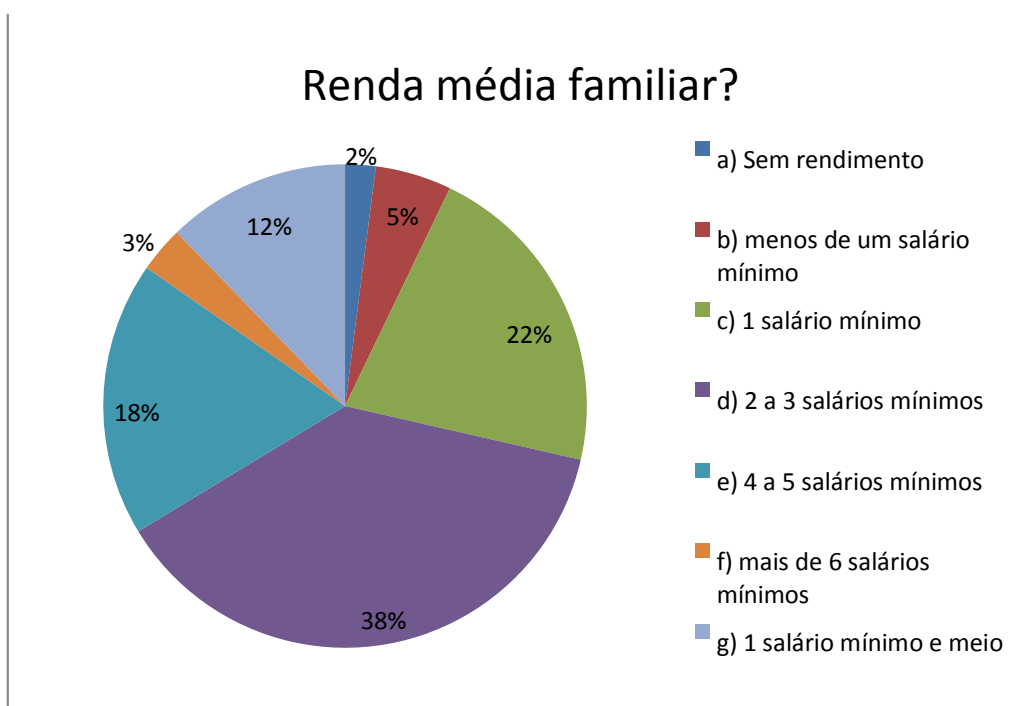
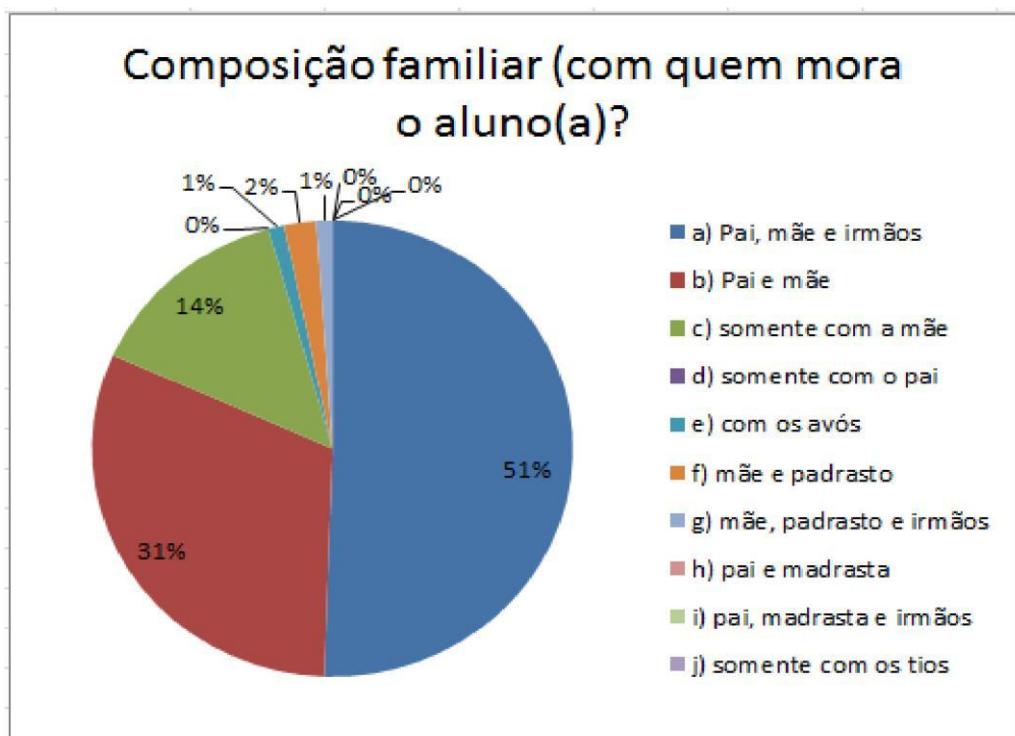
Totaliza-se em torno de 80% as crianças que moram com os pais, ou com pais e irmãos, conforme mostra o gráfico apresentado a cima. A maior parte das famílias dos estudantes reside em construções de alvenaria, abastecida com água encanada e saneamento básico por meio da rede de esgoto. Todas as moradias possuem energia elétrica e cerca 42% possuem acesso à internet, por conexão banda larga. 75% dos pais possui carro ou moto para se locomover.

Percebe-se por meio dos dados apresentados, que os pais mostram-se preocupados e interessados com a vida escolar de seu filho, pois cerca de 80%

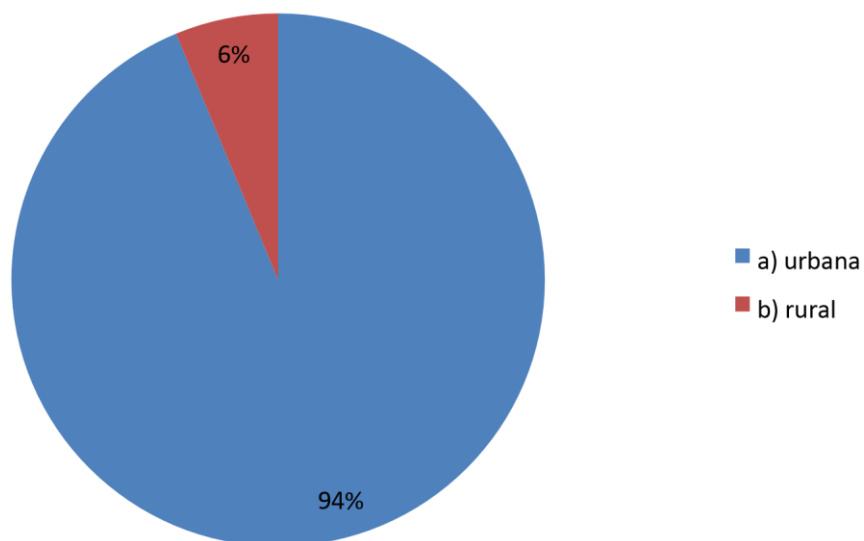
incentivam de alguma maneira os filhos a estudarem e participam de reuniões de pais.

Para verificar o perfil sociocultural dos pais foi enviado a cada criança matriculada nesta instituição de ensino, um questionário que segue em anexo, para levantamento de dados. Desta forma, podemos perceber nos gráficos as seguintes informações:

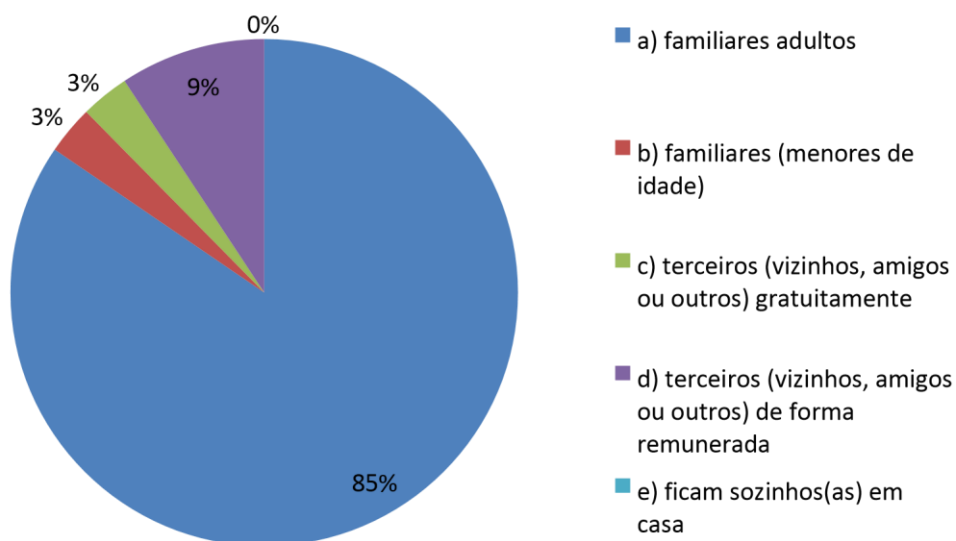
questionário está no anexo 02



### Local de Moradia

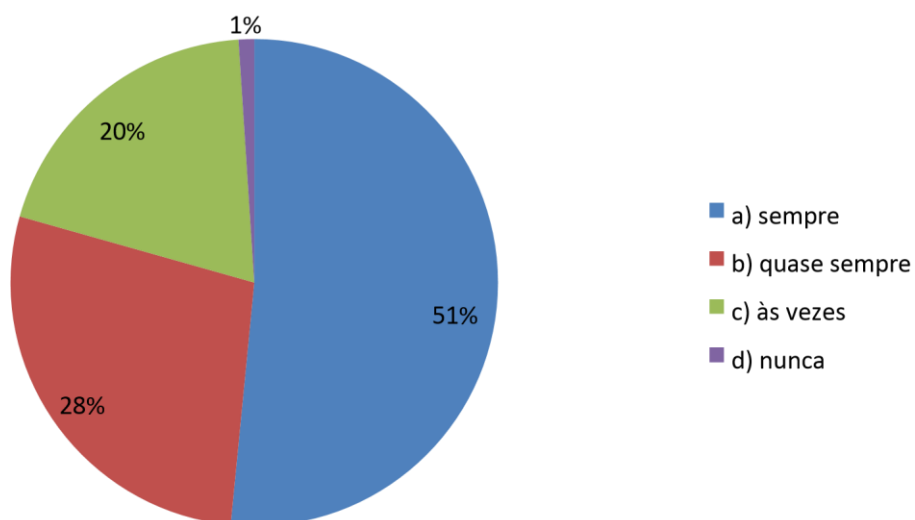


### 17 - No período de férias, recessos escolares e feriados, com quem fica seu filho(a)?

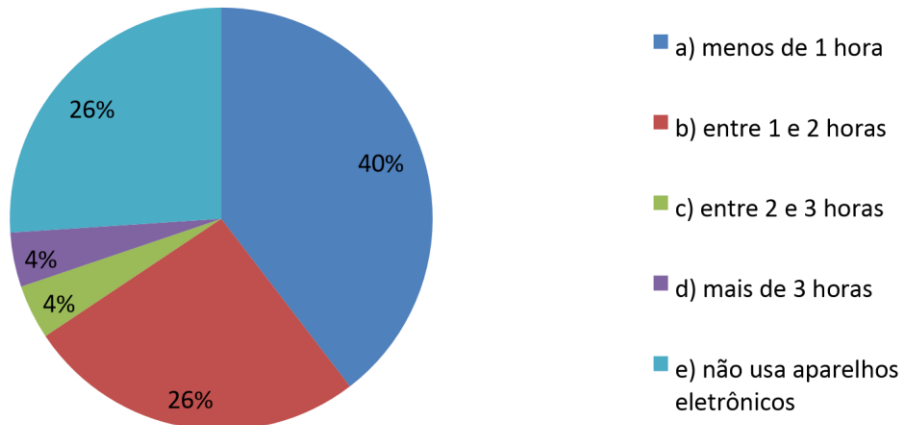




Com qual frequência vão à reunião de pais?

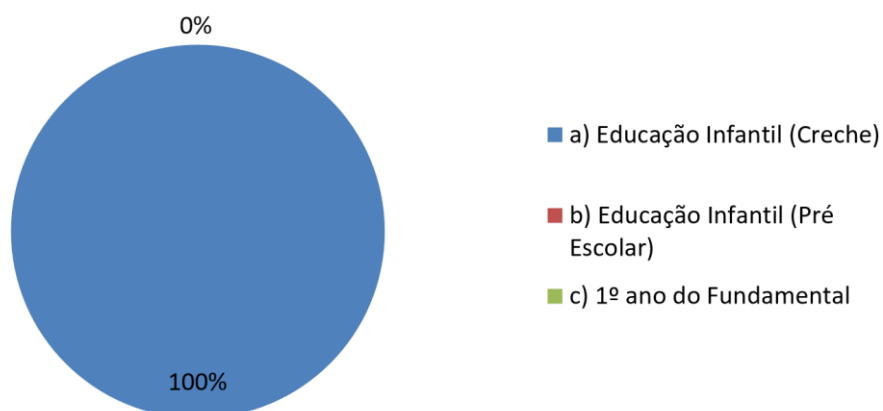


– Em dia de aula seu filho(a) gasta quanto tempo assistindo TV, navegando na Internet ou jogando jogos eletrônicos?

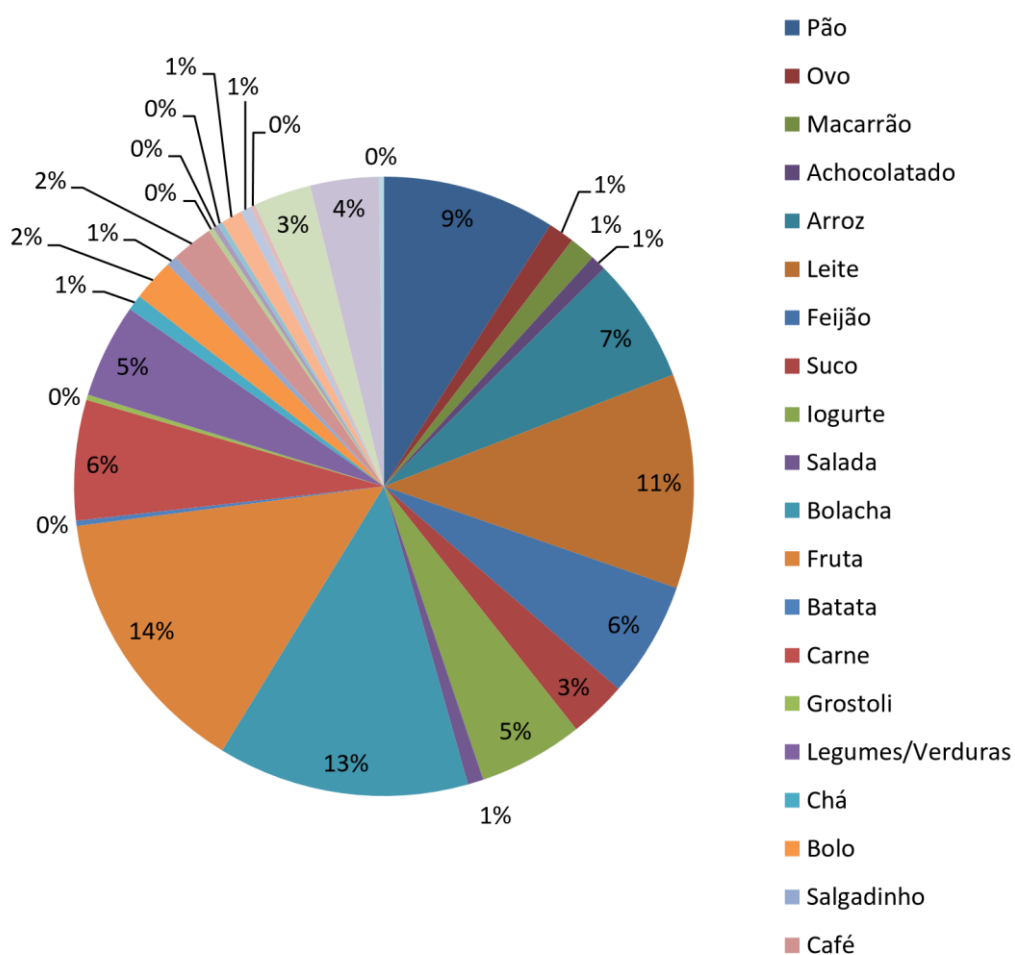


## 2.3 AMBIENTES PEDAGÓGICOS DISPONÍVEIS

Quando seu filho(a) entrou na escola?



Quais alimentos a criança costuma consumir ao retornar da escola?



### **Sala de direção**

A Sala de Direção possui 11,23m<sup>2</sup>. Mobiliário: 01 mesas, 01 cadeiras, 01 armários, 04 poltronas. Boas condições de uso.

Sala utilizada pela diretora da instituição, destinada a atendimento individualizado com pais, professores e funcionários e elaboração de documentos diversos.

### **Secretaria**

Área com 24;23m<sup>2</sup>.

Mobiliário:

04 mesa

01 mesa em L com 03 gavetas

01 suporte para computador afixado na parede

01 balcão pequeno com 03 gavetas

01 armário pequeno com 03 prateleiras

02 computadores

01 notebook

01 impressora Laser

01 impressora colorida

01 armário de aço com duas portas

01 arquivo com 04 gavetas

01 armário para documentação com 02 portas e 04 prateleiras

01 armário suspenso com 02 portas

03 cadeiras giratórias

01 banco 02 lugares com 01 armário embutido

Sala utilizada pela secretaria e coordenadora pedagógica na qual realizam-se matrículas e matrículas, atendimento ao público, orientações individualizadas aos professores, realização de documentos diversos.

### **Sala 03 – Berçário - A**

Possui 61,66 m<sup>2</sup>. Encontra-se em perfeito estado de conservação e boas condições de uso e segurança para o desenvolvimento das atividades pedagógicas.

Há 07 berços, 09 cadeirões de alimentação, 03 carrinhos de bebê, 02 ventiladores de parede, 01 cadeira grande, 01 balcão com 10 portas e 04 gavetas, bancada de

mármore com pia. Sala com 02 ventiladores, 01 pia de louça, trocador com bancada em mármore e pia em aço inox mais 01 pia de louça.

Nesta sala de aula atendemos a crianças de 0 a 01 ano, realizando atividades pedagógicas que incluem o cuidar e o educar.

#### **Sala 04 – Berçário B e C**

Possui 61,66 m<sup>2</sup>. Encontra-se em perfeito estado de conservação e boas condições de uso e segurança para o desenvolvimento das atividades pedagógicas. Possui 07 berços, 06 cadeirões de alimentação, 05 carrinhos, 01 ar condicionado, 01 balcão com 10 portas e 04 gavetas, 01 pia de louça, trocador com bancada em mármore e pia em aço inox mais 01 pia de louça.

Nesta sala de aula atendemos a crianças de 0 a 01 ano, realizando atividades pedagógicas que incluem o cuidar e o educar.

#### **Sala 05 – Maternal I B e C**

Atende crianças na faixa etária de 01 a 02 anos. Possui 61,66 m<sup>2</sup>. Encontrase em perfeito estado de conservação e boas condições de uso e segurança para o desenvolvimento das atividades pedagógicas. Mobiliário: 01 mesa grande, 02 bancos, 03 mesas pequenas, 04 cadeiras pequenas 01 balcão com 10 portas e 04 gavetas 04 colchões e 01 ar condicionado 12.000 BTUs, 01 trocador com bancada de mármore, 01 lavatório com torneiras, 01 banheiro com 03 vasos sanitários, espaço para banho com 03 chuveiros.

Nesta sala de aula atendemos a crianças de 01 a 02 ano, realizando atividades pedagógicas que incluem o cuidar e o educar.

#### **Sala 06 – Maternal I - A**

Possui 61,66 m<sup>2</sup>. Encontra-se em perfeito estado de conservação e boas condições de uso e segurança para o desenvolvimento das atividades pedagógicas. Possui: 01 mesa grande, 02 mesas pequenas, 04 cadeiras pequenas, 02 bancos, 16 colchões, 01 balcão de 10 portas e 04 gavetas, 01 trocador com bancada de mármore e pia em inox, 01 lavatório com 03 torneiras, 01 banheiro com 03 vasos sanitários, espaço para banho com 03 chuveiros. Aparelho de Ar-condicionado de 12.000 BTU's.

Nesta sala de aula atendemos a crianças de 01 a 02 anos, realizando atividades pedagógicas que incluem o cuidar e o educar.

### **Sala 07 – Maternal III – B**

Área com 39,52 m<sup>2</sup>. Encontra-se em perfeito estado de conservação e boas condições de uso e segurança para o desenvolvimento das atividades pedagógicas. Mobiliário: 14 cadeirinhas, 03 mesinhas, 01 ventiladores, 01 balcões para TV com 03 gavetas, 01 balcões com tampo de mármore, 01 armários de aço com 12 portas, 16 colchonetes, 01 ares condicionados 12.000 BTUs.

Nesta sala de aula atendemos a crianças de 03 a 04 anos, realizando atividades pedagógicas que incluem o cuidar e o educar.

### **Sala 08– Maternal III - A**

Área com 39,52 m<sup>2</sup>. Encontra-se em perfeito estado de conservação e boas condições de uso e segurança para o desenvolvimento das atividades pedagógicas. Mobiliário: 04 mesas, 16 cadeiras, 01 ventilador de parede, 14 colchonetes, 01 balcão com tampo de mármore 05 portas e 04 gavetas.

Nesta sala de aula atendemos a crianças de 03 a 04 anos, realizando atividades pedagógicas que incluem o cuidar e o educar.

### **Sala 09 – Maternal II – B**

Área com 39,52 m<sup>2</sup>. Encontra-se em perfeito estado de conservação e boas condições de uso e segurança para o desenvolvimento das atividades pedagógicas. Mobiliário: 01 Ventilador, 03 mesinhas, 12 cadeiras, 01 armário de aço com 12 portas, um balcão com 05 portas e 03 gavetas com tampo de mármore, 01 armário de aço com 12 portas, 12 colchonetes, 01 ar condicionado 12.000 BTUs.

Nesta sala de aula atendemos a crianças de 02 a 03 anos, realizando atividades pedagógicas que incluem o cuidar e o educar.

### **Sala 11 – Maternal II – A**

Área com 39,52 m<sup>2</sup>. Encontra-se em perfeito estado de conservação e boas condições de uso e segurança para o desenvolvimento das atividades pedagógicas.

Possui 02 Ventiladores, 03 mesinhas, 12 cadeirinhas, 01 armário de aço com 12 portas, 01 balcão com 05 portas e 04 gavetas com bancada de mármore, 12 colchões.

Nesta sala de aula atendemos a crianças de 02 a 03 anos, realizando atividades pedagógicas que incluem o cuidar e o educar.

### **Sala 12 – Maternal II – C e D**

Área com 27,11 m<sup>2</sup>. Encontra-se em perfeito estado de conservação e boas condições de uso e segurança para o desenvolvimento das atividades pedagógicas. Possui 03 mesas, 01 carteirinha, 12 cadeiras, 02 ventiladores, 01 balcão pequeno com 08 gavetas, 01 armário de aço com 02 portas.

Nesta sala de aula atendemos a crianças de 02 a 03 anos, realizando atividades pedagógicas que incluem o cuidar e o educar.

### **Sala 13 – Almojarifado**

Área com 11,90 m<sup>2</sup> que está sendo usado como uma sala multiuso para guardar os materiais pedagógicos.

### **Biblioteca (Lei Federal nº 12.244/10, de 24/05/2010, da Biblioteca Escolar)**

A Instituição de Ensino não possui sala para biblioteca. Quanto ao acervo bibliográfico possuímos livros de literatura infantil destinada a faixa etária dos nossos alunos. Contamos também com acervo destinado aos professores para pesquisa e complementação do trabalho pedagógico.

### **Sala para os docentes**

Área com 16 m<sup>2</sup>. Mobiliário: 01 mesa, 09 cadeiras almofadadas, 02 caseiros de aço com 12 portas cada um, 01 mesa para computador, 01 computador, 01 notebook, 01 balcão com 16 gavetas.

Sala destina aos professores realizarem hora atividade, pesquisa e elaboração de atividades.

### **Banheiros e Sanitários**

Nas instalações sanitárias há 02 banheiros adaptados, 01 masculino e outro feminino, 01 banheiro feminino e 01 banheiro masculino infantil com 04 vasos sanitários, um lavatório e espaço para banho com 03 chuveiros em cada banheiro. Possui banheiro para os docentes, masculino e feminino, banheiro para funcionários /zeladores, banheiro para cozinheiras que estão em ótimas condições de uso e higiene.

### **Recreação e Atividade física**

Para atividades físicas e recreação a Instituição de Ensino possui um espaço para atividades de recreação e atividades físicas fora das salas de aulas, como parquinho ao ar livre/espaço verde, solários, saguão coberto com playground. As condições de acesso são boas, considerando que todas as salas estão no mesmo nível da entrada e pátio do CEMEI.

### **Lactário**

Há um lactário com 01 geladeira e 01 fogão a gás 04 bocas, 01 pia para higienização das mamadeiras e um lavatório para mãos.

Local destinado ao preparo de alimento das crianças com idade da turma de Berçário.

### **Cozinha**

A Instituição de Ensino possui uma cozinha que está em excelentes condições de iluminação, ventilação e limpeza. Não há cantina comercial. Há uma dispensa com prateleiras para guardar os alimentos, há lavatório dentro da cozinha e na parte externa. O lixo é retirado diariamente e colocado em uma lixeira externa para coleta pública. Não há mesas nem cadeiras. Existe espaço adequado para manipulação dos alimentos, bem como para servir as refeições.

Os funcionários que trabalham na cozinha e lactário recebem capacitação sobre manipulação de alimentos, e higiene regularmente, através de nutricionista escolar.

### **Lavanderia**

Possui lavanderia com dispensa, armário para armazenar produtos de limpeza e afins tanque e máquina de lavar roupas. Ambiente bem estruturado com ótimas condições de uso.

## **Acessibilidade**

A escola atende as exigências quanto a acessibilidade, considerando que todas as salas estão no mesmo nível da entrada e pátio do CEMEI. Não há escadarias ou degraus.

## **2.4- OBJETIVO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO**

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Sendo assim, a instituição será organizada de acordo com as regras comuns dispostas no artigo 31 da mesma lei referida anteriormente:

- I – avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;
- II – carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional;
- III – atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral;
- IV – controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas;
- V – expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança.

Deste modo, respeita-se a individualidade de cada criança, procurando inserila em todas as atividades, buscando seu pleno desenvolvimento, através de formas diversificadas e lançando mão de todos os recursos disponíveis para que possa atingir a autonomia suficiente, exercendo plenamente sua cidadania.

Esta lei também traz em seu artigo 22, que a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecendo-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.



## **2.5- PRINCÍPIOS NORTEADORES DA EDUCAÇÃO**

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo segundo, a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Em seu artigo terceiro, a vigente lei retrata como o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, respeito à liberdade e apreço à tolerância, coexistência de instituições públicas e privadas de ensino, gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, valorização do profissional da educação escolar, gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino, garantia de padrão de qualidade, valorização da experiência extraescolar, vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais, consideração com a diversidade étnico-racial. Deste modo, a instituição cumpre estes princípios norteadores, executando-os no cotidiano escolar.

## **2.6- INSTÂNCIAS COLEGIADAS**

### **2.6.1- CONSELHO ESCOLAR**

O Conselho Escolar é um órgão colegiado permanente de debate e articulação entre os vários segmentos da comunidade escolar e comunidade local, tendo em vista a gestão democrática do ensino público e a melhoria da qualidade de ensino, tendo seus membros nomeados por Ato Administrativo da Secretaria Municipal de Educação, após o processo de eleição entre seus pares.

O Conselho Escolar é um órgão colegiado representativo da Comunidade Escolar, regido por estatuto próprio, permanente e de debate e articulação entre os vários segmentos da comunidade escolar, tendo em vista a gestão democrática dos Estabelecimentos de Ensino públicos e a melhoria da qualidade de ensino.

O Conselho Escolar exercerá as funções deliberativa, consultiva, avaliativa, fiscalizadora e mobilizadora, nos assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira da unidade escolar, em conformidade com os princípios constitucionais, as políticas e diretrizes educacionais da Secretaria de Estado da Educação, a LDB, o ECA, o Projeto Político Pedagógico do Estabelecimento de Ensino, o Regimento Escolar e as disposições legais e diretrizes da política educacional da Secretaria Municipal de Educação. Diretor da Instituição, Presidente, Vice-presidente, Secretário, Vice-secretário, Dois Membros Titulares e dois membros Suplentes. Cabe também ao Conselho Escolar a aprovação do Calendário Escolar.

- A função deliberativa refere-se tanto à tomada de decisões relativas às diretrizes e linhas gerais das ações pedagógicas, administrativas e financeiras quanto ao direcionamento das políticas públicas, desenvolvidas no âmbito escolar.
- A função consultiva refere-se à emissão de pareceres para dirimir dúvidas e tomar decisões quanto às questões pedagógicas, administrativas e financeiras, no âmbito de sua competência.
- A função avaliativa refere-se ao acompanhamento sistemático das ações educativas desenvolvidas pela unidade escolar, objetivando a identificação de problemas e alternativas para melhoria de seu desempenho, garantindo o cumprimento das normas da escola, bem como, a qualidade social da instituição escolar.
- A função fiscalizadora refere-se ao acompanhamento e fiscalização da gestão pedagógica, administrativa e financeira da unidade escolar, garantindo a legitimidade de suas ações.
- A função Mobilizadora refere-se à promoção da participação, de forma integrada, dos segmentos representativos da comunidade escolar, contribuindo assim para a efetivação da democracia participativa.

De acordo com o artigo 47, são atribuições do Conselho Escolar:

- I - deliberar sobre o Regimento Escolar da respectiva Instituição de ensino;
- II- deliberar sobre o Projeto Político-pedagógico da Instituição;
- III- acompanhar e avaliar a execução do Projeto Político-pedagógico;

IV- acompanhar o desempenho das atividades da direção e coordenação pedagógica da instituição;

V- analisar a prestação de contas da equipe diretiva da instituição;

VI- definir critérios para a utilização do prédio escolar para outras atividades, que não ensino, observando o princípio da integração escola/comunidade e os dispositivos legais emanados da mantenedora;

VII- Mediar e decidir, nos limites da legislação, sobre eventuais impasses de natureza administrativa e/ou pedagógica, esgotadas as possibilidades de solução pela equipe escolar;

VIII- zelar pela publicidade de seus atos e das ações da equipe diretiva da instituição;

IX - desempenhar demais funções inerentes à sua atribuição.

Conselho Escolar é regido por estatuto próprio aprovado por seus integrantes.

No caso de um dos conselheiros infringir as normas estabelecidas neste regimento o secretário municipal de educação, no uso de suas atribuições após a apuração e comprovação das irregularidades poderá destituí-lo.

Atual composição nominal do Conselho Escolar do Centro de Educação Infantil Santa Clara (período de vigência 04/04/2019 à 04/04/2021).

<b>FUNÇÕES</b>	<b>NOMES</b>
PRESIDENTE	André Carlos Ramos
VICE-PRESIDENTE	Ana Caroline Mogliazza
SECRETÁRIA	Daniely Ienerich Kaktin Tavares
VICE-SECRETÁRIA	Elizabeth Acácio da Costa
CONSELHEIRA	Elisangela Alves Vieira
SEGMENTO PAIS/TIRULAR	<u>Franciela Fernanda Lima</u>
SEGMENTO DOCENTE/SUPLENTE	<u>Ines Fernades de Moura</u>
SEGMENTO PAIS/SUPLENTE	Lucimara dos Santos Cruz
SEGMENTO DOCENTE/TITULAR	Michelly Talita Holek Ramos
SEGMENTO NÃO DOCENTE/TURULAR	Neiva Aparecida de Oliveira
SEGMENTO NÃO DOCENTE/SUPLENTE	Franciele da Silva Wengrat
SEGMENTO PAIS/TITULAR	Cristiane Rauber
SEGEMNTO PAIS/ SUPLENTE	Aline Cristina Pena Nakai
CONSELHEIRA	Márcia C. B. Sant'Ana de Aquino
CONSELHEIRA	Roseli Wengrat Tillwitz

## 2.6.2 - ASSOCIAÇÃO DE PAIS, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS.

A APPF, pessoa jurídica e de direito privado, é um órgão de representação dos Pais, Professores e Funcionários do Estabelecimento de Ensino, não tendo caráter político-partidário, religioso, racial, e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus Dirigentes e Conselheiros.

A APPF - Associação de Pais, Professores e Funcionários, instituição auxiliar da escola, terá por finalidade colaborar no aprimoramento do processo educacional, na assistência ao escolar e na integração família-escola-comunidade.

As eleições para a Diretoria e Conselho Fiscal realizar-se-ão a cada dois anos, até o último dia do mês de março.

Parágrafo único: para as funções de presidente, vice-presidente, tesoureiro e vice-tesoureiro os candidatos deverão apresentar documento comprobatório que não possuem restrição junto aos órgãos de proteção ao crédito quanto a sua documentação pessoal.

No ano de 2018 foram alterados alguns incisos e artigos do Estatuto da APPF com as devidas atualizações e registro em cartório. Ficando assim composta: Presidente, Vice-presidente, Secretário, Vice-Secretário, Tesoureiro, Vice tesoureiro e Conselho fiscal composto de dois professores, dois funcionários e quatro pais, desde que não sejam professores ou funcionários da escola.

Entre as muitas atribuições da APPF citaremos abaixo algumas não menos importantes que outras constante no estatuto.

- Auxiliar na organização e participar das atividades culturais, sociais, esportivas e cívicas da instituição;
- Votar e ser votado nos termos do presente Estatuto;
- Estimular a criação e o desenvolvimento de atividades para pais, alunos, professores, funcionários e comunidade, de acordo com as possibilidades;
- Definir juntamente com a direção, professores, funcionários, ouvido o Conselho Escolar, o destino dos recursos advindos de convênios ou

promoções, mediante a elaboração de planos de aplicação, bem como reunir-se para prestação de contas desses recursos, com registro em ata;

- Registrar em livro próprio a prestação de contas de valores e inventário de bens (patrimônio) da associação, sempre que uma nova Diretoria e Conselho Fiscal tomarem posse, dando-se conhecimento à Direção do Estabelecimento de Ensino e ao Conselho Escolar;
- Aplicar as receitas oriundas de qualquer contribuição voluntária ou doação, comunicando irregularidades, quando constatadas, à Diretoria da Associação, à Direção da Escola e ao Conselho Escolar;
- Realizar as prestações de contas, juntamente com a Direção da Escola e em seguida, torná-las públicas;
- Celebrar convênios com o poder público para o desenvolvimento de atividades curriculares, implantação e implementação de projetos e programas na Escola, apresentando plano de aplicação dos recursos públicos eventualmente repassados e prestação de contas na forma da lei;
- Manter atualizada, organizada e com arquivo correto toda a documentação referente à APPF, obedecendo a dispositivos legais e normas do Tribunal de Contas;
- Manter atualizado o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) junto à Receita Federal, a RAIS, ao Ministério do Trabalho, a Certidão Negativa de Débitos do INSS, Cadastro da Associação junto ao Tribunal de Contas, para a solicitação da Certidão Negativa, e outros documentos da legislação vigente, para os fins necessários;

O quadro social da APPF será constituído com número ilimitado das seguintes categorias de integrantes: efetivos e colaboradores:

- 1º Serão integrantes efetivos todos os Pais ou responsáveis legais, Professores e Funcionários da Escola;
- 2º Serão integrantes colaboradores, pais de ex-alunos, ex-professores, exfuncionários e membros da comunidade que manifestarem o desejo de participar;

Atual composição nominal da Associação de Pais Professores e Funcionários do Centro de Educação Infantil Santa Clara (período de vigência 04/04/2019 à 04/04/2021).

<b>FUNÇÃO</b>	<b>NOME</b>
Presidente	Luiz Fernando Korp Althaus
Vice Presidente	Mayara Hoger Correa
Tesoureira	Taiza Angélica da Costa dos Santos
Vice Tesoureiro	Elinéia Balbino Pereira Medeiros
Secretária	Franciele da Silva Wengrat

Vice Secretário	Daniely Ienerich Kaktin Tavares
Conselheiro Fiscal (professor)	Elizabeth Acácio da Costa
Conselheiro Fiscal (professor)	Carla Kilpp
Conselheiro Fiscal (funcionário)	Fátima dos Santos
Conselheiro Fiscal (funcionário)	Neusa Forlin Colombo Moresco
Conselheiro Fiscal (pais)	Ana Cristina Finatto
Conselheiro Fiscal (pais)	Rafael Tessari Baldrez
Conselheiro Fiscal (pais)	Thiago Fernando da Silva
Conselheiro Fiscal (pais)	Adriana Pereira de Souza dos Santos

## **2.7- INDICADORES EDUCACIONAIS**

### **2.7.1 INDICADORES INTERNOS**

No início de ano letivo o professor regente realiza diagnose das crianças em sala e a coordenadora da escola e a Coordenadora Pedagógica de Educação Infantil da Semed também realizam diagnose dos mesmos. A utilização de avaliações diagnósticas ajudam o professor e o coordenador a identificar as potencialidades e dificuldades específicas das crianças. Ter acesso a essas informações possibilita o direcionamento de um planejamento estratégico e organização das ações pedagógicas a serem desenvolvidas, de acordo com o perfil geral da turma, bem como as especificidades de cada aluno. Desse modo, é possível que o professor e coordenador tenham direcionamentos específicos quando for realizar seu planejamento.

## **2.8- ACOMPANHAMENTO DA FREQUÊNCIA**

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo terceiro que trata do acesso e permanência do aluno nas escolas, este acompanhamento efetiva-se nas instituições de ensino por meio do registro de faltas no livro de registro frequência do aluno. O responsável pelo aluno é cobrado quando houver três faltas consecutivas ou sete faltas intercaladas sem justificativas, entrase em contato com os pais através de ligações telefônicas, na qual são orientados a procurar a instituição de ensino para justificar as faltas através de registros

realizados em atas, caso não houver retorno, se faz necessário o preenchimento do Protocolo de Enfrentamento de Infrequência as quais são encaminhadas ao Conselho tutelar.

No ano de 2019 foi regulamentada através da Instrução Normativa nº 003/2019 – SEMED, este Protocolo de Enfrentamento de Infrequência que em seu artigo primeiro estabelece orientações para as Redes Municipais de Ensino para a implementação do processo de busca ao aluno ausente como mecanismo que assegure o acesso, a permanência e o sucesso da aprendizagem aos estudantes matriculados. Essas orientações seguem do artigo segundo ao décimo segundo desta normativa, delegando qual a orientação que caberá a cada equipe executar, entre elas, equipe gestora, equipe docente, Conselho Tutelar.

## **2.9- ACERVO BIBLIOGRÁFICO**

A formação inicial do leitor em nossa sociedade se dá, sobretudo, através do texto literário. Muitas crianças têm contato com a leitura de ficção desde o início da vida e esse contato se intensifica com a entrada na escola. Essa, portanto, tem se constituído cada vez mais, como a principal instituição responsável por promover o contato dos alunos com os livros e de contribuir para que se tornem leitores autônomos e capazes de fazer leituras voluntárias.

O acervo que se encontra disponível nesta unidade educacional está de acordo com a faixa etária das crianças matriculadas na instituição, ou seja, crianças de zero a três anos, em sua maioria são textos curtos com uma linguagem simples e clara, pois prendem mais sua atenção. Os professores organizam em seus planos de aula, atividades que a leitura é realizada pelo professor e recontada pela criança, e em outros momentos leituras na qual a criança observa as ilustrações dos livros, buscando identificar sua relação com o texto lido.

Na instituição também contamos com um acervo bibliográfico voltados para o conhecimento e uso do professor, nos momentos de elaboração dos planos de aula ou para pesquisas diversas.

Contamos ao todo em torno de 965 livros neste estabelecimento de ensino.

## **2.10 - LISTA DE MATERIAIS ESCOLARES**

Na Educação Infantil, etapa creche, o material escolar, em sua grande maioria diz respeito a materiais de cuidado e higiene pessoal, a compra deste deve ser realizada pela família e devidamente identificados, para que não haja a possibilidade de extravios.

Os pais, no ato da matrícula, recebem a lista de materiais necessários, na qual, esta se encontrará em anexo de acordo com a turma matriculada. Assim, se for de interesse dos pais ou responsáveis, podem conversar com a direção e coordenação pedagógica do estabelecimento para questionar como são utilizados estes materiais.

De acordo com a Lei Federal nº 12.886, é vetado a cobrança de itens para a escola que sejam de uso coletivo, como também fica proibida a cobrança de materiais em demasia. O Procon veta que sejam inseridos na lista de material escolar os produtos de limpeza e higiene da escola, assim como itens de papelaria de uso administrativo.

## **3- ELEMENTOS CONCEITUAIS**

### **3.1. PRESSUPOSTOS FILOSÓFICOS, PSICOLÓGICOS, PEDAGÓGICOS E LEGAIS**

Os pressupostos filosóficos dizem respeito à concepção de homem, de sociedade e à compreensão de educação; são eles que definem a direção dos demais fundamentos; os psicológicos explicitam uma concepção de desenvolvimento humano e de aprendizagem; os pedagógicos, por sua vez, dizem respeito ao método, às metodologias, aos conteúdos e às práticas escolares; por fim, os pressupostos legais referem-se às bases presentes na legislação educacional, que dão sustentação legal à operacionalização da proposta curricular.

#### **3.1.1 PRESSUPOSTOS FILOSÓFICOS**

A educação se constitui em um dos principais bens da humanidade. Por ela, as gerações vão legando, umas às outras, as experiências, os conhecimentos e a cultura acumulada ao longo da história, permitindo tanto o acesso ao saber



sistematizado, quanto a produção de bens necessários à satisfação das necessidades humanas. Contudo, por ser histórica, a educação não se faz sempre da mesma forma em todas as épocas e em todas as sociedades. Faz-se educação de acordo com as condições possíveis em cada momento do processo de desenvolvimento social, histórico, cultural e econômico, ou seja, isso pressupõe pensá-la e fazê-la em uma perspectiva político-pedagógica.

Para tanto, é preciso compreender que a educação escolar não é um trabalho que se executa meramente no interior de uma sala de aula, de uma escola, limitandose à relação professor-aluno. O ato pedagógico não é neutro, mas carrega implicações sociais, haja vista que está marcado pela prática de todos os envolvidos no processo educativo e é mediado por relações sócio históricas. Em função da importância desse bem, a educação escolar não pode ser tratada como algo comum, mas deve ser sustentada por uma linha de pensamento coesa e consistente e que dê conta de formar o ser humano em sua plenitude, integralidade, ou seja, uma formação omnilateral<sup>1</sup>. Por isso, não basta que os professores tenham apenas clareza dos conteúdos a serem trabalhados, mas, principalmente, que saibam como abordá-los filosoficamente e pedagogicamente (método e metodologia) para que professores e alunos, em suas práticas sociais, saibam utilizá-los para a busca constante de sua autonomia.

Neste sentido, partimos do princípio de que não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência, ou seja, as ideias, as representações. A consciência dos homens está condicionada pelo desenvolvimento das forças produtivas, isto é, pelo processo de vida real. Assim, de acordo com os fundamentos do Materialismo Histórico Dialético, a presente Proposta Pedagógica Curricular parte de determinados princípios.

O primeiro é que são os homens que fazem a história diante de determinadas necessidades e condições materiais, quais sejam: sociais, políticas, econômicas e culturais. O segundo é que toda a base da sociedade está fundada no trabalho. O terceiro é que a realidade não é estática, pois se encontra em constante movimento.

---

<sup>1</sup> Segundo Frigotto (2012), "Omnilateral é um termo que vem do latim e cuja tradução literal significa 'todos os lados ou dimensões'. O autor ainda destaca que Educação omnilateral significa "a concepção de educação ou de formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para seu pleno desenvolvimento histórico". Essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico. Em síntese, educação omnilateral abrange a educação e a emancipação de todos os sentidos humanos [...]" (FRIGOTTO, 2012, p. 265).

Esses três princípios marcam a vida do homem e estabelecem seus limites e suas possibilidades, ou seja, evidenciam como, em cada momento histórico, os homens se organizam para produzir a sua existência.

Assim sendo, a primeira premissa é a de que os homens, para fazer história, precisam estar vivos, e o primeiro ato histórico é o de produzirem a sua própria vida pelo trabalho. Ao produzirem a sua existência, produzem também os meios para realização desse trabalho. Como o homem não vive só, construiu relações sociais com outros, aprendendo, com isso, as primeiras normas de relacionamento e instituindo, paulatinamente, as ciências políticas. Juntos conheceram e modificaram a natureza, dominando-a e estabelecendo com ela uma relação profunda.

Se o pressuposto fundamental de toda a matéria viva, e em especial do ser humano, é estar vivo, ele precisa satisfazer algumas necessidades básicas, tais como comer, vestir, beber, morar, dentre outras coisas. Todavia, não consegue essas coisas da mesma forma que os outros seres vivos; o homem precisa trabalhar, e o faz sobre os meios de produção, isto é, sobre a terra, o capital, as fábricas, a matériaprima, dentre outras formas. Ao fazê-lo, não o faz sempre da mesma forma, mas de acordo com o estágio de desenvolvimento das forças produtivas materiais, de acordo com o grau de desenvolvimento cognitivo, da ciência e da habilidade técnica. Além disso, a produção dos bens necessários à sobrevivência não ocorre de forma individual, pois não consegue-se produzir sozinho e isolado todos os bens de que são necessários à vida, mas se faz socialmente.

De acordo com Marx (1963), os homens se definem pelo trabalho. Nessa perspectiva, a relação homem, natureza e trabalho levou-o a adquirir experiências e conhecimentos, enfrentando desafios, desenvolvendo as capacidades cognitivas, produzindo instrumentos cada vez mais sofisticados. À medida que interagem com o meio e com os outros homens, transformam-se e produzem-se como homem humanizado. Essa relação é dialética por caracterizar-se como um movimento constante entre forças contrárias de interação, entre as partes e o todo, o que impulsiona mudanças.

Segundo Oliveira, Almeida e Arnoni (2007), as leis da dialética são: I) passagem da quantidade à qualidade: ao mudarem, as coisas não fazem isso sempre no mesmo

ritmo, o qual pode ser: lento, acelerado, saltos ou modificações radicais; II) interpenetração dos contrários: tudo tem a ver com tudo, pois os diversos aspectos da realidade se entrelaçam em diferentes níveis e um depende do outro, as coisas não podem ser compreendidas isoladamente; III) negação da negação: está relacionada ao movimento, isto é, toda afirmação engendra a sua negação, que também não prevalece como tal, sendo que ambas serão superadas pela síntese, que, por sua vez, acaba sendo a negação da negação.

Para compreensão das leis da dialética, faz-se necessário compreender as três categorias. A primeira é o:

Movimento: na primeira lei, a ênfase é dada na mudança quantitativa ou qualitativa, sendo que qualquer mudança resulta do movimento. Na segunda, o movimento está tanto na negação mútua que se estabelece entre os termos da relação quanto na possibilidade de completar-se; por fim, o movimento está presente na negação da tese pela antítese e dessa pela síntese.

A segunda categoria é a

Totalidade: na lógica dialética, o todo é mais que a soma das partes que o constituem, o todo e as partes não são fixos, estão em movimento. Eles se modificam de acordo com as relações que estabelecem entre si. Essas relações são de tensão porque expressam a relação mútua entre eles, que são opostos e, por isso, ao mesmo tempo em que se negam, se completam; ou seja, sem a visão do todo não se compreende as partes. No trabalho, por exemplo, 10 pessoas bem entrosadas produzem mais do que a soma das produções individuais de cada uma delas, isoladamente considerada (KONDER, 2005).

A terceira categoria é a

Contradição: também está expressa nas leis da dialética, e a sua base é a negação mútua, isto é, a contradição só ocorre quando dois termos, opostos entre si, estabelecem relação. Essa pode ser entre opostos não antagônicos (Ex. homem mulher, professor-aluno etc.) ou opostos antagônicos (Ex. Capital-Trabalho). Quando a contradição ocorre entre opostos não antagônicos, um explica o outro e ambos se completam; por outro lado, quando ocorre entre opostos antagônicos, é necessário que seja superada.

Na lógica dialética, o movimento, a contradição e a superação não podem ser entendidos de forma linear, mas somente em espiral dialético, uma vez que não tem fim nem começo, ou seja, é permanente. Esses princípios marcam a vida dos homens e estabelecem limites e possibilidades de superação. São distintos, mas não se dissociam; são interdependentes e Inter complementares.

Quando se fala que a realidade não é sempre a mesma, refere-se ao fato de que realidade e homens se constituem como processo, que é movimento. Nesse processo, os homens, ao trabalharem a natureza para viver, são produzidos pelo meio em que vivem e trabalham. Na medida em que vão sendo produzidos, os homens vão se sensibilizando, conhecendo e adquirindo experiências que vão sendo acumuladas, reelaboradas e transmitidas reciprocamente, portanto, é impossível dissociar os homens do trabalho e da natureza cuja relação é condição existencial. É por meio do trabalho que o ser humano se humaniza, pois, na medida em que intervém no mundo para garantir sua sobrevivência, o homem cria sua própria vida e, conseqüentemente, sua história.

A categoria trabalho é compreendida aqui, como sendo a atividade consciente e planejada pela qual o ser humano, ao mesmo tempo em que extrai da natureza os bens capazes de satisfazer as suas necessidades, cria as bases de sua realidade sociocultural e produz-se a si mesmo, desenvolvendo as capacidades superiores que o diferenciam dos outros animais. Se os homens fazem a história diante de determinadas necessidades e condições sociais, pode-se afirmar que o processo histórico é constituído de acordo com o estágio de desenvolvimento das forças produtivas, não se fazendo de forma linear e homogênea. Ao contrário, realizable por meio da luta pela sobrevivência, permeado por interesses sociais, econômicos, culturais e políticos divergentes, contraditórios e/ou antagônicos.

Em decorrência de o conhecimento ser um produto histórico-social, um bem necessário e fundamental à produção da sobrevivência, seu processo de transmissão e de apropriação tem sido marcado por diferentes interesses sociais, sendo transformados em propriedade privada. Como consequência, a nem todos os homens está posta a possibilidade de aprender a argumentar com base em fatos, dados e conhecimentos, para formular e defender ideias, pontos de vista e tomadas de decisões que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético com relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

Essa situação impõe a necessidade de a educação escolar trabalhar com um nível de conhecimento científico, artístico, filosófico, de forma metódica e sistemática, que se institua como um instrumento a serviço da transformação intencional sobre o mundo.

Nessa sociedade marcada pela propriedade privada dos meios de produção, cabe a nós, na condição de professores, fazer da escolarização um instrumento de problematização, de socialização e de apropriação do conhecimento, contribuindo para a crítica<sup>2</sup> social e para o desenvolvimento de meios de transformação da realidade<sup>3</sup>. A partir da divisão da sociedade, as classes economicamente dominantes também se apresentam dominantes quanto à valorização do conhecimento voltado à produção utilitária e ao domínio ideológico. Por essa razão, escamoteiam as contradições e os antagonismos sociais e apresentam os seus interesses parciais e de classes, como expressão natural do interesse universal.

Apesar de atribuírem à escola a responsabilidade pela solução de praticamente todos os problemas sociais, e de fazerem dela a responsável pelo sucesso ou pelo fracasso social dos indivíduos, ela é mais determinada do que determinante social. Apesar de muitos problemas se fazerem sentir no interior da escola, ela não é absoluta, não é autônoma. Ela é “parte” da sociedade e não a própria sociedade; é um dos espaços educativos privilegiados que a compõe. Ela se constitui em um espaço de contradição e atua no âmbito da educação formal, tanto como agente para a transformação quanto para a conservação social. É fundamental que a escola não deixe de socializar os conhecimentos historicamente construídos/acumulados sobre o mundo físico, social, cultural, tecnológico e os conteúdos relevantes.

Para Saviani (2003), “A escola existe, pois, para propiciar a aquisição de instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (Ciência) [...]”. Assim, para o mesmo autor “trata-se de distinguir entre o essencial e o acidental, o principal

---

<sup>2</sup> Para Moraes (2009), “Ao contrário das receitas para o futuro, que nada mais fazem do que perenizar o presente, é a análise crítica do existente que pode revelar os possíveis futuros que ele encerra” (MORAES, 2009, p. 603).

<sup>3</sup> “A opção está posta: escolhermos uma teoria que contribua para perenizar o presente e administrar o existente, como as várias versões da epistemologia da prática, particularmente na educação, ou uma teoria que proceda à análise crítica do existente, que informe a prática científica consciente de si mesma, pois é o processo histórico-crítico do conhecimento científico que nos ensina (como seres sociais) a capacidade emancipatória da teoria, que nos torna conscientes de nosso papel de educadores que não ignoram que a transmissão do conhecimento e da verdade dos acontecimentos é um instrumento de luta e tem a função de ser mediação na apreensão e generalização de conhecimentos sobre a realidade objetiva, sob a perspectiva do domínio sobre a realidade segundo as exigências humanas” (MORAES, 2009, p. 603-604).

e o secundário, o fundamental e o acessório”, ou seja, trabalhar o clássico, “aquilo que se firmou como fundamental, como essencial”. Ele acrescenta, ainda, que

“clássico na escola é a transmissão-assimilação do saber sistematizado” (SAVIANI, 2003, p. 22-23), porque o domínio da cultura constitui instrumento indispensável à emancipação e humanização.

Em consonância com a concepção que fundamenta a presente Proposta Pedagógica Curricular, o objetivo da apropriação do conhecimento é contribuir para a emancipação do ser humano, uma vez que conhecer, nessa perspectiva, implica em saber como em cada momento histórico a sociedade está organizada para a produção e reprodução de nossa existência. Compreender essa lógica é compreender as disputas entre os fundamentos que orientam currículos escolares e implica em conhecer a forma como está organizado o capitalismo em âmbito mundial.

Os organismos internacionais, por exemplo, “determinam” as regras para os países de capitalismo dependente, para que organizem os conhecimentos necessários para o bom funcionamento do mercado e da sociedade de consumo. No âmbito da educação, qual seria a instituição que deveria dizer quais conhecimentos devem ser trabalhados para elevação da condição humana? Quem deve fazer isso são os trabalhadores organizados, pois são eles que produzem tudo o que é necessário para a sociedade. Nesse contexto, cabe à classe trabalhadora, na qual se incluem os professores, criar instrumentos para se opor à ordem existente, lutando por uma educação que não se resume aos interesses da produção capitalista, mas que seja libertadora do homem, em caráter universal.

Ao contrário do que dizem alguns ideólogos, a educação escolar não se resume à prática, logo, é imprescindível alcançar níveis de compreensão mais elaborados sobre a prática para dela extrair seus condicionantes, como condição sine qua non para a superação do costumeiro reducionismo que impera ao associar-se a prática à sua dimensão imediata e utilitária, conforme expresso por Vasquez (2011):

O homem comum e corrente se encontra em uma relação direta e imediata com as coisas – relação que não pode deixar de ser consciente -, mas nela a consciência não distingue ou separa a prática como seu objeto próprio, para que se apresente diante dela em estado teórico, isto é, como objeto do pensamento. A consciência comum pensa os atos práticos, mas não faz da práxis – como atividade social transformadora

– seu objeto; não produz – nem pode produzir como veremos  
– uma teoria práxis. (VÀZQUEZ, 2011, p. 34).

O autor alerta que “O ponto de vista de consciência comum coincide, neste aspecto, com o da produção capitalista e com o dos economistas burgueses. Para a consciência comum, o prático é o produtivo, e produtivo, por sua vez, sob o prisma dessa produção capitalista, é o que produz um novo valor ou mais valia” (VÀZQUEZ, 2011, p. 35).

Ao enunciar os limites da consciência comum, associada à relação direta com as coisas imediatas, em um plano atóxico, o pesquisador evidencia que as significações dos atos de produção e consumo humanos carecem de sentidos e significados sociais e históricos, os quais são passíveis de serem compreendidos e captados da forma como entendemos ser necessária tão somente quando permeados de significados.

Segundo Vasquez (2011).

Esta significação só pode ser apreendida por uma consciência que capte o conteúdo da práxis em sua totalidade como práxis histórica e social, na qual se integrem e se perfilhem suas formas específicas (o trabalho, a arte, a política, a medicina, a educação, etc.), assim como suas manifestações particulares nas atividades dos indivíduos ou grupos humanos simultaneamente em seus diferentes produtos. Essa consciência é a que historicamente se foi elevando por meio de um longo processo que é a prova histórica do pensamento humano, como condicionado pela história inteira do homem como ser ativo e prático, a partir de uma consciência ingênua ou empírica da práxis até uma consciência filosófica que capta sua verdade – uma verdade que nunca é absoluta. (VÀZQUEZ, 2011, p. 38).

Não se pode perder de vista a insistência do autor em destacar que a imersão em atividades práticas que atendem à satisfação das necessidades cotidianas não é suficiente para a superação dos limites por elas impostos, incidindo em severas dificuldades em compreender o quanto a atividade prática necessita da teoria.

Prosseguindo em sua argumentação, o pesquisador referenda:

Esta consciência filosófica não é alcançada casualmente em virtude de um desenvolvimento imanente, interno do pensamento humano. Ela só é alcançada

historicamente – isto é, uma fase histórica determinada – quando a própria práxis, isto é, a atividade prática material, chegou em seu desenvolvimento a um ponto em que o homem já não pode continuar atuando e transformando de forma criadora – isto é, revolucionariamente – o mundo – como realidade humana e social -, sem cobrar uma verdadeira consciência da práxis. Esta consciência é exigida pela própria história da práxis real ao chegar a certo estágio de desenvolvimento, mas apenas pode ser obtida, por sua vez, quando já amadurecemos ao longo da história das ideias, as premissas teóricas necessárias. (VÀZQUEZ, 2011, p. 38 - 39).

Isso significa que não pode-se descuidar dos pressupostos que embasam teoricamente a prática educacional. Portanto, adotando-se esses princípios, buscase desmistificar as relações sócio históricas, as ideologias <sup>4</sup> e as representações de mundo presentes na realidade e no currículo escolar, de modo a relacionar ciência, técnica e política.

Na educação, segundo Moraes (2009), a teoria

[...] pode nos ajudar a desnudar a lógica do discurso que, ao mesmo tempo em que afirma a sua centralidade, elabora a pragmática construção de um novo vocabulário que ressignifica conceitos, categorias e termos, de modo a torná-los condizentes com os emergentes paradigmas que referenciam as pesquisas, reformas, planos e propostas para a educação brasileira e latino-americana. (MORAES, 2009, p. 587).

Sendo assim, quando destaca-se que a educação é a forma como a sociedade prepara o homem para viver nela mesma, não se quer dizer que ela deva se limitar a adaptar e a adequar os alunos à sociedade. Ao contrário, cabe à escola contribuir para desmistificar as contradições sociais de modo a superar a alienação e, quiçá, contribuir para superação da divisão da sociedade em classes e a emancipação humana.

### 3.1.2 PRESSUPOSTOS PSICOLÓGICOS

A educação formal se constitui de processos educativos sistematizados, sendo assim, exige clareza e conhecimentos acerca da formação e do desenvolvimento

---

<sup>4</sup> “[...] a ideologia das classes dominantes, mesmo quando se apresenta como um conhecimento objetivo, neutro, nãoideológico, científico, está comprometida com a mistificação da realidade, com a não objetividade do conhecimento, com o escamoteamento da verdade” .(DUARTE, 2006, p. 25-26).



daqueles a quem se destina. Nesse sentido, o presente pressuposto se constitui como uma das abstrações teóricas que objetivam orientar o trabalho educativo, com vistas à formação humana por meio do ensino.

Mediante um conjunto de conceitos produzidos historicamente, a ciência psicológica, ao discutir o desenvolvimento, procura explicitar questões, tais como: Quem é o ser humano? Como ele se forma humano? Como as crianças aprendem? Qual a importância das práticas educativas no desenvolvimento humano? A inteligência e a personalidade humana nascem com as pessoas ou a inteligência e a personalidade humana são apropriadas ao longo da vida?

Embora se saiba que muitos estudos e discussões já tenham sido feitos sobre essas temáticas e que o desenvolvimento humano ocorre na base de condições biológicas e sociais, o que ainda permanece evidente, sobretudo no âmbito da educação escolar, são os limites impostos por determinados modelos teóricos que privilegiam ora determinantes biológicos ora determinantes sociais, conforme assinalam Martins e Arce (2010).

Visando a uma superação desses limites, na busca de uma educação efetivamente humanizadora, a concepção de desenvolvimento a ser considerada no presente PPC, encontra-se fundamentada na escola de Vygotsky, uma teoria psicológica histórico-cultural que possibilita uma visão dialética do desenvolvimento humano. Considerando que uma compreensão dialética realiza-se à luz de princípios orientadores da captação do real, entre os quais se destacam o princípio da totalidade, do movimento e da contradição, na ausência da qual não há movimento, conforme elucidado nos pressupostos filosóficos e reafirmado por Martins (2013), o estudo da psicologia do homem requer um entendimento para além das diferenças naturais e biologizantes, haja vista que o indivíduo é resultado de uma evolução complexa.

Na psicologia histórico-cultural, o homem é apresentado como um ser social, cujo desenvolvimento condiciona-se pela atividade que o vincula à natureza, um ser que a princípio não dispõe de propriedades que lhe assegurem, por si mesmas, as conquistas daquilo que o caracteriza como ser humano. Nas palavras de Leontiev (1978), “[...] tudo o que tem de humano nele provém da sua vida em sociedade, no seio da cultura criada pela humanidade. [...] só apropriando-se delas no decurso da

sua vida, ele adquire propriedades e faculdades verdadeiramente humanas” (LEONTIEV, 1978, p. 261).

A correta interpretação dessas premissas implica em presumir que o tempo histórico é determinante na constituição do psiquismo, dessa forma, esse não pode ser reconhecido apenas como um espaço de duração, que possibilitaria a maturação das estruturas psíquicas do homem. Segundo Leontiev (1978), o tempo humano deve ser entendido como processo de desenvolvimento do homem e da sociedade, que se efetiva na atividade produtiva, criadora e transformadora, realizada e vivenciada por cada ser humano durante a sua existência.

Nessa compreensão, o desenvolvimento humano apresenta um caráter histórico, visto sintetizar o movimento do mundo, dos homens e das suas relações sociais, conforme discutido por Cantarelli (2014). Essa afirmação requer que se considere que o processo de constituição histórica do gênero humano, aliado ao desenvolvimento pessoal de cada indivíduo, se dá sob a base do trabalho, a atividade vital humana. Com fins de compreensão, nesta seção são retomados os pressupostos filosóficos para se discutir as características históricas/ontológicas de tal atividade, assim como os seus fundamentos centrais e as importantes transformações psíquicas que opera.

Lessa e Tonet (2008), alicerçados em Lukács (1966), explicam que a reprodução social humana difere da reprodução biológica, embora haja uma ineliminável conexão do ser social com sua base biológica. Sendo o homem um ser de natureza social, é premente a necessidade de se entender a prioridade da reprodução material da vida na processualidade social, visto que os homens para poderem existir, devem transformar constantemente a natureza, sem a qual a sua existência e a reprodução da sociedade seriam impossíveis.

Diferente dos animais, o homem age no sentido de produzir os meios de satisfação de suas necessidades mais básicas. É no decorrer das atividades realizadas e concretizadas na vida material e objetiva que o ser humano se apropria da natureza e a modifica, cria instrumentos e meios de produção, organiza-se em grupo, desenvolve a linguagem.

De acordo com Duarte (1996), nesse processo de suprir as suas necessidades mais básicas, o homem acaba por gerar necessidades de caráter superior,

resultando, assim, na construção de objetos materiais e não materiais que vão se constituindo enquanto cultura humana. Esse movimento configura um salto ontológico, na medida em que, se antes, esse ser, por estar fundado biologicamente, age imediatamente, sem a necessidade de uma consciência mediadora, o SER SOCIAL, ao intervir na natureza, necessita de atos mediadores conscientes para, em geral poder, funcionar, como indicam Cantarelli, Facci e Campos (2017). A transformação da natureza pelo homem implica que a sua ação e seu resultado sejam projetados na consciência antes de serem construídos na prática, e é justamente a capacidade de idear, antes de objetivar que estabelece a diferença do homem em relação à natureza, bem como a evolução humana, conforme evidencia Lessa e Tonet (2008).

Segundo os autores, a prévia-ideação é sempre uma resposta concreta, entre outras possibilidades, a uma necessidade concreta, significando que ela tem um fundamento material último. Ao projetar na consciência o resultado almejado, o indivíduo age objetivamente.

Desse modo, a atividade vital humana é considerada ação material consciente e objetiva, ou seja, é práxis. Martins (2001) salienta que a práxis manifesta-se tanto em sua atividade objetiva, pela qual o homem transforma a natureza, quanto na construção de sua própria subjetividade. Disso decorre a afirmação de que a gênese da categoria trabalho corresponde à gênese de uma nova esfera do ser, a gênese do psiquismo humano.

Dando continuidade à análise, ressalta-se dois aspectos fundamentais no processo de constituição da humanidade que surgem a partir do trabalho e que contribuem para o entendimento do desenvolvimento humano dentro dessa perspectiva teórica e as suas implicações educativas: a edificação das relações sociais e a constituição da linguagem.

De acordo com Duarte (1996), a atividade humana, desde o seu início, é realizada de forma coletiva. Isso significa que, além da produção de instrumentos, ocorre, também, a edificação de relações sociais em função das diferentes necessidades de organização dos indivíduos dentro das atividades necessárias à manutenção de suas vidas. Ao se realizar uma atividade que apresenta como uma de suas características, o fato de se dar de forma coletiva, emerge a necessidade

de comunicação entre os indivíduos que a realizam, tendo em vista a execução bem sucedida de tal atividade e a conseqüente satisfação das necessidades que a incitaram. Sob o amparo da atividade especificamente humana, ocorre o desenvolvimento da linguagem.

O autor explicita que, como resultados dessa interação ativa do ser humano com a realidade, tanto a construção dos instrumentos quanto o desenvolvimento da comunicação e as relações sociais estabelecidas vão assumindo uma existência objetiva, independente (uma dimensão genérica). A esse processo dá-se o nome de “objetivação”, na qual a atividade humana engendra produtos materiais e imateriais, carregados de significados sociais referentes à própria atividade humana, produtos que serão apropriados e objetivados por outros indivíduos, possibilitando a constituição de suas faculdades especificamente humanas. Esses objetos tornam-se objetos culturais, ganhando uma função específica e fundamental dentro do desenvolvimento histórico e social da humanidade.

Com intuito de uma maior compreensão, retoma-se que os atos humanos (material/intelectual), por seus importantes resultados, são guardados e acumulados na “consciência comunitária” em uma forma de “hereditariedade social” dos saberes adquiridos, para serem transmitidos. Assim, como explicita Leontiev (1978), cada geração começa a sua vida em um mundo de objetos e de fenômenos criados pelas gerações precedentes. Ela apropria-se das riquezas desse mundo, participando no trabalho, na produção e nas diversas formas de atividade social, desenvolvendo as aptidões especificamente humanas cristalizadas e encarnadas nesse mundo.

Duarte (1996) demarca que as características do gênero humano não são transmitidas pela herança genética, porque não se acumulam no organismo humano. As características foram criadas e desenvolvidas ao longo do processo histórico, por meio do processo de objetivação, gerado a partir da apropriação da natureza pelo homem. Como afirma Leontiev (1978), “O que a natureza lhe dá (ser humano) quando nasce não lhe basta para viver em sociedade. É-lhe ainda preciso adquirir o que foi alcançado no decurso do desenvolvimento histórico da sociedade humana” (LEONTIEV, 1978, p. 267).

Em seus escritos, Leontiev (1978) ressalta que, como unidade dialética, a objetivação da cultura humana se dá sempre com relação à apropriação, pelos indivíduos, de tais objetivações. Para entender esse processo, é importante destacar algumas características. A primeira delas é que, “Para se apropriar dos

objetos ou dos fenômenos que são o produto do desenvolvimento histórico, é necessário desenvolver em relação a eles uma atividade que reproduza, pela sua forma, os traços essenciais da atividade encarnada, acumulada no objeto” (LEONTIEV, 1978, p. 268). É nessa relação ativa que as características dos objetos e dos fenômenos começam a fazer parte da individualidade humana. Outra característica a ser considerada no tocante ao processo de apropriação, é que esse nunca se dá de modo isolado, em uma simples aquisição individual, isolada e espontânea pelos indivíduos, das objetivações materiais e imateriais presentes na cultura humana.

De acordo com Leontiev (1978), “Para que essas objetivações tornem-se suas próprias aptidões a criança, o ser humano, deve entrar em relação com os fenômenos do mundo circundante através de outros homens, isto é, num processo de comunicação com eles. Tal processo, portanto, deve ser considerado enquanto um processo educativo” (LEONTIEV, 1978, p. 272). Em outras palavras, o processo de apropriação é mediado e subjugado ao ensino, mediatizado por outros seres humanos conforme reafirma Martins (2016) em seus estudos.

Como terceira característica, destaca-se que o processo de apropriação pelos indivíduos das objetivações culturais humanas é responsável pelo desenvolvimento das funções psíquicas superiores. Ou seja, as funções psíquicas de caráter superior (especificamente humanas) se apresentam como resultado do processo de objetivação dos indivíduos por meio das apropriações vivenciadas a partir da mediação das relações sociais, da linguagem (signos) <sup>5</sup> e da atividade especificamente humana. Resultam das transformações condicionadas pela atividade que sustenta a relação do indivíduo com seu entorno físico e social, assim como argumenta Martins (2016).

Sintetizando o processo de apropriação/objetivação, conceitualmente podese dizer que Vygotsky (1984), ao afirmar pioneiramente a natureza social do psiquismo, propôs a indissolúvel unidade entre atividade individual externa e interna. Alicerçada no autor, Martins (2001) explicita que a atividade individual externa, ou social, desenvolve-se na base de processos coletivos ou interpsíquicos, a partir dos quais

---

<sup>5</sup> Vigotski assinala que o ato especificamente humano apresenta-se na qualidade de ato instrumental, uma vez que entre a resposta da pessoa e o estímulo do ambiente interpõe-se os signos. Considerados meios auxiliares para solução de tarefas psicológicas, exigem adaptação dos comportamentos a eles, promovendo, assim, uma transformação psíquica estrutural (MARTINS, 2016).

deriva a atividade individual ou os processos intrapsíquicos. Assim sendo, o desenvolvimento é resultado de uma longa série de eventos nos quais, continuamente, os processos externos vão se firmando como processos internos e vice-versa.

A dinâmica do movimento no qual os processos interpsíquicos transmutam-se em processos intrapsíquicos foi denominada por Vygotsky (1984) de internalização. Essa, por sua vez, ocorre por meio da apropriação de signos, graças aos quais o homem pode criar modelos mentais (ideias) dos objetos da realidade, atuando com e a partir deles, no planejamento e na coordenação da própria atividade. Como a internalização não é um processo mecânico, apenas a aprendizagem possibilita a reconfiguração de um dado externo como interno.

De acordo com Martins (2010), sobre a base das internalizações estruturam-se as funções psicológicas tipicamente humanas (superiores), isto é, a percepção, a memória, a linguagem, o pensamento, a emoção/sentimento, o raciocínio, a imaginação. Todos esses processos se formam nos diversos tipos de atividades vividas pelo indivíduo, e pelas quais ele se apropria da vasta experiência social, convertendo os objetivos externos (objetivações) em dados constituintes de sua subjetividade (apropriação).

Leontiev (1978) assinala que o processo de desenvolvimento humano, no qual o homem produz e reproduz a cultura humana a partir de sua atividade, se dá de forma gradativa, durante todo o decorrer de sua vida, sendo que em cada período de desenvolvimento há a dominância de uma determinada atividade que representa o modo pelo qual o indivíduo se relaciona com o mundo, tendo em vista suprir suas necessidades. A essas atividades denominou de atividades principais ou dominantes.

Segundo Leontiev (2006), para que uma atividade seja considerada a principal em determinado período de desenvolvimento, ela precisa apresentar três atributos fundamentais:

1. Ela é a atividade em cuja forma surgem outros tipos de atividade e dentro da qual eles são diferenciados. [...] 2. A atividade principal é aquela na qual processos psíquicos particulares tomam forma ou são reorganizados. Os processos infantis da imaginação ativa, por exemplo, são inicialmente moldados no brincar e os processos de pensamento

abstrato, nos estudos. 3. A atividade principal é a atividade da qual dependem, de forma íntima, as principais mudanças psicológicas na personalidade infantil, observadas em um certo período de desenvolvimento. (LEONTIEV, 2006, p. 64).

É por meio dessas atividades consideradas principais/dominantes, portanto, que as crianças se relacionam com o mundo, produzindo e reproduzindo as condições necessárias à constituição de sua individualidade, acarretando, assim, em cada período de seu desenvolvimento singular, na criação de necessidades específicas em termos psíquicos (FACCI, 2006).

Para entender a periodização do desenvolvimento infantil e as atividades principais que guiam cada período, tem-se respaldo nos estudos de Facci (2006). A comunicação emocional se constitui pela relação emocional direta dos bebês com os adultos, sendo base para a formação de ações sensório-motoras de manipulação.

Facci (2006) afirma que envolve a “assimilação de tarefas e motivos da atividade humana e normas de relacionamento que as pessoas estabelecem durante suas relações, como o choro, por exemplo” (FACCI, 2006, p. 13).

Na atividade objetual manipulatória - primeira infância -, a comunicação emocional dá lugar a uma colaboração prática por intermédio da linguagem, considerando que as aquisições do primeiro ano de vida da criança são fundamentais para a relação destas com o meio e com suas atividades: a marcha e a aquisição da linguagem. De acordo com a autora, “a atividade principal passa a ser a objetual-instrumental, na qual tem lugar a assimilação dos procedimentos elaborados socialmente [...] com os objetos e, para que ocorra essa assimilação, é necessário que os adultos mostrem essas ações às crianças” (FACCI, 2006, p. 14). As ações das crianças com os objetos e seus modos de uso têm uma implicação social, sendo os adultos responsáveis por transmitir a história e a função de cada objeto à criança. A relação com os objetos é fundamental para que se possa desenvolver o jogo protagonizado ou brincadeira de papéis sociais que constitui o próximo período do desenvolvimento.

No jogo de papéis sociais, as brincadeiras não são instintivas, o que determina o seu conteúdo é a percepção que a criança tem do mundo. Facci (2006), com base

em Elkonin, afirma que o jogo permite que “a criança modele as relações entre as pessoas. O jogo é influenciado pelas atividades humanas e pelas relações entre as pessoas e o conteúdo fundamental é o homem” (FACCI, 2006, p.15). Nesse sentido, o jogo tem grande influência no desenvolvimento psíquico da criança e na formação de sua personalidade.

A evolução do jogo prepara para um novo período, em que a atividade principal passa a ser o estudo. Para a autora supracitada, o ensino escolar deve “introduzir os educandos na atividade do estudo de forma que se aproprie dos conhecimentos científicos”. Sobre as bases do estudo surgem a “consciência e o pensamento teórico e se desenvolvem, entre outras funções, as capacidades de reflexão, análise e planificação mental” (FACCI, 2006, p. 16).

A comunicação íntima pessoal é uma atividade marcada pela posição que o jovem ocupa diante das questões que a realidade impõe. Ocorre nesse período um importante avanço no desenvolvimento intelectual, formando-se os conceitos, os quais possibilitam a formação da consciência social e do conhecimento da ciência, da arte, das diversas esferas da vida cultural e do pensamento abstrato.

A próxima etapa refere-se à atividade profissional/de estudo em que o jovem começa a ocupar um novo lugar na sociedade por meio da sua inserção no trabalho e no aprofundamento dos estudos. De acordo com Facci (2006), “na idade escolar avançada a atividade de estudo passa a ser utilizada como meio para a orientação e preparação profissional, ocorrendo o domínio dos meios de atividade de estudo autônomo, com uma atividade cognoscitiva e investigativa criadora” (FACCI, 2006, p.17).

Elkonin (2009) ressalta que cada momento do desenvolvimento consiste em dois períodos ligados entre si. Inicia-se com o período em que predomina a assimilação dos objetos, dos motivos e das normas da atividade. Essa etapa prepara para a passagem ao segundo período, em que ocorre a assimilação dos procedimentos de ação com o objeto e a formação de possibilidades técnicas e operacionais.

Os estudos de Facci (2006), fundamentados em Elkonin e Vygotsky, contribuem para entender que o ser humano está em constante processo de desenvolvimento.



A atividade dominante, portanto, é, pelo mecanismo da apropriação, aquela cujo desenvolvimento condiciona as principais mudanças nos processos psíquicos da criança, possibilitando a superação das funções elementares na constituição das funções psíquicas superiores, bem como na sua personalidade em um dado período do seu desenvolvimento, conforme evidencia Cantarelli (2014), ao discutir a atividade e a formação da personalidade. Essas estão especificamente associadas a uma classe particular de impressões psíquicas: as emoções e os sentimentos, a seguir consideradas.

Com relação às emoções, Leontiev (1969) ressalta que:

[...] são as vivências afetivas mais simples relacionadas com a satisfação ou a insatisfação das necessidades orgânicas, como, por exemplo, a necessidade de comida [...]. Também se incluem dentro das emoções, as reações afetivas relacionadas com a sensação. Uma cores, sons, odores e etc. são agradáveis, enquanto outras, pelo contrário, são desagradáveis. Esta reação afetiva é o tom emocional das sensações. Tais sensações têm grande importância na vida do homem, já que este correntemente reage ante os objetos e fenômenos em seu conjunto e não somente ante as qualidades isoladas deles. (LEONTIEV, 1969, p. 358).

Alicerçada em Leontiev, Cantarelli (2014) explicita que as emoções não são específicas dos seres humanos, e as de caráter mais simples são encontradas também nos animais. Todavia, as emoções humanas, incluindo as mais elementares, diferenciam-se fundamentalmente das emoções dos animais porque são as de um ser social. O homem satisfaz as suas necessidades, incluindo as mais elementares, de acordo com as exigências sociais. Isso significa que os estados emocionais do homem têm uma história de desenvolvimento, visto que, em decorrência da complexificação da atividade humana, essas foram se tornando cada vez mais especializadas, diferenciando-se e constituindo os sentimentos.

Os sentimentos, ao contrário das emoções, estão relacionados às necessidades que apareceram com o desenvolvimento histórico da humanidade, quais sejam, as necessidades morais, estéticas e intelectuais, e são denominados de sentimentos superiores. Para Leontiev (1969), “A aparição dos sentimentos depende das condições em que vive o homem e, sobretudo, das necessidades ligadas às relações entre as pessoas; a necessidade de ter relações sociais, de cumprir as

exigências da sociedade, etc. Os sentimentos estão ligados inseparavelmente das necessidades culturais ou espirituais” (LEONTIEV, 1969 p. 359).

O pesquisador assinala que as necessidades estimulam a atividade e a dirigem, e só cumprem essa função se sua raiz estiver fincada na realidade, constituindo-se como necessidades objetivas, construídas no bojo das relações sociais e no contato com os objetos produzidos pela cultura. Para o autor, também os sentimentos humanos devem ser entendidos nessa perspectiva, questão importante que se insere na educação, principalmente quando se considera que trabalho educativo e seus desdobramentos são constituintes da subjetividade humana.

As assertivas anteriores nos impulsionam a considerar os conteúdos internos que são gestados na e pela atividade principal da criança e que lançam desafios sobre todas as suas funções psíquicas, visto que o desenvolvimento desses conteúdos encontra-se vinculado às atividades que lhe são proporcionadas e disponibilizadas pela educação.

Segundo Martins (2010), por essa via, a criança vai individualizando as habilidades psicointelectivas e afetivas condensadas nos produtos da cultura humana, sejam elas referentes ao manuseio de instrumentos, ao universo de significações ou às normas de comportamento próprias às funções sociais desempenhadas pelos indivíduos, conferindo unidade ao seu comportamento.

Ressalta-se que, embora os períodos de desenvolvimento tenham um lugar determinado no tempo, os seus limites dependem do seu conteúdo. Pode haver, dessa forma, diferentes períodos em uma mesma idade, visto que são as condições históricas (conteúdos) que determinam qual atividade se torna dominante para a criança em dado momento do seu desenvolvimento, conforme argumenta Cantarelli (2014). Nesse sentido, as situações de desenvolvimento não são sempre as mesmas para um dado indivíduo ou para diferentes indivíduos representantes de classes sociais desiguais, o que reafirma a importância de uma educação escolar de qualidade.

Tendo como unidade de análise a atividade humana, foram apresentados os princípios básicos orientadores do desenvolvimento numa perspectiva Histórico Cultural. Salienta-se que Vygotsky e seus colaboradores identificam o

desenvolvimento do psiquismo humano com a formação das funções psíquicas superiores, apontando que nem toda atividade promove o desenvolvimento, assim como não são quaisquer ações e conteúdos que corroboram para a formação dos comportamentos complexos, ancorados nos processos funcionais superiores, questões essas ampliadas por Martins (2013). Nesse sentido, o desenvolvimento psíquico demanda ações educativas intencionalmente orientadas para esse fim, por meio de um ensino sistematicamente orientado à transmissão dos conceitos científicos.

Com intuito de uma melhor reflexão acerca das implicações pedagógicas decorrentes dessas afirmações, discute-se na sequência o papel da linguagem e do pensamento na formação de conceitos e o desenvolvimento qualitativo do psiquismo humano. A interação do sujeito com o social, inicialmente, é mediada pelo uso de instrumentos, e passa, gradativamente, a ser mediada pelo uso de signos. Essa transposição do concreto ao abstrato é um passo significativo no desenvolvimento humano porque possibilita ao sujeito a utilização do pensamento como estratégia/meio para a apropriação do conhecimento e para a troca de experiências. A compreensão de que os objetos podem representar ou assumir outro significado e outro sentido é um momento importante para o processo de desenvolvimento humano. O pensamento, mediado pelo uso de signos, que são elementos que representam ou expressam objetos, eventos e situações, é fator fundamental para o desenvolvimento dos conceitos que se iniciam na infância e que se efetivam ao longo da vida.

Cabe ressaltar que a elaboração conceitual é constituída por um processo que vai da agregação de ideias desordenadas do pensamento até a sua elaboração conceitual, ou seja, a abstração. Em todo o processo de desenvolvimento de conceitos, a interação verbal com outras pessoas possibilita à criança exercitar o pensamento. Vygotsky (1989) afirma que o desenvolvimento da linguagem assume importância na interação criança-criança, criança-adulto, aluno-professor. E com relação aos conceitos, o referido autor destaca que um conceito se forma “mediante uma operação intelectual em que todas as funções psíquicas participam de uma combinação específica. Essa operação é dirigida pelo uso das palavras como meio para centrar ativamente a atenção, abstrair determinados traços, sintetizá-los por meio de um signo” (VIGOTSKI, 1991, p. 79).

Linguagem e pensamento tornam-se os elos de um processo que promove o desenvolvimento das funções tipicamente humanas, que se revelam, em especial, na capacidade de memorizar, de abstrair, de raciocinar logicamente, de prestar atenção intencionalmente, de comparar e de diferenciar. Essas funções se apoiam cada vez mais na própria linguagem, desvinculando-se da referência aos objetos concretos imediatos. E, à medida que a criança vai tomando consciência das operações mentais que realiza, classificando-as como sendo lembrança ou imaginação, por exemplo, torna-se capaz de dominá-las.

Em outras palavras, a apropriação de um sistema linguístico reorganiza todos os processos mentais infantis. Nesse desenvolvimento, a linguagem opera na estrutura original, considerada elementar. A complexificação da estrutura se dá pela diferenciação e especialização dos seus elementos constitutivos (funções), determinando novas formas de correlação entre si, ou, nexos internos, na constituição de um “sistema psíquico consciente”.

Vygotsky (2001) assinala que o significado da palavra, que em seu aspecto psicológico é uma generalização, constitui um ato de pensamento assim explicado:

[...] constitui um ato de pensamento, no estrito sentido do termo. Mas, ao mesmo tempo, o significado é parte integrante da palavra, pertence ao domínio da linguagem em igual medida que ao pensamento. Sem significado a palavra não o é, mas sim, um som vazio, deixando de pertencer ao domínio da linguagem. Em sua natureza, o significado pode ser considerado igualmente como um fenômeno da linguagem e do pensamento. Não cabe dizer do significado da palavra o que dizíamos antes com respeito aos seus elementos tomados em separado. O que é linguagem ou pensamento? É um e o outro ao mesmo tempo, porque se trata de uma unidade de pensamento linguístico [...]. (VIGOTSKI, 2001, p. 21).

Buscando compreender um pouco mais esses processos, reitera-se que a intervinculação entre pensamento e linguagem é atribuída à necessidade do intercâmbio com os indivíduos e à relação interpessoal, a qual interfere diretamente na formação do pensamento verbal. A relação entre a fala externa/verbalizada e o pensamento modifica-se ao longo do desenvolvimento da criança. Até por volta dos três anos, a fala acompanha frequentemente o comportamento infantil. A partir de então, gradativamente, dependendo das experiências e das mediações, as crianças já são capazes de antecipar o que irão fazer. Disso decorre que a fala passa a

desempenhar funções que são características do pensamento complexo, a de planejar a ação e guiar as atividades humanas, bem como a reelaboração do conhecimento adquirido.

O pensamento, a oralidade, o brinquedo, os gestos, as brincadeiras, o faz de conta, o jogo e o desenho contribuem para a apropriação da linguagem escrita e das outras linguagens. Conseqüentemente, unem funções psíquicas em novas combinações que, ao se complexificarem, possibilitam a apropriação do sentido e do significado que cada objeto contém.

Como já assinalado, a significação imbrica pensamento e linguagem, mas também razão e afeto. Segundo Martins(2013),

Todo e qualquer sentimento carrega consigo um complexo sistema de ideias por meio dos quais possa se expressar. Portanto, tal como não há ideia sem pensamento não há, igualmente, ideia alheia à relação da pessoa com a realidade. Da mesma forma, não há relação com a realidade que possa ser independente das formas pelas quais ela afeta a pessoa. Assim, toda ideia, diga-se de passagem, conteúdo do pensamento, contém a atividade afetiva do indivíduo em face da realidade que representa. (MARTINS, 2013, p. 57).

Vygotsky (1989) explica o desenvolvimento como um processo de internalização de modos culturais de pensar e de agir. Embora aponte diferenças entre aprendizagem e desenvolvimento como dois processos distintos, os considera interdependentes desde o primeiro dia da vida da criança. A aprendizagem suscita e impulsiona o desenvolvimento, e esse realiza a mesma ação com relação àquela.

A investigação sobre o sentido da interação contribuiu para o entendimento da relação entre aprendizagem e desenvolvimento, que pode ser explicitado pelos conceitos de níveis de desenvolvimento: nível de desenvolvimento real (NDR), nível de desenvolvimento proximal (NDP), ou zona de desenvolvimento iminente (ZDI).

O nível de desenvolvimento real revela as funções que já se desenvolveram na criança e que possibilitam a resolução de problemas, individualmente. Refere-se àquilo que a criança, o jovem ou o adulto sabe. O nível de desenvolvimento proximal ou iminente é para Vygotsky (1989, p. 97) “determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes”. Refere-se àquilo que a criança, jovem ou adulto sabe com a ajuda de alguém. Segundo o autor (1989, p.102), “os processos de desenvolvimento não

coincidem com os processos de aprendizado. Ou melhor, o processo de desenvolvimento progride de forma mais lenta e atrás do processo de aprendizado; desta sequenciação resultam, então, as zonas de desenvolvimento proximal”, esse entendimento explicita a relevância da função pedagógica.

Para o autor,

[...] o aprendizado orientado para os níveis de desenvolvimento que já foram atingidos é ineficaz do ponto de vista do desenvolvimento global da criança. Ele não se dirige para um novo estágio do processo de desenvolvimento, mas, ao invés disso, vai a reboque desse processo. Assim, a noção de zona de desenvolvimento proximal capacita-nos a propor uma nova fórmula, a de que o “bom aprendizado” é somente aquele que se adianta ao desenvolvimento. (VIGOTSKI, 1989, p. 100).

É pelo trabalho educativo que o professor assume um papel decisivo e organizativo junto ao desenvolvimento infantil, e da qualidade dessa interferência dependerá a qualidade do desenvolvimento. Por essas razões, os processos de educação e ensino, promotores das complexas aprendizagens humanas, assumem enorme importância na psicologia histórico-cultural. Logo, Vygotsky (2001) afirma que,

[...] a aprendizagem não é, em si mesma, desenvolvimento, mas uma correta organização da aprendizagem da criança conduz ao desenvolvimento mental, ativa todo um grupo de processos de desenvolvimento, e esta ativação não poderia produzir-se sem aprendizagem. Por isso, a aprendizagem é um momento intrinsecamente necessário e universal para que se desenvolvam na criança essas características humanas não naturais, mas formadas historicamente. (VIGOTSKI, 2001, p. 115).

Segundo Martins, Abrantes e Facci (2016), Vygotsky, ao afirmar o papel dos signos na transformação qualitativa do psiquismo e que esses precisam ser transmitidos, apresentou o ensino como condição fundante do desenvolvimento. Contudo, é necessário um trabalho educativo comprometido com a promoção do máximo desenvolvimento do indivíduo e um sistema educativo que, de acordo com os autores,

[...] tenha possibilidades concretas de produzir uma pessoa de pensamentos, com autonomia intelectual para analisar a realidade valendo-se de instrumentos conceituais em suas

formas mais elaboradas; uma pessoa de sentimentos, que se forme sensível ao conjunto dos seres humanos e que possua senso de justiça, revoltando-se contra arbitrariedades que se pratique contra qualquer membro do gênero humano. Que culmine na produção de uma pessoa da práxis, que compreenda as contradições sociais existentes no processo de produção e reprodução da sociedade, que se engaje na luta pela implementação de uma sociedade livre da dominação e opressão. (MARTINS; ABRANTES; FACCI, 2016, p. 3-4, grifos dos autores).

A partir da discussão acerca dos pressupostos psicológicos, espera-se que os professores possam se apropriar e discutir os processos de desenvolvimento e de aprendizagem e seus desdobramentos no trabalho educativo, de forma a superar concepções de senso comum presentes no cotidiano escolar, com vistas a uma educação verdadeiramente humanizadora.

### **3.1.3 PRESSUPOSTOS PEDAGÓGICOS**

Ao se definir pressupostos pedagógicos, é necessário compreender a importância de, a priori, definir-se claramente o método que dará sustentação ao trabalho escolar. Método é o conjunto de determinados princípios que permitem, filosoficamente e cientificamente, apreender a realidade para atuar nela, objetivando a emancipação humana. Metodologia, por sua vez, é compreendida como um conjunto de meios (materiais e procedimentos) que possibilitam a operacionalização do processo. Assim, entende-se que o pressuposto pedagógico, que nesta PPC é sustentado pela Pedagogia Histórico-Crítica, é o que orienta a metodologia utilizada nos mais diferentes processos pedagógicos e administrativos que organizam o trabalho escolar, tarefa essa que se espera ter sido cumprida ao enunciar os pressupostos filosóficos e psicológicos.

Para que os pressupostos pedagógicos sejam definidos, algumas questões devem ser feitas e respondidas, tais como: O que é educar? Qual o papel da escola e dos diferentes trabalhadores em educação? Tem-se clareza sobre qual método sustenta a compreensão sobre a realidade? Quais relações, no cotidiano da escola, contribuem para um processo educativo que objetive a formação omnilateral? Como formar a consciência crítica? Como organizar e trabalhar os conteúdos para atingir a esses objetivos? Quais conteúdos produzidos socialmente devem se tornar conteúdos escolares? Qual é o objeto central do ensino deste ou daquele conteúdo e quais objetivos serão priorizados? Como, por que e o que avaliar? Por que

planejar? Quais as intencionalidades presentes nas ações educativas? Qual a formação necessária aos profissionais da educação? Como organizar o cotidiano escolar tendo em vista a consecução dos objetivos de um projeto educacional emancipatório? Como atuar no sentido de enfrentar a atual fragmentação das ações e programas que incidem no cotidiano do trabalho educativo escolar?

Para buscar indicativos para essas questões, tem-se como princípio que a educação é trabalho, é atividade mediadora no âmbito da prática social e que educar é contribuir para consolidar o processo de humanização do homem. Nessa perspectiva, humanizar-se é assimilar o coletivo social no individual, em seu caráter dialético de transformar-se, modificando a realidade. Como pontua Saviani (2012), “o trabalho educativo é o ato de produzir direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 2012, p.13). É, portanto, ação mediada, que visa a imprimir o arcabouço cultural em cada indivíduo para que se constitua em si a humanidade coletiva, carregada dos sentidos e dos significados produzidos, de modo que seja possível sua inserção nos diferentes espaços sociais, culturais e científicos.

Assim, uma educação que tenha compromisso com a transformação precisa levar em conta a relação entre a teoria e a prática, por meio da transmissão e da assimilação dos elementos culturais e científicos que permitam fazer a crítica, bem como buscar possibilidades de transformação das atuais relações sociais que expropriam, da ampla maioria da população, as reais condições de acesso ao conhecimento científico e cultural produzido pela humanidade. Para tanto, é preciso recuperar a essencialidade do fazer pedagógico, a partir da compreensão do exposto por Saviani (2012), o qual enfatiza a função social da instituição escolar:

Ora, clássico na escola é a transmissão-assimilação do saber sistematizado. Este é o fim a atingir. É aí que cabe encontrar a fonte natural para elaborar os métodos e as formas de organização do conjunto das atividades da escola, isto é, do currículo. E aqui nós podemos recuperar o conceito abrangente de currículo: organização do conjunto das atividades nucleares distribuídas no espaço e no tempo escolares. Um currículo é, pois, uma escola funcionando, quer dizer, uma escola desempenhando a função que lhe é própria. (SAVIANI, 2012, p. 17).

Ao referir-se ao que é clássico, Saviani (2012), incisivamente, argumenta:



“Clássico não se confunde com tradicional e também não se opõe, necessariamente, ao moderno e muito menos ao atual. O clássico é aquilo que se firmou como fundamental, como essencial. Pode, pois, constituir-se num critério útil para a seleção dos conteúdos do trabalho pedagógico” (SAVIANI, 2012, p.13).

É, portanto, objeto do trabalho escolar a socialização do conjunto de conhecimentos científicos, culturais, artísticos, ou seja, aqueles que se firmaram no tempo e que compõem o acervo da humanidade, de modo que sejam efetivamente apropriados em sua totalidade e por todos os alunos. Em razão dessa compreensão, depreendem-se outras significações, dentre elas a de que a educação, como prática social e como ação intencional mediada, exige um planejamento metódico, porque é pautado em um método claramente definido; é rigorosa e reflexiva, por seguir ações e/ou procedimentos que possibilitem a apropriação crítica do conjunto de conhecimentos, com vistas à ruptura com os padrões vigentes da mera reprodução utilitarista de competências. Nessa direção, há, portanto, que se consolidar uma organização da e na instituição escolar que se pautem nos princípios defendidos por Saviani (2012), de que:

[...] Para existir a escola não basta a existência do saber sistematizado. É necessário viabilizar as condições de sua transmissão e assimilação. Isso implica dosá-lo e sequenciá-lo de modo que a criança passe gradativamente do seu não domínio ao seu domínio. Ora, o saber dosado e sequenciado para efeitos de sua transmissão-assimilação no espaço escolar, ao longo de um tempo determinado, é o que convençamos chamar de “saber escolar”. (SAVIANI, 2012, p. 17).

O ato de planejar, nesse contexto, se configura em uma ação política e técnica, visto que, como ação política, o professor procede a análise do conteúdo escolar e do processo educativo em uma perspectiva mais ampla, implicando tomada de decisões sobre para quê e como abordar os conteúdos de ensino. Na qualidade de ação técnica, conhecendo o processo de desenvolvimento humano, compreende suas responsabilidades como mediador e promotor desse desenvolvimento por meio de ações pedagógicas devidamente planejadas, assumindo os compromissos de organizar o processo educativo, considerando a consecução dos objetivos e/ou a sua reorganização. Frisa-se, nesse contexto, que essas duas dimensões (política e técnica) são indissociáveis.

O planejamento do processo educativo, em uma perspectiva crítica e transformadora, exige a reflexão sobre as relações de poder que se instituem no interior da escola, explicitando a sua origem, o seu caráter contraditório, identificando de que modo interferem tanto na organização interna quanto nas relações que permeiam o cotidiano da escola e comunidade, bem como as da escola com a mantenedora. Parte-se do princípio fundante que se construam práticas coletivas em um processo reflexivo de tomada de decisões, pautadas no domínio das informações necessárias e em tempo para que as decisões sejam, efetivamente, coletivas e voltadas para os interesses do coletivo. Isso permite que ações mais participativas sejam, gradativamente, construídas, consolidando-se na gestão escolar em uma perspectiva democrática que prime pela participação consciente de todos os envolvidos no processo educativo escolar, mesmo que demarcadas pelos limites impostos pela legislação e/ou normativas.

Nessa direção, entende-se o Projeto Político Pedagógico (PPP, deste ponto em diante) não apenas como um documento, mas como prática, como projeto em movimento, em permanente construção, execução e avaliação. Em um primeiro e mais importante sentido, o PPP se revela como prática reflexiva e coletiva de tomada de decisão, que necessita, concomitantemente, ser sistematizado e organizado para que se constitua também no registro das intencionalidades e das ações coletivas da comunidade escolar, servindo de sustentação a todos os outros planejamentos escolares. Nesse movimento de construção, congrega e explicita os fundamentos e os pressupostos que direcionam as práticas político-pedagógicas da comunidade escolar, indicando quais os princípios que direcionam e mantêm as práticas educativas.

No campo dos pressupostos pedagógicos, há que se deter com afinco na relação ensino e aprendizagem, considerando, sobretudo, o trabalho desenvolvido em sala de aula e nos demais espaços educativos como fundamentais para a socialização e a problematização do conhecimento científico, uma vez que, nas palavras de Saviani (2012), “é o fim a atingir que determina os métodos e processos de ensinoaprendizagem” (SAVIANI, 2012, p. 17). E, nesse caso, à instituição escolar compete, segundo o autor, ensinar o conjunto de conhecimentos essenciais à inserção na cultura letrada, na cultura erudita o que exige, para tanto, a incorporação dos rudimentos da leitura e escrita, bem como das demais áreas do universo letrado e das ciências.

O currículo escolar, por sua vez, expressa uma organização por campo de experiências na Educação Infantil e por componente curricular no Ensino Fundamental – Anos Iniciais -, respeitando o objeto de estudo das diferentes áreas. Contudo, busca avançar na superação dos limites que, costumeiramente, se instalam no ato de planejar a ação docente quando pautado por uma visão linear ou fragmentada. É nessa direção que a afirmativa de que “são os fins a atingir que determinam os métodos e processos de ensino e aprendizagem” assume especial relevância, pois sem essa clareza, sem essa definição, quaisquer procedimentos e, possivelmente, quaisquer resultados serão aceitos como viáveis e justificados mediante as condições existentes, retirando da instituição escolar parte significativa de sua responsabilidade frente à transmissão-assimilação do saber sistematizado, que é o pressuposto fundamental para que a instituição escolar cumpra com a função social, de contribuir para emancipação humana.

Ao referir-se à organização do processo de ensino e de aprendizagem, é necessário retomar o exposto por Klein (2010):

[...] o conhecimento não está nas coisas e nem nasce espontaneamente na cabeça dos educandos. O conhecimento existe apenas nos homens e nas suas relações. E, portanto, na relação com outros homens, na medida em que incorpora a intrincada rede de relações que constituem uma dada forma humana de ser, que a criança se apropria do conhecimento. Este não é, evidentemente, passível de ser “ditado”, mas também não é algo que se descubra por um golpe incomum de genialidade. (KLEIN, 2010, p. 230).

Com base em Klein (2010), destaca-se que o conhecimento científico é resultante de pesquisa científica produzida nas relações dos homens com a natureza e dos homens entre si. Trata-se de um complexo processo de produção, o qual se encontra, via de regra, publicado na forma de síntese e, conforme interesse formativo da sociedade, essas sínteses são apresentadas em um rol de abstrações conceituais, as quais são denominadas como conteúdos escolares. Nesse caso, as sínteses conceituais contêm uma complexidade de relação entre elementos diversos que vão muito além das abstrações contidas na matriz curricular.

O conhecimento científico, sendo produzido nas relações dos homens com a natureza e dos homens entre si, constitui-se na sua dimensão histórica, demarcada

pelo tempo e pelas condições em que é produzido, sistematizado e socializado. Partindo desse entendimento, compreende-se que a reprodução de conceitos, de regras e de fórmulas não é suficiente para configurar a apreensão do conhecimento científico. Por isso, é necessário que a ação pedagógica, sob a responsabilidade da instituição escolar, esteja planejada de forma a superar as práticas pedagógicas pautadas em conceitos espontâneos, visando a alçar novas práticas nas instituições, uma vez que há que se tomar consciência do que é defendido reiteradamente por Martins (2016):

[...] há que se afirmar a escola como lócus privilegiado para a transmissão daquilo que realmente promove o desenvolvimento, cientes de que o alcance dos conceitos científicos não restringe apenas aos conteúdos que veiculam em si mesmos, haja vista que esse tipo de ensino opera decisivamente na estrutura psíquica dos indivíduos. O que se apresenta no cerne da qualidade dos conteúdos de ensino outra coisa não é senão a formação da consciência, cujo fundamento, do ponto de vista psicológico, radica na formação dos processos funcionais superiores e, sobretudo, naquilo que conduz ao autocontrole da conduta. Pretender a formação de alunos “críticos”, “participativos”, “cidadãos”, etc.; na ausência do ensino de conteúdos sólidos, desenvolventes, parece-nos um ideal falaz que precisa ser desvelado. (MARTINS, 2016, p. 26).

É, portanto, imprescindível que o trabalho pedagógico na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental tenha como pressuposto básico a definição dos conteúdos, a forma de trabalhá-los e a escolha dos materiais e dos recursos. O ato intencional de planejar ações de mediação pedagógica requer amplo conhecimento sobre o desenvolvimento humano e sobre o núcleo conceitual referente às áreas do conhecimento que pautam a prática pedagógica em sala de aula.

Essa organização extrapola o espaço privilegiado de transmissão e assimilação do conhecimento historicamente produzido e sistematizado pela humanidade, ou seja, a aula em si. Ela congrega as concepções sobre o trabalho, o homem, a educação, a sociedade, a escola, a ciência, a tecnologia, o conhecimento, o currículo, o saber, o ensino, a aprendizagem, dentre outras, as quais são definidoras da forma como se lê a realidade social, política e cultural, bem como a forma como se posiciona nessa mesma realidade. Há que se garantir, desse modo, a unidade político-pedagógica, a qual espera-se que esteja prevista no PPP institucional, como resultado de uma construção coletiva e participativa dos sujeitos

que constituem a comunidade. Assim é que a organização do trabalho docente, de forma mais implícita, se volta à organização do plano de trabalho docente e do plano de aula e à avaliação do ensino e da aprendizagem, o que exige escolhas metodológicas (procedimentos), as quais, por sua vez, revelam os pressupostos teóricos (método) que os sustentam.

Nessa linha de argumentação, recupera-se a síntese que Martins (2016) apresenta ao referir-se ao método marxiano de construção do conhecimento, o qual pressupõe a “captação empírica e sincrética da realidade como ponto de partida, as mediações abstratas do pensamento como possibilidades para superação dessa condição, tendo em vista a apreensão concreta da realidade como síntese das múltiplas determinações” (MARTINS, 2016, p. 27). Para tanto, há que se ter uma organização do trabalho escolar que supere práticas fragmentadas de ensino, visto que o aporte dos pressupostos da psicologia histórico-cultural exige que, ao considerar o desenvolvimento humano, tenha-se como fundamento que as “funções complexas não se desenvolvem na base de atividades que não as exijam e as possibilitem” (MARTINS, 2016, p. 19). Assim sendo, no tratamento do conteúdo, em um constante ir e vir, o professor deve precisar a definição conceitual; porém, sempre estabelecendo relação entre ela e outras definições que se apresentarem como necessárias e com o processo histórico-social. Isso implica expressar quais são os fundamentos referenciais do conteúdo, ao mesmo tempo em que busca superá-los, incorporando à discussão o seu significado histórico, social e político, ou seja, estabelecendo as relações entre o conteúdo escolar e a realidade. Contudo, não se trata da realidade imediatamente visível, mas da totalidade que, para ser compreendida e apreendida, assenta-se no planejamento de ações que “visam à conquista das capacidades intelectuais, das operações lógicas do raciocínio, dos sentimentos éticos e estéticos, enfim, de tudo o que garanta ao indivíduo a qualidade de ser humano” (MARTINS, 2013, p. 275).

Nesse aspecto, ao tratar do conteúdo escolar, o professor deve fazer um exercício racional sincrônico (tempo atual) e diacrônico (por meio dos tempos), captando as relações estabelecidas, o seu movimento e as suas contradições. Esse exercício é fundamental para a passagem do concreto-sensorial ao concreto pensado. O concreto sensorial é percebido pelo nosso cérebro por intermédio de uma relação direta de nossos sentidos com o mundo objetivo. Ele é nos apresentado de forma caótica e limitado às nossas apreensões de manifestações exteriores. O concreto,

tal como Marx (1987) destaca, trata-se de um concreto idealizado, visto que o “concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida” (MARX, 1987, p. 16). Conforme o autor, o conhecimento concreto da realidade só é possível se as partes abstraídas e isoladas forem rearticuladas, de modo a compreender a unidade do diverso, e a chegar ao concreto pensado, que é síntese de múltiplas determinações. Assim, as definições permanecem em constante reflexão e só se aproximam do real se forem apreendidas as múltiplas relações que compõem e dão base ao conhecimento.

O movimento entre concreto sensorial, abstração e concreto pensado está constantemente a se refazer, e é nesse movimento que se insere outra organização do ensino, conforme defendida por Saviani (2012). Como esforço, no sentido de garantir o entendimento de que prática social, problematização, instrumentalização, catarse e prática social são momentos apresentados pelo autor na contraposição às pedagogias existentes até então, e, portanto, como método, é imprescindível destacar a lógica dialética presente no movimento de transmissão-assimilação/apropriação do conhecimento científico. Nesse quesito, Martins (2016) reafirma:

Frise-se que os momentos explicitados por Saviani referem-se à organização lógica do ensino e só podem expressar-se no ato de ensinar como momentos distintos, mas interiores uns aos outros. Trata-se de compreender a prática social, quer do ponto de partida, quer do ponto de chegada, como substrato das abstrações do pensamento organizadas como problematização, instrumentalização e catarse, que se manifestam como atos de pensamento a serviço de uma apreensão mediata daquilo que é dado imediatamente à captação sensível. (MARTINS, 2016, p. 27).

Há que se compreender, conforme indicado pela autora, o percurso lógico da aprendizagem, na sua relação com o desenvolvimento humano para ser possível proceder as inferências necessárias à organização de um ensino que promova desenvolvimento. A autora destaca: “O percurso lógico da aprendizagem segue uma linha de desenvolvimento que caminha do concreto (sensorial, empírico) para o abstrato, do particular para o geral, do cotidiano para o não cotidiano, dos conhecimentos de senso comum para os conhecimentos mais elaborados e complexos. Esse percurso revela-se ‘de baixo para cima’” (MARTINS, 2016, p. 28).

A aprendizagem é um processo mediado por signos (culturais), inserido em contextos sociais carregados de significações, as quais precisam ser transpostas do inter para o intrasubjetivo e cuja qualidade de apropriação depende das condições em que elas ocorrem.

Martins (2016), ao confrontar a lógica da aprendizagem com a lógica do ensino, destaca que “[...] o percurso lógico do ensino carece ocorrer do abstrato para o concreto, do geral para o particular, da síntese como possibilidade para a superação da síncrese, do não cotidiano para o cotidiano, dos conceitos científicos a serem confrontados com os conceitos espontâneos. Logo, esse percurso revelasse “de cima para baixo” (MARTINS, 2016, p. 29). A pesquisadora ainda acrescenta: “Consequentemente, o ensino só pode sustentar-se como objetivação de apropriações já realizadas por quem ensina. Nesse sentido, o percurso lógico do ensino não pode reproduzir o percurso lógico da aprendizagem, pois se assim o for não gerará as contradições necessárias à transformação do sistema representado pela tríade conceitos científicos, conceitos espontâneos e seus objetos” (MARTINS, 2016, p. 29).

Nessa perspectiva, organizar o ensino implica, como tem se destacado nesta seção, um conjunto de saberes que extrapolam a mera definição dos encaminhamentos e recursos didático-pedagógicos, que se objetivam em uma simples organização de atividades que ocupem o tempo escolar. Além disso, tornase possível inferir que não é possível ensinar aquilo que não se domina, aquilo que não se conhece. É pertinente, ainda, destacar, as palavras de Saviani (2012) quando se refere à função social da escola como instituição responsável pelo acesso ao saber sistematizado, momento em que também apresenta algumas das condições necessárias para o acesso a esse saber:

Ora, o saber sistematizado, a cultura erudita, é uma cultura letrada. Daí que a primeira exigência para o acesso a esse tipo de saber é aprender a ler e escrever. Além disso, é preciso também aprender a linguagem dos números, a linguagem da natureza, e a linguagem da sociedade. Está aí, o conteúdo fundamental da escola elementar: ler, escrever, contar, os rudimentos das ciências naturais e das ciências sociais (história e geografia). (SAVIANI, 2012, p.14).

Com base nas palavras supracitadas, entende-se que à escola compete, sobretudo, ensinar os rudimentos necessários à instrumentalização primeira, ou

seja, ensinar a ler, a escrever, a contar, a socializar o domínio das ciências naturais e sociais, por meio das quais se permitem ampliar as possibilidades de inserção no mundo cultural por meio de domínios mais elevados sobre esses rudimentos. O acesso aos conceitos científicos depende de processos de alfabetização devidamente conduzidos e concluídos, bem como de processos de ensino devidamente orientados, de modo que se rompa com as exclusões tão frequentes, as quais ocorrem em decorrência do não domínio dos conteúdos presentes na cultura letrada/erudita. Instrumentalizar os alunos é, sobretudo, promover um ensino que possibilite a apropriação dos conteúdos da ciência e da cultura em suas diferentes manifestações.

Na prática pedagógica que se efetiva na sala de aula, é correto afirmar que se estabelecem a atividade de ensino, como prática efetiva do professor, e a atividade de estudo, como prática do aluno. Moura, Sforini e Lopes (2017) definem a atividade de estudo como “aquela atividade cujo produto são transformações no aluno” (MOURA; SFORINI; LOPES, 2017, p. 82). E, identificam seus componentes como sendo “as tarefas de estudo, as ações de estudo e as ações de controle e avaliação”.

De modo que “A tarefa de estudo está associada à motivação do estudo, com a transformação do aluno em sujeito da atividade. Estar em atividade de estudo é que coloca o aluno em ações de estudo. É a realização conjunta do aluno com seus colegas e o professor que vai permitir a realização das ações de controle e avaliação dos resultados de sua atividade de estudo” (MOURA; SFORINI; LOPES, 2017, p. 82).

Tendo como objetivo promover a aprendizagem de conteúdos relevantes para uma formação emancipadora, a organização do ensino é essencialidade que requer definição clara dos procedimentos metodológicos, pois, segundo os autores explicitam:

Da avaliação do que realiza poderá resultar a necessidade de mudanças na sua forma de atuação, já que no processo de ensino irá perceber como agem os estudantes diante do conteúdo a ser aprendido. É a percepção, pela reflexão, sobre a qualidade da aprendizagem que irá desencadear ou não novas ações do professor para atingir seu objetivo. Desse modo, o controle intencional das ações e operações, como parte do seu plano, permitirá ao professor passar qualitativamente de um nível ao outro da organização da



atividade de ensino, segundo as características do pensamento teórico. (MOURA; SFORNI; LOPES, 2017, p. 85).

Nessa direção, às ações de organização do ensino vão exigindo o acompanhamento dos resultados correspondentes no que tange à aprendizagem e à consequente tomada de decisão quanto à necessidade ou não de reorganização dos procedimentos adotados para o ensino dos conteúdos escolares.

Além do domínio conceitual referente ao conteúdo, objeto de ensino, ao professor compete investigar as ações desencadeadoras de aprendizagem, aquelas que produzem a real necessidade de novas elaborações ou novas sínteses resultantes, por exemplo, da necessidade de confrontar informações sobre um mesmo conteúdo ou de núcleos conceituais diferentes. Vale indicar que a prática pedagógica implica, ainda, conhecer os materiais e recursos disponíveis, a fim de saber de que forma será possível conduzir as explicações, elaborações e/ou experimentações que se fizerem necessárias de modo a garantir a apropriação dos conteúdos essenciais que se constituem o objeto de estudo. A organização do ensino, também, é referendada por Libâneo (2016), o qual parte da defesa de um ensino que visa à formação do pensamento teórico e indica pressupostos para elaboração dos planos, os quais, por sua vez, articulam-se ao corpus teórico da ciência a ser ensinada, requerendo do professor, amplo domínio conceitual referente ao objeto de ensino, das ações mentais envolvidas e dos procedimentos e recursos necessários para desencadear as situações de ensino. O autor destaca, dentre outros pontos, a necessidade de

Análise do conteúdo visando à elaboração do núcleo conceitual (núcleo do conceito) da matéria (princípio geral básico, relações gerais básicas), que contém a generalização esperada para que o aluno a interiorize e a utilize para deduzir relações particulares da relação básica identificada. Para isso, busca-se a gênese de desenvolvimento do conteúdo, isto é, o processo histórico de sua constituição, recorrendo aos métodos e procedimentos de investigação próprios desta ciência. (LIBÂNEO, 2016, p. 377).

Em síntese, tem-se a indicação objetiva do percurso do ato de planejar o ensino e a aprendizagem como trabalho pedagógico em sala de aula que será viabilizado mediante ações intencionais, rigorosamente organizadas. Cabe destacar que o compromisso de indicar o percurso a ser realizado para garantir a apropriação

dos conceitos científicos será cumprido em cada componente curricular, no campo dos encaminhamentos teórico-metodológicos. Nesse sentido, vale ressaltar os limites impostos pelo tempo histórico, o desafio da produção coletiva em que se tem a opção por metodologias de ensino consideradas mais adequadas ao objeto de ensino do referido componente curricular, mantendo-se o respeito aos pressupostos teóricos já devidamente enunciados.

E, na lógica até aqui apresentada, não cabe enfatizar nenhuma concepção de avaliação que a trate de forma distinta ou separada de todo o percurso. Situada no campo das ações de controle e avaliação, nos e dos processos de ensino e aprendizagem, a avaliação contribui para que os fins a atingir se efetivem. Ela se reveste implícita no processo educativo com vários atributos: diagnóstica, investigativa, processual, reflexiva, formativa e qualitativa. Diagnóstica e investigativa porque é um processo de reflexão e investigação sistemática, com registros objetivos que permitem analisar e caracterizar o processo educativo, tanto com relação à apropriação do aluno quanto com relação às ações articuladas para que essa apropriação aconteça. É formativa porque permite a realimentação do processo e, assim, o acompanhamento permanente.

Ademais, não basta apenas diagnosticar; é preciso encaminhar ações que permitam a adequação dos procedimentos utilizados para a consolidação dos objetivos e, conseqüentemente, para a apropriação dos conhecimentos. Há que se compreender que os registros são provisórios e que ela se tornará qualitativa e contínua se os dados registrados forem pautados no pressuposto de analisar a consolidação dos objetivos confrontados permanentemente, expressando a qualidade do processo, e não de um determinado momento desse.

Segundo Janssen (2004), “à razão de ser da avaliação está em acompanhar, interativa e regulativamente, se os objetivos pedagógicos estão sendo atingidos. Os processos avaliativos visam aproximar as formas de planejar, de ensinar, de aprender e também de avaliar através da coleta de maior número possível de informações que sejam relevantes para a melhoria da qualidade social do trabalho pedagógico” (JANSSEN, 2004, p. 58). Não se pode perder de vista que toda produção do aluno, inclusive o erro, é uma fonte de informação importante sobre o processo de ensino e de aprendizagem, servindo de ponto de reflexão para a retomada das ações de ensino que se apresentarem como necessárias a fim de garantir as aprendizagens objetivadas.

Considerando-se que é a partir de mediações significativas que se criam novas possibilidades de aprendizagem e de desenvolvimento, as quais, por sua vez, exigirão novas mediações, não se pode: a) deter-se em coletar informações sobre momentos específicos da aprendizagem dos alunos; e b) considerar momentos pontuais como a referência maior para análise de um percurso de aprendizagem e desenvolvimento, os quais se revelam sempre em processo. Nas escolas, segundo Rego (2001), costuma-se avaliar o aluno somente no nível de desenvolvimento real, ou seja, avalia-se aquilo que ele sabe no momento em que o instrumento avaliativo é aplicado, que se revela por meio do que ele é capaz de fazer, sem colaboração de outros, como sendo o representativo de seu desenvolvimento.

Nas reflexões sobre a avaliação, entendida como processo que serve para avaliar o ensino e a aprendizagem, defende-se que os resultados devem servir de suporte para reavaliar percursos de ensino e de aprendizagem, incluindo as diferentes situações que incidem na organização das salas de aula e dos demais espaços educativos da instituição escolar, abarcando inclusive as diferenças para que não se constituam em desigualdades. Há que se considerar a inclusão social e educacional, aspectos que exigem a flexibilização curricular, quer seja com relação ao tempo, à forma, ao conteúdo, ao ensino e aos instrumentos e critérios de avaliação, sem que ocorra a banalização/esvaziamento do conteúdo/conhecimento.

Ao tratar das ações de avaliação, é importante refletir sobre os instrumentos que poderão ser utilizados na relação com o núcleo conceitual das áreas do conhecimento de modo que assegurem situações de análise, de interpretação, de síntese, de memorização de informações e de conceitos relevantes, de reflexão, de aplicação de conhecimentos, dentre outros aspectos. Os instrumentos, quando bem elaborados, podem contribuir para a necessária e coerente interpretação das informações contidas nas atividades avaliativas de modo que, professor e aluno, tomem consciência das suas trajetórias de ensino e de aprendizagem, na relação com o núcleo conceitual a ser apropriado pelos alunos como resultado das atividades desenvolvidas. Assim, criar estratégias próprias de aprendizagem, construindo ações mais autônomas, no sentido da emancipação intelectual e da construção da autocrítica, por parte de todos os envolvidos, passa a ser uma ação consequente/resultante do processo de avaliação.

A reflexão crítica sobre o ensino e a aprendizagem, realizadas por parte de todos os envolvidos no processo, aponta para o redimensionamento de práticas

pedagógicas que legitimam a função social da instituição escolar como espaço privilegiado de socialização do conhecimento científico e, conseqüente, do desenvolvimento do pensamento teórico, por intermédio de atos intencionais de ensino e de aprendizagem, os quais legitimam a manutenção da instituição social escola.

É preciso ampliar o debate sobre aprovação, reprovação, ciclo e/ou contínuos de modo a superar seus limites operacionais e legais, uma vez que, a não retenção é uma ação pedagógica significativa, quando acompanhada de atos de ensino que priorizem à efetiva aprendizagem. O processo educativo, ao ser metodicamente planejado e avaliado, precisa garantir a consolidação de objetivos, contribuindo para que se estabeleçam relações que instiguem o espírito investigador e que ampliem a exigência com relação ao domínio do conhecimento historicamente acumulado.

Ao tratar da avaliação do processo educativo, não se pode desconsiderar as ações de auto avaliação, por intermédio da previsão da avaliação institucional, a partir da análise dos resultados alcançados nas diferentes práticas desenvolvidas, bem como a análise dos resultados alcançados nas avaliações realizadas pelo sistema educacional. Diferentemente de confrontar índices estatísticos, as ações de controle e auto avaliação aqui concebidas abarcam exercícios de autorreflexão mediatizados pelas concepções que fundamentam essa PPC e rompem com práticas competitivas, visando a retornar ao que está concebido e proposto na relação direta com o que se tem alcançado, mediante as condições existentes, com vistas a reorganizar procedimentos sempre que necessário, bem como fortalecer as ações que alcançam bons resultados. A defesa é a de que cabe à escola cumprir seu papel, possibilitando o acesso ao conjunto de conhecimentos produzidos pela humanidade por meio do efetivo trabalho escolar, da investigação e da reflexão.

Defende-se, neste documento, o exposto nas diretrizes curriculares, bem como nos acordos internacionais firmados em prol dos interesses da humanidade, os quais apontam para a formação de sujeitos que apresentem domínios nas diferentes áreas do conhecimento, tenham desenvoltura linguística, de raciocínio e criatividade, para que possam resolver situações diferenciadas, para que valorizem a diversidade cultural, para que cuidem da saúde física e emocional; para que se preocupem com o meio ambiente e com o planeta, para que utilizem diferentes linguagens, incluindo a digital para se comunicar e se expressar, e, sobretudo, para

que respeitem o diferente, o diverso, valorizem o humano em si e no outro, de modo a melhorar os espaços de convivência. Entende-se que, por ser viável a construção das relações sociais indicadas nos documentos legais e orientadores das práticas formativas, agregada à difusão desses princípios, faz-se necessária a transformação nas relações de produção material da existência humana. Contudo, não compete aguardar mudanças na base material, é necessário que a instituição atue no campo daquilo que lhe é próprio, ou seja, a socialização dos conhecimentos científicos e culturais produzidos pela humanidade.

Para que o trabalho educativo se efetive da maneira indicada nesses pressupostos, as políticas públicas municipais para formação dos profissionais da educação não podem ser compostas de eventos pontuais, nem podem ficar submetidas às mudanças de governo, ou ainda mais grave, submetidas às empresas, às fundações e às corporações que têm adentrado ao espaço escolar, as quais, oferecendo produtos e serviços por meio de parcerias, amarram programas de formação contínua, vinculados aos interesses corporativos, desvirtuando os princípios político-pedagógicos tão arduamente construídos na discussão coletiva dos projetos políticos pedagógicos. A formação precisa ser contínua, garantindo o aprofundamento teórico-metodológico, a unidade e a coerência aos pressupostos teóricos que sustentam as concepções de desenvolvimento humano, de aprendizagem, de ensino, de organização pedagógica, dentre outros.

Nesse sentido, o processo de formação inicial e contínua dos trabalhadores da educação, planejado em curto, médio e longo prazos, tendo em vista a necessidade de uma formação plena, fica vinculado à concepção que contemple a multidimensionalidade do conhecimento e que objetive a humanização do homem na perspectiva de sua emancipação. O Plano Nacional de Educação e o Plano Municipal de Educação, aliado ao plano de governo municipal, pautam o planejamento da formação contínua, contemplando a totalidade dos profissionais da educação, fator que requer estabelecimento de prioridades, e a exclusão de programas e projetos que atravessam os fins da instituição escolar, uma vez que a defesa desta PPC parte do entendimento maior de que “Clássico na escola é a transmissão-assimilação do saber sistematizado. Este é o fim a atingir” (SAVIANI, 2012, p. 17). O mapeamento de situações vivenciadas no cotidiano evidencia que há necessidade de empreender esforços no sentido de limpar o espaço escolar daquilo que é secundário, daquilo que não é essencial, que vem atravessando a prática de

ensino e, conseqüentemente, a de aprendizagem, impactando nos resultados alcançados, em termos qualitativos.

A formação teórica do professor, quer seja na condição inicial ou contínua, parte dos mesmos princípios defendidos para o ensino, primando pelo rigor dos conceitos e pelo rigor metodológico, visando a alçar níveis de compreensão cada vez mais complexos que auxiliem no domínio conceitual e nas relações necessárias que incidam em práticas pedagógicas mais consistentes que auxiliem na transposição da síntese à síntese, do abstrato ao concreto pensado, na superação dos saberes em nível de senso comum, alçando os patamares da elaboração conceitual sustentado por um domínio consistente. Essa formação a que este documento se refere só ganhará caráter de continuidade se propiciar um processo de aprofundamento epistemológico, cuja previsão deve constar, inclusive, nos Planos Municipais de Educação como resultado da participação efetiva dos trabalhadores no planejamento dessa prática formativa e do seu conteúdo.

Assim, provisoriamente, finalizam-se as reflexões sobre os pressupostos pedagógicos, sendo esses articulados, na sequência, aos legais à medida que esses, também, possibilitam e limitam práticas político-pedagógicas. No campo da gestão da instituição escolar, locus no qual incidem os resultados das decisões políticas dos sistemas, compete, sobretudo, o esforço pela implementação de práticas efetivas de ensino que resultem em aprendizagem. Conhecer o conjunto jurídico que regulamenta e, por vezes, condiciona a ação pedagógica, especialmente para que não se permita que regulamentações específicas e transitórias assumam relevância ou significado que extrapolem sua exiguidade ou pequenez, é sumamente importante. Dessa forma, mesmo que demarcados pelo aparato jurídico de um sistema legal, esta PPC ampara-se na consistência e coerência advindas dos princípios até aqui assumidos, para seguir na organização das propostas pedagógicas curriculares, as quais complementarão este documento curricular para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

### **3.1.4 PRESSUPOSTOS LEGAIS**

Para compreender as implicações decorrentes da legislação educacional, é necessário situá-la no contexto das transformações econômicas, políticas, culturais

e geográficas que caracterizam a reorganização do sistema capitalista mundial, intensificada ainda na segunda metade do século passado, e que tem sua defesa associada à indicação de avanços científicos e tecnológicos, à globalização da economia e abertura de novos mercados consumidores. As transformações no modo de organizar a produção econômica, defendidas como prioridades nos programas econômicos pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e pelo Banco Mundial, influenciam e afetam diretamente a organização das políticas e programas no campo da educação. Esses organismos e os documentos que sustentam os acordos firmados encaram o desemprego, a fome, a pobreza e o aumento das desigualdades como problemas que decorrem dos aspectos culturais, cuja solução estaria na proposição de um projeto de educação voltado para a empregabilidade, concebendo a formação integral em uma perspectiva reducionista, ou seja, apenas articulada às necessidades do mercado de trabalho.

Nesse processo de mudanças, defende-se, no campo discursivo, a reforma do ensino, principalmente nos países em desenvolvimento, implicando mudanças nas políticas educacionais, alterações nos currículos, na gestão educacional, na avaliação dos sistemas e na formação dos profissionais da educação. O Brasil, influenciado por essas políticas internacionais, adotou novas estratégias, entre as quais se destaca a descentralização administrativa e a transferência de atribuições e responsabilidades, antes do Estado, para as instituições de ensino e para os profissionais da educação. No campo das práticas sociais e da implementação das políticas públicas, constatase que o investimento insuficiente por parte do Estado na educação pública dificulta a efetivação de uma educação de qualidade com perspectiva de inclusão social, permanecendo e, até mesmo, agravando os quadros de exclusão ao acesso aos bens culturais produzidos e acumulados pela humanidade.

E com essa clareza, parte-se do princípio de que a legislação educacional e as políticas públicas caracterizam-se pela provisoriedade, a qual é determinada pelas condições históricas nas quais são produzidas, mantendo, ao mesmo tempo, um caráter de permanência, ao estabelecer os direitos básicos de acesso à educação. Pode-se inferir que o aparato legal atua como mecanismo de regulação dos Sistemas de Ensino, bem como pressuposto de garantia do direito de acesso à Educação Básica. Assim, cabe ressaltar que o acervo legal que jurisdiciona a

organização do trabalho administrativo e pedagógico nas instituições escolares está posto nos dispositivos advindos na forma de Lei, Decreto, Resolução, Parecer, Indicação e/ou Instrução que emanam orientações e princípios que precisam ser considerados no conjunto das práticas curriculares. E é nesse contexto que tais dispositivos serão considerados, observando-se seus limites e também suas implicações.

Vale ressaltar que as instituições se encontram jurisdicionadas à legislação nacional na forma das leis e decretos aprovados pelo Congresso Nacional e sancionados pela Presidência da República, sendo competência dos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Educação emanar normativas específicas para assuntos educacionais a eles jurisdicionados. Os municípios que não têm seus Conselhos Municipais de Educação constituídos com poderes normativos seguem as normas emanadas do Conselho Estadual de Educação. O esforço que se empreende é o de garantir a atuação de modo articulado entre as esferas administrativas federal, estadual e municipal, a fim de alçar a organicidade e sistematicidade previstas em lei. Mediante tais considerações, é fundamental empreender esforços para que os desdobramentos jurídicos sejam tomados na integralidade, na organicidade e sistematicidade à luz dos demais pressupostos que organizam esta PPC, de modo a contribuir para o fortalecimento do sistema nacional de educação, tarefa essa que compete a todos, indistintamente.

No que tange à legislação nacional, no final da década de 1980, a Educação passou a ser garantida pela Constituição Federal de 1988 – CF/88, como direito público subjetivo, e foi apontada como “direito de todos e dever do Estado e da família” (Art. 205). Ademais, os princípios constitucionais são prerrogativas a serem cumpridas na Educação, em todos os níveis de ensino, primando por: equidade no acesso e na permanência, liberdade de ensinar e aprender, pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, gratuidade no ensino público em estabelecimentos oficiais, valorização dos profissionais da educação, gestão democrática, garantia de padrão de qualidade (art. 206, I a VII). A Emenda Constitucional nº 59/2009 alterou o artigo 208 e determinou que é obrigação do Estado a oferta do ensino, estabelecendo que: “I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria”. A Constituição Federal atribui aos municípios o dever de ofertar, organizar e garantir o acesso à Educação Infantil e ao



Ensino Fundamental, e a Constituição do Estado do Paraná, aprovada em 05 de outubro de 1989, em seus artigos de 177 a 189, por sua vez, referenda o previsto na Constituição Federal de 1988 no campo dos direitos sociais no que tange à organização da educação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, doravante) nº 9.394/96 normatiza, orienta os sistemas de ensino do país e reitera as disposições da Constituição Federal, definindo princípios, normas e critérios para a efetivação do acesso e da permanência da criança, do adolescente, do jovem e do adulto em todos os níveis e modalidades de ensino, vinculando a educação ao mundo do trabalho e à prática social. No Art. 11, estabelece-se que é responsabilidade dos municípios

“organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados”, além de “oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas e, com prioridade, o

Ensino Fundamental [...]”. Ao estabelecer os níveis, etapas e modalidades de ensino, a LDBEN organiza a educação escolar em Educação Básica, formada pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio; e em Educação Superior. Este documento curricular é direcionado para a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

A Educação Infantil tem “como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. Ao ser definida como a primeira etapa da educação básica, a sua oferta é indicada para ser efetivada, conforme expresso no artigo 30 da LDBEN nº 9.394/96, em: “I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade”. Quanto ao Ensino Fundamental, do 1º ao 9º ano, por sua vez, o artigo 32 destaca os objetivos da formação mediante:

I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno desenvolvimento da leitura, da escrita e do cálculo;

- II – a compreensão do ambiente natural, e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV – o fortalecimento de vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (BRASIL, 1996, art. 32).

No período de 2006 a 2018, as redes municipais conviveram com a problemática do corte etário que impactou na definição da matrícula no Ensino Fundamental ou permanência da criança na Educação Infantil, em função da idade, situação que foi amplamente discutida e caracterizada no contexto educacional. No período desta 4ª revisão curricular, a decisão do Supremo Tribunal foi deferida, após o julgamento conjunto, no dia 01/08/2018, pelo STF, da ADC<sup>6</sup> nº 17 e da ADPF<sup>7</sup> nº 292; em seguida, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação emitiu o Parecer CNE/CEB nº 2, de 13 de setembro de 2018, o qual fundamenta as Diretrizes Operacionais complementares para a matrícula inicial de crianças na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, respectivamente, aos quatro e aos seis anos de idade, diretrizes essas aprovadas por meio da Resolução CNE/CEB nº 2, de 9 de outubro de 2018, fixando a data de corte etário vigente em todo o território nacional, para todas as redes e instituições de ensino, públicas e privadas. No Paraná, por sua vez, cabe observar ainda as orientações expressas no Parecer Normativo CEE/PR nº 02/2018 – CP do Conselho Estadual de Educação, aprovado em 28 de setembro de 2018, que reafirma o corte etário, prevendo orientações para o período de transição aos matriculados anteriormente a esta data.

No que diz respeito ao currículo, a LDBEN nº 9394/96 estabelece que a Educação Infantil e o Ensino Fundamental devem contemplar uma base nacional comum, composta pelo estudo da “Língua Portuguesa e da Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política especialmente do Brasil, além de uma parte diversificada que contemple as características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos” (Art. 26). A Lei diz respeito às peculiaridades da vida rural e de cada região, afirmando que os conteúdos

---

<sup>6</sup> ADC – Ação Declaratória de Constitucionalidade.

<sup>7</sup> ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.

curriculares, as metodologias de ensino e a organização escolar devem atender às condições e à natureza do trabalho na zona rural (Art. 28). Ao extrair as orientações legais, é certa a indicação de que, além do já exposto, devem constar conhecimentos sobre o ensino da arte, em suas expressões regionais, abarcando as artes visuais, a dança, a música e o teatro como linguagens do componente curricular; a educação física, integrada à proposta pedagógica da instituição escolar; o ensino da história do Brasil, considerando as contribuições das diferentes culturas e etnias, sobretudo das matrizes indígena, africana e europeia; ademais, registra-se, ainda, a obrigatoriedade da exibição de filmes de produção nacional, como componente curricular obrigatório na Educação

Básica, a qual não está definida em termos de etapa, com destaque para duas horas mensais, devendo integrar ação pedagógica devidamente planejada pela equipe responsável, considerando a adequação do material. Às instituições vinculadas ao Sistema Estadual de Ensino cabe responder às exigências da Deliberação nº 07 de 10 de novembro de 2006, a qual institui a inclusão dos conteúdos de História do Paraná nos currículos da Educação Básica, podendo ser ofertada, conforme previsto na legislação de duas formas, como “disciplina de História do Paraná na parte diversificada do currículo, em mais de uma série ou distribuir os seus conteúdos em outros componentes curriculares, baseados em bibliografia especializada” (PARANÁ, 2006).

No que tange à organização curricular, a LDBEN nº 9.394/96 teve seus artigos complementados por outras legislações, as quais indicam ou acrescem conteúdos que devem ser abordados de forma transversal. Dessa forma, serão nos PPPs, mais especificamente no campo das PPCs, que a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental evidenciarão cumprimento das exigências legais quanto à inserção de temáticas que dizem respeito a assuntos de interesse nacional, estadual, regional e/ou local, articulando-os ao conteúdo dos componentes curriculares sempre que possível, evitando a inserção de projetos de forma aleatória que produzam cortes/interrupções ou sobreposições.

Observa-se no contexto dos estudos destacados até aqui que a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, referenda o estabelecido na LDBEN nº

9.394/96 e em suas alterações, conforme exposto no artigo 8º:

§ 1º Os currículos devem incluir a abordagem, de forma transversal e integradora, de temas exigidos por legislação e normas específicas, e temas contemporâneos relevantes para o desenvolvimento da cidadania, que afetam a vida humana em escala local, regional e global, observando-se a obrigatoriedade de temas tais como

o processo de envelhecimento e o respeito e valorização do idoso; os direitos das crianças e adolescentes; a educação para o trânsito; a educação ambiental; a educação alimentar e nutricional; a educação em direitos humanos; e a educação digital; bem como o tratamento adequado da temática da diversidade cultural, étnica, linguística e epistêmica na perspectiva do desenvolvimento de práticas ancoradas no interculturalismo e no respeito ao caráter pluriétnico e plurilíngue da sociedade brasileira. (BRASIL, 2017, art. 8).

O que se constata é que alguns desses temas estão regulamentados por dispositivos legais específicos e outros apenas no que já está indicado no texto da Resolução supracitada, requerendo os mesmos cuidados ao abarcar as referidas temáticas, cumprindo-as no corpo do trabalho com os componentes curriculares. Nesse campo de exigências e referências legais, abre-se para a indicação mais específica de regulamentações com o intuito de direcionar a organização das disciplinas na sequência dessa proposta:

a) Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso – Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso; Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, e a Lei nº 13.466, de 12 de julho de 2017, que altera alguns de seus artigos. Vale ressaltar que nas instituições estão presentes formas de organização familiar em que a presença do idoso se faz, inclusive como provedor das condições de existência da criança que se encontra matriculada nos Centros de Educação Infantil e/ou escola;

b) Direitos da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), cujos artigos encontram-se alterados por inúmeras outras legislações, que tratam de conteúdos pertinentes aos assuntos das configurações familiares, interferências na guarda e/ou educação infantil de crianças, quando há progenitores privados de liberdade, dentre outros aspectos relevantes. Em nota <sup>8</sup>, são indicadas algumas das legislações que alteram/complementam o ECA como forma de ressaltar a responsabilidade que se assume frente à implementação dos PPPs e respectivas PPCs considerando que as implicações decorrentes da legislação impactam na organização das famílias, seus direitos e seus deveres e, conseqüentemente, na proteção à infância e à

---

<sup>8</sup> Lei nº 13.438, de 26 de abril de 2017, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tornar obrigatória a adoção pelo Sistema Único de Saúde (SUS) de

adolescência em relação às quais à instituição escolar é parte constituinte. É imprescindível que o desdobramento jurídico, as alterações e as referidas implicações sejam amplamente conhecidas tanto no espaço da organização administrativa quanto na organização do trabalho pedagógico. Arranjos familiares ao serem efetivados, sobretudo por decisões judiciais, muitas vezes, alteram rotinas e intensificam conflitos nos contextos familiares, colocando as instituições de ensino e as equipes de apoio administrativo e pedagógico na condição de necessitar atuar de modo mais integrado às outras secretarias, inclusive, primando pela proteção aos direitos da infância e da adolescência. O artigo 26 da LDBEN nº 9.394/96 foi alterado em sua redação original, por força da Lei nº 13.010, de 2014, e passou a integrar em seu parágrafo 9º a inclusão nos temas transversais, de conteúdos relativos “à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e ao adolescente”, sendo necessário neste campo a consequente preparação dos profissionais da educação

de 4 de julho de 2016, altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, a fim de fixar em cinco anos a idade máxima para o atendimento na educação infantil. Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. No que tange a alteração do previsto na LDBEN nº 9.394/96 temos a indicação da inclusão do que segue: “Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente serão incluídos, como temas transversais, nos currículos escolares de que trata o caput deste artigo, tendo como diretriz a Lei nº

protocolo que estabeleça padrões para a avaliação de riscos para o desenvolvimento psíquico das crianças. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012. Lei nº 13.436, de 12 de abril de 2017, altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para garantir o direito a acompanhamento e orientação à mãe com relação à amamentação. Lei nº 13.509, de 22 de novembro de 2017, dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990

(Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Lei nº 13.715, de 24 de setembro de 2018, altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre hipóteses de perda do poder familiar pelo autor de determinados crimes contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar ou contra filho, filha ou outro descendente. Lei nº 13.306,

8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), observada a produção e distribuição de material didático adequado.” (NR). Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009, que dispõe sobre adoção; altera as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do

Adolescente, Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de

2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Neste caso a legislação ampara situações em que as crianças estejam em programas de acolhimento. A Lei nº 12.955, de 5 de fevereiro de 2014, acrescenta § 9º ao art. 47 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer prioridade de tramitação aos processos de adoção em que o adotando for criança ou adolescente com deficiência ou com doença crônica. Lei nº 12.962, de 8 de abril de 2014, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para assegurar a convivência da criança e do adolescente com os pais privados de liberdade. Além dessas, a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil e que trata dos direitos e deveres na ordem civil e tem artigos alterados por legislações específicas, as quais poderão ser acessadas a partir dela.

para atuar nesta área de prevenção e de intervenção, quando necessário, acionando as demais instituições vinculadas à rede de proteção à criança e ao adolescente;

c) Educação para o Trânsito, amparada na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997,

que Institui o Código de Trânsito Brasileiro com ênfase nos artigos de 74 a

76;

d) Amparada na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. O Conselho Nacional de Educação, por sua vez, por intermédio do Parecer CNE/CP nº 14/2012, que fundamenta a Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012 do CNE/CP estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Nessa temática, é também fundamental considerar os acordos, as agendas<sup>9</sup> e as conferências realizados de modo a atuar na direção de contribuir para a efetivação dos objetivos globais, os quais incidem em compromissos que se alinham à Declaração Universal dos Direitos Humanos<sup>10</sup>, assinada ainda em 1948, cujos princípios ainda são tarefas a serem cumpridas para grande parte da humanidade. Ainda no campo da Educação Ambiental, o Estado do Paraná aprovou a Lei nº 17.505, de<sup>11</sup> de janeiro de 2013, que institui a Política Estadual

<sup>9</sup> Em setembro de 2015, líderes mundiais reuniram-se na sede da ONU, em Nova York, e decidiram um plano de ação para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que as pessoas alcancem a paz e a prosperidade, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a qual contém o conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/>

<sup>10</sup> Disponível em: <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/declaracao-universal-dosdireitoshumanos.htm>. A Declaração Universal dos Direitos Humanos pode ser considerada o principal documento de referência ao exercício da cidadania, criado pela ONU em 1948.

<sup>11</sup> É importante relacionar a essa regulamentação o previsto na Lei nº 12.982, de 28 de maio de 2014, a qual altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para determinar o provimento de alimentação escolar adequada aos alunos portadores de estado ou de condição de saúde específica, com base em recomendação médica. Assim, é fundamental conhecer o exposto na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, uma vez que ela regulamenta o atendimento da alimentação

de Educação Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental, e ressalta que deve ser promovida de maneira integrada, interdisciplinar e transversal no currículo escolar de modo permanente em todos os níveis e modalidades do ensino;

- e) Educação Alimentar e Nutricional<sup>11</sup>, amparada na Lei nº 13.666, de 16 de maio de 2018, inclui o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar. Nesse campo, há que se intensificar o trabalho preventivo e articulado à saúde pública quando do trato das restrições alimentares, da promoção de hábitos de alimentação saudável e da preservação da saúde e da vida humana;
  
- f) Educação em Direitos Humanos fundamentada no Parecer CNE/CP nº 8/2012 e na Resolução nº 1, CNE/CP, de 30 de maio de 2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. O texto do Parecer é claro ao explicitar os princípios da Educação em Direitos Humanos, cuja finalidade encontrase em “promover a educação para a mudança e a transformação social”, fundamentada nos princípios da dignidade humana, igualdade de direitos, reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades, laicidade do Estado, democracia na educação, transversalidade, vivência e globalidade, sustentabilidade socioambiental, pautada no desafio de promover processos formativos que auxiliem as pessoas a se reconhecerem como pessoas de direitos, em condições de exercê-los, de promovê-los e de respeitá-los enquanto direito do outro. A normativa, por sua vez, imprime a obrigatoriedade de formação inicial e continuada aos profissionais da educação para que a Educação em Direitos Humanos<sup>12</sup> quer seja pela transversalidade, como um conteúdo, ou de maneira mista, se constitua como conhecimento integrante do currículo e trabalho escolar;
  
- g) Diversidade cultural, étnica, linguística e epistêmica na perspectiva do desenvolvimento de práticas ancoradas no interculturalismo e no respeito ao caráter pluriétnico e plurilíngue da sociedade brasileira. Nesse campo, o arcabouço jurídico sustenta as práticas pedagógicas na instituição escolar por intermédio da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que inclui no currículo

---

escolar e o Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da Educação Básica, incidindo em campos de conteúdo que atravessam o currículo escolar e que são do interesse da comunidade compreender e fiscalizar para

oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira"; nos seus desdobramentos da luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil, além de instituir o dia 20

que seja viabilizado o efetivo controle social por meio dos conselhos gestores e do acompanhamento da população em geral.

12 É preciso também conhecer o disposto no Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, por meio do qual foi aprovado o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3, cujas diretrizes centram-se no combate às diversas formas de violência, de segregação e de discriminação, enfatizando as responsabilidades sociais frente à construção de práticas democráticas e de valorização à vida humana com dignidade.

de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'. A Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, por sua vez, inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena", em especial nas disciplinas de Arte, Literatura e História. Cabe enfatizar que no âmbito do Conselho Nacional de Educação é emitido o Parecer CNE/CEB nº 3, de 10 de março de 2004 referente às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, regulamentadas pela Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Outra regulamentação foi por meio da Resolução CNE/CP nº 5, de 22 de junho de 2012, que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, amparada no texto do Parecer do CNE/CEB nº 13, de 15 de junho de 2012.

Nesse quesito, há que se considerar, ainda, a Resolução CNE/CP nº 3, de 16 de maio de 2012, a qual estabelece Diretrizes para o atendimento de educação escolar de crianças, de adolescentes e de jovens em situação de itinerância, com fundamento no Parecer CNE/CP nº 14, de 07 de dezembro de 2011, o qual contempla, conforme exposto no texto da regulamentação, os ciganos, indígenas, povos nômades, trabalhadores itinerantes, acampados, circenses, artistas e/ou trabalhadores de parques de diversão, de teatro mambembe, dentre outros, com implicações na vida legal e pedagógica destes estudantes, incluindo as questões postas pela proximidade com a fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina. Alguns municípios, com maior ênfase que os demais, deverão tratar desses aspectos em seus PPPs de forma específica.



O CNE estabelece, ainda, diretrizes à Educação Básica nas escolas do campo por meio da Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002, amparada no Parecer CNE/CEB nº 36, de 4 de dezembro de 2001, em um esforço concentrado de respeito às especificidades das comunidades camponesas, de seus direitos sociais, sua organização social, atividades culturais, econômicas e prestação de serviços e por intermédio do Parecer CNE/CEB nº 23, de 12 de setembro de 2007 e da Resolução do CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008, instituiu diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.

Está previsto, também, o estudo dos símbolos nacionais - a Bandeira Nacional, o Hino Nacional, as Armas Nacionais e o Selo Nacional - como tema transversal exigido pela Lei nº 12.472, de 1º de setembro de 2011.

A Lei nº 13.663, de 14 maio de 2018, alterou o art.12 da LDBEN nº 9.394/96 e incluiu “a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura da paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino” de modo a combater, “especialmente a intimidação sistemática (bullying), no âmbito das escolas” (BRASIL, 2018).

Ao tratar das questões que transversalizam o currículo escolar, a Resolução CNE/CEB nº 04, de 13 de julho de 2010, reafirma que a base nacional comum e a parte diversificada do currículo “devem ser organicamente planejadas e geridas de tal modo que as tecnologias de informação e comunicação perpassem transversalmente a proposta curricular, desde a Educação Infantil até o Ensino

Médio, imprimindo direção aos projetos político-pedagógicos” (BRASIL, 2010). A Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, no artigo 8º, inciso VIII, § 1º, insiste na educação digital como tema transversal a ser trabalhado, sendo fundamental que ela seja utilizada a favor da aprendizagem. Para tanto, o professor deve saber utilizar as ferramentas digitais em benefício da aprendizagem, ensinando os alunos a utilizarem os recursos e as informações disponíveis no mundo digital, de modo responsável e colocando-as a serviço efetivo da aprendizagem. Nessa direção, compete conhecer a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil, prevendo responsabilidades tais como as previstas no artigo “Art. 26. O cumprimento do dever constitucional do Estado na prestação da educação, em todos os níveis de ensino, inclui a capacitação, integrada a outras práticas educacionais, para o uso

seguro, consciente e responsável da internet como ferramenta para o exercício da cidadania, a promoção da cultura e o desenvolvimento tecnológico.” Em decorrência, o Decreto nº 9.204, de 23 de novembro de 2017, instituiu o Programa de Inovação Educação Conectada com o objetivo de “conjugando esforços entre órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, escolas, setor empresarial e sociedade civil para assegurar as condições necessárias para a inserção da tecnologia como ferramenta pedagógica de uso cotidiano nas escolas públicas de educação básica.” (BRASIL, 2017). Nesse campo, o artigo 22 da Resolução CNE nº 02/2017 indica que o tema computação será tratado de forma específica pelo CNE.

A Resolução CNE/CEB nº 05, de 17 de dezembro de 2009, fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e enfatiza responsabilidades frente ao combate ao racismo, às discriminações de gênero, socioeconômicas, étnicoraciais e religiosas, bem como o compromisso com a construção de identidade, como direito fundamental da criança. O texto legal destaca a presença das creches em territórios não urbanos e a necessidade de respeito às identidades das comunidades indígenas e à sua cultura, com as devidas responsabilidades administrativas e pedagógicas de previsão de oferta de brinquedos e equipamentos que respeitem as características ambientais e socioculturais das comunidades quando as especificidades assim exigirem. No que tange à organização da Educação Infantil, cabe, ainda, destacar os direitos de aprendizagem e desenvolvimento estabelecidos pela já indicada Resolução CNE/CP nº 2/2017, quais sejam: os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se, os quais estarão devidamente situados no campo da proposta pedagógica específica à educação infantil, direitos esses reforçados pela Deliberação CEE/CP nº 03/18, aprovada em 22/11/18.

A Resolução CNE/CEB nº 07, de 14 de dezembro de 2010 que fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, fundamentada no Parecer CNE/CEB nº 11, de 7, de setembro de 2010, indica a exigência, em seu artigo 16, de que no Ensino Fundamental sejam tratados dos temas saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social, educação para o consumo, educação fiscal, bem como trabalho, ciência e tecnologia. No texto da Resolução nº 02/17

CNE/CP, o artigo 22 destaca que: “O CNE elaborará normas específicas sobre computação, orientação sexual e identidade de gênero”. É importante destacar

também que o Ensino Fundamental abarca do 1º ao 9º ano e que as diferentes temáticas que devem ser trabalhadas precisam ser distribuídas ao longo dessa etapa da Educação Básica. No artigo 23, a referida resolução destaca que o “Ensino Religioso terá tratamento, como área do conhecimento ou como componente curricular da área de Ciências humanas, no Ensino Fundamental” (BRASIL, 2017). O CEE do Paraná, por meio da Deliberação nº 01/06, aprovada em 10/02/06, no art. 2 e respectivos incisos delibera que: Os conteúdos do ensino religioso oferecido nas escolas subordinam-se aos seguintes pressupostos: a) da concepção interdisciplinar do conhecimento, sendo a interdisciplinaridade um dos princípios de estruturação curricular e da avaliação; b) da necessária contextualização do conhecimento, que leve em consideração a relação essencial entre informação e realidade; c) da convivência solidária, do respeito às diferenças e do compromisso moral e ético; d) do reconhecimento de que o fenômeno religioso é um dado da cultura e da identidade de um grupo social, cujo conhecimento deve promover o sentido da tolerância e do convívio respeitoso com o diferente; e) de que o ensino religioso deve ser focado como área do conhecimento em articulação com os demais aspectos da cidadania. Art. 4º O ensino religioso é de oferta obrigatória por parte do estabelecimento, sendo facultativo ao aluno.

Essas são as orientações legais para organização curricular, inserindo os diversos elementos que precisam ser contemplados. Há, no entanto, que se retomar um dos pontos que incidem nessa organização: a base nacional comum e a parte diversificada. Essa organização reflete na distribuição da carga horária dos componentes curriculares no tempo escolar. A Resolução nº 04/10 CNE/CEB indica:

Art. 17. No Ensino Fundamental e no Ensino Médio, destinar-se-ão, pelo menos, 20% do total da carga horária anual ao conjunto de programas e projetos interdisciplinares eletivos criados pela escola, previsto no projeto pedagógico, de modo que os estudantes do Ensino Fundamental e do Médio possam escolher aquele programa ou projeto com que se identifiquem e que lhes permitam melhor lidar com o conhecimento e a experiência.

§ 1º Tais programas e projetos devem ser desenvolvidos de modo dinâmico, criativo e flexível, em articulação com a comunidade em que a escola esteja inserida.

§ 2º A interdisciplinaridade e a contextualização devem assegurar a transversalidade do conhecimento de diferentes disciplinas e eixos temáticos, perpassando todo o currículo e propiciando a interlocução entre os saberes e os diferentes campos do conhecimento. (BRASIL, 2010, n.p.)

Ao organizar a distribuição dos conteúdos no tempo escolar, é necessário respeitar as exigências quanto aos direitos dos sujeitos que aprendem e dos que ensinam, as diretrizes, os conteúdos e as temáticas que transversalizam o ensino, bem como considerar o tempo, o espaço, as condições físicas, materiais e humanas que estão disponíveis para o exercício da docência, cujo fim é o ensino de modo que ocorra a aprendizagem efetiva. Ao compor a parte diversificada do currículo, o escopo do artigo 26 da LDBEN nº 9.394/96 é enfático ao destacar que ela deve atender às exigências das características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos alunos. Assim, a coerência na organização legal, política e pedagógica das matrizes curriculares é ponto fundamental para que a proposta curricular construída coletivamente se efetive em sala de aula.

Vale ressaltar que dois campos expressivos da regulamentação que integram os aspectos legais não se encontram aqui situados; são eles: a educação especial e a educação de jovens e adultos. A educação especial, por se constituir um campo específico nesta PPC, terá seus pressupostos legais discutidos quando da sua enunciação. Dessa forma, compete redirecionar-se ao campo de discussão próprio para poder avançar nas reflexões que se fazem necessárias à educação inclusiva. Com relação à Educação de Jovens e Adultos, esta 4ª reorganização curricular não deu conta de abarcar essa produção curricular, ficando ao encargo dos municípios que a ofertam organizar suas propostas pedagógicas curriculares, respeitando os pressupostos filosóficos, psicológicos e pedagógicos, bem como os pressupostos legais emanados do sistema jurídico que decorre do sistema educacional ao qual se encontra vinculado.

À medida que se investiga o aparato jurídico que organiza os currículos escolares e seus desdobramentos, fica evidente que as competências estabelecidas no corpo da Base Nacional Comum Curricular, aprovadas por meio da Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, fundamentadas no texto do Parecer CNE/CP nº 15, de 15 de dezembro de 2017, já se encontram contempladas nos diferentes dispositivos legais, anteriormente aprovados. Assim sendo, a instituição escolar que

já cumpria com o previsto na legislação que normatiza e orienta as práticas educativas para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental necessita retomar as dez competências, que são estas:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (BRASIL, 2017, p. 9-10).

Ao realizar um exercício confrontativo, encontrar-se-ão todos os elementos elencados, ora nas diferentes Diretrizes Curriculares, ora nos desdobramentos dos componentes curriculares indicados no texto da LDBEN nº 9.394/96 e demais dispositivos legais que alteraram ou acresceram seus artigos, parágrafos ou incisos. Portanto, não há elemento novo colocado nas dez competências. Há trabalho por se fazer no sentido de garantir a organicidade e a sistematicidade que o sistema nacional de educação exige para que se constitua como sistema. O conhecimento das leis e normas é condição necessária para que os eventos pontuais deixem de adentrar os espaços escolares como novidade e acabem ocupando um espaço privilegiado, retirando da função social da escola um tempo precioso de fazer com que o conjunto de saberes socialmente produzidos se efetive como objeto de ensino (tarefa do professor) e consequente objeto de aprendizagem escolar (tarefa do aluno).

O cumprimento dos dispositivos legais é também condição para que a escola possa posicionar-se frente às propostas que recebe para executar tarefas alheias à sua função social direta e devolva às demais instituições as tarefas que elas desejam realizar ou aquilo que lhes é de competência própria para o

cumprimento da responsabilidade social, entendida aqui como “uma conduta orientada pela lei, resultando numa opção estratégica da empresa, por motivos relacionados a um desempenho empresarial ótimo e com reflexos sociais, seja ainda em razão dos incentivos fiscais decorrentes desta atuação” (LEWIS, s.d., p. 6). Nesse sentido, um número significativo de ações deve ser desenvolvido pelas empresas e assumido em toda a sua extensão por elas próprias, sem atravessar o cotidiano dos trabalhos escolares, os quais carregam em si as dimensões legal, filosófica, psicológica e pedagógica que se constituem nos argumentos necessários à defesa do tempo e do espaço escolar, como lócus privilegiado de acesso aos conhecimentos essenciais que constituem o acervo histórico, científico e cultural da humanidade, aqueles que se firmaram no tempo como conhecimentos clássicos.

O campo dos pressupostos legais abarca, ainda, a dimensão dos planos, por meio dos quais diretrizes e metas são estabelecidas para um determinado período. Esta 4ª revisão curricular integra a primeira etapa da implementação do Plano Nacional de Educação, aprovado por meio da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. O plano reforça as diretrizes previstas na Constituição Federal de 1988, na LDBEN nº 9.394/96 e amplia questões em áreas importantes tais como “o estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto – PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;” bem como a “promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental”, delimitando 20 metas que se desdobram, abarcando os diferentes níveis, etapas e modalidades da educação nos aspectos políticos, pedagógicos e administrativos. O Paraná, por sua vez, aprovou seu Plano Estadual de Educação, por intermédio da Lei nº 18.492, de 24 de junho de 2015, assim como o município, por força legal, aprovou seu Plano Municipal de Educação. Nesse campo das políticas educacionais, é preciso conhecer, de forma específica, as metas e as respectivas estratégias estabelecidas nos planos Nacional, Estadual e Municipal que afetam direta ou indiretamente a organização do trabalho na secretaria municipal de educação e instituição escolar, de modo que o planejamento local some ao projeto da educação nacional e que os prazos e as metodologias estabelecidos tanto para cumprimento quanto para avaliação do cumprimento das metas e estratégias se efetivem ao longo do percurso com a participação efetiva da sociedade civil.

Quanto ao financiamento, o Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento da

Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica – FUNDEB -, normatizado pela Lei nº 11.494/2006, destina recursos públicos para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, a Educação de Jovens e Adultos e o Ensino Médio. O acompanhamento efetivo da aplicação dos recursos financeiros aos fins a que se destinam torna-se responsabilidade da sociedade, principalmente por meio da atuação do Conselho de Acompanhamento e Controle Social (CACCS), no âmbito municipal, e da associação formada por representantes dos diferentes segmentos que integram a comunidade escolar, a qual assume, dentre outras funções, a de acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos de modo que se voltem para os fins sociais da instituição escolar.

Outro aspecto que merece atenção refere-se ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB -, que é formado por um conjunto de indicadores, entre os quais se destaca o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB -, o qual combina informações de fluxo e de desempenho do estudante. Esse indicador tem como objetivo verificar a qualidade da educação no país e redefinir políticas públicas. Os resultados do IDEB são divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), e dispõe a nota que cada estado e município deverá atingir até 2020. As informações são coletadas por meio de instrumentos avaliativos aplicados diretamente aos estudantes, e, de dados junto às redes. Essas informações são analisadas e compõem pareceres que têm auxiliado na definição de políticas e programas que visam a enfrentar áreas críticas. Neste momento da 4ª revisão curricular, as informações são de que ocorrerão mudanças na organização do sistema de avaliação, incluindo-se inclusive a avaliação da Educação Infantil.

É certo que as informações produzidas pelos instrumentos de avaliação de larga escala têm como objetivo avaliar o sistema de modo a auxiliar na redefinição de políticas e programas sociais e educacionais que objetivam a melhoria da qualidade dos resultados alcançados. Assim, nenhuma comparação descontextualizada faz ou fará sentido; é preciso empreender esforços na direção de ações que conduzam aos resultados esperados e/ou objetivados nesta proposta. No período de discussão do Plano Municipal de Educação, bem como na reorganização do PPP, as informações fornecidas pela avaliação do sistema são necessárias como elementos que auxiliam no sentido de direcionar decisões. São informações importantes que não podem ser descartadas, mas confrontadas com



todos os elementos que constituem o contexto local, interpretadas de modo que produzam encaminhamentos efetivamente políticopedagógicos.

Aos pressupostos legais cabe, ainda, destacar os elementos que articulam exigências quanto à formação inicial e contínua dos profissionais da educação, conforme previsto nos artigos 61 a 67 da LDBEN nº 9.394/96 e Lei nº 12.014, de 2009, Lei nº 13.415, de 2017, Lei nº 12.056, de 2009, Lei nº 12.796, de 2013, Lei nº 13.478, de 2017, Lei nº 11.301, de 2006, observando que compete a análise do Plano de Carreira, Cargos e Salários aprovado por lei municipal, bem como outras legislações que regulamentem as funções dos servidores públicos que desenvolvem funções administrativas e pedagógicas no campo da instituição escolar. Os trabalhadores necessitam receber formação político-pedagógica coerente com os pressupostos que subsidiam essa Proposta Curricular, considerando que atuam no espaço escolar educativo com função social específica. Nessa relação, encontram-se articuladas a organização e a distribuição do tempo da hora-atividade dos professores e a forma como ela está regulamentada nos dispositivos legais do município.

Ao sinalizar para o fechamento desses pressupostos, ressalta-se o quão importante eles são na orientação permanente das práticas escolares, pois amparam e direcionam no sentido de que a instituição tem uma função social a cumprir, socializando os elementos da cultura tão necessários à emancipação humana. Ler, escrever, calcular, dominar os rudimentos das ciências naturais e sociais são elementos fundamentais para inserir cada um e cada uma no universo letrado da cultura produzida pela humanidade ao longo da sua história. A legislação pode amparar àqueles que, historicamente, estiverem à margem do acesso a uma escola de melhor qualidade. É por meio dela que hoje trilhamos essa busca dos fundamentos legais, de modo a evidenciar que a tarefa dessa instituição social, denominada escola, requer que outras políticas de formação e de valorização dos profissionais da educação, das condições físicas e materiais em que os trabalhos educativos são realizados, dentre outras condições essenciais, também sejam pautas da discussão social mais ampla, incluindo dos gestores públicos.

### 3.2 - CONCEPÇÕES DE SUJEITO

Na psicologia histórico-cultural, o homem é apresentado como um ser social, cujo desenvolvimento condiciona-se pela atividade que o vincula à natureza, um ser que a princípio não dispõe de propriedades que lhe assegurem, por si mesmas, as conquistas daquilo que o caracteriza como ser humano.

Segundo Leontiev (1978), o tempo humano deve ser entendido como processo de desenvolvimento do homem e da sociedade, que se efetiva na atividade produtiva, criadora e transformadora, realizada e vivenciada por cada ser humano durante a sua existência. Nessa compreensão, o desenvolvimento humano apresenta um caráter histórico, visto sintetizar o movimento do mundo, dos homens e das suas relações sociais, conforme discutido por Cantarelli (2014).

Diferente dos animais, o homem age no sentido de produzir os meios de satisfação de suas necessidades mais básicas. É no decorrer das atividades realizadas e concretizadas na vida material e objetiva que o ser humano se apropria da natureza e a modifica, cria instrumentos e meios de produção, organiza-se em grupo, desenvolve a linguagem.

De acordo com Duarte (1996), nesse processo de suprir as suas necessidades mais básicas, o homem acaba por gerar necessidades de caráter superior, resultando, assim, na construção de objetos materiais e não materiais que vão se constituindo enquanto cultura humana. Esse movimento configura um salto ontológico, na medida em que, se antes, esse ser, por estar fundado biologicamente, agia imediatamente, sem a necessidade de uma consciência mediadora, o SER SOCIAL, ao intervir na natureza, necessita de atos mediadores conscientes para, em geral poder funcionar, como indicam Cantarelli, Facci e Campos (2017).

A transformação da natureza pelo homem implica que a sua ação e seu resultado sejam projetados na consciência antes de serem construídos na prática, e é justamente a capacidade de idear, antes de objetivar que estabelece a diferença do homem em relação à natureza, bem como a evolução humana, conforme evidencia Lessa e Tonet (2008).

De acordo com Duarte (1996), a atividade humana, desde o seu início, é realizada de forma coletiva. Isso significa que, além da produção de instrumentos, ocorre, também, a edificação de relações sociais em função das diferentes necessidades de organização dos indivíduos dentro das atividades necessárias à manutenção de suas

vidas. Ao se realizar uma atividade que apresenta como uma de suas características, o fato de se dar

de forma coletiva, emerge a necessidade de comunicação entre os indivíduos que a realizam, tendo em vista a execução bem sucedida de tal atividade e a conseqüente satisfação das necessidades que a incitaram. Sob o amparo da atividade especificamente humana, ocorre o desenvolvimento da linguagem.

### **3.3 - CONCEPÇÕES DE SOCIEDADE**

Os homens, ao trabalharem a natureza para viver, são produzidos pelo meio em que vivem e trabalham. Na medida em que vão sendo produzidos, os homens vão se sensibilizando, conhecendo e adquirindo experiências que vão sendo acumuladas, reelaboradas e transmitidas reciprocamente, portanto, é impossível dissociar os homens do trabalho e da natureza cuja relação é condição existencial. É por meio do trabalho que o ser humano se humaniza, pois, na medida em que intervém no mundo para garantir sua sobrevivência, o homem cria sua própria vida e, conseqüentemente, sua história.

A categoria trabalho é compreendida aqui, como sendo a atividade consciente e planejada pela qual o ser humano, ao mesmo tempo em que extrai da natureza os bens capazes de satisfazer as suas necessidades, cria as bases de sua realidade sociocultural e produz-se a si mesmo, desenvolvendo as capacidades superiores que o diferenciam dos outros animais. Se os homens fazem a história diante de determinadas necessidades e condições sociais, pode-se afirmar que o processo histórico é constituído de acordo com o estágio de desenvolvimento das forças produtivas, não se fazendo de forma linear e homogênea. Ao contrário, realiza-se por meio da luta pela sobrevivência, permeado por interesses sociais, econômicos, culturais e políticos divergentes, contraditórios e/ou antagônicos.

Em decorrência de o conhecimento ser um produto histórico-social, um bem necessário e fundamental à produção da sobrevivência, seu processo de transmissão e de apropriação tem sido marcado por diferentes interesses sociais, sendo transformados em propriedade privada. Como conseqüência, a nem todos os homens está posta a possibilidade de aprender a argumentar com base em fatos, dados e conhecimentos, para formular e defender ideias, pontos de vista e tomadas de decisões que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável

em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético com relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta. Essa situação impõe a necessidade de a educação escolar trabalhar com um nível de conhecimento científico, artístico, filosófico, de forma metódica e sistemática, que se institua como um instrumento a serviço da transformação intencional sobre o mundo.

Apesar de atribuírem à escola a responsabilidade pela solução de praticamente todos os problemas sociais, e de fazerem dela a responsável pelo sucesso ou pelo fracasso social dos indivíduos, ela é mais determinada do que determinante social. Apesar de muitos problemas se fazerem sentir no interior da escola, ela não é absoluta, não é autônoma. Ela é “parte” da sociedade e não a própria sociedade; é um dos espaços educativos privilegiados que a compõe. Ela se constitui em um espaço de contradição e atua no âmbito da educação formal, tanto como agente para a transformação quanto para a conservação social. É fundamental que a escola não deixe de socializar os conhecimentos historicamente construídos/acumulados sobre o mundo físico, social, cultural, tecnológico e os conteúdos relevantes.

Em consonância com a concepção que fundamenta a presente Proposta Pedagógica Curricular, o objetivo da apropriação do conhecimento é contribuir para a emancipação do ser humano, uma vez que conhecer, nessa perspectiva, implica em saber como em cada momento histórico a sociedade está organizada para a produção e reprodução de nossa existência. Compreender essa lógica é compreender as disputas entre os fundamentos que orientam currículos escolares e implica em conhecer a forma como está organizado o capitalismo em âmbito mundial.

Isso significa que não se pode descuidar dos pressupostos que embasam teoricamente a prática educacional. Portanto, adotando-se esses princípios, busca-se desmistificar as relações sócio históricas, as ideologias e as representações de mundo presentes na realidade e no currículo escolar, de modo a relacionar ciência, técnica e política.

### **3.4 - CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO**

Sendo assim, quando se destaca que a educação é a forma como a sociedade prepara o homem para viver nela mesma, não se quer dizer que ela deva se limitar a adaptar e a adequar os alunos à sociedade. Ao contrário, cabe à escola contribuir para desmistificar

as contradições sociais de modo a superar a alienação e, quiçá, contribuir para superação da divisão da sociedade em classes e a emancipação humana.

Em seus escritos, Leontiev (1978) ressalta que, como unidade dialética, a objetivação da cultura humana se dá sempre com relação à apropriação, pelos indivíduos, de tais objetivações. Para entender esse processo, é importante destacar algumas características.

A primeira delas é que, “Para se apropriar dos objetos ou dos fenômenos que são o produto do desenvolvimento histórico, é necessário desenvolver em relação a eles uma atividade que reproduza, pela sua forma, os traços essenciais da atividade encarnada, acumulada no objeto” (LEONTIEV, 1978, p. 268). É nessa relação ativa que as características dos objetos e dos fenômenos começam a fazer parte da individualidade humana. Outra característica a ser considerada no tocante ao processo de apropriação, é que esse nunca se dá de modo isolado, em uma simples aquisição individual, isolada e espontânea pelos indivíduos, das objetivações materiais e imateriais presentes na cultura humana. Em outras palavras, o processo de apropriação é mediado e subjugado ao ensino, mediatizado por outros seres humanos conforme reafirma Martins (2016) em seus estudos. Observa-se também que as funções psíquicas de caráter superior (especificamente humanas) se apresentam como resultado do processo de objetivação dos indivíduos por meio das apropriações vivenciadas a partir da mediação das relações sociais, da linguagem (signos) e da atividade especificamente humana. Assim sendo, o desenvolvimento é resultado de uma longa série de eventos nos quais, continuamente, os processos externos vão se firmando como processos internos e vice-versa.

De acordo com Martins (2010), sobre a base das internalizações estruturam-se as funções psicológicas tipicamente humanas (superiores), isto é, a percepção, a memória, a linguagem, o pensamento, a emoção/sentimento, o raciocínio, a imaginação. Todos esses processos se formam nos diversos tipos de atividades vividas pelo indivíduo, e pelas quais ele se apropria da vasta experiência social, convertendo os objetivos externos (objetivações) em dados constituintes de sua subjetividade (apropriação).

Leontiev (1978) assinala que o processo de desenvolvimento humano, no qual o homem produz e reproduz a cultura humana a partir de sua atividade, se dá de forma gradativa, durante todo o decorrer de sua vida, sendo que em cada período de desenvolvimento há a dominância de uma determinada atividade que representa o modo pelo qual o indivíduo se relaciona com o mundo, tendo em vista suprir suas necessidades. A essas atividades denominou de atividades principais ou dominantes.

É por meio dessas atividades consideradas principais/dominantes, portanto, que as crianças se relacionam com o mundo, produzindo e reproduzindo as condições necessárias à constituição de sua individualidade, acarretando, assim, em cada período de seu desenvolvimento singular, na criação de necessidades específicas em termos psíquicos (FACCI, 2006).

Para entender a periodização do desenvolvimento infantil e as atividades principais que guiam cada período, tem-se respaldo nos estudos de Facci (2006). A comunicação emocional se constitui pela relação emocional direta dos bebês com os adultos, sendo base para a formação de ações sensório-motoras de manipulação. Facci (2006) afirma que envolve a “assimilação de tarefas e motivos da atividade humana e normas de relacionamento que as pessoas estabelecem durante suas relações, como o choro, por exemplo” (FACCI, 2006, p. 13).

Na atividade objetual manipulatória - primeira infância -, a comunicação emocional dá lugar a uma colaboração prática por intermédio da linguagem, considerando que as aquisições do primeiro ano de vida da criança são fundamentais para a relação destas com o meio e com suas atividades: a marcha e a aquisição da linguagem. As ações das crianças com os objetos e seus modos de uso têm uma implicação social, sendo os adultos responsáveis por transmitir a história e a função de cada objeto à criança. A relação com os objetos é fundamental para que se possa desenvolver o jogo protagonizado ou brincadeira de papéis sociais que constitui o próximo período do desenvolvimento.

No jogo de papéis sociais, as brincadeiras não são instintivas, o que determina o seu conteúdo é a percepção que a criança tem do mundo. Facci (2006), com base em Elkonin, afirma que o jogo permite que “a criança modele as relações entre as pessoas. Nesse sentido, o jogo tem grande influência no desenvolvimento psíquico da criança e na formação de sua personalidade.

A comunicação íntima pessoal é uma atividade marcada pela posição que o jovem ocupa diante das questões que a realidade impõe. Ocorre nesse período um importante avanço no desenvolvimento intelectual, formando-se os conceitos, os quais possibilitam a formação da consciência social e do conhecimento da ciência, da arte, das diversas esferas da vida cultural e do pensamento abstrato.

A próxima etapa refere-se à atividade profissional de estudo em que o jovem começa a ocupar um novo lugar na sociedade por meio da sua inserção no trabalho e no

aprofundamento dos estudos. De acordo com Facci (2006), “na idade escolar avançada a atividade de estudo passa a ser utilizada como meio para a orientação e preparação profissional, ocorrendo o domínio dos meios de atividade de estudo autônomo, com uma atividade cognoscitiva e investigativa criadora” (FACCI, 2006, p.17).

Elkonin (2009) ressalta que cada momento do desenvolvimento consiste em dois períodos ligados entre si. Inicia-se com o período em que predomina a assimilação dos objetos, dos motivos e das normas da atividade. Essa etapa prepara para a passagem ao segundo período, em que ocorre a assimilação dos procedimentos de ação com o objeto e a formação de possibilidades técnicas e operacionais.

A atividade dominante, portanto, é, pelo mecanismo da apropriação, aquela cujo desenvolvimento condiciona as principais mudanças nos processos psíquicos da criança, possibilitando a superação das funções elementares na constituição das funções psíquicas superiores, bem como na sua personalidade em um dado período do seu desenvolvimento, conforme evidencia Cantarelli (2014), ao discutir a atividade e a formação da personalidade. Essas estão especificamente associadas a uma classe particular de impressões psíquicas: as emoções e os sentimentos, a seguir consideradas.

Alicerçada em Leontiev, Cantarelli (2014) explicita que as emoções não são específicas dos seres humanos, e as de caráter mais simples são encontradas também nos animais. Todavia, as emoções humanas, incluindo as mais elementares, diferenciam-se fundamentalmente das emoções dos animais porque são as de um ser social. O homem satisfaz as suas necessidades, incluindo as mais elementares, de acordo com as exigências sociais. Isso significa que os estados emocionais do homem têm uma história de desenvolvimento, visto que, em decorrência da complexificação da atividade humana, essas foram se tornando cada vez mais especializadas, diferenciando-se e constituindo os sentimentos.

Os sentimentos, ao contrário das emoções, estão relacionados às necessidades que apareceram com o desenvolvimento histórico da humanidade, quais sejam, as necessidades morais, estéticas e intelectuais, e são denominados de sentimentos superiores.

Segundo Martins (2010), por essa via, a criança vai individualizando as habilidades psicointelectivas e afetivas condensadas nos produtos da cultura humana, sejam elas referentes ao manuseio de instrumentos, ao universo de significações ou às normas de comportamento próprias às funções sociais desempenhadas pelos indivíduos, conferindo unidade ao seu comportamento.

Ressalta-se que, embora os períodos de desenvolvimento tenham um lugar determinado no tempo, os seus limites dependem do seu conteúdo. Pode haver, dessa forma, diferentes períodos em uma mesma idade, visto que são as condições históricas

(conteúdos) que determinam qual atividade se torna dominante para a criança em dado momento do seu desenvolvimento, conforme argumenta Cantarelli (2014). Nesse sentido, as situações de desenvolvimento não são sempre as mesmas para um dado indivíduo ou para diferentes indivíduos representantes de classes sociais desiguais, o que reafirma a importância de uma educação escolar de qualidade.

Com intuito de uma melhor reflexão acerca das implicações pedagógicas decorrentes dessas afirmações, discute-se na sequência o papel da linguagem e do pensamento na formação de conceitos e o desenvolvimento qualitativo do psiquismo humano. A interação do sujeito com o social, inicialmente, é mediada pelo uso de instrumentos, e passa, gradativamente, a ser mediada pelo uso de signos. Essa transposição do concreto ao abstrato é um passo significativo no desenvolvimento humano porque possibilita ao sujeito a utilização do pensamento como estratégia/meio para a apropriação do conhecimento e para a troca de experiências. A compreensão de que os objetos podem representar ou assumir outro significado e outro sentido é um momento importante para o processo de desenvolvimento humano. O pensamento, mediado pelo uso de signos, que são elementos que representam ou expressam objetos, eventos e situações, é fator fundamental para o desenvolvimento dos conceitos que se iniciam na infância e que se efetivam ao longo da vida.

Cabe ressaltar que a elaboração conceitual é constituída por um processo que vai da agregação de ideias desordenadas do pensamento até a sua elaboração conceitual, ou seja, a abstração. Em todo o processo de desenvolvimento de conceitos, a interação verbal com outras pessoas possibilita à criança exercitar o pensamento.

Linguagem e pensamento tornam-se os elos de um processo que promove o desenvolvimento das funções tipicamente humanas, que se revelam, em especial, na capacidade de memorizar, de abstrair, de raciocinar logicamente, de prestar atenção intencionalmente, de comparar e de diferenciar. Essas funções se apoiam cada vez mais na própria linguagem, desvinculando-se da referência aos objetos concretos imediatos. E, à medida que a criança vai tomando consciência das operações mentais que realiza, classificando-as como sendo lembrança ou imaginação, por exemplo, torna-se capaz de dominá-las.

Buscando compreender um pouco mais esses processos, reitera-se que a intervinculação entre pensamento e linguagem é atribuída à necessidade do intercâmbio



com os indivíduos e à relação interpessoal, a qual interfere diretamente na formação do pensamento verbal. A relação entre a fala externa/verbalizada e o pensamento modifica-se ao longo do desenvolvimento da criança. Até por volta dos três anos, a fala acompanha frequentemente o comportamento infantil. A partir de então, gradativamente, dependendo das experiências e das **mediações**, as crianças já são capazes de antecipar o que irão fazer. Disso decorre que a fala passa a desempenhar funções que são características do pensamento complexo, a de planejar a ação e guiar as atividades humanas, bem como a reelaboração do conhecimento adquirido.

O pensamento, a oralidade, o brinquedo, os gestos, as brincadeiras, o faz de conta, o jogo e o desenho contribuem para a apropriação da linguagem escrita e das outras linguagens. Consequentemente, unem funções psíquicas em novas combinações que, ao se complexificarem, possibilitam a apropriação do sentido e do significado que cada objeto contém.

O conhecimento científico, sendo produzido nas relações dos homens com a natureza e dos homens entre si, constitui-se na sua dimensão histórica, demarcada pelo tempo e pelas condições em que é produzido, sistematizado e socializado.

É, portanto, imprescindível que o trabalho pedagógico na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental tenha como pressuposto básico a definição dos conteúdos, a forma de trabalhá-los e a escolha dos materiais e dos recursos. O ato intencional de planejar ações de mediação pedagógica requer amplo conhecimento sobre o desenvolvimento humano e sobre o núcleo conceitual referente às áreas do conhecimento que pautam a prática pedagógica em sala de aula.

Nesse aspecto, ao tratar do conteúdo escolar, o professor deve fazer um exercício racional sincrônico (tempo atual) e diacrônico (por meio dos tempos), captando as relações estabelecidas, o seu movimento e as suas contradições. Esse exercício é fundamental para a passagem do concreto-sensorial ao concreto pensado. O concreto sensorial é percebido pelo nosso cérebro por intermédio de uma relação direta de nossos sentidos com o mundo objetivo. Ele é nos apresentado de forma caótica e limitado às nossas apreensões de manifestações exteriores. O concreto, tal como Marx (1987) destaca, trata-se de um concreto idealizado, visto que o “concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida” (MARX, 1987, p. 16). Conforme o autor, o conhecimento concreto da realidade só é possível se as partes abstraídas e isoladas forem rearticuladas, de modo a compreender a unidade do diverso, e a chegar ao concreto pensado, que é síntese de múltiplas

determinações. Assim, as definições permanecem em constante reflexão e só se aproximam do real se forem apreendidas as múltiplas relações que compõem e dão base ao conhecimento.

O movimento entre concreto sensorial, abstração e concreto pensado está constantemente a se refazer, e é nesse movimento que se insere outra organização do ensino, conforme defendida por Saviani (2012). Como esforço, no sentido de garantir o entendimento de que prática social, problematização, instrumentalização, catarse e prática social são momentos apresentados pelo autor na contraposição às pedagogias existentes até então, e, portanto, como método, é imprescindível destacar a lógica dialética presente no movimento de transmissão-assimilação/apropriação do conhecimento científico.

A aprendizagem é um processo mediado por signos (culturais), inserido em contextos sociais carregados de significações, as quais precisam ser transpostas do inter para o intrasubjetivo e cuja qualidade de apropriação depende das condições em que elas ocorrem.

Martins (2016), ao confrontar a lógica da aprendizagem com a lógica do ensino, destaca que “[...] o percurso lógico do ensino carece ocorrer do abstrato para o concreto, do geral para o particular, da síntese como possibilidade para a superação da síncrese, do não cotidiano para o cotidiano, dos conceitos científicos a serem confrontados com os conceitos espontâneos. Logo, esse percurso revela-se “de cima para baixo” (MARTINS, 2016, p. 29). A pesquisadora ainda acrescenta: “Consequentemente, o ensino só pode sustentar-se como objetivação de apropriações já realizadas por quem ensina. Nesse sentido, o percurso lógico do ensino não pode reproduzir o percurso lógico da aprendizagem, pois se assim o for não gerará as contradições necessárias à transformação do sistema representado pela tríade conceitos científicos, conceitos espontâneos e seus objetos” (MARTINS, 2016, p. 29).

Nessa perspectiva, organizar o ensino implica, como tem se destacado nesta seção, um conjunto de saberes que extrapolam a mera definição dos encaminhamentos e recursos didático-pedagógicos, que se objetivam em uma simples organização de atividades que ocupem o tempo escolar. Além disso, torna-se possível inferir que não é possível ensinar aquilo que não se domina, aquilo que não se conhece. É pertinente, ainda, destacar, as palavras de Saviani (2012) quando se refere à função social da escola como instituição responsável pelo acesso ao saber sistematizado, momento em que também apresenta algumas das condições necessárias para o acesso a esse saber:

Ora, o saber sistematizado, a cultura erudita, é uma cultura letrada. Daí que a primeira exigência para o acesso a esse tipo de saber é aprender a ler e escrever. Além disso, é preciso também aprender a linguagem dos números, a linguagem da natureza, e a linguagem da sociedade. Está aí, o conteúdo fundamental da escola elementar: ler, escrever, contar, os rudimentos das ciências naturais e das ciências sociais (história e geografia). (SAVIANI, 2012, p.14).

Com base nas palavras supracitadas, entende-se que à escola compete, sobretudo, ensinar os rudimentos necessários à instrumentalização primeira, ou seja, ensinar a ler, a escrever, a contar, a socializar o domínio das ciências naturais e sociais, por meio das quais se permitem ampliar as possibilidades de inserção no mundo cultural por meio de domínios mais elevados sobre esses rudimentos. Instrumentalizar os alunos é, sobretudo, promover um ensino que possibilite a apropriação dos conteúdos da ciência e da cultura em suas diferentes manifestações.

Na prática pedagógica que se efetiva na sala de aula, é correto afirmar que se estabelecem a atividade de ensino, como prática efetiva do professor, e a atividade de estudo, como prática do aluno. Moura, Sforini e Lopes (2017) definem a atividade de estudo como “aquela atividade cujo produto são transformações no aluno” (MOURA; SFORINI; LOPES, 2017, p. 82). E, identificam seus componentes como sendo “as tarefas de estudo, as ações de estudo e as ações de controle e avaliação”. De modo que “A tarefa de estudo está associada à motivação do estudo, com a transformação do aluno em sujeito da atividade. Estar em atividade de estudo é que coloca o aluno em ações de estudo. É a realização conjunta do aluno com seus colegas e o professor que vai permitir a realização das ações de controle e avaliação dos resultados de sua atividade de estudo” (MOURA; SFORINI; LOPES, 2017, p. 82).

### **3.5 - CONCEPÇÃO DE PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM**

A educação acontece em um contexto histórico-social, que inclui elementos culturais, políticos, econômicos e tecnológicos. Quando esse contexto se altera, é inevitável que a escola se altere também, sem perder de vista os princípios da educação. A partir da concepção de mundo e de ser humano, que tem como uma de suas características a transformação constante, a instituição sempre buscou ressignificar a sua

concepção de ensino e de aprendizagem, alinhada às necessidades de uma educação atualizada.

O processo de ensino-aprendizagem é concebido para formar sujeitos autônomos, participantes de um mundo que está em constante mudança, exigindo, sempre, posicionamento e reflexão de quem nele atua. Para isso, as propostas de trabalho para o aluno devem ser desafiadoras, que instiguem a criatividade, promovam a mobilização de esquemas mentais complexos e significativos, dando condições para que ele exerça a tomada de decisões e seja competente para atuar em diferentes situações.

A forma pela qual os indivíduos dão sentido ao mundo varia amplamente e os pontos de vista individuais e coletivos mudam com o tempo. Cada sujeito tem os próprios esquemas de assimilação, mecanismos internos para a apreensão do que os sentidos e a mente alcançam. Cada indivíduo, a seu modo, lê o mundo, recebe-o e ajusta aos próprios esquemas de assimilação.

O sujeito do processo de aprendizagem, não deve ser fragmentado, mas compreendido em sua totalidade, como organismo biológico e social, integrante de um contexto sócio histórico, que é parcialmente local e parcialmente planetário.

O ensino, portanto, deve contribuir para que o aluno construa competências e habilidades a partir dos conhecimentos de diferentes ciências, das atitudes e valores, necessários para realizar o seu projeto de vida.

Desta forma, a aprendizagem social e emocional complementa a vivência acadêmica, resultando em uma educação integral do aluno. Assim, o Projeto Político Pedagógico entende que a formação de todos os cidadãos deve estar direcionada a que sejam competentes para serem capazes de responder aos problemas de uma vida comprometida com a melhoria da sociedade e deles mesmos, desenvolvendo as dimensões pessoal, interpessoal e social.

Na dimensão pessoal, destacamos a importância do autoconhecimento, da autoconsciência, do reconhecimento das aspirações mais profundas, dos próprios sentimentos e da autogestão deles. Na dimensão interpessoal, ser capaz de compreender a realidade alheia e se relacionar com ela na perspectiva do outro e não apenas na própria. A tolerância, a empatia, a capacidade de trabalhar juntos, são valores que devem estar presentes no trabalho da sala de aula. Na dimensão social o ensino e a

aprendizagem devem favorecer a competência para que o aluno participe ativamente da sociedade. Para isso, as escolhas do que ensinar deverão ser na direção da compreensão do mundo mais amplo, no modo como os sistemas interagem e criam redes de interdependência, seja essa interação na família, na escola, seja do mundo como um todo.

Nesta perspectiva, aprender não é simplesmente absorver e acumular informações. É tornar-se capaz de utilizar os conhecimentos e agir de forma competente e ética. Por isso nos identificamos com metodologias ativas, interativas e colaborativas. Não apenas com um fazer mecânico, mas um fazer consciente e reflexivo, construído em um contexto.

Para potencializar o desenvolvimento de um processo de ensino-aprendizagem significativo dos educandos em suas múltiplas dimensões, busca-se a adoção de aulas dinâmicas, criativas, com uso de recursos pedagógicos atrativos e de interesse dos alunos, assim como a efetiva participação de toda comunidade escolar com compromisso e responsabilidade. O aluno terá a oportunidade de vivenciar espaços atrativos, sendo considerado como ser integral.

### **3.6- CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM**

A Educação Infantil de acordo com a LDB 9394/96 tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, sendo assim, a primeira etapa da educação básica, sem o objetivo de promoção. Nesta modalidade de ensino procura-se trabalhar os conteúdos escolares com noções bem abertas e introdutórias. Este conhecimento será sistematizado no ensino fundamental.

A avaliação é entendida enquanto processo por meio do qual o professor recolhe e analisa as informações sobre o ensino e a aprendizagem, visando à intervenção pedagógica, cumprindo as funções diagnóstica e formativa. Ela é um componente do processo educativo e, articulada ao planejamento, se constitui em um importante instrumento de análise do trabalho pedagógico nas instituições de ensino. Esta não tem caráter de retenção nem seleção dos educandos, no sentido de constituir turmas homogêneas.

Nesse contexto, destacam-se aqui alguns dos instrumentos que podem ser utilizados nesta etapa, incluindo os cuidados que exigem por parte de quem os utiliza:

a) **A observação:** é um instrumento amplamente utilizado na Educação Infantil e requer atenção especial no sentido de exigir, a definição primeira do que é que está sendo observado, por que é importante observá-lo e quem estará sendo observado naquele determinado momento. É preciso que o professor utilize de recursos específicos para a efetivação desse acompanhamento, o qual pode ser feito por meio de fichas, cujos registros sejam feitos no decorrer da observação ou logo após tê-la realizado.

b) **A participação:** o uso da participação enquanto instrumento de avaliação, pressupõe a utilização dos registros de forma permanente, a fim de evitar equívocos comumente observados quando os registros são realizados apenas no nível da memória do professor. Observação e participação são instrumentos que, comumente, se integram enquanto instrumentos de avaliação.

c) **O portfólio:** é um recurso para o acompanhamento individual, que pressupõe

o registro, por parte do professor, de situações de aprendizagem e do desenvolvimento da criança, bem como a seleção de atividades realizadas em diferentes momentos, com o intuito de servir de suporte para a análise dos avanços realizados por cada uma das crianças de forma individual, captando a singularidade de cada uma, na relação com os conteúdos curriculares.

d) **Relatório:** é um instrumento de acompanhamento do desenvolvimento da criança, que permite uma análise reflexiva em relação ao processo de aprendizagem de cada uma. Nesse sentido, o relatório de acompanhamento possibilita a interação criança/professor na construção do conhecimento de forma contextualizada, tendo como ponto de reflexão os critérios previamente estabelecidos no planejamento.

Em relação aos resultados do acompanhamento da criança, é importante que os professores dialoguem permanentemente, socializando todas as informações pertinentes ao seu desenvolvimento, discutindo com a equipe de apoio, com os demais professores e com a família, sempre que necessário, independentemente dos períodos destinados às reuniões, a fim de que a tomada de decisão se efetive em tempo de encaminhar ações, objetivando a resolução dos problemas detectados. Nesse contexto, explicita-se a importância do Conselho de Classe na Educação Infantil, momento oportuno para identificar os avanços e as necessidades de intervenção pedagógica por parte dos professores e demais profissionais que atuam junto às crianças, bem como por parte da família

A coerência na avaliação requer que os critérios legais que estabelecem o número de crianças atendidas por cada professor, em cada faixa etária, sejam, no mínimo, respeitados, possibilitando ainda, a análise de acordo com os diferentes contextos em que a Educação Infantil está inserida, independentemente de ser em Centros de Educação Infantil ou na instituição escolar que atende também a etapa do Ensino Fundamental – anos iniciais, pois realidades diferentes podem requerer critérios diferenciados de distribuição adulto/criança.

### **3.7 - CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA E O CUIDAR E EDUCAR**

A concepção de infância é entendida como período da história de cada um, é a fase que vai desde o nascimento até os onze anos de idade. Ela é um período de muita aprendizagem e novidades, no qual a criança começa a descobrir o mundo à sua volta e a se relacionar com as pessoas; começa a falar e a andar, geralmente iniciam os estudos, aprendem regras e limites. É importante salientar que a visão que se tem da criança é algo historicamente construído, por isso é que se pode perceber os grandes contrastes em relação ao sentimento de infância no decorrer dos tempos.

Por maior estranheza que se cause, a humanidade nem sempre viu a criança como um ser em particular, e por muito tempo a tratou como um adulto em miniatura. De um ser sem importância, quase imperceptível, a criança passa a ocupar um maior destaque na sociedade, e a humanidade lhe lança um novo olhar.

“O sentimento de infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças, corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem (Áries, 1978: 99).” Nessa perspectiva o sentimento de infância é algo que caracteriza a criança, a sua essência enquanto ser, o seu modo de agir e pensar, que se diferencia da do adulto, e, portanto, merece um olhar mais específico.

A duração da infância não era bem definida e o termo "infância" era empregado indiscriminadamente, sendo utilizado, inclusive, para se referir a jovens com dezoito anos de idade ou mais (Áries, 1989). Dessa forma, a infância tinha uma longa duração, e a criança acabava por assumir funções de responsabilidade, queimando etapas do seu desenvolvimento. Até a sua vestimenta era a cópia fiel da de um adulto. Essa situação

começa a mudar a partir do século XVII, caracterizando um marco importante no despertar do sentimento de infância.

As grandes transformações sociais ocorridas no século XVII contribuíram decisivamente para a construção de um sentimento de infância. As mais importantes foram as reformas religiosas católica e protestantes, que trouxeram um novo olhar sobre a criança e sua aprendizagem. Outro aspecto importante é a afetividade, que ganhou mais importância no seio na família.

Essa afetividade era demonstrada, principalmente, por meio da valorização que a educação passou a ter. A aprendizagem das crianças, que antes se dava na convivência das crianças com os adultos em suas tarefas cotidianas, passou a dar-se na escola.

Nesse momento, o sentimento de infância corresponde a duas atitudes contraditórias: uma considera a criança ingênua, inocente e graciosa e é traduzida pelo mimar dos adultos, e a outra surge simultaneamente à primeira, mas se contrapõe a ela, tornando a criança um ser imperfeito e incompleto, que necessita da "moralização" e da educação feita pelo adulto.

Nessa perspectiva o sentimento de infância é algo que caracteriza a criança, a sua essência enquanto ser, o seu modo de agir e pensar, que se diferencia da do adulto, e por tanto merece um olhar mais específico.

Tendo a educação infantil como primeira etapa da educação básica objetivando uma educação de qualidade com o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físicos, psicológico, intelectual e social é importante destacar a indissociabilidade do cuidar e educar nesse período, principalmente na etapa creche.

A dimensão do cuidado diz respeito à promoção de qualidade de vida (saúde, higiene, segurança, afeto...) e o direito de uma proteção integral da criança garantida pela constituição.

De acordo com o dicionário LUFT,1999, p.158, cuidar significa "ter atenção, desvelo, tratar de". E traz a definição de educar como "promover a educação de; instruir; cultivar; cultivar o espírito".

Para a criança tornar-se cada vez mais sujeito humano, aprendendo e desenvolvendo-se, é necessário que, no seu processo de formação, a pessoa que trabalha com ela atue nas duas direções.

Educar e cuidar são ações de interação promovendo a socialização e aprendizagens da cultura em que estão inseridos.



### 3.8 - CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO

“[...] currículo é o conjunto das atividades nucleares desenvolvidas pela escola.” segundo Saviani, (p. 16). Trata-se das atividades essenciais que a escola não pode deixar de desenvolver, sob pena de perder a sua especificidade. O processo de “seleção do conhecimento” a ser incorporado ao currículo não deve se dar de maneira aleatória, mas com base no que é necessário ao ser humano conhecer para enfrentar os problemas que a realidade apresenta. A problematização da realidade pelo professor como parte do método da prática pedagógica é fundamental, pois a seleção do conhecimento que se vincula à definição dos objetivos de ensino implica definir “prioridades” (distinguir o que é principal do que é secundário), o que é ditado “[...] pelas condições da situação existencial concreta em que vive o homem.”(p. 39).

Guiada pelas formulações do Coletivo de Autores acerca de princípios curriculares, a tese de Gama explicita como tais princípios podem ser aprofundados a partir das formulações de Saviani. Três princípios para a “seleção dos conteúdos de ensino” – Relevância social do conteúdo; Adequação às possibilidades sócio cognitivas do aluno e Objetividade e enfoque científico do conhecimento – podem ser destacados; pois estes possuem relação intrínseca entre si e com os princípios metodológicos para o trato com o conhecimento (da síntese à síntese; simultaneidade dos conteúdos enquanto dados da realidade; ampliação da complexidade do conhecimento e Provisoriedade e historicidade dos conhecimentos).

Ao discutir a questão dos saberes do ponto de vista da forma “sofia” e da forma “episteme”, Saviani esclarece que essas formas atravessam, indistintamente, os diferentes tipos de saber, ainda que com ênfases diferenciadas. As atitudes, à medida que se configuram como saber, implicam necessariamente certo grau de sistematização. Isso significa dosar e sequenciar os conteúdos ao longo do tempo-espço, tendo em vista atuar na zona de desenvolvimento iminente do aluno, considerando suas possibilidades e necessidades como sujeito histórico. Tal questão se traduz na afirmação de Vygotsky de que o bom ensino é aquele que antecede o desenvolvimento. Do mesmo modo que é contraproducente o ensino que exige o que está além dos limites da zona de desenvolvimento iminente, também é inócuo, em termos de desenvolvimento psíquico, o ensino que se limita ao que o aluno consegue fazer por si mesmo. O fato do conhecimento ser sempre interessado, sendo a neutralidade impossível, não significa a impossibilidade da objetividade. Afinal, “[...] dizer que determinado conhecimento é

universal significa dizer que ele é objetivo, isto é, se ele expressa as leis que regem a existência de determinado fenômeno, trata-se de algo cuja validade é universal.” (p. 57-8). Buscar a objetividade do conhecimento corresponde à explicitação das múltiplas determinações que produzem e explicam os fatos.

Iniciemos pelo princípio da síntese à síntese ou da aparência à essência, que pode ser compreendido quando Saviani<sup>1</sup> destaca que o papel da escola é possibilitar, por meio do acesso à cultura erudita, a “[...] apropriação de novas formas por meio das quais se podem expressar os próprios conteúdos do saber popular” (p. 22). Não se trata de excluir ou negar o saber popular, mas superá-lo e torná-lo rico em novas determinações, atingindo-se no ponto de chegada do trabalho educativo aquilo que não estava posto no ponto de partida.

Outro princípio é o da simultaneidade dos conteúdos como dados da realidade. Trata-se de buscar assegurar na organização curricular a visão de totalidade, que carrega o particular e o universal, demonstrando as relações e nexos entre os diferentes conteúdos, ou seja, trata-se de, por meio da socialização dos conteúdos das diferentes áreas do conhecimento, permitir ao aluno que aprofunde sua compreensão acerca da realidade. Considerando que, para produzir materialmente, o ser humano necessita antecipar em ideias os objetivos da ação, é necessário impulsionar os alunos a representarem mentalmente os objetivos reais, o que inclui o aspecto de conhecimento das propriedades do mundo real (ciência), de valorização (ética) e de simbolização (arte) na produção de ideias, conceitos, valores, símbolos, hábitos, atitudes e habilidades.

Segundo dados apresentados no Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações - 2018, a partir da aprovação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC pelo Conselho Nacional de Educação – CNE e homologação pelo Ministério da Educação – MEC, em 20 de dezembro de 2017, o país definiu o conjunto de aprendizagens essenciais a serem garantidas às crianças e jovens brasileiros inseridos no processo de escolarização na Educação Básica, especialmente, para as etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental até este momento histórico. Assim, foi elaborado o Referencial

Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações, o qual será válido para todo o Sistema Estadual de Educação Básica do estado, incluindo a Rede Estadual, as Redes Municipais e a Rede Privada de ensino. O Referencial estabelece os princípios, os direitos e objetivos de aprendizagens para a Educação Infantil e Ensino Fundamental.

### **3.9 - CONCEPÇÃO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA**

A gestão democrática da escola se traduz como um ato político, fundamental para a construção de uma cultura de participação de pais, educadores, alunos e funcionários da escola, APMF e Conselho Escolar. Na medida em que se conseguir a participação de todos os setores da escola nas decisões sobre seus objetivos e seu funcionamento haverá melhores condições de dotar a escola de autonomia e de recursos.

Segundo Paro, “É preciso aprofundar as reflexões de modo a que se perceba que, ao se distribuir a autoridade entre os vários setores da escola, o diretor não estará perdendo poder, quem estará ganhando poder é a própria escola” (Paro, 2003). Portanto, a escola aproxima-se da comunidade, colocando seus problemas e interesses, através de reuniões, palestras, apresentações e grupo de estudo, buscando proporcionar um espaço escolar de informações democratizadas para que todos possam discutir sugerir e opinar sobre o bom andamento da escola na atuação do Conselho escolar, na transparência de prestação de contas e na construção participativa do Projeto Político pedagógico.

### **3.10 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

A proposta da Educação Inclusiva no Brasil se constituiu na segunda metade do século XX, no momento histórico marcado por lutas contra as práticas excludentes e discriminatórias, quando surgiram os movimentos organizados das pessoas com deficiências, “reivindicando o fim das práticas e das concepções segregativas e a adoção de medidas favoráveis à sua inclusão nos diferentes espaços e atividades sociais”. Essas reivindicações fizeram parte de documentos internacionais e nacionais que preconizaram o fim do extermínio ou abandono, da institucionalização e da integração, em que se exigiu dos governantes o reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiências “à igualdade de oportunidades e de participação na sociedade por meio da implementação de leis que apoiem seus direitos enquanto seres humanos” (CARVALHO11, 2009, p. 10).

Desde então, a construção de propostas educacionais inclusivas, para atender de forma qualitativa os educandos, público-alvo dessa modalidade de ensino, tem sido um desafio para os educadores brasileiros envolvidos direta e indiretamente nessa luta, pois

considera-se que apesar dos avanços já conquistados, tem-se muito o que produzir e sistematizar para a continuidade dessa proposta.

Os aspectos históricos e conceituais foram abordados de acordo com as atuais políticas e diretrizes nacionais, estaduais e regionais. Os objetivos gerais continuam de acordo com a Política Nacional de 2008. Os pressupostos teóricos-metodológicos estão de acordo com a Teoria Histórico-Cultural e da Pedagogia Histórica-Crítica.

A Educação inclusiva compreende a Educação especial dentro da educação infantil e escola regular, transformando a escola em um espaço para todos. Ela favorece a diversidade na medida em que considera que todos os alunos podem ter necessidades especiais em algum momento de sua vida escolar. A Educação é um direito de todos e deve ser orientada no sentido do pleno desenvolvimento e do fortalecimento da personalidade. O respeito aos direitos e liberdades humanas, primeiro passo para a construção da cidadania, deve ser incentivado.

Educadores reconhecem, cada vez mais, a diversidade humana e as diferenças individuais que compõem seu grupo de alunos e se deparam com a urgência de transformar o sistema educacional e garantir um ensino de qualidade para todos os estudantes. Não basta que a escola receba a matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais, é preciso que ofereça condições para a operacionalização desse Projeto Pedagógico Inclusivo. A inclusão deve garantir a todas as crianças que estão inseridos na instituição o acesso à aprendizagem por meio de todas as possibilidades de desenvolvimento que a escolarização oferece. de acordo com a lei 13632/2018. Que altera dois dispositivos da LDB.

Nossa instituição, atende de forma igualitária todas as crianças, respeitando a particularidade de cada uma, seja portadora de deficiências intelectuais, físicas ou qualquer que seja sua necessidade, em acompanhamento de suporte permanente do Camu e APAE.

#### **4- ELEMENTOS OPERACIONAIS**

## 4.1- PREMISSAS DA ESCOLA

### Regimento Escolar

É o Regimento Escolar que estrutura, define, regula e normativa as ações do coletivo escolar, haja vista ser a escola um espaço em que as relações sociais, com suas especificidades, se concretizam. Integrante de um sistema de ensino, em uma sociedade, a escola tem, no Regimento Escolar, a sua expressão política, pedagógica, administrativa e disciplinar e deve regular, no seu âmbito, a concepção de educação, os princípios educacionais, a legislação educacional e, as normas específicas estabelecidas pelo sistema de ensino do Paraná.

A participação dos profissionais da educação e comunidade escolar na construção do Regimento Escolar reconhece a todos os seus direitos, deveres e proibições, regulamentando a convivência e o bom andamento da instituição de ensino.

O trabalho pedagógico é organizado por meio da equipe gestora (direção e equipe pedagógica), coordenações, equipe docente, e órgãos colegiados de representação da comunidade escolar: Conselho Escolar, Conselho de Classe, Associação de Pais, Professores e Funcionários – APPF.

São elementos da gestão democrática, a escolha da direção pela comunidade escolar, na conformidade da lei, a elaboração e reformulação do Projeto Político Pedagógico/Proposta Pedagógica e sua regulamentação no Regimento Escolar, com a participação de toda a comunidade escolar e a constituição do órgão máximo de gestão colegiada denominado de Conselho Escolar.

No Artigo 13º do Regimento Escolar estão descritos XXXVIII competências que cabem ao diretor assim também como as competências que cabem ao Coordenador Pedagógico que é responsável por coordenar a implementação das Diretrizes Curriculares

Nacionais Gerais da Educação Básica, Currículo Básico para a Escola Pública Municipal Região Oeste do Paraná e legislação vigente contempladas no Projeto Político Pedagógico/Proposta Pedagógica e regulamentadas no Regimento Escolar, em consonância com a política educacional e orientações emanadas da SEMED. Cabe a Coordenação Pedagógica como descrito no Artigo 16º do Regimento Escolar, XLIX competências.

O Regimento Escolar trata ainda do Conselho de Classe que é um órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos, fundamentado no Projeto Político- Pedagógico/Proposta Pedagógica e regulamentado pelo Regimento Escolar, com objetivo de analisar as ações educacionais, indicando alternativas que busquem garantir a efetivação do processo de ensino-aprendizagem.

O Conselho de Classe será organizado a partir de três dimensões:

I. Pré-Conselho, realizado em sala de aula com todos os estudantes da turma, sob a coordenação do coordenador pedagógico, bem como com todos os professores que atuam na turma/série/ano em hora atividade;

II. Conselho de Classe, composto pela equipe gestora - direção, coordenador pedagógico, secretário, professores, Equipe de Supervisores de Ensino da Secretaria Municipal de Educação e Equipe Centro Multidisciplinar – CAMU, que se reúnem para discutir os dados, problemas e proposições levantados no Pré-Conselho;

III. Pós-Conselho, são os encaminhamentos das ações previstas no Conselho de Classe, que podem implicar em: retomada dos conteúdos, encaminhamentos metodológicos, recursos, critérios e instrumentos de avaliação, retorno aos pais ou responsáveis e aos estudantes, além de encaminhamentos para situações mais específicas e individuais.

A equipe docente é constituída por professores, devidamente licenciada e têm XXXI competências no Regimento Escolar. Quanto as regras internas aos docentes, pontua-se a necessidade de todos cumprirem com rigor os horários, principalmente de entrada e saída, não podendo ultrapassar o tempo de dez minutos diários, como também o lanche, respeitando os quinze minutos de direito. Faltas e folgas dirigir-se diretamente com a direção, que comunicará a Coordenação para que a mesma se organize quanto horas atividades e substituições. Reposição somente com antecedência, salvo em casos de última hora, e serão repostas as horas que no dia que o Cemei precisar. Dias a serem compensados (folgas) terão o prazo máximo de 60 dias para serem compensados, necessário passar a digital e guardar o comprovante impresso pelo relógio ponto, pois serão estas as horas compensadas. Os servidores têm o direito de saírem para estudar, incluindo as saídas para estágio, porém deve realizar a reposição destas horas, será organizada as horas junto a direção que fará uma declaração, com os dias e horas que será enviada para SEMED e RH.

Toda e qualquer situação em relação à alimentação, leite, frutas, troca de alimentos, deverá ser repassado para direção e/ou coordenação, NUNCA diretamente

para as cozinheiras. Todas as trocas de leites, alimentos e horário de refeições serão repassados para a nutricionista Ana Paula.

Cuidado com o uso do celular no período de trabalho. A partir do início das aulas, o professor que usar celular em sala de aula no momento de interação com o aluno será notificado.

Os servidores têm o direito de saírem para estudar, incluindo as saídas para estágio, porém deve realizar a reposição destas horas, será organizada as horas junto a direção que fará uma declaração, com os dias e horas que será enviada para SEMED e RH. Se faz necessário procurar manter as salas organizadas (Bancadas, mesas, cadeiras e armários) pois passam várias pessoas pela mesma. Pontua-se o cuidado com as vestimentas. (Blusas curtas e decotes, shorts quatro dedos acima do joelho)

Interação entre pais e professores – fator importante para estreitar laços e auxilia a ter um maior conhecimento do aluno como para o bom andamento da turma. Considerando as especificidades de cada aluno, em cada faixa etária, pensar ao início do ano letivo em uma recepção calorosa, esta atitude demonstrará uma maior segurança para os pais, como para as crianças. Fotos de alunos não serão permitidas, usar a digital do Cemei para registrar atividades. As fotos nos celulares serão de responsabilidade de quem as tiver.

Orienta-se aos professores quando a criança cair na sala de aula ou acontecer alguma intercorrência, realizar os procedimentos de socorros, quando grave, solicitar o auxílio da direção e coordenação que realizará as devidas providências. Em relação aos medicamentos, o professor os ministra apenas quando a direção os encaminhar, pois os pais precisam autoriza-los na secretaria juntamente com a receita médica.

O trabalho dos profissionais desta instituição de ensino é pautado nas tarefas coletivas, ajuda mútua, respeito com o próximo, diálogo entre pais, professores e funcionários. Estes valores também são transmitidos para as crianças que começam a ser formados desde que nascem. Deste modo, percebe-se que o destino de uma sociedade está diretamente ligado aos valores priorizados por seus cidadãos.

Os Funcionários que atuam nas Áreas de Alimentação Escolar, Limpeza e Manutenção têm sob sua responsabilidade a manutenção, a preservação, a segurança da merenda escolar, sendo coordenadas pela direção.

As zeladoras da Instituição segundo o Regimento Escolar possuem acesso a todos os espaços na escola. Estão sempre circulando pelos ambientes externos realizando o monitoramento de possíveis emergências.

Os pais ou responsáveis, além dos direitos e deveres outorgados pela legislação vigente, têm ainda as seguintes prerrogativas no ambiente interno do CEMEI:

Em se tratando dos alunos, os pais no momento da matrícula, recebem informações em relação ao horário de funcionamento, na qual, período parcial e integral apresentam horários distintos, os horários de entrada e saída, informa-se também que após o horário limite de entrada o portão será fechado para maior segurança das crianças. Quando ocorrer atrasos, pede-se para que os pais passem na secretaria, para direção ou coordenação pedagógica encaminha-los para sala de aula. Apenas em casos excepcionais, ou imprevistos a criança será liberada para sair antes do horário, será preenchida uma declaração de saída antecipada e arquivada em sua pasta individual. Não se faz necessário o uso do uniforme.

No início das atividades escolares orienta-se que o pai ou responsável, atualize o nome de pessoas autorizadas para buscar seu filho (a) e número de telefone para entrar em contato quando necessário. Não será entregue a criança para pessoa menor de 18 anos de idade, ou que não esteja na lista de pessoas autorizadas a vir busca-la.

Com relação aos medicamentos serão dados à criança mediante a apresentação de receita médica, e da autorização dos pais. Para isso é preciso preencher a ficha de autorização que se encontra com os professores em sala de aula ou secretaria.

Orienta-se que quando possível, este medicamento seja ministrado em casa.

A agenda, material escolar solicitado no ato da matrícula, deve ser olhada todos os dias, e se houver bilhetes estes devem ser assinados, mesmo que não aja campo para assinatura. A rotina e o cardápio escolar serão colados nas agendas para conhecimento.

Em se tratando dos alimentos ofertados na instituição de ensino, crianças que possuem intolerância ou alergia devem ter comprovação por meio de laudos ou exames médicos, no caso de alta, o médico também deverá atestar com diagnóstico por escrito. Os laudos serão encaminhados para a nutricionista da secretaria municipal de educação, para que possam ser providenciados os alimentos para os alunos que possuam restrições alimentares, enquanto isso não ocorre, os pais ou responsáveis devem providenciar esses alimentos, os quais precisam ser entregues na secretaria escolar para autorizar a entrada deste alimento.



É de responsabilidade dos pais ou responsáveis informar as faltas das crianças, podendo ser esta informação dada por telefone e posteriormente apresentar o atestado médico. É relevante que os pais ao entregarem seus filhos informem quando a criança não passou bem, para que o professor redobre os cuidados e informe os pais na retirada.

A instituição apresenta uma organização quanto aos espaços escolares. Tem-se uma rotina escolar, com horário das refeições, de acordo com as turmas e faixa etárias, como também horários para brincadeiras extraclasse, como parquinho interno e externo e piscina de bolinhas. O dia do brinquedo é somente na sexta-feira, passado o período de adaptação, portanto, não trazer brinquedos nos demais dias para evitar conflitos com os colegas na sala.

O trabalho dos profissionais desta instituição de ensino é pautado nas tarefas coletivas, ajuda mútua, respeito com o próximo, diálogo entre pais, professores e funcionários. Estes valores também são transmitidos para as crianças que começam a ser formados desde que nascem. Deste modo, percebe-se que o destino de uma sociedade está diretamente ligado aos valores priorizados por seus cidadãos.

Dessa forma, o Regimento Escolar deve descrever todos os aspectos da realidade institucional, garantindo a legalidade do trabalho educacional desenvolvido.

#### **4.2- ACOMPANHAMENTO/ORGANIZAÇÃO DA HORA ATIVIDADE**

A hora atividade é o período reservado aos docentes para estudos, planejamento dos trabalhos de ensino e aprendizagem, que atribui a planejar, preparar e avaliar os procedimentos no que se refere aos trabalhos pedagógicos, e quando necessário, estar confeccionando materiais.

Faz parte da hora atividade as reuniões, estudos, atendimento aos alunos, pais e articulações com toda a comunidade escolar que envolva os procedimentos da escola. O direito a hora atividade encontra-se garantido também na LDB (Lei das Diretrizes e Base) e no Plano de Cargos, carreiras, remuneração e valorização do magistério deste Município. O docente tem dentre suas 30 (trinta) horas trabalhadas, direito a 33,33% de hora atividade, sendo esta definida pela Lei Nº 11.738/08, que está sendo ofertada gradativamente.

A Hora Atividade é direcionada pela Coordenadora Pedagógica, que apresenta as propostas a serem desenvolvidas durante a semana ou mês, conforme o Currículo da AMOP e acompanha parcialmente esse momento juntamente com os professores. Um Professor substituto entra em sala aplicando os conteúdos de acordo com o planejamento deixados pelo professor regente de turma.

A direção acompanha gradativamente os conteúdos e atividades que estão sendo desenvolvidos pelos gestores e Coordenadora Pedagógica. O direito a hora atividade encontra-se garantido também na LDB (Lei das Diretrizes e Base) e no Plano de Cargos, carreiras, remuneração e valorização do magistério deste Município.

Considerando que os professores do período matutino iniciam suas atividades às 07(sete) horas até às 13(treze) horas e os alunos são recepcionados a partir das 07horas e 30 minutos, todos os professores fazem 30 minutos de hora atividade no início da manhã. No decorrer da semana um professor auxiliar assume a turma para que o professor regente cumpra mais 06 horas de hora atividade.

#### **4.3 - PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DO ESTABELECIMENTO**

A instituição não possui uma proposta de formação continuada própria, pois segue o que a Secretaria Municipal de Educação do Município de Céu Azul (SEMED) oferta.

A SEMED apresenta sua Política de Formação como espaço de reflexão da prática pedagógica. A formação continuada deve ser compreendida como oportunidade de aperfeiçoamento profissional capaz de promover a reflexão na prática e sobre a prática. Nesta perspectiva a SEMED tem ofertado historicamente práticas de formação no intuito de aperfeiçoar o trabalho dos seus servidores, levando em conta os princípios de gestão democrática e de resultados, cidadania e formação humana e qualidade social da educação.

A Formação Continuada é uma exigência da LDB 9394/96. Os professores necessitam conhecer as leis que regem seus direitos e deveres, para que, assim, possam cobrar mais das autoridades competentes, sejam elas entidades públicas ou privadas. Entretanto, é importante destacar os deveres docentes no trabalho pedagógico com crianças que deve superar a dicotomia entre cuidar e educar, permitindo pelo processo da organização do tempo e do espaço, possibilidades para o conhecimento, para a aprendizagem e desenvolvimento infantil. Em relação aos direitos recorremos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9.394/96, no Artigo 13, que destaca:

Os docentes incumbir-se-ão de:

- I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III - zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade (BRASIL, 1996, p. 6).

Além do exposto, a formação continuada é compreendida também, como uma das formas de valorização do profissional, onde o Dirigente Municipal de Educação, oferece suporte pedagógico e administrativo para o aperfeiçoamento dos profissionais da Educação com vista na elevação do padrão de qualidade na Rede Municipal de Ensino. Acerca desse assunto a LDB esclarece:

- Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público: I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
- II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;
  - III - piso salarial profissional; IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;
  - V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;
  - VI - condições adequadas de trabalho (BRASIL, 1996, p. 21).

Atualmente a Educação Brasileira passa por uma fase bem peculiar em que é patente o direcionamento das políticas públicas com foco na progressiva universalização do acesso com qualidade a todos os níveis e modalidades de Ensino.

Hoje, mais do que nunca se sabe que somente por meio da Educação é possível diminuir as desigualdades sociais, o que exige, portanto, que a Escola, com seus professores e demais funcionários, não seja mais vista apenas como um conjunto de partes desconexas, que atuam de forma isolada. Mas, muito pelo contrário, pois a Escola deve ser vivida como uma unidade complexa, um sistema dinâmico, um ambiente em constante interação com os agentes de mudanças locais, regionais, nacional e internacional, sempre usando e valorizando os valores e a cultura local.

A melhoria dos indicadores educacionais só é possível pelo desenvolvimento de ações focadas no alcance de metas estabelecidas para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que, entre outras coisas, se relacionam à “Formação Continuada” dos profissionais do Ensino.

Ressalta-se também que a melhoria da qualidade de ensino perpassa por um bom sistema de gestão, sendo assim a gestão democrática e o controle social são aspectos que também necessitam ser foco de estudo e reflexão.

Sendo assim, por meio da Formação Continuada, os professores, e os gestores da instituição, tornam-se mais capacitados para ponderar sobre todos os aspectos pedagógicos e, para além deles, propor estratégias com a finalidade de sanar as dificuldades e instalar mudanças significativas em toda a comunidade escolar.

#### **4.4- ARTICULAÇÃO/COMUNIDADE**

É fundamental que as instituições de Educação Infantil valorizem e respeitem a cultura das famílias dos seus alunos e estimule a participação destas no desenvolvimento do processo de educação escolar. Desta forma procuramos envolver a família através das reuniões, projetos, diálogos, apresentações, valorizando as opiniões dos pais e acima de tudo, somando esforços em prol do melhor para todas as crianças. Outra forma de articulação é envolver a família nas decisões, deliberações e participação em direcionamentos de ações financeiras e pedagógicas, realizadas por representatividade de órgãos colegiados, como conselhos e associações.

#### **4.5 - ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO**

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases, disposto no capítulo V, que se trata sobre a Educação Especial. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Em se tratando do inciso 1º desta lei, haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Seguindo no inciso 3º, a oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

No artigo 59 da lei citada a cima, os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

#### **4.5.1 - PROFESSOR DE APOIO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – PAEE**

De acordo com a Instrução nº 002/2019/SEMED/CÉU AZUL, Define-se como Professor de Apoio Educacional Especializado o profissional com habilitação comprovada para atuar nas instituições de ensino da Educação Infantil e Ensino Fundamental – anos iniciais e na Educação de Jovens e Adultos, da Rede Pública de Ensino do Município de Céu Azul, estado do Paraná, para atender os estudantes com diagnóstico médico de Transtorno do Espectro Autista, com comprovada necessidade relacionada à sua condição de funcionalidade para a escolarização e não relacionada à condição de deficiência, sendo agente de mediação do aprendizado e escolarização.

A oferta do Professor de Apoio Educacional Especializado será disponibilizada mediante estudo de caso será realizado pela equipe de profissionais do Centro de Atendimento Multidisciplinar - CAMU, do Município de Céu Azul – PR, professores da turma do estudante juntamente com coordenação e direção da instituição de ensino,

para avaliar as intervenções pedagógicas e apoios já realizados voltados à aprendizagem e proporem novas estratégias de trabalho.

O serviço do Professor de Apoio Educacional Especializado não é substitutivo à escolarização ou ainda à frequência na Sala de Recursos Multifuncional, mas articula-se de forma colaborativa com o currículo proposto para a sala de aula comum, Sala de Recursos Multifuncional e outras atividades previstas na escola.

De acordo com o artigo 7º desta instrução constituem atribuições do professor de Apoio Educacional Especializado (PAEE):

I. Atuar em caráter (intra) itinerante, ou seja, dentro da própria escola, podendo atender a mais de um estudante, ou em diferentes escolas.

II. Atuar de forma colaborativa com os professores das diferentes disciplinas, para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso do estudante ao currículo e sua interação com os colegas, desde a promoção de condições de acessibilidade no contexto escolar até as modificações mais significativas na organização da sala de aula, dos materiais e recursos pedagógicos utilizados pelo estudante e pelo professor.

III. Registrar as ações efetivadas semanalmente, no formulário de ações efetivadas na interação com o estudante, para fins de acompanhamento e visitas institucionais da Equipe do Centro de Atendimento Multidisciplinar.

IV. Fornecer as informações e esclarecimentos necessários, a respeito dos estudantes, a todos os profissionais envolvidos no processo educacional.

V. Trabalhar com toda a comunidade escolar na perspectiva da inclusão do estudante com Transtorno do Espectro Autista.

VI. Ampliar e possibilitar situações de aprendizagem e autonomia sem retirar o estudante para atividades isoladas do contexto da sala de aula, porém ressalva-se em alguns eventos situacionais que necessitem.

VII. Participar do Projeto Político-Pedagógico da(s) instituição (instituições) de ensino, assegurando ações e apoios necessários voltados ao atendimento, respeito e valorização da diferença enquanto condição humana e participar dos Conselhos de Classes.

VIII. Definir com os professores e equipe pedagógica procedimentos de avaliação que atendam cada estudante em suas características, interesses, capacidades e

necessidades de aprendizagem, acompanhando a evolução de suas potencialidades, com vistas ao progresso global: cognitivo, emocional e social do mesmo.

IX. Participar e organizar grupos de estudos com os professores da instituição de ensino, além de encontros sistemáticos para reflexão, construção e socialização de experiências e de formação continuada promovida pela Secretaria Municipal de Educação.

X. Oportunizar autonomia, independência e valorizar as ideias dos estudantes desafiando-os a empreenderem o planejamento de suas atividades.

XI. Programar ações e estruturar o uso do tempo, do espaço, dos materiais e da realização das atividades.

XII. Orientar e incentivar as famílias para o seu envolvimento e participação no processo educacional, demonstrando a importância do tratamento em saúde mental e do uso da medicação adequada a seguir, conforme orientações médicas, bem como a continuidade em outros atendimentos necessários.

XIII. Realizar contatos com os profissionais que fazem atendimento ao estudante nas diferentes áreas (saúde, ação social, entre outras), bem como atendimento aos familiares.

XIV. Elaborar relatório de acompanhamento contendo informações dos professores das diferentes disciplinas, da equipe pedagógica e demais profissionais envolvidos no processo de aprendizagem.

XV. É vedado ao Professor de Apoio Educacional Especializado “construir” currículo paralelo em sala de aula, ou seja, trabalhar conteúdos não previstos para o ano ao qual o estudante está matriculado.

XVI. Na falta do estudante o professor de Apoio Educacional Especializado ficará à disposição da direção e coordenação da instituição de ensino.

XVII. O Professor de Apoio Educacional Especializado não deverá exercer outras funções que não estejam contempladas nesta Instrução.

XVIII. O Professor de Apoio Educacional Especializado deverá justificar eventual ausência para que a instituição de ensino possa reorganizar o atendimento ao estudante.

Visto que a oferta deste atendimento se encontra amparada na Lei n.º 9394/96, de 20/12/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; art. 58 ao art.

60 e no Decreto Federal n.º 8.368, de 02/12/2014, que regulamenta a Lei n.º 12.764, de 27/12/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;

#### **4.5.2 - PROFESSOR DE APOIO À COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA – PACA**

De acordo com a Instrução Normativa nº 001/2019/SEMED/CÉU AZUL Define-se como Professor de Apoio à Comunicação Alternativa o profissional especializado, que atua no contexto da sala de aula, nos estabelecimentos da Educação Infantil, Ensino Fundamental – anos iniciais e Educação de Jovens e Adultos, da Rede Pública de Ensino do Município de Céu Azul, estado do Paraná, onde o apoio se fundamenta na mediação da comunicação entre o aluno, grupo social e o processo de ensino e aprendizagem, cujas formas de linguagem oral e escrita se diferenciam do convencionalizado.

Sendo assegurado o Professor de Apoio à Comunicação Alternativa aos alunos com deficiência física neuromotora que apresentem formas alternativas e diferenciadas de linguagem expressiva, oral e escrita, decorrentes de sequelas neurológicas e neuromusculares.

Este professor terá um cronograma de atendimento que será elaborado em conjunto com a equipe de suporte pedagógico da instituição de ensino, para orientar os professores das diferentes disciplinas sobre as adaptações/flexibilizações curriculares necessárias que oportunizem ao estudante o acesso à aprendizagem.

Na pasta individual do estudante deverão estar arquivados: uma cópia do laudo médico, uma cópia da avaliação de ingresso, os relatórios bimestrais de acompanhamento do Professor de Apoio a Comunicação Alternativa, vistados pela equipe de suporte pedagógico da instituição de ensino e o formulário de ações efetivadas na interação com o estudante elaborado pela Secretaria Municipal de Educação.

De acordo com o Art. 5º desta instrução constituem Atribuições do Professor de Apoio à Comunicação Alternativa:

I. Conhecer previamente os conteúdos e temas a serem trabalhados pelo professor regente.



II. Atuar de forma colaborativa com os professores das diferentes disciplinas, para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso do estudante ao currículo e sua interação com os colegas, desde a promoção de condições de acessibilidade no contexto escolar até as modificações mais significativas na organização da sala de aula, dos materiais e recursos pedagógicos utilizados pelo estudante e pelo professor.

III. Registrar as ações efetivadas na interação com o estudante, no formulário de ações efetivadas na interação com o estudante, para fins de acompanhamento da equipe de suporte pedagógico da instituição de ensino e da Equipe do Centro de Atendimento Multidisciplinar.

IV. Fornecer as informações e esclarecimentos necessários, a respeito dos estudantes, a todos os profissionais envolvidos no processo educacional.

V. Trabalhar com toda a comunidade escolar na perspectiva da inclusão do estudante com deficiência física neuromotora.

VI. Participar na elaboração do Projeto Político-Pedagógico da(s) instituição (instituições) de ensino, assegurando ações e apoios necessários voltados ao atendimento, respeito e valorização da diferença enquanto condição humana e participar dos Conselhos de Classes.

VII. Definir com os professores e equipe de suporte pedagógico da instituição de ensino procedimentos de avaliação que atendam cada estudante em suas características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem, acompanhando a evolução de suas potencialidades, com vistas ao progresso global: cognitivo, emocional, social do mesmo.

VIII. Orientar quanto à acessibilidade física (rampas, banheiros adaptados, corrimãos, pisos antiderrapantes, portas alargadas), acessibilidade do mobiliário utilizado pelo aluno (carteira e cadeira adaptadas, mesas, entre outros) e às modificações mais significativas na organização do espaço físico e do mobiliário em sala de aula.

IX. Buscar diferentes formas de comunicação alternativa, aumentativa e/ou suplementar que permitam ao aluno interagir no processo ensino e aprendizagem.

X. Produzir materiais e recursos pedagógicos para comunicação alternativa oral e escrita que possibilitem ao aluno expressar-se.

XI. Instrumentalizar o aluno e o professor regente na utilização da tecnologia assistiva, por meio dos softwares de acessibilidade para comunicação oral e escrita.

XII. Favorecer a interação entre os alunos com e sem deficiência física neuromotora, viabilizando a participação efetiva nas diferentes situações de aprendizagem e interação no contexto escolar e em atividades extraclasse, promovendo a cultura e as práticas inclusivas.

XIII. Participar de todas as atividades pedagógicas que envolvam o coletivo da Escola.

XIV. Oportunizar autonomia, independência e valorizar as ideias dos estudantes desafiando-os a empreenderem o planejamento de suas atividades.

XV. Programar ações e estruturar o uso do tempo, do espaço, dos materiais e da realização das atividades.

XVI. Orientar e incentivar as famílias para o seu envolvimento e participação no processo educacional, demonstrando a importância do tratamento em saúde mental e do uso da medicação adequada a seguir, conforme orientações médicas, bem como a continuidade em outros atendimentos necessários.

XVII. Realizar contato com os profissionais que fazem atendimento ao estudante nas diferentes áreas (saúde, ação social, entre outras), bem como atendimento aos familiares.

XVIII. Elaborar o relatório de acompanhamento bimestral contendo informações dos professores das diferentes disciplinas, da equipe de suporte pedagógico da escola e demais profissionais envolvidos no processo de aprendizagem.

XIX. É vedado ao Professor de Apoio à Comunicação Alternativa “construir” currículo paralelo em sala de aula, ou seja, trabalhar conteúdos não previstos para o ano ao qual o estudante está matriculado.

XX. Na falta do estudante o Professor de Apoio da Comunicação Alternativa ficará à disposição da direção e coordenação da instituição de ensino.

XXI. O Professor de Apoio à Comunicação Alternativa não deverá exercer outras funções que não estejam contempladas nesta instrução.

XXII. O professor de Apoio deverá justificar eventual ausência para que a instituição de ensino possa reorganizar o atendimento ao estudante.

Segundo o Art. 6º O profissional para atuar como Professor de Apoio à Comunicação Alternativa deve ser, preferencialmente, do Quadro Próprio do Magistério, conforme Deliberação nº 02/03 – CEE, e deverá ter:

I. Especialização em cursos de Pós-graduação em Educação Especial, Licenciatura Plena ou Ensino Médio, com habilitação em Magistério com Estudos Adicionais na área da deficiência física ou deficiência mental;

O Professor de Apoio à Comunicação Alternativa terá disponibilizado um tempo diferencial destinado à interação com os professores regentes das disciplinas para a produção dos recursos pedagógicos de comunicação alternativa, este horário estará atrelado ao conteúdo e à necessidade de comunicação do aluno, não podendo ultrapassar à 2 (duas) horas semanais. A organização, elaboração e acompanhamento desse horário ficará sob a responsabilidade da equipe de suporte pedagógico da escola, a qual se utilizará de um cronograma, constando o tempo em que o Professor de Apoio à Comunicação Alternativa se ausentará da sala de aula.

#### **4.6 - PROCESSOS DE AVALIAÇÃO**

Para as crianças de 0 meses a 05 anos, espera-se que participem das atividades que envolvam a exploração do meio em que vivem interagindo e se socializando com o mesmo. Para tanto, é preciso que sejam oferecidas a elas oportunidades de explorar e manipular vários objetos de diferentes formas, tamanhos e cores. O professor deve oportunizar a criança dos diversos materiais em momentos individuais e coletivos, utilizarem diferentes suportes, inúmeros recursos que irão possibilitar a expressão livre ou direcionada, respeitando as especificidades de cada faixa etária. A educação infantil deve contribuir para compreensão da criança acerca do processo de criação, produção e transformação dos indivíduos do ambiente cultural e dela própria incluída neste contexto. É necessário que a criança experimente as diversas possibilidades presentes nos materiais expressivos, considerados veículo de grande importância para que se concretize a aprendizagem. É preciso, que o educador equilibre suas ações num encaminhamento metodológico capaz de articular conhecimento ludicidade, aprendizagem e liberdade, respeitando a faixa etária e a individualidade de cada aluno.

O processo de avaliação de aprendizagem neste estabelecimento de ensino é contínuo, e consistem na observação da construção das competências cognitivas do aluno, suas experiências socioculturais e as etapas de estruturação do seu pensamento.

#### 4.6.1 – FORMAS DE REGISTRO DA AVALIAÇÃO

A avaliação na Educação Infantil não tem caráter de retenção nem seleção dos educandos, no sentido de constituir turmas homogêneas. A coerência na avaliação requer que os critérios legais que estabelecem o número de crianças atendidas por educador, em cada faixa etária, sejam, no mínimo, respeitados, possibilitando, ainda, a análise de acordo com os diferentes contextos em que a Educação Infantil, está inserida.

A verificação do desenvolvimento global da criança é descrita através de Parecer Descritivo Bimestral.

Nesse sentido, o parecer descritivo possibilita a interação criança/educador na construção do conhecimento de forma contextualizada, tendo como ponto de reflexão os critérios previamente estabelecidos na proposta curricular.

#### 4.7- OFERTAS DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO E/OU NÃO OBRIGATÓRIO

De acordo com a Instrução Normativa nº 28/2010-SUED/SEED, o estágio é o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, cujas atividades devem estar adequadas às exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento cognitivo, pessoal e social do educando, de modo a prevalecer sobre o aspecto produtivo.

Seguindo nesta mesma Instrução Normativa, afirma-se que poderão ser estagiários os estudantes que frequentam o ensino nas instituições de Educação Profissional, de Ensino Médio, inclusive na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, de Educação Especial, e dos anos finais do Ensino Fundamental, exclusivamente na modalidade Profissional da Educação de Jovens e Adultos. Quando se tratar de estágio não-obrigatório é exigida a idade mínima de 16 anos.

O estágio poderá ser:

**Profissional obrigatório**, quando previsto na legislação vigente, nas Diretrizes Nacionais, devendo objetivar o atendimento de exigências para o curso, decorrentes da

própria natureza dos eixos tecnológicos dos Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, planejado, executado e avaliado de acordo com o perfil profissional exigido para conclusão do curso.

**Profissional não-obrigatório**, assumido pela instituição de ensino a partir da demanda dos alunos, desenvolvido como atividade opcional para o aluno, acrescida à carga-horária regular e obrigatória. O estágio não-obrigatório não interfere na aprovação/reprovação do aluno e não é computado como componente curricular.

Compete ao estagiário (a) de Educação Infantil:

- Auxiliar o professor na realização de atividades recreativas e trabalhos educacionais através de jogos, brincadeiras, desenhos e colagens;
- Acompanhar e orientar as crianças durante as refeições, estimulando a aquisição de bons hábitos alimentares;
- Cuidar, estimular e orientar as crianças na aquisição de hábitos de higiene, trocar fraldas, dar banho e escovar os dentes;
- Observar o comportamento das crianças durante o período de repouso e no desenvolvimento das atividades diárias;
- Garantir a segurança das crianças no CEMEI; cuidar do ambiente e dos materiais utilizados no desenvolvimento das atividades, organizando os objetos de uso pessoal das crianças.

O aluno que está cumprindo estágio obrigatório poderá realizar paralelamente o estágio não-obrigatório, desde que sem prejuízo do aprendizado. As atividades desenvolvidas contrariamente ao disposto na Lei n.º 11788/08 e na Deliberação N° 02/2009-CEE estarão sujeitas à legislação civil, trabalhista e previdenciária.

#### **4.8 - PROPOSTA DE PREVENÇÃO E COMBATE À EVASÃO ESCOLAR**

Temos como objetivo a conscientização dos pais que ao matricular seu filho no CEMEI, tem a obrigatoriedade em trazê-lo todos os dias para não ficar com faltas, as quais poderão trazer prejuízos pedagógicos para seu filho.

Contemos a ficha de enfrentamento para que se ocorrer da criança ter três faltas consecutivas ou sete intercaladas, esta será preenchida e encaminhada para os órgãos competentes.

#### **4.9 - PROPOSTA DE TRANSIÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO INFANTIL 0 A 3 ANOS PARA 4 E 5 ANOS, ENTRE EDUCAÇÃO INFANTIL PARA ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)**

O primeiro contato da criança com a escola é um momento importante, às vezes, doloroso, mas essencial e formador. As crianças e as famílias constroem vínculos aprendendo a despedirem-se. O desconhecido muitas vezes assusta e a criança, acostumada com um espaço restrito e familiar, sente-se insegura.

Neste momento de transição que a criança vai se habituando à nova rotina longe dos familiares que tem como referência, ela passa pelo processo da adaptação. Dia após dia, ela vai criando um vínculo com os professores, coleguinhas e atividades, sentindo-se cada vez mais segura. Dividir atenções, brinquedos e até mesmo o "colo" nem sempre é fácil. A separação não é apenas um ato em si. Separar-se significa sentir-se sozinha e desprotegida. É preciso que o tempo mostre à criança que a escola pode ser acolhedora também. Não existe um tempo determinado para essa transição.

No período de adaptação das crianças, o Centro Municipal de Educação Infantil Santa Clara segue alguns procedimentos que visam tornar essa passagem mais fácil e não traumática. Marcamos uma reunião com as famílias antes do início das aulas. Na ocasião, procuramos esclarecer as possíveis dúvidas sobre o processo de adaptação.

Esse encontro será a base de uma parceria e de uma relação de confiança entre a escola e a família. Nossa proposta prevê uma adaptação escalonada e progressiva.

Os pais devem estar preparados para um horário mais flexível nesse período, de acordo com a reação de cada criança. Uma visita do aluno a instituição, acompanhado da mãe ou do pai, em data que precede o início das aulas, permite uma descoberta gradativa da escola e um contato com as professoras e com os colegas da sala de aula.

Também é encaminhado aos pais e responsáveis, um informativo na qual apresenta dicas para uma boa adaptação, entre elas estão: apenas uma pessoa deve ficar encarregada de trazer a criança à escola. Atitudes diferentes podem dificultar o processo; Sejam breves na despedida. Às vezes, a criança acaba chorando ao perceber que a

separação está sendo difícil também para os pais; É necessário extremo cuidado com os horários. Um pequeno atraso na hora de vir buscar uma criança em fase de adaptação pode deixá-la insegura; É preciso usar sempre a verdade.

"Se os familiares analisarem a entrada da criança na escola como algo positivo, que gera autonomia, crescimento, amadurecimento e ajuda na socialização, será ótimo para todos. Se for vivenciada como culpa pelo abandono, será difícil para todos", coloca Cisele Ortiz.

#### **4.10 - INTERVENÇÃO PEDAGÓGICAS PARA ATENDIMENTO A ALUNOS COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM**

Sabendo se que a educação infantil é a base, nela também se ocorre esta intervenção, através do lúdico e das brincadeiras pode-se perceber dificuldades que mais tarde interferirá no rendimento escolar. Neste momento se faz necessário intervir em conjunto, professor, coordenador, família e profissionais especializados, sendo a primeira intervenção do professor, que traça estratégias visando sanar a dificuldade detectada, mantendo sempre o diálogo com a família e coordenador, este sempre a parte do rendimento do aluno, auxiliará no trabalho individual com está criança. Esgotadas as estratégias cabíveis a escola, e não sanada a dificuldade se encaminha para a equipe de apoio interdisciplinar, realizando o encaminhamento para o Centro de Atendimento Multidisciplinar (CAMU), para atendimento com especialidade solicitada, ou pode ser feito por um profissional particular se a família optar.

Vale salientar que na educação infantil, a intervenção surtirá mais efeito pois, acredita-se que a ludicidade deve ser um dos eixos norteadores do processo ensinoaprendizagem, pois possibilita a organização dos diferentes conhecimentos numa abordagem metodológica com a utilização de estratégias desafiadoras. Considera-se também que na elaboração do planejamento de ensino deve ser levando em conta o desenvolvimento que as crianças se encontram e o contexto social, ambiental e cultural que estão inseridas, buscando sua autonomia, eixo norteador da educação infantil.

#### 4.11- DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

O trabalho com os desafios contemporâneos está presente na rotina escolar da nossa instituição, de acordo com a faixa etária dos educandos, dentro de um contexto educacional/social. Não apresenta-se como uma disciplina específica, mas sim, inclusa e trabalhada de forma integrada com os campos de experiência. O professor utiliza estes assuntos para tratar de problemas sociais contemporâneos, ampliando as potencialidades de cada um e dando aos alunos o estímulo para ampliarem o olhar sobre diversas questões, sempre com respeito e tolerância às diferenças.

Ressalta-se que este trabalho intensifica-se quando realizado por meio de uma parceria entre a família e a escola. Essa união é importante porque diversos conceitos e valores propostos, começam a ser repassados para as crianças em casa.

Os desafios contemporâneos na educação infantil serão abordados pelos professores, junto aos alunos, podendo haver a participação dos pais através de projetos ou serão incluídos no conteúdo.

O campo de experiência O eu, o outro e o nós, irá abordar ao longo do ano os seguintes desafios: Cultura e História Afro-Brasileira, Africana e Indígena, Direitos Humanos, Inclusão Social de Símbolos, Educação Alimentar, Combate a Violência, Direitos da Criança, Políticas Públicas para Mulheres, Estatuto do Idoso, Prevenção ao Uso de Drogas, Gênero e Diversidade Sexual, Sexualidade, Segurança e Saúde, Prevenção de Gravidez na Adolescência, Liberdade de Consciência e Crença e Exibição de Filmes Mensais Nacionais.

O Campo de Experiência Escuta, fala, pensamento e imaginação irá abordar os seguintes Desafios Contemporâneos: Cultura e História Afro-Brasileira, Africana e Indígena, Inclusão Social de Símbolos, Exibição de Filmes Mensais Nacionais.

O Campo de Experiência Traços, sons, cores e formas irá desenvolver atividades para abordar os desafios: Cultura e História Afro-Brasileira, Africana E Indígena, Educação Ambiental, Educação Alimentar e Exibição De Filmes Mensais Nacionais.

O Campo de Experiência Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações irá trabalhar com: Cultura e História Afro-Brasileira, Africana e Indígena,



Educação para o Trânsito, Educação Ambiental, Educação Alimentar, Educação Fiscal/Educação Tributária e Exibição de Filmes Mensais Nacionais.

O Campo de Experiência Corpo gestos e Movimento, irá desenvolver atividades sobre: Educação para o Trânsito, Inclusão Social de Símbolos, Educação Alimentar, Exibição de Filmes de produção Nacional e Combate à Violência e Segurança e Saúde.

Na proposta pedagógica curricular estarão detalhados como será a abordagem junto aos alunos.

#### **4.11.1 CULTURA E HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA**

De acordo com a Lei Nº. 10.639/03 que altera a LDB 9394/96, a Lei 11.645/08 e o parágrafo único art. 2º da Deliberação do Conselho Estadual de Educação do Paraná, o qual indica que: Ao tratar da história da África e da presença do negro (pretos e pardos) no Brasil, os professores precisam fazer abordagens positivas sempre na perspectiva de contribuir para que o aluno afro descendente se identifique e valorize a história de seu povo, a cultura de matriz africana, e as contribuições para o país e humanidade.

Com o objetivo de políticas de reparações e de reconhecimento e valorização da história afro descendente, e propondo a divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial, descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos, para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, tenham sua identidade valorizada.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) dentro de suas competências gerais estabelecidas, traz alguns pontos na implementação da educação das relações étnico-raciais, são eles:

6. Valorização a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seu saberes, identidades, culturas e

potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. (BNCC, 2018 p.9;10).

Quando se fala em discriminação étnico-racial nas escolas, certamente estamos falando de práticas discriminatórias, preconceituosas, que envolvem um universo composto de relações raciais pessoais entre estudantes, professores, gestores da escola, mas também um forte racismo repassado através dos livros didáticos e também do racismo institucional refletida através de políticas educacionais que afetam negativamente o negro.

Em 2010, o CNE promulgou novas DCN, ampliando e organizando o conceito de contextualização como “a inclusão, a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural resgatando e respeitando as várias manifestações de cada comunidade”, conforme destaca o Parecer CNE/CEB 7/2010. (BNCC,2018; p.11).

A obrigatoriedade de inclusão da história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos da educação básica reconhece que, é preciso valorizar devidamente a história e cultura de seu povo, buscando reparar danos que se repetem há séculos, a sua identidade e a seus direitos.

Reconhecimento implica justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos, bem como a valorização da diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira. Requer que se conheça a sua história e valorizar as diferentes manifestações culturais.

Os índios foram os primeiros habitantes do território brasileiro. São formados por povos diferentes com hábitos, costumes e línguas diferentes. Existem cerca de 305 sociedades indígenas distribuídas em todo o território brasileiro.

#### **4.11.2 DIREITOS HUMANOS**

Direitos humanos são todos os direitos relacionados à garantia de uma vida digna a todas as pessoas, são direitos que são garantidos à pessoa pelo simples fato de ser humana. Assim, os direitos humanos são todos direitos e liberdades básicas, considerados fundamentais para dignidade, incluem o direito à vida e à liberdade, à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho e à educação, entre e muitos outros.

Todos merecem estes direitos, sem discriminação. Os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição.

#### **4.11.3 - POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES**

O reconhecimento dos direitos das mulheres é uma reivindicação que se faz presente, pelo menos desde a década de 1920. No entanto, embora seja uma reivindicação antiga, sua concretização jurídica é bem mais recente. Efetivamente, a legislação reservava à mulher um lugar de subalternidade, primeiro sob o poder do pai e depois, do marido. Apenas recentemente os direitos de cidadania se estenderam à mulher, embora o marco legal da igualdade não seja realidade em todos os países.

Ao se tratar de políticas para mulheres no estado do Paraná, é preciso ter em mente a necessidade de reforçar os direitos das mulheres e as conquistas já alcançadas, tendo em vista a fragilidade das garantias que foram constituídas numa história ainda recente. A condição histórica de inferioridade à qual a mulher foi submetida, dentro de uma sociedade patriarcal, provoca marcas profundas que não são facilmente superadas, ainda que as normativas afirmem os direitos humanos para todos(as), homens e mulheres, indistintamente. Dessa maneira, faz-se necessário observar garantias específicas que viabilizem às mulheres as mesmas oportunidades e promovam efetivamente a igualdade, não apenas em âmbito normativo, mas principalmente na vida social. Dessa maneira, as mulheres obtiveram o status legal de igualdade perante os homens e entre si mesmas. Concomitante à implementação de normativas fundamentadas na igualdade, no entanto, começaram a ganhar expressão política grupos que evidenciavam a necessidade de garantias de direitos específicos, como os direitos da mulher, do(a) idoso(a), da criança e do(a) adolescente, dos(as) homossexuais – hoje compreendidos(as) na categoria mais ampla dos LGBT+, – dos(as) negros(as), indígenas, pessoas com deficiência, entre outros grupos vulneráveis. Observou-se que a igualdade normativa, somente, não é suficiente para gerar oportunidades iguais a grupos que vivem condições sociais diversas.

Hoje, o movimento tem maior amplitude, no sentido em que respeita e valoriza a absoluta diversidade de situações vivenciadas pelas mulheres, e “reconhece que algumas enfrentam barreiras especiais que dificultam sua participação em pé de igualdade na sociedade” A atuação dos movimentos feministas influenciou inquestionavelmente na

revisão legislativa a respeito das mulheres ao redor do mundo. A mudança de paradigma tem como importante marco as conferências mundiais sobre a mulher, realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) também já garantia legalmente o acesso de todas as pessoas às liberdades e aos direitos instituídos, independentemente do sexo, entre outros marcadores sociais de diferença. Em seu parágrafo 18, a Declaração traz que:

Os Direitos Humanos das mulheres e das crianças do sexo feminino constituem uma parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais. A participação plena e igual das mulheres na vida política, civil, econômica, social e cultural, a nível nacional, regional e internacional, e a erradicação de todas as formas de discriminação com base no sexo constituem objetivos prioritários da comunidade internacional (ONU, 1993).

O Brasil, por influência das normativas internacionais e também por pressão dos movimentos sociais internos, organizou uma extensa legislação, principalmente a partir da nova Constituição de 1988, que visava à proteção e promoção dos direitos das mulheres e à igualdade de gênero.

No Paraná, a Secretaria da Família e Desenvolvimento Social (Seds) coordena a Política da Mulher, com ações voltadas, principalmente, para a promoção social das mulheres e suas famílias, prevenção das situações de violência e pronto atendimento em casos de ameaça e violação de direitos. O trabalho é feito por meio da Coordenação de Política para Mulheres com ações articuladas que envolvem as secretarias estaduais da Saúde, Educação, Justiça, Trabalho e Direitos Humanos, Segurança Pública e

Administração Penitenciária, Agricultura e Abastecimento. Também atuam nesta Política o Sistema de Justiça: Ministério Público, Defensoria Pública e Poder Judiciário.

Em 2013, o Paraná renovou a adesão ao Pacto nacional para Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres, que tem como objetivo prevenir e enfrentar todas as formas de violações de direitos. Desde então, o Governo do Paraná fortaleceu as políticas públicas para as mulheres, que resultaram na criação do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher e no Plano Estadual de Políticas para as Mulheres. A Lei que instituiu o Conselho foi sancionada em 2013 (Lei 17.504). Até então, o Conselho existia, mas regulamentado apenas por decreto.

No ano seguinte, em 2014, foi aprovado o Plano Estadual de Políticas Públicas para Mulheres, que nasceu da mobilização de milhares de mulheres que participaram das conferências municipais e estadual. Ali estão as metas, parcerias, prazos e indicações orçamentárias para direcionar o governo na formulação de políticas públicas para transformar a realidade das paranaenses em todas as áreas.

#### **4.11.4 - DIREITOS DA CRIANÇA**

O Estatuto da criança e do adolescente (ECA) é um documento que reúne as leis específicas que asseguram os direitos e deveres de crianças e adolescentes aqui no Brasil. Ele nasce da luta de diversos movimentos sociais que defendem os direitos de crianças e adolescentes, já que antes do estatuto existia apenas o “Código de Menores” que tratava de punir as crianças e adolescentes consideradas infratores.

Desde 1990 com o ECA as crianças e os (as) adolescentes são reconhecidos como sujeitos de direitos e estabelece que a família, o Estado e a sociedade são responsáveis pela sua proteção, já que são pessoas que estão vivendo um período de intenso desenvolvimento físico, psicológico, moral e social.

Crianças e adolescentes são sujeitos de Direitos- Sujeitos de Direitos são pessoas que têm os seus direitos garantidos por lei.

Seus direitos devem ser tratados com prioridade absoluta - Isso quer dizer que os direitos das crianças e dos/ das adolescentes estão em primeiro lugar.

Para tudo deve ser levada em conta a condição peculiar de crianças e adolescentes serem pessoas em desenvolvimento - A criança e ao adolescente têm os mesmos direitos que uma pessoa adulta e, além disso, têm alguns direitos especiais, por estarem em desenvolvimento físico, psicológico, moral e social. As crianças e os adolescentes não conhecem todos os seus direitos e por isso não têm condições de exigir, então é muito importante que todos conheçam o ECA para que se possa conseguir uma sociedade mais justa para todos.

A Constituição Brasileira no artigo 227, também assegura a proteção integral à criança e ao adolescente:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à

educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Esses são alguns dos direitos que o estatuto garante, mas não podemos apenas pensar nos DIREITOS, temos que pensar e colocar em prática nossos COMPROMISSOS, pessoais e sociais com relação ao estatuto. Este compromisso social é uma forma de manifestar nosso respeito e solidariedade para com a comunidade que vivemos.

#### **4.11.5 EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (Lei nº9795 de 27 de abril de 1999).

A educação ambiental na escola, envolve todo o quadro de professores, funcionários e alunos, vem como um processo de reconhecimento de valores e esclarecimento de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio e aos princípios sociais e ambientais da coletividade.

Diante da problemática ambiental amplamente discutida, a escola aparece como um espaço onde o aluno dá sequência ao processo de formação de valores e socialização. O que nela é feito, dito e valorizado representa um exemplo daquilo que a sociedade deseja e aprova. Comportamentos ambientalmente corretos devem ser aprendidos na prática, no cotidiano da vida escolar, contribuindo para a formação de cidadãos responsáveis.

A educação ambiental torna-se mais urgente uma vez que, quando aplicada da forma correta, representa uma importante ferramenta transformadora da sociedade, catalisando a formação de novos valores e impulsionando o conhecimento do ser humano para várias direções - inclusive a percepção ambiente ao seu redor. Integrar programas de educação ambiental na escola possibilita a aproximação do ambiente natural ao aluno, fazendo com que este perceba que faz parte do ambiente e que deve cumprir um papel na proteção do meio em que vive.

A educação ambiental é a ação educativa permanente pela qual a comunidade educativa tem a tomada de consciência de sua realidade global, do tipo de relações que

os seres humanos estabelecem entre si e com a natureza, dos problemas derivados de ditas relações e suas causas profundas. Ela desenvolve, mediante uma prática que vincula o educando com a comunidade, valores e atitudes que promovem um comportamento dirigido a transformação superadora dessa realidade, tanto em seus aspectos naturais como sociais, desenvolvendo no educando as habilidades e atitudes necessárias para dita transformação.

A educação ambiental pode ser entendida com toda ação educativa que contribui para a formação de cidadãos conscientes da preservação do meio ambientes e aptos a tomar decisões coletivas sobre questões ambientais necessárias para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável.

As atividades de educação ambiental precisam extrapolar o âmbito escolar e promover o aprendizado e, até, a transformação de todos nós. Proteger a natureza precisa ser tarefa permanente de qualquer ser pensante e aprender a conhecê-la e respeitá-la pode levar uma vida inteira. Não há limite cronológico, em termos de educação ambiental, para que todos estejam em processo de aprendizado constante.

#### **4.11.6 ESTATUTO DO IDOSO**

O Estatuto do Idoso é uma Lei Federal, de nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, isto é, uma Lei Orgânica do Estado Brasileiro destinada a regulamentar os direitos assegurados

Para esclarecimento amplo, o Estatuto do Idoso é o resultado final do trabalho de várias entidades voltadas para a defesa dos direitos dos idosos no Brasil, entre as quais sempre se destacou a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia e também de profissionais das áreas da saúde, direitos humanos e assistência social, além de parlamentares do Congresso Nacional.

O documento, vigente desde janeiro de 2004, veio ampliar direitos que já estavam previstos em outra Lei Federal, de nº 8842, de 04 janeiro de 1994 e também na Constituição Federal de 1988 e dessa forma se consolida como instrumento poderoso na defesa da cidadania dos cidadãos e cidadãs daquela faixa etária, dando-lhes ampla proteção jurídica para usufruir direitos sem depender de favores, amargurar humilhações ou simplesmente para viverem com dignidade.

Ao longo de seus 118 artigos são tratadas questões fundamentais, desde garantias prioritárias aos idosos, até aspectos relativos à transporte, passando pelos direitos à liberdade, à respeitabilidade e à vida, além de especificar as funções das entidades de atendimento à categoria, discorrer sobre as questões de educação, cultura, esporte e lazer, dos direitos à saúde através do SUS, da garantia ao alimento, da profissionalização e do trabalho, da previdência social, dos crimes contra eles e da habitação, tanto em ações por parte do Estado, como da sociedade. Cada uma dessas questões tem um tratamento minucioso, mas fazendo uma síntese, os aspectos mais significativos são os seguintes:

a) Nas aposentadorias, reajuste dos benefícios na mesma data do reajuste do salário mínimo, porém com percentual definido em regulamento; a idade para requerer o salário mínimo estipulado pela Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS cai de 67 para 65 anos;

b) Assegura desconto de pelo menos 50% nas atividades culturais, de lazer e esportivas, além da gratuidade nos transportes coletivos públicos;

c) No caso do transporte coletivo intermunicipal e interestadual, ficam reservadas duas vagas gratuitas por veículo para idosos com renda igual ou inferior a dois salários mínimos e desconto de 50% para os idosos da mesma renda que excedam essa reserva;

d) Prioridade na tramitação dos processos e procedimentos dos atos e diligência judiciais nos quais pessoas acima de 60 anos figurem como intervenientes;

e) Os meios de comunicação também deverão manter espaços ou horários especiais voltados para o público idoso, com finalidade educativa, informativa, artística e cultural sobre o envelhecimento;

f) Os currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal deverão prever conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, a fim de contribuir para a eliminação do preconceito, sendo que o poder público deverá apoiar a criação de universidade aberta para pessoas idosas e incentivar a publicação de livros e periódicos em padrão editorial que facilite a leitura;

g) Quanto aos planos de saúde, a lei veda a discriminação do idoso com a cobrança de valores diferenciados em razão da idade, determinando ainda ao poder público o fornecimento gratuito de medicamentos, assim como prótese e outros recursos relativamente ao tratamento, habilitação ou reabilitação;



h) O idoso terá prioridade para a compra de moradia nos programas habitacionais, mediante a reserva de 3% das unidades, sendo prevista, ainda, a implantação de equipamentos urbanos e comunitários voltados para essa faixa etária.

De acordo com art.2º, o idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes a pessoa humana sem prejuízo da proteção integral de que trata essa Lei, assegurando-se lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades para prevenção para prevenção de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

#### **4.11.7 PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS**

O consumo de drogas cresce consideravelmente a cada dia, pois ela não escolhe religião ou nível social; está presente em todos os lugares e realidades desde muito tempo. Esse aumento pode ser atribuído a vários fatores, principalmente aos que se referem na forma em que é transmitida a informação sobre a droga e quem a recebe. A prevenção do uso indevido de drogas é fundamental para a sensibilização sobre os riscos e perigos causados por elas. As ações de prevenção ao uso de drogas nas escolas não deveriam ser isoladas ou tratadas fora do contexto de uma prática pedagógica.

O papel da escola é de formar cidadãos participativos e capazes de analisar o que é bom ou não para si, de fazer suas escolhas se o assunto lhe é questionado e de refletir se com isso afetará ou não a vida de outras pessoas, tal assunto não foge do contexto escolar. Trabalhar formas de prevenção nas escolas ao se tratar de assunto relacionado às drogas (licitas/ilícitas), de uma maneira que venha a contribuir com informações necessárias a serem passadas a nossos alunos, instituição e sociedade em si; é uma maneira de sensibilizá-los em um ambiente próprio.

A escola é parte da sociedade, por isso a importância de se desenvolver tal assunto neste ambiente, este texto vem como intuito de contribuir e se fazer refletir sobre o que está se fazendo com o assunto “drogas” nas escolas e como podemos auxiliar nossas crianças na sua formação enquanto sujeitos. Mostrando que prevenção é o caminho necessário para se coibir o uso/consumo de drogas.

Em virtude dos problemas de saúde e violência que encontramos na sociedade, relacionados em grande medida ao consumo de drogas, e as dificuldades em debater tal

assunto em relação à prevenção e ao consumo, que não é uma tarefa fácil. Porém é de fundamental importância nas instituições escolares.

Devemos trabalhar o tema de uma forma que auxilie nossas instituições; pois nossas crianças estão vivendo em uma sociedade que as drogas estão presentes e por falta de melhores informações adequadas a este público os riscos são diários de se tornarem mais um usuário (a). É necessário termos uma visão inovadora e desenvolver tal tema de uma forma mais pedagógica e dentro de um ambiente apropriado para nossos alunos. Surge neste contexto à necessidade de se olhar de frente esta situação e de se propor a solucioná-la, buscando iniciativas da comunidade docente para envolver essas crianças.

A escola é o lugar idôneo para um trabalho educacional de prevenção do uso de drogas, pois quem compõe a escola são pessoas, e estas podem ou não ter idoneidade, por isso à escola tem um papel básico no processo educativo para as crianças, e isso só vem dar ênfase na necessidade de se trabalhar a prevenção às drogas no ambiente educacional.

É necessário repensarmos e refletirmos sobre o tema em questão em nossa realidade, pois muitas crianças se aproximam das drogas devido à má informação, do fácil acesso a elas, da insatisfação com a qualidade de vida, porque tem uma personalidade vulnerável e até mesmo uma saúde deficiente.

A escola “é” o melhor lugar para se debater este assunto, por ter a possibilidade de acesso às crianças.

O mundo das drogas tem seu contexto e este modifica toda uma vida e pessoa, por isso há necessidade de se pensar em se fazer prevenção. Nossa realidade nos faz refletir sobre esse mundo em que cada dia, mais crianças e adolescentes à procura: faz-nos refletir nossos valores, a qualidade de vida, o preconceito e a educação.

Ao trabalharmos a educação preventiva, não devemos deixar que este se restrinja à sala de aula, mas que seja passado a toda instituição, família e sociedade, visto que este é um problema social e merece ser mais debatido.

Tudo isso nos faz perceber que não tem como continuarmos com ideias pré - concebidas em relação a drogas, nem achar que tal assunto por si mesmo conseguirá elaborar uma redescoberta. Pensamentos assim não levarão a lugar algum, e deixar esse assunto imóvel, como se fosse algo no qual não pudéssemos tocar de nada adiantará.

Prevenção e diálogo devem andar juntos, e que ainda são considerados os melhores caminhos para se evitar danos futuros.

Enfim, trabalhar ou discutir a prevenção de drogas não é uma tarefa fácil, porém necessária; quebrar barreiras, tabus e ideias pré – concebidas, é o primeiro passo, trazer novos conhecimentos e informações certas aos nossos alunos é o primordial, o que resta é entender, melhorar e buscar novas iniciativas sempre.

#### 4.11.8- EDUCAÇÃO FISCAL/EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA

Educação Fiscal é um conjunto de ações educativas que visa mobilizar o cidadão para a compreensão da função socioeconômica dos tributos e sua conversão em benefícios para a sociedade, bem como entender o papel do Estado e sua capacidade de financiar as atividades essenciais, o funcionamento da administração pública e o papel cooperativo do cidadão.

O objetivo da Educação Fiscal é formar cidadãos capazes de compreender a função social dos tributos; entender a importância de acompanhar a aplicação dos recursos públicos; estar motivado para o exercício da cidadania plena.

Nesse contexto, a escola tem um papel fundamental na garantia de um futuro sustentável para todos, pois, ao educar seus estudantes, tem a oportunidade de formar cidadãos críticos, dotados de condições que permitam entender os contextos históricos, sociais e econômicos; conscientes, responsáveis; com uma visão global; capazes de intervir e modificar a realidade social. Assim, a Educação Fiscal deve ser trabalhada de forma transversal, perpassando por todos os componentes curriculares; as ações educativas devem ser desenvolvidas na promoção da cidadania e dos interesses coletivos, construindo valores e indivíduos socialmente responsáveis, voltados para a justiça fiscal, com vista ao bem comum, à melhoria da qualidade de vida e à sustentabilidade da democracia.

A Educação Tributária é fundamental na formação de **qualquer cidadão**, pois visa prepará-lo para as mais diversas situações do cotidiano. Com ela, é adquirido o conhecimento necessário para mudar sua realidade, tendo consciência da complexidade do sistema tributário de nosso país. A educação pode influir, portanto, para a melhora de nossa sociedade.

A tributação deve ser compreendida como uma forma de promover a cooperação, através da atuação estatal, para melhoria de várias áreas sociais, como saúde, educação e segurança. Entender onde nosso dinheiro está sendo gasto e conseguir ler uma lei orçamentária, são alguns dos exemplos dos benefícios da Educação Tributária.

Entender um intrincado sistema de normas, que muitas vezes seguem em caminhos contrários, demandam um entendimento profundo da matéria,

Hoje a educação tributária vai muito além de um saber fazer um tributário ou prestar contas à Receita Federal.

#### **4.11.9- GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL**

A diversidade sexual e de gênero (DSG), ou simplesmente diversidade sexual, é um termo usado para referir-se de maneira inclusiva a toda a diversidade de sexos, orientações sexuais, identidades e expressões de gênero sem necessidade de especificar cada uma das identidades que compreendem esta pluralidade.

A sociedade brasileira tem um histórico de desigualdade social cujo padrão de desenvolvimento excludente é notório. Antes do século XX, as políticas de desenvolvimento social brasileiras, inclusive as referentes ao campo da educação, estavam direcionadas ao desenvolvimento das cidades, cuja matriz cultural era voltada às questões políticas e econômicas, gerando, portanto, a marginalização de grupos específicos que não se enquadravam nos padrões culturais da época. Dessa forma, as discriminações em relação à raça, à etnia, a gênero, à orientação sexual, entre outras tantas manifestações de ser e estar no mundo, tornam-se ferramentas de poder que colocam à margem e negam aos indivíduos o direito de cidadania.

Sabe-se que a escola, enquanto instituição responsável pela transmissão do patrimônio cultural da humanidade possui um papel relevante na socialização dos saberes e das práticas relacionadas à diversidade promovendo ações que façam com que não haja discriminação na escola, onde o princípio da equidade seja considerado.

#### **4.11.10 - COMBATE A VIOLÊNCIA**

As mais variadas formas de violência podem ser manifestadas no ambiente escolar, tornando seu enfrentamento um grande desafio. Cabe à escola, portanto, realizar trabalhos pedagógicos preventivos e de enfrentamento às violências.

Lembre-se: todas as pessoas que atuam na escola e que têm contato direto ou indireto com crianças e adolescentes possuem a responsabilidade de identificar os sinais de violência e realizar os devidos atendimentos. A violência é um problema social e de saúde pública que atinge todas as etnias, religiões, escolaridade e classes sociais. É uma violação de direitos humanos e liberdades fundamentais. Por isso este tipo de violência não pode ser ignorado ou disfarçado. Precisa ser denunciado por toda a sociedade.

A violência pode se manifestar de várias formas, com diferentes graus de gravidade. Geralmente, com episódios repetitivos e que na maior parte das vezes, costuma ficar encobertos pelo Silêncio. Não se deve fechar os olhos para o papel social da escola, para a sua influência na vida do homem e na construção do meio social, pois a mesma deve estar contextualizada com a realidade. O papel da escola é aprimorar os conhecimentos e as regras que o aluno traz, organizá-las e sistematizá-las de forma que o aluno perceba a necessidade e o sentido das mesmas.

Nos últimos anos muito se tem falado de violência, até porque esta passou a fazer parte do nosso cotidiano, o que explica o interesse em discuti-la. Esta motivação é comprovada em pesquisa realizada recentemente pelos meios de comunicação, sobre os problemas que mais inquietam a população. A violência, entre outros, foi destacada por pessoas de diferentes camadas sociais, como um dos principais problemas, principalmente aquela que atinge a vida e a integridade física dos indivíduos.

No entanto estudos, como os já mencionados, revelam que construindo mecanismos de prevenção e combate à violência é possível reverter esse quadro. Contudo, é fundamental construir uma visão crítica sobre o assunto a partir do conhecimento profundo das raízes e da verdadeira dimensão da violência. O projeto prevenção e enfrentamento da violência no ambiente escolar realizado na escola encontra-se em anexo.

#### **4.11.11 - EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO**

Para que todos possam transitar com tranquilidade e segurança nas vias urbanas, atualmente, o Brasil conta com uma Lei Federal, que regulamenta o trânsito de veículos e pedestres: o Código Nacional de Trânsito. Nele, podemos encontrar normas de circulação e conduta para que todos possam ir e vir com segurança e sem conflitos.

Os ensinamentos sobre educação no trânsito devem começar na educação infantil e assim dar continuidade nas séries iniciais, aliando a teoria e prática. As crianças devem ser orientadas a ter um comportamento adequado em relação à segurança necessária nas vias públicas, tanto na condição de pedestre quanto na de passageiro. Aqueles que usam bicicletas, skates, patins e patinetes devem aprender que existem faixas para ciclistas e outros lugares apropriados e seguros para a diversão, que excluem as vias públicas.

Também não devem se esquecer de usar equipamentos de proteção e segurança.

Educação no trânsito para formar adultos responsáveis.

O Código de Trânsito orienta a forma mais adequada do pedestre circular pelas ruas, utilizando, sempre que existir, as calçadas, faixas de pedestres, passarelas, etc. Em determinadas áreas (como pontes), para que haja alguma proibição, é necessário que haja uma sinalização feita pelo órgão executivo de trânsito com circunscrição sobre a via.

Muitas vidas seriam poupadas se o causador de um acidente tivesse colocado em prática o que todos sabem: não beber antes de dirigir, revisar o veículo periodicamente, não ultrapassar em lugares proibidos e respeitar os limites de velocidade. Essas são ações geradoras de mais segurança e melhor qualidade de vida.

A educação no trânsito também está relacionada com o cultivo de hábitos saudáveis, atitudes preventivas, e com o exercício de ações mais humanas. Através da educação no trânsito dentro das escolas poderemos formar cidadãos mais conscientes e preparados para enfrentar a vida e o trânsito. A iniciativa tem por objetivo contribuir na construção de valores, como o respeito ao próximo para a proteção da vida, que é o nosso bem maior. A educação no trânsito nas escolas auxiliar, ainda, na compreensão da criança em relação aos elementos e as situações vivenciadas no trânsito.

#### **4.11.12- INCLUSÃO SOCIAL: SÍMBOLOS**

A inclusão social é um termo que vem sendo amplamente comentado nos últimos tempos, refere-se à possibilidade de dar a todas as pessoas, independentemente de suas diferenças, os mesmos direitos e oportunidades.

Além dos portadores de deficiências físicas, motoras e cognitivas, podemos considerar como parte do grupo de pessoas menos favorecidas os negros, indígenas, homossexuais, transexuais e pessoas com pouco ou nenhum recurso financeiro. Ou seja, seres humanos que, de alguma forma, saem do padrão de normalidade criado pela sociedade.

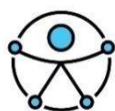
A educação inclusiva pode ser entendida como uma concepção de ensino contemporânea que tem como objetivo garantir o direito de todos à educação. Ela pressupõe a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas, contemplando, assim, as diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero dos seres humanos. Implica a transformação da cultura, das práticas e das políticas vigentes na escola e nos sistemas de ensino, de modo a garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos, sem exceção.

Os princípios da educação inclusiva são uma importante ferramenta na análise do discurso e das práticas. Os cinco princípios da educação inclusiva são:

1. Toda pessoa tem o direito de acesso à educação
2. Toda pessoa aprende
3. O processo de aprendizagem de cada pessoa é singular
4. O convívio no ambiente escolar comum beneficia todos
5. A educação inclusiva diz respeito a todos

Inclusão social é o conjunto de ações que garante a participação igualitária de todos na sociedade, independente da classe social, da condição física, da educação, do gênero, da orientação sexual, da etnia, entre outros aspectos.

Antes que as medidas de inclusão social sejam formuladas e aplicadas, é necessário observar quais são os grupos excluídos e o que deve ser melhorado para que possam estar plenamente inseridos na sociedade. A inclusão social nas escolas visa eliminar o preconceito e a discriminação, independentemente do tipo (étnica, de deficientes, de gênero, de orientação sexual, etc.).



**Unidas (ONU)**

### **Símbolo Universal de Acessibilidade da Organização das Nações**

Desenhado pela Unidade de Desenho Gráfico do Departamento de Informação Pública das Nações Unidas, em Nova York, a pedido da Divisão de Reuniões e Publicações do Departamento de Assembleia Geral e Gestão de Conferências das

Nações Unidas. Inclui a acessibilidade à informação, serviços, tecnologias de comunicação, bem como o acesso físico. O logotipo simboliza a esperança e a igualdade de acesso para todos. Ele foi revisto e selecionados pelos Grupos Focais sobre Acessibilidade, trabalhando com a ForçaTarefa Internacional sobre acessibilidade no Secretariado das Nações Unidas. **Símbolo Internacional de Acesso**

Símbolo Internacional de Acesso: A indicação de acessibilidade das edificações, do mobiliário, dos espaços e dos equipamentos urbanos deve ser feita por meio do símbolo internacional de acesso. A representação do símbolo internacional de acesso consiste em pictograma branco sobre fundo azul (referência Munsell 10B5/10 ou Pantone 2925 C). Este símbolo pode, opcionalmente, ser representado em branco e preto (pictograma branco sobre fundo preto ou pictograma preto sobre fundo branco). A figura deve estar sempre voltada para o lado direito. Nenhuma modificação, estilização ou adição deve ser feita a este símbolo.



a) Branco sobre fundo azul



b) Branco sobre fundo preto



c) Preto sobre fundo branco

## Deficiência Visual

O símbolo internacional de pessoas com deficiência visual deve indicar a existência de equipamentos, mobiliário e serviços para pessoas com deficiência visual.



a) Branco sobre fundo azul



b) Branco sobre fundo preto



c) Preto sobre fundo branco

## Símbolo da Audiodescrição



Indica a acessibilidade nos programas de televisão, exibição de vídeos e projeção de filmes de cinema.



## Símbolo do Cão-Guia



Pessoas com deficiência visual que possui o cão como um guia. Por lei, todo local deve permitir a entrada do animal.

## Símbolo do Braille



O Braille é um sistema de escrita e leitura tátil para cegos. Inventado pelo francês Louis Braille, o alfabeto, cujos caracteres são indicados por pontos em alto relevo, se tornou bastante popular e eficiente.



## Símbolo Baixa Visão

Indica pessoas que tem baixa visão quando apresenta 30% ou menos de visão no melhor olho, após todos os procedimentos clínicos, cirúrgicos e correção com

óculos comuns.

## Deficiência Auditiva



Símbolo Internacional Deficiência Auditiva: Visto em locais que oferecem acessibilidade, algum tipo de ajuda ou acesso para surdos. Também pode ser usado para identificar uma pessoa com deficiência auditiva. No Brasil, motoristas com deficiência auditiva podem usar um adesivo com esse símbolo no para-brisas do carro. O adesivo não é obrigatório, mas pode ajudar na interação com outros motoristas e autoridades.



**Símbolo Telebobina** (aro magnético): Utilizado para indicar que o local possui um sistema de aro magnético instalado. Dessa forma, basta colocar o seu aparelho no modo “T” (telecoil) e o sistema de som do ambiente será transmitido diretamente para o seu aparelho auditivo ou implante coclear. Locais com esse sistema são praticamente inexistentes no Brasil, mas em outros países é possível encontrá-lo em cinemas, teatros, igrejas, museus, trens, táxis e caixas de lojas.



**Símbolo de Sistemas de Audição Assistida:** Indica que no local há alguma forma de tecnologia que fornece acessibilidade para pessoas com deficiência auditiva, seja na forma de sistema FM, telebobina ou alguma outra opção que transmita o som diretamente para o aparelho do usuário. Por exemplo: museus que oferecem audioguias para ouvintes, também podem oferecer aparelhos portáteis especialmente para quem usa aparelho auditivo ou implante coclear. Este símbolo também pode vir acompanhado com o “T” do telecoil.



**Closed Caption** (legendas ocultas): Indica que a programação televisiva ou um vídeo possui legendas ocultas que podem ser ativadas. Esse símbolo pode ser visto em programas de TV, caixas de DVDs ou em vídeos na internet. No Brasil, todo aparelho

de TV à venda deve possuir um receptor de legendas ocultas e todos os canais abertos são obrigados a transmitir legendas em sua programação. Ainda não há legislação para vídeos na internet.



**Opened Caption** (legendas visíveis): As legendas visíveis são aquelas legendas que já vêm no vídeo e não podem ser desativadas. São as legendas que costumamos ver em filmes estrangeiros transmitidos em cinemas e canais de televisão. Também é possível encontrar esse tipo de legenda em filmes nacionais com sessões voltadas para deficientes auditivos, propaganda política ou vídeos mudos feitos para serem assistidos em ambientes públicos (como em ônibus, metrô e elevador). O símbolo em si, é raro de se ver.



**Telefone para Surdos**: Indica que o local possui um telefone para surdos ou que o serviço (um banco, por exemplo) possui um número que telefone que pode ser contatado utilizando um telefone para surdos. No Brasil existem orelhões com este aparelho, normalmente localizados em locais cobertos, como shoppings.



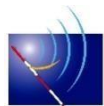
**Telefone com amplificador sonoro**: Indica que aparelho de telefone possui um controle de volume amplificado que pode ser usado por pessoas que possuem perda auditiva leve ou moderada.



**Proteção de Ouvido Obrigatória**: Esse não é um símbolo de acessibilidade, mas está totalmente relacionado com a saúde auditiva. Ele é normalmente utilizado em fábricas e canteiros de obras para indicar que o barulho ambiente é alto demais e pode provocar perda auditiva. Mesmo se você já possui perda auditiva, é indicado que você utilize protetores de ouvidos nesses locais, pois, apesar de não ouvir, o som ainda assim pode afetar seu ouvido.



**Símbolo do Intérprete de Libras:** Para profissionais que se trabalham e atuam na comunicação em Libras.



Surdocegueira

**Símbolo da Surdocegueira:** A representação do símbolo da surdocegueira para identificação da acessibilidade, consiste em um pictograma sobreposto a uma base retangular, branca e ao alto. Deve ser representado a cores ou em preto e tons de cinza sobre a base retangular branca.



**Símbolo Deficiência Intelectual:** limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, que aparecem nas habilidades conceituais, sociais e práticas, antes dos 18 anos. A pessoa com deficiência intelectual não é necessariamente considerada incapaz de exercer sua cidadania.



**Símbolo Pessoas com Nanismo:** o nanismo foi incluído na lista de deficiências físicas desde 2004. Com isso, na teoria, várias leis beneficiam e ajudam na qualidade de vida de quem convive com a condição. No entanto, o símbolo do nanismo tem pouca popularidade e menor aplicação nos centros urbanos.



**Símbolo Nacional da Pessoa Ostomizada:** o símbolo se caracteriza pela figura de uma pessoa com um curativo na barriga. Pessoas ostomizadas são aquelas que passaram por cirurgia que abre uma passagem no abdômen, chamada ostoma, para a colocação de uma bolsa coletora de fezes e urina. Em geral, o procedimento é necessário no caso de câncer no reto, no intestino grosso e na bexiga e em pessoas atingidas por perfurações nessa região.



### **Símbolo do Transtorno do Espectro Autista – TEA**

O símbolo mundial da conscientização sobre o Transtorno do Espectro Autista – TEA consiste em uma fita com peças de quebra-cabeça multicoloridas e deverá ser inserido nas placas de atendimento prioritário, conforme determina a Lei Estadual nº

16.756, de 07 de junho de 2018.

#### 4.11.13- EXIBIÇÃO DE FILMES MENSAIS NACIONAIS

No dia 26 de junho de 2014 entrou em vigor a lei nº13.006 que acrescenta um parágrafo no artigo 26 da lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), estabelecendo a obrigatoriedade da exibição de, no mínimo, 2 horas mensais de filmes de produção nacional nas escolas de Educação Básica. O projeto original que deu origem à lei partiu do senador Cristovam Buarque e aponta como objetivo que a exibição dos filmes nacionais constitua-se como componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola.

Tão interessante quanto a lei são os relatórios que foram gerados durante o processo de criação da mesma e aconselho a lerem para saber como os deputados e senadores compreendem a relação entre audiovisual e educação. Sem dúvida, os conteúdos destes relatórios são tópicos de debates para uma outra postagem, pois ali estão argumentos e definições que interferem sobremaneira na condução de uma proposta mais coesa e consistente de um projeto amplo de Educação Audiovisual.

Ao ser sancionada, a lei criou a obrigação da exibição de 2 horas de filmes nacionais na Educação Básica integrada à proposta pedagógica da escola. Ponto. Esta é a lei... Ela é pontual, direta... E este caráter faz com que achemos e nos mexamos para resolver um problema que a lei trouxe. Que loucura! Não há uma proposta mais ampla que compreenda os filmes nacionais, ou melhor, assistir os filmes nacionais como sendo parte de um processo muito mais complexo e urgente de Educação Audiovisual.

A lei serve para levantar este debate e não para encerrá-lo. Como se dará a formação de docentes para trabalhar com o audiovisual integrado em uma proposta pedagógica? Como constituir currículos que compreenda o audiovisual como uma linguagem em diálogo com outras áreas do conhecimento? Como compreender o universo audiovisual que os e as estudantes já trazem para escola no seu processo contínuo de formação? Como articular escola, comunidade e audiovisual com as questões presentes na contemporaneidade?

Como suprir a infraestrutura básica para uma exibição audiovisual na escola?

Estas são algumas questões que nos mostram o quão amplo este debate é e precisa ser. A exibição de filmes nas escolas não pode ser mais um evento que sirva para preencher horários ou como recurso punitivo. Há uma pluralidade pedagógica

neste evento que precisa ser pensado, planejado e executado e que permite contribuir com a construção de uma alfabetização crítica dos meios que utilizam os recursos audiovisuais: cinema, televisão, internet, etc.

É possível levantarmos uma infinidade de atividades que podemos realizar com o audiovisual nas escolas. Isto é importante, mas não podemos ficar só nisso... As atividades são importantes desde que sejam pensadas e articuladas com uma proposta pedagógica mais ampla. É preciso caminhar: agindo e pensando... construindo e transformando...

Novas relações e linguagens desafiam os profissionais da educação a pensar na vocação multicultural da escola, no sentido de promover o diálogo entre as diferentes gerações e os diversos padrões culturais nela presentes.

Em sua análise, indicou três fatores que apontam um novo lugar para a escola: a cultura digital, que vem criando uma escola sem muros, na qual o estudante é produtor de conhecimento e a linguagem audiovisual assume importância; a existência de outros 1 Os textos destacados em itálico correspondem às falas da entrevista concedida por este secretário, em Brasília, em 14/08/2013. XVIII ENDIPE Didática e Prática de Ensino no contexto político contemporâneo: cenas da Educação Brasileira ISSN 2177-336X 7786 9 ambientes educativos fora da escola.

#### **4.11.14 - SEGURANÇA E SAÚDE**

A Lei Federal nº 12.645 de 16 de maio de 2012 instituiu 10 de Outubro como o Dia Nacional da Segurança e Saúde nas Escolas, ou seja, estabeleceu um dia a ser dedicado ao tratamento dessa temática no ambiente escolar. Tradicionalmente, as expressões segurança e saúde vêm sendo empregadas em conjunto para designar uma problemática associada ao mundo do trabalho, com pouca inserção na realidade escolar. Cada vez mais, no entanto, percebe-se que o desafio de promover a segurança e a saúde dos trabalhadores precisa ganhar novas dimensões e ser estendido a outros agentes, uma vez que as ações convencionais não estão conseguindo promover suficientemente a saúde e a segurança dos trabalhadores.

O Dia Nacional da Segurança e Saúde nas escolas foi instituído justamente para promover essa aproximação entre a escola e o mundo da segurança e saúde do trabalhador. Sabe-se o quanto é importante que a problemática da segurança e

saúde do trabalhador não se restrinja ao mundo do trabalho, mas passe a ser incorporada o mais cedo possível no cotidiano dos nossos alunos, pois esperar que eles cheguem ao mundo do trabalho para, somente depois disso terem contato com a questão da segurança e saúde no trabalho não é o melhor caminho, uma vez que pode não haver tempo para que isso aconteça, conforme demonstram as estatísticas.

Educar para a cidadania é uma das principais funções sociais da escola, e ter consciência disso implica em reconhecer quão ampla e complexa é sua tarefa. Em meio à diversidade de temas e situações educativas que devem compor o percurso de formação para – e pela cidadania –, as questões referentes ao mundo do trabalho certamente não podem ficar de fora, especialmente as que se relacionam à Saúde e à Segurança de quem trabalha, isto é, dos trabalhadores.

A Educação, assim como a saúde, a segurança e o trabalho são direitos constitucionais. A legislação educacional que faz ecoar em suas linhas a voz e o ideal de toda uma tradição de educadores brasileiros dá amparo a uma formação que prepare o educando para o exercício da cidadania e para o trabalho de modo pleno. O tipo de nação que queremos para nós é uma nação esclarecida, crítica e que respeite a vida e a dignidade de seus cidadãos os quais, por definição, se compõe também de trabalhadores, estejam eles já formados e/ou em processo de formação, o que faz destes cidadãos em potencial. Isso significa dizer que não basta falar em Segurança e Saúde dos Trabalhadores, é preciso praticá-la, incorporá-la à vida como um valor.

#### **4.11.15 - LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA E CRENÇA**

Quando falamos em uma sociedade mais justa e igualitária, quando falamos em democracia, não temos como ignorar o livre exercício de crença de cada cidadão. A liberdade religiosa é garantida pela Constituição de 1988 e está descrita no artigo 5º, que possui 77 incisos sobre os direitos fundamentais garantidos aos cidadãos. Nesse texto falaremos sobre o inciso VI, que trata da liberdade de consciência e de crença. Esse direito é relevante a todos no país, tanto para aqueles que possuem uma religião e exercem sua crença, quanto para os que não têm religião.

O artigo 5º, em seu sexto inciso, afirma que:

*“Inciso VI – é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.”*

Esse inciso garante que todos os brasileiros e estrangeiros que moram no Brasil são livres para escolher sua religião, praticar e professar sua crença e fé, seja num ambiente doméstico ou em um lugar público.

Isso significa que os governos não podem agir no sentido de obrigar as pessoas a adotarem uma ou outra religião ou de proibir os cidadãos de seguirem uma crença e participarem de cultos, por exemplo. Assim, os brasileiros e estrangeiros que se encontrem no território nacional, devem ter a liberdade de escolher se serão católicos, evangélicos, umbandistas, espíritas ou adeptos de qualquer outra religiosidade.

E é claro, também é um direito de todos optar por não seguir uma religião se assim desejarem. A Constituição de 1988, ao garantir a liberdade de consciência, além de prever a liberdade para as pessoas escolherem sua religião e exercerem a sua fé, garantiu também o direito de não ter religião ou de ter convicções filosóficas que não estejam vinculadas à alguma religião.

A LEI, publicada no Diário Oficial de 4 de janeiro, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. De acordo com a Lei nº 13.796, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional passa a vigorar com o acréscimo do artigo 7º-A, que fixa, em virtude de escusa de consciência, prestações alternativas à aplicação de provas e à frequência a aulas realizadas em dia de guarda religiosa.

O novo artigo assegura ao aluno regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada, de qualquer nível, no exercício da liberdade de consciência e de crença, o direito de, mediante prévio e motivado requerimento, ausentar-se de prova ou de aula marcada para dia em que, segundo os preceitos de sua religião, seja vedado o exercício de tais atividades.

#### **4.11.16 - PREVENÇÃO DE GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA**

Foi sancionada a Lei nº 13.798 03 de janeiro de que acrescenta ao da Criança e do de 2019, Estatuto



Adolescente (Lei 8.069/1990) artigo instituindo a data de 1º de fevereiro para início da Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência. Segundo a lei, nesse período, atividades de cunho preventivo e educativo deverão ser conjuntamente pelo poder público e por organizações da sociedade civil. desenvolvidas

Esta é uma medida importantíssima, uma vez que a gravidez na adolescência envolve muito mais do que problemas físicos, mas também problemas emocionais e sociais.

No Brasil, a taxa de gravidez na adolescência é ainda maior que a média mundial, de cada mil adolescentes de 15 a 19 anos, 62 tiveram um parto. Os partos de mães adolescentes correspondem a 16,4% dos partos que ocorrem no país, ou seja, de cada 6 crianças que nascem no Brasil, uma é filha de mãe adolescente. É importante observar que esses números mostram apenas as gestações que resultaram em partos de nascidos vivos. Além disso, um terço das adolescentes brasileiras voltam a engravidar dentro de 12 meses do último parto, o que é preocupante já que o tempo mínimo recomendado para uma nova gravidez é de 18 meses após o parto para garantir menores riscos à saúde da mulher e do recém-nascido. Para completar este panorama, a maior parte desses partos não foram planejados ou desejados.

A gravidez pode ter consequências imediatas e duradouras para a saúde, a educação e o potencial de geração de renda de uma adolescente. A gestação na adolescência está associada a maiores riscos de partos prematuros, de recém-nascidos com baixo peso, de eclampsia, de transtornos mentais (como a depressão) e de morte devido a complicações decorrentes de abortos inseguros ou da gravidez e do parto. Esses riscos dependem da idade da adolescente (maior risco em adolescentes menores de 15 anos), do nível socioeconômico da adolescente (quando mais pobre e com menor rede de suporte, maior o risco), do acesso aos serviços de saúde e da condição de saúde da adolescente.

Apesar dos riscos à saúde causados por uma gestação na adolescência, os maiores riscos são os sociais e econômicos. Além disto, a gravidez precoce está associada a um maior risco de abandono escolar e perda de oportunidades de empregos, aumentando o risco de perpetuação do ciclo da pobreza.

#### **4.11.17 - SEXUALIDADE**

A finalidade do trabalho de Orientação Sexual é contribuir para que os alunos possam desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer e responsabilidade. Esse tema vincula-se ao exercício da cidadania na medida em que propõe o desenvolvimento do respeito a si e ao outro e contribui para garantir direitos básicos a todos, como a saúde, a informação e o conhecimento, elementos fundamentais para a formação de cidadãos responsáveis e conscientes de suas capacidades.

Escola entende que a educação para a sexualidade deve estar presente no PPP, pois a inserção dessas temáticas nesse documento possibilita que as questões de corpos, gêneros e sexualidades tornem-se institucionais, e sejam entendidas como temáticas que devem ser discutidas de forma permanente e sistemática, sendo responsabilidade de toda a comunidade escolar, constituindo-se como um componente curricular, e não atribuição de apenas um/a ou outro/a profissional da escola. Um trabalho contínuo e político permite que a escola faça o contraponto, reflita, discuta e desestabilize alguns modelos hegemônicos referentes às temáticas de corpos, gêneros e sexualidades, tais como: a masculinidade, a heterossexualidade, a criança inocente e assexuada, a família nuclear, entre tantos outros, presentes na sociedade.

Deste modo, entendemos que essas questões não devem estar às margens do currículo escolar, nem trabalhadas de maneira pontual nas escolas, mas que elas sejam entendidas como temáticas que fazem parte da sociedade e, portanto, da escola e que estejam presentes em seus Projetos Políticos Pedagógicos, para que assim elas se constituam como temáticas que integram o currículo escolar.

#### **4.11.18 EDUCAÇÃO ALIMENTAR**

*“Educação Alimentar e Nutricional, no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, é um campo de*

*conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, Inter setorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. A prática da EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar.” Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas.*

Para fins do Programa Nacional de Alimentação Escolar, será considerada EAN o conjunto de ações formativas, de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que objetiva estimular a adoção voluntária de práticas e escolhas alimentares saudáveis, que colaborem para a aprendizagem, o estado de saúde do escolar e a qualidade de vida do indivíduo.

O objetivo dessas ações é incorporar o tema da alimentação e nutrição no contexto escolar, com ênfase na alimentação saudável e na promoção da saúde, reconhecendo a escola como um espaço propício à formação de hábitos saudáveis e à construção da cidadania, considerando que o ambiente escolar pode e deve ter função pedagógica, devendo estar inserida no contexto curricular.

Serão ações de educação alimentar e nutricional, dentre outras, aquelas que:

- Promovam a oferta de alimentação adequada e saudável na escola;
- Promovam a formação de atores;
- Articulem as políticas municipais, estaduais, distritais e federais no campo da alimentação escolar;
- Dinamizam o currículo das escolas, tendo por eixo temático a alimentação no ambiente escolar;
- Promovam metodologias inovadoras para o trabalho pedagógico;
- Favoreçam o resgate dos hábitos alimentares regionais e culturais;
- Estimulem e promovam a utilização de produtos orgânicos e/ou agroecológicos e da sócio biodiversidade;
- Estimulem o desenvolvimento de tecnologias sociais, voltadas para o campo da alimentação escolar.

Planos Nacionais com ações do FNDE:

- Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas

não

Transmissíveis no Brasil;

- Plano de Prevenção e Controle da Obesidade.

(Para referência Lei 11.947 e Resolução de 26 de junho de 2013)

#### **4.11.19 HISTÓRIA DO PARANÁ**

No início da colonização portuguesa, a região onde se situa hoje o estado do Paraná fazia parte da Capitania de Santo Amaro. Em 1539, o Paraná foi submetido a autoridade da Capitania de São Vicente. A colonização do litoral paranaense começou na segunda metade do século 16, com um pequeno povoado na ilha de Cotinga, hoje, no município de Paranaguá.

No século 17, já existiam as vilas de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais (Curitiba) e a de Paranaguá. No final daquele século descobriram-se minas de ouro, que atraíram muitos exploradores para o interior do atual Paraná. A partir de 1737, tropeiros passaram a usar o Caminho Real do Viamão, ligando a região serrana do Rio Grande do Sul a São Paulo, passando por Curitiba.

No final do século 18, após o ciclo do ouro, a atividade econômica do atual território do Paraná passou a ser dominada pela pecuária. Nessa época, a Bahia voltou a ser a capitania mais rica do Brasil. Em 1808, a Família Real chegou em Salvador.

No ano de 1822 a 1823, houve a Guerra da Independência.

No século 19, começaram a chegar grande número de imigrantes asiáticos e europeus, que se dedicaram principalmente à agricultura. Até boa parte do século 19, o Caminho do Itupeva era a principal ligação do litoral com o alto planalto paranaense. Em

1830, o baiano José Carlos Pereira de Almeida Torres, então presidente da Província de São Paulo, ordenou seu calçamento e outras melhorias. No final do século 19, iniciou-se a construção de ferrovias no Paraná.

O Paraná tornou-se província em 19 de dezembro de 1853, pelo desmembramento da antiga comarca ligada a São Paulo. O primeiro presidente da nova província foi o Baiano Zacarias de Góes e Vasconcellos (1815-1877). O Conselheiro Zacarias foi o responsável pela instalação das instituições que fizeram funcionar o nova Província, incluindo a Assembleia. O baiano convidou Cândido

Martins Lopes, de Niterói, para instalar a Tipografia Paranaense, inaugurada em 1854, a primeira do Paraná. Zacarias também mandou construir a Estrada da Graciosa.

Nos anos seguintes, como Província, o Paraná teve lidar com a elevada criminalidade. Em seu combate, destacou-se o baiano Francisco Liberato de Mattos, presidente do Paraná, de 1857 a 1859. Mattos também promoveu a atração e a integração de colonos estrangeiros no Paraná, principalmente para apoio à lavoura. Ele também criou a linha de navegação entre Antonina e Paranaguá. Com a República, em 1889, o Paraná passou a ser um estado do Brasil.

Em 1893, eclodiu a Revolução Federalista, no Rio Grande do Sul, que se estendeu até Santa Catarina e Paraná. Os revolucionários federalistas estabeleceram sua base de operações na Ilha de Santa Catarina. Em 1894, houve o Cerco da Lapa, no Paraná. Em 11 de fevereiro, após 26 dias de brava resistência, Lapa foi tomada pelos maragatos, que seguiram para Curitiba. O governador havia se retirado da Capital Paranaense, onde os federalistas se estabeleceram até maio de 1894. Depois, foram detidos pelas tropas de Floriano Peixoto. A Revolução Federalista foi uma guerra sangrenta, pacificada pelo Baiano Galvão de Queiroz, que negociou a paz, em agosto de 1895.

No final do século 19, a erva-mate destacou-se na economia do Paraná.

De 1912 a 1915 houve a Guerra do Contestado, envolvendo a posse de territórios entre o Paraná e Santa Catarina. Em 1924, foi criada a Companhia de Terras Norte do Paraná, por ingleses, para colonização e exploração econômica da região, especialmente com a cafeicultura. Surgiram, assim, as cidades de Londrina e Maringá. Em 1943, foi criado o Território Federal do Iguaçu, com áreas do oeste dos Estados do Paraná e de Santa Catarina, mas foi extinto em 1946.

#### **4.11.20- HISTÓRICO DO MUNICÍPIO**

A colonização de nosso Município iniciou-se em 1952, com a Firma Colonizadora PINHO E TERRAS LTDA. Assumiram a gerência da firma, no perímetro urbano e suburbano, os Senhores:

Alfredo Paschoal Ruaro, Emílio Henrique Gomez e Reinaldo Antônio Biazus.

Os convites de Alfredo Paschoal Ruaro, alguns chefes de famílias provindos do Rio Grande do Sul, vieram para cá, com o objetivo de executarem serviços preliminares, os quais em 1953, trouxeram também as suas famílias.

Uma das primeiras preocupações dos imigrantes foi a construção da Igreja Católica, escolhendo como padroeiro São José Operário, cuja profissão era carpinteiro, como a maioria dos recém-chegados.

Naquela época as paróquias eram subordinadas a Foz do Iguaçu, posteriormente, com a criação de novas paróquias, a capela de Céu Azul pertenceu primeiro a Medianeira, e depois a Matelândia até 1964, quando foi instalada a paróquia local, que teve como primeiro vigário Rafael Piveta.

Em outubro de 1964, numerosas famílias de origem alemã, procedentes de Piratuba, Santa Catarina, liderados pelo Senhor Arnoldo Thrun, também vieram instalar-se em Céu Azul. Cultuavam a religião Luterana e também colaboravam muito para o desenvolvimento de Céu Azul.

Logo após chegaram as famílias Bazzo, procedentes de Joaçaba, Santa Catarina e família Gomez, vindas de Erechim, Rio Grande do Sul.

Em 1960, ficou evidente uma corrente migratória do norte do Estado e do País, os quais estabeleceram-se na parte norte do Município, atualmente Município de Vera Cruz do Oeste.

#### FAMÍLIAS PIONEIRAS:

##### 1. a) ALFREDO PASCHOAL RUARO:

Natural de São Marcos, Rio Grande do Sul, partiu de Farroupilha em 1.946, rumo ao Oeste do Paraná, tendo sob sua responsabilidade uma expedição formada por homens que com muita força de vontade iniciaram a colonização do oeste.

##### 2. b) REINALDO ANTONIO BIAZUS:

Natural de Flores da Cunha, Rio Grande do Sul, chegou ao Oeste em 1.952, fixando-se em Céu Azul, trabalhando junto a Colonizadora Pinho e Terras LTDA, exercendo a função de diretor da área rural. Trabalhou na colonizadora durante 08 anos, após foi diretor da Empresa Oeste LTDA, seguindo depois para o trabalho com a extração de madeira, comércio e ferragens.

##### 3. c) SERAPHINO FRANCISCO BERNARDI:

Chegou em Céu Azul em 1953, inicialmente dedicou-se à indústria de móveis, sendo o primeiro industrial, passou posteriormente a serraria e beneficiamento de madeira. 4. d) ÂNGELO ROMBALDI:

Nascido a 3 de maio de 1907 em Farroupilha, Rio Grande do Sul, chegou ao oeste no início da colonização, integrou-se à Colonizadora Pinho & Terras LTDA, como carpinteiro, construiu parte das casas dos colonizadores e posteriormente foi proprietário do 1º Hotel de Céu Azul.

5. e) EMÍLIO HENRIQUE GOMEZ:

Nascido em 4 de abril de 1923, Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, estudou até o grau médio em Erechim - RS. Fixou residência em Céu Azul, assumindo a função de gerente industrial da OLEOLAR S/A, que estava iniciando. Deixou a Empresa para candidatar-se Prefeito do recém-criado município de Céu Azul. Cumpriu seu mandato no período de 1968 a 1972, foi o primeiro Prefeito de Céu Azul.

6. f) ÂNGELO COLOMBO:

Nascido a 22 de janeiro de 1922, em Monte Negro - RS, próximo a cidade de Farroupilha. Casado com Odila Maino Colombo, teve quatro filhos: Ana, João, Vito e Laí. Chegou em Céu Azul em 06 de junho de 1953 com a sua família, juntamente com a família de Ângelo Rombaldi e Olvindo Sebben. g) OLVINDO ANTONIO SEBBEN:

Nascido a 19 de setembro de 1909, em Farroupilha - RS. Casado com Anna Santa Sebben chegou a Céu Azul em 1953, junto com as famílias Colombo e Tomazzi, a convite de Alfredo Paschoal Ruaro, exercendo a função de carpinteiro na construção das primeiras moradias para seus familiares e futuros moradores.

Inicialmente havia facções que defendiam os nomes “Ivete” e “Ibiapó”. Mas os primeiros moradores que armaram o seu acampamento no morro, onde está localizada atualmente a Matriz, observaram o céu nitidamente limpo e visível, apresentando um azul celeste e, pelo lado do Parque um azul escuro, formando assim uma bela paisagem vespertina, resolveram então, denominar este lugar de Céu Azul, cujo nome permanece até hoje.

O Município de Céu Azul foi criado pela Lei Estadual nº 5.407, publicada em 08 de outubro de 1966, desmembrado do município de Matelândia: porém só foi instalado

em 22 de dezembro de 1968, por força da Lei Estadual nº 5.882 de 4 de dezembro de 1968.

#### **4.12 - COMPOSIÇÃO E FUNÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR (CAMU)**

A escola deve ter uma ação conjunta com os educadores diante daqueles alunos que em algum período do processo de ensino apresentar alguma forma de dificuldade de aprendizagem.

E referindo-se aos alunos com defasagem na aprendizagem escolar a lei 9394/96 no seu inciso V do artigo 12, recomenda aos estabelecimentos de ensino “prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento”, e aos docentes “zelar pela aprendizagem dos alunos” (inciso III do artigo 13).

Esses dois parâmetros legais permitem ao estabelecimento de ensino a verificação e reconhecimento de que nem todos os alunos possuem a mesma condição para a aprendizagem, onde a inferência de fatores como a carência física, psicologia, cognitiva, afetiva, muitas vezes decorrentes do meio socioeconômico familiar impedem muitas vezes que estes tenham o mesmo desenvolvimento escolar num determinado tempo, do que a maioria de seus colegas.

Sendo assim, a recuperação constitui-se parte integrante dos processos de ensino e de aprendizagem cabendo a escola a garantir a todos os seus alunos oportunidades de aprendizagem, redirecionando metodologias diversificadas de modo que as dificuldades diagnosticadas sejam superadas.

Como parceiro neste processo, a escola conta com o Centro de atendimento Multidisciplinar – CAMU, onde objetivo do referido centro é desenvolver um trabalho voltado aos alunos que apresentam dificuldades ou comprometimento associado a aprendizagem, considerando sua totalidade; e que concomitante são realizados atendimentos à comunidade escolar em diversos aspectos que são inerentes às práticas dos profissionais que ali atuam.



As solicitações para atendimento são realizadas através de fichas de encaminhamentos para a intervenção profissional, sendo estas preenchidas pela instituição de ensino, onde posteriormente os técnicos procedem à avaliação dos casos e a inclusão e iniciação aos atendimentos necessários sendo psicológico, fonoaudiólogo, psicopedagógico, nutricional e social, sendo estas atividades realizadas em período de contra turno escolar.

Com a integração de um trabalho colaborativo entre professor e técnicos, objetivase direcionar práticas enriquecedoras que fundamentem um trabalho voltado especificamente a necessidade educacional do aluno em questão, buscando resgatar sua defasagem escolar.

A equipe multidisciplinar é composta pelas técnicas na área da Psicologia, Psicopedagoga, Fonoaudióloga e Nutricionista, as quais atendem no Centro de Atendimento Multidisciplinar – CAMU.

NOME	FUNÇÃO	FORMAÇÃO
Fernanda Rotta	Assessora Pedagógica	<input type="checkbox"/> Pedagogia <input type="checkbox"/> Psicologia
Marceli Cristina Ribeiro	Psicopedagoga	<input type="checkbox"/> Pedagogia
Karla Baittinger	Fonoaudióloga	<input type="checkbox"/> Fonoaudiologia
Jane Maria Bresolin	Psicóloga	<input type="checkbox"/> Psicologia

#### 4.13 – LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA

A Língua Estrangeira Moderna, ou seja, um idioma não falado pela população local, pode ser ensinada de diversas formas. O termo "estrangeiro (a)" provém da palavra francesa *étranger*, cuja origem deriva do latim *extraneus* e desde a sua origem etimológica significa "o que é de fora, desconhecido, não familiar", sendo importante levá-lo em consideração a fim de entendermos os matizes do conceito de língua estrangeira.

Desse modo, uma língua estrangeira é uma língua que não é a materna de uma pessoa, que deve aprendê-la a fim de obter certo domínio sobre a mesma – o que pode ser feito de diferentes modos: pela via escolar, através de cursos e

estágios, por meio de manuais, métodos multimídia ou por imersão linguística, entre outros.

A instituição em questão não oferta nenhum ensino de Língua Estrangeira Moderna.

## 5. AVALIAÇÃO

### 5.1- PLANO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional inclui o saber posicionar-se, decorrente de contínuas experiências de participação em momentos coletivos entre todos os envolvidos no processo de ensino. Também, da possibilidade de adesão e efetiva participação dos professores numa análise mais aprofundada sobre o trabalho da escola, o estabelecimento de metas e o planejamento de ações para a superação de situações que fazem parte do cotidiano escolar.

A avaliação institucional, no entanto, destina-se à avaliação de instituições (como a escola e o sistema educacional), políticas e projetos, tendo atenção centralizada em processos, relações, decisões e resultados das ações de uma instituição ou do sistema educacional como um todo. Nesse sentido, para ser completa, a avaliação institucional contempla e incorpora os resultados da avaliação educacional.

Podemos concluir que a avaliação da aprendizagem é voltada para o acompanhamento do desenvolvimento global dos alunos, com caráter fundamentalmente formativo, considerando-se os diversos aspectos da aprendizagem (cognitivo, social, afetivo, psicomotor, entre outros) num contexto de permanente transformação social. Já a avaliação institucional, que também apresenta caráter formativo, “está voltada para compreender a escola ou o sistema educacional como espaço vivo, integrado por sujeitos ativos e participantes, na busca de transformação de si mesmo e da sociedade como um todo.

A avaliação institucional da escola é realizada trimestralmente onde é enviado um bilhete aos pais com um questionário para os pais responderem, pois, ao avaliar

a escola, perceber-se que a mesma não está contemplando o que sugere o documento, este deverá ser reestruturado. Em nossa escola temos uma comissão de avaliação de desempenho dos professores e gestores que nela atuam, os itens a serem observados e avaliados estão em normativas e no Decreto nº 5.631/2019 e Decreto nº 003/2019 pois Gestão Democrática inclui participação da comunidade. Ainda neste quesito o gestor passará por consulta à comunidade, para avaliação do processo de gestão da escola, após seu primeiro ano de mandato. Questionário em anexo.

## **5.2 PLANO DE AÇÃO**

O ato de planejar ações, em todos os contextos, deve ser realizado de forma sistematizada e com objetivos bem definidos, pois é a partir do delineamento das metas que poderemos chegar aos resultados esperados. É o Plano de Ação da escola que norteia a atuação de toda a comunidade escolar e concretiza a gestão democrática.

Considerando que a organização do trabalho pedagógico implica novas práticas de ensino, o Centro Municipal de Educação Infantil Santa Clara entende que é preciso desencadear ações para a realização de uma prática pedagógica direcionada para trabalhar as dificuldades apontadas pela comunidade escolar, tendo como meta principal a qualidade do processo ensino-aprendizagem e o desenvolvimento do aluno.

Plano de ação desta instituição encontra-se em anexo.

## **5.3 AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO:**

Avaliar é um meio de rever e refletir a nossa prática. O projeto político pedagógico do CEMEI Santa Clara será avaliado pela Associação de Pais, Professores e Funcionários (APPF), Conselho Escolar, Direção e Coordenação Pedagógica através de discussões e reflexões das práticas pedagógicas, no decorrer do ano visando e assegurando o sucesso da aprendizagem escolar e pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED), periodicamente.

## 6. BIBLIOGRAFIA

**FREIRE**, Paulo. Política e educação. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2000(b).

**LDB**, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996.

**KARNAL**, Leandro (org.). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2004.

**SAVIANI**, Nereide. Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico. Campinas: Autores Associados, 2000.

**MIRANDA**, Jorge. Manual de Direito Constitucional. 2. ed. rev. ampla. Coimbra: Coimbra Ed., 1993. v. 4.

Constituição Federal 1988  
[www.metasocial.org.br](http://www.metasocial.org.br) [www.nacoesunidas.org](http://www.nacoesunidas.org)  
[www.dhnet.org.br](http://www.dhnet.org.br)

**FREIRE**, Paulo. Política e educação. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2000(b).

**KARNAL**, Leandro (org.). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2004.

**SAVIANI**, Nereide. Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico. Campinas: Autores Associados, 2000.

**MIRANDA**, Jorge. Manual de Direito Constitucional. 2. ed. rev. ampl. Coimbra: Coimbra Ed., 1993. v. 4.

Constituição Federal 1988  
[www.metasocial.org.br](http://www.metasocial.org.br) [www.nacoesunidas.org](http://www.nacoesunidas.org)

[www.dhnet.org.br](http://www.dhnet.org.br)

O que são os direitos humanos. Disponível em <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/>, acesso em 20/06/2019.

ÀRIES, P. A **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara, 1978.

LEONTIEV, A. N. **O desenvolvimento do psiquismo**. Tradução de Manuel Dias Duarte. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

MELLO, Suely Amaral. **Infância e humanização**: algumas considerações na perspectiva históricocultural.

VYGOTSKY, L. S. **Obras escogidas**. Madrid: Visor, 1995. v. 3

BRZEZINSKI, Ria. Notas sobre o currículo na formação de professores: teoria e prática. UNB, 1994.

FREIRE, Madalena. A Formação Permanente. In: Freire, Paulo: Trabalho, Comentário, Reflexão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991

LUCKESI, C. C. Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições, 14 ed. São Paulo: Cortez, 2002

NÓVOA, Antônio (1992 a). Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA (org) Os professores e a sua formação. Lisboa: Publicações Dom Quixote

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação.  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 07/07/2019.

Proposta Pedagógica Curricular. <https://www.amop.org.br/>. Acesso em 25/06/2019.

## 07- ANEXOS

# ANEXO 01 – CALENDÁRIO ESCOLAR



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE  
ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 3.592/2019 - GS/SEED  
CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL SANTA CLARA

## CALENDÁRIO ESCOLAR - 2020

Janeiro							Fevereiro							Março																																											
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S																																					
			1	2	3	4				2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15				1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31
5	6	7	8	9	10	11	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31																					
12	13	14	15	16	17	18	24	25	26	27	28	29	22	23	24	25	26	27	28																																						
19	20	21	22	23	24	25	31	29	30	31																																															
26	27	28	29	30	31	1 - Ano novo	25 - Carnaval 26 - Cinzas	29	30	31																																															
1 - Ano novo																																																									

Abril							Maio							Junho																																						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S																																
			1	2	3	4				1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31												
5	6	7	8	9	10	11	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
12	13	14	15	16	17	18	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30																					
19	20	21	22	23	24	25	24	25	26	27	28	29	30	31	28	29	30																																			
26	27	28	29	30	1 - Dia do Trabalhador	11 - Corpus Christi																																														
10 - Paixão / 12 - Páscoa / 21 - Tiradentes																																																				

Julho							Agosto							Setembro																																								
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S																																		
			1	2	3	4				1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31														
5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31																		
12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30																					
26	27	28	29	30	31	23	24	25	26	27	28	29	30	31	27	28	29	30																																				
7 - Independência																																																						

Outubro							Novembro							Dezembro																																							
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S																																	
			1	2	3	4				1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31													
4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31
11	12	13	14	15	16	17	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31												
18	19	20	21	22	23	24	22	23	24	25	26	27	28	29	30	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31																										
25	26	27	28	29	30	31	29	30	27	28	29	30	31																																								
12 - Nossa Sra. Aparecida																																																					
9 - Dia do Professor antecipado																																																					
2 - Finados																																																					
15 - Proclamação da República																																																					
19 - Emancipação Política do PR																																																					
25 - Natal																																																					

Férias/Recessos Discentes		Férias/Recesso/Docentes	
MÊS	DIAS	MÊS	DIAS
janeiro / férias	30	janeiro / férias	30
fev / férias	5	fev / recessos	1
julho / recessos	16	julho / recessos	16
dez / férias	10	dez / recessos	10
outros recessos	6	outros recessos	3
<b>Total</b>	<b>67</b>	<b>Total</b>	<b>60</b>

Avaliação Trimestral		Dias letivos	
1º Trimestre - 06/02 a 14/05 ->	64 dias letivos	Dias letivos 1º trim.	64
2º Trimestre - 18/05 a 10/09 ->	71 dias letivos	Dias letivos 2º trim.	71
3º Trimestre - 11/09 a 17/12 ->	65 dias letivos	Dias letivos 3º trim.	65
<b>Total =</b>	<b>200 dias letivos</b>	<b>Total dias letivos:</b>	<b>200</b>




**CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL SANTA CLARA**  
**EDUCAÇÃO INFANTIL - CÉU AZUL PR**  
**Calendário Escolar 2020**

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
INFANTIL SANTA CLARA  
Rua Niterói 280 - Bairro União  
Fone (45) 3266-2562  
E-mail: cemei\_santaclara@hotmail.com  
CEP 85840-000 Céu Azul PR

Carimbo do Estabelecimento

Sandra Maria da Silva  
Diretora  
Portaria Nº 214/2018  
CEMEI Santa Clara



Carimbo e Assinatura Do Gestor

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE  
NÚCLEO REGIONAL DA EDUCAÇÃO DE CASCAVEL  
SETOR DE ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

ESTE CALENDÁRIO ESTÁ DE ACORDO  
COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE

CASCAVEL 12/12/19



EVANDRA LÚCIA CASAGRANDE  
TÉCNICA NRE

Parecer do NRE- Cascavel

Avaliação Trimestral	
1º Trimestre - 06/02 a 14/05 -> 64 dias letivos	
2º Trimestre - 18/05 a 10/09 -> 71 dias letivos	
3º Trimestre - 11/09 a 17/12 -> 65 dias letivos	
Total = 200 dias letivos	

Turnos de oferta: INTEGRAL M - T

Início : 7 h 30

Término: 18 h

**Horário Parcial Matutino**

Início : 8h

Intervalo: 9h30-9h45 Recreio dirigido

Término: 12h

**Horário Parcial Vespertino**

Início : 13h30

Intervalo: 15h15-15h30 Recreio dirigido

Término: 17h30

Cumprir RESOLUÇÃO Nº 3.592/2019 - GS/SEED Art. 7º e 8º

Complementação de Carga horária



## ANEXO 02 – QUESTIONÁRIO DO PERFIL SÓCIO ECONÔMICO CULTURAL

1 - Seu parentesco/ligação com o(a) aluno(a)?	QUANT.	%
a) Pai	17	16,5
b) Mãe	83	80,5
c) Avô/avó	03	2,9
d) Tio/tia	-	-
e) Outro	-	-
<b>2 – Qual seu estado civil?</b>		
a) Solteiro	24	23,3
b) Casado	63	61,2
c) Viúvo	-	-
d) separado (separação legal ou divórcio)	05	4,8
e) Outro	11	10,7
<b>3 - Qual faixa etária do(a) responsável pelo(a) aluno(a)?</b>		
<b>PAI</b>		
a) Menos de 17 anos	-	-
b) 18 a 29 anos	12	11,6
c) 30 a 40 ano	20	19,4
d) 41 a 50 anos	03	2,9
e) 51 a mais	-	-
<b>MÃE</b>		
a) Menos de 17 anos	-	-
b) 18 a 29 anos	39	37,9
c) 30 a 40 ano	41	39,8
d) 41 a 50 anos	04	3,9
e) 51 a mais	-	-
<b>RESPONSÁVEL</b>		
a) Menos de 17 anos	-	-
b) 18 a 29 anos	-	-
c) 30 a 40 ano	-	-
d) 41 a 50 anos	03	1,9
e) 51 a mais	01	1
<b>4 - Qual a escolaridade do(a) responsável pelo(a) aluno(a)?</b>		
<b>PAI</b>		
a) analfabeto	-	-
b) ensino fundamental incompleto	09	8,7

c) ensino fundamental completo	04	3,9
d) ensino médio incompleto	9	8,7

e) ensino médio completo	15	14,6
f) ensino superior incompleto	-	-
g) ensino superior completo	04	3,9
h) especialização	-	-

**MÃE**

a) analfabeto	01	01
b) ensino fundamental incompleto	09	8,7
c) ensino fundamental completo	09	8,7
d) ensino médio incompleto	16	15,5
e) ensino médio completo	26	25,2
f) ensino superior incompleto	09	8,7
g) ensino superior completo	07	6,8
h) especialização	07	6,8

**RESPONSÁVEL**

a) analfabeto	02	1,9
b) ensino fundamental incompleto	01	1
c) ensino fundamental completo	-	-
d) ensino médio incompleto	-	-
e) ensino médio completo	01	1
f) ensino superior incompleto	-	-
g) ensino superior completo	-	-
h) especialização	01	1

**5 - Composição familiar (com quem mora o al uno(a))?**

a) Pai, mãe e irmãos	47	45,6
b) Pai e mãe	29	28,1
c) somente com a mãe	13	12,6
d) somente com o pai	0	-
e) com os avós	01	1
f) mãe e padrasto	02	1,9
g) mãe, padrasto e irmãos	01	1
h) pai e madrasta	0	-
i) pai, madrasta e irmãos	0	-
j) somente com os tios	0	-
k) pais e avós	06	5,8
l) um dos pais e avós	04	3,9
m) com os outros	0	-

**6 - Quantas pessoas moram na residência?**

a) 1 a 2	15	14,6
----------	----	------

b) 3 a 5	83	80,5
c) 6a 8	03	2,9
d) 9 a mais	02	1,9
<b>7 - Situação empregatícia do(a) aluno(a)?</b>		
a) trabalho fixo com CPTS assinada	30	29,1

b) trabalho fixo sem CPTS assinada	03	2,9
c) trabalho autônomo	14	13,6
d) trabalho temporário	04	3,9
e) aposentado/pensionista	-	-
f) outro	01	1
g) não trabalha	56	54,4
<b>8 – Seu filho auxilia nas atividades da família?</b>		
a) atividades rurais, quais	01	1
b) serviços domésticos, quais	05	4,8
c) não auxilia	90	87,4
<b>9 – Renda média familiar?</b>		
a) Sem rendimento	02	1,9
b) menos de um salário mínimo	05	4,8
c) 1 salário mínimo	21	20,4
d) 2 a 3 salários mínimos	37	35,9
e) 4 a 5 salários mínimos	18	17,5
f) mais de 6 salários mínimos	03	2,9
g) 1 salário mínimo e meio	12	11,6
<b>10 - A família é beneficiária do Programa Bolsa Família?</b>		
a) Sim, recebe benefício	17	16,5
b) não recebe benefício	74	71,8
c) já recebeu e hoje não recebe mais	07	6,8
<b>11 - Qual a religião predominante da família?</b>		
a) Católica	69	67
b) Evangélica Luterana/Protestante	04	3,9
c) Evangélica	23	22,3
d) Outra	01	1
e) nenhuma	01	1
<b>12 - Situação habitacional (moradia)?</b>		
a) própria	39	37,9
b) moradia alugada	12	11,6
c) moradia financiada	10	9,7
d) moradia cedida	10	9,7
e) outros	-	-
<b>13 - Local da moradia?</b>		

a) urbana	90	87,4
b) rural	06	5,8
<b>14 - A moradia é?</b>		
a) de alvenaria	76	73,8
b) madeira	09	8,7
c) mista	09	8,7
d) material reaproveitado	2	1,9
e) outros	-	-

<b>15 - A moradia possui:</b>		
<b>15.1 - Iluminação elétrica?</b>		
a) sim	98	95,1
b) não	01	1
<b>15.2 - Saneamento básico (esgoto)?</b>		
a) fossa	25	24,3
b) rede de esgoto	76	73,8
<b>15.3 - Água?</b>		
a) tratada (SANEPAR)	91	88,3
b) poço ou nascente	01	1
<b>15.4 - Telefone?</b>		
a) fixo	02	1,9
b) celular	100	97
c) nenhum tipo de telefone	-	-
<b>15.5 - Destino do lixo da residência?</b>		
a) coleta pública com separação de lixo reciclável	85	82,5
b) coleta pública sem separação de lixo reciclável	16	15,5
c) enterrado	-	-
d) céu aberto	-	-
e) queimado	01	1
<b>15.6 tem banheiro em sua casa?</b>		
a) não	-	-
b) sim (1)	79	76,7
c) sim (2)	19	18,4
d) sim (3)	02	1,9
e) sim (4)	01	1
<b>16 - No seu domicílio há:</b>		
<b>16.1 – Geladeira</b>		
a) sim	102	99
b) não	-	-
<b>16.2 – Freezer (parte integrante da geladeira)</b>		
a) sim	75	72,8

b) não	25	24,3
<b>16.3 – Freezer (separado da geladeira)</b>		
a) sim	19	18,4
b) não	73	70,9
<b>16.4 - Máquina de lavar roupa</b>		
a) sim	88	85,4
b) não	13	12,6
<b>16.5 - Rádio</b>		
a) sim	61	59,2
b) não	40	38,8
<b>16.6 – Televisão</b>		

a) sim	97	94,2
b) não	02	1,9
<b>16.7 – Computador</b>		
a) sim	45	43,7
b) não	56	54,4
<b>16.8 – Conexão com wi-ffi</b>		
a) conexão dial-up (linha telefônica)	06	5,8
b) conexão banda larga	44	42,7
c) telefones celulares com tecnologias 3G-4G	21	20,4
d) outro	09	8,7
e) não tem acesso	19	18,4
<b>16.9 – Carro ou moto</b>		
a) sim	78	75,7
b) não	22	21,3
<b>17 - No período de férias, recessos escolares e feriados, com quem fica seu filho(a)?</b>		
a) familiares adultos	82	79,6
b) familiares (menores de idade)	03	2,9
c) terceiros (vizinhos, amigos ou outros) gratuitamente	03	2,9
d) terceiros (vizinhos, amigos ou outros) de forma remunerada	09	8,7
e) ficam sozinhos(as) em casa	0	-
<b>18 - Você consegue compreender e auxiliar as tarefas escolares de seu filho(a)?</b>		
a) sim	96	93,2
b) não	-	-
c) às vezes	03	2,9

d) não auxilia	03	2,9
<b>19 - Como acontece o auxílio nas tarefas de casa?</b>		
a) Você apenas exige que a criança faça as tarefas	02	1,9
b) Você senta-se ao lado da criança e auxilia	91	88,3
c) Quem auxilia a criança nas tarefas é outra pessoa	-	-
d) ninguém auxilia	04	3,9
<b>20 - Durante a semana quando a criança não esta na aula, com quem ela fica?</b>		
a) familiares adultos	83	80,5
b) familiares (menores de idade)	05	4,8
c) terceiros (vizinhos, amigos ou outros) gratuitamente	04	3,9
d) terceiros (vizinhos, amigos ou outros) de forma remunerada	08	7,8
e) ficam sozinhos(as) em casa	-	-
<b>21 – Que ano o aluno Estuda</b>		
a) Pré I	-	-
b) Pré II	-	-
c) 1º	-	-

d) 2º	-	-
e) 3º	-	-
f) 4º	-	-
g) 5º	-	-
h) Berçário	15	14,6
i) Maternal I	29	28,1
j) Maternal II	23	22,3
k) Maternal III	29	28,1
l) Educação de Jovens e Adultos (EJA)	-	-
<b>22 – Com qual frequência vão à reunião de pais?</b>		
a) sempre	50	48,5
b) quase sempre	27	26,2
c) às vezes	19	18,4
d) nunca	01	1
<b>23 – Qual a profissão do pai?</b>		
Pedreiro	06	5,8
Motorista	09	8,7
Agricultor	05	4,8
Eletricista	01	1
Serralheiro	01	1
Serviços Gerais	01	1

Mecânico	05	4,8
Costureiro	01	1
Colchoeiro	01	1
Chapeador	01	1
Vigilante	02	1,9
Auxiliar de produção	17	16,5
Jateador	01	1
Pintor	01	1
Frentista	01	1
Vendedor	03	2,9
Autônomo	08	7,8
Soldador	02	1,9
Bordador	01	1
Operador de caixa	01	1
Encarregado de Produção	01	1
Corretor de seguros	01	1
Operador de maquina	01	1
Bancário	01	1
Engenheiro	01	1
Auxiliar de marmoraria	01	1
24 – Qual profissão da mãe?		
Professora	08	7,8

Do lar	14	13,6
Cuidadora de idosos	02	1,9
Doméstica	09	8,7
Manicure	01	1
Auxiliar produção	05	4,8
Zeladora	10	9,7
Secretária	01	1
Costureira	10	9,7
Advogada	01	1
Auxiliar administrativo	03	2,9
Agente educacional	02	1,9
Contadora	01	1
Empresária	01	1
Esteticista	02	1,9
Técnica Enfermagem	03	2,9
Desempregada	01	1
Cozinheira	04	3,9
Bióloga	01	1

Vendedora	04	3,9
Classificadora	01	1
Agente de saúde	01	1
Auxiliar de odontologia	02	1,9
<b>25 – qual profissão do responsável?</b>		
Vigilante	01	1
Colchoeiro	01	1
Autônomo	01	1
Operador de máquina	03	2,9
Professora	03	2,9
Do lar	05	4,8
Doméstica	04	3,9
Auxiliar produção	01	1
Esteticista	01	1
Cozinheira	01	1
Vendedora	01	1
<b>26 – quais atividades de lazer o aluno realiza com a família?</b>		
Praia	01	1
Passeios	39	37,9
Brincadeiras	09	8,7
Caminhada	01	1
Jogos	01	1
Futebol	06	5,8
Viagens	04	3,9
Cinema	01	1

brincar na pracinha e parquinho	21	20,4
Pescaria	01	1
Filmes	05	4,8
assistir tv	02	1,9
Tudo	03	2,9
<b>27 – Você incentiva seu filho(a) a estudar?</b>		
a) sim	84	81,5
b) não	02	1,9
c) às vezes	02	1,9
<b>28 – Com que frequência você lê?</b>		
<b>28.1 – Jornais</b>		
Sempre	09	8,7



de vez em quando	62	60,2
Nunca	25	24,3
<b>28.2 – Livros</b>		
Sempre	11	10,7
de vez em quando	61	59,2
Nunca	15	14,6
<b>28.3 – Revistas</b>		
Sempre	03	2,9
de vez em quando	71	69
Nunca	20	19,4
<b>28.4 – Blog notícias (Internet)</b>		
Sempre	39	37,9
de vez em quando	46	44,7
Nunca	08	7,8
<b>29 – Em dia de aula seu filho(a) gasta quanto tempo assistindo TV, navegando na Internet ou jogando jogos eletrônicos?</b>		
a) menos de 1 hora	38	36,9
b) entre 1 e 2 horas	25	24,3
c) entre 2 e 3 horas	04	3,9
d) mais de 3 horas	04	3,9
e) não usa aparelhos eletrônicos	25	24,3
<b>30 – Quando seu filho(a) entrou na escola?</b>		
a) Educação Infantil (Creche)	99	96,1
b) Educação Infantil (Pré Escolar)	0	-
c) 1º ano do Fundamental	0	-
<b>31 – com que frequência seu filho(a) consome em casa?</b>		
<b>31.1 – Frutas</b>		
Diariamente	53	51,4
1 a 2 vezes na semana	22	21,3
3 a 4 vezes na semana	18	17,5
nunca	03	2,9
<b>31.2 – Legumes e verduras</b>		
Diariamente	52	50,5
1 a 2 vezes na semana	35	34

3 a 4 vezes na semana	18	17,5
nunca	04	3,9
<b>31.3 – Refrigerantes</b>		
Diariamente	03	2,9
1 a 2 vezes na semana	43	41,7
3 a 4 vezes na semana	07	6,9
nunca	37	35,9
<b>32 – Seu filho(a) pratica alguma atividade física?</b>		
a) sim	15	14,6
b) não	84	81,5
<b>33 – quais alimentos a criança costuma consumir ao retornar da escola?</b>		
Pão	33	32
Ovo	05	4,8
Macarrão	05	408
Achocolatado	03	2,9
Arroz	24	23,3
Leite	41	39,8
Feijão	22	21,3
Suco	11	10,7
logurte	20	19,4
Salada	03	2,9
Bolacha	48	46,6
Fruta	52	50,5
Batata	01	1
Carne	23	22,3
Grostoli	01	1
Legumes/Verduras	18	17,5
Chá	03	2,9
Bolo	08	7,8
Salgadinho	02	1,9
Café	08	7,8
Sanchuiche	01	1
Miojo	01	1
Lanche	01	1
Mamadeira	04	3,9
Polenta	02	1,9
Água	01	1
Sopa	11	10,7
Arroz e feijão	13	12,6
Comida	01	1

## **ANEXO 03 – LISTA DE MATERIAIS ESCOLARES Materiais para 2020 – BERÇÁRIO**

- 05 a 06 fraldas descartáveis diárias;
- 01 agenda;
- 01 copinho com tampa;
- 01 mamadeira;
- Repelente;
- Roupas para fazer trocas;

**Obs.:** Todos os pertences deverão estar com nome do aluno.

### **Materiais para 2020 – MATERNAL I**

- 05 a 06 fraldas descartáveis diárias;
- 01 agenda;
- 01 copinho com tampa ou garrafinha;
- 01 mamadeira;
- Repelente;
- Prendedor de Cabelo (xuxinha);
- 01 escova de dentes com estojo (se possível);
- Roupas e calçados para fazer trocas;

**Obs.:** Todos os pertences deverão estar com nome do aluno.

### **Materiais para 2020 – MATERNAL II**

- 01 agenda;
- 01 garrafinha;
- 01 toalhinha;
- Repelente;
- Prendedor de Cabelo (xuxinha);
- 01 escova de dentes com estojo (se possível);
- Roupas e calçados para fazer trocas;

**Obs.:** Todos os pertences deverão estar com nome do aluno.

### **Materiais para 2020 – MATERNAL III**

- 01 agenda;

- 01 garrafinha;
- 01 toalhinha;
- Repelente;
- Prendedor de Cabelo (xuxinha);
- 01 escova de dentes com estojo (se possível);
- Roupas e calçados para fazer trocas; **Obs.:** Todos os pertences deverão estar com nome do aluno.

#### **ANEXO 4 – TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

### **PROJETO: TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL ETAPA CRECHE PARA EDUCAÇÃO INFANTIL ETAPA PRÉ-ESCOLA**

#### **PARTICIPANTES:**

**ESCOLA MUNICIPAL TANCREDO NEVES**

**CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL SANTA CLARA**

#### **Apresentação**

Os aspectos que marcam as singularidades da produção em atenção à transição educação infantil/anos iniciais, Marcondes (2012) destaca que há particularidades na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, as quais requerem conhecimentos e habilidades dos professores, dadas as especificidades do desenvolvimento e da aprendizagem das crianças.

Segundo a autora a transição da educação infantil para o ensino fundamental mostra-se como um “momento crítico”, em decorrência do movimento dos processos naturais e institucionais. Evidencia, pois, que o não cuidado gera rupturas. Nessa perspectiva, destaca que é preciso zelar pelo exercício de articulação da educação infantil como primeira etapa da educação básica para os anos iniciais do ensino fundamental, isso significa assumir que há influências múltiplas, as quais marcam as

continuidades e ou descontinuidades presentes no desenvolvimento e aprendizagens humanas.

Esse processo em hora inicial é caracterizado pela autora como um momento crucial na vida das crianças. Diz ainda que a partir da proposta do ensino de nove anos, propondo a entrada das crianças no primeiro ano aos seis anos de idade, algumas adaptações se fazem necessárias, tais como: os horários, as exigências, a postura dos pais e dos professores, a mudança de espaço, de rotina, entre outras geram ansiedade e dúvidas. Motta (2011) diz também que na transição da educação infantil para o ensino fundamental ocorrem “rupturas drásticas”, dentre elas a inserção das w12crianças em um ambiente diferente, isso lhe causa estranheza. Normalmente essa mudança implica em permanecer em silêncio, o que é difícil para elas.

As autoras reiteram que a transição não requer que a Educação Infantil prepare as crianças para o ingresso no Ensino Fundamental, mas que este lhes seja receptivo no momento que as crianças nele ingressam”. (NOGUEIRA; VIEIRA, 2013, p. 268). Destacam ainda que há uma lacuna na formação dos professores e que as orientações oferecidas aos professores pelo MEC não satisfazem, por não deixar claro o que deve ser trabalhado no primeiro ano do ensino fundamental, como deve ser trabalhado e não referenciam conteúdos, conceitos, linguagens, entre outros problemas. Ao dar destaque a articulação entre a educação infantil e os anos iniciais Nogueira e Vieira (2013) também observam que há desarticulação entre a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental.

Em razão disso citam a necessidade de instituir práticas educativas que respeitem às necessidades das crianças tratando-as na perspectiva da continuidade, articulada às expectativas das crianças. Para Heck (2012), os principais mediadores no processo de transição da educação infantil para os anos iniciais são os professores, são planejamentos efetivos, elaborados em conjunto com as crianças e para as crianças, uma proposta de educação integrada, na qual os professores da educação infantil olhem para os anos iniciais e os professores dos anos iniciais se voltem para a educação infantil, atentos a uma continuidade e complexidade ludicamente construídas.

Kramer (2011) ressalta que a Lei nº 11.274/2006 veio para melhorar as condições na educação básica, reestruturar o ensino fundamental e assegurando o ingresso com tempo de aprendizagem, garantindo uma continuidade na transição da educação infantil para os anos iniciais, atentando para a organização, os conteúdos, a avaliação e acompanhamento processual que constitui a referência o processo de aprendizagem. As mudanças ocorridas com a implantação da Lei “[...] provocam os responsáveis que atuam em secretarias de educação, diretores e famílias a repensar o funcionamento da educação e a qualidade do ensino” (KRAMER 2011, p. 73). A Lei nº 11.274/2006 objetivou garantir a todas as crianças, independente da classe social o direito de frequentar mais cedo a escola, assegurando a elas um tempo maior de convívio na escola, aumentando suas oportunidades de aprendizagem e ampliando o tempo de ensino obrigatório no Brasil.

Os pais e a família são a principal fonte de apoio com que a criança conta para a transição. No entanto, ressalta-se o papel fundamental da educação infantil. Cabe aos gestores públicos garantir a universalidade do acesso a esse nível de ensino, que contribui efetivamente para minimizar o *stress*, elevar o desempenho e promover o ajustamento da criança ao novo contexto.

## Objetivo Geral

Garantir a interação e a convivência entre as crianças das duas etapas de ensino no processo de transição. Identificando o que é próprio de cada etapa e, principalmente, o que é realizado no cotidiano, a fim de se pensar em estratégias que coloquem a criança em primeiro plano.

## Objetivos Específicos

- Conhecer as expectativas das crianças, dos pais, dos professores e da gestão no último ano da Educação Infantil – etapa creche, com relação ao trabalho a ser realizado no primeiro ano escolar da etapa pré escola;
  - Investigar como a escola infantil etapa creche prepara as crianças para o ingresso para a Educação Infantil etapa pré escola;
    - Investigar como os professores e a gestão se preparam para receber as crianças, em termos de espaço físico, materiais e planejamento;
    - Conhecer como as famílias estão ou não inseridas nesse processo de passagem da criança da Educação Infantil para o Ensino Fundamental;

## Justificativa

Para atender ao problema apresentado, a ausência ou não de um trabalho educativo que vise a articulação entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental – etapa pré escolar, ou seja, ausência ou não de um projeto pedagógico que assegure os direitos sociais e leve em conta as singularidades das ações infantis, tanto na Educação Infantil etapa creche, quanto Educação Infantil etapa pré escola. O projeto será desenvolvido ao longo do ano letivo com alunos da educação infantil – etapa creche, de 3 a 4 anos e alunos da educação infantil – etapa pré escola, com alunos de 4 a 5 anos. As atividades serão realizadas pela gestão e professores das escolas envolvidas, rodas de conversa e outras atividades apresentadas conforme cronograma.

## Cronograma

ATIVIDADES	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre
Reunião com os gestores das escolas envolvidas a fim de fazerem um alinhamento no período de transição.	X	X	
Reunião com os pais para explicar a eles de como será realizada o processo de transição			X
Organização de um documento com as principais informações das regras e combinados realizados, orientando o papel do adulto no acompanhamento do desenvolvimento da criança			X
Roda de conversa com as crianças sobre as mudanças que irão ocorrer no próximo ano			X
Visita aos novos espaços que as crianças frequentarão durante o ano, ressaltando de que maneiras esses locais serão utilizados para proporcionar a aprendizagem			X
Espaço aberto para os pais, considerando que, quando houver qualquer dúvida ou inquietação, eles podem procurar a coordenação ou o professor.			X

## Avaliação

Serão realizadas através de registros por meio de fotos, atas e ofícios, de acordo com a participação, interesse e desenvolvimento de cada aluno individual e coletivamente.

## Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 07/2010, de 15 de dezembro de 2010. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos. Diário Oficial da União. Brasília, DF. 2010.

CAMPOS, M. M. A formação de professores para crianças de 0 a 10 anos: Modelos em debate. In: Educação e Sociedade, Campinas. Vol. 68. 1999.

CASTANHEIRA, M. L., Entrada na escola, saída da escrita. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 1991.

CASTANHEIRA, M. L.; NEVES, V. F. A.; GOUVÊA, M. C. S. Eventos interacionais e eventos de letramento: um exame das condições sociais e semióticas da escrita em uma turma de educação infantil. Cadernos CEDES, Campinas: CEDES, v. 33, n. 89, p. 91-107, 2013.

CORSARO, W. e MOLINARI, L. I Compagni: understanding children's transition from preschool to elementary school. New York: Teachers College Press. 2005.

GENNEP, A. V. Rites of passage. Chicago: The University of Chicago Press. 1960.

GOUVÊA, M. C. S., Tempos de aprender: A produção histórica da idade escolar. In: Revista Brasileira de História da Educação. Campinas. nº 8. 2004.



HORTA, J. S. B. Direito à educação e obrigatoriedade escolar. In: Cadernos de Pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. Vol. 104. 1998.

KRAMER, S. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: Educação Infantil e é fundamental. In: Educação e Sociedade. Campinas. Vol. 27 (96) – Especial. 2006.

MACHADO, M. R. A passagem da Educação Infantil para o Ensino Fundamental: “O que dizem as crianças?”, Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória. 2007.

MOSS, P. What Future For the Relationship Between Early Childhood Education and Care and Compulsory Schooling? In: Research in Comparative and International Education. Vol. 3 (3) 2008.

MOTTA, F. M. N. De crianças a alunos: transformações sociais na passagem da educação infantil para o ensino fundamental. Tese (doutorado em Educação). Pontifícia universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

NEVES, V. F. A. Tensões contemporâneas no processo de passagem da educação infantil para o ensino fundamental: um estudo de caso em Belo Horizonte. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2010.

NEVES, V. F. A.; Gouvêa, M. C. S.; Castanheira, M. L. A passagem da educação infantil para o ensino fundamental: tensões contemporâneas. Educação e Pesquisa, São Paulo, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, v. 37, n. 1, p. 121-140, 2011.

NOGUEIRA, G. M. A passagem da educação infantil para o 1º ano no contexto do ensino fundamental de nove anos: um estudo sobre alfabetização, letramento e

cultura lúdica. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.

VOGLER, P., CRIVELLO, G. and WOODHEAD, M. Early childhood transitions research: A review of concepts, theory, and practice. Working Paper No. 48. The Hague, The Netherlands: Bernard van Leer Foundation. 2008.

WILD, J. V. Na primeira série aos seis anos: as experiências das crianças/alunas e da professora/pesquisadora no ambiente escolar. Dissertação (mestrado em Educação).

Pontifícia universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2009.

## **ANEXO 05- QUESTIONÁRIO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

1- A secretaria do CEMEI e o setor responsável por toda a parte burocrática da documentação legal da instituição e também de documentos relacionados à: matrículas, transferências, atualização de telefone e endereço do seu filho, e programas do governo.

Quando você precisou de serviços da secretaria escolar:

( ) ficou satisfeito com o serviço prestado.

( ) Não ficou satisfeito com o serviço prestado.

Comente, elogie ou de sugestões:

---

---

---

2 - A Diretora é responsável pelo andamento do CEMEI em seus mais amplos aspectos (financeiro, físico, gestão de pessoal, gestão de material, aspectos pedagógicos, etc).

Comente, elogie ou de sugestões sobre a Direção:

---

---

---

3 - A Coordenação Pedagógica é responsável pela parte pedagógica relacionado com o aprendizado, infrequência, disciplina do aluno, apoio aos professores e também responsável pelo CEMEI na ausência da direção.

Quando você precisou do atendimento pedagógico:

( ) ficou satisfeito com o

atendimento ( ) não ficou satisfeito

com o atendimento.

( ) nunca precisou.

Comente, elogie ou de sugestões sobre a coordenação:

---

---

---

4 – O professor realiza com seu filho trabalhos pedagógicos que envolve avaliar, planejar a aplicar as atividades adequadas ao desenvolvimento escolar o trabalho é baseado na Proposta Pedagógica Curricular da AMOP e no Projeto Político Pedagógico.

O que você percebe de seu filho em relação ao CEMEI:

( ) interessado em vim para o CEMEI.

( ) interessado em realizar atividades em sala.

( ) relata fatos acontecidos em sala de aula.

5 - A reunião de pais acontece a cada trimestre para uma conversa com os professores sobre o desenvolvimento do seu filho.

Na reunião de pais você:

( ) compareceu.

( ) compareceu após a reunião.

( ) não compareceu. Porque?

---

6- Na reunião o professor relatou aprendizagem do seu filho como:

( ) aluno interessado nas atividades propostas

( ) aluno interessado mais com dificuldade no desenvolvimento

( ) outros: \_\_\_\_\_

Comente sua resposta: \_\_\_\_\_

---

7 – O solário é um espaço destinado a atividades recreativas de coordenação motora ampla. Para criança desenvolver sua motricidade ( correr, pular, observar a natureza e outros).

Seu filho utiliza esse espaço:

( ) sim, ele gosta das atividades? \_\_\_\_\_

---

( ) não, por que? \_\_\_\_\_

Comente, elogie ou dê sugestão: \_\_\_\_\_

---

8 - O CEMEI promove o dia da família na escola com atividades diversificadas, para socializar a comunidade escolar com docentes e funcionários, com feira do pastel e amostra de atividades realizadas com os alunos.

( ) quem da sua casa costuma participar do evento: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Comente, elogie ou dê sugestão: \_\_\_\_\_

9- A estrutura física do CEMEI é bem organizada com espaços apropriados para o desenvolvimentos e bem estar do seu filho. as salas são equipadas com ar condicionado, ventiladores, som, cortinas e banheiro adequado para faixa etária. A área externa com espaços delimitados para realização de atividades com segurança para os alunos.

10- Você conhece a estrutura física do CEMEI?

( ) sim. Algum comentário: \_\_\_\_\_

( ) não. Caso e resposta seja esta. Aproveite os eventos para conhecer.

11- O trabalho na instituição é realizado por uma equipe comprometida, com o bem estar de toda a comunidade escolar, profissionais dedicados na higienização e organização dos ambientes, alimentação preparado com muito carinho e acompanhado pela nutricionista da Secretaria Municipal de Educação.

Pense Rápido e responda!

O que você tem a nos falar Sobre:

A escola \_\_\_\_\_

Direção \_\_\_\_\_

Coordenação \_\_\_\_\_

Professor \_\_\_\_\_

Lanche \_\_\_\_\_

## ANEXO 06 – PLANO DE AÇÃO



## PLANO DE AÇÃO

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL SANTA CLARA

MAIO/2020

**DIRETORA**  
SANDRA MARIA DA SILVA

**COORDENADORA**  
CARLA KILPP

**PROFESSORES**  
Adilson Jankowski  
Ananda Tamires Blauth  
Andreia Otaviano  
Aneliese Ackermann  
Caroline Hoffelder  
Daniele Andrade  
Daniely Ianerich Kaktin Tavares  
Deyse Gisele de Lima Metz  
Elaine Carvalho de Souza  
Eleni Hartmann  
Eliane Ferreira Soares  
Elizabeth Acácio da Costa  
Elizangela Lourenço Dreyer  
Elizete dos Reis Fontana  
Eltrita Ewert Weber  
Ines Fernandes de Moura  
Liliane Regina Baggio dos Santos  
Márcia Cristina Bonifácio Sant'Ana Aquino  
Maria Aparecida Oliveira Diegro  
Michelly Thalita Holek  
Mirian Tatiane N. Cigerza  
Neuza Aparcida Barbosa  
Patrícia de Souza Ulatoski  
Rosa Maria Sebastião  
Roseli Wengrat Tillwitz  
Tatiane Berta

**FUNCIONÁRIOS**  
Ana Carolina dos Santos Manenti ( Estagiária)  
Estéfani de oliveira Ribeiro ( Estagiária)  
Larissa Alves da Sindra Costa ( Estagiária)  
Paula Francisco ( Estagiária)  
Fátima dos Santos (Zeladora)  
Juraci Pastre Wichoski (Cozinhei  
Lucineia Rodrigues Meurer (Zeladora)  
Margarete Lunkes (Cozinheira)  
Maria Aparecida Meurer (Zeladora)  
Olga Gonçalves Ozório Napomuceno (Cozinheira)

## PLANO DE AÇÃO 2020

O Plano de Ação do Centro Municipal de Educação infantil Arco-Íris é um documento onde são planejadas as atividades que serão realizadas, visando atingir metas e os objetivos da escola. Mesmo sendo feito uma vez no ano, o documento pode ser flexível, sofrendo alterações ao longo do período letivo, conforme a necessidade de revisar o planejamento, promover ações que viabilizem o bom andamento e participação da escola, bem como atividades que permitam a interação com todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem englobando todas as dimensões com parcerias com as famílias, educandos e comunidade no geral, visando manter sempre um ambiente de trabalho saudável, para que haja harmonia entre todas as partes envolvidas no processo Ensino – aprendizagem e coordenar todas as ações a serem desenvolvidas no interior da Escola, bem como promover uma educação pública de qualidade e zelar pelo patrimônio da escola.

### OBJETIVO

- Proporcionar o bom relacionamento entre a equipe gestora e também com a comunidade escolar;
- Promover bom atendimento ao público
- Elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- Administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
- Velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- Prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
- Articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- Informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola;

### BASES LEGAIS DA EDUCAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CÉU AZUL

- **Constituição Federal de 1988**

Instituída em outubro de 1988, a Lei Magna do Brasil, no capítulo 3, Seção I, trata especificamente da Educação. Dispõe também sobre as competências e responsabilidades dos entes federados.

- **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB**

Instituída em 20 de dezembro de 1996, sob n.º 9394/96, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dispondo sobre os princípios e fins da educação, o



direito à educação e o dever de educar, bem como sobre a organização, estrutura e funcionamento em âmbito nacional.

- **Constituição do Estado do Paraná**

Instituída em 5 de outubro de 1989, institui o ordenamento básico do Estado do Paraná, e no capítulo II, Seção I, trata especificamente da Educação.

- **Lei Orgânica Municipal**

Alterada pela Emenda à Lei Orgânica nº 002/2017, de 21 de dezembro de 2017, na Seção IV, da Educação, da Cultura e do Desporto, trata especificamente da Educação.

- **Lei 11.645/08**

**Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.**

- **Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003.**

Estabelece a obrigatoriedade do ensino da História da África e História da Cultura Afrobrasileira e Indígena nas escolas, determinando a inclusão de temas em todos os níveis e modalidades de ensino.

- **Plano Nacional de Educação – Lei nº 13.005/2014**

O Plano Nacional de Educação – PNE - é um instrumento da política educacional, aprovado pela Lei nº 13.005/2014. Estabelece diretrizes, objetivos e metas para todos os níveis e modalidades de ensino, como também para a formação e valorização do magistério e para o financiamento e a gestão da educação, por um período de dez anos.

- **Plano Estadual de Educação - Lei nº 18.492/2015**

Define as metas e estratégias necessárias para o atendimento às diferentes redes de ensino do estado do Paraná com o propósito de atender as demandas educacionais estaduais por uma educação de qualidade, garantindo entre outras ações, o acesso e permanência de estudantes na escola e a formação inicial e continuada dos profissionais da educação.

- **Plano Municipal de Educação - Lei 1.583/2015**

O Plano Municipal de Educação – PME – Lei 1.583/2015, alterado pela Lei 1.879/2017 é instrumento da política educacional, em nível municipal, elaborado com base no PNE e PEE. Estabelece diretrizes, objetivos e metas para a educação no Município, refletindo as necessidades da população local, as especificidades da Rede Municipal de Ensino e a própria identidade sociodemográfica do Município, com vigência de dez anos.

- **Proposta Pedagógica Curricular Educação Infantil Rede Pública Municipal – Região da Amop.**

A Proposta Pedagógica para Educação Infantil Rede Pública da rede Pública Municipal contempla os fundamentos filosóficos, psicológicos e metodológicos, bem como a fundamentação, organização do conteúdo e concepção de avaliação de cada área do conhecimento.

• **Plano de Carreira e de Remuneração do Magistério do Município de Céu Azul – Lei nº 1947/2018, alterado pela Lei Municipal nº 2.004/2018**

O Plano de Carreira e de Remuneração do Magistério do Município de Céu Azul – Lei nº 1947/2018, alterada pela Lei nº 2.004/2018, dispõe sobre o Plano de Carreira, cargos, salário e valorização do Magistério do Município de Céu Azul. Objetiva promover a valorização, o desenvolvimento na carreira e o aperfeiçoamento continuado dos profissionais da educação que atuam na rede municipal de ensino do Município de Céu Azul.

O presente Plano traça diretrizes políticas para a educação pública municipal de Céu Azul, para os anos de 2019 e 2020 e busca atender às necessidades da população, em consonância com a legislação que regulamenta a Educação.

As diretrizes que constituem esse documento têm como foco uma educação plural, cidadã e democrática, que visa interferir na dinâmica social e local, buscando superar eventuais desigualdades. São elas:

**Equidade e qualidade do processo de ensino e de aprendizagem** – visa a garantir a permanência do aluno na escola e o sucesso de sua formação escolar, de modo a contribuir para a inclusão social e o exercício da cidadania em situação de igualdade com crianças, jovens e adultos em condições sociais e econômicas favoráveis. **Democratização do acesso, mediante a qualificação, reordenação e expansão da rede física municipal** – pressupõe um estudo da demanda potencial da Rede, fazendo uma avaliação concreta da situação, considerando as condições da adequação às atividades educativas, a utilização dos espaços disponíveis, as possibilidades de ampliação e o estado de conservação, com vistas ao reordenamento, qualificação e expansão da rede física. **Democratização e modernização da gestão** garantindo o caráter participativo e cujo foco é a aprendizagem, fundamentado em princípios como: democracia, participação e autonomia, mobilizando alunos, professores, gestores, profissionais de apoio e comunidade num movimento coletivo de fortalecimento da gestão educacional.

**Valorização e formação continuada** dos trabalhadores e trabalhadoras em educação – trata da melhoria das condições do exercício profissional de docentes e não – docentes, mediante uma política que garanta: ingresso exclusivamente através de concurso público de provas e títulos; planos de carreira para o magistério público; formação continuada, entre outros.

### **Oferta Educacional**

Nessa perspectiva, o CEMEI Santa Clara atende aos níveis e modalidades de ensino relacionados a seguir:

## Educação Infantil

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, conforme especificado na LDB nº. 9394/96, sendo um processo educacional que tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança, até cinco anos de idade.

Na Rede Municipal de Ensino, a Educação Infantil é oferecida em:

**Creches** – para crianças de 0 a 3 anos de idade, para em complementação à ação da família proporcionar à criança um ambiente de estabilidade e segurança afetiva, que seja própria ao desenvolvimento global e harmonioso de todas as suas capacidades e em todo o processo evolutivo de cada criança, respeitando suas características individuais, estimulando comportamentos que favoreçam aprendizagens significativas e diferenciadas. Contribui ainda para uma boa integração no meio físico e social, permitindo à criança oportunidade de observar e compreender o que se passa à sua volta de forma a participar de maneira mais adequada, desenvolvendo as capacidades de experimentação, comunicação e criatividade no processo educativo;

**Pré-escolas** – para crianças de 4 e 5 anos de idade, para em complementação à ação da família, proporcionar condições adequadas de desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social da criança e promover a ampliação de suas experiências e conhecimentos, estimulando o seu interesse pelo processo de transformação da natureza e pela convivência em sociedade.

O Centro Municipal de Educação Infantil –CEMEI- Santa Clara possui 12 turmas de 04 meses a 04 anos atendendo a 114 alunos, nos turnos Parcial e integral. A organização que a Educação Infantil possui é a seguinte:

Educação Infantil (até 5 anos de idade)		Organização da Rede Municipal de Ensino
<u>BERÇÁRIO (BEBÊS)</u> BERÇÁRIO INTEGRAL BERÇÁRIO PARCIAL/MANHÃ BERÇÁRIO PARCIAL/TARDE	De 0 a 1 ano	Creche
<u>MATERNAL I (CRIANÇAS BEM PEQUENAS)</u> MATERNAL I A/MANHÃ MATERNAL I B/MANHÃ MATERNAL I C/TARDE	1 ano	Creche
<u>MATERNAL II (CRIANÇAS BEM PEQUENAS)</u> MATERNAL IIA/MANHÃ MATERNAL II B/MANHÃ MATERNAL IIC/MANHÃ MATERNAL IID/TARDE	2 anos	Creche
<u>MATERNAL III (CRIANÇAS BEM PEQUENAS)</u> MATERNAL III A/MANHÃ MATERNAL III B/TARDE	3 anos	Creche

## GESTÃO ADMINISTRATIVA

A direção escolar é composta pelo diretor (a), profissional devidamente habilitado conforme legislação vigente nomeado pelo chefe do Executivo Municipal, nos termos da legislação específica vigente, Lei nº 624/2007, de 21/11/07.

Art. 15 - A função de diretor (a), como responsável pela efetivação da gestão democrática, é a de assegurar o alcance dos objetivos educacionais definidos no Projeto Político Pedagógico do estabelecimento de ensino.

Art. 16 - Compete ao Diretor:

- I. cumprir e fazer cumprir a legislação em vigor;
- II. responsabilizar-se pelo patrimônio público escolar recebido no ato da posse;
- III. coordenar a elaboração e acompanhar a implementação do Projeto Político Pedagógico da escola, construído coletivamente e aprovado pelo Conselho Escolar;
- IV. coordenar e incentivar a qualificação permanente dos profissionais da educação;
- V. implementar a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, em observância às Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais;
- VI. coordenar a elaboração do Plano de Ação do estabelecimento de ensino e submetê-lo à aprovação do Conselho Escolar;
- VII. convocar e presidir as reuniões do Conselho Escolar, dando encaminhamento às decisões tomadas coletivamente;
- VIII. elaborar os planos de aplicação financeira sob sua responsabilidade, consultando a comunidade escolar;
- IX. prestar contas dos recursos recebidos, submetendo-os à aprovação do Conselho Escolar;
- X. coordenar a construção coletiva do Regimento Escolar, em consonância com a legislação em vigor, submetendo-o à apreciação do Conselho Escolar e, após, encaminhá-lo ao Núcleo Regional de Educação para a devida aprovação;
- XI. garantir o fluxo de informações no estabelecimento de ensino e deste com os órgãos da administração municipal;
- XII. encaminhar aos órgãos competentes as propostas de modificações no ambiente escolar, quando necessárias, aprovadas pelo Conselho Escolar;
- XIII. deferir os requerimentos de matrícula;
- XIV. acompanhar, juntamente com a equipe pedagógica, o trabalho docente e o cumprimento das reposições de dias letivos, carga horária e de conteúdo aos discentes;
- XV. assegurar o cumprimento dos dias letivos, horas aula e horas atividade estabelecidos;
- XVI. promover grupos de trabalho e estudos ou comissões encarregadas de estudar e propor alternativas para atender aos problemas de natureza pedagógica administrativa no âmbito escolar;
- XVII. supervisionar o preparo da merenda escolar, quanto ao cumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente relativamente a exigências sanitárias e padrões de qualidade nutricional;

XVIII. definir horário e escalas de trabalho das equipes das Áreas de Administração Escolar e Equipe dos Funcionários que atuam nas Áreas de Alimentação Escolar, Limpeza e Manutenção;

XIX. articular processos de integração da escola com a comunidade;

XX. participar, com a equipe pedagógica, da análise e definição de projetos a serem inseridos no Projeto Político Pedagógico do estabelecimento de ensino, juntamente com a comunidade escolar;

XXI. cooperar com o cumprimento das orientações técnicas de vigilância sanitária e epidemiológica;

XXII. assegurar a realização do processo de avaliação institucional do estabelecimento de ensino;

XXIII. zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

XXIV. manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;

XXV. assegurar o cumprimento dos programas mantidos e implantados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/MEC – FNDE;

XXVI. possibilitar a atuação da Equipe Multidisciplinar no âmbito escolar referente a Educação das Relações Étnico-Raciais.

XXVII. cumprir e fazer cumprir o disposto no Regimento Escolar. XXVIII.

## **GESTÃO PEDAGÓGICA**

A equipe pedagógica é responsável pela coordenação, implantação e implementação, no estabelecimento de ensino, das Diretrizes Curriculares definidas no Projeto Político Pedagógico e no Regimento Escolar, em consonância com a política educacional e orientações emanadas da Secretaria de Estado da Educação e da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 21 - A equipe pedagógica é composta por professores graduados em Pedagogia.

Art. 22 - Compete à Coordenação Pedagógica:

- I. coordenar a elaboração coletiva e acompanhar a efetivação do Projeto Político Pedagógico e do Plano de Ação do estabelecimento de ensino;
- II. orientar a comunidade escolar na construção de um processo pedagógico, em uma perspectiva democrática;
- III. participar e intervir, junto à direção, na organização do trabalho pedagógico escolar, no sentido de realizar a função social e a especificidade da educação escolar;
- IV. coordenar a construção coletiva e a efetivação da Proposta Pedagógica Curricular do estabelecimento de ensino, a partir das políticas educacionais da Secretaria de Estado da Educação, Secretaria Municipal de Educação e das Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais;
- V. organizar, junto à direção da escola, a realização dos Pré-conselhos, dos Conselhos de Classe e Pós Conselho, de forma a garantir um processo coletivo de reflexão-ação sobre o trabalho pedagógico desenvolvido no estabelecimento de ensino;

- VI. coordenar a elaboração e acompanhar a efetivação de propostas de intervenção decorrentes das decisões do Conselho de Classe;
- VII. subsidiar o aprimoramento teórico-metodológico do coletivo de professores do estabelecimento de ensino, promovendo estudos sistemáticos, trocas de experiência, debates e oficinas pedagógicas;
- VIII. organizar e acompanhar a hora atividade dos professores do estabelecimento de ensino, de maneira a garantir que esse espaço-tempo seja de efetivo trabalho pedagógico;
- IX. coordenar o processo coletivo de elaboração e aprimoramento do Regimento Escolar, garantindo a participação democrática de toda a comunidade escolar;
- X. participar do Conselho Escolar, quando representante do seu segmento, subsidiando teórica e metodologicamente as discussões e reflexões acerca da organização e efetivação do trabalho pedagógico escolar;
- XI. acompanhar os estagiários das instituições de ensino quanto às atividades a serem desenvolvidas no estabelecimento de ensino;
- XII. promover a construção de estratégias pedagógicas de superação de todas as formas de discriminação, preconceito e exclusão social;
- XIII. coordenar a análise de projetos a serem inseridos no Projeto Político Pedagógico do estabelecimento de ensino;
- XIV. organizar e acompanhar, juntamente com a direção, as reposições de dias letivos, horas e conteúdos aos discentes;
- XV. orientar, acompanhar e visitar periodicamente os Livros Registro de Classe;
- XVI. acompanhar os aspectos de sociabilização e aprendizagem dos alunos, realizando contato com a família com o intuito de promover ações para o seu desenvolvimento integral;
- XVII. acompanhar a frequência escolar dos alunos, contatando as famílias e encaminhandoos aos órgãos competentes, quando necessário;
- XVIII. acionar serviços de proteção à criança, sempre que houver necessidade de encaminhamentos;
- XIX. manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com colegas, alunos, pais e demais segmentos da comunidade escolar;
- XX. zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;
- XXI. viabilizar a igualdade de condições para a permanência do aluno no CEMEI respeitando a diversidade, a pluralidade cultural e as peculiaridades de cada aluno, no processo de ensino e aprendizagem;
- XXII. cumprir e fazer cumprir o disposto no Regimento Escolar.

### **GESTÃO FINANCEIRA.**

Os recursos financeiros são provenientes de duas formas:

- Recursos federais: PDDE (recurso federal) – valor destinado a melhorias, aquisição de materiais, sendo o valor destinado setenta por cento para capital e trinta por cento para custeio. Para realização das compras com este recurso deve-se seguir os seguintes passos:
  - Primeira reunião com toda comunidade escolar e APPF: levantamento do que pode ser adquirido, de acordo com as necessidades do estabelecimento.
  - Orçamentos: realizar três orçamentos de cada item que pretende adquirir (empresas devem ter CNPJ e estar com sua documentação fiscal toda em dia).
  - Segunda reunião com toda comunidade escolar e APPF: apresentar orçamentos e definir de qual empresa será adquirido os respectivos bens e materiais.

- Terceira Reunião com toda comunidade escolar e APPF: apresentar a prestação de contas

O recurso é depositado em conta corrente e os valores são pagos as empresas com cartão próprio da conta. A prestação de contas é realizada pela Presidente e Tesoureira da APPF, sendo os dados (notas, valores, cópias de atas) lançados pela secretária do CEMEI e direção, após concluída e assinada pela diretoria da APPF é encaminhada para a SEMED que realiza a conferência e lança os dados no sistema PDDE e após fica disponível para análise pela APPF e comunidade escolar.

- Recursos próprios: são oriundos de promoções realizadas durante o ano letivo pela APPF e de doações espontâneas de pais e com apoio da comunidade escolar. A prestação de contas é realizada mensalmente (podendo ser semestral) contabilizando as entradas e saídas e das promoções são realizadas a parte e o valor arrecadado com a promoção é lançado no movimento de caixa como entrada. No total do caixa estão contabilizados os valores depositados em banco e os valores em caixa da escola. A prestação de conta mensal, realizada após o fim do referente mês, fica exposta no mural da escola para todos que quiserem acompanhar a conferência dos valores. Esses recursos são utilizados para realização de melhorias, aquisição de materiais pedagógicos, aquisição de lembrancinhas para alunos e servidores para datas comemorativas, pagamento de contador, documentação escolar entre outros.

Na primeira reunião de pais e servidores deste ano, foi apresentada a proposta de promoções da APPF para este ano e aprovado pela comunidade escolar. O quadro de promoções ficou assim definido:

CALENDÁRIO DE PROMOÇÕES APPF 2020		
MÊS	PROMOÇÃO	DATA
ABRIL/MAIO	AÇÃO ENTRE AMIGOS DIA DAS MÃES	SORTEIO: 30/04/2020
JUNHO	FESTA CAIPIRA COM APRESENTAÇÕES CULTURAIS E FEIRA DE PASTEL	14/06/2020
SETEMBRO	FESTA DA FAMÍLIA NA ESCOLA E FEIRA DE PASTEL	23/09/2020
NOVEMBRO/DEZEMBRO	AÇÃO ENTRE AMIGOS DE NATAL	SORTEIO: 02/12/2020

Este cronograma pode sofrer alterações durante o ano letivo, de acordo com as necessidades da escola ou novo planejamento.

### Gestão financeira

A gestão financeira consiste na organização e no gerenciamento financeiro da escola com o objetivo de monitorar a entrada e a saída de recursos, além de garantir o pleno funcionamento do estabelecimento de ensino, é o conjunto de técnicas e práticas que visam manter o controle das finanças da instituição. Trata-se de compreender, analisar e estudar as quantas anda o fluxo de caixa, contabilizando as entradas com as promoções, doações, recursos federais, ou quaisquer

fontes alternativas, além de buscar todos os gastos envolvidos para a sua manutenção e investimentos e ao planejamento e à aplicação correta e transparente dos recursos.

Os meios e recursos financeiros são obtidos através de:

II – auxílios, subvenções e doações eventualmente concedidas pelos poderes públicos e pessoas físicas ou jurídicas;

III – campanhas e promoções diversas em conformidade com a legislação vigente; IV – juros bancários e correções monetárias provenientes de aplicações em caderneta de poupança e/ou conta corrente; V – outras fontes.

A Diretoria, o Conselho Fiscal da APPF, juntamente com a Direção, Professores e Funcionários, no início do ano letivo, elabora, com base em seus objetivos, um plano de ação da aplicação de recursos, atendendo ao desenvolvimento de ações que representam os reais interesses da comunidade escolar.

### **Contratação de servidores e funcionários**

Os servidores que atuam no CEMEI Santa Clara são contratados pela Prefeitura Municipal de Céu Azul por meio de concurso público (no caso dos servidores efetivos) ou por processo seletivo (para os professores PSS e os estagiários) e o setor da Educação encaminha os servidores para se apresentarem na instituição. Na falta ou exoneração de servidor, compete a direção da escola solicitar outro profissional junto a SEMED, que realiza os encaminhamentos para o processo de contratação pela prefeitura municipal.

Os funcionários da limpeza prestam serviços através de contrato com uma empresa terceirizada, da mesma forma que os servidores da cozinha.

### **PATRIMÔNIO**

O patrimônio do CEMEI é listado e arquivado em livro próprio da instituição. Um livro é para registrar materiais adquiridos com recursos do município, ou seja, Secretaria Municipal de Educação – SEMED, e um outro para registro de materiais adquiridos com recursos próprios. Sendo esses pela APPF – Associação de Pais, Professores e Funcionários. O acompanhamento e controle relativo ao patrimônio. Os materiais adquiridos com recurso do PDDE- Programa Dinheiro Direto na Escola, recebem placas de identificação, solicitadas ao órgão de Patrimônio do município, através de ofício. Quando o material se torna inservível, é feito ofício com número de identificação e encaminhado ao setor de patrimônio do município descrevendo o bem e o número de identificação para dar baixa no mesmo.

### **INSTRUMENTOS E MECANISMOS DE APOIO À GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA**

A gestão democrática na escola pública requer a participação coletiva de toda a comunidade escolar e local na aplicação dos recursos financeiros, na organização de pessoal, na manutenção de patrimônio, na construção e na execução de projetos educacionais, na elaboração e aplicação do Regimento Escolar e na construção e implementação do Projeto Político Pedagógico – PPP.

Para o desenvolvimento de uma gestão democrática na escola, faz-se necessária a utilização de mecanismos que possibilitem participação, compromisso e



partilhamento de decisões, sendo pois, o Diretor e o Coordenador Pedagógico, elementos ativos em todas as proposições da Escola.

As representações escolares que estabelecem um diálogo permanente com a escola são: **Conselho Escolar** – constituído com representações dos professores, pais de alunos, comunidade local, servidores da unidade escolar e diretor, contribuindo para a gestão democrática da Unidade Educacional.

O Conselho Escolar tem função deliberativa, fiscalizadora, mobilizadora, consultiva e avaliativa nas questões pedagógicas, administrativas, financeiras e disciplinares. Foi instituído através da Lei Municipal nº 1.343/2013, de 19 de junho de 2013 e alterado pela Lei Municipal nº 1.495/2014, de 23 de outubro de 2014.

**Associações de Pais, Professores e Funcionários - APPFs** – para desenvolvimento de uma gestão efetiva, é necessário que alunos, pais e professores sejam incentivados a se organizarem para o exercício da liderança participativa de forma responsável e consciente. **Conselho de Classe** – é uma oportunidade de reunir os [professores](#) com o objetivo de refletir sobre a [aprendizagem](#) dos alunos e o processo de ensino. Seu objetivo é favorecer uma [avaliação](#) mais completa do estudante e do próprio trabalho [docente](#), proporcionando um espaço de reflexão sobre o trabalho que está sendo realizado e possibilitando a tomada de decisão para um novo fazer pedagógico, favorecendo mudanças para estratégias mais adequadas à aprendizagem de cada turma e/ou aluno. Conta com a participação de diretor, coordenador pedagógico, professores, alunos e pais, de acordo com as diretrizes da escola. **Regimento Escolar** – É um instrumento normativo que estabelece os aspectos administrativos, pedagógicos, disciplinares, a natureza e a finalidade da Instituição de Ensino e está normatizado na Deliberação nº 02/2018 - CP/CEE/PR e no Parecer Normativo nº 01/2019, do CP/CEE/PR.

É elaborado e aprovado pelo Conselho Escolar, sob a coordenação do Gestor escolar, devendo ser homologado pela Secretaria Municipal de Educação. Este instrumento deverá ser construído, de acordo com Parecer e orientações emanadas da Secretaria de Estado da Educação - Núcleo Regional de Educação de Cascavel, adequando-se às características e peculiaridades da unidade escolar.

**Projeto Político Pedagógico** – PPP – É o documento norteador da Instituição de Ensino, que esclarece sua organização, define objetivos para a aprendizagem dos alunos, e as ações que serão trabalhadas pela escola para atingi-las, amparados nos princípios definidos no Art. 12 da Deliberação nº 02/2018 – CP/CEE/PR.

A definição de uma escola como atuante na sociedade democrática, plural e justa deve trabalhar no sentido de formar cidadãos conscientes, capazes de compreender e criticar a realidade, atuando na procura da superação das desigualdades e do respeito ao ser humano. Quando a escola assume a responsabilidade de atuar na transformação e no desenvolvimento social, seus agentes devem empenhar-se na elaboração de uma proposta para a realização desse objetivo. Essa proposta ganha força na construção de um Projeto Político Pedagógico.

Cada unidade escolar (Centro de Educação Infantil ou Escola), organiza o seu Projeto Político Pedagógico tendo como princípio basilar o materialismo histórico dialético; a psicologia histórico-cultural e a pedagogia histórico-crítica, pressupostos estes necessários à análise do contexto da comunidade na qual se encontra a

instituição escolar, projetando suas intencionalidades e apresentando sua proposta de organização do trabalho administrativo e pedagógico, abarcando a totalidade das atividades que se fazem necessárias para que o ato pedagógico de ensinar e aprender se efetive. Nesse contexto, cada PPP terá explicitado em seus elementos constituintes, além de toda a estrutura de apresentação, os elementos mais importantes indicados nos denominados: Elemento Situacional, Elemento Conceitual, Elemento Operacional. De acordo com a Deliberação Nº 02/2018 – CEE/PR, o Projeto Político-Pedagógico da instituição de ensino deve conter ainda, no mínimo:

- I. o histórico e a organização da instituição;
- II. os princípios filosóficos e conceituais que o fundamentam;
- III. os componentes curriculares e os respectivos encaminhamentos metodológicos;
- IV. as atividades escolares em geral e as ações didático-pedagógicas a serem desenvolvidas durante os períodos letivos;
- V. a matriz curricular específica e a indicação da área ou fase de estudos, com a respectiva carga horária de cada curso;
- VI. os processos de avaliação, classificação, reclassificação, promoção e dependência, sendo esta última, especificamente, para o ensino médio;
- VII. o plano de acompanhamento dos programas de acesso, permanência e desempenho dos estudantes;
- VIII. a organização do ano letivo, atendendo ao disposto na legislação;
- IX. as condições físicas e materiais, existentes e previstas, da instituição de ensino;
- X. a inclusão da pessoa com deficiência e o modo como ocorre o atendimento educacional especializado;
- XI. a especificação de momentos de estudo, o planejamento e a avaliação para os profissionais da educação;
- XII. a forma de organização da hora-atividade dos profissionais docentes.
- XIII. a Metodologia de diagnóstico e avaliação da organização do trabalho pedagógico.
- XIV. o plano de desenvolvimento escolar.

Para a (re)elaboração do PPP, o Coordenador Pedagógico deverá, de forma participativa, vivenciar um gerenciamento fundamentado em princípios de cogestão com os organismos escolares e suas representações associativas, legitimando a tomada de decisões numa ação colegiada com os diferentes níveis de responsabilidades da equipe gestora da escola e da Rede Municipal de Ensino.

## AÇÕES

<b>AÇÃO</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>ESTRATÉGIAS</b>
01- Cumprimento das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação.	Assegurar palestras para orientação e apoio às famílias, a fim de garantir o direito da criança e seu desenvolvimento integral. Assegurar ações de caráter pedagógico. Cumprir as	Secretaria municipal de educação. Direção, Coordenação Pedagógica e Docentes	Conhecer o plano e colocar em prática o Plano Municipal de Educação deste município, viabilizar mecanismos para garantir a participação dos pais ou responsável legal no processo de aprendizagem.
	determinações aprovadas no Plano Municipal de Educação		
<b>AÇÃO</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>ESTRATÉGIAS</b>

<b>02-</b> Alimentação Escolar	A alimentação escolar tem como <b>objetivo</b> atender às necessidades nutricionais do educando durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para seu crescimento, desenvolvimento, aprendizagem e rendimento <b>escolar</b> , bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis	Direção; Cozinheiras e professores	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar o pedido da merenda mensalmente, seguindo o prazo estipulado para entrega do mesmo;</li> <li>- Realizar o preparo das refeições, seguindo o cardápio escolar, garantindo uma alimentação balanceada;</li> <li>- Realizar a conferência periódica da data de validade dos alimentos; - Realizar a conferência da qualidade dos alimentos no ato da entrega</li> <li>- Manter o ambiente da cozinha bem como seus utensílios e armários sempre organizados e higienizados.</li> </ul>
<b>AÇÃO</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>ESTRATÉGIAS</b>
<b>03-</b> Garantia de acesso e permanência dos alunos com sucesso	Garantir a todos os alunos o direito ao acesso e a permanência na escola em conformidade com a LDB.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pais</li> <li>- Direção</li> <li>- Coordenação</li> <li>- Professores</li> <li>- Conselho Escolar</li> </ul>	Fazer um acompanhamento diário observando seu desenvolvimento escolar, principalmente alunos alguma dificuldade de aprendizagem fazendo atividades diferenciadas
<b>AÇÃO</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>ESTRATÉGIAS</b>
<b>04</b> - Documentação Escolar	Manter organizada e atualizada a documentação escolar.	Secretária e Direção	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Efetuar matrículas de alunos, no CEMEI e no sistema SERE; - Manter arquivos da escola organizados e etiquetados;</li> <li>-Manter atualizados todos os documentos, anotar datas de renovação de funcionamento e credenciamento</li> <li>- Responder as solicitações providas da secretaria de educação ou de outro órgão. - Registrar na pasta dos alunos todos os dados que se referem a sua vida escolar.</li> <li>- Procurar sempre guardar corretamente os documentos, arquivando-os todos no final de cada ano letivo e identificar todas as caixas para facilitar a busca se necessário.</li> </ul>
<b>AÇÃO</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>ESTRATÉGIAS</b>
<b>05</b> - Gestão administrativa	Administrar os valores recebidos de forma adequada. Administrar em parceria, buscando sempre o melhor maneira de resolver os problemas institucionais como um todo.	Direção	Organizar reuniões de pais, professores e funcionários periodicamente, visando maior participação, interesse e compromisso deles nas atividades promovidas pela instituição; Assegurando uma atuação mais efetiva do Conselho Escolar direcionada as questões pedagógicas e fiscalizadoras.
<b>AÇÃO</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>ESTRATÉGIAS</b>

<p><b>06 - Gestão Financeira PDDE Interativo</b></p>	<p>Administrar os recursos financeiros recebidos através de suas fontes mantenedoras, de forma adequada, discutindo sua aplicação em suas necessidades didático pedagógicas e físicas. Sistema</p> <p>Promover eventos para angariar recursos financeiros</p> <p>Administrar os valores recebidos de forma adequada buscando aplicar os recursos para o bem comum de todos e conforme as necessidades do estabelecimento de ensino</p> <p>Aplicar o recurso com responsabilidade nas necessidades pesquisadas.</p>	<p>Direção APPF Conselho Escolar</p>	<p>- Organizar eventos. - Realizar orçamentos periodicamente; - Efetuar compras.</p> <p>Através de reuniões com a comunidade escolar faz-se um levantamento quanto as necessidades emergenciais do estabelecimento, após o levantamento, este é apresentado a comunidade escolar em assembleia onde fica registrado em ata as decisões tomadas as quais serão realizados três orçamentos que será optado pelo menor preço e/ou melhor qualidade.</p>
<p><b>AÇÃO</b></p>	<p><b>OBJETIVO</b></p>	<p><b>RESPONSÁVEL</b></p>	<p><b>ESTRATÉGIAS</b></p>

<b>07 - Gestão Pedagógica</b>	Coordenar a implementação das Diretrizes Pedagógicas, aplicar normas, procedimentos e medidas de acordo com instruções da Secretaria Municipal de Educação. Se responsabilizar pela organização e pelo planejamento da Proposta Política Pedagógica de ensino da escola, assim como definir os melhores métodos de ensino aprendizagem, estabelecer metas educacionais e avaliar o desenvolvimento de professores e alunos assim como criar um ambiente estimulante e que proporcione a aprendizagem. Avaliar o trabalho exercido pelos profissionais e transformar suas demandas e dificuldades em plano de ação	Coordenação pedagógica. Coordenação pedagógica da secretaria municipal de educação Docentes Direção	- Através da elaboração e acompanhamento do trabalho subsidiando o professor com materiais específicos, diagnosticando os resultados desenvolvidos, refletindo sobre as intervenções didáticas e outras possibilidades de como atuar no processo. - Encontros semanais durante a hora atividade; - Incentivo e orientação sobre estudos do Currículo (BNCC <sup>12</sup> , PPC <sup>14</sup> ); - Reuniões com a direção, professores e pais ou responsáveis (serão constantes, durante as coordenações, reuniões de pais e com professores). Elaborar planos de aula com base as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica, Proposta Curricular da Educação Infantil para a rede Pública Municipal Região Oeste do Paraná e Legislação Vigente contempladas no Projeto político Pedagógico/Proposta Pedagógica
-------------------------------	---	--	---

			e regulamentadas no regimento Escolar, em consonância com a política educacional e orientações emanadas da Semed.
<b>AÇÃO</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>ESTRATÉGIAS</b>

<sup>12</sup> Base Nacional Comum Curricular. <sup>2</sup> Proposta Pedagógica Curricular do Oeste do Paraná.

<p><b>08</b> -Programa Saúde na Escola</p>	<p>Contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças da rede pública de ensino.</p>	<p>Secretaria de Educação Secretaria de Saúde Escola/CEMEI</p>	<p>de Avaliação das Condições de Saúde das crianças que estão na escola pública da Rede Municipal de Ensino; (RETIRAR) - Promoção da Saúde e de atividades de Prevenção; - Educação Permanente e Capacitação dos Profissionais da Educação;(RETIRAR) - Monitoramento e Avaliação da Saúde dos Estudantes; Monitoramento e Avaliação do Programa. - Orientação para os professores observar as crianças e se necessário solicitar a direção/coordenação realizar conversa e orientação com os pais e solicitar avaliação nutricional quando for este o caso. Realizar palestras que visem a melhoria da qualidade de vida das pessoas da comunidade escolar. Realizar palestras com os pais ou responsáveis com especialista da área da saúde bucal e agentes de saúde.</p>
--	---	--	--

AÇÃO	OBJETIVO	RESPONSÁVEL	ESTRATÉGIAS
<p><b>09</b> - Programa A União Faz a Vida</p>	<p>Incentivar a cooperação, o diálogo, o comportamento solidário, a formação de consciência coletiva e democrática</p>	<p>Secretaria de Educação; Fundação SICREDI</p>	<p>- Incentivo ao trabalho em grupo, a comunicação, a afetividade e o diálogo no desenvolvimento das atividades educacionais; - Estimular o desenvolvimento de projetos onde as crianças e adolescentes deixam o papel passivo, de simples receptores de conhecimento, e passam a ser sujeitos ativos no processo de aprendizagem;</p>
AÇÃO	OBJETIVO	RESPONSÁVEL	ESTRATÉGIAS

<p><b>10</b> -Bullyng</p>	<p>Contemplar no Plano de Ação da instituição de ensino, ações de prevenção às situações de "bullying", estabelecendo medidas que promovam a cultura de Educação em Direitos Humanos</p>	<p>Equipe gestora, docentes e funcionários</p>	<p>-Realizar atividades lúdicas e pedagógicas que visem a interação e o respeito mútuo. -Realizar projetos que trabalhe a importância do eu e do respeito pelo outro.</p>
AÇÃO	OBJETIVO	RESPONSÁVEL	ESTRATÉGIAS

<p><b>11-</b> Transição entre Educação Infantil e Ensino Fundamental</p>	<p>Articular ações para a transição entre a Educação Infantil e Ensino Fundamental</p>	<p>Equipe gestora, docentes, funcionários</p>	<p>Informar aos pais o cumprimento das ações da escola, quanto as atividades adaptativas da transição.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolver medidas de acolhimento dos alunos de outras instituições escolares, juntamente com a equipe da escola, funcionários e alunos.</li> <li>- Criar ações pedagógicas que proporcione uma transição mais tranquila dos alunos para instituições escolares do Ensino Fundamental.</li> </ul>
<p><b>AÇÃO</b></p>	<p><b>OBJETIVO</b></p>	<p><b>RESPONSÁVEL</b></p>	<p><b>ESTRATÉGIAS</b></p>

12 – Inclusão Escolar	Garantir acessibilidade aos portadores de necessidades especiais ou de distúrbios de aprendizagem.	Equipe gestora, docente, SEMED, CAMU e APAE.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaboração coletiva de estratégias e propostas de ação, com vistas à superação das dificuldades apontadas, propondo medidas que viabilizem um melhor aproveitamento escolar, tendo em vista o respeito à cultura do educando, integração e relacionamento com os alunos em sala de aula.</li> <li>- Criar oportunidades frequentes de troca de ideias, informações e sugestões entre gestores, professores e demais profissionais que atuam junto às crianças.</li> <li>- Estabelecer mecanismos de recuperação de estudos, concomitantes ao processo de aprendizagem, que atendam às reais necessidades dos alunos, em consonância com a Proposta Pedagógica Curricular da escola. Planejar e elaborar atividades que sejam de acordo com a faixa etária dos alunos, observando as dificuldades e especificidades de cada um, dando oportunidade de melhoria da aprendizagem.</li> <li>- Realizar e organizar pré-conselhos e conselhos de classe com todos os envolvidos na aprendizagem dos alunos para discutir o desenvolvimento de cada um e definir estratégias e ações para melhoria da aprendizagem da criança</li> </ul>
<b>AÇÃO</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>ESTRATÉGIAS</b>



<p><b>13 – Articulação com a família e a comunidade escolar</b></p>	<p>Fortalecer a interação da escola com a comunidade que está inserida, permitindo que as famílias conheçam o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem na Educação Infantil.</p>	<p>Gestão Escolar, Pais e responsáveis equipe docente.</p>	<p>Planejar e efetivar o acolhimento das crianças e das famílias desde os primeiros momentos na escola, contribui para o maior envolvimento da família na vida escolar do aluno, tendo em vista a construção de uma educação de melhor qualidade.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Articulação atividades pedagógicas e projetos, o qual a família participa em casa e/ou na escola auxiliando e realizando juntamente com as crianças ilustrações, pesquisas, brincadeiras, possibilitando assim, momentos de interação e troca de vivências e experiências entre os membros da família.</li> <li>- Realizar reuniões pedagógicas possibilitando a maior aproximação e comunicação entre os pais, professores, coordenação e direção, oportunizando à escola conhecer mais de perto o aluno em seu contexto familiar. Promovendo a articulação de ações que possibilitem a construção do conhecimento compartilhado e coletivo.</li> </ul>
<p><b>AÇÃO</b></p>	<p><b>OBJETIVO</b></p>	<p><b>RESPONSÁVEL</b></p>	<p><b>ESTRATÉGIAS</b></p>

<p><b>14</b> -Melhoria do processo ensino e aprendizagem</p>	<p>-Identificar a importância de um trabalho pedagógico qualificado e voltado para o processo do desenvolvimento da aprendizagem das crianças, considerando a participação de todos os envolvidos com a aprendizagem como um processo articulado. Valorizando a individualidade e vivência de cada criança desenvolvendo suas possibilidades sob os aspectos cognitivo, afetivo e social.</p>	<p>Equipe gestora, docentes, funcionários e SEMED</p>	<p>- Elaboração coletiva de estratégias e propostas de ação, com vistas à superação das dificuldades apontadas, propondo medidas que viabilizem um melhor aproveitamento escolar, tendo em vista o respeito à cultura do educando, integração e relacionamento com os alunos em sala de aula.</p>
			<p>- Criar oportunidades frequentes de troca de ideias, informações e sugestões entre gestores, professores e demais profissionais que atuam junto às crianças.</p> <p>- Estabelecer mecanismos de recuperação de estudos, concomitantes ao processo de aprendizagem, que atendam às reais necessidades dos alunos, em consonância com a Proposta Pedagógica Curricular da escola.</p> <p>- Planejar e elaborar atividades que sejam de acordo com a faixa etária dos alunos, observando as dificuldades e especificidades de cada um, dando oportunidade de melhoria da aprendizagem.</p> <p>- Realizar e organizar pré conselhos e conselhos de classe com todos os envolvidos na aprendizagem dos alunos para discutir o desenvolvimento de cada um e definir estratégias e ações para melhoria da aprendizagem da criança</p>

<b>15 – Desafios contemporâneos</b>	Garantir a educação de qualidade a todos os brasileiros, dentre os quesitos de qualidade está priorizar as questões étnicas. A relevância do estudo de temas em consonância com as diretrizes	Equipe gestora e docentes	-Preparar e realizar metodologias para novas abordagens, utilizando-se de estratégias que viabilizem a construção de conhecimentos para si e seus educandos. - Realizar atividades lúdicas para criar novas atitudes, posturas e valores que eduquem os descendentes para que interajam na construção da realidade.
<b>AÇÃO</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>ESTRATÉGIAS</b>
<b>16 – Recreio Interativo</b>	Oportunizar estabelecer um recreio com atividades que oportunizem a alimentação saudável, a autonomia, a socialização e o brincar.	Equipe gestora e docentes e funcionários	- Acompanhar e realizar momentos de alimentação, de brincadeiras dirigidas com acompanhamento de direção e/ ou coordenação, docentes da escola e funcionários quando necessário.
<b>AÇÃO</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>ESTRATÉGIAS</b>
<b>17- Brigada Escolar</b>	- Proporcionar aos alunos da rede de ensino condições mínimas para enfrentamento de situações emergenciais no interior das escolas; - Promover o levantamento das necessidades de adequação do ambiente escolar; - Articular os trabalhos entre os integrantes da Defesa Civil Estadual, do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar (Patrulha Escolar Comunitária) e dos Núcleos de Educação; - Adequar as edificações escolares estaduais às normas mais recentes de prevenção contra incêndio e pânico do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná	Corpo de Bombeiros; Polícia Militar; Defesa Civil; SEMED; Comunidade escolar	Simular plano de abandono; Conhecer e executar abandono em caso de situações emergências; Zelar pela segurança de alunos, evitando pânico em casos de emergência;
<b>AÇÃO</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>ESTRATÉGIAS</b>
<b>18 – Semana do Autismo</b>	Apresentar propostas educativas objetivando a formação da cidadania, visando que alunos desenvolvam competências para lidar de maneira consciente, crítica, democrática e autônoma com a diversidade e conflitos de ideias, com as influências da cultura e com os sentimentos e as emoções presentes nas relações que estabelecem consigo mesmo e com o mundo a sua volta.	Equipe gestora, docente, SEMED, CAMU e APAE.	Mediar benefícios, no aprendizado e na interação social. Mediar através de fonoaudiologia, terapia ocupacional, entre outros profissionais, conforme a necessidade de cada autista.
<b>AÇÃO</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>ESTRATÉGIAS</b>

<p><b>19 – Desafios Contemporâneos</b></p>	<p>Promover a análise, a reflexão, a difusão de ideias e o cruzamento de múltiplas perspectivas a respeito do contexto atual nos campos social, da cultura e da educação, além de propiciar a troca de experiências entre diversos agentes: formuladores de políticas públicas, empreendedores,</p>	<p>Coordenação pedagógica.          Coordenação pedagógica da secretaria municipal de educação          Docentes          Direção</p>	<p>Garantir a aprendizagem de conhecimentos, habilidades e valores necessários à socialização do indivíduo. propiciar o domínio dos conteúdos culturais básicos, da leitura e da escrita, das ciências, das artes, das letras... etc,.</p>
--	---	---	--

**ANEXO 07 ATA DE APROVAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR**

1 **Ata n.º 06/2020** – Aos trinta dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte, às dez  
 2 horas e cinquenta minutos, deu início a reunião por meio digital, em função da  
 3 Pandemia do COVID -19, para evitar aglomerações e a propagação da referida  
 4 doença, via grupo de WhastApp do Conselho Escolar do Centro Municipal de  
 5 Educação Infantil – CEMEI Santa Clara, localizado na Rua Professor Niterói, número  
 6 280, Bairro União – Céu Azul, Paraná, para apresentação do novo PPP (Projeto  
 7 Político Pedagógico) e aprovação do mesmo. A Diretora Sandra Maria da Silva  
 8 colocou que a construção do PPP iniciou-se no ano anterior a este e agora, com a  
 9 conclusão do mesmo, necessita da aprovação do Conselho Escolar para encaminhá-  
 10 lo ao Núcleo Regional de Educação, juntamente com a Declaração de Legalidade.  
 11 Devido a Pandemia de COVID-19, a diretora enviou o PPP via e-mail, para leitura e  
 12 aprovação dos membros, pois o mesmo era muito extenso para disponibilizar no  
 13 grupo de WhastApp. Após leitura e análise, os membros que se manifestaram, sendo  
 14 André Carlos Ramos, Elizabeth Acácio da Costa, Michelly Talita Holeck Ramos,  
 15 Franciela Feñãnda de Lima, Lucimara Santos da Cruz, Daniely Ienerich Kaktin  
 16 Tavares, Roseli Wengrat Tillwitz, Márcia Cristina Bonofácio Santana de Aquino, Ana  
 17 Carolina Mogliazza, Ines Fernades de Moura, Elisangela Alves Vieira foram  
 18 favoráveis, aprovando o PPP. Não houve oposição ao novo Projeto Político  
 19 Pedagógico. Sem mais para o momento, lavrou-se a ata que após disponibilizada no  
 20 grupo de WhastApp do Conselho Escolar, lida e aprovada, segue assinada por mim,  
 21 Daniely Ienerich Kaktin Tavares, secretária, e pelos demais participantes Secretária

22 Daniely Ienerich Kaktin Tavares..... *Daniely Ienerich Kaktin Tavares*  
 23 Sandra Maria da Silva..... *Sandra Maria da Silva*  
 24 André Carlos Ramos..... *André Carlos Ramos*  
 25 Ana Caroline Mogliazza.....  
 26 Elizabeth Acácio da Costa..... *Elizabeth A. da Costa*  
 27 Márcia Cristina Bonifácio Santana de Aquino..... *Márcia CBS de Aquino*  
 28 Roseli Wengrat Tillwitz..... *Roseli Wengrat Tillwitz*  
 29 Elisangela Alves Vieira..... *Elisangela C. Vieira*

Ata n.º 06/2020  
 Assunto: Aprovação do Projeto Político Pedagógico  
 Dia 30 de julho de 2020

## ANEXO 08 - TERMO DE LEGALIDADE DO CONSELHO ESCOLAR



CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL  
SANTA CLARA

DECLARAÇÃO DE LEGALIDADE Nº 001/ 2020 emitida pelo

Conselho Escolar da CEMEI – Centro Municipal de Educação Infantil Santa Clara

**ASSUNTO:** Declaração de Legalidade referente ao Projeto Político-Pedagógico

**Centro Municipal de Educação Infantil Santa Clara** apresenta o **Projeto Político Pedagógico** elaborado pela Comunidade Escolar e aprovado pelo seu Conselho Escolar.

O Conselho Escolar emite a presente Declaração que resulta da verificação da legalidade do **Projeto Político Pedagógico** da referida Instituição.

O presente **Projeto Político Pedagógico** atende os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96, da Deliberação nº 02/2018-CP/CEE/PR, da Deliberação 03/2018-CP/CEE/PR que versa sobre o Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações, bem como do Parecer Normativo nº 01/2019 – CP/CEE/PR, Instrução Normativa Conjunta Nº 05 DEDUC/DPGE/SEED e RESOLUÇÃO Nº 3.592/2019 - GS/SEED.

É a Declaração.

Céu Azul, 13 de agosto de 2020

**André Carlos Ramos**

Presidente do Conselho Escolar

Conforme aprovado em Ata 06/2020 do dia 30 de julho de 2020.

**ANEXO 09 - TERMO DE LEGALIDADE DA SEMED**



*Secretaria Municipal de Educação*  
*Céu Azul - Paraná*

**DECLARAÇÃO DE LEGALIDADE Nº 03/2020**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CÉU AZUL**

**ASSUNTO:** Declaração de Legalidade referente ao Projeto Político Pedagógico – 2020 do Centro Municipal de Educação Infantil Santa Clara.

O **Centro Municipal de Educação Infantil Santa Clara** apresenta o **Projeto Político Pedagógico – 2020** elaborado pela Comunidade Escolar e aprovado pelo seu Conselho Escolar.

A Secretaria Municipal de Educação de Céu Azul emite a presente Declaração que resulta da verificação da legalidade do **Projeto Político Pedagógico – 2020** da referida Instituição.

O presente **Projeto Político Pedagógico – 2020** atende os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96, da Deliberação nº 02/2018-CP/CEE/PR, da Deliberação 03/2018-CP/CEE/PR, que versa sobre o Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações, bem como do Parecer Normativo nº 01/2019 – CP/CEE/PR.

É a Declaração.

Céu Azul, 20 de agosto de 2020.

Secretaria Municipal de Educação de Céu Azul

*m.s.p.*  
**Cleonides Wolf da Silva**  
Secretária Municipal de Educação  
Dec. nº 4915/2017

Av. Nilo Umberto Deitos, 1426- Fone: (45) 3221-1000 Ramal: 1004 - C.P. 155 - CEP 85840-000  
Céu Azul- PR  
E-mail: semedceu@gmail.com



## ANEXO 10:PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR



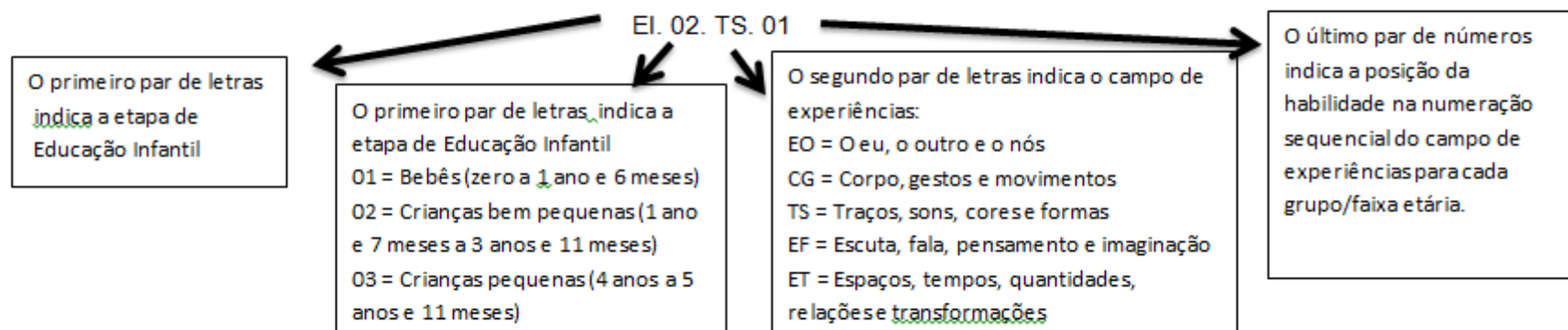
## DOCUMENTOS ORIENTADORES

A proposta pedagógica da escola está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 e tem como objetivo principal garantir a autonomia das instituições de ensino no que se refere à gestão de suas questões pedagógicas. Na prática, trata-se de um documento que define a linha orientadora de todas as ações da escola, desde sua estrutura curricular até suas práticas de gestão, a Base desse documento deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil.

A Proposta Pedagógica Curricular -PPC está baseada no documento orientador nacional Base Nacional Comum Curricular – BNCC, no Currículo da Rede Estadual Paranaense – CREP a Proposta Pedagógica Curricular – Ensino Fundamental – Anos Iniciais. Rede Pública Municipal – Região da AMOP a DELIBERAÇÃO Nº 02/2018, que trata das Normas para a Organização Escolar, o Projeto Político-pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições de educação básica que integram o Sistema Estadual de Ensino do Paraná e a INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 05/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, que Retifica a Instrução Normativa Conjunta Nº 04/2019 – DEDUC/DPGE/SEED que dispõe sobre a Organização Escolar, Conselho Escolar, Projeto PolíticoPedagógico, Proposta Pedagógica Curricular, Regimento Escolar e período letivo para as instituições de educação básica que integram o Sistema Estadual de Ensino do Paraná.

Esta PPC se utiliza dos conteúdos essenciais para cada campo de experiência (coluna conteúdos), em cada etapa da educação infantil e, também, a distribuição temporal dos conteúdos em trimestres ao longo do ano letivo.

**ESTRUTURA DO CÓDIGO:** Como é possível observar no exemplo apresentado, cada objetivo de aprendizagem e desenvolvimento é identificado por um código alfanumérico cuja composição é explicada a seguir:



Cumprido destacar que a numeração sequencial dos códigos alfanuméricos não sugere ordem ou hierarquia entre os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento.

São os conteúdos e a forma como são trabalhados que traçam uma linha sequente e gradativa para que os estudantes adquiram conhecimento e repertório cultural, desenvolvam o pensamento científico, crítico e criativo, a comunicação, a cultura digital, a argumentação, compreendam as relações entre trabalho e projeto de vida e aprimorem o autoconhecimento, o autocuidado, a empatia e a cooperação, tornando-se cidadãos responsáveis e capazes de atuar na sociedade.

A BNCC da educação infantil, valoriza as situações lúdicas de aprendizagem, aponta para a necessária articulação com as experiências vivenciadas na Educação Infantil. Tal articulação precisa prever tanto a progressiva sistematização dessas experiências quanto o desenvolvimento, pelos alunos, de novas formas de relação com o mundo, novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos, que faz-se necessário entender/compreender os Pressupostos Filosóficos, Psicológicos, Pedagógicos e Legais, bem como estudar cada componente curricular no que tange à Concepção, aos Objetivos, aos Pressupostos Teórico - metodológicos e à Avaliação. Como primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil é o início e o fundamento do processo educacional. A entrada na creche ou na pré-escola significa, na maioria das vezes, a primeira separação das crianças dos seus vínculos afetivos familiares para se incorporarem a uma situação de socialização estruturada.

Nas últimas décadas, vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula educar e cuidar, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo. Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas

propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação.

Nessa direção, e para potencializar as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças, a prática do diálogo e o compartilhamento de responsabilidades entre a instituição de Educação Infantil e a família são essenciais. Além disso, a instituição precisa conhecer e trabalhar com as culturas plurais, dialogando com a riqueza/diversidade cultural das famílias e da comunidade.

## **PRINCÍPIOS ORIENTADORES**

I - educação como Direito inalienável de todos os cidadãos, sendo premissa para o exercício pleno dos direitos humanos;

II - prática fundamentada na realidade dos sujeitos da escola, compreendendo a sociedade atual e seus processos de relação, além da valorização da experiência extraescolar;

III - igualdade e equidade, no intuito de assegurar os direitos de acesso, inclusão, permanência com qualidade no processo de ensino e aprendizagem, bem como superar as desigualdades existentes no âmbito escolar;

IV - compromisso com a formação integral, entendendo-a como fundamental para o desenvolvimento humano;

V - valorização da diversidade, compreendendo o estudante em sua singularidade e pluralidade;

VI - educação inclusiva que identifique as necessidades dos estudantes, para organizar os recursos de acessibilidade e realizar atividades pedagógicas específicas que promovam o acesso do estudante ao currículo;

VII - transição entre as etapas da Educação Básica, respeitando as fases do desenvolvimento dos estudantes; VIII - ressignificação dos Tempos e Espaços da Escola, no intuito de reorganizar o trabalho educativo; IX - a avaliação com fundamento em uma perspectiva formativa.

## **DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.

Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.

Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.

Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.

Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.

Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.

## APRESENTAÇÃO DO CAMPO DE EXPERIENCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS

### IMPORTÂNCIA DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA

Esse campo de experiência e de suma importância para o desenvolvimento da criança pois, refere-se aos saberes e aos conhecimentos de si mesmo (sua identidade e autonomia), ao conhecimento do mundo a sua volta, ao convívio social e ao contato com diversas culturas solidarizando-se com os outros. A construção da identidade e da autonomia é um aspecto importante no desenvolvimento infantil e encontra-se diretamente ligada à socialização, o que implica sentimentos de bem-estar e de segurança, os quais, segundo Souza e Borges (2002) “são pré-requisitos para o estabelecimento da socialização e da autonomia da criança pequena” (SOUZA; BORGES, 2002, p. 99).

### JUSTIFICATIVA DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA

Desse modo, à medida que o professor atua para a percepção do próprio corpo por parte da criança e incentiva a participação na organização dos espaços e das brincadeiras, fazendo escolhas e trocando pontos de vista, fazendo perguntas e levantando hipóteses, fazendo pesquisas e dando sugestões, bem como expressando sua opinião, estará contribuindo para o desenvolvimento de características iminentemente humanas.

É por meio dos primeiros cuidados que a criança percebe seu próprio corpo como separado do corpo do outro, vai aprendendo a organizar suas emoções e amplia seus conhecimentos sobre o mundo. Assim, assume relevância o trabalho com a respiração e a consciência sobre ela como um dos primeiros trabalhos constituidores da percepção do próprio corpo, sendo que o riso, o choro e a gargalhada podem servir de ponto de partida para a percepção dos movimentos que provocam no próprio corpo.

Na interação inicial, por meio das relações com pais, professores e outras pessoas do seu convívio social, a criança vai elaborando suas primeiras noções de identidade, as quais estão relacionadas à noção de pertencimento a um determinado grupo, fator que contribui para as sensações de segurança e proteção, essenciais ao bem-estar e à tranquilidade. Por meio das interações e brincadeiras, a criança, além de imitar a vida, elabora conceitos que auxiliam nas situações de interação social. Esse processo acontece de modo gradativo e o professor deverá estar atento ao histórico de vida de seus alunos, levando em consideração os que frequentam a instituição escolar desde o início até os que foram matriculados posteriormente, em tempos distintos, observando aqueles que vêm de ambientes familiares e sociais em que há muitos estímulos e os que convivem em ambientes com menores possibilidades de interação. Esse reconhecimento possibilitará ao(a) professor(a) a organização de planos de trabalho que contemplem especificidades de modo a garantir que todas as crianças tenham seu direito de desenvolvimento garantido em todos os saberes e conhecimentos.

## **OBJETO DE ESTUDO DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA**

Esse é um campo que dialoga com saberes de outros campos, pois, sobretudo no berçário, a comunicação visual, gestual, emocional e o diálogo promovido pelo(a) professor(a) são elementos constituintes dos saberes e conhecimentos dos campos de experiências Corpo, Gestos e Movimentos, bem como Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação. Assim, à medida que interage, que brinca, que vivencia, que participa de situações diversas mediadas pela interação dialógica com o(a) professor(a), o qual tem por responsabilidade interpretar e, portanto, significar e atribuir sentidos às diversas experiências, a criança-aluno vai sendo inserida em um universo de experiências sociais e culturais que lhe permite se apropriar, gradativamente, do universo simbólico que a rodeia, sendo a percepção o objeto de estudo principal a percepção do próprio corpo por parte da criança .

## **OBJETIVO GERAL**

Promover o desenvolvimento das crianças em suas máximas possibilidades, por meio da apropriação das experiências das gerações anteriores para que sejam sujeitos históricos e sociais.

## **OBJETIVO DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA**

Neste grupo, os objetivos educacionais estão focados em estimular e desenvolver os aspectos a seguir:

Demonstrar atitudes de cuidado e solidariedade na interação com crianças e adultos, além de uma imagem positiva de si e confiança em sua capacidade para enfrentar dificuldades e desafios;

Compartilhar os objetos e os espaços com crianças da mesma faixa etária e adultos;

Comunicar-se com os colegas e os adultos, buscando compreendê-los e fazendo-se compreender;

Habituar-se a práticas de cuidado com o corpo, desenvolvendo noções de bem-estar;

Respeitar regras básicas de convívio social nas interações e brincadeiras;

Valorizar a diversidade ao participar de situações de convívio com diferenças;

Resolver conflitos nas interações e brincadeiras, com a orientação de um adulto.

É na interação com os pares e com adultos que as crianças vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista. Conforme vivem suas primeiras experiências sociais (na família, na instituição escolar, na coletividade), constroem percepções e questionamentos sobre si e sobre os outros, diferenciando-se e, simultaneamente, identificando-se como seres individuais e sociais. Ao mesmo tempo que participam de relações sociais e de cuidados pessoais, as crianças constroem sua autonomia e senso de autocuidado, de reciprocidade e de interdependência com o meio. Por sua vez, na Educação Infantil, é preciso criar oportunidades para que as crianças entrem em contato com outros grupos sociais e culturais, outros modos de vida, diferentes atitudes, técnicas e rituais de cuidados pessoais e

do grupo, costumes, celebrações e narrativas. Nessas experiências, elas podem ampliar o modo de perceber a si mesmas e ao outro, valorizar sua identidade, respeitar os outros e reconhecer as diferenças que nos constituem como seres humanos.

O trabalho pedagógico a ser desenvolvido nesse campo tem a intencionalidade de promover a percepção do eu, do outro e do nós, nos diferentes espaços e grupos, pelos e nos quais a criança transita e/ou encontra-se inserida. De forma gradativa e intencional, é preciso conduzi-la para que se aproprie das diferentes formas de convivência, organização em cada um desses grupos e espaços, de modo que tome consciência de qual “lugar” ela ocupa, como criança, em cada um dos diferentes grupos, espaços e tempos, ampliando seu universo de saberes e conhecimentos. Esses conhecimentos se referem ao eu, ao eu e ao outro, ao outro como família, ao outro como escola, ao outro como outros (possíveis estranhos), ao outro como outros grupos de convivência, aprendendo a expressar suas necessidades, desejos, emoções e a comunicar-se, apropriando-se de regras de convivência de modo a construir, gradativamente, posturas mais autônomas, confiantes, empáticas, respeitadas a si e ao outro. Esse é um campo de experiências que exige a manipulação, a exploração, a movimentação, o uso de elementos da cultura de diferentes grupos, de modo a contemplar a diversidade e contribuir para o enfrentamento de práticas de discriminação racial, de gênero ou mesmo em decorrência da condição social das crianças e suas famílias, requerendo que o(a) professor(a) relacione essas diferenças ao gênero humano.

## QUADRO ORGANIZADOR DOS CONTEÚDOS DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS

Legenda: A/T – ano todo.

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS						
SABERES E CONHECIMENTOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	Conteúdos	Bebês- 0 a 1 ano	Crianças bem pequenas 1 ano	Crianças pequenas 2 e 3 anos	Crianças 4 e 5 anos
Família e pessoas do convívio social.	Perceber-se e se relacionar com outros indivíduos.	Acontecimentos do cotidiano familiar e do grupo social.	X			
	Conhecer e reconhecer seus familiares e outras pessoas do convívio social.	Direitos e deveres (regras combinadas, controle de conduta).	X			
Comunicação oral e corporal com o outro.	Perceber que pode se comunicar por meio de sorriso, choro, balbúcio e gestos.	Reconhecimento oral e visual do próprio nome.	X			
	Responder a estímulos, manifestando reações.	História do nome	X			
	Demonstrar sentimento de afeição/vínculo pelas pessoas com as quais interage.	Relação de parentesco (pai, mãe, irmãos, tios, avós).	X			
	Vivenciar situações simples de dar e receber brinquedos, alimentos e outros objetos.	Identificar membros da família	X			



CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS							
	Brincar com outras crianças e adultos, imitando ou mostrando suas ações para estabelecer relações.	Socialização (compartilhar )	X				1º
	Interagir com o outro ao receber aconchego nos momentos de choro e conflito.	Interação com o outro estabelecendo relações.	X				1º
(EIO/01EO02) Perceber as possibilidades e os limites de seu corpo nas brincadeiras e interações das quais participa.							
O próprio corpo.  Corpo: possibilidades e limites.	Explorar o próprio corpo na perspectiva de conhecê-lo, sentindo os seus movimentos, ouvindo seus barulhos.	Compreensão global do corpo explorando suas partes e funções em diferentes interações	X				2º
	Conhecer as partes do corpo: mãos, pés, barriga, cabeça, boca e nariz, olho e orelha.	Sensações (cinco sentidos) e percepções Gestos: uso e funções dos gestos e movimentos	X				2º
	Participar de experiências em que o(a) professor(a) realiza movimentos com seu corpo.	Sensações (cinco sentidos) e percepções.	X				3º
	Observar pessoas ou objetos que se movem em sua linha de visão e gradativamente ao seu redor.	Gestos: uso e funções dos gestos e movimentos.	X				2º
	Participar de brincadeiras propostas pelo adulto.	Relação com o próprio corpo, com o corpo do outro e do corpo com o espaço	X				2º
	Esconder e achar objetos e pessoas.	Brincadeiras direcionadas e livres	X				3º

	Realizar progressivamente ações de engatinhar, andar, levantar, sentar, carregar, rastejar.	Raciocínio lógico e percepção espacial.	X					3º
--	---	---	---	--	--	--	--	----

**CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS**

(EIO/01EO03) Interagir com crianças da mesma faixa etária e adultos ao explorar espaços, materiais, objetos e brinquedos.

Profissionais e espaços da instituição.	Participar de eventos culturais e coletivos.	Convivência nos diversos espaços coletivo e individual.	X					2º
	Conhecer e relacionar-se com as crianças e profissionais da instituição.	Vivenciar situações que envolvam afeto, atenção e limites.	X					1º
Características físicas, propriedades e utilidades dos objetos.	Interagir com os(as) professores(as), funcionários(as) e outras crianças estabelecendo vínculos afetivos.		X					1º
	Interagir com crianças de diferentes turmas, em situações coletivas e pequenos grupos.	Reconhecer a função social dos diferentes objetos usando-os de forma independente de acordo com sua necessidade	X					3º
Manifestações culturais.								
Possibilidades motoras, sensoriais e expressivas.	Explorar materiais diversos, em situações de interação social.	Manusear e observar as características, propriedades e possibilidades dos objetos.	X					2º
	Experienciar coletivamente objetos que estimulam a percepção visual, tátil e sonora.	Manusear e observar as características, propriedades e possibilidades dos objetos.	X					2º

	Comunicar-se com o outro imitando gestos, palavras curtas, ações e sons.	Hábitos culturais: lazer, alimentação, dança, brincadeiras, artesanato, crenças e ritmos.	X					2°
(EIO/01EO04) Comunicar necessidades, desejos e emoções, utilizando gestos, balbucios e palavras.								
	Comunicar-se com seu professor(a) e colegas fazendo uso de diferentes formas de expressão, buscando contato e atenção durante as situações de interação.	-Equilíbrio (dinâmico/estático).	X					1°

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS								
Comunicação verbal, expressão e sentimentos.	Comunicar desejos e necessidades, utilizando, gradativamente, gestos, balbucios e movimentos.	Relaxamento/descontração.	X					1°
	Reagir com sorrisos ou balbucios em resposta a uma estimulação feita por outro sujeito.	Expressão corporal: facial, labial, ocular e gestual	X					1°
	Interagir com adultos e sentir-se confiante nas situações de cuidados pessoais.	Respiração (inspiração/expiração).	X					
	Interagir ao receber cuidados básicos, ouvindo, antecipadamente, as ações a serem realizadas.	Equilíbrio (dinâmico/estático)	X					1°
(EIO/01EO05) Reconhecer seu corpo e expressar suas sensações em momentos de alimentação, higiene, brincadeira e descanso.								
Próprio corpo.	Manifestar desconforto ao necessitar ser trocado, ao estar com fome ou com sono.	Partes do corpo	X					1°

Hábitos alimentares, de higiene e de descanso.	Demonstrar satisfação ao participar de rotinas relacionadas à sua alimentação, sono, descanso e higiene.	funções/interdependência.	X				3º
	Experimentar diferentes alimentos.	Sensações percepções.	X				3º
	Expressar necessidades, emoções e sentimentos que vivencia.	Descanço (sono, relaxamento e lazer).	X				1º
	Alimentar-se demonstrando aceitação pelos alimentos.	Alimentação: mastigação e uso de utensílios.	X				1º
	Interagir com o(a) professor(a) durante as práticas de higiene, explorando o próprio corpo.	Higiene bucal. Higiene corporal.	X				2º
	Desenvolver, gradativamente, o hábito de repousar (dormir, relaxar) nos horários/momentos destinados a essa finalidade.	Descanço (sono, relaxamento e lazer).	X				1º
<b>CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS</b>							
	Iniciar o uso de copos e colheres, com auxílio do professor.	Alimentação: mastigação e uso de utensílios	X				2º
	Exercitar o movimento de mastigação, a partir dos seis meses, consumindo alimentos amassados (estado pastoso).	mastigação e uso de utensílios.	X				2º
<b>(EIO/01EO06) Interagir com outras crianças da mesma faixa etária e adultos, adaptando-se ao convívio social.</b>							
Respeito à individualidade e à diversidade.  Normas de	Participar de momentos de interação com crianças da mesma idade, de outras idades e adultos.	Núcleos familiares.	X				1º
	Comunicar-se com o outro imitando gestos, palavras e ações.	Identities semelhanças e diferenças entre indivíduos.	X				3º

convivência combinados.	Perceber ações e expressões de seus colegas.	Características: costumes, alimentação, vestuário, brincadeiras.	X				3º
	Experienciar momentos onde objetos e brinquedos são compartilhados.	Direitos e deveres.	X				1º
	Vivenciar dinâmicas de troca de afeto com abraço, com gestos de carinho, segurar na mão e outras.	Afetividade nas convivências sociais.	X				1º

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS  
 EI01EO01) Demonstrar atitudes de cuidado e solidariedade na interação com crianças e adultos.

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS

SABERES E CONHECIMENTOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	Conteúdos	Bebês - 0 a 1 ano	Crianças bem pequenas 1 ano	Crianças pequenas 2 e 3 anos	Crianças pequenas 4 e 5 anos	Trimestre
Cuidados com a organização do ambiente.  Respeito à	Conhecer e relacionar-se com outros indivíduos e com profissionais da instituição.	Convivência nos diversos espaços (coletivo e individual).		X			1º
	Receber visitas e visitar crianças de outras turmas para vivenciar experiências.	Socialização e interação		X			1º

individualidade e à diversidade.	Vivenciar situações de convívio social com crianças de diferentes idades.	Direitos e deveres.		X			2°
	Vivenciar dinâmicas de troca de afeto percebendo a importância do abraço, fazer um carinho, entre outras.	Relacionamento em atividades da vida cotidiana: hábitos, atitudes, valores, comunicação e interação.		X			1°
	Demonstrar sentimentos de afeição/vínculo pelas pessoas com as quais interage.	Respeito ao sentimento próprio e do outro.		X			2°
	Demonstrar incômodo quando suas ações geram o choro de outra criança ou fazer carinho quando um colega da sala está triste.	Respeito ao sentimento próprio e do outro.		X			2°

**CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS**

	Ajudar o(a) professor(a) em tarefas simples, como guardar brinquedos.	Cuidar de si mesmo e do ambiente nas atividades da vida cotidiana		X			2°
	Imitar ações de outras crianças e dos(as) professores(as), interagindo.	Acontencimentos no cotidiano escolar.		X			2°
(EI01EO02) Demonstrar imagem positiva de si e confiança em sua capacidade para enfrentar dificuldades e desafios.							
Autoconhecimento. Estratégias para a resolução	Perceber as possibilidades de seu corpo frente aos desafios (agachar, rolar, saltar, engatinhar).	Conhecimento do próprio corpo.		X			2°

de situações problema.	Resolver situações de dificuldades e desafios (lançar um brinquedo, pegar algo que caiu, alcançar algo) à sua maneira.	Direitos e deveres (regras combinadas, controle de conduta).		X			2°
(EI01EO03) Compartilhar os objetos e os espaços com crianças da mesma faixa etária e adultos.							
Convívio e interação social.	Explorar espaços e objetos de uso coletivo.	Atividades da vida cotidiana		X			2°
	Vivenciar situações coletivas de brincadeiras com seus pares e professores (as).	Jogos de concentração.		X			1°
	Brincar com brinquedos e objetos em pequenos grupos considerando suas funções sociais.	Compartilhar objetos/brinquedos através das brincadeiras.		X			2°
	Explorar e compartilhar instrumentos e objetos de nossa cultura: óculos, chapéus, pentes, escovas, telefones, caixas, painéis, instrumentos musicais, livros, rádio, gravadores etc.	Compartilhar objetos/brinquedos através das brincadeiras.		X			2°
	Brincar com crianças da mesma faixa etária e adultos, interagindo.	Compartilhar objetos/brinquedos através das brincadeiras.		X			1°
	Manter interações que gradativamente tenham maior duração, intenção de continuidade e	Jogos de concentração.		X			AT

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS

complexidade de relações nas suas brincadeiras e jogos de exploração.							
---	--	--	--	--	--	--	--

	Explorar objetos da nossa cultura tecnológica interagindo com as demais crianças.	Interação por meio das novas tecnologias.		X			3°
	Vivenciar atividades de organização (guardar brinquedos).	Organização do espaço.		X			2°
	Participar de eventos culturais coletivos.	Visitas pedagógicas em lugares públicos.		X			2°
(EI01EO04) Comunicar-se com os colegas e os adultos, buscando compreendê-los e fazendo-se compreender.							
Comunicação verbal e não verbal. Sensações, emoções, percepções e sentimentos.	Relacionar-se com o outro e percebê-lo nas diferentes situações sociais.	Argumentação por meio de gestos e falas.		X			3°
	Expressar as sensações e percepções que tem de seu entorno por meio do choro, gestos, palavras e frases simples.	Sensações e percepções		X			3°
	Expressar necessidades, emoções e sentimentos que vivencia, por meio de diferentes linguagens, sinalizando situações positivas e negativas que experimenta.	Exposição oral das ideias.		X			2°
(EI01EO05) Perceber que as pessoas têm características físicas diferentes, respeitando essas diferenças.							
Identificação do próprio corpo e suas características	Conhecer as partes do corpo: mãos, pés, barriga, boca, nariz, joelho, unha, queixo, orelha, olhos, dentes, língua, cabelos, pernas e braços.	Noções das distintas partes do corpo.		X			2°
	Observar as suas características físicas.	Noções das distintas partes do corpo.		X			2°
	Observar o outro e suas características físicas.	Compreensão global do corpo explorando suas partes e		X			1°

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS



Identificação do corpo do outro e suas características. Respeito à individualidade e à diversidade.		funções em diferentes interações.					
	Observar semelhanças e diferenças entre as pessoas.	Compreensão global do corpo explorando suas partes e funções em diferentes interações.		X			2°
	Vivenciar situações diversas de convívio social com crianças de diferentes idades e adultos.	Respeito pelo próprio corpo e ao outro.		X			1°
	Demonstrar afeto e respeito ao outro.	Respeito pelo próprio corpo e ao outro.		X			1°
(EI01EO06) Respeitar regras básicas de convívio social nas interações e brincadeiras.							
Normas (combinados) de convívio social.	Adaptar-se à rotina, conhecendo seus pares e o espaço de convivência.	Hábitos: higiene, alimentação e repouso.		X			1°
	Vivenciar combinados de convívio social em momentos de alimentação, cuidado com a saúde e brincadeiras.	Hábitos: higiene, alimentação e repouso.		X			1°
	Participar de situações coletivas que exijam compartilhar brinquedos, objetos e espaços.	Atividades da vida cotidiana.		X			2°
	Expressar sentimentos ou emoções em situações de perda (chupeta, paninho e outros).	Demonstrar sentimentos e emoções nas situações cotidianas.		X			2°
	Expressar sentimentos ou emoções em mudanças na rotina social (ausência da mãe/pai/avós, separação etc).	Demonstrar sentimentos e emoções nas situações cotidianas.		X			1°
(EI01EO07) Resolver conflitos nas interações e brincadeiras, com a orientação de um adulto.							

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS							
Reconhecimento e respeito às diferenças. Brincadeiras de cooperação, solidariedade e respeito. Procedimentos dialógicos para a resolução de conflitos.	Participar de interações e brincadeiras coletivas, fazendo tentativas de respeitar regras e combinados.	Regras e combinados.		X			1º
	Compartilhar objetos com a mediação do(a) professor(a).	Controle de condutas mediadas pelo professor.		X			1º
	Reconhecer o(a) professor(a) como apoio para ajudar a resolver conflitos.	Controle de condutas mediadas pelo professor.		X			2º
	Expressar sentimentos ou emoções em situações de conflito (perda, quebra de combinados, machucados e outros).	Demonstrar sentimentos e emoções nas situações de conflito.		X			2º
(EI01EO08) Estabelecer relações sociais em diferentes contextos, percebendo as interferências e as modificações que ocorrem entre os grupos.							
Família. Escola. Manifestações culturais.	Reconhecer seus familiares.	Membros da famílias e suas respectivas funções sociais.		X			1º
	Explorar o espaço escolar, visualizando e interagindo com as pessoas que fazem parte deste (funcionários e outras crianças).	Convívio e interação no espaço escolar.		X			2º
	Interagir em situações de comemorações ou celebrações típicas de sua cultura.	Hábitos culturais.		X			3º

	Conhecer alguns dos profissionais que desempenham funções em cada ambiente da instituição para, gradativamente, estabelecer relações de confiança, de segurança e boa convivência.	Convivência nos diversos espaços do âmbito escolar.		X			2°
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS							
	Aprender, paulatinamente, a conviver em espaços coletivos e individuais, respeitando as regras desses ambientes.	Convivência nos diversos espaços de circulação.		X			3°

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS							
(EI02/03EO01) Demonstrar atitudes de cuidado e solidariedade na interação com crianças e adultos.							
SABERES E CONHECIMENTOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	Conteúdos	Bebês - 0 a 1 ano	Crianças bem pequenas 1 ano	Crianças pequenas 2 e 3 anos	Crianças pequenas 4 e 5 anos	Trimestre
	Interagir por meio de diferentes linguagens com professores (as) e crianças, estabelecendo vínculos afetivos.	Interação por meio de linguagem oral e gestual			X		1°
Respeito à individualidade	Perceber as consequências de suas ações com o outro em situações de amizade e conflito.	Valores, direitos e deveres (regras, combinados, controle de conduta).			X		1°

e e diversidade de todos.	Cooperar nas tarefas de organização do ambiente escolar.	Valores, direitos e deveres (regras, combinados, controle de conduta).			X		1°
---------------------------	--	--	--	--	---	--	----

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS							
Valores para a vida em sociedade. Nome próprio e do outro.	Receber visitas e visitar crianças de outras turmas.	Convivência nos diversos espaços (coletivo e individual, visitar outras turmas e estabelecimentos de ensino).			X		1°
	Conhecer e relacionar-se com profissionais e outros indivíduos da instituição.	Convívio e interação social (conhecer os ambientes e profissionais que neles atuam ex. Diretora, coordenadora, zeladora, cozinheira, etc.)			X		1°
	Identificar quando suas ações podem gerar conflitos ou afinidades, com auxílio do(a) professor(a).	Convivência social			X		A/T
	Participar de atividades que envolvam cooperação, respeito e solidariedade com o outro.	Cooperação, solidariedade e preservação (guardar materiais e brinquedos, preservar os materiais e o ambiente)			X		1°
	Vivenciar experiências que envolvam o seu nome e das pessoas que fazem parte de seu círculo social, para ampliar o repertório social.	História do nome (na oralidade, cracha, gavetas, fotos, questionário da origem do nome, etc)			X		3°
	Vivenciar experiências com outras turmas em espaços internos e externos.	Socialização (brincar no pátio, saguão, solário, apresentações culturais).			X		2°

Compartilhar brinquedos, objetos e alimentos.	Normas de convivência (dia do brinquedo, semana da alimentação, piquenique).			X		2°
Conhecer e reconhecer pessoas da família e de sua convivência.	Relações de parentesco (membros da família e pessoas próximas)			X		3°
Reconhecer, nomear e cuidar de seus pertences e dos colegas.	Autonomia			X		1°

**CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS**

	Vivenciar dinâmica de troca de afeto como, abraçar e fazer carinho para criar vínculos afetivos.	Afetividade			X		1°
	Exercitar a espera de sua vez para brincar com determinado objeto.	Regras, respeitos, paciência e condutas sociais.			X		1°
<b>(EI02/03EO02) Demonstrar imagem positiva de si e confiança em sua capacidade para enfrentar dificuldades e desafios.</b>							
Próprio corpo e suas possibilidades motoras, sensoriais e expressivas. Estratégias para resolver situações problema. Comunicação.	Reconhecer sua imagem corporal no espelho e/ou por meio de fotografias.	.Imagem corporal.			X		1°
	Brincar com seu corpo por meio de gestos e movimentos.	. Reprodução e criação do movimento (cantigas de roda, brinquedos cantados)			X		1°
	Perceber características e possibilidades corporais na conquista de objetivos simples.	Percepção corporal			X		1°
	Expressar suas emoções e sentimentos de modo que seus hábitos, ritmos e preferências individuais sejam vivenciadas no grupo, com mediação do(a) professor(a).	. Expressões faciais (triste, alegre, bravo)			X		2°
	Realizar atividades que exijam autonomia como trazer ou levar objetos dentro da sala quando solicitada.	Cooperação			X		A/T

Confiança e imagem positiva de si.	Explorar progressivamente o próprio corpo na perspectiva de conhecê-lo percebendo suas possibilidades e limites.	Limites do corpo			X		A/T
	Participar de momentos de escolha, manifestando interesse e curiosidades.	Interesse e curiosidade			X		A/T
	Solicitar ajuda quando está em dificuldade e auxiliar o colega quando este necessita.	Ajuda mútua e coletividade			X		1°
	Conhecer seu nome e suas características.	Inicial do nome (reconhecimento e associação por imagens)			X		2°

**CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS**

Autonomia. Respeito à individualidade e à diversidade. Valores e hábitos da vida em sociedade.	Realizar escolhas manifestando interesse e curiosidade.	-Interesse e curiosidade			X		1°
	Enfrentar desafios em brincadeiras e jogos para desenvolver confiança em si próprio.	Normas de convivência social			X		2°
	Cuidar de sua apresentação pessoal e de seus pertences.	Cuidado de si mesmo e de seus pertences.			X		1°
<b>(EI02/03E03) Compartilhar os objetos e os espaços com crianças da mesma faixa etária e adultos.</b>							
Convívio e interação social.	Compartilhar brinquedos em suas atividades de explorações.	Solidariedade			X		1°
	Participar de situações de interações/convivências e brincadeiras agindo de forma solidária e colaborativa.	socialização			X		1°
	Buscar colegas para iniciar uma brincadeira.	Iniciativa			X		1°

	Participar progressivamente de brincadeiras coletivas compartilhando objetos em diversos espaços.	Brincadeiras de diferentes formas e em diferentes espaços.			X		2°
	Manter interações que gradativamente tenham uma maior duração.	interação			X		1°
	Respeitar, gradativamente, as regras dos diferentes espaços da escola.	Regras de convivência			X		2°
Normas de convivência.	Manifestar curiosidade e autonomia ao explorar objetos e espaços.	Exploração do espaço			X		1°
	Conhecer as regras dos espaços: banheiro, refeitório, sala de aula, conhecendo a função de cada um.	Regras do espaço interno			X		1°
	Identificar seus pertences demonstrando cuidados com os mesmos e com os de seus colegas.	Reconhecimento e cuidado dos pertences individual e coletivo			X		2°

**CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS**

Localização do corpo no espaço. Organização do espaço escolar.	Manter interações que gradativamente tenham uma maior duração, uma maior intenção de continuidade e uma maior complexidade de relações nas suas brincadeiras e jogos de exploração.	Relação de amizades			X		2°
	Compartilhar objetos e espaços com crianças e adultos manifestando curiosidade e autonomia.	Interação social em diferentes espaços e situações.			X		3°
	Compartilhar instrumentos e objetos de nossa cultura como: óculos, chapéus, pentes, escovas, telefones, caixas, panelas, instrumentos musicais, livros, rádios, gravadores, máquinas de calcular, vestimentas e outros, para conhecimento de suas funções	Hábitos culturais (cesto dos tesouros)			X		3°

	sociais.						
	Participar progressivamente de brincadeiras coletivas assumindo papéis e compartilhando objetos.	Brincadeiras coletivas			X		1°
(EI02/03EO04) Comunicar-se com os colegas e os adultos, buscando compreendê-los e fazendo-se compreender.							
Sensações, emoções e percepções.	Participar de situações de brincadeira comunicando-se com os colegas e compartilhando brinquedos, com mediação do (a) professor (a).	. Brincadeiras dirigidas			X		1°
	Linguagem oral e corporal.	Usar expressões faciais para apoiar seus relatos de situações vividas ou sua opinião diante dos questionamentos sobre uma história escutada ou brincadeiras.	. Roda de conversa			X	1°
	Expressar suas ideias, sentimentos e emoções por meio da dança, da música ou da arte.	Expressão corporal			X		2°
	Expressar sensações, sentimentos, desejos e ideias que vivencia e observa no outro por meio de diferentes linguagens.	Objetividade (usar a linguagem oral para conversar, expressar desejos, vontades e necessidades)			X		2°

**CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS**

Comunicação verbal e expressão de sentimentos.	Participar de situações que envolvam relatos simples de acontecimentos.	Objetividade (usar a linguagem oral para conversar, expressar desejos, vontades e necessidades)			X		1°
--	---	---	--	--	---	--	----



Imitação como forma de expressão. Vocabulário.	Interagir com pessoas de diferentes idades, em situações do dia a dia.	Interação social			X		2°
	Estabelecer relações de cooperação com os colegas por meio de diferentes brincadeiras.	Interação social			X		1°
	Reconhecer na oralidade o próprio nome e dos colegas em diferentes situações.	.História da criança: reconhecimento do próprio nome			X		2°
	Expressar e nomear sensações, sentimentos, desejos e ideias que vivencia e observa no outro por meio de diferentes linguagens.	Senações e sentimentos em diferentes linguagens			X		A/T
	Relatar acontecimentos que vivencia, que ouve e que vê.	organização da ação dramática apartir de fatos vividos e imaginados.			X		1°
	Descrever situações ou fatos vividos utilizando palavras novas e frases cada vez mais complexas.	Ampliação do vocabulário			X		1°
	Reconhecer na oralidade o próprio nome e dos colegas em diferentes situações.	História da criança: reconhecimento do próprio nome			X		2°
	Transmitir recados a colegas e profissionais da instituição para desenvolver a oralidade e a organização de ideias.	Sequencia de ideias			X		1°
	Estabelecer relações com os colegas por meio da brincadeira, imitação e outras situações.	.Argumentação por meio de gestos e fala			X		2°
	Demonstrar atitude de escuta e/ou atenção visual para compreender o outro.	Construção da consciencia fonológica			X		2°
Cooperar com os colegas e adultos.	Compreensão de si e do outro			X		1°	

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS

(E102/03EO05) Perceber que as pessoas têm características físicas diferentes, respeitando essas diferenças.						
Próprio corpo e do outro. Características físicas. Afetividade nas convivências sociais. Outras pessoas, tempos e culturas.	Perceber o próprio corpo e o do outro.	Conhecimento do próprio corpo: partes do corpo, funções, interdependência			X	1°
	Relacionar-se com outras crianças vivenciando formas diferentes de agir.	Convivência nos diversos espaços coletivos e individuais			X	2°
	Reconhecer a representação do próprio corpo e das demais crianças da turma por meio de registros gráficos e fotografias.	Percepção corporal: imagem corporal			X	1°
	Identificar progressivamente suas características físicas, reconhecendo diferenças com as de seus colegas.	Percepção espacial: relação com o próprio corpo e com o corpo do outro			X	2°
	Reconhecer a si mesma e ao outro como seres sociais com características próprias que convivem em grupos.	Respeito mútuo em convívio social			X	2°
	Demonstrar afeto e respeito ao outro.	Afeição			X	1°
Próprio corpo e do outro: Características físicas (semelhanças e diferenças). Respeito à individualidade e à	Perceber suas características físicas, observando-se no espelho.	Conhecimento do próprio corpo			X	2°
	Observar e relatar sobre suas características, observando-se em fotografias e imagens.	Reconhecimento de si em fotos			X	1°
	Reconhecer diferenças e semelhanças das pessoas quanto a: cabelos, pele, olhos, altura, peso e outros.	Reconhecimento do outro			X	1°
	Identificar progressivamente suas características físicas, reconhecendo diferenças e semelhanças entre pares.	Auto-imagem			X	2°

diversidade. Esquema corporal.	Reconhecer e representar o próprio corpo e dos demais por meio de registros gráficos e da nomeação das partes.	Ideia de representação (gráficos, desenhos)			X		2°
-----------------------------------	--	---	--	--	---	--	----

**CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS**

	Brincar de faz de conta assumindo diferentes papéis e imitando ações e comportamentos de seus colegas, expandindo suas formas de expressão e representação.	Ludicidade			X		2°
--	---	------------	--	--	---	--	----

**(EI02/03EO06) Respeitar regras básicas de convívio social nas interações e brincadeiras.**

Normas de convívio social.	Participar de brincadeiras que estimulem a relação entre o(a) professor(a)/criança e criança/criança.	Interação entre professor/aluno/colegas			X		2°
	Seguir, de forma gradativa, regras de convívio em momentos de alimentação, cuidado com a saúde e brincadeiras.	Hábitos de convivência coletivo			X		1°
	Conhecer ritos, festas ou celebrações típicas de diversas culturas.	Hábitos culturais			X		3°
	Participar da construção de normas e combinados de convívio social, de organização e de utilização dos espaços da instituição.	Direitos e deveres			X		1°
	Construir, vivenciar e respeitar normas e combinados de convívio social em brincadeiras e jogos e na organização e utilização de espaços da instituição.	Convívio social, normas e combinados			X		A/T
	Exercitar a capacidade de conviver em grupo.	Socialização			X		1
	Realizar a escuta do outro.	Respeito			X		1°

	Exercitar desculpar-se quando sua atitude desrespeitar o outro, percebendo que suas atitudes geram consequências ao outro.	Empatia/valores			X		A/T
	Cooperar, compartilhar, dar e receber auxílio quando necessário.	Solidariedade			X		2°
(E102/03EO07) Resolver conflitos nas interações e brincadeiras, com a orientação de um adulto.							
	Resolver os conflitos relacionais com ajuda do(a) professor(a) em situações de brincadeira.	Resolução de conflitos			X		1°

**CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS**

Reconhecimento e respeito às diferenças.  Procedimentos dialógicos para a resolução de conflitos.	Reconhecer o(a) professor(a) como apoio para ajudar a resolver conflitos nas brincadeiras e interações com outras crianças.	Resolução de conflitos			X		1°
	Aceitar ajuda e conseguir acalmar-se com o apoio do(a) professor(a) ao vivenciar um conflito relacional.	Resolução de conflitos			X		1°
	Desenvolver ações, gradativamente, para resolver conflitos.	Consistência argumentativa			X		2°
	Expressar suas emoções em situações de conflitos.	Exposição de sentimentos			X		1°
	Perceber o diálogo como recurso para resolver conflitos.	Diálogo e objetividade			X		1°
	Habituar-se à escuta do outro, respeitando suas escolhas e desejos, com mediação do(a) professor(a).	Tolerância			X		1°
	Exercitar o controle de suas emoções em situações de conflitos.	Controle das emoções			X		1°

	Usar o diálogo para resolver conflitos, reconhecendo as diferentes opiniões e aprendendo a respeitá-las.	Respeito a resolução de conflitos e opiniões.			X		A/T
	Realizar a escuta do outro.	Escuta atenta			X		A/T
	Exercitar o desculpar-se quando sua atitude desrespeitar o outro, percebendo que suas atitudes geram consequências ao outro.	Empatia/valores			X		2°
	Cooperar, compartilhar, dar e receber auxílio quando necessário.	Solidariedade			X		2°
(EI02/03EO08) Adaptar-se ao ambiente escolar, socializando-se com novos pares.							
Adaptação e socialização. Rotinas.	Familiarizar-se com os diferentes espaços que compõem o ambiente escolar.	Interação			X		1°
	Compartilhar materiais de uso coletivo com colegas, aprendendo a cuidá-los e a guardá-los.	Convivência			X		1°
<b>CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS</b>							
Reconhecimento dos espaços do ambiente escolar.	Vivenciar experiências variadas de socialização e adaptação com colegas e professores no ambiente escolar, percebendo as rotinas diárias propostas.	Atividades do cotidiano escolar			X		1°
	Reconhecer e interagir com seus colegas, profissionais e professores da instituição.	Interação			X		2°
	Perceber que o ambiente escolar é formado por diferentes turmas, reconhecendo sua própria turma.	Espaço escolar			X		2°
(EI02/03EO09) Conhecer diferentes grupos familiares, seus costumes, fatos importantes sobre seu nascimento e desenvolvimento, a história dos seus familiares e de sua comunidade (tempo histórico, história, pertencimento).							
	Reconhecer pessoas que fazem parte de sua convivência diária.	Convívio familiar e social			X		1°

Diferentes pessoas, espaços, tempos e culturas.  Grupo familiar.	Identificar os membros que compõe sua família.	Relação de parentesco			X		2°
	Conhecer as diferentes constituições familiares.	Membros da família e suas respectivas funções sociais			X		2°
	Conhecer o cotidiano familiar.	Acontecimentos do cotidiano familiar e do grupo social			X		A/T
	Identificar aspectos importantes de sua vida.	História da família			X		A/T
	Conhecer a vida de outras crianças, identificando costumes, hábitos e tradições.	Hábitos culturais			X		A/T
	Identificar as atividades de rotina de seus familiares.	Rotinas familiares			X		A/T
	Conhecer a importância da sua moradia para a sua família.	Importancia da moradia			X		A/T

**CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS**

(EI04/05EO01) Demonstrar empatia pelos outros, percebendo que as pessoas têm diferentes sentimentos, necessidades e maneiras de pensar e agir.

**CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS**

SABERES E CONHECIMENTOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	Conteúdos	Bebês- 0 a 1 ano	Crianças bem pequenas 1 ano	Crianças pequenas 2 e 3 anos	Crianças pequenas 4 e 5 anos	Trimestre
Identidade e autonomia: construção de sua identidade	Conhecer e conviver com outras pessoas, respeitando as diferenças.	Respeito ao próprio corpo e ao outro.				X	AT
	Demonstrar respeito pelas ideias e gostos de seus colegas.	Cuidado de si mesmo e do ambiente				X	1°

e construção da autonomia. Direitos e deveres: regras combinadas, controle de conduta. Respeito à individualidade e à diversidade. Grupos étnicos:	Ouvir e compreender os sentimentos e necessidades de outras crianças.	Roda da conversa.				X	2º
	Fazer uso de normas sociais nas diferentes situações.	Convivência em diversos espaços (coletivo e individual).				X	1º
	Relacionar-se com outros indivíduos.	Brincadeiras				X	AT
	Vivenciar situações de troca de afeto (abraço, fazer carinho).	Comunica e expressa ideias, sentimentos, desejos e necessidades, utilizando diferentes linguagens.				X	2º

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS							
identidade, semelhanças e diferenças entre indivíduos. Escuta e compreensão do outro.	Vivenciar as regras combinadas em situações de brincadeira.	Brincadeiras				X	2º
	Participar de práticas coletivas, fazendo tentativas na resolução de conflitos.	Resolução de conflitos				X	2º
(EI04/05EO02) Agir de maneira independente, com confiança em suas capacidades, reconhecendo suas conquistas e limitações.							
Próprio corpo e suas possibilidades	Manifestar iniciativa na escolha de brincadeiras e atividades, na seleção de materiais e na busca de parcerias, considerando seu interesse.	Função social dos diferentes objetos				X	1º

motoras, sensoriais e expressivas.  Confiança e imagem positiva de si.  Estratégias para resolver situações problema. Comunicação. Autonomia. Respeito à individualidade	Enfrentar desafios em brincadeiras e jogos para desenvolver confiança em si próprio.	Respeito Regras de convivência				X	AT
	Reconhecer-se como um integrante do grupo ao qual pertence.	Auto conhecimento				X	1º
	Expressar suas emoções e sentimentos de modo que seus hábitos, ritmos e preferências individuais sejam respeitadas no grupo em que convive.	Convivência em grupo				X	1º
	Demonstrar autonomia ao participar de atividades diversas, dentro e fora da sala.	Recados Atender comandos do professor				X	2º
	Realizar ações como ir ao banheiro, tomar água, frequentar espaços da instituição com crescente autonomia.	Hábitos de higiene				X	2º
	Solicitar ajuda quando está em dificuldade e auxiliar o colega quando este necessita.	Expressar ideias				X	A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS							
e e à diversidade.	Ampliar, progressivamente, suas atividades com base nas orientações dos(as) professores(as).	Atender comandos				X	A/T
	Perseverar frente a desafios ou a novas atividades.	Persistência ao realizar algo				X	A/T
Autoconhecim ento. Valores e hábitos para a vida em sociedade.	Agir progressivamente de forma independente alimentando-se, vestindo-se e realizando atividades de higiene corporal.	Compreensão global do corpo explorando suas partes e funções em diferentes interações				X	A/T
	Realizar escolhas manifestando e argumentando sobre seus interesses e curiosidades.	autoconhecimento				X	A/T



	Agir de forma independente alimentando-se, vestindo-se e realizando atividades de higiene corporal.	autonomia					X	A/T
(EI04/05EO03) Ampliar as relações interpessoais, desenvolvendo atitudes de participação e cooperação.								
O espaço social como ambiente de interações. Normas de convivência. Organização do espaço escolar. Regras. Identidade e autonomia. Escola e Família.	Participar de brincadeiras de faz de conta, compartilhando propósitos comuns, representando diferentes papéis e convidando outros colegas para participar.	Dramatização de acontecimentos do cotidiano familiar e do grupo social.					X	A/T
	Levar em consideração o ponto de vista de seus colegas.	Respeito ao outro.					X	A/T
	Perceber a expressão de sentimentos e emoções de seus companheiros.	Sentimentos Emoções					X	A/T
	Compartilhar objetos e espaços com crianças e professores(as), manifestando curiosidade e autonomia.	Orientação Espacial					X	A/T
	Realizar a guarda de seus pertences no local adequado.	Organização					X	A/T
	Participar de conversas com professores(as) e crianças.	Roda da conversa.					X	A/T

**CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS**

	Esperar a vez quando está realizando atividades em grupo.	Autocontrole.					X	A/T
	Cuidar dos seus pertences, dos pertences de seus colegas e dos pertences do CMEI.	Direitos e deveres.					X	A/T

	Participar de situações em que é instruída a levar objetos ou transmitir recados em outros locais da instituição.	Recados Atender comandos				X	2º
	Relacionar-se com crianças da mesma idade e com outras em situações de interações e brincadeira, agindo de forma solidária e colaborativa.	Ação colaborativa				X	A/T
	Desenvolver noção de identidade e convivência em um espaço compartilhado com outras pessoas.	Respeito				X	A/T
Manifestações culturais. Convívio e interação social.	Participar de jogos, conduzidos pelas crianças ou pelos professores(as), seguindo regras.	Brincadeiras livres e/ou dirigidas				X	A/T
	Participar de brincadeiras coletivas, assumindo papéis e criando enredos com os colegas.	Jogos coletivos				X	A/T
(EI04/05EO04) Comunicar suas ideias e sentimentos a pessoas e grupos diversos.							
Sensações, emoções e percepções próprias e do outro.	Expressar e reconhecer diferentes emoções e sentimentos em si mesmo e nos outros.	Sensações e emoções				X	A/T
	Relatar e expressar sensações, sentimentos, desejos e ideias.	Exposição de ideias				X	A/T
	Relatar acontecimentos que vivencia, que ouve e que vê.	(relatos de experiências, fatos, ações, histórias, descrição).				X	A/T
	Identificar emoções e/ou regulá-las conforme as ações que realizam.	Auto-controle Rodas de conversas				X	A/T

<b>CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS</b>							
Autonomia, criticidade e	Interagir com pessoas de diferentes idades em situações do dia a dia.	diferentes grupos de convívio				X	A/T

cidadania. Linguagem oral e corporal.	Interagir com outras crianças, compartilhando ideias e experiências, enquanto trabalha na própria na tarefa.	Respeito as regras comuns.				X	A/T
	Demonstrar compreensão de seus sentimentos e nomeá-los.	Emoções				X	A/T
	Participar de assembleias, rodas de conversas, eleições e outros processos de escolha dentro da instituição, em práticas pedagógicas.	linguagens corporal e gestual.				X	A/T
	Oralizar reivindicações e desejos do grupo.	Rodas de conversas				X	A/T
Comunicação verbal, expressão de sentimentos e ideias.  Direitos e deveres.	Expressar, reconhecer e nomear necessidades, emoções, sentimentos que vivencia e/ou que observa no outro.	Relato de fatos vividos, passeios, histórias infantis e etc.				X	A/T
	Mostrar compreensão de sentimentos, sensibilizando-se com o sentimento do outro.	Convivência nos diversos espaços (coletivo e individual).				X	A/T
	Transmitir recados a colegas e profissionais da instituição, desenvolvendo a oralidade e a organização de ideias.	Atender comandos (avisos, regras e combinados)				X	A/T
	Oralizar e argumentar sobre reivindicações e desejos do grupo.	Oralidade e sentimentos				X	A/T
(E104/05EO05) Demonstrar valorização das características de seu corpo e respeitar as características dos outros (crianças e adultos) com os quais convive.							

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS							
<p>Próprio corpo e do outro. Características físicas: semelhanças e diferenças. Respeito à individualidade e à diversidade. Relatos como forma de expressão. Etapas do desenvolvimento e transformações corporais.</p>	Relatar sobre suas características, observadas em fotografias e imagens.	Compreensão global do corpo				X	1º
	Perceber o próprio corpo e o do outro, reconhecendo as diferenças e semelhanças das pessoas quanto a: cabelos, pele, olhos, altura, peso e etc.	Diferenças e características do outro				X	2º
	Identificar e respeitar as diferenças reconhecidas entre as características femininas e masculinas.	Respeito ao próprio corpo e ao outro.				X	A/T
	Reconhecer gradativamente suas habilidades, expressando-as e usando-as em suas brincadeiras e nas atividades individuais, de pequenos ou grandes grupos.	Direitos e deveres (regras combinadas, controle de conduta).				X	A/T
	Perceber suas características corporais, contribuindo para a construção de sua imagem corporal.	Auto-conhecimento				X	A/T
	Reconhecer as mudanças ocorridas nas suas características desde o nascimento, percebendo as transformações e respeitando as diversas etapas do desenvolvimento.	Características e semelhanças (Imagens e fotos)				X	2º
	Aceitar e valorizar suas características corporais, expressando-se de diferentes formas e construindo uma imagem positiva de si.	Características e semelhanças (Imagens, fotos e espelho)				X	2º
	Observar e respeitar as características das diversas fases do desenvolvimento humano.					X	
Valorizar suas próprias características e a de outras crianças enquanto pertencentes a diferentes culturas.	Filmes, fotografia, revistas, bonecos				X	2º	
(EI04/05EO06) Manifestar interesse e respeito por diferentes culturas e modos de vida.							

	Participar de brincadeiras que estimulam a relação entre o adulto/criança e criança/criança.	Jogos e brincadeiras					X	A/T
--	--	----------------------	--	--	--	--	---	-----

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS								
Normas e regras de convívio social. Regras de jogos e brincadeiras. Diferentes pessoas, espaços, tempos e culturas. Manifestações culturais de sua cidade e outros locais. Recursos tecnológicos e midiáticos.	Compreender e respeitar as diversas estruturas familiares.	Diferentes tipos de família, respeito as diversidades.					X	2°
	Reconhecer pessoas que fazem parte de sua comunidade, conversando com elas sobre o que fazem.	Espaços de convivência (a família a comunidade e o bairro)					X	2°
	Conhecer e se relacionar com crianças e pessoas de outros grupos sociais, seja por meio de situações presenciais ou por outros meios de comunicação.	Respeito aos diferentes convívios sociais					X	2°
	Conhecer diferentes povos e suas culturas por meio de pesquisas, filmes, fotografias, entrevistas, relatos e outros.	Diferenças culturais, religiosas, étnicas raciais e sociais.					X	2°
	Participar de diferentes eventos culturais para conhecer novos elementos como: danças, músicas, vestimentas, ornamentos e outros.	Encenações de movimentos a partir de músicas, imagens, textos, entre outros.					X	2°
	Construir e respeitar normas e combinados de convívio social, de organização e de utilização de espaços da instituição e de outros ambientes.	Direitos e deveres					X	2°
	Ouvir relatos de familiares e pessoas de maior idade sobre outras épocas históricas.	Respeito ao próximo					X	2°

Família.	Perceber-se como integrante de um determinado grupo familiar.	Respeito ao convívio familiar				X	2°
----------	---	-------------------------------	--	--	--	---	----

(E104/05EO07) Usar estratégias pautadas no respeito mútuo para lidar com conflitos nas interações com crianças e adultos.

**CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS**

Reconhecimento e respeito às diferenças. Procedimentos dialógicos para a comunicação e resolução de conflitos. Expressão de sentimentos que vivencia e reconhece no outro.	Expressar, reconhecer e nomear necessidades, emoções e sentimentos que vivencia e observa no outro.	Acontecimentos do cotidiano familiar e do grupo social.				X	A/T
	Utilizar estratégias pacíficas ao tentar resolver conflitos com outras crianças, buscando compreender a posição e o sentimento do outro.	Convivência nos diversos espaços (coletivo e individual).				X	A/T
	Utilizar estratégias para resolver seus conflitos relacionais, considerando soluções que satisfaçam a ambas as partes.	Acontecimentos do cotidiano familiar e do grupo social.				X	A/T
	Saber desculpar-se quando sua atitude desrespeitar o outro.	Respeito ao próximo, regras de convivência.				X	A/T
	Realizar a escuta e respeitar a opinião do outro.	Respeito ao próprio corpo e ao outro.				X	A/T

Cooperar, compartilhar brinquedos e diversos materiais, recebendo auxílio quando necessário.	Direitos e deveres (regras combinadas, controle de conduta).				X	A/T
Usar do diálogo e estratégias simples para resolver conflitos, reconhecendo as diferentes opiniões e aprendendo a respeitá-las.	História da criança (fases do desenvolvimento).				X	1º

## ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

Mais que transmitir conhecimentos teóricos, o grande desafio dos docentes que trabalham com o público infantil é criar abordagens que estimulem o desenvolvimento socioemocional da criança. Estes profissionais, ao longo do tempo, assumiram a função de não apenas ensinar, mas formar cidadãos para a vida.

Nesse sentido, algumas atividades práticas serão fundamentais para transmitir conceitos tão complexos a alunos em tão tenra idade. De forma lúdica, os aspectos relacionados ao campo “o eu, o outro e nós” – autoconhecimento, coletividade, profundidade dos laços afetivos – podem ser inculcados de maneira natural. Para trabalhar as habilidades propostas incluem o aprendizado necessário para ter autonomia em pequenas tarefas, como se alimentar, lavar as mãos e vestir a própria roupa. A criança também precisa ser incentivada a verbalizar os seus sentimentos e resolver conflitos de maneira pacífica com o auxílio de um adulto.

O educador também deve estimular a troca de brinquedos entre os alunos, contar histórias cujas narrativas são diversas da realidade em que ela está inserida, além de promover atividades artísticas como desenhos, pinturas e colagens.

A metodologia da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide as crianças do ensino infantil em três categorias: crianças de 0 meses a 1 ano e 06 meses; de 01 ano e 07 meses a 03 anos e 11 meses; e crianças de 04 anos a 05 anos e 11 meses.

Para cada faixa etária, uma abordagem diferente é necessária e os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento também mudam; Perceber que suas ações têm efeitos nas outras crianças e nos adultos, as possibilidades e os limites de seu corpo nas brincadeiras e interações;

Interagir com crianças da mesma faixa etária e adultos;

Reconhecer as sensações de seu corpo em momentos de alimentação, higiene, brincadeira e descanso;  
Construir formas de interação com outras crianças da mesma faixa etária e adultos, adaptando-se ao convívio social;  
Demonstrar sentimentos de afeição pelas pessoas com as quais interage;  
Desenvolver confiança em si, em seus pares e nos adultos em situações de interação.  
Demonstrar atitudes de cuidado e solidariedade na interação com crianças e adultos, além de uma imagem positiva de si e confiança em sua capacidade para enfrentar dificuldades e desafios;  
Compartilhar os objetos e os espaços com crianças da mesma faixa etária e adultos;  
Comunicar-se com os colegas e os adultos, buscando compreendê-los e fazendo-se compreender;  
Habituar-se a práticas de cuidado com o corpo, desenvolvendo noções de bem-estar;  
Respeitar regras básicas de convívio social nas interações e brincadeiras;  
Valorizar a diversidade ao participar de situações de convívio com diferenças;  
Resolver conflitos nas interações e brincadeiras, com a orientação de um adulto:  
Demonstrar empatia pelos outros, percebendo que as pessoas têm diferentes sentimentos, necessidades e maneiras de pensar e agir;  
Ampliar as relações interpessoais, desenvolvendo atitudes de participação e cooperação;  
Atuar de maneira independente, com confiança em suas capacidades, reconhecendo suas conquistas e limitações. Ampliar as relações interpessoais, desenvolvendo atitudes de participação e cooperação,  
Ampliar as relações interpessoais, desenvolvendo atitudes de participação e cooperação;  
Comunicar suas ideias e sentimentos com desenvoltura a pessoas e grupos diversos;  
Adotar hábitos de autocuidado, valorizando atitudes relacionadas à higiene, alimentação, conforto e cuidados com a aparência;  
Compreender a necessidade das regras no convívio social, nas brincadeiras e nos jogos com outras crianças;  
Manifestar oposição a qualquer forma de discriminação;  
Usar estratégias pautadas no respeito mútuo para lidar com conflitos nas interações com crianças e adultos.  
Neste contexto, recomenda-se a realização de atividades que incentivem o pertencimento ao grupo e a empatia pelas diferenças, fazendo entender que as relações se baseiam no respeito mútuo.  
Para estes fins, podem-se realizar atividades que estimulem a interação com outras crianças e também com adultos, priorizando a autoconfiança e confiança no outro.



## FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

O Campo de Experiência o eu, o outro e o nós, tem a função de facilitar a compreensão do mundo ao redor em crianças naturalmente curiosas e dispostas a explorar o entorno social. Na medida em que são fornecidas informações sobre modos de vida diferentes ao que a criança está habituada, diminui-se a tendência ao estereótipo e preconceito, tornando a convivência mais empática e acolhedora. Tão logo a criança entenda essa dinâmica de vivência em sociedade, baseada no respeito e no autocuidado, sua autoestima melhora e características que serão importantes na vida adulta começam a se desenvolver.

O papel primordial dos professores das instituições de ensino deve ser guiá-los nos primeiros passos desse caminho, estimulando e orientando a boa convivência entre os colegas e os adultos que fazem parte do meio social do aluno, organizando estratégias diferenciadas, flexibilizando as atividades de acordo com a faixa etária trabalhada, ao observar as dificuldades encontradas pelos alunos na realização da atividade o professor deve apresentar outros recursos diferenciados para que o aluno tenha oportunidade de assimilar a aprendizagem. Também poderá ser necessário modificar as instruções das atividades, alterar o formato das aulas, explorar novos ambientes e usar estratégias de ensino diferenciadas. E para saber se todas essas estratégias estão funcionando é fundamental observar com regularidade o avanço do aluno e se as dificuldades persistem.

O olhar do professor deve ser acolhedor, acreditando na capacidade que cada indivíduo tem de superar seus limites.

Ao planejar sua aula, o professor deve levar em conta a singularidade de cada aluno pensar em; Quem é o seu aluno? Do que ele gosta?

Do que ele não gosta?

O que é importante para ele?

Quais as habilidades que ele possui?

Quais as dificuldades que ele possui?

Qual o modelo de aprendizagem do seu aluno?

É importante dar significado. Alunos com deficiência intelectual irão prestar mais atenção em coisas que fazem sentido para eles.

Alunos com deficiência intelectual devem ter reforço positivo mais do que os outros alunos.

Fazer o aluno compreender o que você fala é primordial! Exemplos concretos são sempre a melhor opção. Quanto menor o nível de abstração, melhor.

Seguem as dicas para se comunicar com alunos com deficiência intelectual:

1. Fale com as crianças usando palavras simples, mas não palavras infantis.

2. Faça pedidos claros e precisos.
3. Mantenha-se calmo e esteja pronto para reformular seu pedido de várias maneiras.
4. Use exemplos concretos com frequência, ou seja, diminua a abstração.
5. Para confirmar se uma criança entendeu sua mensagem, discretamente peça para que ela repita.

No brincar e jogar, diversos aspectos são estimulados, desenvolvidos ou aperfeiçoados: a criatividade; a memorização; a cooperação e a solidariedade; a concentração; a linguagem; a motivação; a aquisição de conceitos; a motricidade; a capacidade de discriminar, julgar, analisar, tomar decisões e aceitar críticas; a competitividade; a socialização; a confiança em si e em suas possibilidades; o respeito às regras e o controle emocional.

## **DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS**

Os Desafios Contemporâneos buscam promover a análise, a reflexão, a difusão de ideias e o cruzamento de múltiplas perspectivas a respeito do contexto atual nos campos social, da cultura e da educação, além de propiciar a troca de experiências entre diversos agentes: formuladores de políticas públicas, empreendedores, grupos independentes, integrantes de movimentos sociais, coletivos artísticos, profissionais do campo de educação, cultura e museus, pesquisadores e intelectuais. No fazer artístico, o estudante tem possibilidades de desenvolver sua poética pessoal, esta ação investigativa o leva à reflexão, à análise crítica, a experimentações, a comparações, à imaginação, e a criar soluções (inclusive tecnológicas). Além disso, também instiga a curiosidade, a levantar hipóteses, o trabalho em equipe, o desenvolvimento do pensamento artístico, a criatividade, a percepção, dentre outros, possibilitando, assim, a resolução de problemas de ordem técnica e estética, bem como a humanização dos sentidos. Nesse sentido, as metodologias ativas objetivam alcançar e motivar o estudante, que colocado diante uma situação-problema, examina, reflete, contextualiza, pesquisa e ressignifica suas descobertas. Sendo um recurso didático de grande importância, as metodologias ativas podem favorecer, de forma significativa e eficaz, o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando ao aluno um papel protagonista na produção de seu conhecimento.

Com isso, o respeito a estas manifestações artísticas culturais e ao patrimônio cultural torna-se possível, pois, durante o conhecimento e a valorização destas, o respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas se evidencia, possibilitando a apropriação de conhecimentos artísticos e estéticos.

## **CULTURA E HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA**

De acordo com a Lei Nº. 10.639/03 que altera a LDB 9394/96, a Lei 11.645/08 e o parágrafo único art. 2º da Deliberação do Conselho Estadual de Educação do Paraná, o qual indica que: Ao tratar da história da África e da presença do negro (pretos e pardos) no Brasil, os professores precisam fazer abordagens positivas sempre na perspectiva de contribuir para que o aluno afro descendente se identifique e valorize a história de seu povo, a cultura de matriz africana, e as contribuições para o país e humanidade. Durante a educação infantil as crianças já começam a conhecer seu corpo, as diferenças e semelhanças entre os colegas do grupo, escolhem com quem brincar e se relacionar na escola, tem suas preferências por brinquedos, e, no entanto é fundamental que o educador trabalhe em sala de aula questões sobre diferença e em especial as relacionadas ao pertencimento racial, não só com as crianças, mas com as famílias e comunidade. (CEERT,2011).

Diante disso, Trinidad(2011), reforça que a Educação Infantil é o primeiro recinto institucionalizado a que a criança tem acesso, isso significa que ela passa a conviver em novos coletivos e, por isso, precisa ter oportunidade para aprender as regras para essa convivência pautada no respeito por si e pelo outro.

Logo, as diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil ressalta :

Art. 7º Na observância destas Diretrizes, a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve garantir que elas cumpram plenamente sua função sociopolítica e pedagógica:

- I - oferecendo condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais;
- II - assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias;
- III - possibilitando tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto à ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas;
- IV - promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância;
- V - construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa.

Assim sendo e de acordo com o Plano Nacional de Implementação da Lei nº 10.639/2003,

O papel da educação infantil é significativo para o desenvolvimento humano, a formação da personalidade, a construção da inteligência e a aprendizagem. Os espaços coletivos educacionais, nos primeiros anos de vida, são espaços privilegiados para promover a eliminação de qualquer forma de preconceito, racismo e discriminação, fazendo com que as crianças, desde muito pequenas compreendam e se envolvam conscientemente em ações que conheçam, reconheçam e valorizem a importância dos diferentes grupos étnico raciais para a história e cultura brasileiras. (Brasil. MEC, 2003).

No entanto, segundo Eliane Cavalleiro (2003), A Pré escola oferece uma quantidade muito ínfima de ações que levam a entender a aceitação positiva e valorizada das crianças negras no seu cotidiano, o que ameaça a convivência em pleno processo de socialização, ressalta que se torna difícil não perguntar por que o professor se omite em relação ao problema étnico. Silenciar essa realidade não apaga magicamente as diferenças. Permite, porém, que cada um construa a seu modo, um entendimento do outro que lhe é diferente.

Diante disso, o papel da professora na educação infantil é importantíssimo, cabe à realização de práticas pedagógicas que objetivem ampliar o universo sociocultural das crianças e introduzi-las em um contexto no qual o educar e o cuidar não omitam a diversidade. Acrescido a isso, Eliane Cavalleiro (2003) nos diz que tal prática pode agir preventivamente no sentido de evitar que pensamentos preconceituosos e práticas discriminatórias sejam interiorizados e cristalizados pelas crianças, num período em que elas se encontram sensíveis às influências externas, cujas marcas podem determinar sérias consequências para a vida adulta.

Logo, desde muito cedo podemos aprender e conhecer diferentes realidades e compreender que a experiência social do mundo é muito maior do que a nossa experiência local, e que este mesmo mundo é constituído e formado por civilizações, histórias, grupos sociais e etnias ou raças diversas. É também bem cedo em sua formação que as crianças podem ser reeducadas a lidar com os preconceitos aprendidos no ambiente familiar e nas relações sociais mais amplas. Educar para a igualdade racial é tarefa urgente e imprescindível para a construção da sociedade de amanhã. ( História e Cultura Africana e Afro-Brasileira na Educação Infantil,2014)

## **DIREITOS HUMANOS**

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi proposta em 10 de dezembro de 1948 pela Organização das Nações Unidas. Para entender a razão da sua existência, é preciso levar em conta o contexto histórico.

Durante a educação infantil as crianças já começam a conhecer seu corpo, as diferenças e semelhanças entre os colegas do grupo, escolhem com quem brincar e se relacionar na escola, tem suas preferências por brinquedos, e, no entanto é fundamental que o educador trabalhe em sala de aula questões sobre diferença e em especial as relacionadas ao pertencimento racial, não só com as crianças, mas com as famílias e comunidade. (CEERT,2011).

Diante disso, Trinidad(2011), reforça que a Educação Infantil é o primeiro recinto institucionalizado a que a criança tem acesso, isso significa que ela passa a conviver em novos coletivos e, por isso, precisa ter oportunidade para aprender as regras para essa convivência pautada no respeito por si e pelo outro.

Logo, as diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil ressalta :

Art. 7º Na observância destas Diretrizes, a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve garantir que elas cumpram plenamente sua função sociopolítica e pedagógica:

- I - oferecendo condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais;
- II - assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias;
- III - possibilitando tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto à ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas;
- IV - promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância;
- V - construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa.

Assim sendo e de acordo com o Plano Nacional de Implementação da Lei nº 10.639/2003,

O papel da educação infantil é significativo para o desenvolvimento humano, a formação da personalidade, a construção da inteligência e a aprendizagem. Os espaços coletivos educacionais, nos primeiros anos de vida, são espaços privilegiados para promover a eliminação de qualquer forma de preconceito, racismo e discriminação, fazendo com que as crianças, desde muito pequenas compreendam e se envolvam conscientemente em ações que conheçam, reconheçam e valorizem a importância dos diferentes grupos étnico raciais para a história e cultura brasileiras. (Brasil. MEC, 2003).

No entanto, segundo Eliane Cavalleiro (2003), A Pré escola oferece uma quantidade muito ínfima de ações que levam a entender a aceitação positiva e valorizada das crianças negras no seu cotidiano, o que ameaça a convivência em pleno processo de socialização, ressalta que se torna difícil não perguntar por que o professor se omite em relação ao problema étnico. Silenciar essa realidade não apaga magicamente as diferenças. Permite, porém, que cada um construa a seu modo, um entendimento do outro que lhe é diferente. Diante disso, o papel da professora na educação infantil é importantíssimo, cabe à realização de práticas pedagógicas que objetivem ampliar o universo sociocultural das crianças e introduzi-las em um contexto no qual o educar e o cuidar não omitam a diversidade. Acrescido a isso, Eliane Cavalleiro (2003) nos diz que tal prática pode agir preventivamente no sentido de evitar que pensamentos preconceituosos e práticas discriminatórias sejam interiorizados e cristalizados pelas crianças, num período em que elas se encontram sensíveis às influências externas, cujas marcas podem determinar sérias consequências para a vida adulta.

Logo, desde muito cedo podemos aprender e conhecer diferentes realidades e compreender que a experiência social do mundo é muito maior do que a nossa experiência local, e que este mesmo mundo é constituído e formado por civilizações, histórias, grupos sociais e etnias ou raças diversas. É também bem cedo em sua formação que as crianças podem ser reeducadas a lidar

com os preconceitos aprendidos no ambiente familiar e nas relações sociais mais amplas. Educar para a igualdade racial é tarefa urgente e imprescindível para a construção da sociedade de amanhã. ( História e Cultura Africana e Afro-Brasileira na Educação Infantil,2014) A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeito de direitos civis, humanos e sociais garantidos na constituição e nas leis. A escola de Educação Infantil por ser um espaço social está aberta a diversidade e deve abordar de uma forma lúdica dando oportunidades para que as crianças possam lidar com as emoções reorganizando seus pensamentos através do faz de conta.

Reconhecer a sua própria identidade para que valorize a sua imagem e a do outro desenvolvendo valores básicos e valorizando a diversidade racial.

- Reconhecer a sua identidade e ter uma imagem positiva de autoconfiança;
- Desenvolver diversas atividades metodológicas a partir da leitura do livro a bonequinha preta;
- Valorizar a diversidade;
- Combater o Bullying racial nos diversos espaços da escola;
- Desenvolver auto-estima sobre suas características físicas;
- Refletir sobre questões: amor, egoísmo e até a questão das nossas raças;
- Valorizar ações de cooperação, respeito e solidariedade;
- Respeitar as características de etnia;
- Usar os conhecimentos construídos na escola em situações do seu cotidiano;
- Participar de situações de comunicação oral;
- Apreciar atos de leitura como fonte de conhecimento;
- Demonstrar cooperação de situações de produção coletiva;
- Desenvolver a linguagem oral para expressar desejos, necessidades, sentimentos e opiniões;

## **INCLUSÃO SOCIAL: SÍMBOLOS**

A inclusão social é um termo que vem sendo amplamente comentado nos últimos tempos, refere-se à possibilidade de dar a todas as pessoas, independentemente de suas diferenças, os mesmos direitos e oportunidades.

Antes que as medidas de inclusão social sejam formuladas e aplicadas, é necessário observar quais são os grupos excluídos e o que deve ser melhorado para que possam estar plenamente inseridos na sociedade. A inclusão social nas escolas visa eliminar o preconceito e a discriminação, independente do tipo (étnica, de deficientes, de gênero, de orientação sexual, etc).

Esse tema é de extrema importância para a distinção de signos nos processos de alfabetização e o professor de Educação Infantil irá abordar nos objetivos de aprendizagem os símbolos mais utilizados.

## **EDUCAÇÃO ALIMENTAR**

O Dia Nacional da Alimentação nas Escolas é comemorado em 21 de outubro. A data foi escolhida para ressaltar a importância das ações voltadas para a educação alimentar e nutricional dos estudantes de todas as etapas da educação básica. É com esse objetivo que o Governo Federal investe no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que tem como objetivo garantir o consumo de alimentos saudáveis no ambiente escolar, de modo a criar bons hábitos nos estudantes para toda a vida.

Respeitar os hábitos alimentares e vocação agrícolas locais. Para a execução do PNAE, a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, institui como diretrizes da alimentação escolar: Alimentação Saudável e adequada orienta para o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica.

A hora da alimentação faz parte da rotina de cuidados, assim como o sono, a troca e o banho. É um momento especial para formação de vínculos e construção da autonomia, requer atenção especial e personalizada.

Antes de adentrar na sistemática do funcionamento destes momentos de refeição, faz-se importante salientar alguns pressupostos das rotinas de cuidados personalizados: Nunca se trata uma criança como objeto, mas sim como alguém que sente, observa e, quando tem oportunidade, pode conhecer e compreender seus anseios e necessidades. Toda atividade de cuidado deve ser exercida com calma e delicadeza nos gestos, respeitando os ritmos de cada criança.

A rotina precisa ser estável, os procedimentos mantidos e previsíveis para que as crianças consigam antecipar e participar dos próprios cuidados.

O educador se dedica plenamente à criança enquanto está com ela: conversa, troca olhares afetuosos, antecipa seus gestos e explica o que faz. Apresenta-lhe os objetos enquanto os manuseia e também permite o manuseio pelas crianças. Não a distraí para executar o que precisa.

A observação é o instrumento para conhecer cada criança e apoiá-la no seu percurso de desenvolvimento e gradativa autonomia. Oferecer cuidados personalizados em ambientes coletivos exige estrutura e organização ancoradas no trabalho de equipe. Um trabalho que sustenta suas ações cotidianas tendo a criança como eixo estruturante delas, como protagonistas deste cenário. Envolve todas as pessoas da instituição, como direção, coordenação, pessoas da manutenção e limpeza, cozinheiras, assistentes e professores.

O planejamento da hora das refeições precisa ser acordado e compartilhado com todos. Deve prever ações básicas e seguir algumas orientações razoáveis para cada etapa do desenvolvimento das crianças de zero a três anos. Também precisa ser flexível o suficiente para lidar com o inesperado.

Para cada criança se estabelece uma dieta que muda de acordo com seu desenvolvimento pessoal (quando ingere somente líquidos; em seguida a introdução das papinhas e semissólidos; depois, pedaços ou a comida semelhante à dos adultos)

Define-se o horário da refeição principal e das intermediárias e a sequência na qual as crianças serão atendidas (que sempre será a mesma para que possa ser previsível por elas).

Segue-se um protocolo de alimentação individual que inicia no colo, depois na mesa individual diante do adulto, em seguida na mesa com mais um colega e posteriormente na mesa com mais três companheiros e em grupos um pouco maiores (as companhias são determinadas de acordo com as possibilidades de interações e autonomia das crianças, e elas devem permanecer as mesmas por algum tempo).

Sabe-se diante mão se o prato da criança virá montado, se será servido na hora ou se ela mesma colocará em seu prato as comidas servidas em travessas.

Usará o copo (sempre de vidro transparente para que visualize o seu interior), usará mamadeira ou comerá na tigelinha e no prato).

\*

Terá uma colher a sua disposição, usará outra colher enquanto o adulto intercala com a sua, comerá sozinho com seus próprios talheres, usará os talheres e a louça tal qual a dos adultos.

Ajudará na distribuição e arrumação da mesa de refeição, recolherá os pratos ao final.

Fará sua higiene pessoal antes e depois de comer com ajuda do adulto, ajuda parcial ou independentemente.

Num mesmo grupo é possível encontrar crianças em fases diferentes, o que determinará isto é a observação que os adultos realizam de suas iniciativas e habilidades. Nenhuma atitude é antecipada ou exigida das crianças antes que ela esteja preparada para ela. Toda mudança é informada e antecipada antes de ser aplicada. Cada criança é chamada pelo nome quando chega sua vez de comer, mesmo que ainda seja bem novinho.

A criança escolhe o que deseja comer dentre as opções oferecidas, come o quanto quer e pode repetir em porções pequenas para se sentir satisfeita. Ninguém insiste ou tenta convencê-la de ingerir mais uma colherada além daquela que necessita. Com estas atitudes a criança passa a reconhecer sua fome e saciedade, ao invés de submeter-se ao critério do outro.

Todos os utensílios ficam próximos, dispostos e acessíveis tanto para o adulto quanto para a criança que já se alimenta com autonomia. Assim evita-se muita espera e agitação durante a refeição. Quem finaliza é colocado no chão ou pode levantar da



mesa, descansar, brincar e se mover em liberdade. O espaço para o descanso ou brincadeira fica previamente preparado e com um adulto disponível para observar estas crianças.

## COMBATE A VIOLÊNCIA

Os objetivos listados da BNCC são gerais do assunto do projeto, mas em cada atividade muitos outros objetivos se apresentam. Você deve levar em consideração na hora do seu planejamento quais “códigos” deseja acrescentar, pois há diferentes possibilidades em uma mesma atividade conforme o enfoque dado na sua concretização.

Levar as crianças a compreenderem que morder, bater usar de violência com o colega não é o melhor modo de agir.

Conversar com as crianças na roda, contar uma história sobre a temática mordidas. Sugiro o livro digital Mordida não, Napoleão. Após a história converse sobre por que morder não é legal, enfoque que machuca e que deixa todos tristes. As crianças podem contar situações em que foram mordidas por outras crianças ou animais e como elas se sentiram. Como são crianças pequenas vá fazendo perguntas que as ajudem a encontrarem a continuidade do relato.

Confeccione uma boca grande com material reciclado e mostre os dentes para as crianças. Fale para que serve a boca, comente sobre como nossos dentes servem para triturar os alimentos. Entregue toalhas para as crianças e deixe-as morderem as toalhas, mostre que fica as marcas dos dentes e reforce que no colega machuca. Deixe as crianças irem até a boca gigante e brincar, quando elas fazem de conta que foram mordidas entre na fantasia e mostre sua preocupação e diga para a “boca” como aquele comportamento foi errado.

Entregue uma folha para as crianças com uma boca e deixe que cole pedacinhos de papel branco ou isopor para serem os seus dentinhos. Reforce para o quê a boca serve: beijar, comer comida, falar.

Proponha brincadeiras com bonecas ou bichinhos de pelúcia, no qual as crianças precisam cuidar desses por estarem machucados ou doentes. Deixe que cole esparadrapos e enrolem faixas, façam de conta que colocam gelo. Use essa brincadeira para ensinar o cuidado. Incentive que as crianças beijem as bonecas e as consolem durante a brincadeira.

Traga imagens de crianças e pessoas felizes se abraçando ou com beijos nas bochechas. Mostre as imagens e pergunte se as crianças gostam de serem abraçadas e beijadas. Faça uma roda com as crianças e convide que uma por vez beije e abrace seu coleguinha. Volte a conversar sobre como beijar é melhor do que morder.

Cole as imagens de carinho em um cartaz. Sempre que uma criança for iniciar o processo de morder, lembre-a do cartaz e a convença a abraçar o colega. Ou a ajude a conversar para resolver os conflitos com a outra criança. Na Educação Infantil as atividades sugeridas podem ser feitas com frequência para lembrar as crianças a não morderem, pois estarão aprendendo outro modo de se relacionarem.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES**

O reconhecimento dos direitos das mulheres é uma reivindicação que se faz presente, pelo menos desde a década de 1920. No entanto, embora seja uma reivindicação antiga, sua concretização jurídica é bem mais recente. Efetivamente, a legislação reservava à mulher um lugar de subalternidade, primeiro sob o poder do pai e depois, do marido. Apenas recentemente os direitos de cidadania se estenderam à mulher, embora o marco legal da igualdade não seja realidade em todos os países.

Ao se tratar de políticas para mulheres no estado do Paraná, é preciso ter em mente a necessidade de reforçar os direitos das mulheres e as conquistas já alcançadas, tendo em vista a fragilidade das garantias que foram constituídas numa história ainda recente. Nesse contexto o professor irá desenvolver atividades para valorização da mulher, presente em sua vida da criança.

## **DIREITOS DA CRIANÇA**

Crianças e adolescentes são sujeitos de Direitos- Sujeitos de Direitos são pessoas que têm os seus direitos garantidos por lei. Seus direitos devem ser tratados com prioridade absoluta - Isso quer dizer que os direitos das crianças e dos/ das adolescentes estão em primeiro lugar.

O Estatuto da criança e do adolescente (ECA) é um documento que reúne as leis específicas que asseguram os direitos e deveres de crianças e adolescentes aqui no Brasil. Ele nasce da luta de diversos movimentos sociais que defendem os direitos de crianças e adolescentes, já que antes do estatuto existia apenas o “Código de Menores” que tratava de punir as crianças e adolescentes consideradas infratores.

Desde 1990 com o ECA as crianças e os (as) adolescentes são reconhecidos como sujeitos de direitos e estabelece que a família, o Estado e a sociedade são responsáveis pela sua proteção, já que são pessoas que estão vivendo um período de intenso desenvolvimento físico, psicológico, moral e social.

Para tudo deve ser levada em conta a condição peculiar de crianças e adolescentes serem pessoas em desenvolvimento - A criança e o adolescente têm os mesmos direitos que uma pessoa adulta e, além disso, têm alguns direitos especiais, por estarem em desenvolvimento físico, psicológico, moral e social. As crianças e os adolescentes não conhecem todos os seus direitos e por isso não têm condições de exigir, então é muito importante que todos conheçam o ECA para que se possa conseguir uma sociedade mais justa para todos. Desenvolver atividades que mostrem para a criança os direitos e deveres, sempre de forma lúdica, apresentando situações usando material concreto.

## **ESTATUTO DO IDOSO**

O Estatuto do Idoso é uma Lei Federal, de nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, isto é, uma Lei Orgânica do Estado Brasileiro destinada a regulamentar os direitos assegurados

Para esclarecimento amplo, o Estatuto do Idoso é o resultado final do trabalho de várias entidades voltadas para a defesa dos direitos dos idosos no Brasil, entre as quais sempre se destacou a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia e também de profissionais das áreas da saúde, direitos humanos e assistência social, além de parlamentares do Congresso Nacional. Com as crianças o professor deverá desenvolver atividade que mostrem respeito com o idoso.

## **PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS**

O consumo de drogas cresce consideravelmente a cada dia, pois ela não escolhe religião ou nível social; está presente em todos os lugares e realidades desde muito tempo. Esse aumento pode ser atribuído a vários fatores, principalmente aos que se referem na forma em que é transmitida a informação sobre a droga e quem a recebe. A prevenção do uso indevido de drogas é fundamental para a sensibilização sobre os riscos e perigos causados por elas. As ações de prevenção ao uso de drogas nas escolas não deveriam ser isoladas ou tratadas fora do contexto de uma prática pedagógica.

O papel da escola é de formar cidadãos participativos e capazes de analisar o que é bom ou não para si, de fazer suas escolhas se o assunto lhe é questionado e de refletir se com isso afetará ou não a vida de outras pessoas, tal assunto não foge do contexto escolar. Trabalhar formas de prevenção nas escolas ao se tratar de assunto relacionado às drogas (licitas/ilícitas), de uma maneira que venha a contribuir com informações necessárias a serem passadas a nossos alunos, instituição e sociedade em si; é uma maneira de sensibilizá-los em um ambiente próprio.

## **GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL**

A sociedade brasileira tem um histórico de desigualdade social cujo padrão de desenvolvimento excludente é notório. Antes do século XX, as políticas de desenvolvimento social brasileiras, inclusive as referentes ao campo da educação, estavam direcionadas ao desenvolvimento das cidades, cuja matriz cultural era voltada às questões políticas e econômicas, gerando, portanto, a marginalização de grupos específicos que não se enquadravam nos padrões culturais da época. Dessa forma, as discriminações em relação à raça, à etnia, a gênero, à orientação sexual, entre outras tantas manifestações de ser e estar no mundo, tornam-se ferramentas de poder que colocam à margem e negam aos indivíduos o direito de cidadania.

Sabe-se que a escola, enquanto instituição responsável pela transmissão do patrimônio cultural da humanidade possui um papel relevante na socialização dos saberes e das práticas relacionadas à diversidade promovendo ações que façam com que não haja discriminação na escola, onde o princípio da equidade seja considerado.

## **EXIBIÇÃO DE FILMES MENSAIS NACIONAIS**

A exibição de filmes nas escolas deve haver uma pluralidade pedagógica que precisa ser pensado, planejado e executado e que permite contribuir com a construção de uma alfabetização crítica dos meios que utilizam os recursos audiovisuais: cinema, televisão, internet, etc.

É possível levantarmos uma infinidade de atividades que podemos realizar com o audiovisual nas escolas. Isto é importante, mas não podemos ficar só nisso... As atividades são importantes desde que sejam pensadas e articuladas com uma proposta pedagógica mais ampla. É preciso caminhar: agindo e pensando... construindo e transformando...

Novas relações e linguagens desafiam os profissionais da educação a pensar na vocação multicultural da escola, no sentido de promover o diálogo entre as diferentes gerações e os diversos padrões culturais nela presentes.

Em sua análise, indicou três fatores que apontam um novo lugar para a escola: a cultura digital, que vem criando uma escola sem muros, na qual o estudante é produtor de conhecimento e a linguagem audiovisual assume importância; a existência de outros.

## **SEGURANÇA E SAÚDE**

A Lei Federal nº 12.645 de 16 de maio de 2012 instituiu 10 de Outubro como o Dia Nacional da Segurança e Saúde nas Escolas, ou seja, estabeleceu um dia a ser dedicado ao tratamento dessa temática no ambiente escolar.

O Dia Nacional da Segurança e Saúde nas escolas foi instituído justamente para promover essa aproximação entre a escola e o mundo da segurança e saúde do trabalhador. Sabe-se o quanto é importante que a problemática da segurança e saúde do trabalhador não se restrinja ao mundo do trabalho, mas passe a ser incorporada o mais cedo possível no cotidiano dos nossos alunos, pois esperar que eles cheguem ao mundo do trabalho para, somente depois disso terem contato com a questão da segurança e saúde no trabalho não é o melhor caminho, uma vez que pode não haver tempo para que isso aconteça, conforme demonstram as estatísticas. Educar para a cidadania é uma das principais funções sociais da escola, e ter consciência disso implica em reconhecer quão ampla e complexa é sua tarefa.

## **PREVENÇÃO DE GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA**

Esta é uma medida importantíssima, uma vez que a gravidez na adolescência envolve muito mais do que problemas físicos, mas também problemas emocionais e sociais.

Os partos de mães adolescentes correspondem a 16,4% dos partos que ocorrem no país, ou seja, de cada 6 crianças que nascem no Brasil, uma é filha de mãe adolescente. É importante observar que esses números mostram apenas as gestações que resultaram em partos de nascidos vivos.

A gravidez pode ter consequências imediatas e duradouras para a saúde, a educação e o potencial de geração de renda de uma adolescente. A gestação na adolescência está associada a maiores riscos de partos prematuros, de recém-nascidos com baixo peso, de eclampsia, de transtornos mentais (como a depressão) devido a complicações decorrentes de abortos inseguros ou da gravidez e do parto. Implicandodiretamente na aprendizagem da criança.

Apesar dos riscos à saúde causados por uma gestação na adolescência, os maiores riscos são os sociais e econômicos. Além disto, a gravidez precoce está associada a um maior risco de abandono escolar e perda de oportunidades de empregos, aumentando o risco de perpetuação do ciclo da pobreza. Na educação infantil o trabalho será realizado com as mães, através de palestras, com psicólogas, assistente social, nutricionista, e direcionado essas mães aos órgãos competentes quando se fizerem necessário.

## **TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

A transição entre essas duas etapas da Educação Básica requer muita atenção, para que haja equilíbrio entre as mudanças introduzidas, garantindo integração e continuidade dos processos de aprendizagens das crianças, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que elas estabelecem com os conhecimentos, assim como a natureza das mediações de cada etapa. Tornase necessário estabelecer estratégias de acolhimento e adaptação tanto para as crianças quanto para os docentes, de modo que a nova etapa se construa com base no que a criança sabe e é capaz de fazer, em uma perspectiva de continuidade de seu percurso educativo.

Para isso, as informações contidas em relatórios, portfólios ou outros registros que evidenciem os processos vivenciados pelas crianças ao longo de sua trajetória na Educação Infantil podem contribuir para a compreensão da história de vida escolar de cada aluno do Ensino Fundamental. Conversas ou visitas e troca de materiais entre os professores das escolas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental – Anos Iniciais também são importantes para facilitar a inserção das crianças nessa nova etapa da vida escolar. Além disso, para que as crianças superem com sucesso os desafios da transição, é indispensável um equilíbrio entre

as mudanças introduzidas, a continuidade das aprendizagens e o acolhimento afetivo, de modo que a nova etapa se construa com base no que os educandos sabem e são capazes de fazer, evitando a fragmentação e a descontinuidade do trabalho pedagógico.

Nessa direção, a BNCC apresenta as sínteses das aprendizagens esperadas em cada campo de experiências, para que as crianças tenham condições favoráveis para ingressar no Ensino Fundamental. Essas sínteses devem ser compreendidas como elementos balizadores e indicadores de objetivos a ser explorados em todo o segmento da Educação Infantil, e que serão ampliados e aprofundados no Ensino Fundamental, e não como condição ou pré-requisito para o acesso ao Ensino Fundamental. Para que a criança compreenda o processo de transição quanto ao Campo de Experiência o eu, o outro e o nós a criança deve ter assimilado os conceitos Respeitar e expressar sentimentos e emoções, atuando com progressiva autonomia emocional. Atuar em grupo e demonstrar interesse em construir novas relações, respeitando a diversidade e solidarizando-se com os outros.

### **AVALIAÇÃO DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA**

A avaliação tem se tornado uma questão fundamental para a Educação Infantil, seja pela ótica da criança, como foco do processo avaliativo, ou pela análise das próprias instituições e das práticas educativas que realizam, em busca de melhoria na oferta e no atendimento às crianças e às suas famílias. Sendo assim, pode-se refletir essa questão sobre dois prismas: a avaliação “da” e “na” Educação Infantil. Compreendendo que nenhum sujeito se desenvolve da mesma forma que o outro, por mais próximos que sejam. As interações e as diferentes experiências vividas contribuem para que cada um se desenvolva de determinada forma. Isso justifica a proposta de uso de Parecer Descritivo de acompanhamento da aprendizagem, pois suas características garantem registros consistentes sobre a criança em sua integralidade. Assim: A questão principal referente aos estudos atuais sobre o desenvolvimento infantil é o respeito pelas diferentes formas de ser de cada criança, decorrentes de suas experiências próprias de mundo, ritmos de desenvolvimento, contextos sociais e culturais diferenciados. Processos avaliativos embasados na comparação, a partir de padrões considerados “normais”, perseguem a uniformidade de comportamento das crianças, negando a heterogeneidade normal dos indivíduos, concebendo-a como negativa e inesperada (HOFFMAN, 2012, p.103).

Reflexões como essa permitem pensar e elaborar o Parecer Descritivo de acompanhamento da aprendizagem da criança na Educação Infantil, objetivando documentar o processo de construção do conhecimento da criança, registrando a história individual das aprendizagens vivenciadas no contexto escolar, por meio de interações com os diversos saberes e conhecimentos presentes nos campos de experiência, a fim de garantir um olhar reflexivo do professor sobre os avanços e conquistas de cada criança e a socialização de tal processo com as famílias e outros professores.

Vale ressaltar que o registro nesse instrumento deve ser em forma de texto, apresentando o resultado de uma coleta de dados realizada por meio de observações diárias e processuais, acompanhadas de anotações das peculiaridades, avanços, curiosidades, gostos e preferências de cada criança, e não o resultado grupal, homogêneo de um grupo de crianças ou da turma.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, M.; KRAMER, S. “O rei está nu”: Um Debate Sobre as Funções da Pré-Escola. In: Educação pré-escolar: desafios e alternativas. Caderno cedes, nº 9. São Paulo: Cortez, 1984.

BRASIL. Constituição Federal de 1988

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 05, de 17 de dezembro de

2009. Fixa as Diretrizes Curriculares

Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

\_\_\_\_\_. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017 (\*) Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação - Conselho Pleno. Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da

Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica

\_\_\_\_\_. RESOLUÇÃO Nº 5, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009 (\*). Fixa as Diretrizes Curriculares. Nacionais para a Educação Infantil. CAGLIARI, L. C. O príncipe que virou sapo: considerações a respeito da dificuldade de alfabetização das crianças na alfabetização. Cadernos de Pesquisa, 55. São Paulo:

Fundação Carlos Chagas, nov. 1985, p. 50-62.

CANDURO, V. R. P. Iniciação musical na idade pré-Escolar. Porto Alegre: Sagra, 1989.

CHEROGLU, Simone; MAGALHÃES, Giselle Modé. O primeiro ano de vida: vida uterina, transição pós-natal e atividade de comunicação emocional direta com o adulto.

Cap,4 in :Periodização Histórico Cultural do Desenvolvimento Psíquico- do nascimento à velhice. Martins Lígia Marcia; Abrantes, Angelo Antonio e Facci, Marilda Gonçalves

Dias (Org). Autores Associados, 2016. -(Coleção educação contemporânea).

CUNHA. S. R. V. Cor, som e movimento: A expressão plástica, musical e dramática no cotidiano da criança. Caderno de educação no cotidiano da criança. Caderno de

Educação Infantil. Porto Alegre: Editora Mediação, 1999.



- HOFFMANN, J. M. L. Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto alegre: Mediação, 2000.
- KRAMER, Sonia. A política do Pré-Escolar: arte e disfarce. São Paulo: Cortez, 1995
- KRAMER, S. A infância e sua singularidade. In: BRASIL. Ministério da Educação. Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. [Org. Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento]. Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2006.
- KRAMER, Sônia. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: Educação Infantil e/é fundamental. In: Educação e Sociedade, v. 27, n. 96 - Especial, p. 797-818, out, 2006.
- KUHLMANN JUNIOR, Moisés. A infância e Educação Infantil. Uma abordagem histórica, 1998, ed. Mediação
- LAZARETTI, Lucinéia Maria; MELLO, Maria Aparecida. Como ensinar na Educação Infantil? Reflexões sobre a didática e o desenvolvimento da criança. In: PASQUALINI, Juliana Campregher; TEIXEIRA, Lucas André; AGUDO; Marcela de Moraes. (Org.) Pedagogia Histórico-Crítica: legado e perspectivas. Uberlândia, MG. Navegando, 2018.
- LEONTIEV, A. N. O desenvolvimento do psiquismo. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.
- LOPES, Celi Espasandin; GRANDO, Regina Célia. Resolução de problemas na educação matemática para a infância. UNICAMP, Campinas. 2012.(matemática)
- LORENZATO, Sérgio. Educação infantil e percepção matemática. 3ª Ed.rev. Campinas, SP. Autores Associados, 2011. (matemática)
- LURIA, A. R. O desenvolvimento da escrita na criança. In: VIGOTSKY, L. S., LURIA, A. R.E LEONTIEV, A. N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone, 2006, p. 143-189.
- MARTINS, Ligia Márcia; ABRANTES, Angelo Antonio; FACCI, MarildaGonçalvesDias (org.) Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice. Campinas: Autores Associados, 2016
- MUKHINA, Valéria. Psicologia da idade pré-escolar; tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins fontes, 1996
- MOURA, Manoel Oriosvaldo de. Atividade Pedagógica na Teoria Histórico-Cultural. (org.) Brasília: Liber livro, 2010
- OLIVEIRA, Zilma.Ramos de. Educação infantil. Fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.
- PARANÁ, Deliberação nº 03/18 de 23/11/18, do CEE/PR- Referencial Curricular do Paraná.: princípios, direitos e orientações.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações. Curitiba:SEED, 2018. Disponível em: <http://www.diaadia.pr.gov.br>.
- PIRES, C. C.; CURRI, E; CAMPOS, T. M. M. Espaço & forma: a construção de noções geométricas pelas crianças das quatro séries iniciais do ensino Fundamental. São Paulo: PROEM LTDA, 2001.
- SAVIANI, Dermeval. Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações-11. ed. rev.1ª reimpr. - Campinas, SP: Autores Associados,

2012. - (Coleção educação contemporânea)

SOUZA, R. C. de; BORGES, M. F. T. A práxis na formação da Educação Infantil. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SOUZA, G. de; VIEIRA, L. M. F. Concepção de Infância. In: Anais I Simpósio Paranaense de Educação Infantil. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Faxinal do Céu, 2006.

TULESKI, Silvana Calvo e EIDT, Nadia Mara. A periodização do desenvolvimento psíquico- atividade dominante e a formação das funções psíquicas superiores. Cap. 2

in :Periodização Histórico Cultural do Desenvolvimento Psíquico- do nascimento à velhice. Martins Lígia Marcia; Abrantes, Angelo Antonio e Facci, Marilda Gonçalves Dias

(Org). Autores Associados, 2016. -(Coleção educação contemporânea).

VIGOTSKI, L. S. A Formação social da mente. 3. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1989. YGOTSKY, L.S. Pensamento e linguagem. 3. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1991.

## APRESENTAÇÃO DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO

### IMPORTÂNCIA DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA

O campo de experiências relacionado aos saberes e aos conhecimentos do uso social da fala e da escrita, possibilitando expressar ideias, desejos e sentimentos por meio da fala, do desenho e das tentativas espontâneas de escritas, de modo a inserir a criança em diferentes experiências e vivências com diferentes suportes de gêneros do discurso. Nesse campo de experiências, encontram-se os saberes e os conhecimentos que visam a familiarizar a criança com os livros, ensinando-a a diferenciar a ilustração da escrita, bem como a perceber a direção da própria escrita, distinguindo letras e números de outros sinais gráficos utilizados na linguagem escrita. Envolve um universo de experiências que insere a criança na oralidade (escuta e fala) e, portanto, em processos de interação mediados de forma intencional, visando à construção de saberes essenciais à apropriação da linguagem escrita.

O Referencial Curricular do Paraná (2018) defende a convivência “com diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas, locais e universais, no cotidiano da instituição escolar” (PARANÁ, 2018, p. 49), possibilitando às crianças, por meio de experiências, a diversidade de linguagens como forma de expressar suas ideias e sua cultura. O trabalho com as linguagens implica compreensão da leitura, como fundamento que permeia todas as linguagens, estando elas imbricadas, pois se revela na interpretação dos sentidos presentes nos gestos, nos gêneros do discurso, no suporte e nos portadores textuais, na plástica, na Literatura Infantil, no uso social da escrita e nos ícones. Assim sendo, ao se referendar cada uma das linguagens, parte-se do pressuposto de que não será possível trabalhá-las desvinculadas da ação intencional de ler, interpretar e confrontar sentidos.

### JUSTIFICATIVA DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA

A importância do tema do ponto de vista geral o processo de ensino e aprendizagem, é o professor que estabelece a relação entre a fala da criança e o conhecimento, por meio dos processos de mediação em que deve-se primar pela ampliação do vocabulário por parte da criança. Observa-se que, no esforço de resolver uma situação-problema, a criança balbucia ou sussurra para organizar seu pensamento. Essa fala, oralmente manifestada, aos poucos vai sendo interiorizada, dando lugar à fala interior, pois, quando a criança fala em voz alta para si mesma, ela organiza o seu pensamento e planeja sua ação, produzindo estratégias de ação intencional. Essa fala está, segundo Vigotski (1991), “a serviço da orientação mental, da compreensão consciente, ajuda a superar dificuldades” (VIGOTSKI, 1991, p.115).

Na Educação Infantil, a leitura assume especial relevância na voz do professor. É um momento privilegiado para a construção de leitores das mais diferentes linguagens, instigando as crianças à curiosidade, à paixão pela leitura, superando a visão de que se leem apenas os registros escritos representados nas palavras e/ou nos textos. A entonação da voz na leitura diária realizada pelo professor, a escolha de gêneros discursivos apropriados a cada momento da vida da criança, bem como a leitura de livros de literatura sem legenda, discutindo as interpretações possíveis, são momentos privilegiados do trabalho com a leitura. Nesse contexto, situa-se o trabalho com a Literatura Infantil, na qualidade de bem cultural produzido pela humanidade. O desenvolvimento do senso crítico e estético bem como a integração da criança à sua cultura e ao conhecimento de outras culturas advêm de um trabalho pedagógico intencionalmente planejado. Destaca-se, nesse contexto, que a Literatura Infantil não é pretexto para a sistematização da escrita, para a reprodução de desenhos, para a realização de dramatizações, mas constitui-se em uma forma de imaginar e de criar, de ver e de interpretar o mundo, por meio da discussão e da reflexão, estabelecendo relações entre o mundo real e o literário.

A fala é uma forma de representação construída socialmente. É um aprendizado que permite ao homem comunicar-se e interagir, e ela vai se desenvolvendo desde o nascimento, uma vez que o choro já se constitui em um exercício. Engolir, espirrar, arrotar, tudo serve para que o bebê aprenda a emitir sons, passando a fazer ruídos com a garganta, como se fosse um arrulho. Imitar esses sons do bebê, mudando a entonação da voz, e esperar por uma “resposta” dele, mostrando-lhe, nesse processo, novos sons, é de fundamental importância para que ele perceba que está sendo ouvido, pois quando compreende, com o tempo, que os sons por ele emitidos podem chamar a atenção, procurará fazê-lo cada vez mais. Assim, entende-se que não há uma idade exata para a criança começar a falar, mas sabe-se que, quanto mais ela se comunica, mais desenvolve a sua linguagem.

O que é escuta, fala, pensamento e imaginação na educação infantil? Conforme mencionado, essas quatro habilidades compõem um dos campos de experiência propostos pela BNCC. Tendo em mente a educação enquanto formação humana, esse campo promove vivências diferenciadas nas salas de aula, em que os alunos têm a possibilidade de interagir de diversas formas, estimulando a cultura oral e construindo ativamente sua postura enquanto sujeito singular. Nesse sentido, o campo direciona o foco de atuação da educação infantil, ampliando as formas de comunicação da criança, bem como favorecendo o desenvolvimento e a consolidação da imaginação e do pensamento abstrato e crítico.

Com isso, por meio de diversas atividades que priorizam o lúdico, as crianças desenvolvem habilidades que potencializam sua compreensão de práticas cotidianas e seus diferentes significados, como a alfabetização, envolvendo a fala, a escrita e a leitura. Ainda, é importante ter em mente que ao longo da educação infantil, as crianças devem adquirir aprendizagens mínimas e básicas para garantir um bom desenvolvimento e uma transição satisfatória entre o ensino básico para o ensino fundamental. Justamente por isso, o documento apresenta alguns pontos importantes que devem ser priorizados nas atividades do campo da escuta, fala, pensamento e imaginação, para que a criança desenvolva as habilidades mínimas. São eles:

- dar espaço para o aluno expressar suas ideias, sentimentos e desejos diante das vivências experimentadas, podendo ser por meio da linguagem oral e escrita, assim como por desenhos, colagens, fotos, músicas e jogos simbólicos;
- permitir a escolha de livros e textos de diferentes gêneros para leitura própria ou de um terceiro (colega, professor ou família);
- estimular a identificação de palavras conhecidas e desconhecidas durante a leitura;
- incentivar oralmente o relato de fatos ou histórias, priorizando a sequência temporal e causal;
- despertar o interesse da criança por ouvir, compreender, criar, contar e recontar narrativas que fazem parte do seu contexto. Em síntese, é fundamental que os adultos se comuniquem com os bebês: conversando, cantando, contando histórias, escutando e repetindo os sons produzidos pelas crianças, nomeando partes de seu corpo e objetos. Embora, em um primeiro momento, os bebês não compreendam a linguagem na mesma lógica dos adultos, vão percebendo os diferentes significados atribuídos aos sons e às palavras que produzem. Cagliari (1985) contribui para essa reflexão, afirmando que as crianças aprendem uma língua e não um amontoado de sons. O autor explicita que “aprender a falar é, sem dúvida, a tarefa mais complexa que o homem realiza na sua vida. É a manifestação mais elevada da racionalidade humana. As crianças de todos os lugares do mundo, de todas as culturas, de todas as classes sociais realizam isso de um e meio a três anos de idade. Isso é uma prova de inteligência” (CAGLIARI, 1985, p. 52). Fica claro que a comunicação entre as pessoas é a primeira função da fala e, portanto, deve estar presente na prática da Educação Infantil, pois a apropriação do conhecimento pressupõe a interação humana, por meio da qual ocorre troca de ideias, de valores e de opiniões.

## **OBJETO DE ESTUDO DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA**

Na Educação Infantil, o professor deve ser o desafiador: interferir para que a criança expresse visões particulares e imaginativas com relação aos objetos de conhecimento, de forma cada vez mais elaborada e, sobretudo, para que compreenda o desenho como representação de alguma coisa ou ideia. O desenho é uma atividade que apresenta múltiplas possibilidades, isto é, uma atividade que expressa a criação, a representação, o registro de ideias e conhecimentos, a imaginação e estimula a criatividade. Para tanto, o professor pode fazer uso de diversos materiais, em momentos de registro individual e coletivo, além de utilizar diferentes suportes, disponibilizando lápis de cor, giz de cera, tinta, cola colorida, carvão, enfim, inúmeros recursos que irão possibilitar a expressão livre e/ou direcionada. O estímulo ao desenho coletivo e/ou individual como forma de registro das discussões, estudos e passeios é um recurso imprescindível à prática pedagógica na Educação Infantil.

O convívio com a linguagem escrita, em suas diferentes manifestações, deve ser compreendido como uma atividade real e significativa. Ao professor cabe garantir esse processo, organizando as atividades e fornecendo informações necessárias à compreensão da linguagem escrita, na qualidade de objeto cultural e, historicamente, construído. Os diversos sistemas de escrita, elaborados pela humanidade, possibilitaram ao homem o registro de suas experiências, que se constituem, além de auxiliar a memória, na possibilidade de divulgar informações e conhecimentos, de comunicar-se, de identificar locais, objetos e pessoas, de expressar sentimentos e emoções.

É de Vigotski (1991, p. 133) a observação de que “o ensino tem que ser organizado de forma que a leitura e a escrita se tornem necessárias às crianças”, de modo que assumam significado, bem como, se tornem relevantes para a vida. Quando a escrita é compreendida como produto da atividade cultural, deflagrada pela humanidade, como resultado da necessidade de interação, pode-se inferir que, quanto mais constantes e de qualidade forem os atos de leitura e escrita realizados pelas crianças e pelos que estão ao seu redor, mais elementos elas terão para refletir sobre a língua e dela fazer uso. A defesa é a de que o encaminhamento metodológico referente à escrita seja efetivado a partir da exploração das funções sociais e situações de uso real, o que implica várias oportunidades de diálogo para analisar a diversidade de gêneros discursivos em suas várias manifestações, decorrentes das diferentes situações de uso, tais como: a identificação, o registro histórico, o planejamento de ações, a comunicação, o lazer e as fontes de informação.

Desde o nascimento, as crianças participam de situações comunicativas cotidianas com as pessoas com as quais interagem. As primeiras formas de interação dos bebês e crianças pequenas são os movimentos do seu corpo, o olhar, a postura corporal, o sorriso, o choro e outros recursos vocais, que ganham sentido com a interpretação do outro. Progressivamente, as crianças vão ampliando e enriquecendo seu vocabulário e demais recursos de expressão e de compreensão, apropriando-se da língua materna – que se torna, pouco a pouco, seu veículo privilegiado de interação.

## **OBJETIVO GERAL**

Promover o desenvolvimento das crianças em suas máximas possibilidades, por meio da apropriação das experiências das gerações anteriores para que sejam sujeitos históricos e sociais.

## **OBJETIVO DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA**

Promover experiências nas quais as crianças possam falar e ouvir, potencializando sua participação na cultura oral, pois é na escuta de histórias, na participação em conversas, nas descrições, nas narrativas elaboradas individualmente ou em grupo e nas

implicações com as múltiplas linguagens que a criança se constitui ativamente como sujeito singular e pertencente a um grupo social. Desde cedo, a criança manifesta curiosidade com relação à cultura escrita: ao ouvir e acompanhar a leitura de textos, ao observar os muitos textos que circulam no contexto familiar, comunitário e escolar, ela vai construindo sua concepção de língua escrita, reconhecendo diferentes usos sociais da escrita, dos gêneros, suportes e portadores. Na Educação Infantil, a imersão na cultura escrita deve partir do que as crianças conhecem e das curiosidades que deixam transparecer.

Nesse sentido, propomos buscar a coerência entre as experiências que devem ser proporcionadas às crianças na Educação Infantil no campo de experiências ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO, no que se refere às práticas de leitura, e a vivência dessa experiência leitora de literatura pelos professores da Educação Infantil. Esse processo é denominado de homologia de processos que consiste em experienciar através de todo o processo de formação, as atitudes, modelos didáticos, capacidades e modos de organização que se pretende que venham a ser desempenhados nas práticas pedagógicas com as crianças. Isso significa que devemos ter com a literatura a mesma relação que propomos que nossas crianças da educação Infantil, desde os bebês, tenham. As experiências com a literatura infantil, propostas pelo educador, mediador entre os textos e as crianças, contribuem para o desenvolvimento do gosto pela leitura, do estímulo à imaginação e da ampliação do conhecimento de mundo. Além disso, o contato com histórias, contos, fábulas, poemas, cordéis etc. propicia a familiaridade com livros, com diferentes gêneros literários, a diferenciação entre ilustrações e escrita, a aprendizagem da direção da escrita e as formas corretas de manipulação de livros. Nesse convívio com textos escritos, as crianças vão construindo hipóteses sobre a escrita que se revelam, inicialmente, em rabiscos e garatujas e, à medida que vão conhecendo letras, em escritas espontâneas, não convencionais, mas já indicativas da compreensão da escrita como sistema de representação da língua.

Ao professor compete criar contextos de interação em que a criança sinta-se segura para falar e, ao mesmo tempo, aprenda a ouvir os colegas, a formular e responder a perguntas em momentos de interação, dirigidos intencionalmente pelo(a) professor(a). Tais momentos transformam-se em práticas pedagógicas fundamentais à oralidade (ouvir e falar), por meio dos quais também se desenvolve, de forma gradativa, a atenção voluntária, à medida que é necessário responder a comandos específicos ou interagir com o outro entremeio ao seu relato ou exposição. Ao interagir, perguntando ao outro durante a sua exposição, exige-se que a criança inicie seu aprendizado no sentido de manter a atenção na exposição realizada pelo outro.

A cultura escrita, isto é, ações de leitura e de escrita, e objetos portadores de leitura, tais como livros, revistas, jornais, folhetos, histórias em quadrinhos devem estar presentes nas escolas infantis”

**QUADRO ORGANIZADOR DOS CONTEÚDOS DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO**

Legenda: A/T – ano todo.

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
SABERES E CONHECIMENTOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	Conteúdos	Bebês- 0 a 1 ano	Crianças bem pequenas 1 ano	Crianças bem pequenas 2 e 3 anos	Crianças pequenas 4 e 5 anos	Trimestre
Identificação nominal.	Reconhecer a si mesmo e aos colegas, no convívio e no contato direto.	Reconhecimento oral do nome.	X				1º
	Participar de brincadeiras e cantigas típicas envolvendo os nomes das crianças da sua convivência.	Reconhecimento de pessoas do convívio social.	X				2º
	Vivenciar experiência em que outras crianças ou professores(as) e funcionários(as) citam seu nome.	Pessoas do ambiente escolar (professores, colegas e funcionários).	X				2º
	Reconhecer seu nome quando chamado.	Reconhecimento oral do nome.					
(EI0/01EF02) Demonstrar interesse ao ouvir a leitura de poemas e a apresentação de músicas.							
Sons da língua e	Participar de situações de escuta de poemas e músicas.	Percepção auditiva	X				1º



sonoridade	Ouvir histórias e músicas típicas e regionais.	Práticas de leitura	X					3º
------------	--	---------------------	---	--	--	--	--	----

**CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO**

das palavras (consciência fonológica). Prática de leitura (pelo professor(a)).	Participar de brincadeiras de linguagem que explorem a sonoridade das palavras.	Músicas infantis (cantigas, rimas e parlendas)	X					1º
---	---	--	---	--	--	--	--	----

(EI0/01EF03) Demonstrar interesse ao ouvir histórias lidas ou contadas, observando ilustrações e os movimentos de leitura do adulto-leitor (modo de segurar o portador e de virar as páginas).

Escuta, observação e respeito à fala do outro e textos literários.	Ouvir a história e observar seus elementos.	Organização da ação dramática.	X					2º
	Ampliar a capacidade de seleção de sons e direcionamento da escuta.	Histórias infantis.músicas, cantigas	X					1º
	Perceber os diferentes sons.	Percepção auditiva (Brincadeiras contadas).	X					2º
Prática de leitura pelo professor leitor .	Imitar comportamentos do(a) professor(a) ou de seus colegas ao explorar livros.	Imitação, dramatização	X					2º
	Escutar histórias lidas, contadas com fantoches, representadas em encenações, escutadas em áudios e outras situações.	Histórias	X					1º

(EI0/01EF04) Reconhecer elementos das ilustrações de histórias, apontando-os, a pedido do adulto-leitor.

Personagens e cenários. Elementos das histórias. Vocabulário.	Observar e manusear livros com imagens, apontando fotografias, figuras ou objetos conhecidos em ilustrações.	Literatura infantil	X				3º
	Interagir a estímulos do(a) professor(a), no decorrer das contações de histórias.	recursos audiovisuais  Caracterização de personagens	X				2º

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
		Livros brinquedo					
(EI0/01EF05) Imitar as variações de entonação e gestos realizados pelos adultos, ao ler histórias e ao cantar.							
Escuta, fala e expressões da língua. Entonação de voz. Linguagem oral e gestual.	Reproduzir sons e gestos realizados pelo professor(a), durante leitura de histórias ou ao cantar músicas.	Narração de histórias, fatos vividos e imaginados	X				2º
	Responder a estímulos sonoros realizados durante a contação de história ou ao cantar músicas desenvolvendo reações como assustar-se, entristecer-se, alegrar-se, dentre outros.	Leitura e interpretação da ação dramática (gestos, espaços, expressão/ação)	X				3º
	Comunicar-se por meio da vocalização, gestos ou movimentos nas situações de leitura de histórias e ao cantar músicas.	Dramatização Interpretação Músicas	X				3º
(EI0/01EF06) Comunicar-se com outras pessoas usando movimentos, gestos, balbucios, fala e outras formas de expressão.							
A comunicação e as suas	Interagir com o professor(a) e colegas por meio de diferentes formas.	Uso e função dos gestos	X				2º

funções sociais.	Responder a estímulos sorrindo ou parando de chorar.	Afetividade, atenção e limites	X				1º
Linguagem oral.	Responder com gestos e outros movimentos com a intenção de comunicar-se.	Reprodução de movimentos	X				2º
Gestos e movimentos.	Executar gestos simples quando solicitada.	Gestos e movimentos básicos	X				A/T
	Imitar sons e gestos realizados por outras pessoas.	Imitação Reprodução de movimentos	X				1º

**CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO**

(EIO/01EF07) Conhecer e manipular materiais impressos e audiovisuais em diferentes portadores (livro, revista, gibi, jornal, cartaz, CD, tablet etc.).

Materiais gráficos. Diferentes usos e funções da língua falada e escrita.	Manipular livros com imagens simples e outros.	Relação oralidade/escrita	X				2º
	Explorar diferentes tipos de materiais impressos imitando ações e comportamentos típicos de um leitor, como virar a página, apontar as imagens, gestos ou vocalizar na intenção de ler em voz alta o que está escrito.	Leitura visual	X				2º

(EIO/01EF08) Participar de situações de escuta de textos em diferentes gêneros discursivos (poemas, fábulas, contos, receitas, quadrinhas, anúncios etc.).

Situações de escuta.	Participar de situações de escuta de diferentes gêneros discursivos como: poemas, quadrinhas, histórias, cantigas e outros.	Leitura visual	X				2º
----------------------	---	----------------	---	--	--	--	----

	Escutar poemas, histórias e canções brincando com tecidos e outros materiais.	Práticas de leitura	X					3º
(EI0/01EF09) Conhecer e manipular diferentes instrumentos e suportes de escrita.								
Materiais e tecnologias para a produção da escrita.	Participar de situações significativas de leitura e escrita, tendo o(a) professor(a) como leitor e escriba.	Representação de idéias (desenho, colagem, modelagem, dobradura entre outros)	X					2º
	Manipular revistas, jornais, livros e outros materiais impressos.	Materiais impressos e tecnológicos	X					3º
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO								
	Manusear suportes textuais de materiais diversos: plástico, tecido, borracha, papel, dentre outros.	Materiais impressos e tecnológicos	X					3º
	Reconhecer os livros demonstrando preferência por algumas histórias ouvidas.	Materiais impressos e tecnológicos	X					3º

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO

(EI01EF01) Dialogar com crianças e adultos, expressando seus desejos, necessidades, sentimentos e opiniões.

SABERES E CONHECIMENTOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	Conteúdos	Bebês- 0 a 1 ano	Crianças bem pequenas 1 ano	Crianças pequenas 2 e 3 anos	Crianças pequenas 4 e 5 anos	Trimestre
	Expressar sentimentos e emoções por meio de diferentes linguagens, como a dança, o desenho, a música, a linguagem oral e gestos.	Expressão nas diferentes formas de linguagem		X			1º

**CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO**

Palavras e expressões da língua em situações de uso social.  Linguagem oral.	Interagir com outras crianças, fazendo uso de diferentes linguagens tentando se fazer entender.	Articulação de sons e palavras.		X			2º
	Reconhecer-se quando é chamado.	Percepção auditiva.		X			1º
	Reconhecer na oralidade o próprio nome e o das pessoas com quem convive.	Percepção auditiva.		X			1º
	Usar gestos e articulação de algumas palavras para se fazer entender.	Construção da consciência fonológica.		X			2º
	Participar de brincadeiras que estimulem a relação dialógica entre o(a) professor(a)/criança e criança/criança.	Sequência de ideias.		X			2º
	Utilizar palavras e expressões da língua para se comunicar.	Palavras e expressões da língua e sua pronúncia.		X			1º
	Ampliar o vocabulário utilizado para se expressar.	Ampliação do vocabulário.		X			2º

	Escutar o outro.	Escuta e respeito pela fala do outro.		X			1º
(EI01EF02) Identificar e criar diferentes sons e reconhecer rimas e aliterações em cantigas de roda e textos poéticos.							
Linguagem oral.  Sonorização, rimas e aliterações.	Vivenciar brincadeiras com outras crianças e professores(as) acompanhando parlendas.	Brincadeiras de roda cantadas/parlendas.		X			2º
	Participar de brincadeiras cantadas.	Brincadeiras de roda cantadas/parlendas		X			A/T
	Escutar, imitar e participar de cantigas e músicas com diferentes sons e rimas.	Organização da ação dramática a partir de: -Fatos vividos, imaginados;		X			3º

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
	Participar de brincadeiras de linguagem que exploram a sonoridade das palavras percebendo rimas e aliterações.	Consciência fonológica.		X			1º
	Imitar diferentes sons da fala, de animais, barulhos, músicas e outros.	Ampliação do vocabulário.		X			1º
	Participar de momentos de apreciação de textos poéticos.	Momentos de prática de leitura pelo educador		X			1º
(EI01EF03) Demonstrar interesse e atenção ao ouvir a leitura de histórias e outros textos, diferenciando escrita de ilustrações, e acompanhando, com orientação do adulto-leitor, a direção da leitura (de cima para baixo, da esquerda para a direita).							
Escuta, observação e respeito à fala e do outro texto	Participar de momentos de contação: poesias e outros gêneros literários.	Contação de histórias infantis.		X			A/T
	Escutar as leituras de histórias, poemas e músicas.	Momentos de prática de leitura pelo educador		X			A/T

literários. Sensibilidade estética relação textos literários (Gosto) Aspectos gráficos escrita. da Formação ampliação e vocabulário. de	Participar de momentos de leituras de textos em que o(a) professor(a) realiza a leitura apontada.	Contação de histórias infantis.		X			A/T
	Ter contato com diferentes gêneros discursivos, observando ilustrações, identificando sua relação com o texto lido.	Diferentes gêneros discursivos: - Poema - Música - Parlandas - Trava-línguas - Adivinhas - Quadrinhas - Cartaz - Receita - Fábulas					3º
	Ouvir o nome e identificar objetos, pessoas, fotografias, gravuras, palavras e outros elementos presentes nos textos.	Reconhecimento de ideias presentes em símbolos diversos (desenhos, gravuras, gestos, palavras, figuras de linguagem, entre outros).		X			2º

**CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO**

(EI01EF04) Formular e responder perguntas sobre fatos da história narrada, identificando cenários, personagens e principais acontecimentos.

Linguagem oral em suas diversas funções e usos sociais. Fatos e	Participar de variadas situações de comunicação, escutando as narrativas de histórias e acontecimentos.	Rodas de conversa, contação de histórias, ginástica historiada, etc.		X			1º
	Reconhecer alguns personagens das histórias, cenários, associando alguns acontecimentos.	Reprodução das ideias de acordo com a história ouvida por meio da fala, gestos, apontamentos, entre outros.		X			2º

personagens da história narrada.	Responder perguntas referentes à história apontando para personagens e cenários.	Exposição oral das ideias com sequência e concordância nos relatos.		X			1º
	Realizar tentativas de oralizar o nome de alguns personagens das histórias contadas.	Coerência na exposição de ideias.		X			2º
	Identificar a história pela capa do livro.	Identificação de histórias		X			A/T

(EI01EF05) Relatar experiências e fatos acontecidos, histórias ouvidas, filmes ou peças teatrais assistidos etc.

Expressividade pela linguagem oral e gestual.  Palavras e expressões da língua e sua pronúncia.	Participar de variadas situações de comunicação.	Características gráficas.		X			3º
	Expressar-se por meio de palavras transmitindo suas necessidades, desejos, sentimentos e percepção de mundo em relação às histórias ouvidas e recursos audiovisuais observados.	Relatos de experiências vividas.		X			2º
	Emitir sons articulados e gestos observados nos recursos textuais e audiovisuais.	Articulação de sons e palavras.		X			1º

**CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO**

	Expressar-se em conversas e brincadeiras, ampliando seu vocabulário.	Ampliação do vocabulário.		X			1º
(EI01EF06) Criar e contar histórias oralmente, com base em imagens ou temas sugeridos.							
Reconto de histórias.	Ouvir e nomear objetos, pessoas, personagens, fotografias e gravuras.	Relatos de experiências, fatos, ações, histórias, entre outros.		X			2º



Relação entre imagem e narrativa.	Reconhecer histórias a partir de imagens.	Linguagem visual.		X			1º
	Oralizar histórias contadas, a seu modo, com apoio de imagens.	Criação e reconto de histórias.		X			2º
(EI01EF07) Manusear diferentes portadores textuais, demonstrando reconhecer seus usos sociais.							
Usos e funções da escrita.  Gêneros e suportes de textos.	Manipular revistas, livros, cartazes, e outros, ouvindo e conhecendo sobre seus usos sociais.	Funções sociais da leitura e escrita em atividades cotidianas. (Símbolos convencionais e diferentes).		X			3º
	Participar de experiências que utilizem como recurso os portadores textuais como fonte de informação: revistas, jornais, livros, embalagens, rótulos.	Cultura escrita (Prática de leitura de diferentes gêneros textuais veiculados em diferentes suportes textuais).		X			2º
(EI01EF08) Manipular textos e participar de situações de escuta para ampliar seu contato com diferentes gêneros discursivos (parlendas, histórias de aventura, tirinhas, cartazes de sala, cardápios, notícias etc.).							
Gêneros discursivos, seus autores, características e suportes.	Participar de situações de escuta envolvendo diferentes gêneros discursivos.	Prestar atenção na fala do outro por meio da apreciação.		X			1º
	Vivenciar experiências lúdicas em contato com diferentes textos.	Organização da ação dramática a partir de: - Fatos vividos - Imaginados - Contos de fadas - Brincadeiras - Histórias infantis, etc.		X			2º
<b>CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO</b>							

	Ter contato com diferentes suportes textuais, observando e manipulando: jornal, livro de receitas, revistas, embalagens, rótulos (latas, caixas), dentre outros.	Suportes da escrita.		X			2º
(EI01EF09) Manusear diferentes instrumentos e suportes de escrita para desenhar, traçar letras e outros sinais gráficos.							
Marcas gráficas.  Sensibilização para a escrita.	Presenciar situações significativas de leitura e escrita.	Ideia de representação: escrita pictográfica (escrita respresentada por desenhos), ideográfica (representa ideias por símbolos) e alfabética.		X			3º
	Ter contato visual com sua imagem (fotografia), juntamente com a escrita do nome.	Uso e função dos símbolos.		X			2º
	Produzir marcas gráficas com diferentes suportes de escrita, conhecendo suas funções.	Tentativas de registros (garatujas).		X			1º
	Vivenciar registros em diferentes suportes: papel, papelão, plástico, piso, dentre outros.	Materiais variados para produção da escrita e seus diferentes usos.		X			2º
	Manipular revistas, jornais, livros e outros materiais impressos.	Exploração dos diversos suportes da escrita		X			2º

**CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO**

(EI02/03EF01) Dialogar com crianças e adultos, expressando seus desejos, necessidades, sentimentos e opiniões.

SABERES E CONHECIMENTOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	Conteúdos	Bebês- 0 a 1 ano	Crianças bem pequenas	Crianças pequenas	Crianças	Trimestre

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
				1 ano	pequenas 2 e 3 anos	quatro e 5 anos	
A língua portuguesa falada, em suas diversas funções e usos sociais.  Vocabulário.	Expressar suas ideias, sentimentos e emoções por meio de diferentes linguagens, como a dança, o desenho, a mímica, a música, e a linguagem oral.	Exposição de ideias por meio de diferentes linguagens			X		A/T
	Interagir com outras crianças fazendo uso da linguagem oral e tentando se fazer entender.	Interação por meio da linguagem oral			X		A/T
	Ampliar gradativamente o seu vocabulário.	Ampliação do vocabulário			X		A/T
	Participar de variadas situações de comunicação.	Ampliação do vocabulário			X		A/T
	Oralizar sobre suas atividades na instituição ou em vivências fora dela.	Ampliação do vocabulário			X		A/T
	Iniciar diálogos estruturados e ter atenção ao escutar o outro, com auxílio do (a) professor (a).	-Diálogos			X		A/T
	Interagir com outras pessoas por meio de situações mediadas pelo (a) professor (a).	-Interação social mediada			X		A/T
	Responder a perguntas simples.	Objetividade			X		A/T
	Participar de variadas situações de comunicação utilizando diversas linguagens.	Comunicação social			X		A/T
Oralizar sobre suas atividades na instituição.	Exposição oral das ideias			X		A/T	

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
	Nomear objetos, pessoas, fotografias, gravuras.	Consciência fonológica			X		A/T
	Interagir com outras pessoas por meio de situações comunicativas mediadas pelo(a) professor(a).	-Interação social mediada			X		A/T
	Ampliar o vocabulário utilizado para se expressar.	Ampliação do vocabulário			X		A/T
	Ampliar seu vocabulário por meio de músicas, narrativas, poemas, histórias, contos, parlendas, conversas e brincadeiras, para desenvolver sua capacidade de comunicação.	Ampliação do vocabulário			X		A/T
	Compreender o uso social da linguagem oral e escrita como meio de comunicação e diálogo.	Uso social da linguagem			X		A/T
	Falar e escutar atentamente, em situações do dia a dia, para interagir socialmente.	Relato de experiências			X		A/T
	Utilizar expressões de cortesia: cumprimentar, agradecer, despedir-se e outros.	Valores/respeito			X		A/T
	Combinar palavras para se expressar usando verbos e adjetivos.	Concordância nominal e verbal			X		A/T
(EI02/03EF02) Identificar e criar diferentes sons e reconhecer rimas e aliterações em cantigas de roda e textos poéticos.							
Linguagem oral. Gêneros discursivos.	Identificar sons da natureza e de objetos da cultura humana.	Sons naturais e artificiais			X		A/T
	Explorar sons e ritmos, por meio de brinquedos e materiais recicláveis.	Propriedades dos objetos			X		A/T

Rimas e aliterações.	Utilizar materiais estruturados e não estruturados para criar sons rítmicos ou não.	Materiais estruturados e não estruturados			X		A/T
----------------------	---	---	--	--	---	--	-----

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
Sons da língua e sonoridade das palavras. Sons e ritmos. Manifestações culturais. Consciência fonológica.	Participar e interagir em situações que envolvam cantigas de roda e textos poéticos.	Reprodução e criação do movimento e da fala			X		A/T
	Explorar a sonoridade das palavras reconhecendo rimas e aliterações, com mediação do(a) professor(a).	Articulação de sons e palavras			X		A/T
	Participar de situações que desenvolvam a percepção das rimas durante a escuta de músicas.	Percepção auditiva			X		A/T
	Ouvir poesias, parlendas, histórias e brincadeiras, produzindo diferentes entonações e ritmos.	Memória auditiva			X		A/T
	Criar sons enquanto canta.	Musicalização			X		A/T
	Conhecer textos poéticos e cantigas de roda típicos da sua cultura.	Valores culturais			X		A/T
	Recitar poesias e parlendas criando diferentes entonações e ritmos.	Musicalização			X		A/T
	Explorar a sonoridade das palavras reconhecendo sons, rimas, sílabas e aliterações.	Ampliação do vocabulário			X		A/T
	Conhecer textos poéticos típicos da sua cultura.	Valores culturais			X		A/T
Declamar textos poéticos conhecidos nas brincadeiras.	Oralidade/declamação			X		3°	

	Ouvir poemas, parlendas, trava-línguas e outros gêneros do discurso.	Contação de histórias			X		A/T
(EI02/03EF03) Demonstrar interesse e atenção ao ouvir a leitura de histórias e outros textos, diferenciando escrita de ilustrações, e acompanhando, com orientação do adulto-leitor, a direção da leitura (de cima para baixo, da esquerda para a direita).							
Escrita e ilustração.	Ouvir, visualizar e apreciar histórias.	Suportes da escrita			X		3º
	Manusear diferentes portadores textuais e ouvir sobre seus usos sociais.						

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
Direção de leitura: de cima para baixo, da esquerda para a direita. Escuta, observação e respeito à fala do outro. Sensibilidade estética em relação aos textos literários. Aspectos gráficos da escrita. Vocabulário. Gêneros discursivos. Portadores textuais,	Observar as ilustrações dos livros buscando identificar sua relação com o texto lido.	Leitura intuitiva			X		A/T
	Fazer uso de diferentes materiais e recursos gráficos para produzir suas ilustrações.	Desenhos livres			X		A/T
	Apreciar e participar de momentos de contação de histórias com base em imagens.	Momentos de prática de leitura			X		A/T
	Participar de momentos de leitura de textos em que o(a) professor(a) realiza a leitura apontada percebendo que palavras representam ideias.	Prática de leitura pelo educador			X		A/T
	Identificar a história pela capa do livro.	Percepção visual			X		A/T
	Perceber que imagens e palavras representam ideias e têm relação com o texto lido.	Memória visual			X		A/T
	Reconhecer as ilustrações/ figuras de um livro.	Percepção visual			X		A/T
	Diferenciar desenho de letra/escrita.	Prática de leitura pelo educador			X		A/T

seus usos e funções. Linguagem escrita. Representação da escrita.	Participar de jogos que relacionem imagem e palavras.	Prática de leitura pelo educador			X		A/T
	Perceber características da língua escrita: orientação e direção da escrita em situações de uso social, mediadas pelo(a) professor(a).	Prática de leitura pelo educador			X		A/T
	Ouvir e contar histórias oralmente, com base em imagens ou temas sugeridos.	Prática de leitura pelo educador			X		A/T
	Participar de momentos em que o(a) professor(a) realiza leitura apontada.	Prática de leitura pelo educador			X		A/T

**CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO**

	Vivenciar situações de leitura e escrita tendo o(a) professor(a) como escriba de listas, bilhetes, recados, convites, cantigas, receitas e histórias, para compreender a função social das mesmas.	Função social da leitura e escrita			X		A/T
(EI02/03EF04) Formular e responder perguntas sobre fatos da história narrada, identificando cenários, personagens e principais acontecimentos.							
Língua Portuguesa falada, em suas diversas	Reconhecer cenários de diferentes histórias.	Espaço cênico			X		A/T
	Identificar os personagens principais das histórias, nomeando-os.	Personagens da história			X		A/T

funções e usos sociais. Gêneros discursivos orais. Fatos da história narrada. Características gráficas: personagens e cenários. Vocabulário.	Responder a questionamentos sobre as histórias narradas.	Consistência argumentativa			X		A/T
Interpretação e compreensão de textos.	Identificar características dos personagens das histórias, utilizando seus adereços em suas brincadeiras de faz de conta.	Caracterização de personagens			X		A/T
	Identificar personagens e/ou cenários e descrever suas características.	Interpretação da ação dramática			X		A/T
	Formular hipóteses e perguntas sobre fatos da história narrada, personagens e cenários.	Interpretação da ação dramática			X		A/T

**CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO**

	Brincar de imitar personagens das histórias ouvidas.	Imitação/faz de contas			X		A/T
	Oralizar sobre fatos e acontecimentos da história ouvida.	Fatos vividos			X		A/T
	Ouvir e participar de narrativas compreendendo o significado de novas palavras, ampliando o seu vocabulário.	Enriquecimento do vocabulário			X		A/T



	Ordenar partes do texto segundo a sequência da história apontado por ilustrações.	Sequência de ideias			X		A/T
(EI02/03EF05) Relatar experiências e fatos acontecidos, histórias ouvidas, filmes ou peças teatrais assistidos etc.							
Vivências culturais: histórias, filmes ou peças teatrais. Expressividade pela linguagem oral. A Língua Portuguesa falada, em suas diversas funções e usos sociais. Palavras e expressões da língua e sua pronúncia. Vocabulário.	Expressar-se verbalmente em conversas, narrações e brincadeiras, ampliando seu vocabulário.	Oralidade			X		A/T
	Participar de conversas em grandes e pequenos grupos.	Exposição de ideias na coletividade			X		A/T
	Responder perguntas sobre experiências e fatos do cotidiano.	Reprodução oral das ideias			X		A/T
	Fazer tentativas de recontar histórias, identificando seus personagens e elementos.	Reprodução oral das ideias			X		A/T
	Participar de relatos de acontecimentos vividos ou observados (histórias ouvidas, filmes e/ou peças teatrais, com auxílio do professor).	Sequência de ideias			X		A/T
	Relatar suas experiências pessoais, escutando o relato dos colegas, com auxílio do professor.	-Recursos de comunicação			X		A/T
	Recontar histórias ouvidas, filmes e/ou peças de teatro identificando seus personagens e elementos.	Contação de histórias			X		A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO

Relação entre	Conhecer o conteúdo de diferentes mensagens em diversos contextos.	Identificação de diferentes mensagens			X		A/T
---------------	--	---------------------------------------	--	--	---	--	-----

imagem ou tema e narrativa.  Organização da narrativa considerando tempo e espaço.	Assistir a filmes ou peças teatrais e ouvir histórias compreendendo as mensagens principais.	Compreensão de fatos narrados			X		A/T
	Relatar acontecimentos vividos.	Sequencia de ideias, Objetividade			X		A/T
	Pedir e atender a pedidos, dar e ouvir recados.	Comunicar e expressar ideias, transmitir recados			X		A/T
	Aprimorar as competências comunicativas orais.	Articulação de sons e palavras			X		A/T
	Participar de situações de conversas em grandes e pequenos grupos ou duplas, relatando suas experiências pessoais, escutando o relato dos colegas.	Roda de conversa			X		A/T
(EI02/03EF06) Criar e contar histórias oralmente, com base em imagens ou temas sugeridos.							
Criação e de reconto histórias. A Língua Portuguesa falada, em suas diversas funções e usos sociais. Relação entre imagem e narrativa.	Oralizar contextos e histórias contadas, a seu modo.	Práticas espontâneas de leitura por parte do aluno.			X		A/T
	Recontar histórias ao brincar de faz de conta.	Reproduzir histórias, interpretação			X		A/T
	Ouvir e nomear objetos, pessoas, personagens, fotografias e gravuras para ampliar o vocabulário.	Oralidade			X		A/T
	Relacionar diferentes histórias conhecidas.	Histórias infantis			X		A/T
	Reproduzir partes da história ouvida, com auxílio dos colegas e do(a) professor(a).	Leitura compartilhada			X		A/T
	Simular leituras por meio de brincadeiras de faz de conta.	Leitura compartilhada			X		A/T
	Contar ou criar histórias com ou sem o apoio de imagens, ou fotografias.	Contação de histórias			X		A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
	Narrar situações do dia a dia no sentido de manifestar experiências vividas e ouvidas.	Exposição de ideias			X		A/T
	Participar de situações em que é convidado a contar ou criar histórias com ou sem o apoio de imagens, fotografias ou temas disparadores.	Narração de histórias			X		A/T
	Contar histórias criadas ou memorizadas ao professor (a).				X		A/T
	Reproduzir partes da história ouvida mantendo a sequência dos fatos.	Histórias sequenciadas (Macaco Vanderlei, Casa Sonolente, A Lagarta Comilona, O Grande Rabanete)			X		A/T
(EI02/03EF07) Manusear diferentes portadores textuais, demonstrando reconhecer seus usos sociais.							
Usos e funções da escrita. Suportes de textos.	Conhecer diferentes portadores textuais.	Portadores textuais			X		2°
	Manipular jornais, revistas, livros, cartazes e outros, ouvindo sobre seus usos sociais.	Manuseio de materiais impressos			X		3°
	Participar de experiências que utilizem como recurso os portadores textuais como fonte de informação: revistas, jornais, livros, dentre outros.	Fonte de informação			X		3°
	Folhear livros contando suas histórias para seus colegas, em situações de livre escolha.	Estímulos visuais			X		A/T
	Participar de situações de contato da escrita do próprio nome em diferentes portadores (crachás, listas de chamada, aniversário, ajudante do dia).	História do nome			X		1°

	Conhecer o uso social de diferentes suportes textuais.	Suporte de textos			X		A/T
--	--	-------------------	--	--	---	--	-----

**CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO**

	Folhear livros contando suas histórias para seus colegas.	Historias no dia a dia			X		A/T
	Identificar o próprio nome em diferentes suportes.	Reconhecimento do próprio nome			X		1°
	Conhecer os meios de comunicação utilizados no cotidiano.	Meios de comunicação			X		2°

(EI02/03EF08) Manipular textos e participar de situações de escuta para ampliar seu contato com diferentes gêneros discursivos (parlendas, histórias de aventura, tirinhas, cartazes de sala, cardápios, notícias etc.).

Gêneros discursivos, seus autores, características e suportes.	Apreciar e participar de momentos de contação de histórias realizados de diferentes maneiras.	Momentos de prática de leitura			X		A/T
	Ouvir parlendas e brincar recitando-as.	Parlendas			X		2°
	Ouvir histórias e outros gêneros do discurso: poemas, literatura popular, lendas, músicas etc., por prazer/apreciação.	Cultura escrita			X		3°
	Participar de situações de escuta envolvendo diferentes gêneros do discurso, percebendo suas funções.	Escuta atenta			X		A/T
	Vivenciar experiências lúdicas em contato com diferentes textos.	Ludicidade			X		A/T
	Participar de situações de exploração de portadores de diferentes gêneros do discurso em brincadeiras ou atividades em pequenos grupos.	Coletividade			X		A/T

Sensibilidade estética com	Explorar suportes de diferentes gêneros do discurso, percebendo as diferenças entre eles.	Diferenças entre gêneros do discurso			X		3°
	Ouvir e apreciar histórias e outros gêneros do discurso, como poemas, literatura	Apreciação de diferentes gêneros discursivos			X		3°

**CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO**

relação aos textos.	popular, parlendas e músicas percebendo suas funções.						
	Identificar suportes e gêneros do discurso que sejam típicos de sua cultura.	Gêneros culturais			X		3°
	Explorar o jornal como fonte de informação.	Fontes de informação			X		3°
	Ouvir histórias contadas por outras pessoas dentro da instituição: avós, irmãos, pais e outros.	Interação escola/família			X		2°
	Ouvir histórias em outros espaços próximos à instituição: praças, bibliotecas, escolas e outros.	Contação de histórias em espaços externos			X		A/T
	Escolher livros de literatura e “lê-los” à sua maneira.	Literatura Infantil			X		A/T

(EI02/03EF09) Manusear diferentes instrumentos e suportes de escrita para desenhar, traçar letras e outros sinais gráficos.

Sensibilização para a escrita. Instrumentos e tecnologias variadas para a	Reconhecer seus desenhos como uma forma de comunicação.	Registro de ideias: desenho			X		3°
	Produzir marcas gráficas com diferentes materiais e instrumentos, em diferentes suportes de escrita.	Tentativas de registro			X		3°

produção da escrita: lápis, caneta, giz, computador e seus diferentes usos.  Marcas gráficas de representação da escrita.	Rabiscar, pintar, desenhar, modelar, colar à sua maneira, dando significado às suas ideias, aos pensamentos e às sensações.	Significados de ideias			X		3°
	Presenciar situações significativas de leitura e escrita para compreender a sua função social.	Função social da leitura e da escrita			X		3°
	Manipular revistas, jornais, livros e outros materiais impressos para conhecer diferentes suportes de leitura e escrita.	Suportes de leitura e escrita			X		3°
	Interagir com livros e letras de materiais resistentes e adequados à faixa etária (Ex. Livros de banho, letras de madeira e outros).	Suportes de leitura e escrita			X		3°
<b>CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO</b>							
Sensibilização para a escrita. Marcas gráficas: desenhos, letras, números. Sistema alfabético de representação da escrita e mecanismos de escrita. Escrita do nome. Suportes de escrita.	Expressar-se utilizando diversos suportes, materiais, instrumentos e técnicas.	Técnicas de escrita			X		3°
	Utilizar diversos suportes de escrita para desenhar e escrever espontaneamente: cartolina, sulfite, craft, livros, revistas e outros.	Materiais de apoio			X		3°
	Conhecer a escrita do seu nome para identificá-lo em situações diversas, progressivamente.	Reconhecimento do nome			X		3°
	Fazer uso de garatujas com a intenção de uma comunicação escrita.	Tentativas de registros (garatujas)			X		3°

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
(EI04/05EF01) Expressar ideias, desejos e sentimentos sobre suas vivências, por meio da linguagem oral e escrita (escrita espontânea), de fotografias, desenhos e outras formas de expressão.							
SABERES E CONHECIMENTOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	Conteúdos	Bebês - 0 a 1 ano	Crianças bem pequenas 1 ano	Crianças pequenas 2 e 3 anos	Crianças pequenas 4 e 5 anos	Trimestre

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
					3 anos	anos	
A Língua Portuguesa falada, suas diversas funções e usos sociais. Palavras e expressões da língua. Vocabulário. Linguagem escrita, suas funções e usos sociais.	Comunicar-se, oralmente, com diferentes intenções, em diferentes contextos e com diferentes interlocutores, em situações mediadas ou não pelo(a) professor(a).	Relatos (experiências, fatos, ações, histórias, descrição).				X	A/T
	Exercitar a escuta do outro com atenção, esperando sua vez de falar.	Direitos e deveres (combinados da turma).				X	A/T
	Ampliar seu vocabulário aprimorando sua capacidade de comunicação, relatando fatos ouvidos e vividos.	linguagem oral expressão de desejos,				X	A/T
	Usar da escrita espontânea e de desenhos para comunicar ideias e conhecimentos aos colegas e professores(as).	Registro de ideias/significados: desenho, linguagem plástica e tentativa de registro.				X	A/T
	Elaborar hipóteses sobre a escrita para aproximar-se progressivamente do uso social e convencional da língua.	Usos e funções dos símbolos convencionais/desenhos, letras.				X	A/T

Registro gráfico como expressão de conhecimentos, ideias e sentimentos. Oralidade e escuta. Linguagem oral. Relato: descrição do	Participar de variadas situações de comunicação oral expressando suas ideias com progressiva clareza.	Contação de histórias, leitura de imagens.				X	A/T
	Argumentar sobre suas ideias, em diferentes situações de comunicação, defendendo seu ponto de vista e ampliando sua capacidade comunicativa.	Exposição oral de ideias e opiniões, consequência, objetividade, argumentação.				X	A/T
	Produzir narrativas orais e escritas (desenhos), em situações que apresentem função social significativa.	Relato de experiências vividas e/ou contação de histórias infantis.				X	A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
espaço, personagens e objetos. Sequência dos fatos.	Apresentar relatos, orais de suas vivências com coerência aos fatos, a temporalidade e às situações de interlocução (perguntas que surgirem).	Relato de experiências pessoais, histórias familiares e acontecimentos.				X	A/T
	Elaborar perguntas e respostas para explicitar suas dúvidas, compreensões e curiosidades.	Expedição investigativa.				X	A/T
	Participar de produções de textos coletivos, tendo o professor como escriba.	Diversos suportes da escrita (cartazes, livros, passeios e etc).				X	A/T
(EI04/05EF02) Inventar brincadeiras cantadas, poemas e canções, criando rimas, aliterações e ritmos.							
Linguagem oral. Rimas e aliterações. Sons da língua	Participar de brincadeiras, cantigas de roda, textos poéticos e músicas que explorem a sonoridade das palavras (sons, rimas, sílabas e aliterações).	Leitura compartilhada, brincadeiras ritmadas, recriar sons ouvidos.				X	A/T



e sonoridade das palavras. Ritmo. Cantigas de roda. Textos poéticos. Consciência fonológica. Manifestações culturais. Expressão gestual, dramática e corporal.	Interagir em situações orais discriminando os sons da língua e a sonoridade das palavras.	Construção da consciência fonológica,				X	A/T
	Participar de situações de recitação de poesias e parlendas, respeitando ritmo e entonação.	articulação de sons e palavras.				X	A/T
	Conhecer poemas, parlendas, trava-línguas e outros gêneros discursivos, explorando rimas, aliterações e ritmos.	gêneros discursivos,				X	2º
	Conhecer cantigas e textos poéticos típicos de sua cultura.	gêneros discursivos,				X	2º
	Reconhecer e criar rimas em atividades envolvendo a oralidade e imagens.	articulação de sons e palavras.				X	A/T
	Recriar brincadeiras cantadas (trava-línguas, cantigas, quadrinhas), com auxílio	articulação de sons e palavras.				X	A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
	do(a) professor(a) explorando rimas, aliterações e ritmos.						
(EI04/05EF03) Escolher e folhear livros, procurando orientar-se por temas e ilustrações e tentando identificar palavras conhecidas.							
Direção de leitura: de cima para baixo, da esquerda para a direita. Patrimônio	Escolher e contar histórias, a sua maneira, para outras crianças.	práticas de leitura				X	A/T
	Escolher livros de sua preferência, explorando suas ilustrações e imagens para imaginar as histórias.	práticas de leitura				X	A/T
	Reconhecer as ilustrações/figuras de um livro realizando inferências.	Leitura imagética.				X	A/T

cultural e literário. Sensibilidade estética com relação aos textos literários. Aspectos gráficos da escrita. Vocabulário. Gêneros discursivos. Portadores textuais, seus usos e funções. Diferentes usos e funções da escrita. Interpretação e compreensão de textos.	Perceber as características da língua escrita: orientação e direção da escrita.	Organização e orientação espacial (leitura do apontada, história infantis, leitura do alfabeto, etc)				X	A/T
	Associar imagens e palavras na representação de ideias, em diferentes suportes textuais.	Função social da escrita (placas e rótulos).				X	A/T
	Participar coletivamente da leitura e escrita de listas, bilhetes, recados, convites, cantigas, textos, receitas e outros, tendo o(a) professor(a) como leitor e escriba.	leitura e escrita de diversos gêneros discursivos.				X	A/T
	Manusear diferentes portadores textuais, e ouvir sobre seus usos sociais.	Exploração de diversos portadores textuais				X	A/T
	Participar de situações de escrita, com a mediação do(a) professor(a).	Construção da escrita em diferentes contextos.				X	A/T
	Relacionar as ilustrações com a história e com palavras conhecidas.	Tentativa de escrita.				X	A/T
	Ordenar ilustrações do gênero discursivo trabalhado, realizando tentativas de associação às palavras.	Sequência cronológica de imagens				X	2º
	Relacionar palavras ouvidas ou conhecidas tendo o(a) professor(a) como escriba.	Relação imagem/escrita.				X	A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
Sistema alfabético de	Diferenciar desenho de letra/escrita, relacionando-os à função social.	Relação oralidade e escrita.				X	A/T

representação da escrita e mecanismos de escrita.	Levantar hipóteses sobre gêneros discursivos veiculados em portadores conhecidos, recorrendo a estratégias de observação gráfica.	Reconhecimento de ideias presentes em símbolos.				X	2º
(EI04/05EF04) Recontar histórias ouvidas e planejar coletivamente roteiros de vídeos e de encenações, definindo os contextos, os personagens e estrutura da história.							
Dramatização. Criação de histórias. Interpretação e compreensão textual. Linguagem oral. Fatos da história narrada. Características gráficas: personagens e cenários. Vocabulário. Narrativa: organização e	Oralizar sobre fatos e acontecimentos da história ouvida.	Organização da ação dramática fatos vividos e/ou imaginados, contos de fada, literatura infantil, representação de papéis de pessoas do seu convívio e etc.				X	A/T
	Relatar fatos e ideias com começo, meio e fim.	Organização da ação dramática				X	A/T
	Criar narrativas sobre fatos do dia a dia, com auxílio do(a) professor(a) para serem expressas por meio de dramatizações.	fatos vividos e/ou imaginados, contos de fada, literatura infantil,				X	A/T
	Ajudar a compor personagens e cenários de modo coerente aos contextos da história.	representação de papéis de pessoas do seu convívio e etc.				X	A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
sequenciação de ideias. Elaboração de roteiros: Desenvolvimento da história, personagens e outros. Roteiro: personagens, trama e cenários.							
	Responder a questionamentos sobre as histórias narradas.	contos de fada, literatura infantil,				X	A/T
	Identificar personagens, cenários, sequência cronológica, ação e intenção dos personagens.	contos de fada, literatura infantil,				X	A/T
	Desenvolver escuta atenta da leitura feita pelo(a) professor(a), em diversas ocasiões, sobretudo nas situações que envolvem diversidade textual, ampliando seu repertório linguístico.	literatura infantil,				X	A/T
	Participar da construção coletiva de roteiros de vídeos ou encenações.	Ideia de representação do movimento (gestos, mímicas e expressões faciais).				X	A/T
	Criar e contar histórias oralmente, com base em imagens ou temas sugeridos.	Leitura e interpretação dramática				X	A/T
Reconhecer cenários de diferentes histórias e estabelecer relações entre os mesmos.	Organização e coerência na exposição de ideias.				X	A/T	
(EI04/05EF05) Recontar histórias ouvidas para produção de reconto escrito, tendo o(a) professor(a) como escriba.							

<ul style="list-style-type: none"> <li>Relato de fatos e situações com</li> </ul>	Recontar histórias ouvidas, com entonação e ritmo adequados aos fatos narrados, utilizando recursos.	Expressão verbal linguagem oral comunicação de forma intencional.					X	A/T
---	--	---	--	--	--	--	---	-----

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO								
organização de ideias.								
<ul style="list-style-type: none"> <li>Criação e reconto de histórias.</li> </ul>	Participar da elaboração de histórias observando o registro pelo professor(a).	Prática de escuta na fala do outro, reproduzindo detalhes significativos.					X	A/T
<ul style="list-style-type: none"> <li>Expressividade pela linguagem oral e gestual.</li> </ul>	Responder a questionamentos sobre os personagens, cenário, trama e sequência cronológica dos fatos, ação e intenção dos personagens.	Expressão verbal					X	A/T
<ul style="list-style-type: none"> <li>Vocabulário.</li> </ul>	Escutar relatos de outras crianças.	Prática de escuta na fala do outro, reproduzindo detalhes significativos.					X	A/T
<ul style="list-style-type: none"> <li>Relação entre imagem ou tema e narrativa.</li> </ul>	Envolver-se em situações de pequenos grupos, contribuindo para a construção de encenações coletivas.	comunicação de forma intencional.					X	A/T
<ul style="list-style-type: none"> <li>Organiza</li> </ul>								

ção da narrativa considerando tempo e espaço. • Estratégias e procedimentos para leitura e produção de textos.	Compreender que a escrita representa a fala.	Ideia de representação (escrita pictográfica, ideográfica e alfabética).				X	2º
	Produzir textos coletivos, tendo o(a) professor(a) como escriba.	Tetos coletivos				X	2º
	Escutar relatos de outras crianças e respeitar sua vez de escuta e questionamento.	Relação escuta e fala.				X	A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
• Símbolos	Participar da elaboração e reconto de histórias e textos.	Histórias infantis				X	A/T
	Participar de momentos de criação de símbolos e palavras com o intuito de identificar lugares e situações e elementos das histórias ouvidas.	Uso e funções dos símbolos como placas, rótulos e etc.				X	3º
(EI04/05EF06) Produzir suas próprias histórias orais e escritas (escrita espontânea), em situações com função social significativa.							
Diferenciação entre desenhos, letras e números. Criação e reconto de histórias. A Língua Portuguesa falada,	Fazer uso de expressões da linguagem da narrativa.	Leitura espontânea de diferentes textos.				X	A/T
	Diferenciar desenho, letra e número em suas produções espontâneas.	Leitura espontânea de diferentes textos.				X	A/T
	Produzir escritas espontâneas, utilizando letras como marcas gráficas.	Função social da leitura e da escrita em atividades cotidianas nos diferentes usos em sociedade.				X	A/T

suas diversas funções e usos sociais. Linguagem oral. Vocabulário. Práticas de Leitura. Diferentes usos e funções da escrita. Sistema alfabético de	Ler, a seu modo, textos literários e seus próprios registros gráficos para outras crianças.	Leitura espontânea de diferentes textos.				X	A/T
	Escutar nomes de objetos, pessoas, personagens, imagens ilustradas em fotografias e gravuras, bem como nomeálos, ampliando seu vocabulário.	Leitura espontânea de diferentes textos, imagens, fotografias.				X	A/T
	Oralizar contextos e histórias contadas, a seu modo.	Momentos de práticas de leitura e oralidade.				X	A/T
	Criar histórias e representá-las graficamente (desenho) a partir de imagens ou temas sugeridos.	Leitura compartilhada educador/aluno e aluno/aluno.				X	A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
representação da escrita e mecanismos de escrita. Aspectos gráficos da escrita. Relação entre imagem ou tema e narrativa. Identificação e nomeação de elementos. Produção	Expressar hipóteses a respeito da escrita de letras e números, registrando símbolos para representar ideias.	Práticas espontâneas de leitura e oralidade por parte do aluno.				X	A/T
	Expressar e representar com desenhos e outros registros gráficos seus conhecimentos, sentimentos e apreensão da realidade.	Práticas espontâneas de leitura e oralidade por parte do aluno.				X	A/T

escrita.							
Estratégias e procedimentos para leitura e produção de textos.  Produção escritapor meio da representação gráfica, de ideias e sentimentos.	Criar histórias a partir de imagens ou temas sugeridos para desenvolver sua criatividade.	Registro de ideias/significados.				X	2º
	Levantar hipótese em relação à linguagem escrita, realizando registros de palavras e/ou quantidades por meio da escrita espontânea e convencional.	Produção e reprodução de textos coletivos (educador- escriba).				X	A/T
(EI04/05EF07) Levantar hipóteses sobre gêneros discursivos veiculados em portadores conhecidos, recorrendo a estratégias de observação gráfica e/ou de leitura.							

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO



<p>Usos e funções da escrita. Tipos, gêneros e suportes de textos que circulam em nossa sociedade com suas diferentes estruturas textuais. Escuta e apreciação de gêneros discursivos. Sensibilidade estética em relação aos textos literários. Símbolos, aspectos gráficos da escrita. Sistema alfabético de representação da escrita e mecanismos de escrita.</p>	<p>Conhecer e compreender, progressivamente, a função social de diferentes suportes textuais, manuseando-os e explorando-os.</p>	<p>prática de leitura de diferentes gêneros discursivos veiculados em diferentes suportes textuais).</p>				X	A/T
	<p>Expressar suas hipóteses sobre “para que servem” os diferentes gêneros discursivos, tais como: receitas, placas, poesias, bilhetes, convites, bulas, cartazes e outros.</p>	<p>Cultura escrita (prática de leitura de diferentes gêneros discursivos veiculados em diferentes suportes textuais).</p>				X	A/T
	<p>Compreender a função social da escrita nos diferentes portadores de textos.</p>	<p>Função social da escrita com características da língua escrita.</p>				X	A/T
	<p>Compreender como se organiza a escrita em nossa cultura: de cima para baixo, da esquerda para a direita.</p>	<p>Orientação da escrita: direção e espaçamento.</p>				X	3º
	<p>Identificar símbolos que representam ideias, locais, objetos e momentos da rotina: a marca do biscoito preferido, placa do banheiro, cartaz de rotina, etc.</p>	<p>Escrita convencionada significativa</p>				X	2º
	<p>Observar o registro textual, tendo o(a) professor(a) como escriba.</p>	<p>Escrita convencionada significativa</p>				X	A/T
	<p>Acompanhar a leitura apontada do texto realizada pelo(a) professor(a).</p>	<p>Leitura óculo- visual.</p>				X	2º
	<p>Identificar as letras do alfabeto em diversas situações da rotina escolar.</p>	<p>Consciência fonológica.</p>				X	A/T
<p>Realizar inferências na leitura do texto por meio do reconhecimento do conteúdo das gravuras, legendas, disposição gráfica e outros, com auxílio do(a) professor(a).</p>	<p>Interpretação lógica das informações implícitas no texto.</p>				X	A/T	

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
Estratégias e procedimentos para leitura e produção de textos. Direção da leitura e da escrita: de cima para baixo, da esquerda para a direita. Oralidade: exercício da escuta.	Atentar-se para a escuta da leitura de diferentes gêneros discursivos feita pelo(a) professor(a), em ocasiões variadas.	Exercício da escuta.				X	A/T
	Ampliar seu repertório linguístico, observando a organização gráfica das palavras.	Exercício da oralidade aprimorando sua capacidade de comunicação				X	A/T
(EI04/05EF08) Selecionar livros e textos de gêneros conhecidos para a leitura de um adulto e/ou para sua própria leitura (partindo de seu repertório sobre esses textos, como a recuperação pela memória, pela leitura das ilustrações etc.).							
Escuta e oralidade.  Gêneros literários, seus autores, características e suportes.  Sensibilidade estética com	Escutar histórias contadas por outras pessoas convidadas a visitar a instituição.	Função social da leitura e da escrita (em atividades cotidianas, símbolos convencionais em diferentes usos em sociedade).				X	A/T
	Contar, a seu modo, histórias para outras crianças e adultos.	Contar e recontar				X	A/T
	Ler, à sua maneira, diferentes gêneros discursivos.	(práticas de leitura de diferentes gêneros discursivos vinculados em diferentes suportes textuais).				X	A/T

relação aos textos literários. Imaginação.	Expressar suas opiniões sobre os diferentes textos lidos.	Leitura compartilhada. Hora da conversa				X	A/T
---	---	--	--	--	--	---	-----

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
Narrativa: organização e sequenciação de ideias. Identificação dos elementos das histórias. Vocabulário. Práticas de leitura e de escuta. Consciência fonológica.							
	Escolher suportes textuais para observação e práticas de leitura à sua maneira.	Práticas espontâneas de leitura por parte do educando.				X	A/T
	Criar histórias coletivas a partir da leitura de ilustrações e imagens, desenvolvendo a criatividade e a imaginação.	Leitura espontaneas				X	A/T
	Relacionar imagens de personagens e cenários às histórias a que pertencem.	Leitura de imagens. Desenho livre. Consciência fonológica.				X	A/T
	Narrar histórias ouvidas utilizando somente a memória como recurso.	Contação de história.				X	A/T
	Apresentar uma história mostrando a capa do livro, o título e o nome do autor.	Leitura de imagens.				X	A/T
	Identificar rimas em pequenos trechos de histórias contadas pelo(a) professor(a).	Rimas				X	A/T

	Apreciar e participar de momentos de contação de histórias e de outros gêneros discursivos, apresentados de diferentes maneiras.	Contação de histórias				X	A/T
	Realizar leitura imagética de diferentes gêneros discursivos.	Generos discursivos				X	A/T

**CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO**

	Escutar e apreciar histórias e outros gêneros discursivos (poemas, histórias, lendas, fábulas, parlendas, músicas, etc.).	poemas, histórias, lendas, fábulas, parlendas, músicas,				X	2º
--	---	---	--	--	--	---	----

(EI04/05EF09) Levantar hipóteses em relação à linguagem escrita, realizando registros de palavras e textos, por meio de escrita espontânea.

Identificação do próprio nome e de outras pessoas. Uso e função social da escrita. Marcas gráficas: desenhos, letras, números. Sistema alfabético de representação	Vivenciar experiências que possibilitem perceber a presença da escrita em diferentes ambientes.						
	Compreender a função social da escrita.	Função social da escrita				x	A/T
	Utilizar, progressivamente, letras, números e desenhos em suas representações gráficas.						
	Vivenciar situações de produção de textos coletivos, observando as convenções no uso da linguagem escrita, tendo o(a) professor(a) como escriba.						
	Vivenciar jogos e brincadeiras que envolvam a escrita.	Jogos: memória, dominó, bingo, cartas, quebra-cabeça e etc.				X	A/T

da escrita e mecanismos de escrita. Produção gráfica. Materiais e tecnologias variados para a produção da escrita: lápis, caneta, giz,	Participar de jogos que relacionam imagens e palavras.						
	Explorar a sonoridade das palavras, estabelecendo relações com sua representação e escrita.	Consciência fonológica				X	A/T
	Utilizar suportes de escrita diversos para desenhar e escrever espontaneamente.	Tentativas de escrita com desenhos e/ou letras.				X	A/T

**CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO**

computador e seus diferentes usos. Suportes de escrita. Escrita convencional e espontânea. Consciência fonológica. Sensibilização para a escrita. Valor sonoro de letras, sílabas.	Registrar suas ideias utilizando desenhos, símbolos e palavras, escritas à sua maneira.	Tentativas de escrita com desenhos e/ou letras.				X	A/T
	Ter contato com o alfabeto em diferentes situações.	Leitura intuitiva de textos, li infantis, rótulos, cartazes e etc				X	2º
	Verbalizar suas hipóteses sobre a escrita.	Consciência fonológica.				X	A/T
	Realizar tentativas de escrita com recursos variados e em diferentes suportes, com auxílio do(a) professor(a).	Tentativas de escritacom desenhos e/ou letras.				X	A/T

Identificar o próprio nome e dos colegas, reconhecendo-os em situações da rotina escolar.	Rotina escolar				X	3°
Registrar o nome próprio utilizando as letras do alfabeto de forma adequada.	Tentativas de escrita com desenhos e/ou letras.				X	A/T
Aceitar o desafio de confrontar suas escritas espontâneas.	Tentativas de escritas				X	A/T
Conhecer e verbalizar o próprio nome e de pessoas que fazem parte de seu círculo social.	Consciência fonológica				X	A/T

**CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO**

Participar de situações de escrita que envolvam palavras, levantando hipóteses.	Tentativas de escrita				X	A/T
Ler e escrever o próprio nome.						
Diferenciar letras de números e de outros símbolos escritos.	Consciência fonológica.				X	A/T
Produzir escritas espontânea de textos, tendo a memória como recurso.	Práticas espontâneas de leitura.				X	A/T
Reconhecer e identificar as letras do alfabeto, em contexto ao valor sonoro convencional, para relacionar grafema/fonema.	Registro de ideias/ significados.				X	A/T

Relatar e estabelecer sequência lógica para produzir o texto escrito, tendo o(a) professor(a) como escriba.	Sequência lógica de imagens, com noção de temporalidade.				X	A/T
---	--	--	--	--	---	-----

### ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

O que se pode dizer é que o trabalho com a língua escrita com crianças não pode decididamente ser uma prática mecânica desprovida de sentido e centrada na decodificação. Para que o professor possa desempenhar essa importante função de iniciar a formação de leitores e produtores de textos é condição que ele seja leitor e autor de textos.

É por meio de atividades que priorizam a expressão de ideias, a argumentação, o relato temporal e o desenvolvimento de diferentes linguagens que a criança é imersa na cultura escrita e oral, estimulando e ampliando sua imaginação e formas de pensar e conhecer o mundo. Para que esse processo seja proveitoso, tanto para o aluno quanto para a escola, o ponto de partida das atividades deve ser o conhecimento prévio dos alunos e suas curiosidades sobre o mundo. Motivar as crianças a se manterem sempre ativas nas atividades, além de facilitar a sua compreensão de um novo conteúdo e de si mesmas, criando um propósito educativo.

Para o bom desenvolvimento do Campo de Experiência da escuta, da fala, do pensamento e da imaginação o professor deve oferecer aos alunos histórias orais e escritas, as histórias estão presentes na vida de todas as pessoas. Ao ler um livro, ao assistir a um filme ou desenvolver um cenário mental, todos nós entramos e criamos diferentes narrativas que apresentam algum significado pessoal. Incentivar as crianças a criarem suas próprias histórias, não só trabalha o desenvolvimento da sua imaginação, como também atua diretamente na criatividade, consolidação do pensamento abstrato e formação da linguagem.

E mais, para motivar os alunos a escreverem e contarem suas narrativas, o professor pode propor a construção de histórias voltadas aos seus contextos sociais ou algum ponto de interesse em comum da turma, como animais e desenhos animados. Incentivar o trabalho em grupo o trabalho em equipe desenvolve diversas habilidades sociais e cognitivas, diretamente atreladas à escuta, fala, pensamento e imaginação. As crianças, ao estabelecerem relações uma com as outras, desenvolvem a sua linguagem e afetividade, transitando em criações e fantasias que compõem o mundo infantil. Além disso, você pode utilizar momentos de trabalho em grupo para trabalhar temas pertinentes da infância, como a família e sua formação de vínculos.

Estimular o compartilhamento de experiências que possibilitam um espaço de criação e partilha, melhorando a expressividade dos alunos. Escutar e cantar músicas conhecidas as músicas, assim como a leitura, estão constantemente presentes na vida do ser humano. Então, por que não utilizá-las dentro da sala de aula para desenvolver as habilidades de compreensão, interpretação, leitura e fala? Uma excelente forma para tal é trabalhar músicas infantis já conhecidas, fazendo com que os alunos cantem junto e se sintam contemplados pela atividade, potencializando seu engajamento e aprendizagem. Brincar com imitações Esse jogo é muito divertido e cativante para as crianças mais novas, entre cinco e sete anos. Ao incentivar a imitação de bichos, pessoas e objetos conhecidos, você estimula o desenvolvimento da criatividade, assim como do pensamento e memória para se lembrar dos gestos, atitudes sons e comportamentos durante as representações. Ainda, é possível colocar o elemento da adivinhação para engajar os alunos, potencializando a comunicação verbal e não verbal e melhorando a expressão corporal da criança. Trabalhar com os campos de experiência e, sobretudo, o da escuta, fala, pensamento e imaginação não precisa ser um desafio. Utilizando diferentes atividades lúdicas que compõem o aprendizado previsto pelo Projeto Político Pedagógico e contemplando as habilidades propostas pelo BNCC. As interações afetivas e descontraídas, que se iniciam nas práticas pedagógicas com as crianças , garantem que ele passe a aguardar a hora de se comunicar com o professor, o que contribui para o desenvolvimento da comunicação e para o enriquecimento do vocabulário, tanto nas situações de ouvir quanto nas de falar. Segundo Montoya (1994), “a criança que não foi solicitada a falar e a relatar a respeito das suas experiências, a dizer e constatar aquilo que pensa, a reconstruir o vivido e o sonhado, não terá condições necessárias para reconstruir as ações ao nível da representação” (MONTROYA, 1994 apud CUNHA, 1999, p. 12). A linguagem oral se explicita na relação com o outro: falar – ouvir. Assim como no estímulo à fala, deve-se destinar tempo e atenção ao ouvir. As crianças precisam ser ensinadas a prestar atenção na fala do outro, na narração de histórias, nos relatos realizados. Muitas dificuldades de aprendizagem no Ensino Fundamental são diagnosticadas como resultantes da falta de atenção às orientações e/ou às explicações orais. Não obstante, se as crianças não forem orientadas a ouvir e instigadas a reproduzir detalhes de histórias ouvidas, por exemplo, dificilmente aprenderão a fazê-lo por conta própria; brincadeiras como “o telefone sem fio” podem auxiliar a alcançar objetivos nessa direção.

Vigotski (1989) afirma que “Ensina-se às crianças a desenhar letras e construir palavras com elas, mas não se ensina a linguagem escrita” (VIGOTSKI, 1989, p. 119), uma vez que se entende que o trabalho com a linguagem escrita não pode se reduzir ao trabalho com o código escrito. Esse é um processo que se inicia com os gestos, os brinquedos e os desenhos, por meio dos quais a criança vai elaborando as representações e atribuindo sentidos/significados, o que impacta a forma de lidar com os símbolos, cujos significados são construídos nas relações sociais e incorporados na/pela cultura. Ou seja, quando um cabo de vassoura passa a ser considerado “um cavalo”, ou um objeto enrolado em um pano passa a ser um “bebê”, a criança está atribuindo sentidos a esses objetos, sentidos esses que não estão postos no objeto em si, mas foram por ela constituídos/atribuídos. Esse exemplo demonstra que as brincadeiras, o faz de conta, os jogos de montar e os desenhos são fundamentais para a construção da ideia de representação. É, contudo, um processo complexo cujo desenvolvimento dependerá da



qualidade das intervenções pedagógicas realizadas, uma vez que integra o campo da representação simbólica e da linguagem escrita.

Sendo a linguagem iconográfica a arte de representar, por meio de imagem/desenho, o conhecimento construído historicamente que dá forma plástica e significado às ideias, aos conhecimentos e aos valores, deve-se ter claro que o desenho da criança não evolui de forma natural, sendo necessária a intervenção do professor, ensinando a ver o implícito e o velado, atribuindo significados aos seus traços, fazendo relação entre a representação da criança e a ideia que se quer representar. Segundo Luria (2006),

A criança deve agora diferenciar esse signo (rabisco ou marca posicionado) e fazê-lo expressar realmente um conteúdo específico. Sendo assim, a próxima fase é a de diferenciação dos signos primários pelas crianças, através, principalmente, de pictogramas, ou seja, desenhos e representações de ideias. Trata-se da transformação de signos-estímulos em signos-símbolos. - Linhas e rabiscos são substituídos por figuras e imagens, e estas dão lugar a signos. Nesta sequência de acontecimentos está todo o caminho do desenvolvimento da escrita, tanto na história da civilização como no desenvolvimento da criança. (LURIA, 2006, p. 161, grifos nossos).

Partindo-se, portanto, do pressuposto de que a apropriação da linguagem escrita depende fundamentalmente das interações da criança com textos escritos, os professores precisam traduzir essa convenção, desde seus aspectos mais simples, como a direção da escrita (da esquerda para a direita, e, no sistema braille, da direita para a esquerda), a disposição no papel (de cima para baixo) e a especificação dos símbolos utilizados (letras, sinais de pontuação etc.). Esse trabalho realizar-se-á por meio de intensa produção de textos coletivos, em que o professor atua como escriba, não se tratando de submeter a criança ao processo de reconhecimento das unidades menores da escrita, mas de contextualizar informações necessárias à sua compreensão em situações de uso real. Ou seja, pela mediação do professor, de quem recebe informações sobre o sistema convencional da escrita, a criança é inserida na produção de textos e assim vai se apropriando dos mecanismos da escrita culturalmente elaborada, em processos pedagógicos, intencionalmente conduzidos.

## **FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR**

As práticas pedagógicas que compõem o documento Curricular de Referência para a Educação Infantil devem garantir experiências que “favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de experiência: gestual, verbal, plástica, dramática e musical”, conforme disposto nas DCNEI (2009), artigo 9º, inciso II (BRASIL, 2009). Para tanto, é necessário que o planejamento seja elaborado a partir de reflexões que os direitos de aprendizagem e desenvolvimento possibilitam e devem contemplar práticas que propiciem a bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas

“experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais, orais e escritos”, como disposto nas DCNEI (2009), artigo 9º, inciso II (BRASIL, 2009).

É imprescindível que o professor acolha as necessidades, os desejos e as manifestações das crianças, suas histórias de vida, a realidade de suas famílias e o contexto no qual estão inseridas, e as assumam como produtoras de cultura, como “aquelas que inventam o mundo, com uma história de cultura a serem partilhadas”. Isso implica em planejar o cotidiano levando em conta o ponto de vista das crianças, seu jeito de conhecer e interagir com o mundo à sua volta, seus modos de se expressar por meio de diferentes linguagens, movimentos e produções” (KRAMER & BARBOSA, 2016, p. 50). Assim, na perspectiva da invenção e da expressão por meio das diferentes linguagens, é indispensável garantir tempo: o tempo para falar, ouvir, brincar, ler histórias, desenhar, dentro e fora das salas, comer, descansar, escutar as crianças abrindo espaço para suas manifestações, e também promover o contato com o conhecimento científico e cultural, com a arte e as culturas. Dessa forma, propiciar a imersão das crianças na cultura escrita.

### **DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS**

Os Desafios Contemporâneos buscam promover a análise, a reflexão, a difusão de ideias e o cruzamento de múltiplas perspectivas a respeito do contexto atual nos campos social, da cultura e da educação, além de propiciar a troca de experiências entre diversos agentes: formuladores de políticas públicas, empreendedores, grupos independentes, integrantes de movimentos sociais, coletivos artísticos, profissionais do campo de educação, cultura e museus, pesquisadores e intelectuais. No fazer artístico, o estudante tem possibilidades de desenvolver sua poética pessoal, esta ação investigativa o leva à reflexão, à análise crítica, a experimentações, a comparações, à imaginação, e a criar soluções (inclusive tecnológicas). Além disso, também instiga a curiosidade, a levantar hipóteses, o trabalho em equipe, o desenvolvimento do pensamento artístico, a criatividade, a percepção, dentre outros, possibilitando, assim, a resolução de problemas de ordem técnica e estética, bem como a humanização dos sentidos. Nesse sentido, as metodologias ativas objetivam alcançar e motivar o estudante, que colocado diante uma situação-problema, examina, reflete, contextualiza, pesquisa e ressignifica suas descobertas. Sendo um recurso didático de grande importância, as metodologias ativas podem favorecer, de forma significativa e eficaz, o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando ao aluno um papel protagonista na produção de seu conhecimento.

Com isso, o respeito a estas manifestações artísticas culturais e ao patrimônio cultural torna-se possível, pois, durante o conhecimento e a valorização destas, o respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas se evidencia, possibilitando a apropriação de conhecimentos artísticos e estéticos.

### **CULTURA E HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA**

De acordo com a Lei Nº. 10.639/03 que altera a LDB 9394/96, a Lei 11.645/08 e o parágrafo único art. 2º da Deliberação do Conselho Estadual de Educação do Paraná, o qual indica que: Ao tratar da história da África e da presença do negro (pretos e pardos) no Brasil, os professores precisam fazer abordagens positivas sempre na perspectiva de contribuir para que o aluno afro descendente se identifique e valorize a história de seu povo, a cultura de matriz africana, e as contribuições para o país e humanidade. Durante a educação infantil as crianças já começam a conhecer seu corpo, as diferenças e semelhanças entre os colegas do grupo, escolhem com quem brincar e se relacionar na escola, tem suas preferências por brinquedos, e, no entanto é fundamental que o educador trabalhe em sala de aula questões sobre diferença e em especial as relacionadas ao pertencimento racial, não só com as crianças, mas com as famílias e comunidade. (CEERT,2011).

Diante disso, Trinidad(2011), reforça que a Educação Infantil é o primeiro recinto institucionalizado a que a criança tem acesso, isso significa que ela passa a conviver em novos coletivos e, por isso, precisa ter oportunidade para aprender as regras para essa convivência pautada no respeito por si e pelo outro.

Logo, as diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil ressalta :

Art. 7º Na observância destas Diretrizes, a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve garantir que elas cumpram plenamente sua função sociopolítica e pedagógica:

- I - oferecendo condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais;
- II - assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias;
- III - possibilitando tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto à ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas;
- IV - promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância;
- V - construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa.

Assim sendo e de acordo com o Plano Nacional de Implementação da Lei nº 10.639/2003,

O papel da educação infantil é significativo para o desenvolvimento humano, a formação da personalidade, a construção da inteligência e a aprendizagem. Os espaços coletivos educacionais, nos primeiros anos de vida, são espaços privilegiados para promover a eliminação de qualquer forma de preconceito, racismo e discriminação, fazendo com que as crianças, desde muito pequenas compreendam e se envolvam conscientemente em ações que conheçam, reconheçam e valorizem a importância dos diferentes grupos étnico raciais para a história e cultura brasileiras. (Brasil. MEC, 2003).

No entanto, segundo Eliane Cavalleiro (2003), A Pré escola oferece uma quantidade muito ínfima de ações que levam a entender a aceitação positiva e valorizada das crianças negras no seu cotidiano, o que ameaça a convivência em pleno processo de socialização, ressalta que se torna difícil não perguntar por que o professor se omite em relação ao problema étnico. Silenciar

essa realidade não apaga magicamente as diferenças. Permite, porém, que cada um construa a seu modo, um entendimento do outro que lhe é diferente. Diante disso, o papel da professora na educação infantil é importantíssimo, cabe à realização de práticas pedagógicas que objetivem ampliar o universo sociocultural das crianças e introduzi-las em um contexto no qual o educar e o cuidar não omitam a diversidade. Acrescido a isso, Eliane Cavalleiro (2003) nos diz que tal prática pode agir preventivamente no sentido de evitar que pensamentos preconceituosos e práticas discriminatórias sejam interiorizados e cristalizados pelas crianças, num período em que elas se encontram sensíveis às influências externas, cujas marcas podem determinar sérias consequências para a vida adulta.

Logo, desde muito cedo podemos aprender e conhecer diferentes realidades e compreender que a experiência social do mundo é muito maior do que a nossa experiência local, e que este mesmo mundo é constituído e formado por civilizações, histórias, grupos sociais e etnias ou raças diversas. É também bem cedo em sua formação que as crianças podem ser reeducadas a lidar com os preconceitos aprendidos no ambiente familiar e nas relações sociais mais amplas. Educar para a igualdade racial é tarefa urgente e imprescindível para a construção da sociedade de amanhã. ( História e Cultura Africana e Afro-Brasileira na Educação Infantil,2014) A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeito de direitos civis, humanos e sociais garantidos na constituição e nas leis. A escola de Educação Infantil por ser um espaço social está aberta a diversidade e deve abordar de uma forma lúdica dando oportunidades para que as crianças possam lidar com as emoções reorganizando seus pensamentos através do faz de conta.

Reconhecer a sua própria identidade para que valorize a sua imagem e a do outro desenvolvendo valores básicos e valorizando a diversidade racial.

- Reconhecer a sua identidade e ter uma imagem positiva de autoconfiança;
- Desenvolver diversas atividades metodológicas a partir da leitura do livro a bonequinha preta;
- Valorizar a diversidade;
- Combater o Bullying racial nos diversos espaços da escola;
- Desenvolver auto-estima sobre suas características físicas;
- Refletir sobre questões: amor, egoísmo e até a questão das nossas raças;
- Valorizar ações de cooperação, respeito e solidariedade;
- Respeitar as características de etnia;
- Usar os conhecimentos construídos na escola em situações do seu cotidiano;
- Participar de situações de comunicação oral;
- Apreciar atos de leitura como fonte de conhecimento;
- Demonstrar cooperação de situações de produção coletiva;
- Desenvolver a linguagem oral para expressar desejos, necessidades, sentimentos e opiniões;

## **INCLUSÃO SOCIAL: SÍMBOLOS**

A inclusão social é um termo que vem sendo amplamente comentado nos últimos tempos, refere-se à possibilidade de dar a todas as pessoas, independentemente de suas diferenças, os mesmos direitos e oportunidades.

Antes que as medidas de inclusão social sejam formuladas e aplicadas, é necessário observar quais são os grupos excluídos e o que deve ser melhorado para que possam estar plenamente inseridos na sociedade. A inclusão social nas escolas visa eliminar o preconceito e a discriminação, independente do tipo (étnica, de deficientes, de gênero, de orientação sexual, etc). Esse tema é de extrema importância para a distinção de signos nos processos de alfabetização e o professor de Educação Infantil irá abordar nos objetivos de aprendizagem os símbolos mais utilizados.

## **EXIBIÇÃO DE FILMES MENSAIS NACIONAIS**

A exibição de filmes nas escolas deve haver uma pluralidade pedagógica que precisa ser pensado, planejado e executado e que permite contribuir com a construção de uma alfabetização crítica dos meios que utilizam os recursos audiovisuais: cinema, televisão, internet, etc.

É possível levantarmos uma infinidade de atividades que podemos realizar com o audiovisual nas escolas. Isto é importante, mas não podemos ficar só nisso... As atividades são importantes desde que sejam pensadas e articuladas com uma proposta pedagógica mais ampla. É preciso caminhar: agindo e pensando... construindo e transformando...

Novas relações e linguagens desafiam os profissionais da educação a pensar na vocação multicultural da escola, no sentido de promover o diálogo entre as diferentes gerações e os diversos padrões culturais nela presentes.

Em sua análise, indicou três fatores que apontam um novo lugar para a escola: a cultura digital, que vem criando uma escola sem muros, na qual o estudante é produtor de conhecimento e a linguagem audiovisual assume importância; a existência de outros.

## **TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

A transição entre essas duas etapas da Educação Básica requer muita atenção, para que haja equilíbrio entre as mudanças introduzidas, garantindo integração e continuidade dos processos de aprendizagens das crianças, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que elas estabelecem com os conhecimentos, assim como a natureza das mediações de cada etapa. Tornase necessário estabelecer estratégias de acolhimento e adaptação tanto para as crianças quanto para os docentes, de modo que a nova etapa se construa com base no que a criança sabe e é capaz de fazer, em uma perspectiva de continuidade de seu percurso educativo.

Para isso, as informações contidas em relatórios, portfólios ou outros registros que evidenciem os processos vivenciados pelas crianças ao longo de sua trajetória na Educação Infantil podem contribuir para a compreensão da história de vida escolar de cada aluno do Ensino Fundamental. Conversas ou visitas e troca de materiais entre os professores das escolas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental – Anos Iniciais também são importantes para facilitar a inserção das crianças nessa nova etapa da vida escolar. Além disso, para que as crianças superem com sucesso os desafios da transição, é indispensável um equilíbrio entre as mudanças introduzidas, a continuidade das aprendizagens e o acolhimento afetivo, de modo que a nova etapa se construa com base no que os educandos sabem e são capazes de fazer, evitando a fragmentação e a descontinuidade do trabalho pedagógico.

Nessa direção, a BNCC apresenta as sínteses das aprendizagens esperadas em cada campo de experiências, para que as crianças tenham condições favoráveis para ingressar no Ensino Fundamental. Essas sínteses devem ser compreendidas como elementos balizadores e indicadores de objetivos a ser explorados em todo o segmento da Educação Infantil, e que serão ampliados e aprofundados no Ensino Fundamental, e não como condição ou pré-requisito para o acesso ao Ensino Fundamental. Para que a criança compreenda o processo de transição quanto ao Campo de Experiência o eu, o outro e o nós a criança deve ter assimilado os conceitos Respeitar e expressar sentimentos e emoções, atuando com progressiva autonomia emocional. Atuar em grupo e demonstrar interesse em construir novas relações, respeitando a diversidade e solidarizando-se com os outros.

### **AValiação DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA**

A avaliação deve ampliar o olhar do professor a respeito do contexto da aprendizagem e das atividades realizadas. O docente deve estar atento ao modo como foi executada a tarefa e o que norteou os procedimentos, a saber: o ambiente, os materiais, as escolhas, enfim, tudo que cerca o momento da realização da atividade. A avaliação poderá ser realizada em forma de observação, registro e atividades práticas. A aprendizagem precisa ser avaliada durante o processo de trabalho, de forma contínua, tendo como objetivo o desenvolvimento do aluno em todos os aspectos. É nesse momento que o professor pode perceber as dificuldades e os acertos dos alunos. A avaliação da aprendizagem deve contemplar os momentos em que a criança: exercita os conceitos aprendidos tanto no contexto escolar como no extraescolar; tem oportunidade de interpretar a ação dos adultos; possibilidade de expressar os sentidos que atribuiu aos conceitos, modificando-os a partir das relações que estabeleceu.

Portanto, o olhar do professor sobre os aspectos que facilitam ou dificultam o desenvolvimento das crianças ajudará a organizar e reorganizar outras atividades, os materiais oferecidos, as formas de execução e os agrupamentos de crianças. Assim o professor terá como prever, já no planejamento, as ações que contribuirão para alcançar seus objetivos e facilitar o aprendizado do aluno. Segundo os Referenciais Curriculares, ao avaliar os alunos, analise as seguintes questões: De que forma os conhecimentos que o aluno já possui foram considerados? Qual o objetivo da atividade? Que desafio ela propõe ao aluno? Que providências foram tomadas previamente para que a atividade fosse realizada? Que instruções foram dadas para sua realização? Elas foram bem formuladas? Que conteúdos/temas estão sendo contemplados? O espaço foi previamente preparado? Como foi a participação dos alunos? Houve interação entre eles?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, M.; KRAMER, S. "O rei está nu": Um Debate Sobre as Funções da Pré-Escola. In: Educação pré-escolar: desafios e alternativas. Caderno cedes, nº 9. São Paulo: Cortez, 1984.

BRASIL. Constituição Federal de 1988

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 05, de 17 de dezembro de

2009. Fixa as Diretrizes Curriculares

Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

\_\_\_\_\_. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017 (\*) Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação - Conselho Pleno. Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da

Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica

\_\_\_\_\_. RESOLUÇÃO Nº 5, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009 (\*). Fixa as Diretrizes Curriculares. Nacionais para a Educação Infantil. CAGLIARI, L. C. O príncipe que virou sapo: considerações a respeito da dificuldade de alfabetização das crianças na alfabetização. Cadernos de Pesquisa, 55. São Paulo:

Fundação Carlos Chagas, nov. 1985, p. 50-62.

CANDURO, V. R. P. Iniciação musical na idade pré-Escolar. Porto Alegre: Sagra, 1989.

CHEROGLU, Simone; MAGALHÃES, Giselle Modé. O primeiro ano de vida: vida uterina, transição pós-natal e atividade de comunicação emocional direta com o adulto.

Cap,4 in :Periodização Histórico Cultural do Desenvolvimento Psíquico- do nascimento à velhice. Martins Lígia Marcia; Abrantes, Angelo Antonio e Facci, Marilda Gonçalves

Dias (Org). Autores Associados, 2016. -(Coleção educação contemporânea).

CUNHA. S. R. V. Cor, som e movimento: A expressão plástica, musical e dramática no cotidiano da criança. Caderno de educação no cotidiano da criança. Caderno de

Educação Infantil. Porto Alegre: Editora Mediação, 1999.

- HOFFMANN, J. M. L. Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto alegre: Mediação, 2000.
- KRAMER, Sonia. A política do Pré-Escolar: arte e disfarce. São Paulo: Cortez, 1995
- KRAMER, S. A infância e sua singularidade. In: BRASIL. Ministério da Educação. Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. [Org. Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento]. Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2006.
- KRAMER, Sônia. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: Educação Infantil e/é fundamental. In: Educação e Sociedade, v. 27, n. 96 - Especial, p. 797-818, out, 2006.
- KUHLMANN JUNIOR, Moysés. A infância e Educação Infantil. Uma abordagem histórica, 1998, ed. Mediação
- LAZARETTI, Lucinéia Maria; MELLO, Maria Aparecida. Como ensinar na Educação Infantil? Reflexões sobre a didática e o desenvolvimento da criança. In: PASQUALINI, Juliana Campregher; TEIXEIRA, Lucas André; AGUDO; Marcela de Moraes. (Org.) Pedagogia Histórico-Crítica: legado e perspectivas. Uberlândia, MG. Navegando, 2018.
- LEONTIEV, A. N. O desenvolvimento do psiquismo. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.
- LOPES, Celi Espasandin; GRANDO, Regina Célia. Resolução de problemas na educação matemática para a infância. UNICAMP, Campinas. 2012.(matemática)
- LORENZATO, Sérgio. Educação infantil e percepção matemática. 3ª Ed.rev. Campinas, SP. Autores Associados, 2011. (matemática)
- LURIA, A. R. O desenvolvimento da escrita na criança. In: VIGOTSKY, L. S., LURIA, A. R.E LEONTIEV, A. N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone, 2006, p. 143-189.
- MARTINS, Ligia Márcia; ABRANTES, Angelo Antonio; FACCI, Marilda Gonçalves Dias (org.) Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice. Campinas: Autores Associados, 2016
- MUKHINA, Valéria. Psicologia da idade pré-escolar; tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins fontes, 1996
- MOURA, Manoel Oriosvaldo de. Atividade Pedagógica na Teoria Histórico-Cultural. (org.) Brasília: Liber livro, 2010
- OLIVEIRA, Zilma. Ramos de. Educação infantil. Fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.
- PARANÁ, Deliberação nº 03/18 de 23/11/18, do CEE/PR- Referencial Curricular do Paraná.: princípios, direitos e orientações.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações. Curitiba: SEED, 2018. Disponível em: <http://www.diaadia.pr.gov.br>.
- PIRES, C. C.; CURRI, E; CAMPOS, T. M. M. Espaço & forma: a construção de noções geométricas pelas crianças das quatro séries iniciais do ensino Fundamental. São Paulo: PROEM LTDA, 2001.



- SAVIANI, Dermeval. Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações-11. ed. rev.1ª reimpr. - Campinas, SP: Autores Associados, 2012. - (Coleção educação contemporânea)
- SOUZA, R. C. de; BORGES, M. F. T. A práxis na formação da Educação Infantil. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- SOUZA, G. de; VIEIRA, L. M. F. Concepção de Infância. In: Anais I Simpósio Paranaense de Educação Infantil. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Faxinal do Céu, 2006.
- TULESKI, Silvana Calvo e EIDT, Nadia Mara. A periodização do desenvolvimento psíquico- atividade dominante e a formação das funções psíquicas superiores. Cap. 2  
in :Periodização Histórico Cultural do Desenvolvimento Psíquico- do nascimento à velhice. Martins Lígia Marcia; Abrantes, Angelo Antonio e Facci, Marilda Gonçalves Dias (Org). Autores Associados, 2016. -(Coleção educação contemporânea).
- VIGOTSKI, L. S. A Formação social da mente. 3. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1989. YGOTSKY, L.S. Pensamento e linguagem. 3. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1991.

## **APRESENTAÇÃO DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES**

### **IMPORTÂNCIA DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA**

O ponto de partida para trabalhar a compreensão dos espaços social e cultural é a realidade do aluno e do seu grupo familiar e social. Nessa perspectiva, a observação, o relato, as comparações e as vivências sensoriais são encaminhamentos que auxiliarão nessa compreensão, assim como a elaboração dos conceitos de próximo e distante, do eu e do outro, das relações que se estabelecem entre os integrantes dos diferentes grupos e dentro de um mesmo grupo, pois, ao reconhecer-se e perceber-se na relação com o outro e com o espaço, o conhecimento do ambiente físico, social e cultural, bem como das relações e transformações neles presentes, vão se formando, evidenciando a relação com os saberes e conhecimentos dos demais campos de experiências. Nesse contexto, referenda-se o compromisso da instituição com os conteúdos clássicos, aqueles que se firmaram no tempo, impondo à organização pedagógica extrair do currículo e do tempo escolar as comemorações específicas que diluem o tempo de ensino dos conteúdos essenciais.

Nessa direção, o foco na Educação Infantil manter-se-á nos fatos importantes relacionados à história de vida do (a) aluno (a), de seus familiares e da sua comunidade de modo a construir compreensões sobre diferentes pessoas, espaços, tempos e culturas, por meio de vivências, relatos, entrevistas, observação de registros fotográficos, rodas de conversa, dentre outros procedimentos metodológicos que auxiliem na construção da noção de tempo histórico, na percepção das mudanças e identificação de costumes, tradições e acontecimentos significativos. Nesse processo, os alunos são provocados a falar o que sabem, a apresentarem as dúvidas e sobre o que mais gostariam de saber e, a partir dessa ação, com a mediação do(a) professor(a), será possível problematizar e planejar em conjunto, onde e como encontrar respostas. Assim, a observação, a experimentação e a investigação terão por objetivo exercitar a expressão e o registro do conhecimento que foi construído por múltiplas linguagens e formas de representação, cabendo ao professor confrontar o que foi apresentado pelos alunos e o que é exigido em termos de ensino e de aprendizagem, quanto aos saberes e conhecimentos, bem como objetivos de aprendizagem que são de responsabilidade da instituição escolar.

### **JUSTIFICATIVA DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA**

Esse campo de experiências que se refere aos saberes e aos conhecimentos da ocupação de espaços, da natureza, da ciência, e da matemática, promovendo experiências, observações, exploração e investigação como meio de ampliação de conhecimentos sobre o ambiente físico, social e cultural, e sobre o modo como as pessoas se organizam para ocupar e transformar o espaço, de acordo com as relações que mantêm com a natureza, de modo coletivo e individual, e conforme as relações de poder instituídas na sociedade, expressas por meio da organização no mundo do trabalho.

As crianças vivem inseridas em espaços e tempos de diferentes dimensões, em um mundo constituído de fenômenos naturais e socioculturais. Desde muito pequenas, elas procuram se situar em diversos espaços (rua, bairro, cidade etc.) e tempos (dia e noite; hoje, ontem e amanhã etc.). Demonstram também curiosidade sobre o mundo físico (seu próprio corpo, os fenômenos atmosféricos, os animais, as plantas, as transformações da natureza, os diferentes tipos de materiais e as possibilidades de sua manipulação etc.) e o mundo sociocultural (as relações de parentesco e sociais entre as pessoas que conhece; como vivem e em que trabalham essas pessoas; quais suas tradições e seus costumes; a diversidade entre elas etc.).

Além disso, nessas experiências e em muitas outras, as crianças também se deparam, frequentemente, com conhecimentos matemáticos (contagem, ordenação, relações entre quantidades, dimensões, medidas, comparação de pesos e de comprimentos, avaliação de distâncias, reconhecimento de formas geométricas, conhecimento e reconhecimento de numerais cardinais e ordinais etc.) que igualmente aguçam a curiosidade. Portanto, a Educação Infantil precisa promover experiências nas quais as crianças possam fazer observações, manipular objetos, investigar e explorar seu entorno, levantar hipóteses e consultar fontes de informação para buscar respostas às suas curiosidades e indagações. Assim, a instituição escolar está criando oportunidades para que as crianças ampliem seus conhecimentos do mundo físico e sociocultural e possam utilizá-los em seu cotidiano.

É também este campo que sugere que os pequenos devem ter os primeiros contatos com os fenômenos socioculturais presentes no cotidiano das crianças. “Nesse campo as crianças serão inseridas em espaços e tempos de diferentes dimensões de fenômenos naturais e socioculturais, ou seja, os educadores devem promover experiências em que as crianças possam manipular, conhecer, observar, investigar e explorar os conhecimentos do mundo físico e sociocultural.

#### **OBJETO DE ESTUDO DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA**

Desde muito pequenas, elas procuram se situar em diversos espaços (rua, bairro, cidade etc.) e tempos (dia e noite; hoje, ontem e amanhã etc.). - Demonstram também curiosidade sobre o mundo físico (seu próprio corpo, os fenômenos atmosféricos, os animais, as plantas, as transformações da natureza, os diferentes tipos de materiais e as possibilidades de sua manipulação etc.) e o mundo sociocultural (as relações de parentesco e sociais entre as pessoas que conhece; como vivem e em que trabalham essas pessoas; quais suas tradições e seus costumes; a diversidade entre elas etc.). - Se deparam com conhecimentos matemáticos (contagem, ordenação, relações entre quantidades, dimensões, medidas, comparação de pesos e de comprimentos, avaliação de distâncias, reconhecimento de formas geométricas, conhecimento e reconhecimento de numerais cardinais e ordinais etc.) que igualmente aguçam a curiosidade.

#### **OBJETIVO GERAL**

Promover o desenvolvimento das crianças em suas máximas possibilidades, por meio da apropriação das experiências das gerações anteriores para que sejam sujeitos históricos e sociais.

#### **OBJETIVO DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA**

Estabelecer relações de comparação entre os objetos, considerando as suas propriedades, abarcam-se os elementos da geometria, o que, na Educação Infantil, trata-se de sistematizar as experiências que as crianças realizam, inicialmente, de forma espontânea com relação à exploração do espaço que as rodeia e dos objetos que têm a seu alcance, bem como de relacionar o corpo com os objetos à sua volta e com seus pares. Por meio dos

Além disso, a explorar espaços por meio dos órgãos sensoriais e dos movimentos e deslocamentos de engatinhar, de pegar, de rolar, de pular, de agarrar, de sentir, de perceber, de comparar grandezas, de perceber espaços abertos, fechados, fronteiras, vizinhanças, interior e exterior, se tornam essenciais à compreensão do espaço percebido/vivido. As noções básicas com relação à orientação no espaço devem ser trabalhadas a partir dos pontos de referência, situando as crianças em relação às outras crianças, em relação aos objetos do espaço e os objetos em relação a outros objetos. A exploração do espaço é um aspecto que compartilha a geometria com outras áreas, a descoberta de si mesma e a descoberta do ambiente.

Orientar e desenvolver individualmente rotinas e escalas estabelecidas, desvinculados de momentos e contextos gerais da sala de aula e dos conteúdos de aprendizagem, por vezes, esquecendo de estabelecer relações com a própria experiência realizada com os alimentos em sala de aula ou na horta da instituição? É preciso considerar que o ambiente e as relações que nele se estabelecem são pontos de partida para atos de ensino e que, quando devidamente planejados, desencadeiam aprendizagens importantes.

Convém, ainda, explorar as formas dos objetos que integram a sua cultura e a cultura dos seus pares, partindo dos sólidos geométricos, agrupando, observando critérios próprios ou fornecidos pelo professor, diferenciando-os (rolam, não rolam; porque não rolam, têm tampa, fundo, entre outros), observando características comuns ou não, ou semelhanças e diferenças, situações essas que poderão resultar em sínteses orais coletivas, sendo registradas com o auxílio do(a) professor(a) escriba, compondo, tabelas ou gráficos. O trabalho de planificação dos sólidos se faz pelo contorno das faces, montando e desmontando caixas, reconhecendo, percebendo, desenhando figuras planas, empilhando, contornando os sólidos, enfeitando, modificando, trabalhando com sombras, descrevendo oralmente formas, embalagens e espaços.

Outro aspecto importante a considerar diz respeito às informações, as quais circulam de forma intensa, exigindo que a sociedade encontre formas diferentes de organizá-las e de socializá-las. O tratamento da informação, nesse quesito, assume especial relevância no contexto social, pois, cada vez mais, elas são veiculadas por meio de gráficos e tabelas, relacionados às práticas sociais de coleta, de organização, de leitura e de interpretação e referentes às diversas áreas de interesse da sociedade. Na Educação Infantil, portanto, é o momento de iniciar o trabalho com as informações organizadas de forma quantitativa, desenvolvendo a curiosidade investigativa, atribuindo sentidos, construindo legendas e procedendo à sua leitura qualitativa. É o início da reflexão sobre as diferentes formas de organizar esses dados que constituem o cotidiano das crianças, preferencialmente por meio de gráficos pictóricos, os quais expressam as informações relativas ao tema da pesquisa como, por exemplo, a variação do tempo durante um determinado mês, por intermédio de desenhos. Assim, existem vários assuntos que podem ser explorados: meninos e meninas da sala, idades, número de calçados, frutas preferidas, verduras ou legumes de que mais gostam, números de pessoas que moram na casa, números de irmãos, número de brinquedos, dentre tantas outras possibilidades de trabalho.

## QUADRO ORGANIZADOR DOS CONTEÚDOS DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES

Legenda: A/T – ano todo.

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES								
(EI0/01ET01) Explorar e descobrir as propriedades de objetos e materiais (odor, cor, sabor, temperatura).								
SABERES E CONHECIMENTOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	Conteúdos	Bebês - 0 a 1 ano	Crianças bem pequenas 1 ano	Crianças pequenas 2 e 3 anos	Crianças pequenas 4 e 5 anos	Trimestre	
Órgãos sentidos (Odores, sabores, texturas, temperaturas, cores etc.).  Propriedades dos objetos.	Manipular objetos e brinquedos, de materiais diversos, explorando suas características físicas.	Sensações e percepções	X					2º
	Explorar o espaço por meio do corpo e dos sentidos, a fim de perceber odores, cores, sabores, temperaturas e outras possibilidades presentes em seu ambiente.	Hábitos alimentares  Hábitos de higiene	X					1º
	Manusear objetos de diferentes formas e características, explorando suas propriedades, com auxílio do(a) professor(a).	Coodenação motora fina e ampla	X					1º
	Sentir diferentes odores.	Sensações e percepções	X					1º
	Experimentar diferentes sabores desenvolvendo o paladar.	Sensações e percepções	X					1º

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
	Experimentar os alimentos de diferentes consistências: sólidos, pastosos e líquidos.	Sensações e percepções	X				A/T
	Ter contato com diferentes objetos e materiais, explorando as diferentes texturas (áspero, liso, macio, duro, mole, dentre outros).	Sensações e percepções	X				A/T
	Identificar diversos objetos por meio da visão.	Sensações e percepções	X				A/T
	Identificar alguns sons presentes em seu cotidiano (palmas, choro, música, sons do corpo).	Sensações e percepções	X				A/T
(EI0/01ET02) Explorar relações de causa e efeito (transbordar, tingir, misturar, mover e remover etc.) na interação com o mundo físico.							
Relação causa e efeito.  Fenômenos físicos/químicos: mistura, transformação e produção .	Explorar diferentes materiais na tentativa de mover e remover objetos como: tirar e colocar em recipientes, colar e descolar objetos com velcro, dentre outras possibilidades.	Fenômenos da natureza (chuva, vento, calor e frio)  Cores e formas	X				2º
	Fazer tentativas de puxar ou arrastar brinquedos amarrados com barbantes.	Noções de direção e sentido	X				2º
	Ter contato com diferentes misturas: terra com água, cola com corante, espuma com corante, dentre outras possibilidades, vivenciando a mistura e a reação.	Cores e formas	X				3º

Vivenciar situações de contato com fenômenos da natureza, exemplo: chuva, vento, calor e frio.	Fenômenos da natureza (chuva, vento, calor e frio)	X					2º
--	--	---	--	--	--	--	----

**CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES**

(EI0/01ET03) Explorar o ambiente pela ação e observação, manipulando, experimentando e fazendo descobertas.

Exploração do ambiente.	Interagir em diferentes espaços que permitam a possibilidade de sentir os elementos naturais: água, sol, ar e solo.	Elementos que constituem o meio ambiente (água, solo, ar)	X				2º
	Ter contato com os seres vivos do seu entorno possibilitando descobertas.	Animais e suas características	X				2º
	Explorar o ambiente, interagindo com diferentes tipos de objetos, cores, formas e seres vivos (animais do seu entorno, vegetais da sua alimentação e seres humanos).	Habitat	X				3º

(EI0/01ET04) Manipular, experimentar, arrumar e explorar o espaço por meio de experiências de deslocamentos de si e dos objetos.

Elementos do espaço.  Experiência de deslocamento (equilíbrio, força e direção).	Explorar elementos presentes no espaço conhecendo algumas características e possibilidades.	Estudo do espaço (exploração, localização e orientação espacial)	X				1º
	Fazer tentativas de deslocar elementos em um espaço: puxando, empurrando, deslocando de um lado para outro, dentre outros.	Relações nos diferentes ambientes	X				2º
	Levar os objetos à boca ou jogá-los.	Noções de direção e sentido	X				2º

Usar o corpo para explorar o espaço, virando-se para diferentes lados.	Noções de direção e sentido	X					2º
Fazer tentativas de interação na organização de brinquedos e outros objetos nos seus respectivos espaços.	organização	X					AT
Vivenciar situações que envolvam a superação de conflitos, problemas ou	Regras e combinados	X					AT

**CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES**

	desafios, por meio da mediação do professor(a).						
<b>(EIO/01ET05) Manipular materiais diversos e variados para comparar as diferenças e semelhanças entre eles.</b>							
Diferenças e semelhanças entre os objetos.  Os objetos, suas características e propriedades.	Manipular objetos, brinquedos e materiais diversos explorando suas características físicas como textura, espessura, tamanho, forma desenvolvendo as sensações e percepções através do ato de: morder, chupar, produzir sons, apertar, lançar etc.	Noções de medidas	X				3º
	Participar de situações em que o(a) professor(a) nomeia os atributos dos objetos destacando semelhanças e diferenças.		X				2º



	Interessar-se por objetos com características variadas: leves, pesados, pequenos, grandes, finos, grossos, roliços, que possibilitem manuseio.	Classificação	X				2º
	Perceber possibilidades de empilhamento, desempilhamento, encaixe, desencaixe, enfileiramento, enchimento, esvaziamento, ajuntamento e separação de objetos através da mediação do professor.	Noções de medidas e lógico matemático	X				A/T
(EIO/01ET06) Vivenciar diferentes ritmos, velocidades e fluxos nas interações e brincadeiras (em danças, balanços, escorregadores etc.).							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
Ritmos, velocidades e fluxos. Noção Temporal. Sequência Temporal.	Vivenciar situações de rotina diária: alimentar-se, brincar, descansar, tomar banho, entre outros.	Percepção temporal	X				1º
	Imitar com movimentos corporais as músicas cantadas e brincadeiras.	Jogos e brincadeiras	X				1º
	Acompanhar com palmas as músicas cantadas pelo(a) professor(a) ou com recursos audiovisuais.	Dança e movimento	X				2º
	Ouvir diferentes ritmos musicais, interagindo com o corpo.	música	X				2º

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES						
(EI01ET01) Explorar e descrever semelhanças e diferenças entre as características e propriedades dos objetos (textura, massa, tamanho).						
SABERES E CONHECIMENTOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	Conteúdos	Bebês - 0 a 1 ano	Crianças de 1 a 3 anos	Crianças de 3 a 5 anos	Trimestre
	Manipular e explorar objetos e brinquedos de materiais diversos,	Sensações e percepções a partir da utilização dos objetos		X		A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES						
Manipulação, exploração e organização de objetos. Características físicas, propriedades e utilidades dos objetos. Textura, massa e tamanho dos objetos.	explorando suas características físicas e possibilidades: morder, chupar, produzir sons, apertar, encher, esvaziar, empilhar, afundar, flutuar, soprar, montar, lançar, jogar etc.					
	Observar semelhanças e diferenças entre objetos.	Noções básicas de comparação.		X		A/T
	Manusear e explorar elementos do meio natural e objetos produzidos pelo homem, com a mediação do(a) professor(a).	Percepção da produção plástica e da natureza através da exploração.		X		A/T

Manipular elementos da natureza como: terra, lama, plantas, areia, água, dentre outros, por meio da exploração de suas características e propriedades.	Percepção da natureza por meio da exploração.		X			A/T
Manipular, explorar e organizar, progressivamente, brinquedos e outros materiais, realizando classificações simples.	Noções básicas de classificação, seriação, conservação		X			A/T
Manipular objetos e materiais explorando suas propriedades como: temperatura, tamanho, massa e forma.	- Noções de grandezas e medidas de massa.		X			A/T
Observar os atributos dos objetos por meio da exploração: grande/pequeno, áspero/liso/macio, quente/frio, pesado/leve, dentre outras possibilidades.	Textura: áspero/liso/macio Comparações de massas: - pesado/leve; - Comparações de grandezas (tamanho): - grande/pequeno; - comprido/curto; - maior/menor; - Capacidade:		X			A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES						
		- cheio/vazio - arbitrárias: copo, colher, xícara.				
(EI01ET02) Observar, relatar e descrever incidentes do cotidiano e fenômenos naturais (luz solar, vento, chuva etc.).						

Fenômenos naturais: luz solar, vento e chuva.  Elementos da natureza.	Participar de momentos em diferentes ambientes em que perceba a presença de elementos e fenômenos da natureza, ex.: luz solar, chuva, vento.	- Elementos do meio ambiente: -clima; -ar; -água;		X			A/T
	Conhecer os elementos da natureza explorando os espaços externos da instituição.	Exploração da paisagem natural e cultural.		X			A/T
	Observar a chuva, seu som e outras sensações características (cheiro e vibrações), bem como o fenômeno trovão.	Condições climáticas.		X			A/T
	Identificar, com auxílio do(a) professor(a), objetos, seres vivos e eventos naturais no ambiente.	Identificação dos elementos naturais.		X			A/T
	Experienciar diferentes temperaturas em eventos naturais e produzidos: calor/quente; gelado/frio; ameno/morno.	Noções de temperatura.		X			A/T
<b>(EI01ET03) Compartilhar, com outras crianças, situações de cuidado de plantas e animais nos espaços da instituição e fora dela.</b>							
Plantas e seu habitat.	Observar e conhecer animais e plantas percebendo a existência de diferentes tipos de seres vivos.	- Elementos da natureza.		X			A/T
	Conhecer o modo de vida de insetos e animais presentes no dia a dia.	- Animais: - identificação (domésticos/selvagens); - características (locomoção, alimentação);		X			2º

**CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES**

Animais e seus modos de vida.		- habitat; (aquáticos/terrestres/aéreos);					
	Conhecer plantas, suas características físicas, habitat e acompanhar seu crescimento.	Plantas: - identificação; - características gerais;		X			2º
	Experimentar em diferentes momentos o contato com elementos naturais em hortas e jardins.	Identificação: (comestível/não comestível);		X			2º
	Conhecer situações de cuidados com as plantas.	Preservação e cuidado.		X			2º
	Conhecer situações de cuidados com os animais.	Cuidado (higiene) - Proteção; - Preservação.		X			A/T
	Participar de situações de cuidado com o meio ambiente: preservar as plantas e não maltratar animais.	- Preservação do meio ambiente.		X			A/T
(EI01ET04) Identificar relações espaciais (dentro e fora, em cima, embaixo, acima, abaixo, entre e do lado) e temporais (antes, durante e depois).							
Linguagem matemática. Comparação da posição dos elementos no espaço. Noções espaciais de	Explorar o ambiente da escola considerando a localização de seus elementos no espaço: dentro de, fora de, perto de, longe de, em cima de, ao lado de, na frente de, atrás de, no alto, embaixo de.	Orientação espacial.  Exploração do espaço.		X			A/T
	Participar de situações realizando comandos: dentro de, fora de, em cima de, embaixo de.	Noções espaciais.  Percepção direcional.		X			A/T

orientação e direção (dentro de, fora de, perto de, longe	Encontrar objetos ou brinquedos desejados nas situações de brincadeiras ou a partir de orientação do(a) professor(a)	Percepção espacial na relação com os objetos.		X			A/T
---	--	---	--	---	--	--	-----

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
de, embaixo de, em cima de, de um lado de, do outro, a frente de, atrás de, dentre outros). Noção temporal. Posição do corpo no espaço.	sobre a sua localização.						
	Explorar o ambiente da escola considerando a localização de si e de elementos no espaço.	Noções de direção e sentido		X			A/T
	Manipular, experimentar e explorar o espaço por meio de experiências de deslocamento de si e dos objetos.	Movimentos corporais em relação ao espaço físico.		X			A/T
	Posicionar o corpo no espaço participando de situações que envolvam circuitos onde possa subir, descer, ir para frente de e para trás de, abaixar-se e outros movimentos.	Direcionalidade/ lateralidade.		X			A/T
	Explorar o espaço por meio do corpo e dos sentidos, a fim de perceber formas e limites presentes em seu ambiente.	Orientação espacial.		X			A/T
	Perceber noções de tempo ao ouvir comandos como: agora, depois de, durante, como também em situações da rotina.	- Medidas de tempo.		X			A/T

	Identificar os momentos da rotina, ou conversar sobre os acontecimentos do dia, utilizando expressões temporais como antes de, durante e depois de.	Duração e sucessão: organização da rotina.		X			A/T
(EI01ET05) Classificar objetos, considerando determinado atributo (tamanho, peso, cor, forma etc.).							
Propriedades dos objetos. Classificação dos objetos de	Explorar as propriedades físicas e funções dos objetos.	Tamanho/ forma/ cor.					
	Agrupar os objetos por tamanho, peso, forma, cor, dentre outras possibilidades.	- Classificação /seriação /inclusão/ sequenciação/ comparação e empilhamento a partir da:		X			A/T

<b>CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES</b>							
acordo com atributos.		- forma; - cor; - quantidade; - tamanho;					
	Perceber os atributos dos objetos atentando-se à fala e demonstração do(a) professor(a): objetos leves e pesados, grandes e pequenos, de cores diferentes, dentre outros.	- Classificação /seriação /inclusão/ sequenciação/ comparação e empilhamento a partir da: - forma; - cor; - quantidade; - tamanho;		X			A/T
(EI01ET06) Utilizar conceitos básicos de tempo (agora, antes, durante, depois, ontem, hoje, amanhã, lento, rápido, depressa, devagar).							

Noções de tempo. Transformações na natureza: dia e noite. Linguagem matemática.	Participar de situações em que o(a) professor(a) relaciona noções de tempo a seus ritmos biológicos, para perceber a sequência temporal em sua rotina diária: alimentar-se, brincar, descansar, tomar banho.	Atividades do cotidiano (rotina).		X			A/T
	Experimentar diferentes níveis de velocidades em brincadeiras.	Brincadeiras de diferentes ritmos e velocidades.		X			A/T
	Observar situações da rotina diária e experiências diversas relacionando as transformações e a passagem de tempo.	Sucessão e duração.		X			A/T
	Compreender o agora e o depois nos diferentes momentos do cotidiano de seu grupo.	Conceitos básicos de tempo.		X			A/T
<b>CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES</b>							
	Observar o céu, astros, estrelas e seus movimentos (dia e noite), para que percebam a passagem do tempo.	Noções de astronomia: - movimentos da terra; - sol (fonte de luz e calor); - sistema solar; - luz/ sombra (claro/escuro)		X			3º
(EI01ET07) Contar oralmente objetos, pessoas, livros etc., em contextos diversos.							
Contagem oral. Sistema de numeração	Participar de brincadeiras que envolvam sequência numérica.	Noções de quantidade. Números e operações.		X			2º



decimal. Identificação e utilização dos números no contexto social. Linguagem matemática.	Ter contato com números e contagem em situações contextualizadas e significativas.	Relações entre quantidades. Função social dos números.		X			2º
(EI01ET08) Registrar com números a quantidade de crianças (meninas e meninos, presentes e ausentes) e a quantidade de objetos da mesma natureza (bonecas, bolas, livros etc.).							
Números e quantidades. Linguagem matemática. Identificação e utilização dos números no contexto social. Representação de quantidades.	Observar contagens e registros de quantidades realizados pelo(a) professor(a).	Representação e leitura dos numerais.		X			2º
	Participar de situações de agrupamento de elementos da mesma natureza em quantidades preestabelecidas.	Agrupamentos utilizando como critério as quantidades (um, nenhum, alguns, muitos e pouco). Comparação entre o que tem a mesma quantidade (quantos a mais e quantos a menos).		X			2º

**CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES**

(EI02/03ET01) Explorar e descrever semelhanças e diferenças entre as características e propriedades dos objetos (textura, massa, tamanho).

(EI0/01ET01) Explorar e descobrir as propriedades de objetos e materiais (odor, cor, sabor, temperatura).

SABERES E CONHECIMENTOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	Conteúdos	Bebês- 0 a 1 ano	Crianças pequenas 1 ano	Crianças pequenas 2 e 3 anos	Crianças pequenas 4 e 5 anos	Trimestre
Manipulação e exploração.	Manipular objetos e brinquedos de materiais diversos, explorando suas características físicas.	Características dos objetos			X		A/T
	Observar e nomear alguns atributos dos objetos.	Funcionalidade dos objetos			X		A/T
	Misturar diferentes materiais explorando suas características físicas.	Características físicas dos materiais			X		3°
Características físicas, propriedades e utilidades dos objetos. Classificação dos objetos. Percepções.	Identificar e manusear elementos do meio natural e objetos produzidos pelo homem.	Elementos do meio natural e objetos produzidos pelo homem			X		A/T
	Organizar progressivamente brinquedos e outros materiais, comparando e descrevendo semelhanças e diferenças, realizando classificações simples.	Agrupamento			X		A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
Características físicas, utilidades, propriedades,	Explorar objetos pessoais e do meio em que vive, conhecendo suas características, propriedades e função social.	Propriedade dos objetos			X		A/T

semelhanças e diferenças entre os objetos. Organização, comparação, classificação, sequenciação e ordenação de diferentes objetos. Formas geométricas. Medidas padronizadas e não padronizadas (arbitrárias) de comprimento, massa, capacidade e tempo.	Descrever objetos em situações de exploração apontando suas características, semelhanças e diferenças.	Exploração dos objetos			X		A/T
	Observar objetos produzidos em diferentes épocas e por diferentes grupos sociais a fim de perceber as características dos mesmos.	Objetos culturais e sociais			X		A/T
	Manipular objetos e brinquedos explorando as características, propriedades e possibilidades associativas (empilhar, rolar, transvasar, encaixar).	Usos e possibilidades dos objetos			X		A/T
	Manipular, explorar, comparar, organizar, sequenciar, classificar e ordenar materiais.	Noções básicas de conceitos matemáticos			X		A/T
	Participar de jogos de montar, empilhar e encaixar, realizando construções cada vez mais complexas e orientando-se por noções espaciais.	Noções espaciais			X		A/T
	Realizar classificação em diferentes situações de acordo com critérios: capacidade, volume, cor, massa e comprimento.	Noções espaciais			X		A/T
	Observar, no meio natural e social, as formas geométricas, percebendo	Semelhanças e diferenças			X		A/T

**CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES**

	diferenças e semelhanças entre os objetos no espaço.					
	Participar de situações que envolvam os sistemas de medida de comprimento, de massa e de capacidade, utilizando medidas padronizadas e não padronizadas (arbitrárias).	Sistemas de medidas			X	3º
	Manusear as formas geométricas espaciais.	Sólidos geométricos			X	A/T
	Participar de situações e atividades que envolvam medidas de tempo (calendário e relógio) .	Sólidos geométricos			X	A/T
(EI02/03ET02) Observar, relatar e descrever incidentes do cotidiano e fenômenos naturais (luz solar, vento, chuva etc.).						
Fenômenos naturais. Elementos da natureza.	Participar de discussões mediadas pelo(a) professor(a) sobre os fenômenos naturais do cotidiano e suas alterações.	Conversação			X	A/T
	Participar de práticas coletivas percebendo elementos e fenômenos da natureza (chuva, vento, luz solar, sombra, arco-íris, nuvens, relâmpago e trovão).	Percepção			X	A/T
Tempo atmosférico. Água.	Observar e reconhecer a chuva, seu som e outras sensações características (cheiro e vibrações), bem como do fenômeno trovão e suas características.	Clima (chuvoso)			X	2º
	Conhecer a importância da água para os seres vivos.	Importancia da água			X	1º

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
	Conhecer a necessidade de cuidados com o uso da água.	Preservação da água			X		1º
Fenômenos físicos: movimento, inércia, flutuação, equilíbrio, força, magnetismo, atrito. Sistema Solar. Dia e noite. Luz e sombra. Instrumentos para observação e experimentação	Observar os fenômenos naturais por meio de diferentes recursos e/ou experiências.	Observação dos fenômenos naturais através de recursos			X		2º
	Experimentar sensações físicas táteis sobre alguns fenômenos da natureza.	Percepção Tátil			X		A/T
	Observar o céu em diferentes momentos do dia.	Noções de Astronomia			X		A/T
	Perceber os elementos e características do dia e da noite, com presença e ausência de luz e sol/lua.	Claro e Escuro			X		A/T
	Observar e relatar sobre: o vento, a chuva, a luz do sol e outros.	Características			X		A/T
	Observar sobre fenômenos naturais e físicos (movimento, inércia, flutuação, equilíbrio, força, magnetismo, atrito).	Observação			X		A/T
	Explorar o efeito da luz por meio da sua presença ou ausência (luz e sombra).	Efeito da luz			X		A/T
	Ter noções sobre os quatro elementos: terra, fogo, ar e água, de várias formas.	Noções básicas/ elementos naturais			X		A/T
Conhecer fenômenos naturais típicos de sua região.	Condições climáticas			X		A/T	

(EI02/03ET09) Conhecer animais e plantas percebendo a existência de diferentes tipos de seres vivos, seu habitat e suas características.  
(EI02/03ET03) Compartilhar, com outras crianças, situações de cuidado de plantas e animais nos espaços da instituição e fora dela.

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
Seres vivos: plantas e animais. Preservação do meio ambiente. Elementos da natureza.	Observar e nomear algumas particularidades (cobertura do corpo, alimentação, locomoção, habitat, dentre outros) dos animais.	Características dos animais			X		2º
	Participar de experiências coletivas nas quais a curiosidade sobre as plantas e os animais sejam instigadas.	Interação e curiosidade			X		A/T
	Observar o habitat de plantas em hortas e jardins, observando algumas de suas características (tamanho, comestível e não comestível, cor, odor), com apoio do(a) professor(a).	Habitat das plantas			X		2º
	Experimentar em diferentes momentos o contato com elementos naturais em hortas e jardins.	Expedição investigativa			X		2º
	Observar animais no ecossistema evidenciando conhecimentos básicos sobre suas características físicas, locomoção, alimentação e habitat.	Diversidade			X		2º

Observar a alimentação dos animais e do ser humano, com auxílio do(a) professor(a).	Alimentação			X		2º
Perceber-se enquanto parte integrante do meio ambiente.	O ser humano enquanto integrante do meio ambiente			X		A/T
Perceber os elementos da natureza explorando os espaços externos e internos da instituição escolar.	Estudo do espaço			X		2º
Conhecer alimentos saudáveis: frutas, legumes, verduras e cereais.	Alimentação Saudável			X		2º

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES						
Plantas, suas características gerais, habitat, diversidade e prevenção de acidentes. Plantas comestíveis e não comestíveis. Animais: suas características (locomoção, habitat, proteção,	Nomear algumas plantas do seu entorno, com auxílio do(o) professor(a).	Nome das plantas			X	2º
	Ajudar a cultivar e acompanhar o crescimento de algumas plantas, com auxílio do(o) professor(a).	Germinação			X	2º
	Conhecer o modo de vida de inseto (joaninha, abelha, besouro, mosquitos e outros) e animais presentes no dia a dia.	Animais de jardim			X	2º
	Identificar, pela exploração e observação, características que diferenciam os seres vivos de outros elementos e materiais de seu meio.	Características dos seres vivos e não vivos			X	2º
	Participar de situações de cuidado com o meio ambiente (preservar as plantas, não maltratar animais).	Cuidado com o meio ambiente			X	2º

alimentação) seu modo de vida. Alimentação dos seres vivos.	Exercitar a coleta e seleção do lixo produzido pela turma no ambiente da sala de aula e do espaço escolar como ação de cuidado com o meio ambiente.	Coleta seletiva do lixo			X		A/T
	Identificar alguns alimentos comestíveis usados na sua alimentação.	Identificação alimentos			X		A/T
	Conhecer algumas plantas que não servem como alimento do homem.	Alimentos tóxicos					
	Conhecer plantas, do seu entorno, que podem causar perigo quando manipulada ou colocada na boca.	Propriedade das planta			X		3º

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
Plantas, suas características e habitat. Animais, suas características, seu habitat e seu modo de vida. Animais no ecossistema: cadeia alimentar. Alimentação saudável.	Identificar as propriedades organolépticas (odor, sabor, cor e textura) das plantas.	Propriedade das planta			X		3º
	Identificar algumas plantas e seu habitat.	Habitat das plantas			X		3º
	Ter contato com plantas percebendo suas partes e funções.	Funcionalidades das plantas			X		2º
	Responsabilizar-se pelo cultivo de plantas e por seu cuidado, com auxílio do professor. (terrário, horta, jardim, árvore frutífera).	Cultivação			X		2º
	Identificar, com auxílio do(a) professor(a) algumas plantas que podem ser perigosas.	Cultivação			X		2º



Industrializados e naturais, restrições alimentares. Corpo humano: partes externas, órgãos dos sentidos e suas funções. Diferentes meios para satisfazer necessidades de sobrevivência do ser humano: comunicação,	Ter noções sobre cuidados para prevenir acidentes com plantas.	Plantas nocivas			X		2º
	Ter noções sobre cuidados para prevenir acidentes com animais.	Cuidados			X		A/T
	Identificar, com auxílio de material de apoio, alimentos naturais e industrializados.	Identificação			X		A/T
	Conhecer possíveis situações de restrição alimentar entre os colegas de turma.	Doenças alérgicas alimentares			X		A/T
	Conhecer doenças transmitidas por animais, insetos e formas de prevenção.	Palestra de prevenção			X		3º
Conhecer algumas características físicas do ser humano: o corpo humano, partes externas, órgãos dos sentidos e suas funções.	características físicas			X		A/T	

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
locomoção, habitat.	Conhecer tipos de moradias do ser humano.	Tipos de moradias do homem			X		A/T
Coleta seletiva do lixo.	Conhecer formas de locomoção do ser humano em espaços terrestres, aéreos e aquáticos.	Formas de locomoção humana: Terrestre, aérea e aquática			X		2º
Doenças transmitidas por animais e formas de prevenção.	Conhecer hábitos de higiene bucal e corporal diários, necessários à saúde do ser humano.	hábitos de higiene			X		A/T
Prevenção de acidentes com	Identificar tipos de vestuário adequados às mudanças climáticas.	Vestuário			X		3º

plantas.	Identificar o homem/mulher/criança na condição de espécie animal.	Evolução da espécie			X		1º
	Conhecer alimentos consumidos pelo homem: origem animal, vegetal e mineral.	origem dos alimentos			X		2º
	Identificar meios de comunicação utilizados pelo ser humano.	meios de comunicação			X		A/T
	Participar da construção de hortas, jardins, sementeiras, estufas e outros espaços para observação, experimentação e cuidado com as plantas.	Elementos que compõe o meio ambiente.			X		A/T
	Conhecer o processo de decomposição/compostagem de objetos e vegetais, percebendo as transformações num determinado tempo, com auxílio do professor.	Processo de decomposição			X		2º
	Participar de situações de cuidado com o meio ambiente: cuidado com plantas e com animais, separação de lixo, economia de água e outros.	Zelo pela natureza			X		A/T

**CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES**

(EI02/03ET04) Identificar relações espaciais (dentro e fora, em cima, embaixo, acima, abaixo, entre e do lado) e temporais (antes, durante e depois).

<p>Percepção do entorno. Espaço físico e objetos. Comparação dos elementos no espaço. Noções espaciais de orientação, de direção, de proximidade, de lateralidade, de exterior e interior, de lugar e de distância. Posição dos objetos. Posição corporal. Noção temporal.</p>	<p>Movimentar-se no espaço, sob comando do professor, com indicações de ação: descer, andar para frente, para trás, para o lado, evidenciando progressiva autonomia.</p>						
	<p>Movimentar-se no espaço, sob comando do professor, com indicações de ação: rápido, devagar, mais rápido, mais lento, evidenciando progressiva autonomia.</p>	Reprodução do movimento			X		A/T
	<p>Movimentar-se no espaço, sob comando do professor, com indicações de ação: dentro de, fora de, em cima de, embaixo de, por baixo de, ao lado de, perto de, longe de, evidenciando progressiva autonomia.</p>	Velocidade			X		A/T
	<p>Conhecer os diferentes ambientes da escola por meio de explorações que promovam a identificação de relações espaciais.</p>	Estudo do espaço			X		A/T
	<p>Encontrar objetos ou brinquedos em situações de brincadeiras orientadas ou a partir de comandos do(a) professor(a) sobre a sua localização.</p>	Localização do objeto			X		A/T
	<p>Identificar os momentos da rotina utilizando expressões temporais como antes de, durante e depois</p>	Percepção temporal de duração			X		A/T

de.							
-----	--	--	--	--	--	--	--

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
Linguagem matemática. Noções espaciais de orientação, de direção, de proximidade, de lateralidade, de exterior e de interior, de lugar e de distância. Noção temporal.	Explorar o espaço por meio do corpo e dos sentidos, a fim de perceber elementos presentes em seu ambiente que limitam e orientam a circulação, com mediação do professor.	Exploração do corpo no espaço			X		A/T
	Explorar o espaço por meio de experiências de deslocamento de si e dos objetos, considerando obstáculos, com progressiva autonomia.	Experiência de deslocamento			X		A/T
	Posicionar o corpo no espaço a partir de orientações.	Compreensão temporal dos comandos			X		A/T
	Participar de situações cotidianas, com progressiva compreensão, sobre noções de tempo em comandos como agora, depois de e durante.	Espaço interno e externo			X		A/T
	Explorar o espaço escolar e do entorno, identificando a localização de seus elementos.	-Espaço interno e externo			X		A/T
	Participar de situações diversas dentro e fora da sala que envolvam as noções topológicas.	Propriedades do espaço: representação cartográfica			X		A/T

Utilizar expressões temporais como antes, durante e depois, em situações de conversa ou relatos do cotidiano.	Tempo histórico			X		A/T
Evidenciar compreensão e autonomia sobre a passagem do tempo por meio do entendimento de comandos como progressiva	Deslocamento no espaço			X		A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES						
	agora, depois e durante, em situações rotineiras ou do cotidiano.					
	Deslocar-se no espaço/ambiente da escola considerando a localização de si e de elementos no espaço, obedecendo a comandos e com progressiva autonomia.	Deslocamento no espaço			X	A/T
(EI02/03ET05) Classificar objetos, considerando determinado atributo (tamanho, peso, cor, forma etc.).						
Propriedades e funções dos objetos. Semelhanças e diferenças entre elementos. Capacidade,	Conhecer as características, propriedades e função social dos objetos pessoais e do meio em que vive.	Características			X	A/T
	Comparar objetos seguindo critérios: de capacidade, comprimento, massa, cor, forma, textura, dentre outros, com progressiva autonomia.	comparação			X	A/T

comprimento, massa, forma e posição dos objetos. Medidas padronizadas e não padronizadas de comprimento, capacidade e massa. Medida de valor.	Agrupar os objetos, seguindo critérios mediados pelo(a) professor(a): comprimento, capacidade, cor, massa, forma, posição, dentre outras possibilidades.	Agrupamento			X		A/T
	Comparar, organizar e classificar os objetos seguindo alguns critérios estabelecidos, como cor, forma, massa, comprimento, volume, material, uso etc.	comparação			X		A/T
	Separar objetos e materiais considerando os usos, a cor, a textura e/ou material utilizado, realizando agrupamentos	Classificação			X		A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
Linguagem matemática.	respeitando os critérios indicados pelo(a) professor(a).						
	Explorar os sólidos geométricos, observando a superfície plana (não rolam) e curva (que rolam), com auxílio do(a) professor(a).	Noções de geometria			X		A/T
	Conhecer instrumentos de medida de massa padronizada e não padronizada.	Medidas de massa			X		A/T
	Conhecer instrumentos de medida de comprimento padronizadas e não padronizadas.	Medidas de dimensões			X		A/T

Conhecer instrumentos de medida de capacidade padronizada e não padronizadas.	Medidas de capacidade			X		A/T
Conhecer a medida de valor: cédulas e moedas.	Sistema monetário			X		3º
Explorar os atributos de diferentes objetos para selecioná-los e agrupá-los, seguindo um ou mais critérios.	Relação entre as quantidades			X		A/T
Estabelecer relações de capacidade: cheio/vazio, o que tem mais, o que tem menos, metade, pouco/muito.	Relações de capacidade			X		A/T
Estabelecer relações de comprimento: comprido/curto; alto/baixo; mesma altura, mesmo tamanho, grande/pequeno, maior/menor, largo/estrito, grosso/fino.	Relações de comprimento			X		A/T
Estabelecer relações de massa: leve/pesado; mais leve/mais pesado.	Relações de massa			X		2º

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES						
	Utilizar as medidas arbitrárias em situações problemas (colher, xícara, concha, copo, garrafa etc.).	Medidas arbitrárias			X	3º
(EI02/03ET06) Utilizar conceitos básicos de tempo (agora, antes, durante, depois, ontem, hoje, amanhã, lento, rápido, depressa, devagar).						

<p>Noções de tempo. Transformações na natureza: dia e noite. Linguagem matemática. Sequência temporal.</p>	<p>Experimentar diferentes níveis de velocidade em brincadeiras e movimentos (lento, rápido).</p>	<p>Percepção temporal de velocidade</p>			X		A/T
	<p>Perceber a importância do tempo para esperar o preparo de alimentos ou até a secagem de materiais para uso em sala (cola, tinta, por exemplo).</p>	<p>duração e sucessão</p>			X		A/T
	<p>Observar o céu, astros, estrelas e seus movimentos (dia e noite), percebendo a passagem do tempo, com auxílio do professor.</p>	<p>duração e sucessão</p>			X		2º
	<p>Participar de situações de organização e registro da rotina diária, utilizando os conceitos básicos de tempo.</p>	<p>-Rotina diária</p>			X		A/T
	<p>Ter noções sobre o agora e o depois nos diferentes momentos do cotidiano de seu grupo construindo referências para apoiar sua percepção do tempo.</p>	<p>Noções de simultaneidade</p>			X		2º
	<p>Explorar diferentes instrumentos de nossa cultura que usam número, grandezas e medidas de tempo, em contextos significativos, como: calendário, relógio e ampulheta.</p>	<p>Medida padrão</p>			X		2º

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES



	Vivenciar situações em que o adulto relaciona noções de tempo a seus ritmos biológicos, para perceber a sequência temporal em sua rotina diária: alimentar-se, brincar, descansar, tomar banho e escovar os dentes.	Marcação do tempo			X		A/T
	Ter noções de tempo: agora, depois de, antes de, amanhã, ontem, hoje, depressa, devagar, lento, rápido por meio de atividades que estimulem a percepção.	Marcação do tempo			X		A/T
Recursos culturais e tecnológicos de medida de tempo. Sequência temporal nas narrativas orais e registros gráficos.	Envolver-se na rotina da sala de aula observando a sequência dos fatos de modo a adquirir maior independência, autonomia e atuar de forma a prever as próximas ações.	Organização do tempo no espaço			X		A/T
	Ter noções de tempo e relacionar a seus ritmos biológicos percebendo a sequência temporal em sua rotina diária.	tempo cronológico			X		A/T
	Conhecer conceitos básicos de tempo em situações do dia a dia.	Conceitos de tempo			X		2°
(EI02/03ET07) Contar oralmente objetos, pessoas, livros etc., em contextos diversos. (EI02/03ET08) Registrar com números a quantidade de crianças (meninas e meninos, presentes e ausentes) e a quantidade de objetos da mesma natureza (bonecas, bolas, livros etc.).							
Contagem oral. Sistema de numeração	Perceber os números em diferentes objetos da nossa cultura e em contextos significativos.	Percepção numérica			X		2°

decimal. Identificação e utilização dos	Perceber o uso da contagem por meio de diferentes atividades realizadas oralmente pela	Noções de quantificação			X		A/T
---	--	-------------------------	--	--	---	--	-----

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
números no contexto social. Sequência numérica.	professora, estabelecendo noções de quantificação, realizando comparações.						
Números e quantidades. Linguagem matemática. Representação de quantidades.	Explorar a possibilidade de agrupamento de elementos da mesma natureza em quantidades preestabelecidas.	Classificação			X		A/T
Relação objeto/quantidade (ideia de correspondência). Agrupamento dos elementos. Correspondência biunívoca. Classificação.	Participar de brincadeiras que envolvam a recitação da sequência numérica por meio de cantigas, rimas, parlendas ou amarelinha.	Números na ludicidade			X		A/T
	Manipular e explorar objetos, brinquedos em situações cotidianas estabelecendo correspondência biunívoca.	Ideia de correspondência			X		A/T
	Usar a contagem em situações de manipulação de materiais, conduzidas pelo(a) professor(a).	Números e quantidades			X		2º
	Realizar contagem oral durante brincadeiras, mesmo que de forma desordenada.	Contagem Oral			X		A/T

	Manipular, explorar, organizar brinquedos e outros materiais em agrupamentos de até 5 elementos e ir aumentando gradativamente.	Agrupamentos de objetos diversos			X		3°
	Participar de atividades que envolvam o registro de quantidades de forma não convencional em	Registro de quantidades			X		A/T
<b>CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES</b>							
	jogos, brincadeiras e situações do cotidiano.						
	Participar de atividades oralmente, envolvendo a sequência numérica.	Sequência numérica na oralidade			X		3°
Relação número/quantidade. Comparação. Representação de quantidades de forma convencional ou não convencional. Agrupamento de quantidades. Comparação entre quantidades: menos, mais,	Contar objetos, brinquedos e alimentos e dividir entre os colegas.	Cantagem de diferentes objetos			X		3°
	Comparar quantidades de brinquedos ou objetos, identificando se há mais, menos ou a quantidade é igual.	Comparação de objetos quantidades			X		3°
	Manipular, explorar, organizar brinquedos e outros materiais em agrupamentos, realizando a contagem.	Contagem			X		3°
	Explorar os números e seus usos sociais em situações do dia a dia (refere-se ao código, à quantidade, à medida, à ordenação).	Uso social dos números			X		3°
	Observar os números no contexto social escolar.	numeral			X		A/T

igual. Registros gráficos. Noções básicas de divisão e multiplicação.	Participar de situações que envolvam o registro de quantidades de forma convencional em jogos, brincadeiras e situações do cotidiano, por meio de desenhos e outros símbolos até 5.	Registro de quantidades			X		3°
	Agrupar e/ou separar objetos em quantidades iguais, seguindo orientações do(a) professor(a).	Elementos da matemática			X		A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
(EI04/05ET01) Estabelecer relações de comparação entre objetos, observando suas propriedades.							
SABERES E CONHECIMENTOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	Conteúdos	Bebês - 0 a 1 ano	Crianças pequenas 1 ano	Crianças pequenas 2 e 3 anos	Crianças pequenas 4 e 5 anos	Trimestre
Manipulação, exploração e organização de objetos. Características físicas, propriedades e utilidades dos	Identificar objetos pessoais e do meio em que vive conhecendo suas características, propriedades e função social.	Classificação				X	A/T
	Manipular objetos e brinquedos explorando características e propriedades (empilhar, rolar, transvasar, encaixar).	Empilhamento: junção/separação, encaixe / desencaixe, abrir / fechar, empurrar, enfileirar objetos.				X	A/T

objetos. Coleções: agrupamento de objetos por semelhança. Organização, comparação, classificação, sequenciação e ordenação de	Conhecer as características das grandezas de objetos (grande/pequeno, comprido/curto etc.) ao falar sobre eles.	Comparação de grandezas.				X	A/T
	Observar e identificar no meio natural e social as formas geométricas, percebendo diferenças e semelhanças.	Semelhanças e diferenças entre os objetos culturais e as formas encontradas na natureza.				X	A/T
	Abrir, contar e contornar todas as faces de um sólido geométrico.	Manipulação de sólido geométrico.				X	3º

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
diferentes objetos. Sólidos geométricos. Planificação. Formas geométricas planas. Propriedades associativas. Medidas padronizadas e não padronizadas de comprimento, massa, capacidade e							
	Comparar, classificar, ordenar, seriar e sequenciar os objetos seguindo alguns critérios, como cor, forma, textura, capacidade, massa, comprimento, função, dentre outros, mediados pelo professor.	Formas geométricas: quadrado, triângulo, retângulo, círculo: Formas da natureza, abstraídas do tridimensional/bidimensional.				X	3º
	Conhecer e utilizar instrumentos de medida de massa, capacidade e comprimento.	Planificação dos sólidos geométricos				X	3º
	Reconhecer e nomear as figuras geométricas planas: triângulo, círculo, quadrado, retângulo.	Objetos que rolam e que não rolam.				X	3º
	Utilizar diferentes critérios para comparar objetos.	Medidas arbitrárias (pé, palmo, braço, entre outros).				X	3º

tempo.	Estabelecer relações entre os sólidos geométricos e os objetos presentes no seu ambiente.	Sólidos geométricos				X	3º
	Comparar comprimento, massa e capacidade, estabelecendo relações.	Necessidade da medida padrão (metro, litro, kg).				X	3º
(EI04/05ET02) Observar e descrever mudanças em diferentes materiais, resultantes de ações sobre eles, em experimentos envolvendo fenômenos naturais e artificiais.							
	Observar e descrever algumas características e semelhanças frente aos fenômenos da natureza.	Ontem, hoje e amanhã enquanto tempo histórico. Exploração: características				X	2º

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
Relação espaço-temporal. Fenômenos da natureza e suas relações com a vida humana. Fenômenos físicos: movimento, inércia, flutuação, equilíbrio, força, magnetismo e	Identificar os elementos (fogo, ar, água e terra) enquanto produtores de fenômenos da natureza	Chuva, seca, temporal, granizo e geada.				X	2º
	Conhecer a ação dos elementos da natureza na vida humana (chuva, seca, frio e calor).	Estações do ano. Clima quente, frio				X	2º
	Identificar os elementos e características do dia e da noite.	Sol: fonte de luz e calor – vida.				X	2º
	Acompanhar e conhecer, com auxílio do professor, os resultados alcançados a partir da mistura de diferentes produtos/materiais ou em receitas simples.	Movimentos da terra ( dia- noite).				X	A/T

atrito. Fenômenos naturais: luz solar, vento, chuva. Sistema Solar. Dia e noite. Luz /sombra. Elementos da natureza: terra, fogo, ar e água. Diferentes fontes de pesquisa. Fenômenos químicos: produção,	Estabelecer relações de causa e efeito dos fenômenos da natureza, levantando hipóteses com auxílio do(a) professor(a).	Outros corpos celestes ( lua, estrelas). Construção gradativa do calendário.					X	A/T
	Identificar algumas consequências dos fenômenos da natureza na vida das pessoas.	Mudanças climáticas;					X	A/T
	Experimentar situações que comprovem a existência dos fenômenos físicos: movimento, inércia, flutuação, equilíbrio, força, magnetismo e atrito.	Aumentamento da temperatura global;					X	A/T
	Conhecer o efeito da luz por meio da sua presença ou ausência (luz e sombra).	Poluição;  Preservação;					X	3°

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES								
mistura e transformação.								
(EI04/05ET03) Identificar e selecionar fontes de informações, para responder a questões sobre a natureza, seus fenômenos e sua conservação.								
Elementos da paisagem:	Conhecer os elementos que compõem a paisagem de diversos percursos e suas modificações.	Paisagem natural e cultural;					X	A/T

naturais e construídos pela humanidade.	Participar de situações de cuidado com o meio ambiente.	Preservação e devastação do meio ambiente;				X	A/T
Formas de organização da cidade: bairros, ruas, becos, avenidas.	Praticar a separação de materiais para fins de reciclagem, conforme sua destinação.						
	Participar de ações de preservação de plantas e de cuidados com animais, sob sua responsabilidade.	Relações de interdependência entre os elementos que constituem o meio ambiente.				X	A/T
Coleta seletiva de lixo.	Perceber que os seres vivos possuem um ciclo de vida, reconhecendo as diferentes fases.	Vegetais e suas características: habitat e partes das plantas				X	A/T
Preservação do meio ambiente.	Ter contato com as partes das plantas e suas funções.	Partes das plantas e suas funções				X	2°
Elementos da natureza.	Conhecer espécies e/ou raças de animais usadas como guias ou em situações para ajudar as pessoas.	Características (locomção, proteção, alimentação, habitat, higiene e prevenção de acidentes).				X	A/T
Transformação da natureza.	Identificar, com auxílio do(a) professor(a), as principais doenças transmitidas por animais e formas de prevenção.	Doenças transmitidas por animais cuidadas como animais				X	3°

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
Seres vivos: ciclos e fases	Exercitar hábitos diários de cuidado com a higiene do corpo.	Higiene com o corpo				X	1°



da vida. Plantas, suas características e habitat.	Conhecer os diferentes meios de satisfazer as necessidades do ser humano: comunicar-se, mover-se, alimentar-se e repousar.	Alimentação saudável: - alimentos naturais/ orgânicos e industrializados; - Hábitos alimentares; - Necessidades nutricionais - Origem dos alimentos;				X	A/T
Animais, suas características, seus modos de vida, alimentação e habitat.	Identificar cuidados em situações de restrição alimentar.	Higiene dos alimentos; - conservação;				X	A/T
Animais no ecossistema: cadeia alimentar.	Conhecer a origem de alguns alimentos: animal, vegetal e mineral.	Origem dos alimentos				X	2°
	Conhecer alimentos industrializados e naturais.	Indústrias alimentícias				X	2°
	Reconhecer alimentos saudáveis.	Alimentação saudável				X	3°
Uso dos animais em situações específicas: guia e em terapias.	Conhecer os meios utilizados pelo homem para comunicar-se com as outras pessoas.	Meios de comunicação e transformação ao longo do tempo.				X	A/T
	Conhecer os diferentes tipos de transporte e seus usos pelo homem.	Meios de transporte;  Espaços de circulação				X	A/T
Doenças transmitidas por animais e	Conhecer e identificar as características e importância dos meios de transporte para circulação de pessoas e mercadorias.	Ação do homem na transformação dos espaços;				X	A/T

**CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES**

formas de prevenção.	Conhecer os diferentes tipos de moradia que atendem as necessidades humanas.	Habitação;				X	A/T
O ser humano e suas características: o corpo humano; os órgãos dos sentidos e as sensações; higiene do corpo humano.	Conhecer os estados físicos da água, com auxílio do(a) professor(a), realizando a observação dos fenômenos físicos em experiências realizadas no espaço escolar.	- Impotânica da água para os seres vivos;  Estados físicos;				X	A/T
	Conhecer os cuidados básicos para ajudar na preservação da água.	Poluição e cuidados com a água;				X	1º
Diferentes meios para satisfazer necessidades e sobrevivência do ser humano: comunicação, locomoção, alimentação e habitat.	Conhecer os diferentes usos do solo pelo homem e demais seres vivos.	Solo: - Nomeação; - Identificação; - Poluição e contaminação; - Conservação e preservação;				X	2º
	Identificar, com auxílio do(a) professor(a) algumas das principais causas da poluição do solo.	Solo: poluição do solo				X	2º
Alimentação saudável:	Conhecer cuidados básicos para ajudar na preservação do solo.	Solo: preservação do solo				X	2º
	Conhecer a importância do ar para os seres vivos animais e vegetais.	Ar: importância do ar para os seres vivos				X	2º

origem dos alimentos, alimentos industrializados e naturais,	Identificar, com auxílio do(a) professor(a), algumas das principais causas da poluição do ar.	Ar: poluição do ar - Clima; - Mudanças climáticas; ;				X	3º
--	---	---	--	--	--	---	----

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
restrições alimentares e higiene dos alimentos.	Identificar cuidados básicos para ajudar na preservação da qualidade do ar.	- Aumento da temperatura global; - Poluição; - Preservação;				X	3º
Saúde e qualidade de vida.	Perceber as variações de temperatura do ambiente: clima quente e frio.	Vegetais e suas características: - Habitat;				X	2º
Elementos da natureza: ar, água, fogo e solo.	Reconhecer plantas pelas suas principais características.	Partes das plantas; - Preservação; - Prevenção de acidentes;				X	2º
Importância da água para os seres vivos.	Identificar plantas considerando seu habitat.	Habitat das plantas				X	3º
Estados físicos da água.	Identificar frutas, verduras, legumes e cereais.	Alimentos naturais/ orgânicos e industrializados; - Origem dos alimentos;				X	3º
Poluição e cuidados com a	Exercitar a responsabilidade pelo cultivo e cuidado de plantas.	Cuidado com as plantas e Cultivo de plantas				X	3º
	Associar algumas espécies animais ao local em que vivem (habitat).	(Habitat) local onde vivem os animais				X	3º

água.	Vivenciar momentos de cuidado com animais que não oferecem riscos.	Vovemcia com animais				X	3°
Importância do solo para os seres vivos.	Associar algumas espécies animais ao tipo de alimento que consomem.	Alimentos dos animais				X	3°
	Conhecer e nominar oralmente os órgãos dos sentidos e as sensações.	Orgão do sentido				X	2°
Poluição e cuidados com o solo.	Utilizar percepções, compreendendo os fenômenos quente, morno, frio e gelado.	Sensações e percepções (cinco sentidos);				X	2°

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
Importância do ar para os seres vivos.	Identificar, com auxílio do(a) professor(a), problemas ambientais nos lugares conhecidos.	Ação do homem na transformação dos espaços;				X	A/T
Poluição e cuidados com o ar.	Selecionar e reaproveitar o lixo produzido por si ou por sua turma, compreendendo a importância de preservar o meio ambiente.	Conservação e preservação do meio ambiente;				X	3°
Temperatura do ambiente.	Conhecer as relações entre os seres humanos e a natureza, adquirindo conhecimentos sobre as formas de transformação e utilização dos recursos naturais.	Recursos naturais				X	3°
Tempo atmosférico.	Identificar os animais por suas características físicas.	Espécie; - Alimentação, - Locomoção; - Reprodução - Prevenção de acidente;				X	A/T

Observar animais no ecossistema: modos de vida, cadeia alimentar e outras características.	Espécie; - Alimentação; - Locomoção; - Reprodução - Prevenção de acidente;				X	A/T
Identificar as principais características do corpo humano: partes e funções.	- Hábitos de higiene; - Prevenção de acidentes;				X	A/T
Conhecer cuidados básicos com a sua saúde: uso de medicamentos e	- Uso de medicamentos (vacinas, ervas medicinais); - Primeiros socorros;				X	A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES						
	vacinas, prática de atividade física e prevenção de acidentes.					
	Desenvolver ações referentes aos cuidados com o uso consciente da água.	- Conservação e preservação; - Importância da água para os seres vivos; - Poluição e cuidados com a água;				X A/T
(EI04/05ET04) Registrar observações, manipulações e medidas, usando múltiplas linguagens (desenho, registro por números ou escrita espontânea), em diferentes suportes.						
Percepção do entorno. Linguagem matemática. Comparação	Registro das observações, das manipulações e das medidas – múltiplas linguagens –, usando diferentes suportes.	Função social dos instrumentos de medidas;				X A/T
	Perceber que os números fazem parte do cotidiano das pessoas.	Linguagem matemática;				X A/T

dos elementos no espaço. Noções espaciais de orientação, de direção, de proximidade, de lateralidade, de exterior e interior, de lugar e de distância. Posição dos objetos. Posição corporal.	Estabelecer a relação de correspondência biunívoca (termo a termo) entre a quantidade de objetos de dois conjuntos.	Comparação entre o que tem a mesma quantidade, quantos a mais, quantos a menos.				X	A/T
	Explorar o espaço escolar e do entorno, fazendo registros de suas observações.	Espaço de convivência/ circulação (casa, escola, rua). - Noções de distância: - perto/ longe, próximo/distante, tamanho, altura, largura, espessura;				X	A/T
	Utilizar representações de espaços vivenciados para localizar objetos ou espaços/locais.	Representação de espaços				X	A/T
	Participar de situações que envolvam a medição da altura de si e de outras	Medidas de comprimento: - Necessidades da medida padrão (metro);				X	2°

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
Noção temporal.	crianças, por meio de fitas métricas e outros recursos.						
Organização de dados e informações em suas representações visuais.	Registrar suas constatações e/ou da turma resultantes das observações, manipulações e medidas.	Manipulação de objetos, mediadas arbitrárias				X	2°
Representação	Utilizar ferramentas de medidas não padronizadas, como os pés, as mãos e pequenos objetos de uso cotidiano em suas brincadeiras, construções ou criações.	Medidas arbitrárias ( pitadas, xícara, punhado, colher, conha, plamo, pé, braço);				X	A/T

de quantidades. Medidas padronizadas e não padronizadas de comprimento, massa, capacidade e tempo. Fenômenos químicos: mistura de tintas para a produção de cores secundárias.	Conhecer os estados físicos da água e registrar suas transformações em diferentes contextos.	Estado físico da água. Poluição e contaminação. Conservação e preservação. Consumo. Ciclo da água.				X	1º
	Registrar suas constatações e/ou da turma em diferentes suportes, utilizando desenhos e/ou tentativas de escrita.	Função social dos números; Leitura de numerias e registro de quantidade( por desenhos);				X	A/T
	Reconhecer pontos de referência de acordo com as noções de proximidade, interioridade e direcionalidade comunicando-se oralmente e representando com desenhos ou outras composições, a sua posição, a posição de pessoas e objetos no espaço.	Comparação entre o que tem a mesma quantidade, quantos a mais, quantos a menos.				X	A/T
	Registrar suas constatações e/ou da turma em diferentes suportes, utilizando desenhos e tentativa de escrita do numeral.	- Exploração dos objetos que envolvam a criança a partir de um ponto de referência;				X	A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES

Mudanças nos estados físicos da matéria. Correspondência biunívoca.	Registrar de forma espontânea e orientada pelo(a) professor(a) os experimentos com uso de medidas, padronizadas ou não, de massa, comprimento, capacidade e tempo.	Leve/pesado, mais leve, mais pesado (uso da balança); - Necessidades da medida padrão (metro); - Medida padrão (litro) como necessidade; - Medida padrão (hora) com necessidade;				X	A/T
	Fazer registros espontâneos sobre as observações realizadas em momentos de manipulação de objetos e materiais, identificando as transformações.	- Construção de rotinas: sequências de atividades que são realizadas.				X	A/T
	Observar as transformações produzidas nos alimentos em decorrência do preparo ou cozimento, fazendo registros espontâneos.	Necessidades nutricionais;				X	A/T
	Registrar suas observações e descobertas, fazendo-se entender, escolhendo linguagens e suportes mais eficientes a partir de sua intenção comunicativa, com auxílio do(a) professor(a).	Tratamento de informações (gráficos e tabelas)				X	3º
	Participar da organização de dados e informações em representações visuais: registro das rotinas, alterações do clima, passagem do tempo em calendário.	Rotina como ponto de referência do tempo; - Construção gradativa do calendário				X	A/T



(EI04/05ET05) Classificar objetos e figuras de acordo com suas semelhanças e diferenças.

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES						
<p>Propriedades e funções dos objetos. Semelhanças e diferenças entre elementos. Classificação e agrupamento dos objetos de acordo com atributos. Tamanho, peso, forma, textura e posição dos objetos. Medidas padronizadas e não padronizadas de comprimento, massa, capacidade/</p>	<p>Agrupar objetos e/ou figuras a partir de observações, manuseios e comparações de suas propriedades: cor, textura, comprimento, volume, forma e massa, uso social, semelhanças e diferenças.</p>	<p>Principais funções sociais do número: contar, codificar, medir, ordenar.</p>			X	A/T
	<p>Organizar os objetos no espaço de acordo com suas características, observando direção e sentido, posição e grandeza.</p>	<p>Noções de grandezas: - Grande/pequeno, maior/menor, comprido/curto, alto/baixo, largo/estrito, grosso/fino, mesma altura, mesmo tamanho.</p>			X	A/T
	<p>Conhecer instrumentos de medida padronizada e não padronizada de comprimento, massa e capacidade.</p>	<p>Necessidade da medida padrão (metro)</p>			X	1 <sup>o</sup> /2 <sup>o</sup>
	<p>Explorar unidades de medidas não convencionais (sacos com alimentos, saco de areia, garrafas com líquidos ou outros) para comparar elementos e estabelecer relações entre leve e pesado.</p>	<p>Necessidade da medida padrão (litro)</p>			X	1 <sup>o</sup> /2 <sup>o</sup>

volume e valor. Linguagem matemática.  Medida de valor: sistema	Utilizar unidades de medidas não convencionais (garrafas, xícaras, copos, colheres ou outros) para comparar elementos estabelecendo relações entre cheio e vazio.	- Necessidade da medida padrão (grama)				X	1º/2º
--	---	--	--	--	--	---	-------

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
monetário brasileiro.	Explorar o espaço comparando objetos, formas e dimensões.	Semelhanças e diferenças entre os objetos culturais e as formas encontradas na natureza.				X	A/T
	Conhecer a medida de valor: cédulas e moedas, em simulações orientadas, percebendo seu uso social (trocas).	Função social do dinheiro (cédulas e moedas).				X	3º
	Identificar e nomear os atributos dos objetos destacando semelhanças e diferenças.	Plano: bidimensional e tridimensional.				X	3º
	Vivenciar situações que envolvam o uso de instrumentos padronizados de medida de comprimento, massa e capacidade, realizando comparações.	Necessidade da medida padrão (metro)  Necessidade da medida padrão (litro)  Necessidade da medida padrão (grama)				X	1º/2º
(EI04/05ET09) Utilizar conceitos básicos de tempo (agora, antes, durante, depois, ontem, hoje, amanhã, lento, rápido, depressa, devagar, já, mais tarde, daqui a pouco, (acréscimo) velho/novo, dias da semana.							

Noções de tempo. Transformações na natureza: sequência temporal, dia e noite.	Perceber a importância da passagem do tempo para esperar o preparo de alimentos ou até a secagem de materiais para uso em sala (cola, tinta, por exemplo).	Duração e sucessão: marcação de pequenos intervalos de tempo;				X	AT
Linguagem matemática.	Observar o céu, astros, estrelas e seus movimentos (dia e noite), percebendo a passagem do tempo, com auxílio do(a) professor(a).	Dia e noite, ontem, hoje, manhã, tarde, semana, mês e ano.				X	A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
Recursos culturais e tecnológicos e medida de tempo.	Participar de situações de organização e registro da rotina diária utilizando os conceitos básicos de tempo.	Construção gradativa do calendário.				X	A/T
Sequência temporal nas narrativas orais e registros gráficos.	Compreender o agora e o depois nos diferentes momentos do cotidiano de seu grupo construindo referências para apoiar sua percepção do tempo.	Percepção do tempo				X	A/T
	Explorar instrumentos de medidas de tempo em contextos significativos como: calendário, relógio analógico e digital.	Utilização do relógio como indicativo de tempo e necessidade padrão hora.				X	3º

Relacionar noções de tempo a seus ritmos biológicos para perceber a sequência temporal em sua rotina diária: alimentar-se, brincar, descansar, tomar banho, frequência à escola, rituais familiares e da comunidade, dentre outros.	Rotina como ponto de referência do tempo;				X	A/T
Reconhecer, em atividades de sua rotina, os conceitos de agora e depois de, rápido e devagar, percebendo que a atividade desenvolvida por si e por seus colegas acontecem em um determinado tempo de duração.	Duração e sucessão: marcação de pequenos intervalos de tempo;				X	A/T
Observar, em atividades da sua rotina, a construção da sequência temporal: manhã/tarde, dia/noite, reconhecendo a passagem de tempo.	Dia e noite; antes, depois, agora, já, mais tarde, daqui a pouco, logo depois de				X	A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES						
Conhecer as características e regularidades do calendário, relacionando-as com a rotina diária e favorecendo a construção de noções temporais.	Construção gradativa do calendário;				X	A/T
Recontar eventos importantes em uma ordem sequencial.	Sequencia de ideias				X	A/T

(EI04/05ET06) Relatar fatos importantes sobre seu nascimento e desenvolvimento, a história dos seus familiares e da sua comunidade (tempo histórico, história - pertencimento).

Diferentes pessoas, espaços, tempos e culturas. Família. Fases do desenvolvimento humano. Os objetos, suas características, funções e transformações. Conceitos, formas e estruturas do mundo social e cultural.	Conhecer os diferentes grupos familiares e as relações de convivência.	- Composição e características				X	A/T
	Identificar aspectos importantes de sua vida: local de nascimento (cidade, hospital/outros), data, medida (peso e altura).	História do nome;				X	1º/2
	Conhecer fatos de seu desenvolvimento e escolha de seu próprio nome.	História do nome				X	1º/2
	Identificar mudanças ocorridas com a passagem do tempo (crescimento), diferenciando eventos do passado e do presente.	Relação de parentesco (pai, mãe, irmãos, tios, avós).				X	1º/2
	Conhecer as formas de vida de outras crianças ou adultos, identificando costumes, ritos, hábitos, tradições e acontecimentos	Convivência nos diversos espaços (coletivo e individual).				X	A/T

**CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES**

Noções de tempo. Sequência temporal nas	significativos do passado e do presente.						
	Conhecer celebrações e festas tradicionais da sua comunidade.	Hábitos culturais de diferentes grupos;				X	A/T

<p>narrativas orais e registros gráficos.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Conceitos básicos de tempo: agora, ontem, hoje, amanhã etc.</li> <li>• Formas de organização da cidade: bairros, ruas, praças etc.</li> <li>• História e significado do próprio nome e dos colegas.</li> <li>• Vida, família, casa, moradia, bairro e escola.</li> </ul>	<p>Conhecer os papéis desempenhados pela família e pela escola.</p>	<p>Relações sociais em diferentes grupos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Família;</li> <li>- Escola;</li> <li>- Trabalho</li> </ul>				X	A/T
	<p>Identificar aspectos da organização da família, da casa, da escola, do bairro ou outros.</p>	<p>Relações sociais em diferentes grupos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Família;</li> <li>- Escola;</li> <li>- Trabalho</li> </ul>				X	A/T
<p>(EI04/05ET07) Relacionar números às suas respectivas quantidades e identificar o antes, o depois e o entre em uma sequência.</p>							
<p>Manipulação, exploração, comparação e agrupamento de objetos.</p>	<p>Identificar os números e seus usos sociais em situações do dia a dia (refere-se ao código, à quantidade, à medida, à ordenação).</p>	<p>Classificação;</p>				X	A/T
	<p>Perceber quantidades nas situações rotineiras.</p>	<p>Correspondência biunívoca;</p>				X	A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES

<p>Contagem oral. Sequenciação de objetos e fatos de acordo com critérios. Sistema de numeração decimal. Identificação e utilização dos números no contexto social.</p> <p>Lugar e regularidade do número natural na sequência numérica. Linguagem matemática.</p> <p>Noções básicas de quantidade: muito, pouco, mais, menos, bastante, nenhum.</p> <p>Noções básicas de divisão e multiplicação.</p>	Utilizar a contagem oral nas diferentes situações do cotidiano, desenvolvendo o reconhecimento de quantidades.	Seriação;				X	A/T
	Comparar quantidades identificando se há mais, menos ou se a quantidade é igual.	Conservação;				X	A/T
	Utilizar noções básicas de quantidade: muito/pouco, mais/menos, um/nenhum/muito.	Inclusão de classes;				X	A/T
	Reconhecer posições de ordem linear como “estar entre dois”, direita/esquerda, frente/atrás.	Ordem linear				X	A/T
	Identificar o que vem antes e depois em uma sequência.	Sequencia				X	A/T
	Comparar quantidades por estimativa ou correspondência biunívoca entre a quantidade de objetos de dois conjuntos.	- Comparação;				X	A/T
	Representar e comparar quantidades em contextos diversos (desenhos, objetos, brincadeiras, jogos e outros) de forma convencional ou não convencional, ampliando progressivamente a capacidade de estabelecer correspondência entre elas.	Principais funções sociais do número: contar, codificar, medir, ordenar.				X	A/T
Ler e nomear números, usando a linguagem matemática para construir relações.	Estabelecimento de relações entre numeral e quantidades				X	A/T	

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
<p>Relação número/quantidade.</p> <p>Tratamento da informação.</p> <p>Representação de quantidades.</p> <p>Noções de cálculo e contagem como recurso para resolver problemas.</p> <p>Comparação de quantidades utilizando contagem, notação numérica em registros convencionais e não convencionais.</p> <p>Correspondência biunívoca.</p> <p>Introdução do</p>	Realizar agrupamentos utilizando diferentes possibilidades de contagem.	Agrupamentos e contagem				X	A/T
	Identificar a sequência numérica até 9, ampliando essa possibilidade.	Numeral e material concreto				X	A/T
	Elaborar hipóteses para resolução de problemas que envolvam as ideias de adição e subtração com base em materiais concretos, jogos e brincadeiras, reconhecendo essas situações em seu cotidiano.	Resolução de problemas				X	A/T
	Representar numericamente as quantidades identificadas em diferentes situações estabelecendo a relação entre número e quantidade.	Numero e quantidades				X	A/T
	Realizar agrupamentos de elementos da mesma natureza em quantidades iguais.	Ideia de tirar uma quantidade de outra (subtração);				X	A/T
	Compreender situações que envolvam as ideias de divisão (ideia de repartir) com base em materiais concretos, ilustrações, jogos e brincadeiras para o reconhecimento dessas ações em seu cotidiano.	Ideia de comparação: “completar” e “chegar”;				X	A/T



algarismo zero e seu traçado e a dezena. Conservação e inclusão.	Agrupar objetos construindo e registrando a dezena.	Ideia de juntar quantidades iguais (multiplicar);				X	A/T
	Realizar o cálculo mental através de situações simples de soma e subtração, em situações mediadas	Ideia de repartir (divisão) igualmente;				X	A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
	pelo (a) professor(a) e auxílio do material.						
	Participar de rotinas e brincadeiras que envolvam a ideia de inclusão e conservação.	Ideia de repartir como medida;				X	A/T
(EI04/05ET08) Expressar medidas (peso/ massa, altura/comprimento etc.), construindo gráficos básicos.							
Linguagem matemática. Representação de quantidades. Tratamento da informação. Representação gráfica numérica. Representação de quantidades de forma	Representar quantidades por meio de desenhos e registros gráficos.	-Representação dos símbolos nas operações;				X	A/T
	Participar de situações de resolução de problemas utilizando gráficos básicos.	Tratamento da informação: - Função social de tabelas e gráficos.				X	3º
	Comparar quantidades identificando se há mais, menos ou a quantidade é igual.	Organização de dados (com desenhos e objetos) em tabelas.				X	3º

convencional ou não convencional. Agrupamento de quantidades. Comparação entre quantidades: menos, mais, igual. Registros gráficos.	Ter contato com gráficos e tabela, organizando informações do contexto da sala de aula, com auxílio do(a) professor(a).	Gráficos e tabelas				X	3º
	Comparar quantidades em tabelas e gráfico, com auxílio do(a) professor(a).	Comparar gráficos e tabelas com materiais concreto				X	3º
	Ler gráficos coletivamente.	Gráficos				X	3º
	Construir, coletivamente, gráficos básicos.	Esboço, leitura e interpretação de gráfico (com desenho ou objetos) de barras ou colunas, realizadas coletivamente.				X	3º
Leitura e construção de gráficos. Organização de dados.						x	3º

### ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

Os ambientes da Educação Infantil precisam ser organizados para a faixa etária que atendem, de modo a proporcionar mobilidade e acessibilidade aos materiais que serão utilizados nas diferentes práticas pedagógicas, estando limpos, portanto higienizados, a fim de que possibilitem atos de ensino desde o uso do banheiro, da sala de aula, do refeitório, do parque, da horta, dos jardins e dos demais espaços de circulação e de acesso, tais como a entrada da instituição.

As criança que tem possibilidades de contato com brinquedos, jogos de montar, quebra-cabeça, jogo da memória, dentre outros, tem, ao brincar, um pensamento em ação, favorecendo o estabelecimento de relações cada vez mais complexas. Como não “sabe” contar, ela precisa, inicialmente, construir noções de “bastante, nada, muito, pouco, igual, mais, menos, maior, menor”, entre outros significados que são construídos a partir das comparações que estabelece. Essas comparações também contribuem para a construção do conhecimento lógico-matemático. Por isso, quanto mais o professor e o meio oportunizarem ações e recursos que

possibilitem investigar, observar, estabelecer relações, perceber semelhanças e diferenças, explorar, reconhecer, descrever e envolver-se, maiores serão as oportunidades de desenvolvimento. Segundo Lorenzato (2011), principalmente a partir dos quatro anos, as crianças gostam de,

Perguntar os “porquês” das coisas; dá preferência ao que conhece e não que ao que vê; inicialmente o centro continua sendo o próprio corpo, mas em seguida a criança consegue avançar, tomando como referência um objeto; apresentam dificuldades em considerar dois atributos simultaneamente; a percepção visual é mais forte que a correspondência um a um; os conceitos que envolvem tempo se apresentam como os mais difíceis para a criança; por meio de manipulação de materiais concretos, a criança já consegue adicionar e iniciar a contagem com significado. (LORENZATO, 2011, p. 5).

Ressalta-se que é por meio das experiências ou das situações do cotidiano da criança, nas experiências vividas no seu universo cultural e, sobretudo, naquelas proporcionadas pelos atos de ensino promovidos pelo (a) professor(a), que os processos mentais básicos para as aprendizagens da correspondência (ato de estabelecer a relação “um a um”); da comparação (ato de estabelecer diferenças e semelhanças) da classificação (o ato de separar por categorias de acordo com semelhanças ou diferenças); da sequenciação (ato de fazer suceder a cada elemento um outro sem considerar a ordem entre eles); da seriação (ato de ordenar uma sequência segundo um critério); da inclusão (ato de fazer abranger um conjunto por outro) e da conservação (ato de perceber que a quantidade não depende da arrumação, forma ou posição), vão corroborando para a construção do conceito de número. Assim, o trabalho com esses conceitos não se constitui momento estanque ou específico, mas se encontra presente em uma diversidade de atividades, podendo e devendo ser explorado em todos os campos de experiências e de forma simultânea.

Desde o nascimento, a criança está em contato permanente com formas, grandezas, números, medidas, contagens, os quais assumem significados na relação com as outras pessoas e com o meio. Nesse percurso, os conceitos vão sendo construídos, à medida que são exploradas as diferenças, as semelhanças, a forma, a cor, o tamanho, a temperatura, a consistência, a espessura, a textura, por meio de jogos, materiais manipulativos, brincadeiras; quanto maiores são as experiências, maiores serão as possibilidades de formação dos conceitos matemáticos. Uma vez que as noções lógico-matemáticas não se encontram no objeto, para se construir esse tipo de conhecimento, é necessário que o professor estabeleça relações com o material manipulativo de forma significativa, para que noções sejam interiorizadas. Para isso, é necessário, de acordo com Lopes e Grandó (2012),

Entender que fazer matemática é expor ideias próprias, escutar as dos outros, formular e comunicar procedimentos de resolução de problemas, formular questões, perguntar e problematizar, falar sobre experiências não realizadas ou que não deram certo, aceitar erros e analisá-los, buscar dados que faltam para resolver problemas, explorar o espaço em que ocupa, produzir imagens mentais, produzir e organizar dados, dentre outras coisas. Os conceitos matemáticos, bem como as suas diferentes

formas de registro (linguagem matemática) não são definidos por fases, ou etapas de aquisição de linguagem matemática. Acrescenta-se a isso a ideia de que um trabalho intencional do professor no sentido de possibilitar a aprendizagem matemática da criança não pode ser isolado de outras áreas do conhecimento, bem como definida por etapas e fases. (LOPES; GRANDO, 2012, p. 5).

Ao tratar e refletir com a criança sobre os usos que são feitos dos números em nossa sociedade, a fim de compreender a sua função social é preciso situar as diferentes funções que esses desempenham, tais como contar, medir, ordenar e codificar, funções que estão presentes no cotidiano, como indicar data de nascimento, o número de calçado e da roupa, a altura, o peso, a ordem de uma criança na fila, o peso de determinados alimentos, a distância, a metragem etc. À medida que se desenvolve o trabalho com os números, constata-se que alguns podem ser utilizados em operações matemáticas e outros não. Por exemplo, não somamos os números das casas ou dos calçados, números do CPF ou do RG, nem de placas de diferentes carros.

As operações, por sua vez, estão intimamente vinculadas à construção do número nas medidas, na geometria e no tratamento das informações. Assim, quando trabalhadas de forma a possibilitar o desafio, desencadeiam na criança a necessidade de buscar uma solução com os recursos de que ela dispõe. Em todas as atividades desenvolvidas, a quantidade é contada, tirada, duplicada ou dividida entre os pares; inicialmente com o auxílio do professor e registrada por ele nas diferentes formas de registro que mais tarde também poderão ser utilizadas pela criança, dentre elas, o desenho, o gesto, a escrita ou fazendo uso de um vocabulário próprio. Aos 4/5 anos, a criança já conta, relaciona, enumera, faz correspondência, forma conjuntos iguais e inicia o registro independente de pequenas quantidades.

É preciso, ainda, ensinar que medir é, essencialmente, comparar grandezas, tomando uma delas como padrão. É recomendável que se trabalhe com as medidas arbitrárias, num primeiro momento, quando o(a) aluno(a) estará estabelecendo suas primeiras relações, a partir daí, passar à compreensão das medidas padrões, àquelas convencionadas pelos homens em determinada sociedade, como forma de unificar as relações comerciais. Compreender a medida implica, em nível mental, ter adquirido a noção de conservação da quantidade, apesar das mudanças que possa acrescentar em nível perceptivo. Dessa forma, a quantidade de um líquido não varia, apesar das diferentes formas que adquire, conforme o recipiente que o contém; o “peso” de uma clara de ovo é invariável ainda que, quando batida, adquira maior volume. É preciso distinguir, em uma transformação, aquilo que varia, nesse caso, a forma ou o volume, daquilo que fica invariável, ou seja, a sua quantidade.

O trabalho pedagógico com as medidas envolve todas as situações possíveis com a criança, a partir da observação, da exploração, da comparação e da classificação, trabalhando-se as medidas padrão e arbitrárias, em situações reais. As ações que a criança já pratica na vida cotidiana, ao brincar, experimentar e testar podem, com a mediação pedagógica, resultar em apropriação do conhecimento. Ao utilizar-se de algumas medidas arbitrárias, é possível mostrar por que elas não permitem a exatidão de informações, comparando-se com a medida padrão, com a qual não existe perda, considerado que elas permitem uma conversão

exata entre si. É importante também ensinar que algumas medidas arbitrárias ainda são usadas, por exemplo, as de receitas culinárias (tais como a “pitada”). Ressalta-se, no entanto, a importância de se fazer o uso de instrumentos como: balança, metro, litro, relógio, mostrando as mudanças ao longo do tempo. Da mesma forma, cabe trabalhar a função social do dinheiro na sociedade, a cédula e a moeda como sistema monetário contemporâneo.

De todas as medidas trabalhadas, a de tempo é a que não usa a base decimal, por isso, a sua compreensão deve vir precedida das noções de temporalidade, as quais devem ser organizadas pelo professor nas rotinas que constituem as atividades no ambiente da Educação Infantil, tais como: ordenar fatos em uma sequência temporal, explorar o significado de antes e depois, identificar situações que são vivenciadas de dia e de noite, trabalhar no calendário dia e mês, entre outros aspectos. Nesse período de desenvolvimento, a criança tem ainda dificuldade de compreender o que é passado e, ao não compreendê-lo, sua percepção do conceito de futuro também não ocorre. Essa situação decorre do fato de que, dentre as medidas, a de tempo é a mais complexa, haja vista que não é possível vê-lo, ouvi-lo, saboreá-lo, cheirá-lo ou tocá-lo.

. Desse modo, no momento da alimentação no refeitório, quando esse espaço existe, é necessário que ele esteja organizado para ser um refeitório e receber as crianças em um momento de aprendizagem sobre o ato de alimentar-se. É preciso perguntar-se: Quais conteúdos de ensino e de aprendizagem estão presentes nessa rotina? Quais deles passam despercebidos? Há uma ambientação (música, informações sobre os alimentos da semana, por exemplo) adequada? Sobre os profissionais do setor? Restrições alimentares? Hábitos de higiene e regras básicas?

Ainda é oportuno destacar que, ao explorar, construir, ler e interpretar esses gráficos há muitos conceitos que, de início, pela comparação e, mais tarde, pela exploração sistemática dos conteúdos, vão sendo formados. Um exemplo disso é o da construção, com os alunos, de um gráfico que trate dos meses em que há mais aniversariantes, as suas alturas, os seus gostos por frutas, por verduras, por times de futebol, pelas origens etc. Nesse momento, muitas questões irão aparecer como: Qual o mês em que há mais crianças fazendo aniversário? Quantas a mais que...? Se..., que não veio hoje à escola, fizer aniversário no mês, igualará com qual mês? Quantas crianças fazem aniversário no 1º semestre e no 2º semestre? E muitas outras proposições poderão ser levantadas, com muitos conteúdos presentes, mesmo que o registro ainda seja de forma não convencional. O que se quer reforçar é que, ao trabalhar com a leitura e o tratamento das informações que circulam na sociedade, há um percurso a ser realizado para garantir a aprendizagem por parte dos(as) alunos(as). Ou seja, as informações, inicialmente, exploradas na oralidade, na sequência, registradas por meio de desenhos, incorporarão, gradativamente, outras formas de registro escrito, tendo como apoio o professor como escriba. Há muitas situações que merecem atenção do professor no planejamento de suas ações na educação infantil, como: a organização dos espaços e do tempo, a igualdade nas relações e o respeito às diferenças, a relação e parceria com as famílias e o direito da criança à infância, entre outras.

A vivência de experiências que reflitam sobre as noções de transformação, uma vez que é necessário proporcionar às crianças momentos de exploração de espaços, objetos, materiais e fenômenos que estão a sua volta, observando, levantando hipóteses, argumentando e estabelecendo relações com seu cotidiano.

A criança percebe o mundo físico através da experimentação pelos sentidos (visão, olfato, audição, tato e paladar). Quando ela brinca com água ou terra, explora e experimenta o que pode fazer, compreendendo o mundo ao seu redor.

Diante das possibilidades das crianças, a nossa preocupação não deve se centrar no acúmulo de conhecimentos e na elaboração de conceitos, mas no desenvolvimento da capacidade de perguntar, levantar hipóteses, explorar, experimentar, buscar informações em fontes diversas, estabelecendo relações entre elas, elaborar ideias, argumentar.

Elas gostam de perguntar o que está acontecendo (Por quê? Como? Por que a chuva cai da nuvem? Por que o gelo derrete? Por que a terra está molhada? Não precisamos responder com uma definição científica, pois as crianças estão buscando informações para entender o que estão observando. Nesse contexto, é importante que o professor utilize um novo vocabulário (Ex.: derreter, evaporar etc.) para explicar o efeito e transformação na forma, velocidade, peso e volume dos objetos.

Brincando com objetos para produzir som, fazendo sombra, produzindo tinta com plantas e terra para criar cores, fazendo um bolo, as crianças entram em contato com as transformações do mundo físico. Lembrar que as diferentes experiências proporcionadas às crianças, ao mesmo tempo em que estimulam e respondem à curiosidade delas, possibilitam também a ampliação do seu olhar, a elaboração de novas conexões e o surgimento de mais questões, resultando em aprendizagem significativa.

## **FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR**

Acompanhar as aprendizagens das crianças, realizando a observação da trajetória de cada criança e de todo o grupo – suas conquistas, avanços, possibilidades e aprendizagens. - Por meio de diversos registros, feitos em diferentes momentos tanto pelos professores quanto pelas crianças (como relatórios, fotografias, desenhos e textos).

A contagem de objetos — tesouras, brinquedos, livros etc. e de pessoas é um dos procedimentos possíveis para aprenderem a adicionar ou subtrair quantidades e requer a presença de referenciais para a consulta dos números e sua ordem, como fita métrica, quadro numérico, livros com muitas páginas para ler, as atividades exploratórias para as crianças sempre proporcionam experiências muito prazerosas em qualquer fase da infância. A integração com brinquedos estruturados e não estruturados, elementos da natureza e objetos que fazem parte do contexto social e cultural das crianças, quando são integrados às experiências vivenciadas na escola, contribuem de forma positiva para o aprendizado. Importante realizar brincadeiras relacionadas ao tempo, espaço, quantidades, relações e transformações; quantificação de pessoas e objetos; resolução de problemas; relações,

comparações e analogias (maior/mais largo, em qual cabe mais água, quais são os preferidos etc.); Ideias possíveis para explicar fenômenos cotidianos, etc.

Para garantir que as práticas pedagógicas potencializem os saberes que as crianças já trazem, é importante:

Explorar objetos de vários formatos e tamanhos, com intencionalidade, a partir de suas propriedades. Por exemplo: empilhar objetos do menor para o maior;

Resolver problemas cotidianos, como divisão de materiais, desenvolvendo noções de direção, quantidade, tempo;

Nomear partes do próprio corpo, comparar e entender as diferenças corporais entre meninos e meninas;

Observar fenômenos e elementos da natureza e reconhecer algumas características do clima: calor, chuva, claro-escuro, quente-frio.

## **TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

A transição entre essas duas etapas da Educação Básica requer muita atenção, para que haja equilíbrio entre as mudanças introduzidas, garantindo integração e continuidade dos processos de aprendizagens das crianças, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que elas estabelecem com os conhecimentos, assim como a natureza das mediações de cada etapa. Tornase necessário estabelecer estratégias de acolhimento e adaptação tanto para as crianças quanto para os docentes, de modo que a nova etapa se construa com base no que a criança sabe e é capaz de fazer, em uma perspectiva de continuidade de seu percurso educativo.

Para isso, as informações contidas em relatórios, portfólios ou outros registros que evidenciem os processos vivenciados pelas crianças ao longo de sua trajetória na Educação Infantil podem contribuir para a compreensão da história de vida escolar de cada aluno do Ensino Fundamental. Conversas ou visitas e troca de materiais entre os professores das escolas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental – Anos Iniciais também são importantes para facilitar a inserção das crianças nessa nova etapa da vida escolar. Além disso, para que as crianças superem com sucesso os desafios da transição, é indispensável um equilíbrio entre as mudanças introduzidas, a continuidade das aprendizagens e o acolhimento afetivo, de modo que a nova etapa se construa com base no que os educandos sabem e são capazes de fazer, evitando a fragmentação e a descontinuidade do trabalho pedagógico.

Nessa direção, a BNCC apresenta as sínteses das aprendizagens esperadas em cada campo de experiências, para que as crianças tenham condições favoráveis para ingressar no Ensino Fundamental. Essas sínteses devem ser compreendidas como elementos balizadores e indicadores de objetivos a ser explorados em todo o segmento da Educação Infantil, e que serão ampliados e aprofundados no Ensino Fundamental, e não como condição ou pré-requisito para o acesso ao Ensino Fundamental.

Para que a criança compreenda o processo de transição quanto ao Campo de Experiência o eu, o outro e o nós a criança deve ter assimilado os conceitos Respeitar e expressar sentimentos e emoções, atuando com progressiva autonomia emocional. Atuar em grupo e demonstrar interesse em construir novas relações, respeitando a diversidade e solidarizando-se com os outros.

## **DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS**

Os Desafios Contemporâneos buscam promover a análise, a reflexão, a difusão de ideias e o cruzamento de múltiplas perspectivas a respeito do contexto atual nos campos social, da cultura e da educação, além de propiciar a troca de experiências entre diversos agentes: formuladores de políticas públicas, empreendedores, grupos independentes, integrantes de movimentos sociais, coletivos artísticos, profissionais do campo de educação, cultura e museus, pesquisadores e intelectuais. No fazer artístico, o estudante tem possibilidades de desenvolver sua poética pessoal, esta ação investigativa o leva à reflexão, à análise crítica, a experimentações, a comparações, à imaginação, e a criar soluções (inclusive tecnológicas). Além disso, também instiga a curiosidade, a levantar hipóteses, o trabalho em equipe, o desenvolvimento do pensamento artístico, a criatividade, a percepção, dentre outros, possibilitando, assim, a resolução de problemas de ordem técnica e estética, bem como a humanização dos sentidos. Nesse sentido, as metodologias ativas objetivam alcançar e motivar o estudante, que colocado diante uma situação-problema, examina, reflete, contextualiza, pesquisa e ressignifica suas descobertas. Sendo um recurso didático de grande importância, as metodologias ativas podem favorecer, de forma significativa e eficaz, o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando ao aluno um papel protagonista na produção de seu conhecimento.

Com isso, o respeito a estas manifestações artísticas culturais e ao patrimônio cultural torna-se possível, pois, durante o conhecimento e a valorização destas, o respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas se evidencia, possibilitando a apropriação de conhecimentos artísticos e estéticos.

## **CULTURA E HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA**

De acordo com a Lei Nº. 10.639/03 que altera a LDB 9394/96, a Lei 11.645/08 e o parágrafo único art. 2º da Deliberação do Conselho Estadual de Educação do Paraná, o qual indica que: Ao tratar da história da África e da presença do negro (pretos e pardos) no Brasil, os professores precisam fazer abordagens positivas sempre na perspectiva de contribuir para que o aluno afro descendente se identifique e valorize a história de seu povo, a cultura de matriz africana, e as contribuições para o país e humanidade. Durante a educação infantil as crianças já começam a conhecer seu corpo, as diferenças e semelhanças entre os colegas do grupo, escolhem com quem brincar e se relacionar na escola, tem suas preferências por brinquedos, e, no entanto é



fundamental que o educador trabalhe em sala de aula questões sobre diferença e em especial as relacionadas ao pertencimento racial, não só com as crianças, mas com as famílias e comunidade. (CEERT,2011).

Diante disso, Trinidad(2011), reforça que a Educação Infantil é o primeiro recinto institucionalizado a que a criança tem acesso, isso significa que ela passa a conviver em novos coletivos e, por isso, precisa ter oportunidade para aprender as regras para essa convivência pautada no respeito por si e pelo outro.

Logo, as diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil ressalta :

Art. 7º Na observância destas Diretrizes, a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve garantir que elas cumpram plenamente sua função sociopolítica e pedagógica:

- I - oferecendo condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais;
- II - assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias;
- III - possibilitando tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto à ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas;
- IV - promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância;
- V - construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa.

Assim sendo e de acordo com o Plano Nacional de Implementação da Lei nº 10.639/2003,

O papel da educação infantil é significativo para o desenvolvimento humano, a formação da personalidade, a construção da inteligência e a aprendizagem. Os espaços coletivos educacionais, nos primeiros anos de vida, são espaços privilegiados para promover a eliminação de qualquer forma de preconceito, racismo e discriminação, fazendo com que as crianças, desde muito pequenas compreendam e se envolvam conscientemente em ações que conheçam, reconheçam e valorizem a importância dos diferentes grupos étnico raciais para a história e cultura brasileiras. (Brasil. MEC, 2003).

No entanto, segundo Eliane Cavalleiro (2003), A Pré escola oferece uma quantidade muito ínfima de ações que levam a entender a aceitação positiva e valorizada das crianças negras no seu cotidiano, o que ameaça a convivência em pleno processo de socialização, ressalta que se torna difícil não perguntar por que o professor se omite em relação ao problema étnico. Silenciar essa realidade não apaga magicamente as diferenças. Permite, porém, que cada um construa a seu modo, um entendimento do outro que lhe é diferente. Diante disso, o papel da professora na educação infantil é importantíssimo, cabe à realização de práticas pedagógicas que objetivem ampliar o universo sociocultural das crianças e introduzi-las em um contexto no qual o educar e o cuidar não omitam a diversidade. Acrescido a isso, Eliane Cavalleiro (2003) nos diz que tal prática pode agir preventivamente no sentido

de evitar que pensamentos preconceituosos e práticas discriminatórias sejam interiorizados e cristalizados pelas crianças, num período em que elas se encontram sensíveis às influências externas, cujas marcas podem determinar sérias consequências para a vida adulta.

Logo, desde muito cedo podemos aprender e conhecer diferentes realidades e compreender que a experiência social do mundo é muito maior do que a nossa experiência local, e que este mesmo mundo é constituído e formado por civilizações, histórias, grupos sociais e etnias ou raças diversas. É também bem cedo em sua formação que as crianças podem ser reeducadas a lidar com os preconceitos aprendidos no ambiente familiar e nas relações sociais mais amplas. Educar para a igualdade racial é tarefa urgente e imprescindível para a construção da sociedade de amanhã. ( História e Cultura Africana e Afro-Brasileira na Educação Infantil, 2014) A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeito de direitos civis, humanos e sociais garantidos na constituição e nas leis. A escola de Educação Infantil por ser um espaço social está aberta a diversidade e deve abordar de uma forma lúdica dando oportunidades para que as crianças possam lidar com as emoções reorganizando seus pensamentos através do faz de conta.

Reconhecer a sua própria identidade para que valorize a sua imagem e a do outro desenvolvendo valores básicos e valorizando a diversidade racial.

- Reconhecer a sua identidade e ter uma imagem positiva de autoconfiança;
- Desenvolver diversas atividades metodológicas a partir da leitura do livro a bonequinha preta;
- Valorizar a diversidade;
- Combater o Bullying racial nos diversos espaços da escola;
- Desenvolver auto-estima sobre suas características físicas;
- Refletir sobre questões: amor, egoísmo e até a questão das nossas raças;
- Valorizar ações de cooperação, respeito e solidariedade;
- Respeitar as características de etnia;
- Usar os conhecimentos construídos na escola em situações do seu cotidiano;
- Participar de situações de comunicação oral;
- Apreciar atos de leitura como fonte de conhecimento;
- Demonstrar cooperação de situações de produção coletiva;
- Desenvolver a linguagem oral para expressar desejos, necessidades, sentimentos e opiniões;

## **EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (Lei nº9795 de 27 de abril de 1999).

O trabalho com a Natureza tem muito para acrescentar na qualidade de vida e desenvolvimento das crianças, o próprio contato com ela, em pequenos gestos, ensina um modo mais inteiro e harmonioso de crescer, se conhecer e conviver. Os laços mais estreitos com a Natureza nos ensinam que fazemos parte dela, colaboram para construção e ampliação de nossa consciência pessoal, planetária e ecológica.

Não basta falar sobre as plantas, pintar árvores, escutar histórias e ver nos livros o que é necessário para preservar o meio ambiente. É preciso aprender com as mãos e o corpo inteiro, em contato com a água, o sol e a chuva, as folhas, bichos e a terra, colocando nosso aparato corporal completo para sentir, perceber e apreender os sentidos da Natureza.

Nos contextos atuais, a natureza está presente nas falas de educação ambiental de maneira abstrata e muitas vezes não é vivenciada.

A atenção e a concentração, capacidades tão indispensáveis para a aprendizagem, podem ser cultivadas no entrosamento com a Natureza, assim como a curiosidade, a flexibilidade, a coragem para lançar-se ao desconhecido e a capacidade para encontrar soluções para problemas.

O autoconhecimento e a consciência de pertencer ao universo amplo de relações pode ser o resultado de um contato mais sensível e íntimo com pequenas reservas naturais que cultivamos no dia a dia.

Brincar em um espaço onde a natureza é protagonista, no qual o corpo é vivido nas delicadezas, nas durezas, nas asperezas, nas sutilezas dos toques, dos sons, dos cheiros, dos olhares, dos gostos, amplia os limites de descoberta pelas crianças, ou melhor, as deixa sem limites para experimentar. Os prazeres do corpo, olhar, observar e ficar quieto, são atos confundidos com passividade, preguiça e solidão.

Como as instituições de Educação Infantil podem trabalhar a relação crianças e natureza?

Para desenvolver esta proposta algumas dicas são fundamentais:

Procure dosar, ao longo do dia, momentos de atividades internas e outros de atividades ao ar livre com a crianças.

Cultive plantas em vasos e pequenos canteiros, caso não tenha espaço na escola para um gramado.

Deixe as crianças brincarem descalças, e em dias muito quentes até mesmo sem camiseta.

Não evite sair se está um dia mais frio. Não existe dia ruim para brincar do lado de fora, mas roupas adequadas para o clima. No frio coloque agasalho, mas saia com as crianças. É importante que percebam suas necessidades corporais, somente elas sabem se estão com frio ou calor e a quantidade de agasalhos que as aquece. Ajuda-as se conhecerem, comece com estes detalhes. Pergunte se estão com frio, se precisam se aquecer mais.

Organize um planejamento que considera as estações. Por exemplo, na primavera é bom observar os pássaros, deitar debaixo das árvores, cantar e brincar de roda na areia, perceber as plantas, observar o colorido das flores e desenhar os insetos que circulam. As chuvas de verão ensinam sobre o fluxo das águas, nutrem a curiosidade, acalmam e instigam ao mesmo tempo. Pense como aproximar as crianças destas percepções. Escute e imite o som dela batendo no telhado e na calha, encha bacias e reutilize a água para lavar o chão ou fazer uma tinta para o trabalho de artes. Se possível, arrisque um belo banho de chuva.

Plante com as crianças, faça uma horta suspensa, cultive ervas para o chá que será servido no lanche. Deixe o aroma destas ervas invadir as salas e corredores. Organize um rodizio para que cuidem das plantas, semeando, regando e tirando o mato. Faça disto um hábito.

Mesmo quando o espaço externo da escola é reduzido, podemos encontrar alternativas. Se não temos arvores e jardins, levamos os elementos naturais para dentro da sala como toquinhos de diferentes madeiras, conchas, pedras variadas, caixas de areia, folhas e flores desidratadas, sementes. Permitimos a livre exploração e criação com estes elementos.

O fogo também é um elemento da natureza muito instigante para as crianças. Fazer atividades culinárias as aproximam dele, fogueiras na festa junina, contar histórias à luz de velas e fazer pinturas com giz de cera derretido. Basta tomar as devidas precauções para que tudo isto seja aproveitado em segurança. Uma vez assistidos pelos adultos, podem aprender que existem limites e que precisamos saber nos proteger dos perigos nesta relação com o fogo e em tantas outras que a vida nos apresenta.

Experimente oferecer elementos da natureza durante as brincadeiras. Diferentes tipos de sementes, folhas, gravetos, penas, pedras, conchas, são elementos simples e que podem nos surpreender nas mãos das crianças.

Pare e repare você, educador, no seu dia-a-dia, onde você encontra natureza. Dedique alguns segundos a mais na correria do cotidiano para observar as árvores do caminho, perceber plantas que nascem entre o cimento, fechar os olhos e sentir o vento no rosto. Permitir-se estar em contato com a natureza, fará a diferença quando fizer o mesmo com as crianças.

## **EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO**

Para que todos possam transitar com tranquilidade e segurança nas vias urbanas, atualmente, o Brasil conta com uma Lei Federal, que regulamenta o trânsito de veículos e pedestres: o Código Nacional de Trânsito. Nele, podemos encontrar normas de circulação e conduta para que todos possam ir e vir com segurança e sem conflitos.

O trânsito faz parte da vida de qualquer ser humano. É nas ações cotidianas que revelamos o nosso compromisso com a segurança no trânsito e o quanto podemos proteger todos ao nosso redor. Educar para o trânsito é primordial para a sociedade atual que vive um quadro brutal de variadas formas de agressões ao homem em seu cotidiano. A escola necessita acompanhar as mudanças sociais preparando o aluno para saber transitar no espaço público, além de refletir sobre a questão ética.

A educação nas escolas ajuda a formar cidadãos mais conscientes e preparados para enfrentar a vida e o trânsito.

Essa educação deve começar nas séries iniciais, aliando teoria e prática. Desta forma, o Instituto Dom Barreto, trabalha projetos pedagógicos voltados para a educação no trânsito, na etapa da Educação Infantil.

Os projetos voltados para o tema buscam contribuir na construção de valores, como o respeito ao próximo para a proteção da vida, que é o nosso bem maior, ajudando na compreensão da criança em relação aos elementos e as situações vivenciadas no trânsito. Trabalhar o trânsito com crianças da Educação Infantil é importante, pois o aprendizado durante esta fase é mais fácil para ser assimilado. Isto faz com que os alunos cresçam com consciência de seus deveres e direitos no trânsito, bem como no desenvolvimento de valores como solidariedade, respeito e colaboração.

A abordagem diante das crianças é na questão da educação. As atividades elaborada são referentes as situações cotidianas. Foram elaborados questionamentos diante das posturas do pai e da mãe no trânsito.

A promoção e desenvolvimento das atividades do Dia do Trânsito são fundamentais para a compreensão dos alunos da educação infantil sobre as regras e deveres relacionados ao trânsito.

Por meio dos projetos, as crianças podem atuar como agentes educativos, dentro do ambiente familiar.

A escola é uma das principais responsáveis em promover, desde de muito cedo, o papel do cidadão em relação ao comportamento em sociedade, gerando a reflexão por meio de temas importantes e atuais.

A família, como base educacional e comportamental, deve auxiliar a escola durante esse processo de aprendizagem da criança para que isso gere um resultado significativo em relação ao que foi proposto.

As atividades do Dia do Trânsito são fundamentais também para o crescimento pessoal, pois mesmo que pequenos, os alunos já estão inseridos nas práticas de trânsito básicas, como atravessar a rua, usar cinto de segurança, andar de transporte público, dentre outras.

Com relação aos objetivos, o professor, ao desenvolver as atividades do Dia do Trânsito, permite ao aluno:

- Aprender sobre as regras de trânsito, tais como noções de sinalização, faixa de pedestre, cinto de segurança e etc;
- Entender como acontecem os acidentes de trânsito e de como os mesmos podem ser evitados;
- Conceber valores relacionados à vida em sociedade, comportamento no trânsito, respeito ao próximo e solidariedade;
- Perceber os perigos quando as regras relacionadas ao trânsito não são de fato obedecidas;
- Aprender mais sobre os meios de transporte, identificando a função e importância de cada um, seja ele aéreo, terrestre ou marítimo;

- Promover atividades interdisciplinares com o intuito de aplicar os conhecimentos adquiridos em outras áreas do conhecimento.
- Produção de um semáforo em sala de aula para que os alunos aprendam o significado e representação das cores;
- Apresentação das principais placas de trânsito, como pare, proibido estacionar, vire a direita/esquerda, faixa de pedestre, expondo o que cada uma simboliza;
- Discussão e debate com os alunos por meio de roda de conversa sobre os perigos da má conduta no trânsito;
- Encenação, fora da sala de aula, das principais práticas de trânsito, tendo os alunos como personagens ativos da situação;
- Elaboração de painéis e cartazes sobre as normas do trânsito, anexando-as por toda escola;
- Produção de textos por parte dos alunos sobre como é a ida e volta para escola, informações sobre o trajeto e etc;
- Exibição de vídeo educativos em sala para reforçar as ideias trabalhadas em sala, como as noções de sinalização e respeito no trânsito;
- Participação em atividades pedagógicas em conjunto com os pais ou responsáveis para que haja maior participação e interesse dos alunos;
- Brincadeiras dirigidas, como jogo da memória com os símbolos do trânsito, além de perguntas e repostas sobre as placas de sinalização e seus significados;
- Palestra com profissionais da área de trânsito, tais como motoristas de transporte coletivo, explicando seu papel em sociedade durante o exercício da sua função;

## **EDUCAÇÃO ALIMENTAR**

O Dia Nacional da Alimentação nas Escolas é comemorado em 21 de outubro. A data foi escolhida para ressaltar a importância das ações voltadas para a educação alimentar e nutricional dos estudantes de todas as etapas da educação básica. É com esse objetivo que o Governo Federal investe no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que tem como objetivo garantir o consumo de alimentos saudáveis no ambiente escolar, de modo a criar bons hábitos nos estudantes para toda a vida.

Respeitar os hábitos alimentares e vocação agrícolas locais. Para a execução do PNAE, a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, institui como diretrizes da alimentação escolar: Alimentação Saudável e adequada orienta para o uso de alimentos variados,

seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica.

A hora da alimentação faz parte da rotina de cuidados, assim como o sono, a troca e o banho. É um momento especial para formação de vínculos e construção da autonomia, requer atenção especial e personalizada.

Antes de adentrar na sistemática do funcionamento destes momentos de refeição, faz-se importante salientar alguns pressupostos das rotinas de cuidados personalizados: Nunca se trata uma criança como objeto, mas sim como alguém que sente, observa e, quando tem oportunidade, pode conhecer e compreender seus anseios e necessidades. Toda atividade de cuidado deve ser exercida com calma e delicadeza nos gestos, respeitando os ritmos de cada criança.

A rotina precisa ser estável, os procedimentos mantidos e previsíveis para que as crianças consigam antecipar e participar dos próprios cuidados.

O educador se dedica plenamente à criança enquanto está com ela: conversa, troca olhares afetuosos, antecipa seus gestos e explica o que faz. Apresenta-lhe os objetos enquanto os manuseia e também permite o manuseio pelas crianças. Não a distraí para executar o que precisa.

A observação é o instrumento para conhecer cada criança e apoiá-la no seu percurso de desenvolvimento e gradativa autonomia. Oferecer cuidados personalizados em ambientes coletivos exige estrutura e organização ancoradas no trabalho de equipe. Um trabalho que sustenta suas ações cotidianas tendo a criança como eixo estruturante delas, como protagonistas deste cenário. Envolve todas as pessoas da instituição, como direção, coordenação, pessoas da manutenção e limpeza, cozinheiras, assistentes e professores.

O planejamento da hora das refeições precisa ser acordado e compartilhado com todos. Deve prever ações básicas e seguir algumas orientações razoáveis para cada etapa do desenvolvimento das crianças de zero a três anos. Também precisa ser flexível o suficiente para lidar com o inesperado.

Para cada criança se estabelece uma dieta que muda de acordo com seu desenvolvimento pessoal (quandoingere somente líquidos; em seguida a introdução das papinhas e semissólidos; depois, pedaços ou a comida semelhante à dos adultos)

Define-se o horário da refeição principal e das intermediárias e a sequência na qual as crianças serão atendidas (que sempre será a mesma para que possa ser previsível por elas).

Segue-se um protocolo de alimentação individual que inicia no colo, depois na mesa individual diante do adulto, em seguida na mesa com mais um colega e posteriormente na mesa com mais três companheiros e em grupos um pouco maiores (as companhias são determinadas de acordo com as possibilidades de interações e autonomia das crianças, e elas devem permanecer as mesmas por algum tempo).

Sabe-se diante mão se o prato da criança virá montado, se será servido na hora ou se ela mesma colocará em seu prato as comidas servidas em travessas.

Usará o copo (sempre de vidro transparente para que visualize o seu interior), usará mamadeira ou comerá na tigelinha e no prato).

\*

Terá uma colher a sua disposição, usará outra colher enquanto o adulto intercala com a sua, comerá sozinho com seus próprios talheres, usará os talheres e a louça tal qual a dos adultos.

Ajudará na distribuição e arrumação da mesa de refeição, recolherá os pratos ao final.

Fará sua higiene pessoal antes e depois de comer com ajuda do adulto, ajuda parcial ou independentemente.

Num mesmo grupo é possível encontrar crianças em fases diferentes, o que determinará isto é a observação que os adultos realizam de suas iniciativas e habilidades. Nenhuma atitude é antecipada ou exigida das crianças antes que ela esteja preparada para ela. Toda mudança é informada e antecipada antes de ser aplicada. Cada criança é chamada pelo nome quando chega sua vez de comer, mesmo que ainda seja bem novinho.

A criança escolhe o que deseja comer dentre as opções oferecidas, come o quanto quer e pode repetir em porções pequenas para se sentir satisfeita. Ninguém insiste ou tenta convencê-la de ingerir mais uma colherada além daquela que necessita. Com estas atitudes a criança passa a reconhecer sua fome e saciedade, ao invés de submeter-se ao critério do outro.

Todos os utensílios ficam próximos, dispostos e acessíveis tanto para o adulto quanto para a criança que já se alimenta com autonomia. Assim evita-se muita espera e agitação durante a refeição. Quem finaliza é colocado no chão ou pode levantar da mesa, descansar, brincar e se mover em liberdade. O espaço para o descanso ou brincadeira fica previamente preparado e com um adulto disponível para observar estas crianças.

## **EDUCAÇÃO FISCAL/EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Educação Fiscal é um conjunto de ações educativas que visa mobilizar o cidadão para a compreensão da função socioeconômica dos tributos e sua conversão em benefícios para a sociedade, bem como entender o papel do Estado e sua capacidade de financiar as atividades essenciais, o funcionamento da administração pública e o papel cooperativo do cidadão.

O objetivo da Educação Fiscal é formar cidadãos capazes de compreender a função social dos tributos; entender a importância de acompanhar a aplicação dos recursos públicos; estar motivado para o exercício da cidadania plena.



Nesse contexto, a escola tem um papel fundamental na garantia de um futuro sustentável para todos, pois, ao educar seus estudantes, tem a oportunidade de formar cidadãos críticos, dotados de condições que permitam entender os contextos históricos, sociais e econômicos; conscientes, responsáveis; com uma visão global; capazes de intervir e modificar a realidade social.

## **EXIBIÇÃO DE FILMES MENSAIS NACIONAIS**

A exibição de filmes nas escolas deve haver uma pluralidade pedagógica que precisa ser pensado, planejado e executado e que permite contribuir com a construção de uma alfabetização crítica dos meios que utilizam os recursos audiovisuais: cinema, televisão, internet, etc.

É possível levantarmos uma infinidade de atividades que podemos realizar com o audiovisual nas escolas. Isto é importante, mas não podemos ficar só nisso... As atividades são importantes desde que sejam pensadas e articuladas com uma proposta pedagógica mais ampla. É preciso caminhar: agindo e pensando... construindo e transformando...

Novas relações e linguagens desafiam os profissionais da educação a pensar na vocação multicultural da escola, no sentido de promover o diálogo entre as diferentes gerações e os diversos padrões culturais nela presentes.

Em sua análise, indicou três fatores que apontam um novo lugar para a escola: a cultura digital, que vem criando uma escola sem muros, na qual o estudante é produtor de conhecimento e a linguagem audiovisual assume importância; a existência de outros.

## **AVALIAÇÃO DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA**

A avaliação tem se tornado uma questão fundamental para a Educação Infantil, seja pela ótica da criança, como foco do processo avaliativo, ou pela análise das próprias instituições e das práticas educativas que realizam, em busca de melhoria na oferta e no atendimento às crianças e às suas famílias. Sendo assim, pode-se refletir essa questão sobre dois prismas: a avaliação “da” e “na” Educação Infantil. Compreendendo que nenhum sujeito se desenvolve da mesma forma que o outro, por mais próximos que sejam. As interações e as diferentes experiências vividas contribuem para que cada um se desenvolva de determinada forma. Isso justifica a proposta de uso de Parecer Descritivo de acompanhamento da aprendizagem, pois suas características garantem registros consistentes sobre a criança em sua integralidade. Assim: A questão principal referente aos estudos atuais sobre o desenvolvimento infantil é o respeito pelas diferentes formas de ser de cada criança, decorrentes de suas experiências próprias de mundo, ritmos de desenvolvimento, contextos sociais e culturais diferenciados. Processos avaliativos embasados na comparação, a

partir de padrões considerados “normais”, perseguem a uniformidade de comportamento das crianças, negando a heterogeneidade normal dos indivíduos, concebendo-a como negativa e inesperada (HOFFMAN, 2012, p.103).

A avaliação neste Campo de Experiências deve ser realizada através da “escuta”, observando quais brinquedos, elementos da natureza e materiais de diferentes texturas e temperaturas que as crianças preferem explorar, manipular e experimentar. Quanto mais soubermos como as crianças interagem com o contexto sociocultural em que a criança está inserido, o que mais lhes provoca curiosidade, de que forma conseguem transformá-las e como se comportam diante dessas transformações e descobertas realizadas, é possível propor novas experiências que tenham significado e que os estimulem a realizar novas descobertas e construir novos saberes. Para promover práticas pedagógicas que induzam esses conhecimentos, habilidades e atitudes, é importante que o professor planeje situações em que:

As crianças participem de atividades de exploração com diferentes materiais;

Conversar com os pais para obter informações sobre os objetos do cotidiano das crianças;

Organizar agrupamentos de crianças para explorarem diferentes objetos;

Estimular a exploração de quantidades em diferentes situações e o desenvolvimento de noções espaciais (longe, perto, em cima, embaixo, dentro, fora, para frente, para trás, para o lado, para cima, para baixo), temporais (quer dizer no tempo físico - dia e noite, estações do ano - e cronológico - ontem, hoje, amanhã) e de noções sobre unidades de medida e grandezas. Além disso, é de suma importância oferecer a oportunidade de observar e identificar as relações sociais assim como fenômenos naturais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, M.; KRAMER, S. “O rei está nu”: Um Debate Sobre as Funções da Pré-Escola. In: Educação pré-escolar: desafios e alternativas. Caderno cedes, nº 9. São Paulo: Cortez, 1984.

BRASIL. Constituição Federal de 1988

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 05, de 17 de dezembro de

2009. Fixa as Diretrizes Curriculares

Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

\_\_\_\_\_. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017 (\*) Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação - Conselho Pleno. Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da

Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica

\_\_\_\_\_. RESOLUÇÃO Nº 5, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009 (\*). Fixa as Diretrizes Curriculares. Nacionais para a Educação Infantil. CAGLIARI, L. C. O príncipe que virou sapo: considerações a respeito da dificuldade de alfabetização das crianças na alfabetização. Cadernos de Pesquisa, 55. São Paulo:

Fundação Carlos Chagas, nov. 1985, p. 50-62.

CANDURO, V. R. P. Iniciação musical na idade pré-Escolar. Porto Alegre: Sagre, 1989.

CHEROGLU, Simone; MAGALHÃES, Giselle Modé. O primeiro ano de vida: vida uterina, transição pós-natal e atividade de comunicação emocional direta com o adulto.

Cap,4 in :Periodização Histórico Cultural do Desenvolvimento Psíquico- do nascimento à velhice. Martins Lígia Marcia; Abrantes, Angelo Antonio e Facci, Marilda Gonçalves

Dias (Org). Autores Associados, 2016. -(Coleção educação contemporânea).

CUNHA. S. R. V. Cor, som e movimento: A expressão plástica, musical e dramática no cotidiano da criança. Caderno de educação no cotidiano da criança. Caderno de

- Educação Infantil. Porto Alegre: Editora Mediação, 1999.
- HOFFMANN, J. M. L. Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto Alegre: Mediação, 2000.
- KRAMER, Sonia. A política do Pré-Escolar: arte e disfarce. São Paulo: Cortez, 1995
- KRAMER, S. A infância e sua singularidade. In: BRASIL. Ministério da Educação. Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. [Org. Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento]. Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2006.
- KRAMER, Sônia. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: Educação Infantil e/é fundamental. In: Educação e Sociedade, v. 27, n. 96 - Especial, p. 797-818, out, 2006.
- KUHLMANN JUNIOR, Moysés. A infância e Educação Infantil. Uma abordagem histórica, 1998, ed. Mediação
- LAZARETTI, Lucinéia Maria; MELLO, Maria Aparecida. Como ensinar na Educação Infantil? Reflexões sobre a didática e o desenvolvimento da criança. In: PASQUALINI, Juliana Campregher; TEIXEIRA, Lucas André; AGUDO; Marcela de Moraes. (Org.) Pedagogia Histórico-Crítica: legado e perspectivas. Uberlândia, MG. Navegando, 2018.
- LEONTIEV, A. N. O desenvolvimento do psiquismo. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.
- LOPES, Celi Espasandin; GRANDO, Regina Célia. Resolução de problemas na educação matemática para a infância. UNICAMP, Campinas. 2012.(matemática)
- LORENZATO, Sérgio. Educação infantil e percepção matemática. 3ª Ed.rev. Campinas, SP. Autores Associados, 2011. (matemática)
- LURIA, A. R. O desenvolvimento da escrita na criança. In: VIGOTSKY, L. S., LURIA, A. R.E LEONTIEV, A. N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone, 2006, p. 143-189.
- MARTINS, Ligia Márcia; ABRANTES, Angelo Antonio; FACCI, MarildaGonçalvesDias (org.) Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice.Campinas: Autores Associados, 2016
- MUKHINA, Valéria. Psicologia da idade pré-escolar; tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins fontes, 1996
- MOURA, Manoel Oriosvaldo de. Atividade Pedagógica na Teoria Histórico-Cultural. (org.) Brasília: Liber livro, 2010
- OLIVEIRA, Zilma.Ramos de. Educação infantil. Fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.
- PARANÁ, Deliberação nº 03/18 de 23/11/18, do CEE/PR- Referencial Curricular do Paraná.: princípios, direitos e orientações.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações. Curitiba:SEED, 2018. Disponível em: <http://www.diaadia.pr.gov.br>.
- PIRES, C. C.; CURRI, E; CAMPOS, T. M. M. Espaço & forma: a construção de noções geométricas pelas crianças das quatro séries iniciais do ensino Fundamental. São Paulo: PROEM LTDA, 2001.

- SAVIANI, Dermeval. Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações-11. ed. rev.1ª reimpr. - Campinas, SP: Autores Associados, 2012. - (Coleção educação contemporânea)
- SOUZA, R. C. de; BORGES, M. F. T. A práxis na formação da Educação Infantil. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- SOUZA, G. de; VIEIRA, L. M. F. Concepção de Infância. In: Anais I Simpósio Paranaense de Educação Infantil. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Faxinal do Céu, 2006.
- TULESKI, Silvana Calvo e EIDT, Nadia Mara. A periodização do desenvolvimento psíquico- atividade dominante e a formação das funções psíquicas superiores. Cap. 2  
in :Periodização Histórico Cultural do Desenvolvimento Psíquico- do nascimento à velhice. Martins Lígia Marcia; Abrantes, Angelo Antonio e Facci, Marilda Gonçalves Dias (Org). Autores Associados, 2016. -(Coleção educação contemporânea).
- VIGOTSKI, L. S. A Formação social da mente. 3. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1989. YGOTSKY, L.S. Pensamento e linguagem. 3. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1991.

## APRESENTAÇÃO DO CAMPO DE EXPÊRIENCIA: CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS:

### IMPORTÂNCIA DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA

Trata-se de um campo de experiências que se refere aos saberes e aos conhecimentos do próprio corpo, dos seus movimentos e dos seus cuidados, uma vez que o corpo é para a criança um meio de expressão e comunicação que a auxilia na sua relação com o mundo.

À medida que se relaciona com o mundo por meio de seu corpo, por intermédio das mediações, gradativamente, a criança incorpora a consciência do modo como acontecem essas relações, realizando movimentos afins quando percebe alterações de acordo com as suas experiências e aprendizagens. Importância do campo de experiência.

O movimento, como fora visto e vivenciado, ajuda a criança a adquirir conhecimento do mundo que a rodeia através do seu corpo, de sua percepção e sensações. Por estar ligado a aspectos afetivo ou relacional, o contato da criança com o adulto, com o ambiente físico e com outras crianças, dá condições para que ela se desenvolva em seu ambiente. O corpo, portanto, é uma forma da criança expressar a sua individualidade, reconhecer-se a si mesma e perceber as coisas que a cerca. Nessa etapa de desenvolvimento, o trabalho com o lúdico pode ser direcionado num contexto de jogos motores, musicalização e arte, que aliado às atividades didáticopedagógicas, mostra-se um instrumento educativo imprescindível para a aprendizagem infantil.

As vivências corporais favorecem a aprendizagem, uma vez que por meio das quais pode-se experimentar sensações e explorar o movimento do corpo e do espaço adquirindo um saber concreto de maneira significativa para o educando. Cabe ao professor compreender e conhecer o agir da criança através de seus aspectos psicológicos, psicomotores, emocionais, cognitivos e sociais, para poder mediar e organizar atividades que abordem diferentes conhecimentos, através de estratégias que lhes permitam vivenciar situações de ensino-aprendizagem desafiadoras com a integração do corpo e da mente.

### JUSTIFICATIVA DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA

Deste modo a comunicação entre os corpos que se relacionam e o mundo, por sua vez, propicia o diálogo em que interpretações e respostas são expressas por meio do “se movimentar” desses corpos, constituindo novos significados. De acordo com o Referencial Curricular do Paraná, “diferentes linguagens são manifestadas por meio do corpo, onde a criança revela sua compreensão de mundo, sentimentos, necessidades” (PARANÁ, 2018, p. 49). É evidente, portanto, a importância da exploração de espaços para a prática de movimento, nos quais a criança estabelece diferentes sentidos/significados para suas ações. Esses espaços precisam possibilitar a exploração de movimentos de lançamento de preensão, de deslocamento, de atividades de orientação espacial por meio do percorrer trajetos, por exemplo, com a intencionalidade de promover a progressiva autonomia nos movimentos e a autoconfiança em relação ao movimentar-se pelos espaços, experienciando-os. Nesse campo, integram-se muitos

conceitos essenciais às aprendizagens que se fortalecerão com as demais experiências advindas dos outros campos de saberes, dentre eles Espaços, Tempos, Quantidades, Relações e Transformações e Traços, Sons, Cores e Formas, tendo o corpo como referência em diferentes espaços e contextos. Para as crianças pequenas o movimento assume um papel importante, que significa muito mais do que movimentar partes do corpo ou deslocar-se no espaço, elas se comunicam e se expressam por meio de gestos e das mímicas faciais, e interagem utilizando fortemente o apoio do corpo. O Movimento na Educação Infantil faz parte do desenvolvimento físico, cognitivo e cultural da criança. Desde a vida intrauterina nós realizamos movimentos com o corpo, no qual vão se estruturando e exercendo grandes influências no nosso comportamento. É a partir do movimento que a criança amplia o uso significativo de gestos e posturas corporais, que expressa sentimentos e ações e assim podemos constatar que as atividades motoras fazem parte do cotidiano das crianças em qualquer estabelecimento que se dedique à tarefa educacional para infância.

O movimento, o brinquedo, os jogos tradicionais da cultura popular preenchem de alguma forma determinadas lacunas na rotina das salas de aula. Nas escolas de educação infantil, podemos encontrar as cantigas de rodas e as músicas infantis coreografadas em diversos momentos, até mesmo no parque livre ou dirigido, ou nos com jogos didáticos ou materiais lúdicos. Assim, compreendemos que ao falarmos sobre escola, em especial aquelas que atendem crianças na idade de creche e pré-escola, o movimento e a ludicidade são fatores que atuam conjuntamente na educação. Devemos ter um olhar diferenciado para essas questões, principalmente sobre as diversidades de práticas pedagógicas que caracterizam esse universo infantil e as funções atribuídas ao movimento.

O movimento depende basicamente da organização dos ambientes para as crianças se movimentarem e se expandirem, com as percepções que lhe dão o conhecimento do movimento do corpo e através deste, conhecimento do mundo que o rodeia. Os exercícios psicomotores, através dos movimentos e dos gestos, não devem ser realizados de forma mecânica devem ser associados com as estruturas cognitivas e afetivas, tudo apoiado pela consciência.

A influência que a cultura tem sobre o desenvolvimento da motricidade infantil, não só pelos diferentes significados que cada grupo atribui a gestos expressões faciais, como também pelos diferentes movimentos aprendidos no manuseio de objetos específicos presentes na atividade cotidiana, como pás, lápis, bolas de gude, corda, estilingue etc. Os jogos, as brincadeiras, a dança e as práticas esportivas revelam por seu lado, a cultura corporal de cada grupo social, constituindo-se em atividades privilegiadas nas quais o movimento é aprendido e significado. A dimensão subjetiva do movimento deve ser contemplada e acolhida em todas as situações do dia a dia na instituição de educação infantil, possibilitando que as crianças utilizem gestos, posturas e ritmos, para se expressar e se comunicar. Além disso, é possível criar intencionalmente oportunidades para que as crianças se apropriem dos significados expressivos do movimento. As escolas de educação infantil devem assegurar e valorizar em seu cotidiano, jogos motores e brincadeiras que contemplem a progressiva coordenação dos movimentos e o equilíbrio das crianças. Os jogos motores de regras trazem também a oportunidade de aprendizagens sociais, pois ao jogar as crianças aprendem a competir, a colaborar umas com as outras, a combinar e a respeitar regras.

## **OBJETO DE ESTUDO DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA**

Nesse campo de experiência a criança tem como perspectiva, a estimulação à autorreflexão e à emancipação, contribuindo na construção de conhecimentos sobre o mundo, apreendendo e criando, sempre por meio de experiências que evidenciem as relações com o seu corpo, com o corpo do outro e com o ambiente, promovendo condições para o exercício da autonomia na criação de novos movimentos. Com a experiência corporal, abrem-se possibilidades para fomentar o autoconhecimento, a autoafirmação e a curiosidade, pois, ao sentir o movimento, é possível modificá-lo e ressignificá-lo expressando-se e dialogando com o mundo. Por meio das brincadeiras, manipulação de jogos e brinquedos, uso de diferentes materiais e recursos pedagógicos, bem como interações que constituem o eixo central nesse campo de experiências, é que a criança incorpora a realidade, a percepção dos papéis e os códigos sociais que fazem parte do seu contexto social.

O movimento humano, contudo é mais que um simples deslocamento do corpo no espaço, constitui-se em uma linguagem que permite às crianças agirem sobre o meio físico e atuarem sobre o ambiente humano, mobilizando as pessoas por meio de seu teor expressivo. Portanto, as instituições de educação infantil devem favorecer um ambiente físico e social onde as crianças se sintam protegidas e acolhidas, ao mesmo tempo seguras para se arriscar, vencer desafios e vivenciar situações planejadas, especialmente para trabalhar a motricidade e desenvolvendo como objetivo principal possibilitar futuramente um maior envolvimento de atividades relacionadas com o movimento, na perspectiva de desenvolver a multiplicidade de funções e manifestações através da motricidade além de refletir sobre as posturas implicadas nas atividades cotidianas.

As escolas de educação infantil reflitam sobre o espaço dado ao movimento em todos os momentos da rotina diária, incorporando diferentes significados que lhe são atribuídos.

Porém, para que as crianças adquiram novos conhecimentos e desenvolva habilidades de forma natural e agradável, é essencial saber de que forma a atividade é dirigida e vivenciada, e o porquê de sua realização, para justamente gerar um interesse em aprender garantindo-lhes o prazer. Partindo desses pressupostos, entendemos que o movimento é a linguagem das crianças pequenas que ainda não falam e continua sendo uma forma de se expressar daqueles que já se comunicam com palavras.

## **OBJETIVO GERAL**

Promover o desenvolvimento das crianças em suas máximas possibilidades, por meio da apropriação das experiências das gerações anteriores para que sejam sujeitos históricos e sociais.

## **OBJETIVOS DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA**

O brincar torna-se importante no desenvolvimento da criança, de modo que as brincadeiras e jogos devem ser explorados intencionalmente desde os mais funcionais até os de regras, uma vez que “criar movimentos, gestos, olhares e mímicas em brincadeiras, jogos e atividades artísticas como dança, teatro e música” (BRASIL, 2017, p. 47) é um dos objetivos a ser alcançado nesse campo. Isso exige que o movimento do corpo ou de partes do corpo seja trabalhado nas várias linguagens da arte (dança,



teatro e música). Entretanto, o(a) professor(a) precisa explorar recursos pedagógicos adequados a elas, ambientes que propiciem a movimentação e o uso do som, incluindo os diferentes ritmos, conforme expressos nos campos de experiências, contemplando a cultura local, regional e o atendimento aos dispositivos legais que indicam a necessidade de trabalhar com os conteúdos da história e cultura afro-brasileira, indígena e matrizes europeias. Outro cuidado ao explorar os saberes e conhecimentos vinculados ao Corpo, Gestos e Movimentos diz respeito às possíveis situações de inclusão que podem requerer, de forma mais específica, a atenção do(a) professor(a) com relação à flexibilização de encaminhamentos para o trabalho com os conteúdos desse campo.

O espaço da sala de aula, do berço, da mesa de refeições, os espaços livres e mais amplos disponíveis nas instituições de ensino, as cores, as formas, os objetos, os brinquedos, as brincadeiras, os materiais manipuláveis, as músicas de diferentes ritmos, os materiais que produzem sons, os brinquedos que possibilitam movimentos diversos, bem como a quadra de esportes, o parque infantil, o colchonete, todos esses elementos são recursos e materiais que precisam estar no campo da organização do trabalho pedagógico, inseridos de forma cuidadosa nas atividades que serão desenvolvidas.

É certo que os jogos, as brincadeiras e a linguagem cênica (dramatizar) lidam com o real e o imaginário, assumindo papel decisivo no desenvolvimento do pensamento, contudo, no momento histórico atual, as crianças têm apresentado dificuldades cada vez maiores para interagir por meio de brincadeiras e jogos nas praças e/ou outros espaços públicos de uso coletivo, em decorrência das jornadas de trabalho intensivas dos responsáveis legais e, mesmo, por medo da violência presente nos espaços urbanos. Outro ponto importante a considerar é o da recuperação de brincadeiras, brinquedos e jogos que não dependam do consumo excessivo de produtos industrializados, que incentivem relações interpessoais, que ultrapassem a competitividade e a supervalorização da força individual. O brincar, o jogar e o representar são vivências a serem exercitadas, fundamentalmente, pelo prazer que representam por serem formas de lazer que podem ser experienciadas em diversos espaços e que, na maioria das vezes, independem de recursos materiais mais complexos e exploram a criatividade. É importante lembrar que, “Por meio do jogo, as crianças conhecem a vida social dos adultos, compreendem melhor as funções sociais e as regras pelas quais regem suas relações” (MUKHINA, 1996, p.160). A dança, outra forma de expressão, também é uma forma de linguagem que promove a comunicação da pessoa consigo mesma, com os outros e com o meio. Desde pequena, a criança descobre as infinitas possibilidades de adequar o seu corpo a seus folguedos diários. A Educação Infantil poderá construir inúmeras possibilidades de expressão corporal, pautando-se na condução prazerosa, respeitando a condição física, por meio do movimento da dança, da consciência rítmica e da expressão de forma livre e/ou dirigida. Ressalta-se que a escolha das músicas e dos ritmos que serão ensinados precisa alçar o campo do ensino de novos saberes, possibilitando as crianças o contato e a aprendizagem de novas experiências que ampliem o seu universo cultural de modo que a instituição cumpra com o exposto nos pressupostos pedagógicos deste documento curricular.

## QUADRO ORGANIZADOR DOS CONTEÚDOS DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA: CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS

Legenda: A/T – ano todo.

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS							
(EI0/01CG01) Movimentar as partes do corpo para exprimir corporalmente emoções, necessidades e desejos.							
SABERES E CONHECIMENTOS	OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO	DE APRENDIZAGEM E Conteúdos	Bebês - 0 a 1 ano	Crianças pequenas 1 ano	Crianças pequenas 2 e 3	Crianças pequenas 4 e 5 anos	Trimestre
Comunicação corporal.  Estado de tensão, movimento, relaxamento corporal.	Expressar reações corporais de inquietação e satisfação por meio do choro, do sorriso e do balbucio.	Linguagem corporal e gestual em situações de comunicação.	X				A/T
	Movimentar o corpo para alcançar objetos que estão próximos ou distantes.	Estimulo visual	X				A/T
	Virar-se para visualizar ou alcançar objetos que lhe chamam a atenção.	Estimulo auditivo.	X				A/T
	Participar de situações coletivas de canto e dança, manifestando-se corporalmente.	Estimulo motor	X				A/T
	Reagir positivamente frente a estímulos sensoriais.	Esquema corporal:Freio inibitório e Controle cinestésico.	X				A/T

(EIO/01CG02) Experimentar as possibilidades corporais nas brincadeiras e interações em ambientes acolhedores e desafiantes.						
Possibilidades corporais.  Movimento fundamentais.	Brincar com o próprio corpo realizando movimentos de engatinhar, de andar, de levantar-se, de sentar, de descer, de carregar, de rastejar, de subir, de rolar, de ficar em pé, de deitar, explorando diferentes espaços e aperfeiçoando progressivamente sua autonomia.	Condutas motoras de base.	X			A/T
	Pegar objetos que estão próximos e explorá-los.	Postura corporal.	X			A/T
	Realizar movimentos coordenados com as mãos.	Lateralidade/lateralização.	X			A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS						
	Vivenciar brincadeiras e/ou circuitos simples ou com obstáculos que permitam empurrar, balançar, escorregar, equilibrar se, arrastar, engatinhar, tentativas de levantar, de subir, de descer, passar por debaixo de, por cima de, rolar, procurar, pegar.	Percepção Direcional: direcionalidade.	X			A/T
	Experienciar a manipulação de objetos com movimentos de apertar, de tocar, de balançar, de arremessar, de empurrar, de rolar, de transferir objetos de uma mão para outra, de colocar e de tirar de um recipiente para outro.	Postura corporal: equilíbrio estático/dinâmico.	X			A/T

	Movimentar as diferentes partes do corpo fortalecendo o tônus muscular .	Organização e orientação espacial: Relação com o proprio corpo, com o outro e em relação do corpo no espaço.	X				3º
(EI0/01CG03) Imitar gestos e movimentos de outras crianças, adultos e animais.							
Imitação como forma de expressão. Movimento.	Produzir movimentos e gestos com intencionalidade de imitar.	Estruturação espaço-temporal: ritmo próprio, tempo adequado, movimento e espaço.	X				3º
	Movimentar-se ao som de músicas que retratam características sonoras e gestuais dos animais.	Movimentos corporais em relação aos elementos que compoem o som.	X				2º
	Movimentar-se livremente ou ao comando do(a) professor(a) imitando gestos de pessoas e animais.	Movimentos corporais em relação ao espaço físico.	X				2º
<b>CAMPO DE EXPERIÊNCIA: CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS</b>							
(EI0/01CG04) Participar do cuidado do seu corpo e da promoção do seu bem-estar.							
Cuidados com o corpo. Práticas sociais relativas à saúde, à higiene	Participar dos cuidados com o seu corpo enquanto higienizada.	Respeito ao próprio corpo.	X				3º
	Reconhecer o(a) professor(a) como auxiliador de suas ações.	Higiene corporal. Prevenção de acidentes.	X				3º
	Demonstrar por meio de gestos e expressões quando está suja ou com fome.	Alimentação saudável. Descanso corporal.	X				1º

e à alimentação.	Reagir evidenciando o reconhecimento de momentos de higiene, alimentação e repouso.	Higiene corporal.	X				A/T
(EI0/01CG05) Utilizar os movimentos de prensão, encaixe e lançamento, ampliando suas possibilidades de manuseio de diferentes materiais e objetos.							
Movimentos de prensão, de encaixe e de lançamento.	Agarrar e segurar materiais estruturados e não estruturados de diferentes tamanhos, explorando-os.	Coordenação motora fina: óculo-manual.	X				3º
	Explorar objetos diversos de borracha, de madeira, de metal, de plástico, de tecido, de papel etc., apertando, mordendo, tocando, balançando, produzindo sons, jogando, empurrando, puxando, rolando etc.	Condutas perceptivo-motoras: forma, espaço e tempo.	X				3º
	Experimentar novos movimentos ao explorar objetos ou brinquedos.	Reprodução de movimentos: prensão. Reprodução de movimentos: encaixe. Reprodução de movimentos: lançamento.	X				3º

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS						
(EI01CG01) Apropriar-se de gestos e movimentos de sua cultura no cuidado de si e nos jogos e brincadeiras.						
SABERES E CONHECIMENTOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	Conteúdos	Bebês- 0 a 1 ano	Crianças bem pequenas 1 ano	Crianças pequenas 2 e 3 anos	Crianças pequenas 4 e 5 anos
<p>Coordenação motora ampla: equilíbrio, destreza e postura corporal.</p> <p>Seu corpo, suas possibilidades motoras, sensoriais e expressivas.</p> <p>Compreensão global do corpo: partes, funções e sentidos.</p>	Expressar sentimentos referentes a confortos e desconfortos por meio de gestos e movimentos em jogos, brincadeiras e interações.	Jogos de corrida variada em linha reta, em círculo e sinuosa.		X		2º
	Explorar progressivamente o próprio corpo na perspectiva de conhecê-lo, sentindo os seus movimentos.	Movimentos fundamentais.		X		A/T
	Movimentar as partes do corpo para expressar emoções, necessidades e desejos.	Expressão corporal.		X		A/T
	Participar de brincadeiras envolvendo cantigas, rimas ou outras situações que envolvam movimentos corporais.	Cantigas de rodas.		X		A/T
	Explorar objetos diversos de diferentes materiais para apertar, morder, tocar, balançar, produzir sons, arremessar, empurrar, puxar, rolar, encaixar, rosquear e outros.	Percepção corporal.		X		3º
	Realizar comandos em momentos de brincadeira e do dia a dia: levantar, sentar,	Percepção corporal.		X		1º

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS

abaixar, subir, descer, dançar, comer, beber etc.						
Brincar nos diferentes espaços com obstáculos que permitem empurrar, balançar, escorregar, equilibrar-se, arrastar, engatinhar, levantar, subir, descer, passar por dentro, por baixo, rolar, perseguir, procurar, pegar etc., vivenciando limites e possibilidades corporais.	Condutas motoras de base.		X			1º
Vivenciar brincadeiras de esquema corporal.	Esquema corporal.		X			1º
Explorar a expressão corporal diante do espelho, utilizando as diferentes formas de linguagens.	Condutas neuromotoras: imagem corporal, consciência corporal, lateralidade e lateralização.		X			2º
Imitar gestos e movimentos de outras crianças, professores(as) e animais.	Seu corpo, suas possibilidades motoras, sensoriais e expressivas.		X			2º
Ouvir orientações sobre o cuidado com o corpo: sentar corretamente, levantar, deitar, alongar, rolar, movimentos de braços e pernas.	Relação com o próprio corpo, com o corpo do outro e do corpo com o espaço.		X			2º
Participar de situações de cuidado pessoal com auxílio.	Cuidado pessoal.		X			A/T
Participar de situações de brincadeira buscando compartilhar enredos e cenários, usando expressões faciais como forma de expressar suas ideias, sentimentos e emoções por meio da dança, da música ou da arte.	Jogos expressivos de linguagem corporal		X			1º
Participar de situações de brincadeiras que incentivem a comunicação.	Brincadeiras de diferentes formas e em diferentes espaços.		X			1º

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS							
	Reconhecer sensações provocadas em situações de jogos e brincadeiras com auxílio do professor.	- Brincadeiras de diferentes formas e em diferentes espaços.		X			2º
	Identificar diversos objetos por meio da visão.	Percepção visual.		X			2º
	Manipular objetos, visando ao desenvolvimento da coordenação motora.	Percepção visual.		X			2º
	Identificar sons presentes no cotidiano.	Percepção visual.		X			2º
	Reconhecer texturas e formas por meio da exploração.	Percepção tátil.		X			2º
	Reconhecer diferentes temperaturas por meio da experimentação (fria, gelada, quente e morna).	Percepção corporal.		X			2º
	Explorar o corpo por meio do toque.	Percepção corporal.		X			1º
	Experimentar diferentes sabores desenvolvendo o paladar: doce, salgado, azedo e amargo.	Percepção gustativa.		X			2º
	Experimentar os alimentos de diferentes consistências: sólidos, pastosos e líquidos.	Percepção gustativa.		X			2º
	Ter contato com diferentes objetos e materiais, explorando as temperaturas ( quente, frio e morno).	Sensações; percepções tátil e visual: (quente/frio, seco/molhado).		X			2º
	Sentir diferentes odores.	Percepção olfativa.		X			2º
	Vivenciar variados movimentos que fortaleçam o tônus muscular.	Movimentos fundamentais		X			3º
	Controlar, gradualmente, os movimentos do próprio corpo.	Controle do freio inibitório e controle cinestésico.		X			3º



	Manusear objetos de diferentes formas e características, explorando suas propriedades, com auxílio do(a) professor(a).	Textura: estímulo tátil e visual.		X			2º
--	--	-----------------------------------	--	---	--	--	----

**CAMPO DE EXPERIÊNCIA: CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS**

	Ter contato com diferentes objetos e materiais, explorando as diferentes texturas (áspero, liso, macio, duro, mole, dentre outros).	Textura: estímulo tátil e visual.		X			2º
--	---	-----------------------------------	--	---	--	--	----

(EI01CG02) Deslocar seu corpo no espaço, orientando-se por noções como em frente, atrás, no alto, embaixo, dentro, fora etc., ao se envolver em brincadeiras e atividades de diferentes naturezas.

O corpo e o espaço.  Orientação espacial.	Realizar movimentos variados.	Relação com o próprio corpo.		X			A/T
	Participar de experiências, executando ações que envolvam noções de espaço.	Relação com o próprio no espaço.		X			A/T
	Empurrar e puxar brinquedos enquanto anda ou engatinha.	Experiência de deslocamento		X			A/T
	Realizar progressivamente ações como andar, levantar, sentar, carregar, rolar e outros.	Movimentos fundamentais.		X			A/T
	Vivenciar diferentes direções e sentidos usando como referência seu corpo no espaço.	Exploração do ambiente.		X			A/T

(EI01CG03) Explorar formas de deslocamento no espaço (pular, saltar, dançar), combinando movimentos e seguindo orientações.

Corpo e movimento.	Explorar o espaço ao seu redor, fazendo tentativas de movimentos como correr, lançar, pendurar-se, pular, rolar, engatinhar, dançar, esconder e achar objetos de forma independente ou de acordo com comandos dados em brincadeiras e jogos.	Noções espaciais.		X			A/T
	Participar de situações de deslocamento e movimento do corpo fora e dentro da sala.	Orientação espacial.		X			A/T

	Percorrer circuitos feitos com cordas, elásticos, fitas adesivas, cubos, túneis, pneus e outros obstáculos para subir, descer, passar por baixo de, por cima de, dar voltas, entre outros.	Possibilidades corporais.		X			A/T
	Vivenciar movimentos corporais seguindo compasso/ritmo da música.	Movimentos corporais em relação ao espaço, tempo e dinâmica.		X			A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS							
	Vivenciar jogos de imitação, durante brincadeiras, contação de histórias e outras possibilidades.	Imitação como forma de expressão		X			A/T
	Realizar atividades corporais e vencer desafios motores.	Percursos e desafios motores.		X			A/T
(EI01CG04) Demonstrar progressiva independência no cuidado do seu corpo.							
Práticas sociais relativas à higiene. Materiais de uso pessoal. Hábitos alimentares, de higiene e de descanso. Cuidados com a saúde.	Participar de momentos como: limpar-se, lavar as mãos, vestir-se, alimentar-se e calçar, solicitando ajuda.	Práticas de higiene.		X			A/T
	Experimentar diferentes alimentos.	Hábitos alimentares.		X			A/T
	Identificar os cuidados básicos ouvindo, antecipadamente, as ações a serem realizadas.	Cuidados com o corpo.		X			A/T
	Conhecer o material de uso pessoal.	Reconhecer os seus pertences.		X			A/T
	Utilizar utensílios nos momentos de alimentação e higienização.	Hábitos alimentares: mastigação com uso de utensílios.		X			A/T
	Sentar-se no assento sanitário por alguns minutos.	Higiene: controle dos esfíncteres		X			A/T

	Observar sua imagem no espelho, acompanhando os cuidados de higiene (rosto limpo, cabelo penteado).	Autocuidado.		X			A/T
	Conhecer alguns objetos, situações e atitudes que podem ser perigosas para si.	Prevenção de acidentes.		X			A/T
	Alimentar-se à mesa nas diversas refeições, iniciando o controle da postura adequada para esse ambiente.	Normas de convívio social.		X			A/T
(EI01CG05) Desenvolver progressivamente as habilidades manuais, adquirindo controle para desenhar, pintar, rasgar, folhear, entre outros.							
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS							
Suportes, materiais e instrumentos para desenhar, pintar e folhear.	Conhecer e explorar instrumentos gráficos, seus usos ou suas funções.	Tentativas de registro.		X			3º
	Pintar, desenhar, rabiscar, folhear com diferentes recursos e em diferentes suportes.	Coordenação motora fina.		X			A/T
	Coordenar, progressivamente, o movimento das mãos para segurar instrumentos gráficos.	Habilidades manuais.		X			A/T
	Manipular instrumentos gráficos (pincel grosso, pincel de rolinho, giz de cera, giz pastel etc.) para conseguir diferentes marcas gráficas.	Coordenação óculo-manual.		X			A/T
	Participar de situações que envolvam o rasgar, o enrolar e o amassar.	Coordenação óculo-manual.		X			A/T
	Virar páginas de um livro, revista, jornais etc.	Coordenação óculo-manual.		X			A/T
	Conhecer brinquedos, livros ou jogos de sua cultura local.	Elementos visuais da cultura.		X			A/T

**CAMPO DE EXPERIÊNCIA: CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS**

(EI02/03CG01) Apropriar-se de gestos e movimentos de sua cultura no cuidado de si e nos jogos e brincadeiras.

SABERES E CONHECIMENTOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	Conteúdos	Bebês- 0 a 1 ano	Crianças bem pequenas 1 ano	Crianças pequenas 2 e 3	Crianças pequenas 4 e 5 anos	Trimestre
-------------------------	---	-----------	------------------	-----------------------------	-------------------------	------------------------------	-----------

<p>Coordenação motora ampla: equilíbrio, destreza e postura corporal. Manifestações culturais. Orientação espacial. Grupos Sociais (família). Esquema corporal. Materiais de higiene, procedimentos e cuidados consigo mesmo. Órgãos dos</p>	Participar de brincadeiras com cantigas, rimas, histórias, parlendas ou outras situações que envolvam movimentos corporais.	Brincadeiras de roda e cantigas			X		A/T
	Acompanhar ritmos de diferentes músicas com movimentos corporais.	Dança/gêneros musicais (música popular, regional, etc)			X		2º
	Executar movimentos e gestos a partir de estímulos visuais e auditivos.	Reprodução do movimento			X		3º
	Conhecer os objetos, materiais, expressões culturais corporais, danças, músicas e brincadeiras típicas de sua região e de sua cultura e de outras.	Cultura típica da sua região e de outras			X		3º
	Imitar movimentos fundamentais, com auxílio do professor.	Movimentos fundamentais			X		3º
	Identificar objetos por meio da visão.	Percepção visual			X		3º
	Manipular objetos, visando ao desenvolvimento da coordenação óculo-manual.	Coordenação óculo-manual			X		2º
Identificar, por meio de expressões e da linguagem, alguns sons presentes em seu cotidiano.	Fontes sonoras			X		2º	

sentidos.	Reconhecer texturas, formatos e tamanhos por meio da exploração de objetos.	Percepção tátil			X		2º
	Reconhecer diferentes temperaturas, por meio da experimentação.	Percepção tátil			X		2º
	Explorar seu corpo e o corpo do outro, por meio do toque.	Percepção tátil			X		2º
	Perceber diferentes sabores por meio da experimentação de diversos tipos de alimentos, com diferentes texturas.	Percepção gustativa			X		2º
	Reconhecer alimentos com diferentes sabores.	Percepção Gustativa			X		2º

	Desenvolver a percepção olfativa, sentindo diferentes odores.	Orgaos do sentido			X		2º
	Explorar o próprio corpo na perspectiva de conhecê-lo, sentindo os seus movimentos, ouvindo seus barulhos, conhecendo suas funções.	Sons do próprio corpo			X		3º
	Conhecer e apontar partes do seu corpo e mostrar a correspondência destas em seus colegas. (cabeça, dente, olho, boca, cabelo, unha, dedo, nariz, mão, pé, pescoço, umbigo, joelho, dentre outros).	Partes do corpo			X		1º
	Vivenciar brincadeiras de esquema corporal, de exploração e expressão diante do espelho, utilizando as diferentes formas de linguagens e percebendo suas características.	Percepção corporal			X		3º
	Observar e imitar gestos e movimentos típicos dos profissionais da escola e de sua comunidade próxima.	Reprodução do movimento			X		A/T

Expressar, por meio do corpo, de seus gestos e movimentos, confortos e desconfortos.	Cuidado de si mesmo			X		1º
Perceber o desconforto do colega e oferecer-lhe acolhimento.	Cuidado com o outro			X		1º
Participar de atividades que desenvolvam o chutar, pegar, manusear, mover e transportar objetos com diferentes características.	Movimentos fundamentais			X		2º
Brincar nos espaços externos e internos com obstáculos que permitem empurrar, rodopiar, balançar, escorregar, equilibrar-se, arrastar, engatinhar, levantar, subir, descer, passar por dentro de, por baixo de, saltar, rolar, procurar, pegar etc., vivenciando limites e possibilidades corporais.	Movimentos fundamentais			X		2º

Identificar partes do seu corpo e mostrar a correspondência destas em seus colegas. (cabeça, dente, olho, boca, cabelo, unha, dedo, nariz, mão, pé, pescoço, umbigo, joelho, ombro, punho, cotovelo, calcanhar, perna, tornozelo, coxa, costa, nuca, testa, dentre outros).	Gêneros musicais/partes do corpo			X		3º
Vivenciar, explorar e valorizar a escuta de diferentes estilos de música, dança e outras expressões da cultura corporal.	Gêneros musicais			X		A/T
Conhecer práticas de cuidado e a atenção no uso dos diferentes espaços da escola.	Cuidados do ambiente escolar			X		2º

	Apropriar-se de movimentos para o cuidado de si: pentear-se, lavar as mãos, usar talheres e outros utensílios percebendo suas funções sociais.	Hábitos de higiene			X		A/T
	Imitar movimentos estabelecendo relações entre as situações vividas e o enredo, cenários e personagens.	Imitação de situações vivenciadas			X		A/T
(EI02/03CG02) Deslocar seu corpo no espaço, orientando-se por noções como em frente, atrás, no alto, embaixo, dentro, fora etc., ao se envolver em brincadeiras e atividades de diferentes naturezas.							
O corpo e o espaço. Noções espaciais: dentro de, fora de, perto de, longe, embaixo de, em cima de, de um lado, do outro, esquerda,	Explorar o espaço ao seu redor fazendo movimentos como saltar, correr, se arrastar e outros.	Coordenação motora ampla			X		A/T
	Localizar um brinquedo e buscá-lo.	Localização			X		A/T
	Experimentar novas explorações a partir de diferentes perspectivas, olhando pela janela, em cima da mesa ou do escorregador do parque etc.	Percepção direcional			X		A/T
	Percorrer trajetos inventados espontaneamente ou propostos: circuitos desenhados no chão, feitos com corda, elásticos, tecidos, mobília e outros limitadores e obstáculos para subir,	Circuito motor			X		A/T
direita, a frente de, atrás de etc. Orientação espacial.	descer de, passar por baixo de, por cima de, por dentro de, por fora de, na frente de, atrás de, contornar e outros.						
	Reconhecer o local onde se encontram seus pertences pessoais.				X		A/T
	Observar e imitar seus colegas nas diferentes formas de exploração do espaço escolar e extraescolar.	Reprodução do movimento			X		A/T

	Participar de situações que envolvam a execução de comandos: dentro de, fora, perto de, longe, em cima de, no alto, embaixo de, ao lado de, a frente de, atrás de, no alto.	Direcionalidade (ponto de referência)			X		A/T
	Explorar o espaço ambiente da escola considerando a localização de seus elementos no espaço: na frente de, atrás de, separado e junto, entre, em cima de e embaixo de, dentro de, fora de e etc.	Direcionalidade (ponto de referência)			X		A/T
	Participar de situações em que o(a) professor(a) demonstra a localização de objetos: na frente de, atrás de, no alto, embaixo de, dentro de, fora etc.	Direcionalidade (ponto de referência)			X		A/T
	Participar de situações identificando a localização de objetos: à frente de, atrás de, no alto, embaixo de, dentro de, fora etc.	Direção			X		A/T
	Chutar, pegar, mover e transportar objetos orientando-se por noções espaciais.	Orientação espacial			X		A/T
(EI02/03CG03) Explorar formas de deslocamento no espaço (pular, saltar, dançar), combinando movimentos e seguindo orientações.							

O corpo e seus movimentos. Esquema	Explorar o espaço ao seu redor fazendo movimentos como: correr, lançar, galopar, pendurar-se, pular, saltar, rolar, arremessar, engatinhar e dançar livremente ou de acordo com comandos dados, em brincadeiras e	Movimentos corporais em relação ao espaço físico			X		A/T
---------------------------------------	---	--	--	--	---	--	-----



corporal. Dança. Imitação como forma de expressão.	jogos.					
	Explorar espaços maiores, com mais desafios, variando os movimentos e mostrando maior domínio sobre eles.	Percepção espacial			X	A/T
	Deslocar-se de diferentes modos: andando de frente, de costas, correndo, agachando, rolando, saltando etc.	Equilíbrio e lateralidade			X	A/T
	Descobrir diferentes possibilidades de exploração de um mesmo espaço e compartilhar com os colegas.	Localização espacial			X	A/T
	Dançar, executando movimentos variados.	dança			X	A/T
	Realizar atividades corporais e vencer desafios motores.	Desafios motores			X	A/T
	Participar de situações de deslocamento e movimento do corpo fora e dentro da sala.	Deslocamento corporal			X	A/T
	Deslocar-se em ambientes livres ou passando por obstáculos que permitam pular, engatinhar, correr, levantar, subir, descer, dentre outras possibilidades.	Relação com o próprio corpo, com o corpo do outro e do corpo no espaço			X	3º
	Participar de jogos de imitação, durante brincadeiras, contação de histórias e outras possibilidades.	Movimento em relação a ação dramática			X	3º
Deslocar-se de acordo com ritmos musicais: rápido ou lento.	Percepção temporal (velocidade, sucessão, duração e ritmo)			X	3º	

Vivenciar jogos de imitação e mímica.	Caracterização de personagens e dramatização			X		3º
---------------------------------------	--	--	--	---	--	----

	Vivenciar brincadeiras e jogos corporais como, roda, amarelinha e outros.	Jogos e brincadeiras			X		AT
(EI02/03CG04) Demonstrar progressiva independência no cuidado do seu corpo.							
Práticas sociais relativas à higiene. Materiais de uso pessoal.  Hábitos alimentares, de higiene e de repouso. Cuidados com a saúde.	Cuidar progressivamente do próprio corpo, executando ações simples relacionadas a saúde e a higiene.	Cuidado de si mesmo			X		1º
	Vivenciar práticas que desenvolvam bons hábitos alimentares: consumo de frutas, legumes, saladas e outros.	Alimentação saudável			X		2º
	Participar de momentos de cuidados de si como: limpar-se, lavar as mãos, vestir-se e alimentarse, solicitando ajuda.	Práticas de cuidados pessoais			X		3º
	Participar de práticas de higiene com crescente autonomia.	Ampliação da autonomia quanto a higiene pessoal			X		A/T
	Identificar os cuidados básicos ouvindo as ações a serem realizadas.	Autonomia no uso de utensílios de alimentação e higiene			X		A/T
	Usar utensílios apropriados nos momentos de alimentação e higienização.	Autonomia no uso de utensílios de alimentação e higiene			X		1º
	Utilizar progressivamente o assento sanitário.	Desfralde e autonomia no uso do banheiro			X		A/T
	Conhecer o material de uso pessoal.	Identificação			X		1º
	Demonstrar, progressivamente, com gestos ou palavras as necessidades fisiológicas, solicitando auxílio do(a) professor(a).	Expressões das necessidades fisiológicas			X		1º

	Conhecer e utilizar o material de uso pessoal.	Identificação de materias pessoais			X		1º
	Participar de momentos como: limpar-se, lavar as mãos, vestir-se com independência.	Cuidados com o corpo e bem estar			X		2º
	Participar dos cuidados básicos ouvindo as ações a serem realizadas.	Palestras com profissionais da área da saúde			X		3º

	Alimentar-se com crescente autonomia, manuseando os alimentos.	Independência			X		A/T
	Perceber e oralizar as necessidades do próprio corpo: fome, frio, calor, sono, sede e outras necessidades fisiológicas.	Percepção das necessidades básicas			X		A/T

(EI02/03CG05) Desenvolver progressivamente as habilidades manuais, adquirindo controle para desenhar, pintar, rasgar, folhear, entre outros.

Coordenação motora fina. Suportes, materiais e instrumentos para desenhar, pintar, folhear...	Conhecer a forma como segura instrumentos gráficos: pincel grosso, pincel de rolinho, giz de cera, giz pastel e outros para conseguir diferentes marcas gráficas.	Instrumentos gráficos			X		3º
	Virar páginas de livros, revistas, jornais e etc. com crescente habilidade.	Reprodução do movimento: estímulos visuais			X		3º
	Manusear diferentes riscadores em suportes e planos variados.	Tentativas de registros (garatujas)			X		3º
	Explorar jogos de montar, empilhar e encaixar.	Movimento coordenado			X		2º
	Modelar diferentes formas, de diferentes tamanhos com massinha, argila e outros.	Modelagem			X		A/T
	Explorar livros de materiais diversos: plástico, tecido, borracha e papel.	Percepção tátil			X		2º

Pintar, desenhar, rabiscar, folhear, rasgar, picotar utilizando diferentes recursos e suportes.	Registro de ideias/significados			X		3º
Participar de situações que envolvam o rasgar, o enrolar e o amassar.	Registro de ideias/significados na composição plástica			X		3º
Coordenar o movimento das mãos para segurar o giz de cera, lápis e pincel e fazer suas marcas gráficas.	Coordenação óculo-manual			X		A/T
Manusear diferentes riscadores naturais e industrializados em suportes e planos variados para perceber suas diferenças.	Percepção natural e artificial			X		A/T
Conhecer gradativamente o movimento para o uso da tesoura.	Percepção na natureza e produção plástica:linha			X		A/T
Mudar a página do livro ou explorar materiais de construção e brinquedos de encaixe de diferentes tamanhos e formatos.	Tamanhos e formas			X		A/T
Participar de jogos de montar, empilhar e encaixar.	Montagem, encaixe e empilhamento			X		A/T
Manipular e modelar materiais e elementos de diferentes formas: massinha, argila, papel alumínio e outros.	Reconhecer objetos de diferentes materiais			X		A/T
Executar habilidades manuais, utilizando recursos variados: linha, lã, canudinho, argolas e outros.	Percepção na natureza e produção plástica:linha.			X		A/T
Pintar, desenhar, rabiscar, folhear, rasgar, pulsionar, recortar aleatoriamente utilizando recursos e suportes.	Coordenação motora			X		A/T

Participar de situações que envolvam o rasgar seguindo limites, o enrolar e o amassar, modelando objetos seguindo orientações do professor.	Coordenação motora fina			X		A/T
---	-------------------------	--	--	---	--	-----

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS							
(EI04/05CG01) Criar com o corpo formas diversificadas de expressão de sentimentos, sensações e emoções, tanto nas situações do cotidiano quanto em brincadeiras, dança, teatro, música.							
(EI04/05CG03) Criar movimentos, gestos, olhares e mímicas em brincadeiras, jogos e atividades artísticas como dança, teatro e música.							
SABERES E CONHECIMENTOS	CAMPO DE EXPERIÊNCIA: CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS	Conteúdos	Bebês - 0 a 1 ano	Crianças pequenas	Crianças pequenas	Crianças pequenas	Trimestre

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS						
				4 e 5 anos		
Manifestações culturais.	Expressar interesses, sentimentos, sensações ou emoções por meio de brincadeiras, dança ou dramatizações.	Dança Teatro Brincadeiras			X	3º
Seu corpo, suas possibilidades motoras, sensoriais e expressivas.	Criar e recriar gestos e movimentos corporais.	Movimentos fundamentais Partes do corpo Esquema corporal			X	3º
Esquema	Cantar, gesticular e expressar emoções acompanhando músicas, cantigas e jogos de imitação.	Imagem corporal Expressão corporal			X	1º

corporal.  Movimento: gestos, expressões faciais mímicas.  Imitação como forma de expressão.	Vivenciar brincadeiras de esquema, imagem e expressão corporal diante do espelho, utilizando as diferentes formas de linguagem.	Corpo e espaço Jogos de corrida variada				X	2º
	Vivenciar situações de deslocamento e movimento do corpo fora e dentro da sala.	Jogos em linha Jogos em círculo				X	3º
	Explorar movimentos corporais ao dançar e brincar.	Jogos e brincadeiras				X	A/T
	Dramatizar situações do dia a dia, músicas ou trechos de histórias.	Jogos de imitação Brincadeira cantada				X	1º
	Vivenciar diferentes papéis em jogos e brincadeiras.	Jogos e brincadeiras				X	A/T

**CAMPO DE EXPERIÊNCIA: CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS**

Jogo de papéis e domínio da conduta.  Equilíbrio, destreza, postura controle do corpo.  Orientação espacial.	Combinar movimentos com outras crianças criando novas possibilidades de expressão.	Estímulos visuais				X	3º
	Conhecer brincadeiras e atividades artísticas típicas da cultura local.	Brincadeiras de nossa cultura				X	3º
	Participar de encenações e atividades que desenvolvam a expressão corporal a partir de jogos de imitação, corporais e dramáticos.	dramatizações				X	3º
	Discriminar e nomear as percepções ao experimentar diferentes sensações.	Sentidos, percepções e sensações				X	3º

Deslocar-se em diferentes espaços e direções, de diferentes modos, de acordo com diferentes ritmos.	Localização e orientação espacial Noções de direcionalidade, lateralidade, proximidade e interioridade				X	3°
Participar de brincadeiras envolvendo movimentos corporais, vivenciando limites e possibilidades.	Coordenação motora fina: óculo- manual e óculo-pedal				X	AT
Criar movimentos e expressões corporais a partir de brincadeiras, danças e jogos dramáticos.	Expressão facial: labial e ocular				X	2°
Deslocar-se em ambientes livres ou com obstáculos.	Relação com o próprio corpo Relação com o corpo do outro				X	2°
Deslocar-se de diferentes modos e ritmos, movimentando-se de forma condizente.	Relação do corpo no espaço					
Vivenciar brincadeiras e jogos corporais, conhecendo e respeitando as regras.	Velocidade Duração					

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS						
		Ritmo				
(EI04/05CG02) Demonstrar controle e adequação do uso de seu corpo em brincadeiras e jogos, escuta e reconto de histórias, atividades artísticas, entre outras possibilidades.						
Corpo e espaço.	Movimentar-se seguindo uma sequência e adequando-se ao compasso definido pela música, brincadeira ou regra.	Noção espacial Equilíbrio estático			X	2°

Controle equilíbrio corpo.	e do	Percorrer trajetos inventados ou propostos demonstrando controle e adequação corporal.	Equilíbrio dinâmico Freio inibitório				X	2º
	de Jogos expressivos linguagem corporal.	Deslocar-se usando movimentos corporais cada vez mais complexos.	Linguagem corporal Condutas motoras de base: quadrupedar				X	2º
e		Movimentar-se e deslocar-se com controle progressivo, equilíbrio, coordenação, resistência e força muscular.	galopar, arrastar-se, saltar, engatinhar, rolar, pular de um pé só,				X	A/T
Localização orientação espacial: dentro de, fora de, perto de, longe de, embaixo de, e cima de, de um lado, do outro esquerda de, direita de,	ro	Adequar seus movimentos corporais aos de seus colegas em situações de brincadeiras ou atividades coletivas.	Localização e orientação espacial: dentro de, fora de, perto de, longe de, embaixo, em cima, de um lado, do outro, esquerda, direita, frente e atrás, etc.				X	3º
	a	Participar de atividades que desenvolvam noções de proximidade, interioridade e direcionalidade, posicionando o corpo no espaço.	Regras de convivência Estimulo auditivo				X	A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS								
frente de, atrás de etc.	Noções de direcionalidade,	Participar de conversas em pequenos grupos escutando seus colegas e esperando a sua vez de falar.	Gestos e movimentos Postura e controle do corpo				X	1º
		Adequar seus movimentos em situações de brincadeiras com ritmo da música ou da dança.	Gestos e movimentos Postura e controle do corpo				X	1º



lateralidade, proximidade e interioridade.	Participar de situações que envolvam comandos, evidenciando controle corporal e exercitando a escuta.	Estimulo auditivo				X	2°
(EI04/05CG04) Adotar hábitos de autocuidado relacionados à higiene, alimentação, conforto e aparência.							
Práticas sociais relativas à higiene.	Desenvolver hábitos de boas maneiras ao alimentar-se.	Hábitos alimentares				X	2°
	Realizar ações de higiene: ir ao banheiro, lavar as mãos e escovar os dentes com autonomia.	Higiene corporal Higiene bucal				X	1°
Autocuidado e autonomia.	Perceber, verbalizar e realizar ações de cuidado com o próprio corpo relacionadas ao conforto térmico, repouso e alimentação.	Higiene do meio que está inserido: casa, rua, escolas.				X	3°
Materiais de uso pessoal.	Vivenciar práticas que desenvolvam bons hábitos alimentares: consumo de frutas, legumes, saladas e outros.	Alimentação saudável Higiene dos alimentos Descanso: sono, relaxamento e lazer				X	2°
Hábitos alimentares, de higiene e de repouso.	Conhecer sua condição alimentar, identificando possíveis restrições.	Necessidades nutricionais				X	3°
Cuidados com a saúde.	Conhecer, cuidar e utilizar de forma autônoma seu material de uso pessoal.	Cuidado com materiais				X	1°
(EI04/05CG05) Coordenar suas habilidades manuais no atendimento adequado a seus interesses e necessidades em situações diversas.							
	Usar a tesoura sem ponta para recortar.	Coordenação motora fina				X	A/T
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS							

Habilidade manual.	Manipular objetos de diferentes tamanhos e pesos, coordenando os movimentos.	Percepção tátil				X	A/T
Suportes, materiais e instrumentos para desenhar pintar e folhear.	Utilizar diferentes materiais e instrumentos nas suas produções com progressiva desenvoltura.	Coordenação viso motora				X	A/T
	Manusear diferentes riscadores em suportes e planos variados para perceber suas diferenças, registrando suas ideias.					X	A/T
Representações gráfica e plástica: desenho, pintura, colagem, dobradura, escultura etc.	Participar de jogos e brincadeiras de construção utilizando elementos estruturados ou não, com o intuito de montar, empilhar, encaixar e outros.					X	A/T
	Executar habilidades manuais utilizando recursos variados: rasgar, picotar, recortar, dobrar, colar.					X	A/T
Representações bidimensionais e tridimensionais.	Manusear livros, revistas, jornais e outros com autonomia.	Habilidades perceptivo motora envolvidas na resolução de direferentes tarefas				X	A/T
	Modelar diferentes formas, de diferentes tamanhos com massa ou argila.	modelagens				X	A/T
	Expressar-se por meio de desenho, pintura, colagem, dobradura, escultura, criando produções bidimensionais e tridimensionais.					X	A/T

### ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

Com o corpo (por meio dos sentidos, gestos, movimentos impulsivos ou intencionais, coordenados ou espontâneos), as crianças, desde cedo, exploram o mundo, o espaço e os objetos do seu entorno, estabelecem relações, expressam-se, brincam e produzem conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o universo social e cultural, tornando-se, progressivamente, conscientes dessa corporeidade. Por meio das diferentes linguagens, como a música, a dança, o teatro, as brincadeiras de faz de conta, elas se

comunicam e se expressam no entrelaçamento entre corpo, emoção e linguagem. As crianças conhecem e reconhecem as sensações e funções de seu corpo e, com seus gestos e movimentos, identificam suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo, ao mesmo tempo, a consciência sobre o que é seguro e o que pode ser um risco à sua integridade física. Na Educação Infantil, o corpo das crianças ganha centralidade, pois ele é o partícipe privilegiado das práticas pedagógicas de cuidado físico, orientadas para a emancipação e a liberdade, e não para a submissão. Assim, a instituição escolar precisa promover oportunidades ricas para que as crianças possam, sempre animadas pelo espírito lúdico e na interação com seus pares, explorar e vivenciar um amplo repertório de movimentos, gestos, olhares, sons e mímicas com o corpo, para descobrir variados modos de ocupação e uso do espaço com o corpo (tais como sentar com apoio, rastejar, engatinhar, escorregar, caminhar apoiando-se em berços, mesas e cordas, saltar, escalar, equilibrar-se, correr, dar cambalhotas, alongar-se etc.).

Embora a Educação remeta, em grande parte, ao desenvolvimento de competências psicológicas e habilidades cognitivas dos indivíduos, o corpo, suas sensações e todo o aspecto físico não podem ficar de fora do processo educacional das crianças e bebês. O segundo Campo de Experiência da BNCC foi fundamentado justamente nessas necessidades. “O corpo, na Educação Infantil, ganha centralidade por meio das diferentes linguagens, como a dança, a música, o teatro, as brincadeiras”,.O campo coloca o foco na busca por descobertas sensoriais dos pequenos, com ênfase na interação da criança com o meio e com os outros. “Com gestos e movimentos, eles experimentam suas potencialidades e limites”.

O corpo é explorado pela criança desde seus primeiros meses de vida. Ele é o verdadeiro órgão da aprendizagem e a estrutura que serve de suporte para a aprendizagem. É o responsável pela captação das informações e pelo registro delas, pois todo o aprendizado passa por ele. As crianças fazem seu descobrimento do mundo e das pessoas por meio do contato físico e de suas ações. É muito importante encorajar as crianças a vivenciar, a sentir e a entender sua corporeidade em uma relação com o meio e com o mundo. Elas percebem os sentidos, captam, recebem os sons, sentem os cheiros e sabores por meio de seus corpos.

Muitas mães estimulam o desenvolvimento global da criança de forma natural enquanto conversam com seus filhos, na alimentação, no banho, na demonstração de carinho e afeto e, à medida que se desenvolvem, suas vivências vão se ampliando.

É de fundamental importância para a criança promover a construção da sua própria identidade e autoimagem, mediante o conhecimento do seu corpo, desenvolvendo assim capacidades motoras básicas como rolar, andar, correr, pular, dançar, rasgar, recortar, ter noção de cuidados com o seu corpo, adotando hábitos de higiene, familiarizando-se principalmente com sua imagem, descobrindo e reconhecendo as sensações que o seu corpo produz, seus movimentos, suas possibilidades e limites. Deve vivenciar diferenciadas sensações, percepções, emoções, para que possa descobrir suas possibilidades e assim ampliar suas linguagens: corporal, gestual e oral, expressando-se de diversas formas na sua relação com adultos e outras crianças, conversando, dramatizando, imitando, cantando, desenhando, jogando. Assim, a criança irá gradativamente incorporar essas vivências e tomar consciência de seu corpo.

A criança é um ser em desenvolvimento. Desde os primeiros anos de vida, vivencia afetividade, compreensão e constrói o conhecimento a partir de interações com outras pessoas e com o meio em que vive.

Uma criança que conhece a si mesma e ao seu corpo adquire domínio sobre seus movimentos e em sua relação com o mundo externo. Na Educação Infantil, devemos ter como prioridade a ajuda à criança para que esta possa ter uma percepção adequada de si mesma, compreendendo suas possibilidades e limitações reais e, ao mesmo tempo, auxiliá-la a se expressar corporalmente com maior liberdade, conquistando e aperfeiçoando novas competências motoras.

As atividades elaboradas através do Campo de Experiências o corpo e movimento levam as crianças a desenvolver:

- Habilidades motoras, que levem a criança a aprender a conhecer seu próprio corpo e a se movimentar expressivamente;

- Um saber corporal que inclua as dimensões do movimento, desde funções que indiquem afetividades e representações de movimentos;

- Trocas afetivas;

- A comunicação e a expressão das ideias;

- A exploração do mundo físico e o conhecimento do espaço;

- A apropriação da imagem corporal;

- As percepções rítmicas, estimulando reações novas, através de jogos corporais e danças;

- Habilidades motoras finas no desenho, na pintura, na modelagem, na escultura, no recorte, na colagem e nas atividades de escrita. Os materiais que colaboram para as experiências motoras podem incluir:

- Túneis para as crianças percorrerem;

- Caixas de madeira;

- Materiais que rolem e onde as crianças possam entrar;

- Instrumentos musicais ou geradores de som (bandinhas de diversos objetos);

- Cordas e bastões;

- Bancos, sacos de diversos tamanhos, pneus, tijolos;

- Espelhos;

- Papéis de todos os tamanhos e formatos;

- Giz, lápis, canetas hidrográficas (de diversos tamanhos);

- Elásticos e outros.

Enfim, estimular atividades corporais para além da sala de aula auxiliaria os alunos a vencer melhor os desafios da leitura e da escrita. Além disso, podemos destacar o fato de que as brincadeiras e os jogos são importantes no mundo da fantasia da criança, tornando possível transcender o mundo imediatamente disponível, diretamente perceptível. O mundo perceptível das pessoas é sempre um mundo significativo, isto é, é sempre um mundo interpretado por alguém e, portanto, singular e subjetivo, tal

como a escrita. A atitude da escola frente à espontaneidade do movimento de cada criança poderá influenciar fortemente o rumo do processo de aprendizagem da criança. A escola que trabalha para o desenvolvimento psicomotor da criança tende a contribuir para o bom aprendizado.

## **FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR**

As crianças se movimentam desde o nascimento e, progressivamente, ampliam as possibilidades corporais para interação com o mundo. Por meio do movimento, aprendem sobre si mesmas, descobrem e relacionam-se com o outro e com os objetos, desenvolvem suas capacidades e habilidades. Sabemos a importância do corpo na formação das pessoas, nessa perspectiva é relevante para a educação dar espaço e uma real importância para o desenvolvimento da criança como um todo, valorizando não somente a razão, mas a percepção sinestésica do mundo, ou seja, o corpo e o movimento. As crianças se expressam, comunicam e interagem muito antes da aquisição da fala e essa capacidade, se dá com o corpo e pelo corpo. Segundo Moreira (1995, p. 85) A criança é movimento em tudo o que faz, pensa e sente. O seu corpo presente é ativo em todas as situações e em todos os momentos. Ele, o corpo, dialoga todo o tempo com todos que o cercam. Desde uma brincadeira como pega-pega, até as formações em roda ou em colunas. Posso notar que o corpo, por meio de movimentos, denota sentimentos e emoções.

Desse modo, a linguagem do movimento tem um papel muito importante no processo de ensino aprendizagem, pois possibilita a criação de corpos lúdicos, criativos e de autoria. Assim, o corpo é expressão da personalidade, da cultura, de um movimento histórico, em que todas as experiências passam pelo corpo das crianças, não apenas como algo que se movimenta, mas como algo completo em estrutura física, emocional e intelectual. A fim de que haja garantia de condições necessárias para a aprendizagem de todas as crianças, inclusive as com deficiência, o movimento deve permear todas as práticas pedagógicas, além disso a atitude do professor é essencial para que a criança construa a imagem positiva em relação ao próprio corpo e ao do outro, além do prazer ao se movimentar.

É importante que o professor reconheça os avanços motores das crianças, respeitando e valorizando suas diferentes características corporais e suas limitações, utilize diversos recursos materiais para promover situações lúdicas, desafiadoras e instigantes para a aprendizagem de diferentes aspectos relacionados ao brincar e ao movimento. Portanto, é de suma importância proporcionar à criança o conhecimento de sua movimentação corporal e, conseqüentemente, aprimorar a sua expressão e comunicação com o mundo. O movimento é, portanto, aspecto fundante para o desenvolvimento infantil pautado nas interações e brincadeiras que envolvam o corpo e que dialoguem com todos os campos de experiências e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento presentes na BNCC.

## **DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS**

Os Desafios Contemporâneos buscam promover a análise, a reflexão, a difusão de ideias e o cruzamento de múltiplas perspectivas a respeito do contexto atual nos campos social, da cultura e da educação, além de propiciar a troca de experiências entre diversos agentes: formuladores de políticas públicas, empreendedores, grupos independentes, integrantes de movimentos sociais, coletivos artísticos, profissionais do campo de educação, cultura e museus, pesquisadores e intelectuais. No fazer artístico, o estudante tem possibilidades de desenvolver sua poética pessoal, esta ação investigativa o leva à reflexão, à análise crítica, a experimentações, a comparações, à imaginação, e a criar soluções (inclusive tecnológicas). Além disso, também instiga a curiosidade, a levantar hipóteses, o trabalho em equipe, o desenvolvimento do pensamento artístico, a criatividade, a percepção, dentre outros, possibilitando, assim, a resolução de problemas de ordem técnica e estética, bem como a humanização dos sentidos. Nesse sentido, as metodologias ativas objetivam alcançar e motivar o estudante, que colocado diante uma situação-problema, examina, reflete, contextualiza, pesquisa e ressignifica suas descobertas. Sendo um recurso didático de grande importância, as metodologias ativas podem favorecer, de forma significativa e eficaz, o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando ao aluno um papel protagonista na produção de seu conhecimento.

Com isso, o respeito a estas manifestações artísticas culturais e ao patrimônio cultural torna-se possível, pois, durante o conhecimento e a valorização destas, o respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas se evidencia, possibilitando a apropriação de conhecimentos artísticos e estéticos.

## **EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO**

Para que todos possam transitar com tranquilidade e segurança nas vias urbanas, atualmente, o Brasil conta com uma Lei Federal, que regulamenta o trânsito de veículos e pedestres: o Código Nacional de Trânsito. Nele, podemos encontrar normas de circulação e conduta para que todos possam ir e vir com segurança e sem conflitos.

O trânsito faz parte da vida de qualquer ser humano. É nas ações cotidianas que revelamos o nosso compromisso com a segurança no trânsito e o quanto podemos proteger todos ao nosso redor. Educar para o trânsito é primordial para a sociedade atual que vive um quadro brutal de variadas formas de agressões ao homem em seu cotidiano. A escola necessita acompanhar as mudanças sociais preparando o aluno para saber transitar no espaço público, além de refletir sobre a questão ética.

A educação nas escolas ajuda a formar cidadãos mais conscientes e preparados para enfrentar a vida e o trânsito.

Essa educação deve começar nas séries iniciais, aliando teoria e prática. Desta forma, o Instituto Dom Barreto, trabalha projetos pedagógicos voltados para a educação no trânsito, na etapa da Educação Infantil.

Os projetos voltados para o tema buscam contribuir na construção de valores, como o respeito ao próximo para a proteção da vida, que é o nosso bem maior, ajudando na compreensão da criança em relação aos elementos e as situações vivenciadas no trânsito. Trabalhar o trânsito com crianças da Educação Infantil é importante, pois o aprendizado durante esta fase é mais fácil para

ser assimilado. Isto faz com que os alunos cresçam com consciência de seus deveres e direitos no trânsito, bem como no desenvolvimento de valores como solidariedade, respeito e colaboração.

A abordagem diante das crianças é na questão da educação. As atividades elaborada são referentes as situações cotidianas. Foram elaborados questionamentos diante das posturas do pai e da mãe no trânsito.

A promoção e desenvolvimento das atividades do Dia do Trânsito são fundamentais para a compreensão dos alunos da educação infantil sobre as regras e deveres relacionados ao trânsito.

Por meio dos projetos, as crianças podem atuar como agentes educativos, dentro do ambiente familiar.

A escola é uma das principais responsáveis em promover, desde de muito cedo, o papel do cidadão em relação ao comportamento em sociedade, gerando a reflexão por meio de temas importantes e atuais.

A família, como base educacional e comportamental, deve auxiliar a escola durante esse processo de aprendizagem da criança para que isso gere um resultado significativo em relação ao que foi proposto.

As atividades do Dia do Trânsito são fundamentais também para o crescimento pessoal, pois mesmo que pequenos, os alunos já estão inseridos nas práticas de trânsito básicas, como atravessar a rua, usar cinto de segurança, andar de transporte público, dentre outras.

Com relação aos objetivos, o professor, ao desenvolver as atividades do Dia do Trânsito, permite ao aluno:

- Aprender sobre as regras de trânsito, tais como noções de sinalização, faixa de pedestre, cinto de segurança e etc;
- Entender como acontecem os acidentes de trânsito e de como os mesmos podem ser evitados;
- Conceber valores relacionados à vida em sociedade, comportamento no trânsito, respeito ao próximo e solidariedade;
- Perceber os perigos quando as regras relacionadas ao trânsito não são de fato obedecidas;
- Aprender mais sobre os meios de transporte, identificando a função e importância de cada um, seja ele aéreo, terrestre ou marítimo;
- Promover atividades interdisciplinares com o intuito de aplicar os conhecimentos adquiridos em outras áreas do conhecimento.
- Produção de um semáforo em sala de aula para que os alunos aprendam o significado e representação das cores;
- Apresentação das principais placas de trânsito, como pare, proibido estacionar, vire a direita/esquerda, faixa de pedestre, expondo o que cada uma simboliza;
- Discussão e debate com os alunos por meio de roda de conversa sobre os perigos da má conduta no trânsito;
- Encenação, fora da sala de aula, das principais práticas de trânsito, tendo os alunos como personagens ativos da situação;

- Elaboração de painéis e cartazes sobre as normas do trânsito, anexando-as por toda escola;
- Produção de textos por parte dos alunos sobre como é a ida e volta para escola, informações sobre o trajeto e etc;
- Exibição de vídeo educativos em sala para reforçar as ideias trabalhadas em sala, como as noções de sinalização e respeito no trânsito;
- Participação em atividades pedagógicas em conjunto com os pais ou responsáveis para que haja maior participação e interesse dos alunos;
- Brincadeiras dirigidas, como jogo da memória com os símbolos do trânsito, além de perguntas e repostas sobre as placas de sinalização e seus significados;
- Palestra com profissionais da área de trânsito, tais como motoristas de transporte coletivo, explicando seu papel em sociedade durante o exercício da sua função;

### **INCLUSÃO SOCIAL: SÍMBOLOS**

A inclusão social é um termo que vem sendo amplamente comentado nos últimos tempos, refere-se à possibilidade de dar a todas as pessoas, independentemente de suas diferenças, os mesmos direitos e oportunidades.

Antes que as medidas de inclusão social sejam formuladas e aplicadas, é necessário observar quais são os grupos excluídos e o que deve ser melhorado para que possam estar plenamente inseridos na sociedade. A inclusão social nas escolas visa eliminar o preconceito e a discriminação, independente do tipo (étnica, de deficientes, de gênero, de orientação sexual, etc). Esse tema é de extrema importância para a distinção de signos nos processos de alfabetização e o professor de Educação Infantil irá abordar nos objetivos de aprendizagem os símbolos mais utilizados.

### **EDUCAÇÃO ALIMENTAR**

O Dia Nacional da Alimentação nas Escolas é comemorado em 21 de outubro. A data foi escolhida para ressaltar a importância das ações voltadas para a educação alimentar e nutricional dos estudantes de todas as etapas da educação básica. É com esse objetivo que o Governo Federal investe no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que tem como objetivo garantir o consumo de alimentos saudáveis no ambiente escolar, de modo a criar bons hábitos nos estudantes para toda a vida.

Respeitar os hábitos alimentares e vocação agrícolas locais. Para a execução do PNAE, a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, institui como diretrizes da alimentação escolar: Alimentação Saudável e adequada orienta para o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o



desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica.

A hora da alimentação faz parte da rotina de cuidados, assim como o sono, a troca e o banho. É um momento especial para formação de vínculos e construção da autonomia, requer atenção especial e personalizada.

Antes de adentrar na sistemática do funcionamento destes momentos de refeição, faz-se importante salientar alguns pressupostos das rotinas de cuidados personalizados: Nunca se trata uma criança como objeto, mas sim como alguém que sente, observa e, quando tem oportunidade, pode conhecer e compreender seus anseios e necessidades. Toda atividade de cuidado deve ser exercida com calma e delicadeza nos gestos, respeitando os ritmos de cada criança.

A rotina precisa ser estável, os procedimentos mantidos e previsíveis para que as crianças consigam antecipar e participar dos próprios cuidados.

O educador se dedica plenamente à criança enquanto está com ela: conversa, troca olhares afetuosos, antecipa seus gestos e explica o que faz. Apresenta-lhe os objetos enquanto os manuseia e também permite o manuseio pelas crianças. Não a distraí para executar o que precisa.

A observação é o instrumento para conhecer cada criança e apoiá-la no seu percurso de desenvolvimento e gradativa autonomia. Oferecer cuidados personalizados em ambientes coletivos exige estrutura e organização ancoradas no trabalho de equipe. Um trabalho que sustenta suas ações cotidianas tendo a criança como eixo estruturante delas, como protagonistas deste cenário. Envolve todas as pessoas da instituição, como direção, coordenação, pessoas da manutenção e limpeza, cozinheiras, assistentes e professores.

O planejamento da hora das refeições precisa ser acordado e compartilhado com todos. Deve prever ações básicas e seguir algumas orientações razoáveis para cada etapa do desenvolvimento das crianças de zero a três anos. Também precisa ser flexível o suficiente para lidar com o inesperado.

Para cada criança se estabelece uma dieta que muda de acordo com seu desenvolvimento pessoal (quando ingere somente líquidos; em seguida a introdução das papinhas e semissólidos; depois, pedaços ou a comida semelhante à dos adultos)

Define-se o horário da refeição principal e das intermediárias e a sequência na qual as crianças serão atendidas (que sempre será a mesma para que possa ser previsível por elas).

Segue-se um protocolo de alimentação individual que inicia no colo, depois na mesa individual diante do adulto, em seguida na mesa com mais um colega e posteriormente na mesa com mais três companheiros e em grupos um pouco maiores (as companhias são determinadas de acordo com as possibilidades de interações e autonomia das crianças, e elas devem permanecer as mesmas por algum tempo).

Sabe-se diante mão se o prato da criança virá montado, se será servido na hora ou se ela mesma colocará em seu prato as comidas servidas em travessas.

Usará o copo (sempre de vidro transparente para que visualize o seu interior), usará mamadeira ou comerá na tigelinha e no prato).

\*

Terá uma colher a sua disposição, usará outra colher enquanto o adulto intercala com a sua, comerá sozinho com seus próprios talheres, usará os talheres e a louça tal qual a dos adultos.

Ajudará na distribuição e arrumação da mesa de refeição, recolherá os pratos ao final.

Fará sua higiene pessoal antes e depois de comer com ajuda do adulto, ajuda parcial ou independentemente.

Num mesmo grupo é possível encontrar crianças em fases diferentes, o que determinará isto é a observação que os adultos realizam de suas iniciativas e habilidades. Nenhuma atitude é antecipada ou exigida das crianças antes que ela esteja preparada para ela. Toda mudança é informada e antecipada antes de ser aplicada. Cada criança é chamada pelo nome quando chega sua vez de comer, mesmo que ainda seja bem novinho.

A criança escolhe o que deseja comer dentre as opções oferecidas, come o quanto quer e pode repetir em porções pequenas para se sentir satisfeita. Ninguém insiste ou tenta convencê-la de ingerir mais uma colherada além daquela que necessita. Com estas atitudes a criança passa a reconhecer sua fome e saciedade, ao invés de submeter-se ao critério do outro.

Todos os utensílios ficam próximos, dispostos e acessíveis tanto para o adulto quanto para a criança que já se alimenta com autonomia. Assim evita-se muita espera e agitação durante a refeição. Quem finaliza é colocado no chão ou pode levantar da mesa, descansar, brincar e se mover em liberdade. O espaço para o descanso ou brincadeira fica previamente preparado e com um adulto disponível para observar estas crianças.

## **COMBATE A VIOLÊNCIA**

Os objetivos listados da BNCC são gerais do assunto do projeto, mas em cada atividade muitos outros objetivos se apresentam. Você deve levar em consideração na hora do seu planejamento quais “códigos” deseja acrescentar, pois há diferentes possibilidades em uma mesma atividade conforme o enfoque dado na sua concretização.

Levar as crianças a compreenderem que morder, bater usar de violência com o colega não é o melhor modo de agir.

Conversar com as crianças na roda, contar uma história sobre a temática mordidas. Sugiro o livro digital Mordida não, Napoleão. Após a história converse sobre por que morder não é legal, enfoque que machuca e que deixa todos tristes. As crianças podem contar situações em que foram mordidas por outras crianças ou animais e como elas se sentiram. Como são crianças pequenas vá fazendo perguntas que as ajudem a encontrarem a continuidade do relato.

Confeccione uma boca grande com material reciclado e mostre os dentes para as crianças. Fale para que serve a boca, comente sobre como nossos dentes servem para triturar os alimentos. Entregue toalhas para as crianças e deixe-as morderem as toalhas, mostre que fica as marcas dos dentes e reforce que no colega machuca. Deixe as crianças irem até a boca gigante e

brincar, quando elas fazem de conta que foram mordidas entre na fantasia e mostre sua preocupação e diga para a “boca” como aquele comportamento foi errado.

Entregue uma folha para as crianças com uma boca e deixe que cole pedacinhos de papel branco ou isopor para serem os seus dentinhos. Reforce para o quê a boca serve: beijar, comer comida, falar.

Proponha brincadeiras com bonecas ou bichinhos de pelúcia, no qual as crianças precisam cuidar desses por estarem machucados ou doentes. Deixe que colemaparapós e enrolem faixas, façam de conta que colocam gelo. Use essa brincadeira para ensinar o cuidado. Incentive que as crianças beijem as bonecas e as consolem durante a brincadeira.

Traga imagens de crianças e pessoas felizes se abraçando ou com beijos nas bochechas. Mostre as imagens e pergunte se as crianças gostam de serem abraçadas e beijadas. Faça uma roda com as crianças e convide que uma por vez beije e abrace seu coleguinha. Volte a conversar sobre como beijar é melhor do que morder.

Cole as imagens de carinho em um cartaz. Sempre que uma criança for iniciar o processo de morder, lembre-a do cartaz e a convença a abraçar o colega. Ou a ajude a conversar para resolver os conflitos com a outra criança. Na Educação Infantil as atividades sugeridas podem ser feitas com frequência para lembrar as crianças a não morderem, pois estarão aprendendo outro modo de se relacionarem.

## **EXIBIÇÃO DE FILMES MENSAIS NACIONAIS**

A exibição de filmes nas escolas deve haver uma pluralidade pedagógica que precisa ser pensado, planejado e executado e que permite contribuir com a construção de uma alfabetização crítica dos meios que utilizam os recursos audiovisuais: cinema, televisão, internet, etc.

É possível levantarmos uma infinidade de atividades que podemos realizar com o audiovisual nas escolas. Isto é importante, mas não podemos ficar só nisso... As atividades são importantes desde que sejam pensadas e articuladas com uma proposta pedagógica mais ampla. É preciso caminhar: agindo e pensando... construindo e transformando...

Novas relações e linguagens desafiam os profissionais da educação a pensar na vocação multicultural da escola, no sentido de promover o diálogo entre as diferentes gerações e os diversos padrões culturais nela presentes.

Em sua análise, indicou três fatores que apontam um novo lugar para a escola: a cultura digital, que vem criando uma escola sem muros, na qual o estudante é produtor de conhecimento e a linguagem audiovisual assume importância; a existência de outros.

## **SEGURANÇA E SAÚDE**

A Lei Federal nº 12.645 de 16 de maio de 2012 instituiu 10 de Outubro como o Dia Nacional da Segurança e Saúde nas Escolas, ou seja, estabeleceu um dia a ser dedicado ao tratamento dessa temática no ambiente escolar.

O Dia Nacional da Segurança e Saúde nas escolas foi instituído justamente para promover essa aproximação entre a escola e o mundo da segurança e saúde do trabalhador. Sabe-se o quanto é importante que a problemática da segurança e saúde do trabalhador não se restrinja ao mundo do trabalho, mas passe a ser incorporada o mais cedo possível no cotidiano dos nossos alunos, pois esperar que eles cheguem ao mundo do trabalho para, somente depois disso terem contato com a questão da segurança e saúde no trabalho não é o melhor caminho, uma vez que pode não haver tempo para que isso aconteça, conforme demonstram as estatísticas. Educar para a cidadania é uma das principais funções sociais da escola, e ter consciência disso implica em reconhecer quão ampla e complexa é sua tarefa.

### **TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

A transição entre essas duas etapas da Educação Básica requer muita atenção, para que haja equilíbrio entre as mudanças introduzidas, garantindo integração e continuidade dos processos de aprendizagens das crianças, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que elas estabelecem com os conhecimentos, assim como a natureza das mediações de cada etapa. Tornase necessário estabelecer estratégias de acolhimento e adaptação tanto para as crianças quanto para os docentes, de modo que a nova etapa se construa com base no que a criança sabe e é capaz de fazer, em uma perspectiva de continuidade de seu percurso educativo.

Para isso, as informações contidas nos pareceres descritivos devem evidenciar os processos vivenciados pelas crianças ao longo de sua trajetória na Educação Infantil podem contribuir para a compreensão da história de vida escolar de cada aluno do Ensino Fundamental. Conversas ou visitas e troca de materiais entre os professores das escolas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental – Anos Iniciais também são importantes para facilitar a inserção das crianças nessa nova etapa da vida escolar. Além disso, para que as crianças superem com sucesso os desafios da transição, é indispensável um equilíbrio entre as mudanças introduzidas, a continuidade das aprendizagens e o acolhimento afetivo, de modo que a nova etapa se construa com base no que os educandos sabem e são capazes de fazer, evitando a fragmentação e a descontinuidade do trabalho pedagógico.

Nessa direção, a BNCC apresenta as sínteses das aprendizagens esperadas em cada campo de experiências, para que as crianças tenham condições favoráveis para ingressar no Ensino Fundamental. Essas sínteses devem ser compreendidas como elementos balizadores e indicadores de objetivos a ser explorados em todo o segmento da Educação Infantil, e que serão ampliados e aprofundados no Ensino Fundamental, e não como condição ou pré-requisito para o acesso ao Ensino Fundamental. Para que a criança compreenda o processo de transição quanto ao Campo de Experiência corpo e movimento a criança deve ter assimilado os conceitos. Atuar em grupo e demonstrar interesse em construir novas relações, respeitando a diversidade e solidarizando-se com os outros. Agir com progressiva autonomia em relação ao próprio corpo e ao espaço que ocupa,

apresentando independência e iniciativa. Conhecer, respeitar e cumprir regras de convívio social, manifestando respeito pelo outro ao lidar com conflitos. Reconhecer a importância de ações e situações do cotidiano que contribuem para o cuidado de sua saúde e a manutenção de ambientes saudáveis.

Apresentar autonomia nas práticas de higiene, alimentação, vestir-se e no cuidado com seu bem-estar, valorizando o próprio corpo.

Utilizar o corpo intencionalmente (com criatividade, controle e adequação) como instrumento de interação com o outro e com o meio.

### **AVALIAÇÃO DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA**

A avaliação é entendida como um processo por meio do qual o professor recolhe e analisa as informações sobre o ensino e a aprendizagem, visando à intervenção pedagógica. Ela é um componente do processo educativo e, articulada ao planejamento, se constitui em um importante instrumento de análise do trabalho pedagógico nas instituições de ensino. Considerados os pressupostos já enunciados nesta PPC, a avaliação na Educação Infantil demarca suas especificidades considerando o pressuposto legal de que os processos avaliativos não interferem na promoção da criança ao Ensino Fundamental, contudo, mediante isso, não se torna menos importante.

Para se ter condições de avaliação se uma criança está desenvolvendo sua motricidade de forma saudável e necessária, primeiro uma reflexão sobre o ambiente da instituição e o trabalho desenvolvido. A avaliação do movimento deve ser contínua levando em consideração os processos vividos pela criança, resultando do trabalho intencional do professor.

Devem ser documentados e sempre atualizando aspectos referentes a expressividade do movimento e sua dimensão instrumental da criança. É importante informar para as crianças à respeito de suas competências, sempre valorizando seu empenho e conquistas evitando a comparação com outras crianças. “Pensamento do movimento na educação infantil: ideias e práticas correntes” é de suma importância para todos educadores, pais e outras pessoas envolvidas diretamente no dia-a-dia das crianças. Muitas vezes não nos damos conta da importância que o movimento tem para as crianças no desenvolvimento de sua criatividade, autonomia entre outros. É principalmente nesta fase inicial que a criança precisa de liberdade de expressão para o desenvolvimento da psicomotricidade, adquirindo com isso a autonomia de seus movimentos. Através das experiências que a criança vai aperfeiçoando seus movimentos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, M.; KRAMER, S. “O rei está nu”: Um Debate Sobre as Funções da Pré-Escola. In: Educação pré-escolar: desafios e alternativas. Caderno cedes, nº 9. São Paulo: Cortez, 1984.

BRASIL. Constituição Federal de 1988

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 05, de 17 de dezembro de

2009. Fixa as Diretrizes Curriculares

Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

\_\_\_\_\_. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017 (\*) Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação - Conselho Pleno. Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da

Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica

\_\_\_\_\_. RESOLUÇÃO Nº 5, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009 (\*). Fixa as Diretrizes Curriculares. Nacionais para a Educação Infantil. CAGLIARI, L. C. O príncipe que virou sapo: considerações a respeito da dificuldade de alfabetização das crianças na alfabetização. Cadernos de Pesquisa, 55. São Paulo:

Fundação Carlos Chagas, nov. 1985, p. 50-62.

CANDURO, V. R. P. Iniciação musical na idade pré-Escolar. Porto Alegre: Sagre, 1989.

CHEROGLU, Simone; MAGALHÃES, Giselle Modé. O primeiro ano de vida: vida uterina, transição pós-natal e atividade de comunicação emocional direta com o adulto.

Cap,4 in :Periodização Histórico Cultural do Desenvolvimento Psíquico- do nascimento à velhice. Martins Lígia Marcia; Abrantes, Angelo Antonio e Facci, Marilda Gonçalves

Dias (Org). Autores Associados, 2016. -(Coleção educação contemporânea).

CUNHA. S. R. V. Cor, som e movimento: A expressão plástica, musical e dramática no cotidiano da criança. Caderno de educação no cotidiano da criança. Caderno de

Educação Infantil. Porto Alegre: Editora Mediação, 1999.

- HOFFMANN, J. M. L. Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto alegre: Mediação, 2000.
- KRAMER, Sonia. A política do Pré-Escolar: arte e disfarce. São Paulo: Cortez, 1995
- KRAMER, S. A infância e sua singularidade. In: BRASIL. Ministério da Educação. Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. [Org. Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento]. Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2006.
- KRAMER, Sônia. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: Educação Infantil e/é fundamental. In: Educação e Sociedade, v. 27, n. 96 - Especial, p. 797-818, out, 2006.
- KUHLMANN JUNIOR, Moisés. A infância e Educação Infantil. Uma abordagem histórica, 1998, ed. Mediação
- LAZARETTI, Lucinéia Maria; MELLO, Maria Aparecida. Como ensinar na Educação Infantil? Reflexões sobre a didática e o desenvolvimento da criança. In: PASQUALINI, Juliana Campregher; TEIXEIRA, Lucas André; AGUDO; Marcela de Moraes. (Org.) Pedagogia Histórico-Crítica: legado e perspectivas. Uberlândia, MG. Navegando, 2018.
- LEONTIEV, A. N. O desenvolvimento do psiquismo. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.
- LOPES, Celi Espasandin; GRANDO, Regina Célia. Resolução de problemas na educação matemática para a infância. UNICAMP, Campinas. 2012.(matemática)
- LORENZATO, Sérgio. Educação infantil e percepção matemática. 3ª Ed.rev. Campinas, SP. Autores Associados, 2011. (matemática)
- LURIA, A. R. O desenvolvimento da escrita na criança. In: VIGOTSKY, L. S., LURIA, A. R.E LEONTIEV, A. N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone, 2006, p. 143-189.
- MARTINS, Ligia Márcia; ABRANTES, Angelo Antonio; FACCI, MarildaGonçalvesDias (org.) Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice. Campinas: Autores Associados, 2016
- MUKHINA, Valéria. Psicologia da idade pré-escolar; tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins fontes, 1996
- MOURA, Manoel Oriosvaldo de. Atividade Pedagógica na Teoria Histórico-Cultural. (org.) Brasília: Liber livro, 2010
- OLIVEIRA, Zilma.Ramos de. Educação infantil. Fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.
- PARANÁ, Deliberação nº 03/18 de 23/11/18, do CEE/PR- Referencial Curricular do Paraná.: princípios, direitos e orientações.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações. Curitiba:SEED, 2018. Disponível em: <http://www.diaadia.pr.gov.br>.
- PIRES, C. C.; CURRI, E; CAMPOS, T. M. M. Espaço & forma: a construção de noções geométricas pelas crianças das quatro séries iniciais do ensino Fundamental. São Paulo: PROEM LTDA, 2001.
- SAVIANI, Dermeval. Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações-11. ed. rev.1ª reimpr. - Campinas, SP: Autores Associados,

2012. - (Coleção educação contemporânea)

SOUZA, R. C. de; BORGES, M. F. T. A práxis na formação da Educação Infantil. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SOUZA, G. de; VIEIRA, L. M. F. Concepção de Infância. In: Anais I Simpósio Paranaense de Educação Infantil. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Faxinal do Céu, 2006.

TULESKI, Silvana Calvo e EIDT, Nadia Mara. A periodização do desenvolvimento psíquico- atividade dominante e a formação das funções psíquicas superiores. Cap. 2

in :Periodização Histórico Cultural do Desenvolvimento Psíquico- do nascimento à velhice. Martins Lígia Marcia; Abrantes, Angelo Antonio e Facci, Marilda Gonçalves Dias

(Org). Autores Associados, 2016. -(Coleção educação contemporânea).

VIGOTSKI, L. S. A Formação social da mente. 3. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1989. YGOTSKY, L.S. Pensamento e linguagem. 3. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1991.



## APRESENTAÇÃO DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA: TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS

### IMPORTÂNCIA DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA

Esse campo se refere ao saberes, aos conhecimentos e a expressão por meio das diferentes linguagens (visual, musical, cênica) das manifestações artísticas e culturais e de recursos tecnológicos, favorecendo o desenvolvimento do senso estético e crítico, da sensibilidade, da criatividade e da expressão pessoal.

É importante que as instituições de Educação Infantil disponham de um espaço inicial e deflagrador para o desenvolvimento das diferentes linguagens expressivas, tendo em vista que as crianças pequenas iniciam o conhecimento sobre o mundo por meio dos cinco sentidos (visão, tato, olfato, audição, gustação), do movimento, da curiosidade com relação ao que está a sua volta. Assim, a humanização dos sentidos é um fator fundamental para o trabalho com as linguagens expressivas, sendo necessário iniciá-lo já no berçário, em situações nas quais os professores explorem a curiosidade dos bebês referente ao mundo físico à sua volta. É a partir desse período que eles iniciam o conhecimento de que existem diferentes texturas, formas, cores, linhas, consistências, volumes, tamanhos e pesos, conhecimento que vai se constituindo por intermédio da manipulação de diversos materiais, da exploração dos ambientes, do movimento e do contato orientado com recursos pedagógicos diversos.

Ademais, é importante considerar o ambiente visual do berçário, os objetos que serão manipulados e as situações de brincadeiras corporais. Recomenda-se, nesse sentido, a utilização de formas em cores vivas, com materiais diferentes, dentre eles plásticos, papéis com texturas diferenciadas, objetos revestidos e/ou pintados, livro-pano, livro de banho, entre outros. Os móveis artesanais e brinquedos também em cores contrastantes (verde, vermelho, amarelo, azul e outras) e objetos que produzam sons e/ou vibrações são outros atrativos para os bebês desenvolverem seus sentidos e curiosidades. Lembrando que é nos berçários que surgem os primeiros registros de mãos impregnadas de sopas, papas e sucos. Por isso, é interessante possibilitar que aconteça em alguns momentos, essa “lambança” alimentícia, pois é um momento de experimentação que gera satisfação, representa liberdade e não deixa de se constituir numa criação.

À medida que as crianças se desenvolvem e conquistam sua independência em termos de locomoção, uso da linguagem, entre outros aspectos, os professores poderão disponibilizar materiais e instrumentos mais específicos (pintura, modelagem, colagem, fotografia, música, teatro, dança e audiovisuais, entre outros) que possibilitem a percepção da natureza e do ambiente cultural em que estão inseridas. De acordo com Cunha (1999), o professor não deve estabelecer limites para as superfícies em que a criança realiza seus registros. O alcance de sua atuação é o seu braço/mão, que deverá ser explorado de diversas maneiras. O perceber e o registrar as impressões sobre o mundo se dá num processo contínuo que vai se modificando na medida em que as crianças têm contato com as linguagens, com os materiais expressivos, com as intervenções dos adultos e de outras crianças. É na

interação da criança com os objetos de conhecimento, quer seja pelo desenho, pintura, modelagem, entre outros, que o processo expressivo se constitui.

### **JUSTIFICATIVA DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA**

É necessário desenvolver a percepção sonora, pois, a criança se sente atraída por ela; mesmo sem dispor ainda de um código social específico de comunicação, utiliza-se do mais primário meio de expressão: os sons que emite para informar a mãe sobre as suas necessidades básicas. Por meio de seus movimentos corporais, tem-se um indicativo claro: ela percebe e identifica a fonte geradora de sons, sua localização, bem como as características intrínsecas deles. A qualidade e a expressividade do som são imediatamente percebidas pelo bebê ouvinte. Nesse sentido, segundo Canduro (1989), “É do consenso geral que desde o primeiro mês de vida extrauterina, o ser humano vai conhecendo o ambiente circundante, a princípio, pelos sons, depois pelas formas” (CANDURO, 1989, p. 15). A receptividade à música é um fenômeno corporal. Ao nascer, a criança entra em contato com o universo sonoro que a cerca: sons produzidos pelos seres vivos e pelos objetos. A sua relação com a música é imediata, seja por meio do acalanto da mãe e do canto de outras pessoas, seja por meio dos aparelhos sonoros de sua casa, tornando-se de compromisso da instituição escolar ampliar o universo de conhecimentos da criança-aluno sobre o som, os ritmos nas diferentes culturas, colocando-a em contato com instrumentos musicais convencionais e não convencionais, explorando as múltiplas possibilidades advindas desses recursos.

A música exerce grande influência sobre a criança; diante disso, os jogos ritmados, próprios dos primeiros anos, devem ser trabalhados e incentivados. O desafio é o de planejar atividades que envolvam músicas de diferentes povos, de diferentes épocas, de diferentes formas, de diferentes compositores, oportunizando o acesso a vários gêneros musicais. Educar musicalmente é promover atividades em que haja a percepção, a produção e a fruição dos sons, sejam eles musicais ou não para com eles interagir a fim de expressar-se e comunicar-se. Esses encaminhamentos servem como ponto de partida e são ideias a serem questionadas e enriquecidas pelas vivências em sala de aula, por meio do ouvir/perceber, analisar, reproduzir, utilizar, reelaborar. Na educação auditiva, a receptividade sensorial é expressa por meio de diversas formas, tais como: movimentos, gestos, linguagem, entre outras, e evolui de forma muito significativa nos primeiros anos da criança. É pela percepção auditiva que se descobrem os interesses musicais, que se conhecem outros ritmos e que se desenvolve a capacidade expressiva, favorecendo a capacidade imaginativa e criativa. Assim, torna-se imprescindível o uso de materiais alternativos que possibilitam a produção de diferentes sons e/ou da banda rítmica, os quais devem ser explorados com as crianças para que observem à vontade e façam suas primeiras tentativas com todo o material sonoro de que se possa dispor. Para que a criança surda usufrua dessa mesma educação musical, faz-se necessário adequar o ambiente para que ela possa sentir as vibrações dos ritmos musicais.

### **OBJETO DE ESTUDO DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA**

O Campo de Experiência “Traços, sons, cores e formas” implica na possibilidade das artes e suas expressões, em todos os momentos da vida de seus alunos para a Educação Infantil. “Nesse campo, o foco são o convívio e a interação das crianças com diferentes materiais, instrumentos e manifestações expressivas”. Elas são convidadas a conhecer e interagir com sons, cantos, cores, traços, luzes, cenários, imagens, gestos, movimentos, materiais e recursos tecnológicos. Conviver com diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas, locais e universais, no cotidiano da instituição escolar, possibilita às crianças, por meio de experiências diversificadas, vivenciar diversas formas de expressão e linguagens, como as artes visuais (pintura, modelagem, colagem, fotografia etc.), a música, o teatro, a dança e o audiovisual, entre outras. Com base nessas experiências, elas se expressam por várias linguagens, criando suas próprias produções artísticas ou culturais, exercitando a autoria (coletiva e individual) com sons, traços, gestos, danças, mímicas, encenações, canções, desenhos, modelagens, manipulação de diversos materiais e de recursos tecnológicos. Essas experiências contribuem para que, desde muito pequenas, as crianças desenvolvam senso estético e crítico, o conhecimento de si mesmas, dos outros e da realidade que as cerca.

### **OBJETIVOS DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA**

Na Educação Infantil precisa promover a participação das crianças em tempos e espaços para a produção, manifestação e apreciação artística, de modo a favorecer o desenvolvimento da sensibilidade, da criatividade e da expressão pessoal das crianças, permitindo que se apropriem e reconfigurem, permanentemente, a cultura e potencializem suas singularidades, ao ampliar repertórios e interpretar suas experiências e vivências artísticas.

É oportuno destacar que o contato sensível, o reconhecimento e a análise de formas visuais e sensoriais presentes na natureza e nas diferentes culturas antecedem a ação do registro. A partir deles, a observação e a experimentação em diversos meios de comunicação da imagem devem acontecer por meio da utilização de fotografia, cartaz, televisão, vídeo, histórias em quadrinhos, tela de computador, publicações, publicidades, desenho animado, obras de arte, entre outros. Na experiência com o fazer artístico, diferentes possibilidades se apresentam ao professor: pesquisa de materiais; a relação entre perceber, imaginar e concretizar; o fazer artístico com uso de massa de modelar, balões, jogos de montar, fantoches, argila, entre outros. É preciso, contudo, que o professor equilibre as suas ações em um encaminhamento metodológico capaz de articular conhecimento, ludicidade, aprendizagem e liberdade, com o ato de pensar acerca da arte e da produção de outros tempos e de seu tempo, exercitando seus modos de expressão, reflexão, comunicação e senso crítico.

## QUADRO ORGANIZADOR DOS CONTEÚDOS DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA: TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS

Legenda: A/T Ano todo.

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS							
(EI0/01TS01) Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente.							
SABERES E CONHECIMENTOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	Conteúdos	Bebês- 0 a 1 ano	Crianças bem pequenas 1 ano	Crianças pequenas 2 e 3 anos	Crianças pequenas 4 e 5 anos	Trimestre
Linguagem sonora. Percepção auditiva. Sons do corpo e dos objetos.	Explorar o próprio corpo, os sons que emite e outras possibilidades corporais.	Fontes sonoras, corporal (naturais e produzidos)	X				2º
	Experienciar sons com o corpo: bater palmas, bocejar, espirrar, bater os pés, chorar, gritar, rir, cochichar, roncar.	Elementos que compõem o som (altura, timbre, intensidade, duração, densidade)	X				3º
	Perceber os sons do meio ambiente e os sons de objetos.	Natureza (fenômeno da natureza)	X				2º
	Vivenciar histórias e brincadeiras cantadas.	Culturais (próprio de cada região e etnia) Artificiais (instrumentos musicais e objetos)	X				2º
(EI0/01TS02) Traçar marcas gráficas, em diferentes suportes, usando instrumentos riscantes e tintas.							

Linguagem gráfica. Elementos da linguagem visual: texturas e cores.	Manusear e explorar diferentes materiais e superfícies desenvolvendo as sensações.	Linguagem iconográfica (símbolos convencionais uso e funções)	X				3º
	Produzir marcas gráficas (mão e pé) em diferentes suportes, com auxílio do professor.	Leitura, releitura e apreciação de obras de arte. -Registro de idéias e significados (colagem, dobradura, modelagem, rasgadura e pintura).	X				3º
(EIO/01TS03) Explorar diferentes fontes sonoras e materiais para acompanhar brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias.							
Linguagem musical e corporal. Ritmos.	Perceber o som de diferentes fontes sonoras presentes no dia a dia: buzinas, despertador, toque do telefone, sino, apito, dentre outros.	Dança/articulação som e movimento. Movimento (corpo inteiro, partes e articulações).	X				2º
Músicas. Instrumentos musicais convencionais e não convencionais. Paisagem sonora: sons naturais, humanos, industriais ou tecnológicos.	Conhecer e reconhecer sons de diferentes animais por meio de reprodução de áudios.	Tempo (rápido, moderado, lento). -Espaço (Direção e distância). -Coreografia (improvisada e dirigida).	X				2º
	Escutar músicas de diferentes estilos e em diferentes suportes.	Produção e fruição dos sons corporal e instrumental.	X				1º
	Experienciar ritmos diferentes produzindo gestos e sons.	Qualidades sonoras (melodia, gênero e ritmo).	X				3º
	Reproduzir movimentos, sons e palavras emitidos por outras crianças e adultos.	limitação	X				A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS

(EI01TS01) Criar sons com materiais, objetos e instrumentos musicais, para acompanhar diversos ritmos de música.								
SABERES E CONHECIMENTOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	Conteúdos	Bebês- 0 a 1 ano	Crianças bem pequenas 1 ano	Crianças pequenas 2 e 3 anos	Crianças pequenas 4 e 5 anos	Trimestre	
	Produzir, ouvir e imitar sons com o corpo: bater palmas, bater os pés, roncar, tossir, espirrar, chorar, gritar, rir etc.	Sons produzidos por fontes: naturais e culturais.		X			A/T	
	Explorar sons com materiais, manipulando objetos e alguns instrumentos musicais.	Elementos que compõem o som.		X			A/T	
	Perceber sons do ambiente.	Fontes sonoras.					A/T	

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS								
	Ouvir, imitar e produzir sons de alturas e durações variadas com o corpo, com alguns instrumentos musicais convencionais ou não e materiais diversos.	Parâmetros do som: altura, intensidade, duração e timbre.		X			A/T	
	Explorar novos materiais, buscando diferentes sons para acompanhar canções que lhes são familiares.	Diferentes instrumentos musicais não convencionais.		X			A/T	
	Conhecer e manipular instrumentos musicais, objetos ou canções que são típicos da cultura local e de diferentes culturas.	Diferentes instrumentos musicais convencionais culturais.		X			A/T	

	Explorar possibilidades vocais e instrumentais, como produzir sons agudos e graves, fortes e fracos, longos e curtos.	Elementos que compõem o som: - Altura (grave, médio e agudo); - Timbre (da natureza e produzido); - Intensidade (forte/fraco, suave); - Densidade (um som, muitos sons); - Duração (longo/curto, pausa);		X			A/T
	Reproduzir onomatopéias em músicas.			X			A/T
(EI01TS02) Utilizar materiais variados com possibilidades de manipulação (argila, massa de modelar), explorando cores, texturas, superfícies, planos, formas e volumes ao criar objetos tridimensionais.							
	Manusear argila e massa de modelar.	Modelagem.		X			A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS							
Elementos da linguagem visual: texturas, cores, superfícies, formas etc.  Propriedades dos objetos.	Manipular jogos de encaixe e de construção, explorando cores, formas e texturas.	Cores, formas e texturas.		X			A/T
	Manipular materiais de diferentes texturas: lisas, ásperas, macias e outras.	Objetos: suas características e propriedades.		X			A/T
	Manipular objetos com superfícies de diversas texturas (pedrinhas, sementes, algodão, argila, caixas, embalagens, tecidos, tintas, tampinhas, massa de modelar e outros) percebendo sua tridimensionalidade.	Plano: tridimensional.		X			3º

	Manipular objetos tridimensionais com materiais diversos: caixas, embalagens, tecidos, tintas, tampinhas, argila, massa de modelar e outros.	Plano: tridimensional.		X			3º
(EI01TS03) Utilizar diferentes fontes sonoras disponíveis no ambiente em brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias.							
Linguagem musical, corporal. Ritmos. Músicas. Instrumentos musicais convencionais e não convencionais. Diversidade musical de	Perceber sons da natureza: barulho de água, chuva, canto de pássaro, ruídos e sons dos animais, dentre outros.	Fontes sonoras: naturais.		X			1º
	Perceber o som de diferentes fontes sonoras presentes no dia a dia: buzinas, despertador, toque do telefone, sino, apito, dentre outros sons e estar atento ao silêncio.	Fontes sonoras: humanos, industriais e tecnológicas.		X			1º
	Perceber sons fortes e fracos produzidos pelo corpo, objetos, instrumentos musicais convencionais ou não.	Intensidade do som.		X			A/T
	Manipular e perceber os sons de instrumentos musicais diversos.	VARIEDADES DE SONS		X			A/T
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS							
várias culturas, locais, regionais e globais.	Ouvir, cantar, movimentar-se ao som de músicas, ritmos e estilos de diversas culturas.	Estímulos auditivos.		X			A/T
	Participar de brincadeiras cantadas do nosso folclore.	Danças, cantigas de roda.					A/T
	Apreciar produções audiovisuais como musicais, brinquedos cantados, teatro de fantoches.	Linguagem musical, corporal e dramática.		X			A/T



	Escutar músicas de diversos estilos musicais.	Gêneros musicais (músicas infantis, popular, regional, clássica, entre outras).		X			A/T
--	---	---	--	---	--	--	-----

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS							
(EI02/03TS01) Criar sons com materiais, objetos e instrumentos musicais, para acompanhar diversos ritmos de música.							
SABERES CONHECIMENTOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	Conteúdos	Bebê - 0 a 1 ano	Crianças bem pequenas 1 ano	Crianças bem pequenas 2 e 3 anos	Crianças pequenas 4 e 5 anos	Trimestre

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS							
Percepção produção sonora. Audição percepção musical. Execução musical (imitação). Sons do corpo dos objetos e da natureza. Melodia e	e	Conhecer instrumentos musicais, objetos ou canções que são típicos da cultura local e regional.	Instrumentos da cultura			X	A/T
	e	Ouvir e conhecer produções artísticas de diferentes culturas.	Gêneros musicais			X	2º
		Conhecer e explorar diversos materiais e instrumentos musicais, compreendendo que os mesmos produzem sons.	Elementos que compoem o som: Timbre			X	3º
	,	Perceber as vibrações sonoras produzidas pelo corpo, pelos materiais e instrumentos musicais.	Fontes sonoras			X	3º
	e	Criar sons com diferentes materiais e instrumentos musicais.	Elementos que compõem o som: Altura			X	3º

ritmo. Diferentes instrumentos musicais.	Ouvir sons, com diferentes alturas e durações, produzidos por instrumentos convencionais ou não e materiais para acompanhar os diferentes ritmos.	Elementos que compõem o som: Duração			X		3º
	Explorar possibilidades corporais, vocais e instrumentos para produzir sons fortes e fracos.	Elementos que compõem o som: Intensidade			X		3º
Parâmetro do Som. Fontes sonoras.	Perceber e criar sons com o próprio corpo e na manipulação de objetos.	Ritmos que o corpo produz			X		1º
	Ouvir e produzir sons com materiais, objetos e instrumentos musicais.	Criação do som			X		A/T
	Perceber e reconhecer os sons da natureza e elementos naturais que podem produzir sons.	Fontes naturais			X		2º
	Explorar os sons produzidos pelo corpo, por objetos, por elementos da natureza e instrumentos, percebendo os parâmetros	Elementos do som			X		2º

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS							
	do som: altura, intensidade, duração e timbre.						
	Explorar possibilidades vocais a fim de perceber diferentes sons.	Fonte vocálica			X		2º
	Explorar novos materiais buscando diferentes sons para acompanhar canções que lhes são familiares.	Memória musical (ampliação do repertório musical)			X		A/T
	Imitar, inventar e reproduzir criações musicais.	Criações musicais			X		A/T

	Reconhecer sons dos objetos sonoros e de alguns instrumentos musicais.	Identificação dos sons			X		1º
--	--	------------------------	--	--	---	--	----

(EI02/03TS02) Utilizar materiais variados com possibilidades de manipulação (argila, massa de modelar), explorando cores, texturas, superfícies, planos, formas e volumes ao criar objetos tridimensionais.

Suportes, materiais, instrumentos e técnicas das Artes Visuais e seus usos. Elementos da linguagem visual: texturas, cores, superfícies,	Manipular diversos materiais das artes plásticas.	Linguagem plástica			X		A/T
	Explorar as formas dos objetos conhecendo seus atributos.	Propriedade dos objetos			X		A/T
	Conhecer objetos e materiais que são típicos da região, comunidade ou cultura local.	Hábitos culturais (local e regional)			X		2º
	Experimentar diversas possibilidades de representação visual bidimensionais e tridimensionais.	Composição plástica			X		A/T
	Manipular materiais de diferentes texturas: lisas, ásperas, macias e outras.	Percepção na produção plástica			X		1º

**CAMPO DE EXPERIÊNCIA: TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS**

volumes, espaços, formas etc. Propriedade dos objetos: formas e	Cuidar e apreciar a sua própria produção e a dos colegas.	Apreciação da produção plástica			X		1º
	Manipular objetos tridimensionais produzidos com materiais diversos, explorando a textura, a forma e o volume.	Percepção na produção plástica			X		2º

tridimensionalidade.	Manipular jogos de encaixe e de construção, explorando cores, formas e texturas.	Jogos pedagógicos			X		A/T
Produção de objetos tridimensionais. Obras de Arte: estratégias de apreciação estética.	Observar e manipular objetos identificando características variadas como: cor, textura, tamanho, forma, odor, utilidade, entre outros.	Apreciação de obras de arte			X		3º
	Experimentar possibilidades de representação visual tridimensional, utilizando materiais diversos: caixas, embalagens, tecidos, tampinhas, massa de modelar, argila e outros.	Releitura de obras de arte			X		3º
	Modelar a partir de seu próprio repertório, explorando diferentes elementos, como: forma, volume, textura etc.	Modelagem			X		A/T
	Experimentar e explorar superfícies de objetos tridimensionais com texturas diversas: pedrinhas, sementes, algodão, argila e outros.	Sensações e percepções			X		1º
	Explorar novos procedimentos de modelagem.	Modelagem com suportes (tesoura, moldes, etc.)			X		A/T
	Manipular jogos de encaixe e de construção, explorando cores, formas, texturas e volumes.	Exploração de cores, formas, textura e volumes			X		A/T
	Apreciar e oralizar sobre diferentes obras de arte tridimensionais.	Leitura e interpretação de obras de arte			X		3º

**CAMPO DE EXPERIÊNCIA: TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS**

(EI02/03TS03) Utilizar diferentes fontes sonoras disponíveis no ambiente em brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias.							
Linguagem musical e corporal. Sons do corpo, dos objetos e da natureza. Ritmos. Músicas e danças. Instrumentos musicais convencionais e não convencionais. Recursos tecnológicos e midiáticos que produzem e reproduzem músicas. Diversidade musical de várias culturas, locais, regionais e globais.	Explorar e identificar, com auxílio do professor, possibilidades sonoras de objetos de seu cotidiano ou de instrumentos musicais.	Possibilidades sonoras			X		2º
	Perceber o som de diferentes fontes sonoras presentes no dia a dia: buzinas, despertador, toque do telefone, sino, apito, dentre outros.	Fontes sonoras: artificial			X		1º
	Reproduzir sons ou canções conhecidas e usar em suas brincadeiras.	Reprodução sonora			X		2º
	Conhecer objetos, canções, instrumentos ou manifestações culturais que são típicas de sua cultura, região ou de outras culturas.	Manifestações culturais			X		A/T
	Participar de brincadeiras cantadas do nosso folclore.	Brincadeiras cantadas			X		A/T
	Escutar e perceber músicas de diversos estilos musicais, por meio da audição de CDs, DVDs, rádio, MP3, computador ou por meio de intérpretes da comunidade.	Gêneros musicais a partir de recursos midiáticos diversos			X		A/T
	Explorar possibilidades vocais ao cantar.	Músicas infantis			X		A/T
	Perceber sons e estar atento ao silêncio.	Relaxamento			X		A/T

Manifestações culturais.	Perceber sons da natureza: barulho de água/chuva, canto dos pássaros, ruídos e sons de animais, dentre outros .	Fontes sonoras: naturais			X		A/T
--------------------------	---	--------------------------	--	--	---	--	-----

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS							
Audição e percepção de sons e músicas.	Ouvir canções de diferentes culturas, buscando cantar e imitar gestos característicos.	Diversidade culturais			X		2º
	Explorar possibilidades musicais para perceber diferentes sons, melodias e ritmos.	Movimentos corporais em relação ao gênero musical			X		A/T
	Apreciar produções audiovisuais como musicais, brinquedos cantados, teatro de fantoches.	Produções audiovisuais			X		2º
Estilos musicais diversos. Parâmetros do som: altura, intensidade, duração e timbre. Gêneros musicais.	Ouvir a própria voz ou de pessoas conhecidas, em gravações.	Sonoridade própria			X		2º
	Explorar e reconhecer sons familiares.	Sons familiares			X		A/T
	Escutar e perceber sons do entorno e estar atento ao silêncio.	Sons familiares			X		A/T
	Manipular e perceber os sons de instrumentos sonoros diversos, identificando-os pela escuta.	Instrumentos sonoros			X		A/T
	Ouvir e explorar instrumentos musicais convencionais e não convencionais, buscando acompanhar ritmos variados.	Instrumentos convencionais e não convencionais			X		3º
	Perceber sons graves e agudos, curtos e longos produzidos pelo corpo, objetos e instrumentos musicais.	Elementos que compõem o som			X		2º

Vivenciar jogos e brincadeiras que envolvam músicas produzidas por diferentes fontes sonoras.	Brincadeiras cantadas			X		A/T
Ouvir e cantar músicas de diferentes ritmos e melodias e de diferentes culturas, identificando a fonte sonora.	Ritmos e melodias			X		A/T
Conhecer diferentes estilos musicais.	Diversidade musical			X		2º
<b>CAMPO DE EXPERIÊNCIA: TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS</b>						
Conhecer fontes sonoras antigas como: som de vitrola, fita cassete e outros.	Cultura e história da música			X		3º
Apreciar apresentações musicais de outras crianças /ou de grupos musicais como orquestras, corais, bandas etc.	Apresentações artísticas			X		A/T
Imitar e reproduzir sonoplastias.	Sonoplastia			X		3º

<b>CAMPO DE EXPERIÊNCIA: TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS</b>							
(EI04/05TS01) Utilizar sons produzidos por materiais, objetos e instrumentos musicais durante brincadeiras de faz de conta, encenações, criações musicais e festas.							
(EI04/05TS03) Reconhecer as qualidades do som (intensidade, duração, altura e timbre), utilizando-as em suas produções sonoras e ao ouvir músicas e sons.							
<b>SABERES E CONHECIMENTOS</b>	<b>OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO</b>	<b>Conteúdos</b>	Bebês- 0 a 1 ano	Crianças bem pequenas 1 ano	Crianças bem pequenas 2 e 3 anos	Crianças pequenas 4 e 5 anos	Trimestre

Apreciação, percepção e produção sonora.	Escutar sons do entorno e estar atento ao silêncio.	Sons produzidos por fontes: naturais e culturais				X	A/T
	Cantar canções conhecidas, acompanhando o ritmo com gestos ou com instrumentos musicais.	Movimentos sonoros em relação aos elementos que compõem o som.				X	A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS

Audição e percepção musical.	Explorar os sons produzidos pelo corpo, por objetos, por elementos da natureza e instrumentos musicais, percebendo os parâmetros do som (altura, intensidade, duração e timbre).	Movimentos corporais em relação ao espaço, tempo e dinâmica				X	A/T
Percepção e memória musical.	Perceber sons graves e agudos, curtos e longos produzidos pelo corpo, por objetos e instrumentos musicais.	Altura, (grave, médio, agudo)., timbre(da natureza e produzidos)., intensidade(forte, fraco, suave).,densidade(um som, muitos sons).,duração(longo, curto,pausa)				X	2º
Sons do corpo, dos objetos, dos instrumentos e da natureza.							
Parâmetros do som:	Participar de brincadeiras cantadas produzindo sons com o corpo e outros materiais.	Brincadeiras de roda, dança e coreografia.				X	A/T



altura, intensidade, duração e timbre.	Explorar possibilidades vocais a fim de produzir diferentes sons.	Elementos que compõem o som: Altura (grave, agudo). Duração (longo, curto). Timbre (elementos geradores do som). Intensidade (forte, suave/fraco). Densidade ( um som, muitos sons).				X	A/T
Melodia e ritmo.							
Instrumentos musicais convencionais e não convencionais.	Criar sons a partir de histórias (sonoplastia) utilizando o corpo e materiais diversos.	Brinquedos cantados; - Brincadeiras de roda; - Representação de papéis de pessoas de seu convívio Contos de fadas; - Literatura infantil; musicais infantins ,				X	A/T
Música e dança.							

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS

Movimento: expressão corporal e dramática.		musicas flocloricas, musicas populares e classicas.					
Recursos tecnológicos e midiáticos que produzem e reproduzem músicas.	Reconhecer canções que marcam eventos específicos de sua rotina ou de seu grupo.	Musicas populares, regionias , folcloricas, de raizes(samba, bossa nova , jazz, ), clássica entre outros.				X	3º
	Conhecer, apreciar e valorizar a escuta de obras musicais de diversos gêneros, estilos, épocas e culturas, da produção musical brasileira e de outros povos e países.	Música popular, regional, folclórica, de raízes, clássica entre outras.				X	A/T

Conhecer canções, brincadeiras e/ou instrumentos musicais que são típicos de sua cultura.	Música popular, regional, folclórica, de raízes, clássica entre outras.				X	A/T
Dançar a partir de diversos ritmos.	Dança - articulação som e movimento: - Movimento: corpo inteiro, partes e articulações; - Tempo: rápido, moderado e lento; - Espaço: direção e distância; - Coreografia: improvisada e dirigida				X	A/T
Apreciar produções audiovisuais como musicais, brinquedos cantados, teatros reconhecendo as qualidades sonoras.	Qualidades sonoras: melodia, gênero, ritmo				X	A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS

Participar e apreciar apresentações musicais de outras crianças.	Sons produzidos por fontes: naturais e culturais.				X	A/T
Perceber os sons da natureza e reproduzi-los.	Elementos que compõem o som: Timbre.				X	2º

Identificar a própria voz e a de outras crianças em gravações.	sons de diferentes intensidades, durações, alturas e timbres.				X	2º
Ouvir e produzir sons com instrumentos musicais.	Qualidades sonoras: melodia, gênero e ritmo				X	2º
Escutar e cantar músicas de diferentes ritmos, melodias e culturas.	Elementos que compõem o som: Altura, Duração, Timbre, Intensidade e Densidade				X	2º
Produzir sons com materiais alternativos, explorando variações de velocidade e intensidade em músicas diversas e em sons produzidos.	Duração e timbre				X	2º
Reconhecer, em situações de escuta de música, características dos sons.	Altura (grave, médio, agudo) Intensidade ( forte, suave e fraco)				X	2º

**CAMPO DE EXPERIÊNCIA: TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS**

Conhecer fontes sonoras antigas e atuais que produzem sons.	Música popular, regional, folclórica e raízes.				X	2º
---	--	--	--	--	---	----

	Explorar diversos movimentos corporais (danças, imitações, mímicas, gestos, expressões faciais e jogos teatrais), intensificando as capacidades expressivas.	Movimentos corporais em relação ao espaço, tempo e dinâmica				X	2º
(EI04/05TS02) Expressar-se livremente por meio de desenho, pintura, colagem, dobradura e escultura, criando produções bidimensionais e tridimensionais.							
Expressão cultural. Suportes, materiais, instrumentos e técnicas das artes visuais e seus usos. Elementos da linguagem visual: texturas, cores, superfícies, volumes, espaços, formas etc.	Conhecer as formas variadas dos objetos percebendo suas características.	Explorar diferentes objetos sentindo suas texturas e temperaturas. Formas				X	2º
	Criar com jogos de encaixe e de construção, explorando cores, formas e texturas.	Cores				X	A/T
	Experimentar possibilidades de representação visual bidimensional e tridimensional, utilizando materiais diversos.	Leitura não verbal, gestos, símbolos, imagens, expressão/ação, espaços, obra de arte, entre outros				X	3º
	Expressar ideias, sentimentos e experiências utilizando variedades de materiais e recursos artísticos.	Percepção na natureza: cor, forma, textura, volume, linha e luminosidade				X	A/T
	Reconhecer as cores presentes na natureza e em objetos, nomeando-as,	Percepção na natureza: cor, forma, textura, volume, linha.				X	A/T
CAMPO DE EXPERIÊNCIA: TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS							

<p>Elementos bidimensionais e tridimensionais. Estratégias de apreciação estética. Obras de arte, autores e contextos. Cores primárias e secundárias.</p>	fazendo a correspondência entre cores e elementos.						
	Experimentar as diversas possibilidades do processo de produção das cores secundárias.	Cores primarias e secundárias.				X	1º
	Criar desenhos, pinturas, colagens, modelagens utilizando os elementos da linguagem das artes visuais: ponto, linha, cor, forma, espaço e textura.	Bidimensional e tridimensional				X	2º
	Explorar os elementos das artes visuais (ponto, linha e plano) a fim de que sejam considerados em suas produções.	Extrategias de apreciação estetica				X	2º
	Conhecer a apreciar artesanato e obras de artes visuais de diferentes técnicas, movimentos, épocas, estilos e culturas.	Obra de arte : leitura e interpretação /releituras de obras de arte.				X	2º
	Utilizar a investigação que realiza sobre o espaço, as imagens, as coisas ao seu redor para significar e incrementar sua produção artística.	Elementos da linguagem visual, textura, cores, superficies, volumes, espaços, e formas				X	2º
	Conhecer e apreciar produções em artes visuais de sua cultura, de culturas regionais, nacionais e de outros povos e países.	Apreciação de obras de arte e composições visuais.				X	3º
	Apreciar diferentes obras de arte, desenvolvendo a sensibilidade estética, o cuidado e o respeito pelo processo de produção e criação em diferentes culturas.	Apreciação de obras de arte e composições visuais.				X	3º

## ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

Nos primeiros meses de vida de uma criança, o seu cérebro recebe uma verdadeira explosão de sinapses. Elas são as conexões entre os neurônios que garantem o desenvolvimento da criança. É por isso que essa é uma fase tão importante: para que as sinapses aconteçam, o bebê precisa ser estimulado e nada melhor do que a apresentação dos traços, sons, cores e formas.

Diferente da visão que ainda não está 100% desenvolvida quando o bebê nasce, a audição é perfeita já na fase de recém-nascido. O bebê escuta desde o ventre da mãe e, por isso, esse é um sentido que pode ser muito explorado. Uma dica é usar sons produzidos com o próprio corpo ou com objetos. Melodias são sempre bem-vindas e é importante estimular o bebê a acompanhar nem que seja só com balbucios.

A apresentação de materiais com cores e texturas diversas também é muito importante. Deixar a criança pegar no alimento e explorar brinquedos com formas também são estratégias simples, mas que ajudam na exploração desse campo. Na medida em que as crianças crescem é preciso introduzir os traços, sons, cores e formas de forma mais criativa nas atividades. Isso porque somente a apresentação de objetos ou de sons já não vai mais interessá-las. Nesse sentido, os educadores precisam pensar em brincadeiras, jogos e exercícios. Permitir a vivência desse campo de experiência ao mesmo tempo em que a criança interage e responde a comandos.

Estudar, conhecer bem sobre o desenvolvimento da criança e exercitar diariamente uma escuta atenta e um olhar sensível para acompanhar as crianças em suas interações, curiosidades e descobertas. A prática de estudos e o exercício ajudam a observar, escrever, refletir, planejar e agir com intencionalidade pedagógica. Planejar situações que incentivem a elaboração de imagens, símbolos, narrativas e conteúdos vindos das próprias crianças, Criar situações de exploração de sons, cheiros, densidades, texturas e colorido de certos materiais, de gestos marcando traços em uma perspectiva de brincar com retas, curvas, espirais, construções, utilizando diferentes suportes e materialidades, são ponto central no cotidiano da Educação Infantil.

Dar a oportunidade para a criança viver experiências de forma criativa com a voz, instrumentos sonoros e materiais gráficos, de modelagem e construtividade, além de vivências com a literatura, dança e a dramatização. Explorar recursos tecnológicos, audiovisuais e multimídia presentes no cotidiano da escola e das comunidades em que as crianças realizam produções onde exploram sons, traços e imagens. Viver um cotidiano simples e verdadeiro na escola, com intencionalidades e sentidos. E lembrar de oportunizar a ação da criança. Ela está em primeiro lugar na escola, sempre.

## FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

Vivemos num mundo onde a intervenção de sons e imagens permeiam nosso cotidiano e isso reflete na construção de um senso estético, que toca nossa sensibilidade e que deve ser estimulado na escola por meio da organização de ambientes favoráveis a criação e expressão das crianças. Considerando os elementos culturais, as regionalidades e especificidades locais,

todas as instituições urbanas, escolas do campo, de assentamentos, indígenas, escolas em localidades ribeirinhas ou litorâneas, quilombolas, entre outras, devem oferecer as melhores maneiras de viver o cotidiano a partir daquela realidade, valorizando sua cultura e as manifestações locais.

Esse é um campo de experiências que estimula as experiências com a arte, a música, sons, instrumentos, fotografia, pintura, literatura, escultura, dança, teatro e demais linguagens da expressão humana, ampliando vivências estéticas e culturais de crianças e professores, desenvolvendo sua inventividade, criatividade, sensibilidade e expressão pessoal, afirmando sua identidade pessoal e coletiva. Um campo muito potente, onde os pequenos podem vivenciar experiências complementares com outros campos, se comunicam e se relacionam por meio de múltiplas linguagens.

Em resumo, as experiências que se entrelaçam no campo dos Traços, sons, cores e formas contribuem para que, desde muito pequenas, as crianças desenvolvam senso estético e crítico e se expressem livremente. Além de ter possibilidades de construir um profundo contato com suas raízes culturais, o conhecimento de si mesmas, dos outros e da realidade que as cerca.

É importante dar significado. Alunos com deficiência intelectual irão prestar mais atenção em coisas que fazem sentido para eles.

Alunos com deficiência intelectual devem ter reforço positivo mais do que os outros alunos.

Com base nessas experiências, as crianças tem a oportunidade de se expressar por várias linguagens, criando suas próprias produções artísticas ou culturais, exercitando a autoria (coletiva e individual) com sons, traços, gestos, danças, mímicas, encenações, canções, desenhos, modelagens, manipulação de diversos materiais e de recursos tecnológicos.

Experiências sensoriais, estéticas, criativas e sonoras. Faz de conta, bandejas sensoriais, experimentos. Contato, experiências e produções com elementos da natureza, fontes sonoras, audiovisuais, digitais, multimídias e todas as possibilidades de interação com as produções culturais e artísticas locais e mundiais. Vivenciar a potencialidade expressiva da infância por meio das múltiplas linguagens que abraçam esse campo.

Seguem as dicas para se comunicar com alunos com deficiência intelectual:

Fale com as crianças usando palavras simples, mas não palavras infantis.

Faça pedidos claros e precisos.

Mantenha-se calmo e esteja pronto para reformular seu pedido de várias maneiras.

Use exemplos concretos com frequência, ou seja, diminua a abstração.

Para confirmar se uma criança entendeu sua mensagem, discretamente peça para que ela repita.

No brincar e jogar, diversos aspectos são estimulados, desenvolvidos ou aperfeiçoados: a criatividade; a memorização; a cooperação e a solidariedade; a concentração; a linguagem; a motivação; a aquisição de conceitos; a motricidade; a capacidade de discriminar, julgar, analisar, tomar decisões e aceitar críticas; a competitividade; a socialização; a confiança em si e em suas possibilidades; o respeito às regras e o controle emocional.

## DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Os Desafios Contemporâneos buscam promover a análise, a reflexão, a difusão de ideias e o cruzamento de múltiplas perspectivas a respeito do contexto atual nos campos social, da cultura e da educação, além de propiciar a troca de experiências entre diversos agentes: formuladores de políticas públicas, empreendedores, grupos independentes, integrantes de movimentos sociais, coletivos artísticos, profissionais do campo de educação, cultura e museus, pesquisadores e intelectuais. No fazer artístico, o estudante tem possibilidades de desenvolver sua poética pessoal, esta ação investigativa o leva à reflexão, à análise crítica, a experimentações, a comparações, à imaginação, e a criar soluções (inclusive tecnológicas). Além disso, também instiga a curiosidade, a levantar hipóteses, o trabalho em equipe, o desenvolvimento do pensamento artístico, a criatividade, a percepção, dentre outros, possibilitando, assim, a resolução de problemas de ordem técnica e estética, bem como a humanização dos sentidos. Nesse sentido, as metodologias ativas objetivam alcançar e motivar o estudante, que colocado diante uma situação-problema, examina, reflete, contextualiza, pesquisa e ressignifica suas descobertas. Sendo um recurso didático de grande importância, as metodologias ativas podem favorecer, de forma significativa e eficaz, o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando ao aluno um papel protagonista na produção de seu conhecimento.

Com isso, o respeito a estas manifestações artísticas culturais e ao patrimônio cultural torna-se possível, pois, durante o conhecimento e a valorização destas, o respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas se evidencia, possibilitando a apropriação de conhecimentos artísticos e estéticos.

### **CULTURA E HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA**

De acordo com a Lei Nº. 10.639/03 que altera a LDB 9394/96, a Lei 11.645/08 e o parágrafo único art. 2º da Deliberação do Conselho Estadual de Educação do Paraná, o qual indica que: Ao tratar da história da África e da presença do negro (pretos e pardos) no Brasil, os professores precisam fazer abordagens positivas sempre na perspectiva de contribuir para que o aluno afro descendente se identifique e valorize a história de seu povo, a cultura de matriz africana, e as contribuições para o país e humanidade. Durante a educação infantil as crianças já começam a conhecer seu corpo, as diferenças e semelhanças entre os colegas do grupo, escolhem com quem brincar e se relacionar na escola, tem suas preferências por brinquedos, e, no entanto é fundamental que o educador trabalhe em sala de aula questões sobre diferença e em especial as relacionadas ao pertencimento racial, não só com as crianças, mas com as famílias e comunidade. (CEERT,2011).

Diante disso, Trinidad(2011), reforça que a Educação Infantil é o primeiro recinto institucionalizado a que a criança tem acesso, isso significa que ela passa a conviver em novos coletivos e, por isso, precisa ter oportunidade para aprender as regras para essa convivência pautada no respeito por si e pelo outro.

Logo, as diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil ressalta :



Art. 7º Na observância destas Diretrizes, a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve garantir que elas cumpram plenamente sua função sociopolítica e pedagógica:

- I - oferecendo condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais;
- II - assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias;
- III - possibilitando tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto à ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas;
- IV - promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância;
- V - construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa.

Assim sendo e de acordo com o Plano Nacional de Implementação da Lei nº 10.639/2003,

O papel da educação infantil é significativo para o desenvolvimento humano, a formação da personalidade, a construção da inteligência e a aprendizagem. Os espaços coletivos educacionais, nos primeiros anos de vida, são espaços privilegiados para promover a eliminação de qualquer forma de preconceito, racismo e discriminação, fazendo com que as crianças, desde muito pequenas compreendam e se envolvam conscientemente em ações que conheçam, reconheçam e valorizem a importância dos diferentes grupos étnico raciais para a história e cultura brasileiras. (Brasil. MEC, 2003).

No entanto, segundo Eliane Cavalleiro (2003), A Pré escola oferece uma quantidade muito ínfima de ações que levam a entender a aceitação positiva e valorizada das crianças negras no seu cotidiano, o que ameaça a convivência em pleno processo de socialização, ressalta que se torna difícil não perguntar por que o professor se omite em relação ao problema étnico. Silenciar essa realidade não apaga magicamente as diferenças. Permite, porém, que cada um construa a seu modo, um entendimento do outro que lhe é diferente. Diante disso, o papel da professora na educação infantil é importantíssimo, cabe à realização de práticas pedagógicas que objetivem ampliar o universo sociocultural das crianças e introduzi-las em um contexto no qual o educar e o cuidar não omitam a diversidade. Acrescido a isso, Eliane Cavalleiro (2003) nos diz que tal prática pode agir preventivamente no sentido de evitar que pensamentos preconceituosos e práticas discriminatórias sejam interiorizados e cristalizados pelas crianças, num período em que elas se encontram sensíveis às influências externas, cujas marcas podem determinar sérias consequências para a vida adulta.

Logo, desde muito cedo podemos aprender e conhecer diferentes realidades e compreender que a experiência social do mundo é muito maior do que a nossa experiência local, e que este mesmo mundo é constituído e formado por civilizações, histórias, grupos sociais e etnias ou raças diversas. É também bem cedo em sua formação que as crianças podem ser reeducadas a lidar com os preconceitos aprendidos no ambiente familiar e nas relações sociais mais amplas. Educar para a igualdade racial é tarefa urgente e imprescindível para a construção da sociedade de amanhã. ( História e Cultura Africana e Afro-Brasileira na Educação

Infantil,2014) A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeito de direitos civis, humanos e sociais garantidos na constituição e nas leis. A escola de Educação Infantil por ser um espaço social está aberta a diversidade e deve abordar de uma forma lúdica dando oportunidades para que as crianças possam lidar com as emoções reorganizando seus pensamentos através do faz de conta.

Reconhecer a sua própria identidade para que valorize a sua imagem e a do outro desenvolvendo valores básicos e valorizando a diversidade racial.

Reconhecer a sua identidade e ter uma imagem positiva de autoconfiança;

Desenvolver diversas atividades metodológicas a partir da leitura do livro a bonequinha preta;

Valorizar a diversidade;.

Combater o Bullying racial nos diversos espaços da escola;

Desenvolver auto-estima sobre suas características físicas;

Refletir sobre questões: amor, egoísmo e até a questão das nossas raças;

Valorizar ações de cooperação, respeito e solidariedade;

Respeitar as características de etnia;

Usar os conhecimentos construídos na escola em situações do seu cotidiano;

Participar de situações de comunicação oral;

Apreciar atos de leitura como fonte de conhecimento;

Demonstrar cooperação de situações de produção coletiva;

Desenvolver a linguagem oral para expressar desejos, necessidades, sentimentos e opiniões;

### **EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (Lei nº9795 de 27 de abril de 1999).

O trabalho com a Natureza tem muito para acrescentar na qualidade de vida e desenvolvimento das crianças, o próprio contato com ela, em pequenos gestos, ensina um modo mais inteiro e harmonioso de crescer, se conhecer e conviver. Os laços mais estreitos com a Natureza nos ensinam que fazemos parte dela, colaboram para construção e ampliação de nossa consciência pessoal, planetária e ecológica.

Não basta falar sobre as plantas, pintar árvores, escutar histórias e ver nos livros o que é necessário para preservar o meio ambiente. É preciso aprender com as mãos e o corpo inteiro, em contato com a água, o sol e a chuva, as folhas, bichos e a terra, colocando nosso aparato corporal completo para sentir, perceber e apreender os sentidos da Natureza.

Nos contextos atuais, a natureza está presente nas falas de educação ambiental de maneira abstrata e muitas vezes não é vivenciada. A atenção e a concentração, capacidades tão indispensáveis para a aprendizagem, podem ser cultivadas no entrosamento com a Natureza, assim como a curiosidade, a flexibilidade, a coragem para lançar-se ao desconhecido e a capacidade para encontrar soluções para problemas.

O autoconhecimento e a consciência de pertencer ao universo amplo de relações pode ser o resultado de um contato mais sensível e íntimo com pequenas reservas naturais que cultivamos no dia a dia.

Brincar em um espaço onde a natureza é protagonista, no qual o corpo é vivido nas delicadezas, nas durezas, nas asperezas, nas sutilezas dos toques, dos sons, dos cheiros, dos olhares, dos gostos, amplia os limites de descoberta pelas crianças, ou melhor, as deixa sem limites para experimentar. Os prazeres do corpo, olhar, observar e ficar quieto, são atos confundidos com passividade, preguiça e solidão.

Como as instituições de Educação Infantil podem trabalhar a relação crianças e natureza?

Para desenvolver esta proposta algumas dicas são fundamentais:

Procure dosar, ao longo do dia, momentos de atividades internas e outros de atividades ao ar livre com a crianças.

Cultive plantas em vasos e pequenos canteiros, caso não tenha espaço na escola para um gramado.

Deixe as crianças brincarem descalças, e em dias muito quentes até mesmo sem camiseta.

Não evite sair se está um dia mais frio. Não existe dia ruim para brincar do lado de fora, mas roupas adequadas para o clima. No frio coloque agasalho, mas saia com as crianças. É importante que percebam suas necessidades corporais, somente elas sabem se estão com frio ou calor e a quantidade de agasalhos que as aquece. Ajuda-as se conhecerem, comece com estes detalhes. Pergunte se estão com frio, se precisam se aquecer mais.

Organize um planejamento que considera as estações. Por exemplo, na primavera é bom observar os pássaros, deitar debaixo das árvores, cantar e brincar de roda na areia, perceber as plantas, observar o colorido das flores e desenhar os insetos que circulam. As chuvas de verão ensinam sobre o fluxo das águas, nutrem a curiosidade, acalmam e instigam ao mesmo tempo. Pense como aproximar as crianças destas percepções. Escute e imite o som dela batendo no telhado e na calha, encha bacias e reutilize a água para lavar o chão ou fazer uma tinta para o trabalho de artes. Se possível, arrisque um belo banho de chuva.

Plante com as crianças, faça uma horta suspensa, cultive ervas para o chá que será servido no lanche. Deixe o aroma destas ervas invadir as salas e corredores. Organize um rodizio para que cuidem das plantas, semeando, regando e tirando o mato. Faça disto um hábito.

Mesmo quando o espaço externo da escola é reduzido, podemos encontrar alternativas. Se não temos árvores e jardins, levamos os elementos naturais para dentro da sala como toquinhos de diferentes madeiras, conchas, pedras variadas, caixas de areia, folhas e flores desidratadas, sementes. Permitimos a livre exploração e criação com estes elementos.

O fogo também é um elemento da natureza muito instigante para as crianças. Fazer atividades culinárias as aproximam dele, fogueiras na festa junina, contar histórias à luz de velas e fazer pinturas com giz de cera derretido. Basta tomar as devidas precauções para que tudo isto seja aproveitado em segurança. Uma vez assistidos pelos adultos, podem aprender que existem limites e que precisamos saber nos proteger dos perigos nesta relação com o fogo e em tantas outras que a vida nos apresenta.

Experimente oferecer elementos da natureza durante as brincadeiras. Diferentes tipos de sementes, folhas, gravetos, penas, pedras, conchas, são elementos simples e que podem nos surpreender nas mãos das crianças.

Pare e repare você, educador, no seu dia-a-dia, onde você encontra natureza. Dedique alguns segundos a mais na correria do cotidiano para observar as árvores do caminho, perceber plantas que nascem entre o cimento, fechar os olhos e sentir o vento no rosto. Permitir-se estar em contato com a natureza, fará a diferença quando fizer o mesmo com as crianças.

### **EDUCAÇÃO ALIMENTAR**

O Dia Nacional da Alimentação nas Escolas é comemorado em 21 de outubro. A data foi escolhida para ressaltar a importância das ações voltadas para a educação alimentar e nutricional dos estudantes de todas as etapas da educação básica. É com esse objetivo que o Governo Federal investe no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que tem como objetivo garantir o consumo de alimentos saudáveis no ambiente escolar, de modo a criar bons hábitos nos estudantes para toda a vida.

Respeitar os hábitos alimentares e vocação agrícolas locais. Para a execução do PNAE, a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, institui como diretrizes da alimentação escolar: Alimentação Saudável e adequada orienta para o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica.

A hora da alimentação faz parte da rotina de cuidados, assim como o sono, a troca e o banho. É um momento especial para formação de vínculos e construção da autonomia, requer atenção especial e personalizada.

Antes de adentrar na sistemática do funcionamento destes momentos de refeição, faz-se importante salientar alguns pressupostos das rotinas de cuidados personalizados: Nunca se trata uma criança como objeto, mas sim como alguém que sente, observa e, quando tem oportunidade, pode conhecer e compreender seus anseios e necessidades. Toda atividade de cuidado deve ser exercida com calma e delicadeza nos gestos, respeitando os ritmos de cada criança.

A rotina precisa ser estável, os procedimentos mantidos e previsíveis para que as crianças consigam antecipar e participar dos próprios cuidados.

O educador se dedica plenamente à criança enquanto está com ela: conversa, troca olhares afetuosos, antecipa seus gestos e explica o que faz. Apresenta-lhe os objetos enquanto os manuseia e também permite o manuseio pelas crianças. Não a distraí para executar o que precisa.

A observação é o instrumento para conhecer cada criança e apoiá-la no seu percurso de desenvolvimento e gradativa autonomia. Oferecer cuidados personalizados em ambientes coletivos exige estrutura e organização ancoradas no trabalho de equipe. Um trabalho que sustenta suas ações cotidianas tendo a criança como eixo estruturante delas, como protagonistas deste cenário. Envolve todas as pessoas da instituição, como direção, coordenação, pessoas da manutenção e limpeza, cozinheiras, assistentes e professores.

O planejamento da hora das refeições precisa ser acordado e compartilhado com todos. Deve prever ações básicas e seguir algumas orientações razoáveis para cada etapa do desenvolvimento das crianças de zero a três anos. Também precisa ser flexível o suficiente para lidar com o inesperado.

Para cada criança se estabelece uma dieta que muda de acordo com seu desenvolvimento pessoal (quando ingere somente líquidos; em seguida a introdução das papinhas e semissólidos; depois, pedaços ou a comida semelhante à dos adultos)

Define-se o horário da refeição principal e das intermediárias e a sequência na qual as crianças serão atendidas (que sempre será a mesma para que possa ser previsível por elas).

Segue-se um protocolo de alimentação individual que inicia no colo, depois na mesa individual diante do adulto, em seguida na mesa com mais um colega e posteriormente na mesa com mais três companheiros e em grupos um pouco maiores (as companhias são determinadas de acordo com as possibilidades de interações e autonomia das crianças, e elas devem permanecer as mesmas por algum tempo).

Sabe-se diante não se o prato da criança virá montado, se será servido na hora ou se ela mesma colocará em seu prato as comidas servidas em travessas.

Usará o copo (sempre de vidro transparente para que visualize o seu interior), usará mamadeira ou comerá na tigelinha e no prato).

\*

Terá uma colher a sua disposição, usará outra colher enquanto o adulto intercala com a sua, comerá sozinho com seus próprios talheres, usará os talheres e a louça tal qual a dos adultos.

Ajudará na distribuição e arrumação da mesa de refeição, recolherá os pratos ao final.

Fará sua higiene pessoal antes e depois de comer com ajuda do adulto, ajuda parcial ou independentemente.

Num mesmo grupo é possível encontrar crianças em fases diferentes, o que determinará isto é a observação que os adultos realizam de suas iniciativas e habilidades. Nenhuma atitude é antecipada ou exigida das crianças antes que ela esteja preparada para ela. Toda mudança é informada e antecipada antes de ser aplicada. Cada criança é chamada pelo nome quando chega sua vez de comer, mesmo que ainda seja bem novinho.

A criança escolhe o que deseja comer dentre as opções oferecidas, come o quanto quer e pode repetir em porções pequenas para se sentir satisfeita. Ninguém insiste ou tenta convencê-la de ingerir mais uma colherada além daquela que necessita. Com estas atitudes a criança passa a reconhecer sua fome e saciedade, ao invés de submeter-se ao critério do outro.

Todos os utensílios ficam próximos, dispostos e acessíveis tanto para o adulto quanto para a criança que já se alimenta com autonomia. Assim evita-se muita espera e agitação durante a refeição. Quem finaliza é colocado no chão ou pode levantar da mesa, descansar, brincar e se mover em liberdade. O espaço para o descanso ou brincadeira fica previamente preparado e com um adulto disponível para observar estas crianças.

### EXIBIÇÃO DE FILMES MENSAIS NACIONAIS

A exibição de filmes nas escolas deve haver uma pluralidade pedagógica que precisa ser pensado, planejado e executado e que permite contribuir com a construção de uma alfabetização crítica dos meios que utilizam os recursos audiovisuais: cinema, televisão, internet, etc.

É possível levantarmos uma infinidade de atividades que podemos realizar com o audiovisual nas escolas. Isto é importante, mas não podemos ficar só nisso... As atividades são importantes desde que sejam pensadas e articuladas com uma proposta pedagógica mais ampla. É preciso caminhar: agindo e pensando... construindo e transformando...

Novas relações e linguagens desafiam os profissionais da educação a pensar na vocação multicultural da escola, no sentido de promover o diálogo entre as diferentes gerações e os diversos padrões culturais nela presentes.

Em sua análise, indicou três fatores que apontam um novo lugar para a escola: a cultura digital, que vem criando uma escola sem muros, na qual o estudante é produtor de conhecimento e a linguagem audiovisual assume importância; a existência de outros.

### TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A transição entre essas duas etapas da Educação Básica requer muita atenção, para que haja equilíbrio entre as mudanças introduzidas, garantindo integração e continuidade dos processos de aprendizagens das crianças, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que elas estabelecem com os conhecimentos, assim como a natureza das mediações de cada etapa. Tornase necessário estabelecer estratégias de acolhimento e adaptação tanto para as crianças quanto para os docentes, de modo que a nova etapa se construa com base no que a criança sabe e é capaz de fazer, em uma perspectiva de continuidade de seu percurso educativo.

Para isso, as informações contidas em relatórios, portfólios ou outros registros que evidenciem os processos vivenciados pelas crianças ao longo de sua trajetória na Educação Infantil podem contribuir para a compreensão da história de vida escolar de cada aluno do Ensino Fundamental. Conversas ou visitas e troca de materiais entre os professores das escolas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental – Anos Iniciais também são importantes para facilitar a inserção das crianças nessa nova etapa da vida escolar. Além disso, para que as crianças superem com sucesso os desafios da transição, é indispensável um equilíbrio entre

as mudanças introduzidas, a continuidade das aprendizagens e o acolhimento afetivo, de modo que a nova etapa se construa com base no que os educandos sabem e são capazes de fazer, evitando a fragmentação e a descontinuidade do trabalho pedagógico.

Nessa direção, a BNCC apresenta as sínteses das aprendizagens esperadas em cada campo de experiências, para que as crianças tenham condições favoráveis para ingressar no Ensino Fundamental. Essas sínteses devem ser compreendidas como elementos balizadores e indicadores de objetivos a ser explorados em todo o segmento da Educação Infantil, e que serão ampliados e aprofundados no Ensino Fundamental, e não como condição ou pré-requisito para o acesso ao Ensino Fundamental. Para que a criança compreenda o processo de transição quanto ao Campo de Experiência o eu, o outro e o nós a criança deve ter assimilado os conceitos Respeitar e expressar sentimentos e emoções, atuando com progressiva autonomia emocional. Atuar em grupo e demonstrar interesse em construir novas relações, respeitando a diversidade e solidarizando-se com os outros.

### **AVALIAÇÃO DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA**

A avaliação tem se tornado uma questão fundamental para a Educação Infantil, seja pela ótica da criança, como foco do processo avaliativo, ou pela análise das próprias instituições e das práticas educativas que realizam, em busca de melhoria na oferta e no atendimento às crianças e às suas famílias. Sendo assim, pode-se refletir essa questão sobre dois prismas: a avaliação “da” e “na” Educação Infantil. Compreendendo que nenhum sujeito se desenvolve da mesma forma que o outro, por mais próximos que sejam. As interações e as diferentes experiências vividas contribuem para que cada um se desenvolva de determinada forma. Isso justifica a proposta de uso de Parecer Descritivo de acompanhamento da aprendizagem, pois suas características garantem registros consistentes sobre a criança em sua integralidade. Assim: A questão principal referente aos estudos atuais sobre o desenvolvimento infantil é o respeito pelas diferentes formas de ser de cada criança, decorrentes de suas experiências próprias de mundo, ritmos de desenvolvimento, contextos sociais e culturais diferenciados. Processos avaliativos embasados na comparação, a partir de padrões considerados “normais”, perseguem a uniformidade de comportamento das crianças, negando a heterogeneidade normal dos indivíduos, concebendo-a como negativa e inesperada (HOFFMAN, 2012, p.103).

Reflexões como essa permitem pensar e elaborar o Parecer Descritivo de acompanhamento da aprendizagem da criança na Educação Infantil, objetivando documentar o processo de construção do conhecimento da criança, registrando a história individual das aprendizagens vivenciadas no contexto escolar, por meio de interações com os diversos saberes e conhecimentos presentes nos campos de experiência, a fim de garantir um olhar reflexivo do professor sobre os avanços e conquistas de cada criança e a socialização de tal processo com as famílias e outros professores.

Vale ressaltar que o registro nesse instrumento deve ser em forma de texto, apresentando o resultado de uma coleta de dados realizada por meio de observações diárias e processuais, acompanhadas de anotações das peculiaridades, avanços, curiosidades, gostos e preferências de cada criança, e não o resultado grupal, homogêneo de um grupo de crianças ou da turma.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, M.; KRAMER, S. "O rei está nu": Um Debate Sobre as Funções da Pré-Escola. In: Educação pré-escolar: desafios e alternativas. Caderno cedes, nº 9. São Paulo: Cortez, 1984.

BRASIL. Constituição Federal de 1988

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 05, de 17 de dezembro de

2009. Fixa as Diretrizes Curriculares

Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

\_\_\_\_\_. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017 (\*) Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação - Conselho Pleno. Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da

Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica

\_\_\_\_\_. RESOLUÇÃO Nº 5, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009 (\*). Fixa as Diretrizes Curriculares. Nacionais para a Educação Infantil. CAGLIARI, L. C. O príncipe que virou sapo: considerações a respeito da dificuldade de alfabetização das crianças na alfabetização. Cadernos de Pesquisa, 55. São Paulo:

Fundação Carlos Chagas, nov. 1985, p. 50-62.

CANDURO, V. R. P. Iniciação musical na idade pré-Escolar. Porto Alegre: Sagre, 1989.

CHEROGLU, Simone; MAGALHÃES, Giselle Modé. O primeiro ano de vida: vida uterina, transição pós-natal e atividade de comunicação emocional direta com o adulto.

Cap,4 in :Periodização Histórico Cultural do Desenvolvimento Psíquico- do nascimento à velhice. Martins Lígia Marcia; Abrantes, Angelo Antonio e Facci, Marilda Gonçalves

Dias (Org). Autores Associados, 2016. -(Coleção educação contemporânea).

CUNHA. S. R. V. Cor, som e movimento: A expressão plástica, musical e dramática no cotidiano da criança. Caderno de educação no cotidiano da criança. Caderno de



- Educação Infantil. Porto Alegre: Editora Mediação, 1999.
- HOFFMANN, J. M. L. Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto Alegre: Mediação, 2000.
- KRAMER, Sonia. A política do Pré-Escolar: arte e disfarce. São Paulo: Cortez, 1995
- KRAMER, S. A infância e sua singularidade. In: BRASIL. Ministério da Educação. Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. [Org. Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento]. Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2006.
- KRAMER, Sônia. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: Educação Infantil e/é fundamental. In: Educação e Sociedade, v. 27, n. 96 - Especial, p. 797-818, out, 2006.
- KUHLMANN JUNIOR, Moysés. A infância e Educação Infantil. Uma abordagem histórica, 1998, ed. Mediação
- LAZARETTI, Lucinéia Maria; MELLO, Maria Aparecida. Como ensinar na Educação Infantil? Reflexões sobre a didática e o desenvolvimento da criança. In: PASQUALINI, Juliana Campregher; TEIXEIRA, Lucas André; AGUDO; Marcela de Moraes. (Org.) Pedagogia Histórico-Crítica: legado e perspectivas. Uberlândia, MG. Navegando, 2018.
- LEONTIEV, A. N. O desenvolvimento do psiquismo. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.
- LOPES, Celi Espasandin; GRANDO, Regina Célia. Resolução de problemas na educação matemática para a infância. UNICAMP, Campinas. 2012.(matemática)
- LORENZATO, Sérgio. Educação infantil e percepção matemática. 3ª Ed.rev. Campinas, SP. Autores Associados, 2011. (matemática)
- LURIA, A. R. O desenvolvimento da escrita na criança. In: VIGOTSKY, L. S., LURIA, A. R.E LEONTIEV, A. N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone, 2006, p. 143-189.
- MARTINS, Ligia Márcia; ABRANTES, Angelo Antonio; FACCI, MarildaGonçalvesDias (org.) Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice.Campinas: Autores Associados, 2016
- MUKHINA, Valéria. Psicologia da idade pré-escolar; tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins fontes, 1996
- MOURA, Manoel Oriosvaldo de. Atividade Pedagógica na Teoria Histórico-Cultural. (org.) Brasília: Liber livro, 2010
- OLIVEIRA, Zilma.Ramos de. Educação infantil. Fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.
- PARANÁ, Deliberação nº 03/18 de 23/11/18, do CEE/PR- Referencial Curricular do Paraná.: princípios, direitos e orientações.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações. Curitiba:SEED, 2018. Disponível em: <http://www.diaadia.pr.gov.br>.
- PIRES, C. C.; CURRI, E; CAMPOS, T. M. M. Espaço & forma: a construção de noções geométricas pelas crianças das quatro séries iniciais do ensino Fundamental. São Paulo: PROEM LTDA, 2001.

- SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações*-11. ed. rev.1ª reimpr. - Campinas, SP: Autores Associados, 2012. - (Coleção educação contemporânea)
- SOUZA, R. C. de; BORGES, M. F. T. *A práxis na formação da Educação Infantil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- SOUZA, G. de; VIEIRA, L. M. F. *Concepção de Infância*. In: *Anais I Simpósio Paranaense de Educação Infantil*. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Faxinal do Céu, 2006.
- TULESKI, Silvana Calvo e EIDT, Nadia Mara. *A periodização do desenvolvimento psíquico- atividade dominante e a formação das funções psíquicas superiores*. Cap. 2  
in :*Periodização Histórico Cultural do Desenvolvimento Psíquico- do nascimento à velhice*. Martins Lígia Marcia; Abrantes, Angelo Antonio e Facci, Marilda Gonçalves Dias (Org). Autores Associados, 2016. -(Coleção educação contemporânea).
- VIGOTSKI, L. S. *A Formação social da mente*. 3. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- YGOTSKY, L.S. *Pensamento e linguagem*. 3. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1991.





*Secretaria Municipal de Educação*  
*Céu Azul - Paraná*



**DECLARAÇÃO DE LEGALIDADE Nº 03/2020**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CÉU AZUL**

**ASSUNTO:** Declaração de Legalidade referente ao Projeto Político Pedagógico – 2020 do Centro Municipal de Educação Infantil Santa Clara.

O Centro Municipal de Educação Infantil Santa Clara apresenta o Projeto Político Pedagógico – 2020 elaborado pela Comunidade Escolar e aprovado pelo seu Conselho Escolar.

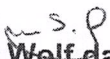
A Secretaria Municipal de Educação de Céu Azul emite a presente Declaração que resulta da verificação da legalidade do Projeto Político Pedagógico – 2020 da referida Instituição.

O presente Projeto Político Pedagógico – 2020 atende os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96, da Deliberação nº 02/2018-CP/CEE/PR, da Deliberação 03/2018-CP/CEE/PR, que versa sobre o Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações, bem como do Parecer Normativo nº 01/2019 – CP/CEE/PR.

É a Declaração.

Céu Azul, 20 de agosto de 2020.

Secretaria Municipal de Educação de Céu Azul

  
**Cleonides Wolf da Silva**  
Secretária Municipal de Educação  
Dec. nº 4915/2017

Av. Nilo Umberto Deitos, 1426- Fone: (45) 3221-1000 Ramal: 1004 - C.P. 155 - CEP 85840-000  
Céu Azul- PR  
E-mail: semedceu@gmail.com



1 **Ata n.º 06/2020** – Aos trinta dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte, às dez  
 2 horas e cinquenta minutos, deu início a reunião por meio digital, em função da  
 3 Pandemia do COVID -19, para evitar aglomerações e a propagação da referida  
 4 doença, via grupo de WhastApp do Conselho Escolar do Centro Municipal de  
 5 Educação Infantil – CEMEI Santa Clara, localizado na Rua Professor Niterói, número  
 6 280, Bairro União – Céu Azul, Paraná, para apresentação do novo PPP (Projeto  
 7 Político Pedagógico) e aprovação do mesmo. A Diretora Sandra Maria da Silva  
 8 colocou que a construção do PPP iniciou-se no ano anterior a este e agora, com a  
 9 conclusão do mesmo, necessita da aprovação do Conselho Escolar para encaminhá-  
 10 lo ao Núcleo Regional de Educação, juntamente com a Declaração de Legalidade.  
 11 Devido a Pandemia de COVID-19, a diretora enviou o PPP via e-mail, para leitura e  
 12 aprovação dos membros, pois o mesmo era muito extenso para disponibilizar no  
 13 grupo de WhastApp. Após leitura e análise, os membros que se manifestaram, sendo  
 14 André Carlos Ramos, Elizabeth Acácio da Costa, Michelly Talita Holeck Ramos,  
 15 Franciela Feñrianda de Lima, Lucimara Santos da Cruz, Daniely Ienerich Kaktin  
 16 Tavares, Roseli Wengrat Tillwitz, Márcia Cristina Bonofácio Santana de Aquino, Ana  
 17 Carolina Mogliazza, Ines Fernades de Moura, Elisangela Alves Vieira foram  
 18 favoráveis, aprovando o PPP. Não houve oposição ao novo Projeto Político  
 19 Pedagógico. Sem mais para o momento, lavrou-se a ata que após disponibilizada no  
 20 grupo de WhastApp do Conselho Escolar, lida e aprovada, segue assinada por mim,  
 21 Daniely Ienerich Kaktin Tavares, secretária, e pelos demais participantes Secretária  
 22 Daniely Ienerich Kaktin Tavares. *Daniely Ienerich Kaktin Tavares*  
 23 Sandra Maria da Silva. *Sandra Maria da Silva*  
 24 André Carlos Ramos. *André Carlos Ramos*  
 25 Ana Caroline Mogliazza. *ausente*  
 26 Elizabeth Acácio da Costa. *Elizabeth A. da Costa*  
 27 Márcia Cristina Bonifácio Sant'ana de Aquino. *Márcia CBS de Aquino*  
 28 Roseli Wengrat Tillwitz. *Roseli Wengrat Tillwitz*  
 29 Elisangela Alves Vieira. *Elisangela A. Vieira*

Ata n.º 06/2020  
 Assunto: Aprovação do Projeto Político Pedagógico  
 Dia 30 de julho de 2020



- 30 Michelly Thalita Holec Ramos *Michelly T. Holec Ramos*
- 31 Ines Fernandes de Moura *Is*
- 32 Cristiane Rauber Xavier *Cristiane Rauber Xavier*
- 33 Franciela Fernanda Lima *Franciela Fernanda Lima*
- 34 Lucimara dos Santos da Cruz *Lucimara dos Santos da Cruz*
- 35

Ata n.º 06/2020  
Assunto: Aprovação do Projeto Político Pedagógico  
Dia 30 de julho de 2020



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE  
NÚCLEO REGIONAL DA EDUCAÇÃO DE CASCAVEL  
Av. Brasil, 2040, Bairro São Cristóvão – CEP 85816-294 – Cascavel/  
PR

Fone: (45) 3333-2800  
www.diaadia.pr.gov.br/nre/cascavel



## PARECER Nº 197 /2021 – NRE Cascavel

**ASSUNTO:** Parecer de Legalidade do Projeto Político-Pedagógico

O **CMEI Santa Clara – Céu Azul/ Pr** apresenta o Projeto Político- Pedagógico elaborado pela Comunidade Escolar e aprovado pelo seu Conselho Escolar.

O Núcleo Regional de Educação de Cascavel emite o presente Parecer, que resulta da verificação do Projeto Político-Pedagógico, da Ata nº 06/2020 – Aprovação do PPP pelo Conselho Escolar e da Declaração de Legalidade nº 03/20, emitida pela Secretaria Municipal de Educação de Céu Azul, mantenedora da referida Instituição de Ensino, situada no município de Céu Azul.


O presente Projeto Político-Pedagógico atende os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96, da Deliberação nº 02/2018-CP/CEE/PR, da Deliberação 03/2018-CP/CEE/PR, que versa sobre o Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações, a Instrução Normativa Conjunta nº 05/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, bem como do Parecer Normativo nº 01/2019 – CP/CEE/PR.

É o Parecer.

Cascavel, 20 de maio de 2021

Núcleo Regional de Educação de Cascavel.



  
Luciana Paulista da Silva  
**Chefe do Núcleo Regional da Educação de Cascavel**  
Decreto nº 1110/2019/D.O.E. 09/04/2019



# *Secretaria Municipal de Educação*

## *Céu Azul - Paraná*

### **ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 03/2021 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CÉU AZUL**

A **Secretaria Municipal de Educação de Céu Azul**, mantenedora do **Centro Municipal de Educação Infantil Santa Clara**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelas Deliberações nº 02 e 03/2018 CP/CEE/PR e pelo Parecer de Legalidade nº 197/2021 – NRE Cascavel.

#### **HOMOLOGA**

**Art. 1º - O Projeto Político Pedagógico do Centro Municipal de Educação Infantil Santa Clara**, do Município de Céu Azul com a oferta de Educação Infantil – Etapa Creche.

**Art. 2º - O Projeto Político Pedagógico homologado por este Ato de Homologação entra em vigor a partir do início do ano de 2021.**

Céu Azul, 25 de maio de 2021.

Secretaria Municipal de Educação de Céu Azul



**Veralice Franceschini**

Secretária Municipal de Educação  
Dec. nº 6.153/2021

---

**Rua Professor Daniel Muraro, 1050 – Centro – Fone: (45) 3121-1089 - CEP 85840-000**  
**Céu Azul - PR**  
**E-mail: semedceu@gmail.com**